



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOÊMIA FÉLIX DA SILVA

Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo
Desenvolvimento Sustentável

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Linha de Pesquisa: Jornalismo e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Dione Oliveira Moura

Brasília
Janeiro de 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

Silva, Noêmia Félix da
Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do
Dispositivo Desenvolvimento Sustentável. [manuscrito]

Noêmia Félix da Silva – 2017

XXIV, 185 f.: 398

Orientadora: Profa. Dra. Dione de Oliveira Moura
Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de
Comunicação, 2017

Bibliografia: f. 353-365

1. Jornalismo 2. Meio Ambiente 3. Dispositivo
Desenvolvimento Sustentável 4. Rio+20 5. Foucault.

CDU:



NOÊMIA FÉLIX DA SILVA

Discurso jornalístico: proposta de mapeamento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável

Tese defendida em 30 de janeiro de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, perante a Banca Examinadora constituída pelos professores:

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Dione Oliveira Moura – UnB
Presidente da Banca

Profa. Dra. Kátia Menezes de Sousa – LETRAS/UFG
Avaliadora Externa

Prof. Dr. Reges Toni Schwaab – UFSM
Avaliador Externo

Profa. Dra. Elen Cristina Geraldês – FAC/UnB
Avaliadora Interna

Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado – FAC/UnB
Avaliadora Interna

Profa. Dra. Janara Kalline Leal Lopes de Sousa – FAC/UnB
Suplente

Em respeito e honra aos meus ancestrais e pais,
Maria José Romano da Silva e José Félix (*In
memoriam*), que trouxeram a vida até a mim e me
possibilitaram me realizar neste mundo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus “cuidadores”, que tanto fizeram por mim nesses anos de elaboração da tese de doutorado: Anor Antônio de O. Neto (neurologista), Luiz Antônio Moreti S. Sandeberg (homeopata), Karen Cristina C. Cardoso (osteopata) e Elza Moreira (terapeuta floral). Em especial, à terapeuta sistêmica Sônia Godoy, que trilhou junto comigo este caminho, da decisão de entrar no doutorado até a finalização, com a realização de sessões que me possibilitaram equilíbrio, energia, força e lucidez diante de tantos desafios enfrentados na pesquisa e na vida.

Ao atual companheiro de jornada, por ter se tornado uma luz na minha vida e o motivo de muitas alegrias e ao ex-companheiro, pelo tempo que estivemos juntos.

Aos meus alunos e orientandos João, Jordânia e Laura, por me incentivaram a aprender, cada vez mais, e nos momentos de sufoco estavam ali para dar uma “maõzinha”.

À minha família, minha gratidão por compreender as constantes ausências e por todo amor de que me senti envolvida todo esse tempo.

Aos amigos, pela paciência, apoio, incentivo e torcida pelo meu sucesso, e que, sem muitas reclamações, suportaram as minhas ausências nas rodas de samba, nos aniversários, nos churrascos, nos casamentos e jantares. Em especial, à amiga Ângela Moraes, que trilhou antes de mim os caminhos foucaultianos.

À Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que por meio da Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, concedeu-me redução de carga horária para o cumprimento dos créditos em Brasília e na etapa final de elaboração da tese. Em especial, à Irani A. S. Carvalho, sempre atenciosa na orientação de todo o processo burocrático da Instituição.

À diretora da Escola de Comunicação da PUC Goiás, Sabrina Moraes, pela compreensão nesse momento de ausência temporária no Curso de Jornalismo, que me forneceu as melhores condições possíveis de trabalho para a realização deste doutorado.

E, por fim, à minha orientadora, Profa. Dra. Dione Moura, que sempre foi para mim um exemplo de mulher negra atuante (a única que tive nos meus 21 anos de formação), de intelectual e de pessoa. Acima de tudo, a sua generosidade ao compartilhar comigo os seus conhecimentos e me guiar nos caminhos desta pesquisa, mesmo nas madrugadas e nos fins de semana.

Cio da Terra

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão.

Milton Nascimento e Chico Buarque (1977)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo identificar e mapear a emergência histórica do que denominamos Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS) no âmbito da cobertura jornalística nacional a eventos que discutem o meio ambiente. O trabalho parte do arcabouço teórico-metodológico foucaultiano, principalmente do conceito de dispositivo – o qual abrange tanto práticas discursivas quanto não discursivas –, e das categorias analíticas do discurso, enunciado, heterogeneidade discursiva, arquivo, sujeito, formação discursiva e ordem discursiva. Somada ao constructo foucaultiano, operou-se com a grade analítica de Deleuze (1996, 2005), a saber, *curva de visibilidades*, *curva de enunciabilidades*, *linhas de força* e *linhas de subjetivação*, de modo a levantar as relações de poder-saber sobre a crise ambiental presentes na Conferência de Estocolmo de 1972, inicialmente, e, por fim, na cobertura da Conferência Rio+20, a partir dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*. A análise foi realizada em três etapas: o surgimento da urgência histórica da crise ambiental na Era Moderna (Análise Diacrônica, Etapa 1), a emergência do DDS (Análise Diacrônica, Etapa 2) e a manifestação do DDS por meio da cobertura jornalística da Rio+20 (Análise Sincrônica, Etapa 3). A pesquisa identificou quatro linhas de força na composição do DDS: *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista*, *Linha de Força Conservacionista*, *Linha de Força Científica Ecológica*, *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*.

Palavras-chave: jornalismo, meio ambiente, Dispositivo Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, Foucault.

ABSTRACT

The aim of this study is to identify and map the historical emergence of what we called the “Dispositif of Sustainable Development” (DSD), within the scope of the Brazilian media coverage of environmental summits. Our starting point is Foucault’s theoretical-methodological framework, notably the concept of “dispositif” (apparatus) – which encompasses both discursive and non-discursive practices – and the following analytical categories: discourse, statement, discursive heterogeneity, archive, subject, discursive formation and discursive order. Other than the Foucauldian framework, we employed Deleuze's analytical grid (1996, 2005), i.e. lines of visibility, lines of enunciation, lines of force and lines of subjectivation, in order to distinguish the power-knowledge nexus related to the environmental crisis, first at the time of the 1972 Stockholm Conference, and then in the coverage of the 2012 Rio + 20 Conference by daily newspapers *O Globo*, *Folha de S. Paulo* and *O Estado of S. Paulo*. Our analysis has been carried out in three stages: Step 1 (diachronic), about the emergence of the historical urgency of the environmental crisis in modern times; Step 2 (diachronic), about the emergence of the DSD; and Step 3 (synchronic), about the manifestation of DSD through the media coverage of the Rio + 20 Summit. The research has identified four lines of force in the composition of the DSD: the Economic-Developmental one; the Conservationist one; the Scientific-Ecological one; and the Social Equity-Environmental one.

Keywords: journalism, environment, Dispositif of Sustainable Development; Rio+20, Foucault.

RÉSUMÉ

Cette étude vise à identifier et tracer l'historique de l'émergence de ce que nous avons appelé le "Dispositif du Développement Durable" (DDD), dans le cadre de la couverture médiatique, au Brésil, des sommets sur l'environnement. On part du cadre théorique et méthodologique foucauldien, et surtout du concept de "dispositif" – recouvrant aussi bien les pratiques discursives que celles non-discursives – et des catégories analytiques suivantes: le discours, l'énoncé, l'hétérogénéité discursive, l'archive, le sujet, la formation discursive et l'ordre discursif. Au-delà de l'apport foucauldien, on s'est appuyé sur la grille d'analyse de Deleuze (1996, 2005), à savoir, les lignes de visibilité, les lignes d'énonciation, les lignes de force et les lignes de subjectivation, dans le but de faire ressortir les rapports savoir-pouvoir autour de la crise de l'environnement, d'abord lors de la Conférence de Stockholm de 1972, et ensuite lors de la couverture de la Conférence Rio + 20 de 2012, dans les quotidiens *O Globo*, *Folha de S. Paulo* et *O Estado de S. Paulo*. Cette analyse a été entreprise en trois étapes, la première (diachronique) portant sur l'émergence, dans la modernité, de la crise de l'environnement en tant qu'urgence historique; la seconde (diachronique), sur l'émergence du DDD; et la troisième (synchronique), sur la manifestation du DDD dans la couverture médiatique de Rio + 20. Cette recherche a identifié quatre "lignes de force" dans la composition du DDD: une ligne de force développementaliste-économiste, une ligne de force conservationniste, une ligne de force scientifico-écologique et une ligne de force environnementale-socialement équitable.

Mots clés: Journalisme, environnement, Dispositif du Développement Durable, Rio+20, Foucault.

RESUMEN

Esta investigación tiene por objetivo identificar y mapear la emergencia histórica de lo que denominamos Dispositivo Desarrollo Sostenible (DDS), en el ámbito de la cobertura periodística nacional a eventos que debaten el medio ambiente. El trabajo parte del marco teórico-metodológico foucaultiano, principalmente del concepto de dispositivo – que incluye tanto las prácticas discursivas como las no discursivas – y de las categorías analíticas del discurso, enunciado, heterogeneidad discursiva, archivo, sujeto, formación discursiva y orden discursiva. Agregada al constructo foucaultiano se ha operado con la grande analítica de Deleuze (1996, 2005), a saber: *curvas de visibilidad*, *curvas de enunciación*, *líneas de fuerza* y *líneas de subjetivación*, de modo a levantar las relaciones de poder-saber sobre la crisis ambiental presentes en la Conferencia de Estocolmo, 1972, inicialmente y, por fin, en la cobertura de la Conferencia Rio+20, a partir de los periódicos *O Globo*, *Folha de S. Paulo* y *Estado de S. Paulo*. El análisis fue realizado en tres etapas: el surgimiento de la urgencia histórica de la crisis ambiental en la Era Moderna (Análisis Diacrónica, Etapa 1), la emergencia del DDS (Análisis Diacrónica, Etapa 2) y la manifestación del DDS a través de la cobertura periodística de Rio+20 (Análisis Sincrónica, Etapa 3). La investigación identificó cuatro líneas de fuerza en la composición del DDS: *Línea de Fuerza Desarrollista Economicista*, *Línea de Fuerza Conservacionista*, *Línea de Fuerza Científica Ecológica*, *Línea de Fuerza Equidad Social y Ambiental*.

Palabras clave: periodismo, medio ambiente, Dispositivo Desarrollo Sostenible, Rio+20, Foucault.

LISTA DE GRÁFICO E FIGURAS

Figura 1 – Procedimentos de controle da ordem do discurso.....	114
Figura 2 – Elementos constitutivos de um dispositivo.....	151
Figura 3 – Etapas da pesquisa.....	167
Figura 4 – Imagem da explosão da bomba de hidrogênio “Castle Bravo”, cujo poder de destruição era maior do que as bombas detonadas até então.....	176
Figura 5 – Imagem do grande <i>smog</i> ocorrido em Londres em 1952, que paralisou o tráfego terrestre e aéreo.....	178
Figura 6 – Imagem do naufrágio do petroleiro Torrey Canyon (1967), que despejou milhares de barris de petróleo no mar.....	179
Figura 7 – Imagem do derramamento de petróleo em Santa Bárbara (EUA), causado por um problema na torre de extração do produto.....	179
Figura 8 – Imagem do incêndio em plataforma da British Petroleum, em decorrência do derramamento de petróleo no Golfo do México (2010).....	181
Figura 9 – Fotos de crianças de Minamata, no Japão, vítimas de deformações causadas por mercúrio.....	182
Figura 10 – Imagens da usina de Chernobyl (1986) pós-acidente nuclear, com equipamentos destruídos e crianças afetadas.....	184
Figura 11 – Fac-símile da capa da primeira edição do livro <i>Silent Spring</i> , de Rachel Carson (1962).....	190
Figura 12 – Fac-símile da capa do livro <i>The Limits to Growth</i> , de Meadows et al., cuja primeira edição foi publicada em 1972.....	197
Figura 13 – Fac-símile da capa da primeira edição do livro <i>Uma Terra Somente</i> (WARD; DUBOS, 1973), baseado no Relatório Uma Terra Somente.....	232
Figura 14 – Elementos heterogêneos constitutivos do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável, conforme mapeados na presente pesquisa.....	269
Figura 15 – Foto da capa do caderno especial sobre a Rio+20, do jornal <i>O Globo</i>	282
Figura 16 - Foto da capa do caderno especial Planeta Rio+20, do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> (17/06/2012).....	283
Gráfico 1 – Principais temas abordados pela cobertura jornalística dos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Globo</i> e <i>Estado de S. Paulo</i>	291
Figura 17 – Nuvem dos temas abordados pela cobertura jornalística dos três jornais	

analisados.....	292
Figura 18 – Fac-símile do lide e do sublide da reportagem “Negociação é cuidadosa e exaustiva”.....	296
Figura 19 – Fac-símile do sublide da reportagem “É Oda”.....	297
Figura 20 – Infográfico sobre o que estava sendo debatido na Rio+20.....	300
Figura 21 – Fac-símile de trecho da reportagem “Negociação é cuidadosa e exaustiva”, que descreve como é composto o documento.	302
Figura 22 – Infográfico da matéria “Negociação é cuidadosa e exaustiva”	303
Figura 23 – Ampliação de dois quadros do infográfico da matéria “Negociação é cuidadosa e exaustiva”.....	304
Figura 24 – Fac-símile do alto de página da reportagem “Texto mais enxuto para chegar a um acordo.....	306
Figura 25 – Fac-símile da entrevista de página inteira com o sociólogo Boaventura Santos, sobre a economia verde.....	312
Figura 26 – Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável foram lançados pelas Nações Unidas em 2015, e devem ser cumpridos até 2030.....	316
Figura 27 – Reportagem sobre a proteção dos oceanos e a fauna e flora marítimas nas negociações da Rio+20.....	317
Figura 28 – Entrevista com a ex-comissária de Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson, na qual critica a interferência do Vaticano sobre direitos reprodutivos.....	318
Figura 29 – Título da capa do caderno especial sobre o rumo das negociações do documento final da Rio+20.....	319
Figura 30 – Fac-símile de trecho do infográfico que traz o que foi retirado do Rascunho Zero nas negociações.....	321
Figura 31 – Um mosaico de fotos dos protestos contra o documento final da Rio+20.....	324
Figura 32 – Fac-símile da capa do jornal <i>O Globo</i> , com foto e chamada ampliada da manifestante fotografada com os seios nus nas manifestações do dia 18 de junho.....	326
Figura 33 – Fac-símile da capa do caderno especial e da reportagem sobre a manifestante fotografada com os seios nus manifestações do dia 18 de junho.....	327
Figura 34 – Foto da capa do jornal <i>O Globo</i> sobre a Conferência Rio+20.....	328
Figura 35 – Foto de milhares de manifestantes no centro do Rio de Janeiro em protesto contra os poucos avanços do documento “Futuro que Queremos”.....	329
Figura 36 – Manifestante segura placa com frase sobre a importância da educação para	

mudar o mundo.....	337
Figura 37 – Campanha do jornal <i>O Globo</i> para jovens e crianças sobre proteção da fauna marítima.....	338
Figura 38 – Fac-símile da abertura da página e infográfico da reportagem sobre comportamentos sustentáveis.....	340
Figura 39 – Fotolegenda de uma exposição sobre reciclagem na Praia de Botafogo, no Rio de Janeiro.....	341
Figura 40 – Fac-símile da capa da matéria “O que pensam os nossos jovens”, com o selo da Rio+20.....	342

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valores -notícia.....	84
Quadro 2 – Características da Sociedade de Risco.....	186
Quadro 3 – Enunciado sobre o uso de agrotóxicos de Carson.....	191
Quadro 4 – Enunciados sobre o crescimento populacional de Erlich.....	194
Quadro 5 – Enunciados de Commoner sobre crescimento populacional.....	195
Quadro 6 – Enunciados de Hardin sobre o crescimento populacional.....	196
Quadro 7 – Enunciado de Meadows sobre o crescimento populacional e a economia.....	197
Quadro 8 – Enunciado sobre os ecossistemas ecológicos.....	200
Quadro 9 – Enunciados protecionistas sobre a natureza.....	203
Quadro 10 – Enunciado sobre a natureza a partir da ecologia dos ecossistemas.....	206
Quadro 11 – Enunciados sobre justiça ambiental.....	207
Quadro 12 – Enunciado contra o crescimento zero.....	221
Quadro 13 – Enunciados contra o crescimento zero.....	221
Quadro 14 – Enunciado sobre a inclusão do desenvolvimento na questão ambiental.....	225
Quadro 15 – Enunciados sobre o desenvolvimento e sobre a criação e autonomia do programa da ONU para o meio ambiente.....	227
Quadro 16 – Enunciados sobre o temor dos países em desenvolvimento à criação de mais barreiras aos seus produtos.....	228
Quadro 17 – Enunciado sobre a diferenciação dos problemas ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.....	229
Quadro 18 – Enunciado sobre a diferenciação dos problemas ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.....	229
Quadro 19 – Enunciado sobre a diferenciação dos problemas ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.....	232
Quadro 20 – Enunciado sobre a diferenciação dos problemas ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.....	234
Quadro 21 – Enunciado sobre a C&T como causadora dos problemas ambientais.....	235
Quadro 22 – Enunciado sobre o controle populacional.....	236
Quadro 23 – Enunciado sobre o crescimento demográfico como causa dos problemas	

ambientais.....	237
Quadro 24 – Enunciado sobre o valor do meio ambiente para o desenvolvimento econômico.....	238
Quadro 25 – Enunciados sobre a diferenciação dos problemas ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.....	239
Quadro 26 – Enunciados sobre a importância do desenvolvimento para o combate à crise ambiental.	239
Quadro 27 – Enunciado sobre a elaboração de políticas para o planejamento do crescimento demográfico nos países em desenvolvimento.....	240
Quadro 28 – Enunciado sobre a necessidade de se educar a população sobre a questão ambiental e o uso da mídia com caráter educativo.....	241
Quadro 29 – Enunciados sobre a visão ecológica dos ecossistemas sobre a natureza e o desenvolvimento.....	251
Quadro 30 – Enunciado sobre criação de estratégias para o desenvolvimento sustentável.....	252
Quadro 31 – Enunciado sobre criação de estratégias para o desenvolvimento sustentável.....	253
Quadro 32 – Enunciado sobre a participação da população nas reuniões da comissão	254
Quadro 33 – Enunciado sobre a crise ambiental e social.....	255
Quadro 34 – Enunciados sobre a crise social enfrentada pelos países em desenvolvimento.....	255
Quadro 35 – Enunciados sobre a necessidade de se criar um novo desenvolvimento.....	256
Quadro 36 – Enunciados sobre a inseparabilidade do binômio desenvolvimento e meio ambiente.....	257
Quadro 37 – Enunciados sobre o impacto do padrão insustentável de desenvolvimento dos países de economias avançadas.....	257
Quadro 38 – Enunciados sobre a responsabilidade com as atuais e futuras gerações.....	259
Quadro 39 – Enunciados sobre desenvolvimento insustentável.....	259
Quadro 40 – Enunciados sobre as desigualdades entre os países ricos e pobres geradas por um sistema econômico predatório e pela superexploração dos recursos naturais pelos ricos.....	260

Quadro 41 – Enunciados contra o sistema econômico mundial.....	260
Quadro 42 – Enunciado sobre as multidimensões do meio ambiente.....	261
Quadro 43 – Enunciados sobre a necessidade de ser construir um novo crescimento econômico que combata as desigualdades sociais.....	262
Quadro 44 – Enunciados sobre as equidades sociais entre os países.....	262
Quadro 45 – Enunciados sobre desenvolvimento sustentável.....	263
Quadro 46 – Enunciados sobre mudanças nos padrões de consumo e do uso de energias fósseis pelos países desenvolvidos para uma equidade entre os países.....	263
Quadro 47 – Enunciados sobre o entrelaçamento entre economia e ecologia.....	264
Quadro 48 – Enunciados sobre a busca da equidade social nas e entre as nações.....	265
Quadro 49 – Enunciados sobre o planejamento dos assentos urbanos.....	265
Quadro 50 – Enunciados sobre equidades políticas e participação ativa da sociedade civil.....	266
Quadro 51 – Enunciados sobre a <i>Linha de Força Conservacionista</i>	271
Quadro 52 – Enunciado sobre a <i>Linha de Força Científica Ecológica</i>	272
Quadro 53 – Enunciado sobre a <i>Linha de Força Desenvolvimentista Economicista</i>	272
Quadro 54 – Enunciados sobre a <i>Linha de Força Equidade Social e Ambiental</i>	273
Quadro 55 – Enunciados sobre educar para o desenvolvimento sustentável.....	274
Quadro 56 – Enunciados sobre resistências.....	276
Quadro 57 – Principais eventos e documentos sobre meio ambiente organizados pelas Nações Unidas.....	286
Quadro 58 – Textos jornalísticos sobre como se processam as reuniões de negociação, conforme matérias dos três jornais.....	294
Quadro 59 – Enunciados sobre como se processaram as plenárias de negociação, segundo matérias publicadas pelos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	295
Quadro 60 – Enunciados sobre como se processam as reuniões de negociação, conforme matérias dos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	297
Quadro 61 – Enunciado sobre como se processam as reuniões de negociação, conforme matérias dos jornais pesquisados.....	298
Quadro 62 – Enunciados sobre como se processam as reuniões de negociação, conforme os jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	299

Quadro 63 – Enunciados sobre o tema do princípio da Responsabilidade Comum, Porém Diferenciada dos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	309
Quadro 64 – Enunciados sobre os meios de implementação às políticas ambientais dos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	310
Quadro 65 – Enunciados sobre a economia verde nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	311
Quadro 66 – Enunciados sobre a economia verde de Boaventura Santos.....	313
Quadro 67 – Enunciados sobre a ampliação dos poderes do PNUMA nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	314
Quadro 68 - Enunciados sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	315
Quadro 69 – Enunciados sobre energias limpas e fósseis nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	316
Quadro 70 – Enunciados sobre proteção dos oceanos nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	318
Quadro 71 – Enunciados sobre direitos reprodutivos nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	319
Quadro 72 – Enunciados sobre os processos das negociações e o documento final da conferência, segundo os jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	322
Quadro 73 – Enunciados sobre os protestos nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	324
Quadro 74 – Enunciados sobre os protestos nos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> , <i>O Estado de S. Paulo</i> e <i>O Globo</i>	329
Quadro 75 – Enunciados das Nações Unidas sobre o reforço da importância da participação da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável.....	334
Quadro 76 – Enunciados sobre as ações da sociedade civil e do setor privado para a sustentabilidade.....	335
Quadro 77 – Enunciados sobre os comportamentos insustentáveis do consumidor.....	336
Quadro 78 – Enunciados sobre educar para ser sustentável.....	337
Quadro 79 – Enunciados sobre educar para a sustentabilidade na campanha de O	

Globo “Quero ver Toninha”	339
Quadro 80 – Enunciados dos sujeitos sobre comportamentos sustentáveis.....	342

LISTRA DE SIGLAS

BIOSFERA	Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera
BIRD	Banco Internacional Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DDS	Discurso Desenvolvimento Sustentável
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNPJ	Fórum de Professores de Jornalismo
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
OB	Observatório da Imprensa
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PNUMA	Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
SBPJOR	Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNSCCUR

Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização
de Recursos

WWF

World Wide Found for Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	31
1.1 Objetivo geral.....	35
1.1 Objetivos específicos	35
2 JORNALISMO: A FORMAÇÃO DE UM CAMPO DE SABER	37
2.1 O campo de pesquisa do jornalismo no Brasil: uma breve discussão.....	37
2.2 Jornalismo como produção de conhecimento	43
2.2.1 Estudos de jornalismo: as contribuições do pioneiro Peucer.....	43
2.2.2 Robert Park e a Escola de Chicago.....	45
2.2.2.1 O conceito de comunicação em Park.....	48
2.2.2.2 Sistema parkiano: a notícia como conhecimento e o poder da imprensa.....	50
2.2.3 Jornalismo: conhecimento singular.....	53
3 O ACONTECIMENTO NA ERA DA MEDIATIZAÇÃO	59
3.1 Genealogia do acontecimento	59
3.2 O acontecimento e a mídia	63
3.3 Jornalismo e acontecimento: uma comunidade interpretativa	75
3.4 Acontecimento, jornalismo e discurso	88
4 PENSAR COM FOUCAULT	93
4.1 As contribuições de Foucault para a análise discursiva.....	95
4.1.1 Enunciados e heterogeneidade discursiva	99
4.1.2 Arquivo e o <i>a priori</i> histórico.....	102
4.1.3 Formação discursiva.....	108
4.1.4 O discurso, o sujeito e a história.....	111
4.1.5 A ordem do discurso.....	113
4.2 O dispositivo no pensamento foucaultiano	121
4.2.1 Dispositivo e relações de poder	125
4.2.1.2 Como se exerce o poder	135
4.2.1.3 Como analisar as relações de poder.....	138
4.2.1.4 Relações estratégicas	141
4.3 Agamben: o dispositivo está em todo lugar	145
4.4 Dispositivo em Deleuze: um conceito multilinear	146

4.5	Categorias da composição de um dispositivo	150
4.6	A população e a governamentalidade	152
4.6.1	Dispositivos de segurança	156
5 A TESSITURA DA REDE DO DISPOSITIVO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....		
5.1	Etapas e composição da <i>corpora</i> da pesquisa.....	165
5.2.1	Recorte diacrônico: o <i>corpus</i> 1 da Etapa 1 de pesquisa	168
5.2	Emerge uma urgência histórica: as problemáticas ambientais.....	169
5.2.2	A Era de Ouro e seus subprodutos indesejáveis: a poluição e a deterioração ecológica	171
5.2.2.1	A questão nuclear e as catástrofes ambientais ganham visibilidade.....	173
5.2.3	Da primavera silenciosa às trombetas dos “Cavaleiros do Apocalipse”	189
5.2.4.1	Linhas de forças identificadas nas análises	211
5.3	A composição do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável	212
5.3.1	Recorte diacrônico: o <i>corpus</i> 2 da Etapa 2 da pesquisa	213
5.3.2	A constituição das relações de forças sobre a questão ambiental: a realização da 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente	214
5.3.2.1	Um saber ambiental em construção.....	216
5.3.2.2	Preparativos para Estocolmo: diferenciações, objetivos e instrumentos das relações de poder.....	220
5.3.2.3	A Conferência de Estocolmo: institucionalização e racionalização das relações de poder	238
5.3.3	O desenvolvimento sustentável: os elementos heterogêneos constitutivos de um dispositivo.....	246
5.4	O Dispositivo Desenvolvimento Sustentável na cobertura jornalística da Rio+20	278
5.4.1	Procedimentos metodológicos para a composição do corpus da Etapa 3 da pesquisa	279
5.4.1.1	Jornal O Globo	281
5.4.1.2	Jornal O Estado de S. Paulo	282
5.4.1.3	Jornal Folha de S. Paulo	283
5.4.1.4	Critérios para composição do <i>corpus</i> da Etapa 3	284

5.4.1.5 Recorte sincrônico: o corpus da Etapa 3 de pesquisa.....	285
5.4.2 Curvas de visibilidade do DDS na cobertura jornalística da Rio+20..	285
5.4.3 Curvas de enunciabilidades do DDS na cobertura jornalística da Rio+20	293
5.4.4 Linhas de Força do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável na cobertura jornalística da Rio+20.....	307
5.4.5 Linhas de Subjetivação do DDS na cobertura jornalística da Rio+20...333	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	345
REFERÊNCIAS	353
APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS DA COBERTURA DA RIO+20 DOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.	366
APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS SOBRE AS NEGOCIAÇÕES DO DOCUMENTO FINAL DA RIO+20 NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.....	374
APÊNDICE C – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE COMUM, PORÉM DIFERENCIADA ENTRE NAÇÕES DE ECONOMIAS AVANÇADAS E EM DESENVOLVIMENTO NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.	379
APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE O FUNDO E FINANCIAMENTOS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.....	381
APÊNDICE E – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS SOBRE ECONOMIA VERDE NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.	383
APÊNDICE F – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE O PNUMA NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.	385
APÊNDICE G – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.....	386
APÊNDICE H – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE ENERGIAS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.....	388
APÊNDICE I – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE PROTEÇÃO DOS OCEANOS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.....	389

APÊNDICE J – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.	391
APÊNDICE L – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE OS PROTESTOS NAS RUAS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.	393
APÊNDICE M – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE SUBJETIVAÇÃO DOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.	395
ANEXO A EM CD — REPORTAGENS DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, O GLOBO E ESTADO DE S. PAULO ANALISADAS NO CAPÍTULO 5 (ETAPA 3).....	398

INTRODUÇÃO

Lá em casa, nossa alimentação é bem reaproveitada: usamos casca de banana para fazer brigadeiro, meu pai escova bem a cenoura para não desperdiçar a casca. Levo sacola para o supermercado e ando de bicicleta. (Yasmin Neves, 19 anos, universitária)¹

O termo “ser sustentável” está em todo lugar: nas escolas, nos jornais, nas propagandas institucionais das empresas, na moda, nas ruas, nos relatórios e nos balanços sociais. Nunca se falou tanto em desenvolvimento sustentável, mesmo que algumas das práticas citadas como sustentáveis, não o sejam de fato. O desenvolvimento sustentável tornou-se um fenômeno moderno, seja dito em tantos falares e enunciados. Sua visibilidade ocorreu com a emergência dos problemas ambientais na cena pública, tais como a poluição, a redução da biodiversidade, o aquecimento global, as mudanças climáticas, a diminuição da camada de ozônio, os desmatamentos florestais e o esgotamento dos recursos naturais (solo, água, combustíveis fósseis, dentre outros). Grande parte desses problemas não é facilmente detectável pelas pessoas comuns e só pôde ser identificada com as descobertas científicas. É raro, como ressalta Hannigan (2009, p. 141), “algum problema ambiental que não tenha suas origens num corpo da pesquisa científica”.

A “crise ambiental” vem ganhando cada vez mais visibilidade nos espaços públicos, em especial no jornalismo, campo privilegiado e permeado por discursos de todos os lugares, pois os jornais, como ressalta Fausto Neto (2000, p. 95), “instituem, constroem e fazem funcionar o ‘mundo da recepção’² nas próprias fronteiras da estrutura produtiva da oferta de sentidos”. Desse modo, a imprensa é considerada a gerenciadora do debate público, a “alma” do espaço público (SILVA, L., 2006; WOLTON, 2004³). E como “púlpito” na cena pública, a imprensa é responsável pela animação das operações dos seus próprios saberes e discussões, que envolvem os agentes das diferentes agendas, tanto do mundo privado como do público.

¹ *O Estado de S. Paulo*, Caderno Especial Planeta Rio+20, 3/06/2012, p. A-24.

² Recepção é compreendida por Fausto Neto (2000) como uma construção instituída e estruturada no interior do próprio campo simbólico da prática midiática, e não como a produção de sentido realizado pelo público.

³ A partir de Silva (2006) e Wolton (2004), estabelecemos o espaço público como o local eminentemente discursivo, o que o diferencia da perspectiva posta pela esfera pública habermasiana. Considerado como uma abstração, espaço público é o campo localizável das mediações de interações e inflexões entre os mais variados campos e recortes do espaço social. Nesse espaço, a imprensa é a tribuna, o coração, a alma, sendo permeada pelas questões e as ideias que a transitam, alimentando a argumentação e a deliberação política.

O jornalismo foi fundamental para que as questões ambientais passassem a ser incluídas na agenda política, o que pode ser creditado, em grande parte, aos movimentos sociais, aos atores da ciência no processo de identificação de problemas ambientais e às grandes conferências e cúpulas mundiais sobre meio ambiente promovidas pelas Nações Unidas. Ao todo foram realizadas até o momento quatro grandes cúpulas mundiais: a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, no Rio de Janeiro em 1992; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, em Johannesburgo em 2002; e, mais recentemente, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, novamente no Rio de Janeiro, em 2012. A grande visibilidade dessa última conferência chamou nossa atenção para os diversos enunciados que estão presentes em um evento dessa dimensão.

Para o desenvolvimento do trabalho, baseamo-nos no constructo teórico-metodológico de Michel Foucault, por suas contribuições aos estudos da Análise do Discurso (AD), particularmente pelos conceitos de formação discursiva, acontecimento discursivo, interdiscurso, memória discursiva e práticas discursivas, mas principalmente pela sua discussão sobre as relações de poder-saber na compreensão dos sujeitos. Tendo em vista a importância da categoria dispositivo na análise do discurso empreendida pelo autor, ela tornou-se central neste trabalho. O dispositivo é entendido por Foucault (2012) como uma rede formada por um aglomerado heterogêneo, composto de diversos elementos, tais como discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Essa categoria também foi caracterizada por ele como o resultado de uma função estratégica formulada a partir de uma urgência histórica. Na presente tese, as problemáticas ambientais foram percebidas como essa urgência histórica a ser analisada na pesquisa, nos seus contornos históricos, políticos, sociais e econômicos.

Somada à perspectiva foucaultiana, introduzimos na análise a grade analítica de Deleuze (1996, 2005), a partir da sua leitura do dispositivo, que, segundo ele, é composto por agrupamentos de linhas que formam um mapa a ser cartografado. As linhas propostas por Deleuze (1996, 2005) são as seguintes: *curvas de visibilidade*, *curvas de enunciação*, *linhas de força* e *linhas de subjetivação*. A primeira delas é definida como um regime de luz proporcionado pelo dispositivo, que definirá o visível e o invisível, as “máquinas de fazer ver”. A segunda faz parte da dimensão dos ditos, dos enunciados; são “as máquinas de fazer falar” (DELEUZE, 1996). As linhas de força, consideradas como a terceira dimensão em exercício no dispositivo, estão em constante movimento e atravessam as duas dimensões

anteriores, produzidas na relação estratégica de poder-saber. Finalmente, a última dimensão do dispositivo é composta por linhas de subjetivação que estabelecem tanto um sistema de individuação sobre o sujeito como pode possibilitar-lhe uma rota de fuga, a partir das relações consigo mesmo.

Apesar de nem Foucault nem Deleuze apontarem um Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS), entendemos que a questão ambiental, ao longo das décadas, agregou os elementos heterogêneos constitutivos de um dispositivo, podendo ser percebido pela multidimensionalidade linear que o compõe. E essa foi justamente a proposta desta tese. A partir das concepções sobre o dispositivo de Foucault (1988, 2000, 2002, 2006, 2007a, 2007b, 2008, 2010a, 2010b, 2010c, 2012, 2014) e das contribuições de Agamben (2005, 2014), Castro (2009), Deleuze (1996, 2005) e Veyne (2011), propusemos como problema de pesquisa identificar e mapear a manifestação do DDS historicamente e durante a cobertura da Rio+20.

O primeiro objetivo específico proposto, tendo como referência a questão central, foi o de tecer a rede do DDS a partir da identificação das *curvas de visibilidade*, *curvas de enunciação*, *linhas de força* e *linhas de subjetivação* (DELEUZE, 1996, 2005). Na análise buscamos perceber também como esses elementos emergiram das relações de poder-saber-sujeito das disputas travadas nas reuniões realizadas antes e durante a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, vinte anos, portanto, antes da Rio+20. O segundo objetivo da pesquisa foi mapear a manifestação do DDS, historicamente e na cobertura jornalística da Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2012.

Para tanto, buscamos compor o arquivo a partir do lugar ocupado pelo acontecimento discursivo: a emergência das questões ambientais (FOUCAULT, 2007b; GUILHAUMOU; MALDIDIER; SARGENTINI, 2007). Desse modo, compusemos a *corpora* de pesquisa estabelecendo três *corpus* diferentes, em três etapas analíticas distintas, descritos em detalhes em cada composição de *corpus* na análise. Essas três etapas foram dispostas da seguinte maneira: na Etapa 1, fizemos um recorte diacrônico e procuramos levar em conta elementos do arquivo que nos ajudassem a compreender a questão ambiental, o que foi feito por meio de levantamentos históricos, mas também políticos, econômicos e sociais, que permitiram a identificação das linhas de forças que compõem o DDS. Na Etapa 2 (Análise Diacrônica), procuramos identificar os elementos heterogêneos constitutivos do DDS na análise do Relatório Brundtland (CMMAD, 1991) e a composição das linhas de forças que permeavam esse documento. Por fim, na Etapa 3 (Análise Sincrônica), procuramos perceber, na cobertura da Rio+20 pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, as expressões

manifestas do DDS, no mês de junho de 2012, no período da realização da Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.

A tese foi dividida em cinco capítulos, dispostos e organizados da seguinte maneira: no Capítulo 1, realizamos a construção do problema de pesquisa, estruturado internamente e vinculado ao constructo teórico-metodológico a ser observado ao longo do trabalho, com objetivos específicos e etapas de pesquisa (Análise Diacrônica e Sincrônica). No Capítulo 2, procuramos perceber como os estudos do jornalismo estabeleceram a construção de um saber sobre determinados objetos, conceitos, modalidades enunciativas e organizações estratégicas construídas historicamente. Para tanto, procuramos, a partir de aspectos da formação acadêmica e do exercício da profissão do jornalista, perceber a construção e a institucionalização de um campo de saber: o jornalismo. Por fim, buscamos identificar a produção de saberes pelo jornalismo, por meio do lugar que ocupa na construção e na circulação de conhecimentos, dialogando com Genro Filho (2012), Meditsch (1992, 1997, 2010), Ponte (2005) e Robert Park (1920), da Escola de Chicago.

Diante de sua importância para a compreensão do presente, realizamos no Capítulo 3 uma breve genealogia do acontecimento, para perceber como a mídia noticiosa se tornou importante para a formação e a compreensão dos acontecimentos na modernidade. Para compor a relação do jornalismo com o acontecimento, trouxemos para a discussão a noção de “comunidade interpretativa” jornalística, por nos ajudar a perceber como o jornalismo constrói uma percepção e interpretação do presente a partir de suas práticas e da narração do acontecimento.

O aprofundamento da construção teórico-metodológica sobre a contribuição de Foucault às análises discursivas foi realizado no Capítulo 4, quando nos dedicamos à compreensão de como se articulam categorias tais como enunciados, heterogeneidade discursiva, arquivo, *a priori* histórico, formação discursiva, discurso, sujeito, história e ordem do discurso. Nosso foco voltou-se para o conceito de dispositivo de Foucault, que é discutido a partir não só das concepções desse autor, mas também nas de Agamben (2005, 2014), Deleuze (1996, 2005) e Veyne (2011), na tentativa de entender como o desenvolvimento sustentável se configurou como um dos vários dispositivos modernos.

E, por fim, no Capítulo 5, dedicamo-nos às análises propriamente ditas, abordadas em três etapas de pesquisa: as duas primeiras (Etapas 1 e 2) foi dedicada à Análise Diacrônica; e a terceira (Etapa 3), à Análise Sincrônica. Buscamos dessa forma compor a rede do DDS a partir da sua emergência histórica, com seus elementos heterogêneos na formação das linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força e linhas de subjetivação, tanto na

Conferência de Estocolmo como na Conferência Rio+20, passando pela compreensão das convergências das linhas de força identificadas na formulação do documento “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1991). Com essa organização interna da tese, esperamos poder contribuir para a composição do que estamos nos tornando no presente, a partir da compreensão da constituição do DDS, desde a sua emergência até a criação das condições para sua permanência.

PARTE I: CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

1 CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Construir um problema de pesquisa, em sua organização interna e suas vinculações com as bases teóricas e com uma realidade observável, envolve decisões metodológicas. (BRAGA, 2011, p. 8)

As mudanças ambientais globais, tais como o buraco na camada de ozônio, os desmatamentos das florestas tropicais, as mudanças climáticas, as catástrofes ambientais, os acidentes nucleares e a poluição, dentre outros, colocaram as questões sobre o meio ambiente e os perigos que representam para as populações nas agendas pública, midiática e política. Desde a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em 1972, esses problemas têm ganhado cada vez mais visibilidade e gerado embates e conflitos na cena pública, principalmente na política.

No processo das relações de forças estabelecidas em torno desses problemas transnacionais, o jornalismo vem exercendo um papel importante na divulgação da agenda ambiental e na cobertura do processo de deterioração do meio ambiente humano, das catástrofes e dos riscos ambientais que envolvem a segurança da população (BARROS; SOUZA, 2001; BECK, 2010; MOURA, D., 2005). A ampla cobertura jornalística tem favorecido cada vez mais a percepção pública, ao criar espaços de visibilidade e de enunciabilidade desses problemas.

Os modelos convencionais da sociedade moderna não são suficientes para a compreensão das origens da emergência dos perigos ao meio ambiente humano e muito menos para solucionar suas consequências. Vivenciamos hoje, segundo Beck (2010), a fase de transposição da “sociedade industrial” para uma nova configuração social e política, que trouxe consigo tipos específicos de riscos e ameaças à própria humanidade. Nesta “sociedade de risco”, como denomina Beck (2010), esses riscos são perigos produzidos como parte da modernização e amplamente distribuídos independentemente de classes sociais. Para o autor, nessa perspectiva, esses frutos da modernização são igualmente distribuídos entre as nações ricas e pobres, e impostos, em grande parte, pelas nações ocidentais de economias avançadas na produção e distribuição desigual das riquezas, agravando os efeitos colaterais negativos, tais como a pobreza e a fome de outros países.

A abordagem jornalística acerca da deterioração do meio ambiente e das ameaças à sociedade tem suscitado questionamentos de diversas ordens. Em um primeiro momento, a preocupação era entender o saber produzido pelas notícias sobre a questão ambiental, na

busca da compreensão sobre que tipo de conhecimento o jornalismo produz acerca da realidade social. Essa perspectiva do jornalismo como produtor de conhecimento foi abordada por Park (1929, 1945, 1947), um dos primeiros estudiosos a ver a notícia como uma forma elementar de conhecimento (*apud* CONDE, 1999, 2000, 2008; SILVA, N., 2012), e posteriormente pelos estudos de Genro Filho (1987) e outros pesquisadores do campo do jornalismo. Longe de estar saturada, essa problematização continua em discussão, mas neste trabalho é enfocada apenas como pano de fundo.

Outras preocupações e interrogações mais amplas, no entanto, foram surgindo no caminhar da pesquisa. Como perceber a forma pela qual o jornalismo tem dado visibilidade aos problemas ambientais, ou seja, como ilumina determinados objetos e/ou aspectos sobre as questões do meio ambiente? Quando dá visibilidade a esse tema, o que isso produz no espaço da discussão pública? Nesse espaço de enunciados, como o jornalismo contribui para a compreensão desse fenômeno no presente?

Todas essas inquiirições iniciais e ainda muito gerais sobre o que deveria ser realmente o problema de pesquisa foram se ampliando ao longo dos estudos e da exploração do tema. A partir das leituras que fizemos, deparamo-nos com o conceito de dispositivo na obra foucaultiana, o que nos permitiu olhar para a estruturação da sociedade moderna na sua relação com o meio ambiente, decorrente do surgimento do que Foucault (2008, 2010) denominou “biopoder”, o governo da vida. Nessa relação entre gerir a vida e o meio ambiente, percebemos o que está em jogo: a vida das populações, ou melhor, a gestão da vida das populações.

A abordagem foucaultiana trouxe elementos importantes para fazermos tensionamentos e articulações, triangulando a problematização do objeto da presente tese, o trabalho de fundamentação teórica e a observação empírica sistemática. Ao trabalhar com a categoria de dispositivo, assumimos um “horizonte de reflexão”: a compreensão do discurso deveria estar apoiada nesse conceito, por reunir as instâncias de poder e de saber em uma mesma grade analítica. Isso significa dizer que, nas práticas que constituem historicamente os homens, busca-se a compreensão do que organiza o que e como os homens o fazem (a homogeneidade); as relações de domínios sobre as coisas (o saber); a ação sobre os outros (o poder); e as relações consigo mesmo (a ética). Como alerta Braga (2011, p. 8), “as teorias que adotamos, normalmente, não envolvem apenas explicações da realidade, mas também fornecem os objetos-tipo que em seu âmbito são constituídos e alguma ordem de questões que lhe são dirigidas”. É bem nesse sentido que o dispositivo é operacionalizado nesta pesquisa.

A partir das condições colocadas acima, vemo-nos diante da posição necessária de fazer escolhas e “construir um problema de pesquisa, em sua organização interna e suas vinculações com as bases teóricas e com uma realidade observável, envolve decisões metodológicas” (BRAGA, 2011, p. 8). Essa tomada de decisão não é necessariamente realizada em uma sequência nem tem um ponto de partida específico. As tomadas de decisões metodológicas

[...] começam em qualquer ponto e se desenvolvem em todas as direções. Retornam em reiteração de cada nível para todos os outros. O que importa, nesse espaço, é perceber que, em todos os níveis e a cada passo da pesquisa, o pesquisador é solicitado a tomar decisões teórico-epistemológicas ou práticas – e geralmente envolvendo articulações entre estas duas ordens. (BRAGA, 2011, p. 8)

Diante disso, tomamos a decisão, a partir do arcabouço teórico-metodológico foucaultiano, de trabalhar com a categoria de dispositivo, que se tornou fundamental para verificar como essa produz enunciados, discursos e práticas (FERNANDES, 2012). E, ainda, por nos permitir ver as expressões de poder-saber e de subjetivação operadas por um dispositivo, inclusive, manifestando-se por meio da produção jornalística no presente. Desse modo, esse constructo teórico-metodológico apresentou-se bastante eficaz como amparo às inquietações que vínhamos formulando sobre a relação entre meio ambiente e jornalismo. Nessas relações também sobressaltou aos olhos a abordagem da questão ambiental na perspectiva desenvolvimentista, uma vez que todas as conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente estão relacionadas com o desenvolvimento. No caso da questão ambiental, essa visada teórica poderá nos mostrar como o desenvolvimento sustentável penetra o cotidiano e qual a atuação do jornalismo nessas relações de força e de saber produzidas por ele. E, ainda, de que forma, em uma sociedade voltada para a manutenção e a geração da vida da população, o discurso sobre o meio ambiente aparece e quais as condições e as causas de seu surgimento.

Tudo isso levou-nos às discussões em nível global desenvolvidas durante a primeira Conferência Ambiental e de Desenvolvimento realizada pela ONU em Estocolmo, em 1972. O intuito foi tentar perceber se as diversas conferências ambientais, os discursos, as instituições, as proposições filosóficas, as medidas de segurança, as leis, os edifícios, os enunciados científicos, os documentos, os acordos, os tratados, os financiamentos e tantas outras práticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável desde então seriam os elementos dessa rede organizada da composição de um dispositivo que teria emergido historicamente

naquele período. A preocupação será identificar as quatro dimensões do dispositivo: *curvas de visibilidade*, *curvas de enunciação*⁴, *linhas de força* (poder-saber) e *linhas de subjetivação*, propostas por Deleuze (1996, 2005). Esses eventos geram visibilidades e enunciação sobre o tema ambiental, como máquinas de “fazer ver” e de “fazer falar”, definindo o que é visível ou invisível e o dito. As *linhas de força* são a dimensão do poder-saber que atravessa tanto as *linhas de visibilidade* como as *linhas de enunciação* do dispositivo e estabelecem os pontos das ações estratégicas e das resistências que estruturam o poder. A quarta dimensão da análise, as *linhas de subjetivação*, são linhas de fuga de indivíduos e grupos que escapam às forças estabelecidas e aos saberes constituídos, mesmo que não seja “certo que todo dispositivo disponha de um processo semelhante” (DELEUZE, 1996, p. 2).

Investigamos, ainda, se esses encontros transnacionais teriam sido impulsionados por essa questão emergente e se as políticas resultantes desses eventos visaram conduzir a população a um uso modelar, equilibrado e sustentável do meio ambiente com o objetivo de melhorá-lo (tanto natural como artificialmente), contribuindo para o meio ambiente humano. Na perspectiva de “fazer viver”, e não mais de “deixar morrer”, as práticas sustentáveis estão diretamente relacionadas com essa concepção de vida no planeta. Afinal, os impactos negativos no meio ambiente geram riscos e perigos a todos os seres vivos, colocando em cheque sua segurança.

Esse olhar histórico levou-nos a outra preocupação sobre as relações do desenvolvimento sustentável, que é a de identificar como os elementos do saber-poder e da subjetivação, constituintes do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS), manifestam-se no presente por meio da cobertura jornalística. Além disso, interessa-nos saber quais as linhas de força que são tensionadas nos jogos estratégicos de poder, nos embates e nas lutas travadas em um grande evento internacional e como elas podem ser percebidas na materialização das notícias feita pelos veículos de comunicação.

Foucault (1988, 2012) entendia o dispositivo como um conjunto heterogêneo que engloba uma variedade de elementos, tais como discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões, regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em síntese, uma rede composta por aglomerados heterogêneos de ditos e não ditos que respondem a uma estratégia que se apresenta em face de uma urgência, com o objetivo de obter um efeito de poder. Diante do

⁴ É importante esclarecermos que o termo enunciação é utilizado no sentido foucaultiano, mas a partir do texto de Deleuze (1996), traduzido do português de Portugal, e não no sentido que Benveniste utiliza na discussão dos atos de fala (*apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 193).

exposto, nosso problema de pesquisa contempla a identificação e o mapeamento da manifestação do DDS na cobertura da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+20, ocorrida no Rio de Janeiro em 2012, duas décadas após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, Cúpula da Terra, Cimeira da Terra e Rio-92, que ocorreu em 1992, na mesma cidade.

O desafio que se coloca é percorrer a composição dos encaminhamentos metodológicos a partir das reflexões teóricas do marco conceitual foucaultiano. Ressaltamos que Foucault (1988, 2000, 2002, 2006, 2007a, 2007b, 2008, 2010a, 2010b, 2010c, 2012, 2014) não propõe uma teoria, e sim formas de análises a serem constituídas e reconstituídas ao longo do processo analítico, sustentadas pela lógica de problematização constante daquilo que é analisado. O *corpus* também não é formado *a priori*, e sim constituído a cada etapa da pesquisa. A abordagem do arquivo sobre o tema deve ser composta de forma heterogênea e os seus elementos deverão ser compostos na realização da análise. Desse modo, o que temos são duas abordagens ao objeto de pesquisa: uma histórica, que busca compreender a emergência do DDS e a constituição dos elementos que possibilitaram a sua permanência; e outra que analisa o presente na manifestação desse dispositivo no campo jornalístico, por meio da cobertura de um evento específico. Portanto, o que nos interessa é compor a historicidade do dispositivo e a sua expressão na cobertura jornalística.

1.1 Objetivo geral

O objetivo desta pesquisa é identificar e mapear a manifestação do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS) historicamente e na cobertura da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+20.

1.2 Objetivos específicos:

- a) tecer a rede do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS) a partir das *linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força e linhas de subjetivação*, resultado das relações de poder-saber sobre as questões ambientais, travadas desde antes da Conferência de Estocolmo até a década de 1980;

- b) analisar a cobertura da Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Rio+20, buscando perceber a manifestação do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS).

2 JORNALISMO: A FORMAÇÃO DE UM CAMPO DE SABER

Se o jornalismo é produção de conhecimento diferente daquele é produzido pela ciência, tem importância social muito maior do que se tem atribuído a ele. No conhecimento do mundo produzido pelo jornalismo, talvez possamos encontrar pistas que nos ajudem a entender a crescente irracionalidade da civilização racional e científica. E, dando atenção a esta irracionalidade, quem sabe, poderemos nos reaproximar dos sentimentos do público e, com isso, reencontrar o seu interesse. (MEDITSCH *apud* PONTE, 2005, p. 106)

O estudo do jornalismo se estabelece na construção de um saber sobre determinados objetos, conceitos, modalidades enunciativas e organizações estratégicas construídos historicamente. Para pensar o jornalismo, iremos discutir aspectos da formação acadêmica para o exercício profissional, partindo de uma análise inicial dos estudos e de algumas das principais teorias que o balizaram, o construíram e o institucionalizaram como campo de saber no Brasil.

2.1 O campo de pesquisa do jornalismo no Brasil: uma breve discussão

Diferentes correntes teóricas debruçaram-se sobre o jornalismo como objeto de estudo ao longo do século XX e em períodos anteriores. Os estudos organizados como “Teorias do Jornalismo” têm sido realizados em diversos campos do saber, tais como a filosofia; as ciências políticas; a sociologia, mais especificamente a sociologia do conhecimento e do trabalho; a teoria da cultura de massas, a partir da Escola de Frankfurt; os estudos culturais, sobretudo, a Escola Britânica, dentre outras vertentes. Na América Latina, as teorias sobre o jornalismo têm sido estudadas dentro do grande campo da comunicação e em suas diferentes interfaces interdisciplinares.

No Brasil, a pesquisa em jornalismo conta com uma tradição de 125 anos. Desde as primeiras iniciativas de pesquisas até a consolidação das faculdades de Comunicação, temos estudos sobre a imprensa nacional realizados por pesquisadores de variadas correntes, com métodos e objetos de análise distintos, contribuindo para o desenvolvimento dos estudos sobre o campo. José Marques de Melo (2003) busca categorizar os períodos históricos das Ciências da Comunicação e do Jornalismo em cinco fases: Desbravamento (1873-1922),

Pioneirismo (1923-1946), Fortalecimento (1947-1963), Consolidação (1964-1977) e Institucionalização (1978-1997).

Do período de desbravamento, Melo, J. (2003) aponta os trabalhos de José Higino Duarte Pereira (1891)⁵ e de Alfredo de Carvalho (1889). A pesquisa do primeiro trazia à luz uma polêmica da época, que apontava os holandeses como os introdutores da imprensa brasileira, e não os portugueses. Após pesquisar nos arquivos holandeses, Duarte Pereira comprovou o pioneirismo lusitano na imprensa brasileira. Essa investigação serviu de base para a pesquisa realizada, muitos anos depois, por Alfredo de Carvalho, que também reafirma o pioneirismo português na imprensa nacional (*apud* MELO, J., 2003).

Na fase do pioneirismo, o trabalho de Barbosa Lima Sobrinho (1923) é considerado por Melo, J. (2003) como o divisor de águas, pois contribuiu para o debate em torno do projeto de lei de imprensa que então tramitava no Congresso Nacional. Conforme Melo, J. (2003), essa pesquisa é considerada o “primeiro tratado de teoria do jornalismo brasileiro” e lança mão de metodologia de estudo sobre a produção jornalística, além de ser desenvolvida com simplicidade e clareza, e trazer argumentos baseados em conhecimentos históricos e jurídicos. Comendo ainda essa fase, temos o estudo de Carlos Rizzini (1946), realizado vinte anos depois do trabalho de Barbosa Lima Sobrinho e que se dedica a desvendar a trajetória da informação pública, desde os protótipos até os modelos de tipografia da Era de Gutenberg.

O período de fortalecimento da pesquisa ocorre com o surgimento das primeiras escolas superiores de jornalismo. A fundação da Escola de Jornalismo Cásper Líbero em 1947 tem um papel importante no desenvolvimento do jornalismo no âmbito acadêmico. Ao longo dos anos de 1950⁶ e 1960, várias outras escolas foram criadas no Brasil, mas somente na década de 1960⁷ é que as demais áreas da comunicação foram incluídas nas escolas superiores (MELO, J., 2003).

Em 1963, em Recife, Luiz Beltrão cria o primeiro centro de pesquisa em comunicação, o Instituto de Ciências da Informação (Icinform), com o objetivo de fazer pesquisas nas áreas de jornalismo, publicidade e relações públicas; treinar e aperfeiçoar os profissionais; difundir estudos relacionados com as ciências da informação; desenvolver estudos voltados para a formulação de uma teoria geral das ciências da informação; e manter intercâmbio com outras

⁵ Primeira pesquisa científica realizada sobre a imprensa, publicada em uma revista científica pernambucana em 1891 (HOHLFELDY; VALLES, 2008).

⁶ Em 1951, foi criada a primeira escola de Propaganda, a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) (MELO, J., 2003).

⁷ Em 1963, de acordo com Melo, J. (2003), Pompeu de Souza funda, na Universidade de Brasília, a primeira Faculdade de Comunicação de Massa, com estudos em Jornalismo, Publicidade, Cinema e Rádio/Televisão.

entidades da mesma natureza sediadas no exterior⁸. Nos estudos sobre o jornalismo, o Brasil assumiu destaque pelo acervo de pesquisas em desenvolvimento nas escolas de Jornalismo, e Danton Jobim e Luiz Beltrão foram os principais responsáveis pela disseminação da pedagogia brasileira da comunicação social, em amplitude latino-americana (HOHLFELDY; VALLES, 2008).

Nos anos de 1964-1977, na fase de consolidação, o jornalismo passa por profundas transformações, e as escolas de Comunicação, influenciadas pelo desenvolvimento da indústria cultural, começam a fazer uso das expressões “cultura de massa” e “comunicação de massa”, em voga à época. Assim, as escolas, até então destinadas ao ensino de jornalismo, assumem-se agora como faculdades de Comunicação, e passam a ter interesses de pesquisa sobre os fenômenos comunicacionais, e não mais só sobre o jornalismo, tanto nas universidades como nas empresas da área (HOHLFELDY; VALLES, 2008).

Nessa mesma época, a Universidade de São Paulo (USP) cria uma unidade acadêmica voltada para os estudos da comunicação, a Escola de Comunicações e Artes (ECA), com um quadro permanente de docentes dedicados integralmente ao ensino e à pesquisa (MELO, J., 2003). Temos nesse período a criação de programas de pós-graduação em Comunicação em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, o que possibilitou a consolidação de uma área de saber sobre o jornalismo e outros fenômenos comunicacionais, com pesquisadores das universidades e associações de pesquisas do Brasil e de demais países da América Latina⁹.

Em 1972, na fase da institucionalização, é criada a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação (Abepec), e, a partir do seu desgaste, surgiram entidades que buscavam uma junção entre as questões relativas ao ensino e à pesquisa: em 1977 é criada a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), que reúne pesquisadores acadêmicos; em 1984, a Associação Brasileira de Escolas de Comunicação Social (Abecom), que congrega diretores de cursos de graduação; e em 1990, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), constituída por docentes e estudantes dos programas pós-graduação. Essas entidades, segundo Hohlfeldy e Valles (2008, p. 17) e Melo, J. (2003), permitiram a institucionalização da comunidade acadêmica na área.

⁸ No mesmo período da fundação do Icinform, é fundado em Quito, Equador, o Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal), instituição dedicada a estudos em jornalismo. Estimulado pela Unesco e a OEA, torna-se um espaço de convergência das correntes comunicacionais vindas da Europa e dos Estados Unidos.

⁹ Nessa fase, surgem duas entidades latino-americanas: a Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (Alaic), em Caracas, em 1978, e a Federación de Asociaciones de Facultades de Comunicación Social (Felafacs), instituída na Colômbia, em 1981.

[...] congressos, publicações, bancos de dados e fluxos informacionais atestam a maturidade atingida pelas ciências da comunicação no Brasil, amparadas pelas agências públicas de fomento científico. A década de 1990 se afirma como o período da consolidação, pelo fato de mais de 50% da produção científica de comunicação realizar-se na primeira metade da década. (HOHLFELDY; VALLES, 2008, p. 17)

Todo esse processo iniciado na década de 1940 vai ser reforçado nesse período de 1970-1980, quando o número de cursos foi quadruplicado e continuou a se expandir de forma acelerada, para atingir, na primeira metade dos anos de 1990, 309 cursos de comunicação, dos quais 282 de bacharelado, 22 de mestrado e cinco de doutorado.

A pesquisadora Strelow (2013) realizou um levantamento dos diversos trabalhos que versam sobre os estudos na área de jornalismo no Brasil. O seu levantamento ressalta o lugar de destaque que esses estudos de comunicação ocupam no país, sobretudo, aqueles realizados por Escosteguy e Rüdiger (1996), Kunsch e Dencker (1997), Melo, J. (2003, 2007) e Moreira (2005).

A pesquisa em jornalismo passou também a ser realizada de forma sistemática por pesquisadores em cursos de pós-graduação *stricto sensu* do país. O que se percebe é que a área de concentração em jornalismo tem como objetivo delimitar a especificidade desse objeto na especialidade da produção de conhecimento e na formação de pesquisadores pelos programas de pós-graduação em Comunicação.

A discussão sobre o jornalismo como um campo específico de produção de conhecimento ocorreu de maneira mais intensa na década de 2000, durante debate realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) acerca da exclusão ou manutenção do verbete “Jornalismo” nos temas da tabela de áreas de conhecimento da instituição. Como resultado dessa discussão, Moura, D. (2012, p. 6) aponta a fundação da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)¹⁰ em 2003, com o intuito de fortalecer as redes de pesquisas em jornalismo e de institucionalizar os estudos desse campo. Para a autora, a criação SBPJor é um marco na institucionalização da pesquisa em jornalismo no Brasil e um importante passo para a compreensão desse fenômeno, que, segundo ela, se insere

¹⁰ Posteriormente, a SBPJor passou a ser denominada Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, mas manteve a sigla SBPJor. Disponível em: <<http://www.sbpjor.org.br/sbpjor>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

[...] num movimento de afirmação, desenvolvimento e institucionalização da produção científica em jornalismo no país, pressuposto fundamental para ampliar a qualidade não só das faculdades e universidades, mas também para compreensão do fenômeno do jornalismo, sua reflexão e aprimoramento. (MOURA, D., 2004, p. 212)

Como o papel principal da SBPJor é congrega os pesquisadores que se dedicam ao objeto jornalístico, em 2005 começou a circular a revista internacional *Brazilian Journalism Research* (BRJ)¹¹, dedicada a questões teórico-metodológicas sobre jornalismo. Em 2015, a revista completou 15 anos de circulação, com mais de 18 números lançados em até três idiomas (português, inglês e espanhol). A congregação de pesquisadores realizou 13 edições do Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, com diversos trabalhos apresentados nos eventos e nos Anais, impressos e eletrônicos, durante esse tempo.

Em 2004, criou-se na Universidade de Brasília (UnB) a linha de pesquisa em Jornalismo e Sociedade¹² e, um pouco mais tarde, em 2007, surge o primeiro mestrado em Jornalismo no Brasil, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 2013, a UFSC teve aprovado, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o primeiro doutorado em Jornalismo no Brasil. Assim, o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC (Posjor)¹³ passou a oferecer, a partir de 2014, duas linhas de pesquisa com áreas de concentração em jornalismo: Jornalismo, Cultura e Sociedade, e Tecnologias, Linguagens e Inovação em Jornalismo.

No mesmo ano da aprovação do primeiro doutorado em Jornalismo no Brasil, na Universidade Federal de Santa Catarina, um segundo curso de mestrado em Jornalismo é iniciado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná. A pós-graduação em Jornalismo da UEPG¹⁴ tem como área de concentração Política e Cultura Midiática, e o objetivo é pesquisar o jornalismo e suas representações políticas, a prática jornalística, os processos de produção, a análise da circulação e os efeitos da produção jornalística no debate público. Para além dos dois programas específicos voltados para a o objeto do jornalismo, algumas pós-graduações *stricto sensu* dedicam linhas de pesquisas aos estudos do jornalismo¹⁵. No entanto, vale ressaltar que, independentemente de se ter programas com

¹¹ A *BJR* é uma revista científica semestral publicada pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

¹² Disponível em: <<http://fac.unb.br/pos-graduacao/206-jornalismo-e-sociedade>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

¹³ Disponível em: <<http://ppgjor.posgrad.ufsc.br/>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

¹⁴ Disponível em: <<http://pitangui.uepg.br/prosp/ppgjor/index.php>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

¹⁵ A Cásper Líbero (São Paulo), a faculdade mais antiga de jornalismo no Brasil, possui a linha de pesquisa Produtos midiáticos: jornalismo e entretenimento. O programa de pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul contempla os estudos do jornalismo na linha Jornalismo e processos editoriais. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppgcom/novosite>>. Acesso em: 2 abr.

áreas de concentração e linhas específicas sobre o estudo do jornalismo, esse objeto é pesquisado nas diversas pós-graduações em Comunicação desde a década de 1970 no Brasil.

O debate do estudo sobre a especificidade do jornalismo também chegou às graduações de Comunicação, com a aprovação, pelo Ministério da Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de jornalismo do país, em setembro de 2013. As DCNs foram elaboradas com base em documento elaborado durante o Seminário Nacional de Diretrizes Curriculares de Ensino de Jornalismo, em 1999, e nelas se reconhecia¹⁶, como válida e legítima, a possibilidade da existência de cursos superiores de Jornalismo, e não mais como uma habilitação do Curso de Comunicação. Tal disposição foi confirmada pelo Conselho de Educação do MEC, e a partir de 2015 os cursos de Jornalismo no Brasil passam a ter uma matriz específica, mais focada nos elementos constituintes que essa formação exige.

O que se tem percebido é que o jornalismo tem caminhado rumo à consolidação de um campo específico de saber, seja como subárea da Comunicação, seja reivindicando a sua autonomia como campo específico de pesquisa. Sem entrar na discussão sobre as vantagens ou desvantagens da autonomização desse campo de estudo, o que nos interessa é focar o jornalismo como saber, profissão e conjunto de práticas. No entanto, vale ressaltar que a perspectiva de consolidação desse campo teórico não significa homogeneização, e sim o oposto. Neder (2009, p. 4) defende que “as linhas teóricas que compõem as teorias do jornalismo incluem tanto análises macroscópicas quanto microscópicas”. E, acrescenta, podem ter como foco o produto final da produção jornalística ou o fazer jornalístico (as práticas).

No próximo tópico, partiremos da contribuição de dois pioneiros, o sociólogo alemão Tobias Peucer ([1690]2004) e o sociólogo norte-americano Robert Park ([1929, 1945, 1947]2008), e de pesquisadores de áreas diversas do conhecimento e da própria comunicação, para demonstrar como o jornalismo foi objeto de estudos específicos, que possibilitaram a formação de um campo de estudo.

2015. O programa de mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Piauí possui a linha de pesquisa Processos e práticas em Jornalismo. Disponível em: < <http://www.ufpi.br/ppgcom/>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

¹⁶ Esse documento foi elaborado durante evento realizado pelo curso de Jornalismo da PUC-Campinas e apoiado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), pelo Fórum de Professores de Jornalismo, pelo Observatório da Imprensa e pelo GT de Jornalismo da Intercom.

2.2 Jornalismo como produção de conhecimento

O objetivo deste tópico é pensar o jornalismo como um processo de produção de saber, refletindo sobre qual o lugar que ocupa na construção e na circulação de conhecimentos. Esta discussão está centrada na vertente sociológica da construção social de conhecimentos, e para isso é necessário debruçarmos-nos sobre as perspectivas do jornalismo como conhecimento, a partir do principal expoente da Escola de Chicago, Robert Ezra Park ([1929, 1945, 1947]2008), passando pelos estudos de Adelmo Genro Filho (2012), Eduardo Meditsch (1992, 1997, 2010) e Ponte (2005).

2.2.1 Estudos de jornalismo: as contribuições do pioneiro Peucer

O teórico alemão Tobias Peucer defendeu sua tese *De relationibus novellis*¹⁷ em 1690, na Universidade de Leipzig, na Alemanha. Seu estudo situou esse país como ponto inaugural nos estudos de jornalismo, conforme reconhecem Souza, Pedroso, Tambosi (2004), e foi desdobrado por outros pesquisadores alemães nos séculos posteriores, tais como Max Weber ([1910]2008) e Otto Groth ([1960]2008). Para Dias (2004), a tese de Peucer confirma a *Periodistika*¹⁸ como o primeiro e mais antigo ramo das Ciências da Comunicação e da Informação.

Retomando alguns pontos da obra de Peucer, *De relationibus novellis*, que no período em que foi divulgada, fim do século XVII, já sinalizava pontos importantes para a compreensão do jornalismo e estudados ainda hoje, Souza, J. (2004) acredita que esse trabalho já indicava caminhos para a pesquisa em Jornalismo, pois levantava aspectos importantes para a teoria contemporânea do campo. Conforme o autor, trata-se de temas centrais e aos quais outros pesquisadores só iriam fazer referências dois séculos mais tarde: ética jornalística; relações entre jornalismo e história; critérios de noticiabilidade; o papel do mercado na configuração da informação; e agendamento.

Vale ressaltar que o objeto de estudo de Peucer não é homogêneo e sua origem remonta à Idade Média. Nesse período, verifica-se a coexistência de uma infinidade de publicações, consideradas como os primórdios do jornalismo¹⁹. Segundo Sousa, J. (2004), os

¹⁷ A tese de Peucer foi publicada originalmente em latim e traduzida para o catalão por Josep Maria Casasús, que fez uso das versões em latim e alemão. A versão em língua portuguesa da tese de Peucer foi traduzida por Paulo da Rocha Dias (2004), com base na versão em catalão.

¹⁸ Termo usado por Dias (2004) para designar um ramo de estudos sobre o jornalismo, o dos periódicos.

¹⁹ Sousa, J. (2004) cita como exemplo de publicações desse período as Efemérides gregas, as Actas Diurnas romanas e, ainda, as crônicas e folhas volantes medievais.

temas considerados como “notícias” eram organizados em tipos de “compêndios noticiosos” volumosos, que reuniam os mais diversos e possíveis assuntos²⁰.

O trabalho de Peucer já trazia relatos sobre o “outro da história” retratado no jornalismo e essencial para a sua compreensão. Pedroso (2004, p. 63) acredita que a “atração e o encanto que está no ‘Outro’ é o que vai definir o discurso de sedução nas produções sensacionalistas (popularescas e assistencialistas)”. E Peucer, ainda conforme Pedroso (2004), já sinalizava, como ideia nuclear de seu trabalho, deixar-se levar por esse ímpeto, remetendo à causa do fenômeno da curiosidade humana. Para Peucer (*apud* PEDROSO, 2004, p. 14-15), “não há nada que satisfaça tanto a alma humana como a história, seja qual for a maneira como tenha sido escrita”.

Nas observações de Peucer sobre o jornalismo, podemos notar também uma preocupação com a forma de escrever, relatar e contar as histórias. Existe aqui uma primeira aproximação entre notícia (como narração do fato) e história, como bem percebeu Pedroso (2004). Peucer, na explicação da autora, percebe que o relato jornalístico está submetido a dois desafios: “Ao desafio do texto (saber contar, saber narrar) e ao desafio da apuração (saber separar, saber escolher). Saber separar o que viu do que ouviu. Saber separar fatos de conjecturas” (PEDROSO, 2004, p. 65).

Para além dos diversos apontamentos feitos por Peucer em sua tese, interessa-nos destacar um: a intrínseca relação do jornalismo com o acontecimento. Nas palavras de Pedroso (2004, p. 67), “como os fatos são quase infinitos, cabe estabelecer uma seleção, de modo que seja dada preferência àqueles que merecem ser recordados ou conhecidos”. E, ainda, estabelecer a relação entre os tipos de relatos e dar-lhes uma ordem e uma disposição do fato histórico, levando em conta as maneiras de dizer e o estilo mais adequado na hora de expressar esse mesmo fato são aspectos também abordados por Peucer no seu trabalho sobre jornalismo. Assim, a autora ressalta que o pesquisador já havia percebido que o relato jornalístico está contido no fenômeno do acontecimento, pois “ele orienta como ordenar o relato levando em conta as circunstâncias, a causa, o tempo, o local, a pessoa, o objeto, o modo” (PEDROSO, 2004, p. 68).

Por fim, na era da revolução científica e dos periódicos, ressalta Pedroso (2004) que Peucer soube perceber as transformações vivenciadas pela imprensa e sua contribuição. Esse primeiro estudo sobre o jornalismo é importante porque sistematiza conceitos e regras

²⁰ Assuntos como notícias sobre pessoas importantes (reis e aristocratas), batalhas, acontecimentos das cortes, catástrofes e batalhas, e ainda sobre assassinios e assuntos insólitos e surpreendentes (milagres, feitiçaria, nascimento de animais estranhos etc.).

dispersos nas páginas dos jornais e das revistas, compondo um perfil inicial de uma nova profissão nascente – a de jornalista. De Peucer passamos para o pesquisador norte-americano Robert Park, que vai estudar o jornalismo na perspectiva da notícia como conhecimento sobre o mundo. Assim, buscamos mostrar como as investigações sobre o jornalismo, realizadas ao longo da história, possibilitaram a construção de uma disciplina e contribuíram para a constituição de um campo de saber sobre um determinado objeto: a notícia.

2.2.2 Robert Park e a Escola de Chicago

O norte-americano Robert Ezra Park (1864-1944) é um dos primeiros pesquisadores que compreenderam a notícia “como forma elementar de conhecimento” social. Os estudos desse sociólogo são importantes para esta pesquisa, pois apontam para o fato de as notícias terem a função de orientar a percepção dos indivíduos em uma sociedade industrializada e globalizada. As notícias são consideradas como elementos de orientação do indivíduo no mundo, pois dão visibilidade ao que ocorre ao seu redor, permitindo-lhe o acesso a informações que, de outra maneira, não seria possível.

Essa característica das notícias é destacada pelo historiador Pierre Nora (1974 *apud* DOSSE, 2013, p. 260), que percebeu a capacidade extraordinária de amplificação da mídia, e mais especificamente do jornalismo, de possibilitar ao indivíduo não só tomar conhecimento dos acontecimentos, mas também se sentir como parte deles. Nora chega a essa conclusão após presenciar as manifestações e a cobertura dos eventos de Maio de 1968²¹ na França. Essa relação do noticiário com os acontecimentos fez com que percebesse que o jornalismo faz parte da própria natureza dos acontecimentos transmitidos: “A informação cola ao acontecimento a ponto de fazer parte integrante dele. Não que ela o crie artificialmente, mas ela o constitui” (NORA, 1974 *apud* DOSSE, 2013, p. 260). Isso, na perspectiva parkiana,

²¹ O movimento de Maio de 1968 é considerado como um dos acontecimentos revolucionários mais importantes do século XX, porque não se restringiu a uma camada restrita da população, e sim a uma insurreição popular que superou barreiras étnicas, culturais, etárias e classistas. O movimento inicia-se com uma série de greves estudantis que irromperam em algumas universidades e escolas de ensino secundário de Paris, gerando confrontos com a administração pública e a polícia. A tentativa do governo gaullista de esmagar essas greves com mais ações policiais no Quartier Latin levou a uma escalada do conflito que culminou em uma greve geral de estudantes e em greves com ocupações de fábricas em toda a França, às quais aderiram dez milhões de trabalhadores, aproximadamente dois terços dos trabalhadores franceses. Os protestos levaram o general de Gaulle a criar um quartel general de operações militares para obstar a insurreição, dissolver a Assembleia Nacional e marcar eleições parlamentares para 23 de junho de 1968. A maioria dos insurretos era adepta de ideias esquerdistas, comunistas ou anarquistas e viam os eventos como uma oportunidade para sacudir os valores da “velha sociedade”, contrapondo ideias avançadas sobre a educação, a sexualidade e o prazer (BADARÓ, 2008).

significa dizer que esse atributo do jornalismo possibilita aos cidadãos interpretar a realidade social e lhes dá condições de participar da vida política e econômica.

Procuramos compreender a contribuição de Park aos estudos do campo da Comunicação e do Jornalismo partindo de uma pequena digressão histórica sobre esse pesquisador e a Escola de Chicago, que usufruiu de grande prestígio nos anos 20 e 30 do século XX. Pouco estudado no Brasil, a perspectiva de notícia como forma de conhecimento também foi pesquisada por estudiosos brasileiros – dentre eles, Adelmo Genro Filho (2012) –, que buscaram entender o que diferencia uma do outro.

Ressaltamos, todavia, que não pretendemos de maneira alguma esgotar o percurso teórico de Park neste trabalho, mas apenas esboçar alguns elementos importantes de sua trajetória científica e institucional, que lhe possibilitaram assumir a liderança de uma das principais escolas do pensamento social norte-americano do século passado, a Escola de Chicago, e destacar suas contribuições para a comunicação e mais especificamente ao jornalismo, nosso objeto de estudo.

Para o delineamento do pensamento comunicacional jornalístico, é importante a reconstrução histórica da disciplina por meio de seus pensadores pioneiros, demonstrando sua importância e contribuição na formação de um campo de estudo. Entre esses precursores da área de comunicação, está, conforme visto anteriormente, o jornalista e sociólogo Robert Park, que teve um papel importante no desenvolvimento da sociologia norte-americana e nos estudos da comunicação, pela formação dos inúmeros sociólogos relevantes que foram seus alunos e por tantos outros pensadores que sofreram a influência de suas ideias em outras disciplinas, tais como Lasswell, Gosnell, Redfield, dentre outros (SOUSA, J., 2006).

Park foi resgatado para o pensamento comunicacional na Europa na década de 1990, por pesquisadores europeus como Berganza Conde (1999, 2000, 2008) e Sousa, J. (2006). Só recentemente foi redescoberto por pesquisadores brasileiros, tais como Berger e Marocco (2008), Machado, E. (2005) e Melo, I. (2007, 2011). Em 2008, Berger e Marocco organizaram uma coletânea com textos inéditos de Park sobre notícia e imprensa, traduzidos para a língua portuguesa. Essa seleção é uma relevante contribuição à pesquisa do jornalismo no Brasil, pois traduziu, além de textos originais de Park, também os de outros autores importantes para os estudos sobre a prática jornalística, como os norte-americanos Ross e Lippman, além de reunir textos analíticos de pesquisadores contemporâneos que contribuíram para a discussão e a reinterpretação das teorias sociais da imprensa.

Mas antes de discutirmos o pensamento comunicacional de Park, é importante retomar um pouco a sua biografia, que está intrinsecamente ligada à sua profissão de jornalista e à

Escola de Chicago. A pesquisadora Berganza Conde (2000) destaca que o interesse do sociólogo pelos fenômenos comunicacionais se inicia na sua graduação em Michigan (1883-1887), sob a orientação do filósofo norte-americano pragmatista John Dewey, também professor na Escola de Chicago nos anos de 1894-1904, dez anos antes de Park se incorporar ao Departamento de Sociologia daquela universidade.

Berganza Conde (2000) afirma que foi sob a influência de Dewey que Park escolheu trabalhar com a notícia, pois via no jornal o meio de se dedicar a múltiplos interesses. Em dez anos de profissão, o pesquisador atuou em diversos jornais importantes das cidades norte-americanas de Minnesota, Detroit, Nova York e Chicago, e na sua experiência profissional já demonstrava interesse em compreender o espaço urbano modificado pela industrialização e pela urbanização, cada vez mais crescentes naquele período.

Assim como outros jornalistas, Park via a cidade como espaço privilegiado para se compreender a sociedade como um laboratório de aprendizados sociais. Berganza Conde (2000) explica que as diversas experiências nas grandes cidades da época possibilitaram ao jornalista perceber o espaço urbano como local de experiências de um complexo de forças, fortalecendo, ainda mais, os ensinamentos que trouxe de sua formação com Dewey. Assegura a autora que, para o sociólogo, a cidade não era um fenômeno meramente geográfico, e sim um organismo social, da mesma forma que o espaço urbano não era uma mera estrutura, e sim um processo social em constante formação e transformação. A partir dessa perspectiva, a cidade de Chicago deveria ser vista com seus problemas sociais, dentro de um caldeirão complexo de imigração, com “áreas segregadas”, regiões morais e tantas outras situações que levaram o pesquisador a forjar muitas das suas ideias, que seriam desenvolvidas, posteriormente, em sua vida acadêmica.

Em 1897, Park retorna à Universidade de Harvard para estudar Filosofia e segue para a Alemanha para realizar seu doutorado (1899-1903) em Berlim. Sob a orientação do sociólogo Georg Simmel, defendeu sua tese sobre massa e público, trabalhando a relação entre os meios e a opinião pública; os meios e o controle social; a construção da realidade jornalística e a agenda social; a opinião pública e a ação social; e antecipa a sua discussão sobre a notícia como forma de conhecimento (*apud* BERGANZA CONDE, 2000).

No término do seu doutorado, a autora relata que o pesquisador retorna à Harvard para trabalhar por um ano com o psicólogo William James, de quem irá agregar a tipologia sobre o conhecimento para as pesquisas posteriores sobre a notícia. Vale ressaltar que James estava muito afinado com o pragmatismo norte-americano e defendia a necessidade de uma crítica separação entre sujeito e objeto. Berganza Conde (2000) acrescenta ainda que, após esse

período, Park decide retomar o que ele chama de “vida dos homens” e deixar a academia, e torna-se secretário da Associação para a Reforma do Congo, em defesa dos africanos e contra a exploração das tropas belgas. Posteriormente, a convite de Washington, ele integra, por sete anos, o projeto Tuskegee, com o objetivo de fortalecer a comunidade negra no Alabama (EUA).

Só em 1912, já com 49 anos, Park finalmente ingressa de vez na vida acadêmica, na Universidade de Chicago, a convite de William Thomas, professor do Departamento de Sociologia da instituição. Thomas é considerado um dos sociólogos pioneiros na integração da teoria à investigação de campo, e, segundo Berganza Conde (2000), essa perspectiva é a base das pesquisas empíricas a serem realizadas por Park muito fortemente nos anos 1920. Os dois trabalharam juntos durante cinco anos, e quando Thomas se aposenta, em 1918, deixa a chefia do departamento para Park. Este liderou o processo de institucionalização das análises socioempíricas, levando a Escola de Chicago ao prestígio que alcançou em sua época áurea, os anos 1920-1930.

2.2.2.1 O conceito de comunicação em Park

As pesquisas de Park estão baseadas em três fenômenos fundamentais: 1) a cidade moderna e as novas relações sociais; 2) as relações inter-raciais e interculturais; 3) a comunicação, a opinião pública, as notícias e a imprensa, como destaca Berganza Conde (2000, 1999)²² em sua tese defendida na Faculdade de Comunicação, Universidade de Navarra, na Espanha, na qual aponta a centralidade da noção de comunicação na obra do sociólogo. A autora também pontua que a “comunicação é um conceito-chave em Park e sobre o qual construiu o restante de sua teoria e fundamentou todo o seu sistema intelectual” (p. 49)²³. Os três sistemas são, segundo ela, um só e estão relacionados, devendo ser compreendidos juntos. Assim, o conceito de comunicação de Park está no centro do seu sistema teórico e de suas ideias fundamentais.

Berganza Conde (2000) também explica que, para Park, a comunicação é indispensável para a existência de uma sociedade ou de um grupo social, pois é um processo básico da interação social. A visão de comunicação do sociólogo, conforme a autora, está baseada numa perspectiva macrosociológica, entendida em termos psicológicos. A

²² A autora, em sua tese de doutorado, busca identificar quais os conceitos de comunicação e de jornalismo utilizados por Park e qual a importância deles nas pesquisas do sociólogo.

²³ Tradução livre do espanhol para o português.

preocupação de Park, segundo ela, é explicar a função da comunicação humana, a opinião pública e os meios de comunicação de massa nos tempos modernos industrializados e dominados por grandes centros urbanos.

Apesar de incorporar alguns dos elementos das perspectivas de Gabriel Tarde e de Le Bon e Sighele, Sousa, J. (2006) ressalta que Park busca se distanciar das interpretações psicológicas da comunicação desses autores e, ainda, da teoria dos efeitos limitados da comunicação, explicação predominante nos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial. Afirma, ainda, que a verdadeira inspiração de Park era a “concepção mais romântica” da vida social de Dewey, acrescida de elementos de um “darwinismo social moderno”, tal como a noção de luta pela existência.

Como podemos perceber, Park era um pensador bem eclético, que, conforme descreve Sousa, J. (2006), lança mão de diversas perspectivas para pensar a comunicação, integrando ao seu pensamento o “sistema de organismo social” de Comte e Spencer; a “representação coletiva” de Durkheim; o “controle social” de Ross; o conceito de “atitude” de Thomas; o “costume” de Sumner; o conceito de comunicação de Dewey; e a “interação e a distância social” de Simmel. Entretanto, a maior influência sofrida por Park vem de Dewey e Simmel.

A abertura de um de seus livros mais importantes, *A introdução da ciência da sociologia*, escrito em parceria com Burgess e publicado em 1921, traz uma citação de Dewey (1916) sobre a importância da comunicação:

A sociedade humana, então, se diferencia da animal, principalmente por sua herança social, criada e transmitida pela comunicação. A continuidade da vida em sociedade depende do seu êxito em transmitir de uma geração a outra seus costumes, tradições, técnica e ideais. Deste ponto de vista, o comportamento coletivo estas características culturais podem reduzir todos a um fim: ‘consensus’. A sociedade, vista abstratamente, é uma organização de indivíduos; considerada de forma concreta é um complexo de hábitos organizados, sentimentos e atitudes sociais, em resumo, ‘consenso’. (PARK; BURGUESS, 1921 *apud* BERGANZA CONDE, 1999, p. 62, tradução nossa)²⁴

A partir dessa visão, Berganza Conde (2000) conclui que, para Park, a sociedade não só continua existindo por meio da transmissão e da comunicação, como também existe justamente na transmissão e na comunicação. Para Park, afirma a autora, a sociedade só existe

²⁴ La sociedad humana, entonces, a diferencia de la animal, es principalmente una herencia social, creada y transmitida por la comunicación. La continuidad y la vida de una sociedad dependen de su éxito en transmitir de una generación a otra sus costumbres, tradición, técnica e ideales. Desde el punto de vista del comportamiento colectivo estos rasgos culturales puedan todos reducirse a un término: ‘consensus’. La sociedad, vista abstractamente, es una organización de individuos; considerada de forma concreta es un complejo de hábitos organizados, sentimientos y actitudes sociales, en resumen, ‘consenso’. (PARK; BURGUESS, 1921 *apud* BERGANZA CONDE, 1999, p. 62, original em espanhol)

porque há a transmissão de ideais, ânsias, esperanças, crenças, valores morais, opiniões, objetivos, aspirações, conhecimento e uma compreensão comum. O sociólogo adota o princípio de Dewey de que o consenso exige a comunicação, e vai mais longe, concebendo uma “sociedade do consenso”.

O consenso, tanto para Dewey como para Park (*apud* BERGANZA CONDE, 2000, p. 83), só é obtido se forem superadas as distâncias psíquicas e espaciais que separam as pessoas, e isso só pode ser alcançado com a comunicação, condição necessária para que exista a sociedade. E, para Park, segundo Berganza Conde (2000), só há sociedade, no pleno sentido do termo, quando há uma verdadeira comunicação, uma experiência compartilhada e pública. É o consenso que gera as tradições e a cultura, e, para o sociólogo, é mais importante do que a cooperação e a ação coletiva.

Apesar de inspirado em Dewey, Berganza Conde (2000) entende que o sistema parkiano amplia a concepção de consenso daquele pragmatista, ao incluir nela também os processos políticos, tais como a constituição, as normas e as eleições. A autora explica que, para o primeiro, o consenso era aplicável apenas às decisões tomadas em grupo e com todos os membros da sociedade participando de forma consciente e racional. Diferentemente de Dewey, o consenso, para Park, estava mais próximo, no entendimento de Berganza Conde (2000), da visão de Comte, para quem a solidariedade do grupo social está baseada no consenso e no entendimento. De acordo com essa lógica, a comunicação é o processo central na interação social, no qual se transmite uma experiência de um indivíduo ao outro, e implica também em compartilhamento. Nessa comunicação, a notícia tem um papel fundamental, aspecto a ser estudado no próximo item.

2.2.2.2 Sistema parkiano: a notícia como conhecimento e o poder da imprensa

O sociólogo Robert Park estava inserido em um contexto histórico-social no qual chamavam-lhe a atenção os problemas sociais, em uma sociedade em rápido processo de mudança e expansão, e que tinha a industrialização, a urbanização e a migração como motores de um desenvolvimento cultural, político e econômico. É dentro desse quadro que o pesquisador vai pensar as notícias e os jornais como uma forma de controle social e um motor fundamental para a sociedade.

É importante destacar que Park antecipa em décadas a percepção de fenômenos da atualidade, tais como a sociedade da informação e a globalização das relações sociais, pois já percebia a economia sendo guiada pela informação. Sua ideia é que a civilização moderna se

sustenta sobre uma base econômica e sobre o poder que a informação gera. É o que o geógrafo Milton Santos (2011) irá chamar da “tirania da informação”, imposta por alguns Estados e empresas com o objetivo de se beneficiarem dela, em detrimento daqueles que não a detêm.

Na busca de caracterizar as notícias como uma forma de conhecimento, Park levanta duas questões que nortearam suas investigações sobre os estudos de jornalismo durante décadas: que tipo de conhecimento as notícias proporcionam? Quais são as características das notícias? Para responder a essa problematização, o sociólogo adéqua dois tipos de conhecimentos utilizados pelo filósofo e psicólogo inglês William James: o “*acquaintance with*” e o “*knowledge about*”. Essa tipologia utilizada por James vem do filósofo John Grote (1856), que por sua vez se inspirou na fenomenologia do espírito de Hegel (1807). Merton também se refere a esses tipos de conhecimento, conforme Berganza Conde (2000).

A autora pontua ainda que Park faz uma leitura própria da perspectiva do seu mentor de Harvard sobre essa tipologia, e explica que, para James, o “*acquaintance with*” pode ser traduzido como “familiaridade com as coisas”, ou seja, é a primeira impressão que o indivíduo tem do mundo ao seu redor, adquirido por meio dos contatos pessoais e de forma informal, inconsciente e intuitiva. Por outro lado, Berganza Conde (2000) afirma que o “*knowledge about*” pode ser compreendido como “conhecimento sobre as coisas”, a saber, uma forma de pensamento articulado, explícito, formal racional e sistemático sobre o mundo.

Em Park, afirma Berganza Conde (2008), essas duas dimensões não só não estão separadas, como são complementares, pois “não existe um método científico completamente independente da intuição e da perspectiva que a familiaridade com as coisas proporciona” (p. 10). Mas, como percebe a autora, a segunda parte do artigo no qual ele desenvolve essa explicação sobre as notícias perde clareza e desorienta um pouco o leitor, pois no momento em que vai caracterizar as notícias como um tipo especial de conhecimento mais próximo do *knowledge about* ou do *acquaintance with*, o sociólogo limita-se a apenas enumerar as características das notícias como forma de conhecimento, sem aproveitar a distinção feita por James.

Frazier e Gaziano (1970 *apud* BERGANZA CONDE, 2008, p. 24) elaboram uma interpretação interessante na tentativa de chegar a uma conclusão sobre como exatamente Park teria entendido a notícia como conhecimento. Conforme esses autores, a notícia, para o sociólogo, seria mais um tipo de conhecimento, como um “saber algo acerca de” (*knowledge of*). Ou seja, um conhecimento superficial, que possui características particulares e se situaria

no meio do caminho entre as duas formas de conhecimento de James: a de familiaridade com as coisas e a de um conhecimento formal, racional e sistemático.

Do ponto de vista cognitivo, para Park (*apud* BERGANZA ONDE, 2008), as notícias desempenham, no público, a mesma função da percepção do indivíduo, pois orientam mais do que informam sobre o que está acontecendo ao seu redor. Assim, elas, as notícias, ajudam o indivíduo a interpretar a realidade que o rodeia. O autor considera a notícia como uma forma elementar de conhecimento, efêmera, que aborda fatos inusitados e dá atenção a determinados fatos e documentos públicos, potencializada pelo desenvolvimento da ciência e da técnica. Essa interpretação da realidade leva os indivíduos, segundo Park (*apud* BERGANZA CONDE, 2008), à participação política, essencial nas relações econômicas e políticas, e provoca a aceleração dos processos de melhorias sociais e extensão da democracia, promovendo a realização da utopia liberal, uma ponte entre as massas democráticas e as elites aristocráticas.

A “direção da atenção” é uma das funções percebidas por Park (*apud* BERGANZA CONDE, 2008) sobre as notícias. Ele antecipa essa característica (“direção de atenção”) na Teoria da Agenda (2009), desenvolvida posteriormente por McCombs e Shaw. Nessa perspectiva, segundo Cohen (1963 *apud* BERGANZA CONDE, 2008, p. 27), “a imprensa não tem tanto êxito na hora de nos dizer o que temos que pensar, mas sim sobre o que temos que pensar”. Isso significa dizer que os meios dirigem nossa atenção a determinados temas e acontecimentos, e não a outros. Essa perspectiva coincide com a visão de Park, no sentido de que os meios não informam tanto quanto orientam o público sobre o que está acontecendo. Essa percepção de Park é importante para a nossa reflexão neste trabalho porque nos aponta a importância do jornalismo para a visibilidade, a compreensão e até a constituição dos acontecimentos, aspectos a serem abordados mais adiante neste capítulo.

Park também antecipou outra hipótese das pesquisas de McCombs (2009) ao perceber, quando de suas análises da cobertura noticiosa de um crime no Texas, que um dos elementos que levam ao enquadramento de uma notícia e ao seu possível agendamento social está nas distâncias psicológicas do fato (crime) com as pessoas. Park já havia identificado essa relação entre a notícia e sua proximidade, afirmando que a “uma maior distância do ponto em que se origina a notícia mais alheio o indivíduo estará dessa realidade, e menor será o impacto que a mudança anunciada pela informação terá sobre a sua vida” (*apud* BERGANZA CONDE, 2008, p. 27).

Berger e Marocco (2008) ressaltam que Park percebia as notícias como dotadas de um contexto interpretativo, que se pode conseguir observando períodos de tempo extensos por

meio de técnicas quantitativas e qualitativas precisas e inerentes ao que considera “jornalismo de precisão”. No entanto, não estão incluídas aqui as concepções do jornalismo interpretativo e investigativo. Esse contexto interpretativo do jornalismo será discutido mais adiante neste trabalho (item 3.3), quando se discorre sobre a comunidade interpretativa jornalística, a partir da perspectiva de Zelizer e de outros autores.

Park (*apud* BERGANZA CONDE, 2008) entendia que o poder da imprensa está na influência da formação da opinião pública e, conseqüentemente, no processo democrático, mediante o suscitar da ação política formada por essa opinião. Interessante notar que Park tem a mesma preocupação de Lipmann no que se refere ao processo democrático e à percepção de uma construção interpretativa da realidade. E vale ressaltar que, por serem contemporâneos, Park conhecia a obra *Opinião Pública*, de Lippman, publicada em 1922. No entanto, Lippman ([1922] 2008) via a imprensa com um grande potencial de manipulação e como um perigo para a democracia. Essa concepção era bem próxima à visão de Durkheim e de Tönies sobre a contribuição da imprensa aos processos sociais.

Ao contrário de Lippman, Park tinha uma perspectiva diferenciada sobre a imprensa, que, para ele, favorecia a emancipação dos indivíduos sociais, por possibilitar a redução dos espaços físicos e psicossociais entre os “agentes” na sociedade, permitindo a recriação do *face to face*, resgatado de uma outra maneira em uma sociedade industrializada, embora em contraposição à sociedade. O autor estabelece para a notícia um lugar social importante em sua época, qual seja o de orientar o cidadão no mundo em que se encontra, possibilitando-lhe a participação social, fortalecendo assim a interação social e, conseqüentemente, a implementação da democracia. Essa perspectiva é criticada por Genro Filho (2012) quando discute a notícia não como elemento de integração social, e sim de manutenção de uma ordem social. Passemos, portanto, à discussão desse autor, que vê o jornalismo como um conhecimento singular.

2.2.3 Jornalismo: conhecimento singular

Interessa-nos aqui compreender a notícia como forma social de conhecimento centrada na categoria filosófica do singular na representação dos acontecimentos. Esta discussão é importante para levantarmos aspectos da relação entre notícia e acontecimento, que irão nos ajudar na compreensão de nosso objeto de estudo. Genro Filho (2012) aborda a notícia na dimensão da dialética e do materialismo histórico para apreender as potencialidades do jornalismo no capitalismo, revisando as perspectivas funcionalistas, a teoria geral dos

sistemas e a Escola de Frankfurt, para explicar aspectos noticiosos (notícia, reportagem, lide e pirâmide invertida). O objetivo do pesquisador foi o de conceber o jornalismo na sua relação com o conhecimento que produz, em suas ambiguidades e contradições, e na relação entre dominação e luta de classes. Vale lembrar que a contribuição de Genro Filho se inscreve em uma perspectiva marxista.

A dialética materialista é fundamental nos estudos de Genro Filho sobre o jornalismo, pois é a partir da perspectiva da *práxis* da construção histórica da realidade, a partir do filósofo marxista Georg Lukács, que é construída sua discussão. No entanto, o autor vai um pouco além, pois não vê o jornalismo como mero produto ideológico de classes, e sim como uma narrativa singular sobre os acontecimentos.

Genro Filho (2012) critica a perspectiva de Park, que vê a notícia como o anúncio de um acontecimento e como uma forma de integração entre os indivíduos na reprodução das relações sociais. Ao contrário de Park, ele entende o jornalismo como reconstituição/mediação do real sob a ótica da singularidade do fato, produzindo conhecimento no processo de apropriação coletiva da realidade da qual ele mesmo faz parte, sendo igualmente atravessado pelas contradições do meio social. A crítica desse autor a Park está centrada na visão da notícia como função social, no sentido da manutenção de uma ordem do mundo social já estruturado.

Para compreender a notícia, Genro Filho (2012) lança mão das categorias lógicas de Lukács (singular, particular e universal) para fornecer elementos de uma explicação do jornalismo:

Os conceitos de singular, particular e universal expressam dimensões reais da objetividade e, por isso, representam conexões lógicas fundamentais do pensamento, capazes de dar conta, igualmente, de modalidades históricas do conhecimento segundo as mediações que estabelecem entre si e as suas formas predominantes de cristalização. (p. 167)

Essas três categorias são momentos distintos, complementares e inter-relacionados, constituindo a realidade objetiva e formando o concreto. No seu estudo sobre a arte, Lukács (*apud* GENRO FILHO, 2012, p. 167) entende que essa, em sua forma (particular) de apreender, de analisar e refletir sobre a realidade, difere da ciência (universal), pois busca desvendar a totalidade do objeto. E se no universal estão contidos e dissolvidos os vários fenômenos singulares e particulares que o constituem, na informação jornalística, segundo Genro Filho (2012), está a cristalização do singular, pois este é a matéria-prima do jornalismo. O critério do jornalismo, para o autor, é uma informação que

[...] está indissolúvelmente ligada à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e à universalidade que nele se propõe. Ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo. (GENRO FILHO, 2012, p. 159)

Mas apesar de entender o jornalismo como uma nova forma de conhecimento que se cristaliza no singular, no sentido que é atribuído por Lukács, Genro Filho (2012) considera que ele abrange também os movimentos e a convergência do particular e do universal. Assim, apesar de o jornalismo realizar o singular na sua *práxis*, a informação jornalística não perde para o conhecimento formulado pela ciência, e essas categorias interpenetram-se. Em síntese, nessa perspectiva, o universal contém em si o particular e o singular, da mesma forma que o particular carrega em si o singular e o universal, e vice-versa. O jornalismo, na sua dimensão imediatista, produz o conhecimento cotidiano centrado no singular, enquanto a ciência, na sua busca pelo conhecimento, procura estabelecer o universal. Vale dizer que, apesar de diferentes, são formas complementares para se compreender o “real”.

Na notícia, o que melhor representa essa síntese singular é a técnica do lide²⁵, que o autor entende que não deveria vir necessariamente nos dois primeiros parágrafos da notícia, como na estrutura narrativa da pirâmide invertida²⁶. A inversão da pirâmide, com sua base voltada para a terra, possibilitaria à notícia passar do singular (lide) para o particular. Já a notícia, como forma de conhecimento, se realizaria na sua singularidade, na sua imediaticidade e prática, considerando os acontecimentos de maneira isolada, específica e singularizada (GENRO FILHO, 2012).

A pirâmide está de fato invertida, pois, se a olharmos, veremos que ela está de pé, o que permite perceber elementos essenciais do jornalismo. Segundo Meditsch (1992, p. 33), ao se elaborar a notícia, o jornalista caminha do singular para o particular, e estando a pirâmide com sua base no chão, o cume fica voltado para cima, e sua ponta é exatamente o lide, “o ponto máximo da singularidade”. Na narrativa da notícia, no seu início (o lide) estão os

²⁵ O lide é a parte da matéria que apresenta as clássicas perguntas: o que, quem, quando, onde, como e por quê? Corresponde à abertura do texto e, por isso, possui fundamental importância, pois deve trazer as principais informações, além de instigar o leitor a prosseguir na leitura. Segundo Rabaça e Barbosa (2001), o lide é a abertura do texto jornalístico, na qual se apresenta sucintamente o assunto ou se destaca o essencial, o clímax da história.

²⁶ O termo pirâmide invertida diz respeito à disposição das informações no texto jornalístico em uma ordem decrescente de importância, do mais para o menos importante (RABAÇA; BARBOSA, 2001).

aspectos singulares de um fenômeno que o difere de todos os outros, instaurando-se o novo, a diferença. Após a abertura, outros elementos são trazidos para localizar o fato narrado no terreno do particular. Por fim, essa formulação noticiosa expande-se para uma conjuntura, trazendo elementos para a compreensão das condições de sua ocorrência. Mas e o universal, onde está? Meditsch (1992) responde que o universal não está na narrativa em si, e sim nos princípios do jornalista e nos pressupostos mais gerais que guiam a sua narrativa e a produção noticiosa. O universal, no jornalismo, pode ser percebido subjacentemente à apreensão feita a respeito do fato.

A preocupação do autor aqui é perceber, a partir das contribuições das diversas áreas do saber, o que o jornalismo tem de único e singular em relação às outras formas de conhecimento. Essa perspectiva, como bem define Ponte (2005), não é a busca de um essencialismo no jornalismo, e sim de conseguir ver o que o jornalismo tem de específico na construção da notícia com relação à ciência, já que operam em campos lógicos diferentes.

E é exatamente por operarem em campos diferentes de explicação da realidade, que buscar os elementos da fragilidade e da força da argumentação do jornalismo pode possibilitar compreender como ele produz conhecimento. Para Meditsch (1997, p. 7), a fragilidade do jornalismo está no seu método analítico e demonstrativo, “uma vez que não pode descolar-se de noções pré-teóricas para representar a realidade”, e sua força está no fato de que essas mesmas noções “orientam o princípio da realidade do seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retornam à vida cotidiana vindos dos seus campos finitos de significação”.

Charaudeau (2010) descreve que a diferença entre jornalismo e ciência está no processo de demonstração da prova para o “auditório”, e mesmo presente em ambos, a prova é apresentada de forma diferente em cada um deles. No discurso científico, a prova é apresentada dentro de um método de raciocínio baseado na força do argumento, em detrimento de a quem o discurso se destina. Por outro lado, o discurso jornalístico apresenta a prova como decorrência da descrição e da reconstituição verossímil para o público leitor.

Para Charaudeau (2010), no discurso jornalístico iremos encontrar dois tipos de saberes: “saber de conhecimento” e o “saber de crença”. Esse analista do discurso explica que o primeiro pode ser identificado no que é percebido e descrito (existencial, de acontecimento e explicativo), enquanto o segundo é a avaliação da fundamentação de algo e da apreciação dos seus efeitos. Os saberes de conhecimento, diz ele, privilegiam a categoria de acontecimentos no discurso jornalístico, na busca da verossimilhança pela descrição em fazer ver ou imaginar o ocorrido, focando atenção no processo da própria ação ou da declaração, na identidade dos atores envolvidos ou nas circunstâncias materiais. Ao mesmo tempo, vamos

encontrar também as categorias explicativas que apresentam os argumentos racionais para tornar o fato inteligível ao leitor. Com o objetivo de demonstrar as estratégias de verificação, o jornalismo, conforme Charaudeau (2010), apresenta uma série de provas, como um grande número de fontes e testemunhos, dados técnicos e científicos, imagens e explicações de especialistas. Para Moraes (2013), essa é uma forma de o jornalismo legitimar o seu discurso em face de outros discursos correntes na sociedade.

Se o “saber de conhecimento” demonstra a busca da legitimação do discurso jornalístico, o “saber de crença” buscar criar um “efeito de verdade” (CHARAUDEAU, 2010). Este último é um tipo de saber cuja verdade encontra-se no próprio sujeito, em sua singularidade, portanto, não é verificável, como ocorre com o conhecimento teórico. É um saber orientado do homem para o mundo e que produz tipos de saberes ligados a uma revelação e a uma consequente adesão a determinadas ideologias, doutrinas e dogmas, bem como a tipos de saberes reveladores de opinião, de uma apropriação de determinadas ideias e valores que, colocados em um campo de discussão, levam à formação da opinião (comum/relativa/coletiva). Para Charaudeau (2010, p. 45), são

[...] os saberes que resultam da atividade humana quando esta se aplica a comentar o mundo, isto é, a fazer com que o mundo não mais exista por si mesmo, mas sim através do olhar subjetivo que o sujeito lança sobre ele. Uma tentativa não mais de inteligibilidade do mundo, mas de avaliação quando à sua legitimidade, e de apreciação quanto ao seu efeito sobre o homem e suas regras de vida.

Aplicadas a uma enunciação informativa, as crenças serviriam para gerar a cumplicidade do outro – no caso, o receptor –, a partir do compartilhamento de julgamentos sobre o mundo. Segundo Charaudeau (2010), esse expediente tem um sentido de interpelação do sujeito, gerando uma reação. Ao acionar seus “mapas de significado”, ou suas representações, o destinatário da mensagem busca, consciente ou inconscientemente, a resposta consensual de que a censura não é normal, não combina com o padrão de um estado democrático. Logo, a iniciativa tende a ser rejeitada *a priori*. Vinculado à convicção, e não à evidência, explica o autor, o saber de crença acaba por produzir um “efeito de verdade”, que é o oposto do “valor de verdade”. Logo, não se trata da busca da verdade – o que em tese seria o alvo do jornalismo objetivo, paradigma que impera desde o século XIX –, e sim a tentativa de “fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade” (CHARAUDEAU, 2010, p. 49).

Esses tipos de saberes constituintes do jornalismo, em sua busca por legitimação e criação de um “efeito de verdade”, apontam para um jornalismo que contribui para a construção de um sentido e uma “verdade” sobre o mundo. A discussão sobre a importância, ou a contribuição, do jornalismo para a compreensão do mundo e dos seus acontecimentos, e a forma como os jornalistas constituem uma comunidade e criam uma interpretação deste mesmo mundo serão discutidos no Capítulo 3.

3 O ACONTECIMENTO NA ERA DA MUDIATIZAÇÃO

O monopólio da história estava começando a pertencer às mass media. Daquele momento em diante, são elas que o detém. Nas nossas sociedades contemporâneas, é através delas e unicamente através delas que o acontecimento nos atinge, e não tem como evitar. (NORA, 1972 *apud* DOSSE, 2013, p. 260)

O acontecimento é um tema importante em diversas áreas do conhecimento na atualidade. No âmbito da comunicação e do jornalismo, estudiosos têm buscado refletir a relação desses campos com o acontecimento, entre eles, Benetti (2010), Dosse (2013), França e Oliveira (2012), Leal, Antunes e Elton (2011), Marocco, Berger e Henn, (2012), Quéré (2005) e Vogel, Meditsch e Silva, N. (2013).

Iniciaremos esta discussão fazendo uma breve genealogia do acontecimento, para refletirmos sobre como a mídia faz parte desse fenômeno e de que forma o jornalismo contribui para a construção dos acontecimentos na atualidade. Junto com essa discussão, trataremos a noção de “comunidade interpretativa” para mostrar como ela possibilita apontar elementos sobre como o jornalismo apresenta sua percepção do presente, por meio das práticas jornalísticas, no processo da narrativa do acontecimento. Toda essa discussão sobre acontecimento, jornalismo e comunidade interpretativa possibilita-nos compreender as contribuições do jornalismo na constituição do presente.

3.1 Genealogia do acontecimento

O historiador francês François Dosse (2013) traçou a genealogia do acontecimento a partir de uma ampla pesquisa sobre as chaves da compreensão do momento em que atravessamos, por uma historicidade marcada pela “acontecimentalização” do sentido, nas mais diversas áreas do conhecimento. O objetivo dessa genealogia foi o de refletir sobre o acontecimento, demonstrando o seu “retorno” às discussões nas disciplinas humanísticas e resgatando-o da insignificância que lhe foi atribuída pelas Ciências Humanas, que durante muito tempo o tem considerado até mesmo como um elemento “perturbador”, procurando mantê-lo a distância (DOSSE, 2013).

O autor ressalta que, até o presente, o acontecimento foi reduzido em nome de um procedimento científico, enquanto o objetivo do homem foi o de criar uma ciência para controlar os acontecimentos, dirimindo a sua singularidade. No entanto, ele acredita que o retorno do acontecimento afeta atualmente, mais do que a disciplina histórica, todas as Ciências Humanas, preocupadas que estão com o que acontece de novo, isto é, com o acontecimento.

Assim, o objetivo da genealogia do acontecimento realizada por Dosse (2013) foi retirá-lo desse lugar de insignificância e restituí-lo à sua força intempestiva como manifestação da novidade, como começo. Para tanto, o autor lança-se na investigação do acontecimento na sua nova articulação com a História e em ambientes nos quais categorias como estrutura, invariante ou longa duração já não são explicativas dos eventos históricos. Ele parte da premissa de que, enquanto o pensamento estruturalista sofre uma crise em diversos campos do conhecimento, cresce cada vez mais um interesse “renovado” pelos fenômenos singulares, ou seja, pelo acontecimento.

Percorrendo uma ampla tradição filosófica e histórica, o historiador analisa o acontecimento a partir de sua interpretação por diferentes visões e correntes e chega à conclusão de que, atualmente, o acontecimento foi transformado e compreendido como resultado, começo e abertura de possibilidades. Entre as preocupações sobre o acontecimento, ele levanta as seguintes questões: 1) o que resulta do acontecimento? 2) assistimos a um simples retorno de um acontecimento factual ou ao nascimento de um novo olhar sobre o acontecimento? 3) o que é um acontecimento? (DOSSE, 2013, p. 2).

O historiador busca os diversos significados que o termo evento <événement> teve ao longo do tempo, desde seu surgimento no século XV, quando adquire um sentido particular e ao mesmo tempo muito amplo, designando tudo “o que acontece”. Já o termo derivado do latim <evenire> tem o sentido de “sair”, “se produzir”, “ocorrer” e de “advento”. Outra derivação da palavra evento vem do latim <eventum> e <eventos>, significando um fenômeno que leva à ruptura de algo.

Antecedendo à ideia de acontecimento, outro significado apontado por Dosse (2013) é o da palavra grega *kairos*. Diz ele que, para os gregos, *Kairos* tinha o poder de unir *Aion* e *Cronos* para possibilitar a realização de uma ação oportuna que não deveria deixar escapar. *Kairos* era representado pela divindade *Efebo* com uma vasta cabeleira, e era preciso aproveitar sua furtiva passagem para agarrá-lo pelos cabelos. Desse modo, o acontecimento, aqui, tem um sentido relacionado ao êxito de uma operação e a agir eficazmente, e, segundo Dosse (2013, p. 3), de “dominar a situação ao apreendê-la firmemente em seu âmago,

provocando uma mudança radical”. O importante dessa noção é que ela traz a concepção simultânea de interrupção e abertura, e não de finalidade, possuindo como característica a singularidade.

No século XVI, a noção de acontecimento estava ligada à obtenção de “um resultado”, “um sucesso”, “um desfecho”, e no século seguinte foi substituída por algo que aconteceu, um fato de certa importância, até um pouco excepcional, uma quebra de rotina. Para Dosse (2013), esse significado permanece até hoje imbricado em outras significações, e aponta que, na língua francesa, o termo acontecimento pode ser compreendido a partir de uma tripla estratificação de sentidos. O primeiro estrato de sentido parece ter sido herança da esfera literária, ligado à causalidade, no que diz respeito ao estabelecimento das condições de possibilidade de sua realização, remetendo à concepção de desfecho, de resultado. O segundo estrato de sentido está relacionado ao que acontece com alguém, seja positivo ou negativo, enquanto o terceiro remete à ideia de uma ruptura inesperada, dramática, relacionada ao desfecho.

Essas três definições de acontecimento evoluíram entre os séculos XVII e XIX, mas seu sentido sofreu modificações ao longo dos anos, tanto que Dosse (2013) identifica a coexistência delas durante o século XVII como “resultado e sucesso de algo”, “uma aventura notável”. Já no século XIX, o autor percebe que há uma mudança, uma inversão nos sentidos: o que era relacionado ao desfecho, ao resultado, fica em segundo plano, e o que passa a receber destaque é a ideia de ruptura, remetendo a “o que acontece”. Essa duplicidade de sentido e essa tensão entre dois polos diferentes irá constituir a natureza semântica do acontecimento, o que se mantém até hoje. Assim, o termo remete à ideia de resultado causal e, por outro lado, à aceção de inesperado, de surpresa.

Atualmente, Dosse (2013) entende que o acontecimento está retornando e sendo escrutinado sob uma ótica científica, de forma a lhe conferir toda a sua efetividade. Assim, o acontecimento é captado no seu duplo sentido, tanto como resultado quanto como começo, tanto como início quanto como desfecho. E é nessa esteira que os fenômenos singulares ganham interesse renovado e uma nova centralidade na noção de acontecimento. Para o historiador, “em geral, a literatura tem enfatizado o resultado do novo, o acontecimento como singularidade que quebra o curso regular do tempo” (DOSSE, 2013, p. 7). Ou seja, o acontecimento é caracterizado por sempre irromper o novo.

Para a compreensão do presente, Foucault (2007b) aponta que a mudança e o acontecimento são categorias centrais nesse processo. Mas quanto ao significado do termo para o autor, podemos distinguir duas fases diferentes nas suas obras. Um primeiro

significado aparece até a publicação, em 1966, do livro *As palavras e as coisas* (2007a) e, segundo Dosse (2013, p. 159), “trata-se então do impacto de grandes plataformas sincrônicas, de grandes estruturas chamadas de epistêmes, que surgem e desaparecem de maneira enigmática”. A partir da obra *Arqueologia do saber*, publicada em 1969, o acontecimento, para Foucault, ganha um novo sentido, em uma virada metodológica, pois o autor passa a tratar do acontecimento discursivo, mas dentro de uma história geral e a partir de espaços de dispersão.

Foucault (2007a, 2007b) utiliza o conceito de acontecimento segundo uma concepção filosófica da análise do presente. Essa preocupação em compreender o presente é considerada, segundo Castro (2009), como uma herança de Nietzsche, que introduziu o “hoje” no campo da Filosofia. O autor aponta que em Foucault existem dois sentidos iniciais para esse termo: 1) acontecimento definido como novidade ou diferença; 2) acontecimento como prática histórica.

O sentido que nos interessa aqui é o acontecimento como prática histórica, presente na obra de Foucault a partir de *Arqueologia do saber*, e que busca dar conta da novidade histórica, o “acontecimento arqueológico”. Para Foucault ([1969]2007b), a história faz surgir o acontecimento no que ele tem de único, de singular. Dessa maneira, é preciso entender o acontecimento

[...] não como uma decisão, um tratado, um reino ou uma batalha, mas como uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retornado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se amplia e se envenena e numa outra que faz sua entrada, mascarada. (FOUCAULT, [1969]2007b, p. 272)

O autor deixa claro que essas forças são fontes do acaso, do aleatório e do singular, e não de um cálculo premeditado, e que é no processo de lutas entre essas forças que se constroem as condições de emergência de algo novo, singular, a irrupção do acontecimento.

Esse ponto de irrupção só é possível porque, segundo Weinmann (2003, p. 53), “ocorre uma alteração na correlação de forças envolvidas numa agonística. Produz-se nos interstícios, nas brechas que aparecem quando se inverte o equilíbrio previamente existente entre essas forças, e a estrutura, anteriormente estabelecida, ameaça ruir”. A emergência do acontecimento ocorre, como esclarece o autor, “no instante mesmo em que aquele que se encontra assujeitado apropriasse de um sistema de regras, utilizando-o pelo avesso contra aquele que o sujeitava” (WEINMANN, 2003, p. 53).

Ele pode ser entendido como a emergência de enunciados, que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentido. Desse modo, o enunciado é entendido por Foucault ([1969]2007b) em sua singularidade e emergência histórica. A história é constituída pelas lutas e pelas batalhas discursivas. O acontecimento discursivo irrompe, dadas as suas possibilidades de aparição, a partir de regras que permitem o seu surgimento em um dado momento histórico (FOUCAULT, [1969]2007b). Afinal, não é qualquer coisa que pode ser dita em qualquer momento da história, pois é preciso que sejam dadas as condições para sua existência e circulação.

Para a descrição dos acontecimentos discursivos é necessário reconstituir, atrás do fato, toda uma rede de discursos, de poderes, de estratégias e de práticas. Segundo Foucault ([1969]2007b), é preciso entender quais as condições que alguém precisa aceitar quando pronuncia algo em algum momento. O acontecimento discursivo tem relação estreita com os acontecimentos não discursivos, sejam eles políticos, sociais, sejam econômicos ou culturais. E é a emergência de práticas discursivas e não discursivas em torno da questão do meio ambiente, mais especificamente sobre a emergência de um novo acontecimento, o desenvolvimento sustentável na sua relação com o jornalismo, que nos interessa nesta discussão. Desse modo, iremos discutir, no próximo item, o papel da mídia na formação, emergência ou até mesmo na construção dos acontecimentos na atualidade.

3.2 O acontecimento e a mídia

Dosse (2013), ao analisar a pesquisa do historiador francês Pierre Nora sobre as manifestações de maio de 1968 na França, destaca que vivenciamos o retorno do acontecimento com novas características, o “acontecimento-monstro”, centrado na mídia como elemento essencial para sua difusão e até mesmo sua constituição. Para além da capacidade de amplificação da mídia, como constatado anteriormente por Park e já discutido nesta pesquisa (item 2.2.2.3), Nora (1972 *apud* DOSSE, 2013, p. 260) considera impossível separar o acontecimento dos seus suportes de produção e de difusão, e chega a apontar a séria concorrência que o do jornalismo representa para o historiador no campo do tratamento da atualidade.

O monopólio da história estava começando a pertencer às *mass media*. Daquele momento em diante, são elas que o detêm. Nas nossas sociedades contemporâneas, é através delas (as mídias) e unicamente através delas que o acontecimento nos atinge, e não tem como o evitar. (NORA, 1972 *apud* DOSSE, 2013, p. 260)

Desde 1968, Nora (1972 *apud* DOSSE, 2013) já apontava o papel cada vez maior desempenhado pela mídia televisiva na produção do acontecimento, comparando a televisão, na vida moderna, à mesma representatividade dos sinos nos vilarejos da Antiguidade, com a diferença de que a TV faz uma invasão espetacular na esfera privada e íntima, o que anularia as fronteiras entre exterior e interior.

O acontecimento torna-se inclusive a perspectiva de expectativa para o indivíduo moderno, aliás, a imprensa o solicita para que ele comunique “seus” acontecimentos pessoais e familiares, enquanto as empresas preparam cuidadosamente, com seus comerciais, sua acontecimentalidade <événementialité>. (NORA, 1972 *apud* DOSSE, 2013, p. 262)

Dosse (2013, p. 262) cita, como exemplo da importância da mídia nos acontecimentos, o noticiário policial, pois, como “fato singular, fato ordinário, o acontecimento tornou-se igualmente o lugar de investimento do imaginário de nossa sociedade moderna, apropriado à narrativa”. Nesse mesmo sentido, Nora (1972 *apud* DOSSE, 2013, p. 262) destaca a “crescente fabricação das mídias na difusão da informação e sua posição de aquartelamento entre o que aconteceu e sua projeção espetacularizada”.

Essa mesma mídia que reduz incertezas pelo sistema global de informação gera o que Nora denomina “fabricação do ininteligível”, pois nos bombardeia com um conhecimento interrogativo e sem sentido, esperando de nós o sentido. Dosse (2013) explica que essa “inflação acontecimental”, <événeementielle>, é intrínseca à nossa sociedade midiaticizada e tem um efeito paradoxal de facilitar e dificultar, ao mesmo tempo, a compreensão do acontecimento. Se, por um lado, a mídia facilita a aquisição de conhecimento sobre o acontecimento mediante o aceleração do processo de transmissão, por outro lado, dificulta a doação de sentido, pois, “a imediaticidade propicia, na realidade, a decifração de um acontecimento mais fácil e mais difícil ao mesmo tempo. Mais fácil porque seu alcance é imediato, mais difícil, porque ele comunica tudo de uma só vez” (NORA, 1972 *apud* DOSSE, 2013, p. 262).

Essa avalanche de informações leva o indivíduo à necessidade de um distanciamento mínimo para que consiga fazer uma reflexão e uma crítica para dar sentido ao narrado. Nora (1972 *apud* DOSSE, 2013) aponta outro aspecto que vem sendo integrado na atividade

jornalística e na história sobre um tempo cada vez mais midiaticizado, que é a inversão sofrida pela própria noção de acontecimento, até então privilégio do historiador, que se reveste de um caráter de exterioridade, de pré-construção. Para o autor, houve uma transformação profunda na noção do que é acontecimento, pois este se “desrealizou” e “dessubstancializou”: “Ora, o acontecimento midiaticizado não é mais a garantia do real, pois é a midiaticização que o constitui” (NORA, 2006 *apud* DOSSE, 2013, p. 263)²⁷.

Outro pesquisador analisado por Dosse (2013) também aponta a mídia como central na produção dos acontecimentos. Trata-se de Gluck (2003 *apud* DOSSE, 2013), que pesquisou a tragédia de 11 de setembro televisionada ao vivo para o mundo inteiro e mostra como esse acontecimento é considerado “não no trâmite de manipulação, mas de interação entre o que é dito e mostrado na tela e aos espectadores” (p. 261). O pesquisador aponta essa simbiose como geradora de uma narrativa heroica, que surge imediatamente em reação ao temor coletivo de um evento do porte do ocorrido em 11 de setembro²⁸. Porém, deixa claro que “a televisão não é responsável por esse resultado narrativo, que era sobredeterminado, mas que desempenhou um importante papel, pois ela garantiu a transmissão ao mesmo tempo do conhecimento visual e da narrativa heroica” (GLUCK, 2003 *apud* DOSSE, 2013, p. 261).

Dessa maneira, percebemos como a mídia tem um papel importante na significação dos acontecimentos na atualidade, mostrando-nos como a singularidade do acontecimento moderno é comunicada pelas mídias e indissociável delas mesmas. A mensagem hoje é cada vez mais intensa, imediata e enigmática quando é divulgada pelas mídias.

Dosse (2013) aponta três operações que caracterizam e dão significado ao acontecimento: “descrever”, “narrar” e “normalizar”. No plano da descrição dos acontecimentos, Dosse (2013) explica que o jornalismo ajuda a responder questões sobre o que aconteceu. Nessa intervenção midiática, o jornalismo busca transformar uma grande quantidade de informações heterogêneas em algo individualizado e coerente, o que deixa o acontecimento sob as restrições da descrição, e implica dizer que não é possível falar do acontecimento em si. Dosse (2013, p. 267) esclarece que “escolher certo tipo de descrição

²⁷ Nora fez essa fala em sua aula inaugural do ano letivo 2006-2007, durante a comemoração do 60º aniversário do Centro de Formação dos Jornalistas (CFJ), na França (DOSSE, 2013).

²⁸ Gluck (2003 *apud* DOSSE, 2013, p. 262) explica que o ataque de 11 de setembro foi imediatamente comparado a Pearl Harbor, uma comparação espontânea formulada por diversas fontes (o homem da rua, os adolescentes, as atrizes, o apresentador de televisão). Essa analogia imediata e a reação em forma de narrativa heroica, segundo o autor, começa às 10h35, apenas alguns minutos após o desmoronamento da segunda torre, sugerindo que a América iria reagir e triunfar na guerra contra o Mal. O pesquisador aponta ainda que esse acontecimento poderia ter sido apresentado em um outro tipo de narrativa, portador de uma história, como o atentado a bomba contra o mesmo World Trade Center em 1993 ou como um crime contra a humanidade, pois os alvos foram civis, mas a narrativa dominante foi a heroica.

equivale a engajar um processo de interpretação que depositará o acontecimento descrito em determinada categoria semântica”. Com base em suas pesquisas sobre comunidade interpretativa jornalística, Ponte (2005) deixa claro que descrever é interpretar. Essa discussão será realizada detalhadamente mais à frente, neste mesmo capítulo (item 3.3).

Para Charaudeau (2010), o “fato relatado”, ou narrado, no jornalismo é objeto de uma descrição, de uma explicação e de reações, e essa ação gera como consequência a construção midiática do acontecimento. A notícia é, em sua concepção, “objeto de um tratamento discursivo desenvolvido sobre diferentes formas textuais: de anúncio (os títulos), de notificação (as notas), de relatório (artigo)”, dentre outros (CHARAUDEAU, 2010, p. 152). Esses acontecimentos relatados pelas notícias abrangem não somente fatos, mas também ditos. Os fatos, para o analista, têm uma relação com o comportamento dos indivíduos e com suas ações, assim como com eventos relacionados com as forças da natureza, com as catástrofes naturais, dentre outros. Já os ditos estão relacionados com os pronunciamentos diversos que adquirem valor de testemunho, de decisão ou até mesmo de reação, dentre outros.

Aqui abrimos um parêntese para fazer uma breve reflexão sobre a polissemia do conceito de fato, resultante de reflexão filosófica tanto da teoria do conhecimento como da filosofia da ciência. Essa categoria tem um papel fundamental no jornalismo, pois também reivindica para si a mediação da realidade, por meio de um processo de conhecimento, como a ciência. Para a Sponholz (2009, p. 57), um fato pode ser caracterizado tanto no sentido ontológico como epistemológico: o primeiro está relacionado a “aquilo que existe” e o segundo, a “daquilo que conhece”. A essas duas abordagens, a autora acrescenta uma terceira dimensão, a comunicativa, ou seja, o fato visto como um “ato comunicativo” ou um “tipo de declaração”. Ela esclarece que um

[...] ditado atribuído a Aristóteles “contra fatos não há argumentos” (...) é frequentemente utilizado no jornalismo para “mostrar” que os fatos falam por si. A idéia – que assumiu um lugar central no jornalismo – é de que os fatos revelam a realidade em estado puro, sem a intervenção de um sujeito conhecedor. (SPONHOLZ, 2009, p. 58)

A autora esclarece, todavia, que a declaração de Aristóteles

[...] não se refere originalmente a tipos de declarações diferentes, e não necessariamente ao *status* ontológico (o que existe) ou epistemológico (o que se conhece) dos “fatos”. E ela pode ser complementada com a seguinte proposição: “contra fatos só há a possibilidade de verificação”. (SPONHOLZ, 2009, p. 58)

A discussão sobre se os fatos existem fora da comunicação, no seu sentido ontológico, tem sido feita exaustivamente e está relacionada à existência ou não de um mundo exterior e se há a possibilidade de conhecê-lo. No entanto, Sponholz (2009, p. 59) pontua que “as declarações sobre o mundo exterior o descrevem, o julgam, o classificam, mas não necessariamente o inventam. Para tornar isto claro: a palavra ‘água’ não inventa o objeto água, e sim o descreve”. Existem ainda os fatos definidos como juízos de valor, em uma declaração valorativa. Enfim, para a autora,

[...] fato pode ser definido de maneiras diferentes, de acordo com o nível de referência (realidade ou proposição sobre a realidade), seu status ontológico ou epistemológico ou a sua função comunicativa. Tais definições não se referem necessariamente ao mesmo objeto, de forma que independem uma da outra. (SPONHOLZ, 2009, p. 60)

Se os fatos são rotineiramente sinônimos de acontecimentos e até de notícias, há de se considerar, no entanto, que nem todo fato é um acontecimento. Mas, como define Rodrigues (1993 *apud* SPONHOLZ, 2009, p. 61), “um acontecimento, portanto, não é somente ‘algo no mundo’, como o fato (no sentido ontológico). Dentro da categoria dos acontecimentos, definem-se como acontecimentos jornalísticos aqueles que se distinguem pela sua imprevisibilidade”. Afirma ainda a autora que se pode ainda diferenciar o acontecimento jornalístico em dois outros sentidos: como matéria-prima e como produto do jornalismo. “No primeiro caso, dizer que o jornalismo trabalha com fatos significa afirmar que ele trabalha com um recorte da realidade, com a perspectiva de um evento que serve como objeto de suas proposições”, e no segundo caso, que “as definições ontológicas podem ser automaticamente eliminadas” e a “realidade produzida e oferecida pelo jornalismo ao seu público” pode ser tornar secundária (SPONHOLZ, 2009, p. 61-63).

Dosse (2013) afirma que a descrição que leva à individualização do acontecimento é feita mediante a incorporação de uma série de elementos que passam a constituir-lo como hábitos, competências, práticas instituídas e crenças. A descrição do acontecimento é feita a partir da relação com um campo de ação possível. Isso significa dizer que a apreensão do acontecimento só é possível a partir do momento que ele nos afete e nos diga respeito, ou seja, pelas reações que nos provoca. A configuração de um acontecimento reside nas expectativas

depositadas sobre ele, ou seja, ele não sai do nada, e sim de pré-conhecimentos, de um conjunto de padrões, de um sistema de referências e de crenças já existentes.

A descrição das mídias leva à narrativa do acontecimento, ao seu enredamento. Charaudeau (2010, p.152) explica que o objetivo da narrativa jornalística dos acontecimentos é a de construir uma história e um ponto de vista sobre ela, e adianta que “a narrativização dos fatos implica a descrição do processo de ação (o quê?), dos atores implicados (quem?), do contexto espaço-temporal no qual a ação se desenrola ou se desenrolou (Onde? E quando?)”.

A questão que se coloca nesse processo narrativo é a autenticidade e a verossimilhança dos fatos que são descritos. Para o analista, o jornalismo lança mão de recursos linguísticos e semiológicos para alcançar os princípios acima citados segundo três procedimentos: a designação identificadora, a analogia e a visualização. Interessa-nos aqui o primeiro item, a “designação identificadora”, explicada por Charaudeau (2010) como o ato de apresentar provas, por meio de imagens, de que o fato realmente existiu, designando uma realidade que se processa diante dos nossos olhos: “O acontecimento sobre o qual estou falando é este que estou mostrando” (p. 154).

Como já discutido anteriormente, se uma declaração corresponde à realidade ou não, isso é um problema de verificação, que, por sua vez, é limitada tanto pelo viés epistemológico quanto por questões materiais bem claras, no caso do jornalismo. O primeiro refere-se à impossibilidade de se alcançar a verdade, já analisada exhaustivamente por Popper, restando somente a possibilidade de aproximar-se da realidade ao testar as próprias hipóteses ou suspeitas de forma cada vez mais rigorosa.

A terceira etapa de intervenção das mídias especificada por Dosse (2013) está relacionada com os envolvidos na transmissão do acontecimento (sua normalização). O autor cita Wittgenstein (1986 *apud* DOSSE, 2013), para quem normalizar um acontecimento é reduzir sua imprevisibilidade e incerteza, evidenciando sua singularidade. Nessa perspectiva, a publicação e a individualização são faces da mesma moeda. Por isso, Dosse (2013, p. 268) ressalta que “o processo de aparição no espaço público realizado pelas mídias faz plenamente parte integrante do próprio acontecimento”. Ele também salienta que a descrição do acontecimento está inserida em uma lógica pragmática que incorpora uma teoria do significado, movimentando crenças, convenções, usos e costumes, e, ainda, a argumentação dos próprios atores. Estes últimos são responsáveis por avaliações sobre esse acontecimento, em uma perspectiva axiológica. Dosse (2013, p. 272) afirma que “a identificação e a qualificação de um acontecimento exigem imediatamente a adoção de uma atitude favorável ou desfavorável, incorporando uma apreciação axiológica baseada na moralidade”.

O acontecimento tem uma emergência histórica e uma singularidade. Quéré (2005, p. 70) aponta que “quando um acontecimento se produz, independentemente de sua importância, o mundo não é absolutamente mais o mesmo: as coisas mudaram”. Por seu turno, Dosse (2013, p. 273) evidencia a capacidade que o acontecimento possui de criar o seu próprio passado e se abrir para um futuro inédito, desvelando uma descontinuidade que não permite mais pensar em termos de um contexto que lhe seja preexistente e causal. Então, o historiador entende que a busca do sentido do acontecimento exige um trabalho de reconstituição de outro passado, inédito, revisitado por um futuro, o do acontecimento, e ganha um sentido diferente. “Se o acontecimento não pode ser considerado como simplesmente determinado pelo seu passado, ele não deixa de ser condicionado por ele: tudo o que acontece, acontece sob condições necessárias” (DOSSE, 2013, p. 272).

Nesse aspecto, Dosse (2013) reforça a importância da noção de emergência do filósofo George Mead (1932), pois, conforme o historiador, já não se trata de negar que um acontecimento ocorra a partir de certas condições que se formaram no passado, e sim entender que a reconstituição desse mesmo passado deve partir desse novo acontecimento que emergiu e levar a uma história indefinida e inacabada, sempre aberta aos acontecimentos posteriores que poderão modificar o passado em função de um futuro sempre diferente. A individuação do acontecimento está para além do momento de sua ocorrência, ou seja, o acontecimento continua a ocorrer e a se singularizar enquanto produzir efeitos sobre aqueles por ele afetados, mas não efeitos causais, e sim efeitos da ordem do sentido.

A mídia tem um papel importante para retomar o passado no presente. O passado torna-se uma controvérsia pela relação que estabelece com o presente por meio da memória. Bergson (1938 *apud* DOSSE, 2013, p. 91) explica que o passado sobrevive de duas maneiras: 1) nos mecanismos motores; 2) nas lembranças independentes. E não há ruptura entre passado e presente, pois os dois estão intrincados pelos interesses pragmáticos do presente: “Nosso presente cai no passado quando cessamos de atribuir-lhe um interesse atual. Tanto para o presente dos indivíduos quanto para os das nações” (BERGSON, 1938 *apud* DOSSE, 2013, p. 91). Para esse autor, o que há é uma indivisibilidade da mudança que explica que o passado pode unificar-se ao presente, e que “sem essa sobrevivência do passado no presente, não haveria duração, mas somente instantaneidade” (p. 91). Bergson (1938 *apud* DOSSE, 2013) parte da concepção de que o presente é constituído pelo que surge como novidade, assim, o acontecimento tem um lugar central a ser pensado. Tal constatação leva-nos à reflexão da relação do jornalismo com o acontecimento, a ser feita no próximo item.

3.2.1 Acontecimento como construção: as contribuições do jornalismo

Dosse (2013) aponta que uma lição a ser assimilada diz respeito ao importante papel desempenhado pela mídia na fabricação do acontecimento na indeterminação da sua natureza e na sua construção progressiva. A cobertura ao vivo do fato pela televisão gera o que o autor denomina de esmagamento das temporalidades no presente. Ele cita como exemplo desse fenômeno a cobertura televisiva do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, marcada pela ausência de comentários, e em grande parte utilizando somente a força das imagens, o que resultou em uma “hiperbolização” do presente. O autor acredita que esse tipo de cobertura leva o telespectador a um sentimento de “viver a história em tempo real”, e, com isso,

[...] o tempo sofre uma espécie de precipitação para o presente, tornando-se simultaneamente passado e futuro, realizando atualmente o que George Mead pressentia nos anos de 1930 como “o presente é ao mesmo tempo o lugar da realidade e o lugar onde se constituem o passado e o futuro”. (DOSSE, 2013, p. 298)

Interessante notar que essa perspectiva sobre a conexão das três temporalidades do acontecimento procura mostrar que a busca de controle do seu sentido, pelos responsáveis pela transmissão, não está na perspectiva de manipulá-lo, mas, ao contrário, de exorcizá-lo, tentando reduzi-lo a situações ou a fatos controláveis. Podemos perceber isso na rede noticiosa criada pelos veículos de comunicação, mais especificamente de jornalismo, para transformar os acontecimentos em notícia.

Para Dosse (2013, p. 298-299), “a investigação do jornalista consiste em buscar por baixo das aparências o que permite tornar inteligível o acontecimento”, enquanto a “mídia, ao divulgar o acontecimento, procura tanto comunicar o seu sentido quanto dominar o seu impacto, suportando, com a própria opinião, essa reabertura do mundo que lhe cabe reorganizar, domar e pacificar”. Assim, para o historiador, a mídia, no processo de internalização do acontecimento produzido, traz em si uma série de discursos, e “a construção do acontecimento passa pela combinação de vários gêneros discursivos a serem diferenciados para acompanhar o processo de comunicação” (DOSSE, 2013, p. 299). Tais elementos também foram apontados por Charaudeau (2010), ao se referir ao processo de descrição dos fatos a relatar.

Dosse (2013) alerta, no entanto, para as mudanças atuais sofridas pela imprensa, na qual

[...] as informações foram reduzidas em uma mesma página, fornecidas cada vez mais suscintamente, em enquadramentos cada vez mais apertados, tudo integrado em processo ubiqüitário que concede cada vez menos lugar ao contexto que dirige a aparição do acontecimento para melhor ressaltar o caráter repentino da emergência deste último. (p. 336)

O mais importante, hoje, não é mais as notícias levarem ao leitor uma compreensão do fato, e sim a lógica de que nada deve ser conhecido. Desse modo, “o acontecimento moderno não é decididamente nada sem seus suportes de comunicação” (DOSSE, 2013, p. 337), o que retoma e confirma a ideia romana segundo a qual ser é ser percebido, é ser visto.

Essa abordagem construtivista aponta para a apresentação de um acontecimento veiculado pelas mídias, após um processo de formação, preparação e significação operado por elas. Mas fazer o acontecimento pressupõe uma sociedade moderna e midiaticizada, que difunde esse acontecimento de forma espetacularizada para assegurar sua repercussão. O acontecimento de 11 de setembro é um exemplo da estupefação que a midiaticização pode causar. “O essencial do acontecimento está, na realidade, no seu vestígio, naquilo que ele se torna, de maneira não linear no interior dos múltiplos ecos de seu só-depois (*après-coup*)” (DOSSE, 2013, p. 338). Essa ideia de que as mídias compõem a construção das percepções e dos sentidos dos acontecimentos é compartilhada por Charaudeau (2010), que considera que

[...] não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro e um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade. (p. 131)

As estratégias utilizadas pelos jornalistas, segundo as condições de produção que lhes são dadas, nem sempre têm como objetivo, segundo Sponholz (2009), aproximar da realidade, e sim dar credibilidade ao que é noticiado. Assim, conforme o autor, os “fatos oferecidos pelo jornalismo podem ser credíveis, mas não são a realidade em si, contêm valores e via de regra não se pode dizer a priori se são falsos ou não, porque não foram averiguados validamente pelo jornalista” (p. 67).

Aqui podemos relacionar, entre os estudos do jornalismo, a abordagem das notícias como uma realidade, construída pela socióloga norte-americana Gaye Tuchman (1983), que desenvolveu seu reconhecido trabalho²⁹ em 1978, no campo da Sociologia do Jornalismo. Ela

²⁹ O trabalho de Tuchman de 1978 *Making News: a study in the construction of reality* é uma referência nos estudos sobre o jornalismo e do seu processo de produção. Foi publicado pela editora norte-americana Free Press.

parte dos estudos da sociologia interpretativa³⁰ para compreender o mundo social e, em especial, como o jornalismo transforma os acontecimentos em notícias. A autora lança mão de uma abordagem interpretativa para estudar as notícias, demonstrando como o jornalista transforma os acontecimentos cotidianos em acontecimentos jornalísticos.

No processo de descrição da prática jornalística, Tuchman (2002) recorre a dois conceitos-chave: “reflexividade” e “indexicalidade”, utilizados pelos etnometodólogos, em especial Garfinkel (1967); “quadro simbólico” e “tira”, de Goffman (1974); e, ainda, “construção social da realidade”, de Berger e Luckman (1967). Esses conceitos trabalhados por ela decorrem da ideia de que as pessoas constroem ativamente os significados sociais. Eles estão atrelados a uma tradição de trabalhos que partem de uma leitura de Alfred Schutz, filósofo das Ciências Sociais e descendente da fenomenologia de Edmund Husserl; de Henri Bergson; da sociologia de Max Weber; e dos pragmatistas norte-americanos, entre os quais, William James, que foi orientador de Robert Park e o influenciou na sua concepção de conhecimento sobre o jornalismo, já discutida no capítulo anterior.

Tuchman (2002) explica que Schutz incorpora as ideias de William James e as desenvolve nas propriedades fenomenológicas básicas de mundo social partilhado. Schutz estaria preocupado, conforme a socióloga, com o mundo cotidiano como “realidade primordial”. Dessa maneira, Tuchman (2002) afirma que esse filósofo inverte a perspectiva de Husserl, quando explica que, “ao adotarem uma atitude de dúvida em relação aos fenômenos do mundo social, os actores sociais aceitam os fenômenos como dados adquiridos” (p. 94), o que gera uma “atitude natural” de aceitar a existência objetiva dos fenômenos sociais. Isso significa dizer que aceitamos como adquirida a existência dos fenômenos sociais. Os leitores de posições ideológicas diferentes podem até questionar a posição política presente em uma notícia, mas não irão questionar o acontecimento em si. Como exemplo dessa perspectiva, Tuchman (2002, p. 94) explica que,

³⁰ Tuchman (2002) explica que a sociologia interpretativa parte da compreensão de que o mundo social é um fornecedor de normas, invocadas pelos atores sociais como recursos ou constrangimentos na sua ação social e realização de projetos. Em sua abordagem, os atores sociais “dão forma ao mundo social e às suas instituições como fenômenos construídos e partilhados”, processos esses que ocorrem simultaneamente: em um, a sociedade ajuda a construir a consciência, e no outro, as pessoas constroem e constituem coletivamente os fenômenos sociais, a partir da “apreensão intencional dos fenômenos no social partilhado” (TUCHMAN, 2002, p. 91).

[...] apesar de um leitor de jornal poder duvidar da veracidade de uma notícia específica, ele ou ela não põem em causa a própria existência das notícias como fenómeno social. O leitor pode contestar o ponto de vista de uma história específica, de um dado jornal ou de um determinado noticiário televisivo, mas os jornais, as transmissões de radiodifusão e as próprias notícias surgem como dados objectivos.

Algumas características que Schutz elabora são destacadas por Tuchman (2002) para explicar o estilo cognitivo específico do mundo cotidiano, diferenciando-o das outras infinitas significações. A autora também enfatiza dois atributos que possibilitam pensar o jornalismo: o primeiro reforça o pressuposto de que os elementos básicos sociais, como o tempo e a intersubjetividade, são socialmente adquiridos; e o segundo estabelece que, na “atitude natural”, os atores sociais assumem uma posição ativa de vigilância do mundo, o que possibilita a apreensão e a criação de significados. Para a socióloga norte-americana, “ao ler um jornal o actor toma como certo que as notícias existem e que as histórias são notícias de actualidade” (TUCHMAN, 2002, p. 95). Ou seja, os leitores de notícias procuram encontrar sentido nas manchas impressas dos jornais, nas imagens na televisão e/ou no que veem nas telas dos computadores.

Os atores sociais, para Tuchman (2002), “percebem palavras e frases, factos e interpretação” e, da mesma forma, “os jornalistas trabalham para apreender e atribuir significação, quando identifica certos tópicos e não outros, como a notícia” (p. 95). Isso significa dizer que os atores sociais criam significações e dão um sentido coletivo partilhado da ordem social, que depende da partilha dessas significações. Ao modo de dizer de Foucault (2007b), os sujeitos são atravessados pelos enunciados históricos, e estes também instauram novos enunciados no presente, tais como os acontecimentos discursivos que ocorrem na atualidade. Por consequência, os enunciados nunca serão os mesmos, ainda que façam parte de uma memória discursiva. E vemos a relação clara do jornalismo com o discurso, no sentido de dar significados às práticas sociais.

Tuchman (2002) quer saber: 1) como os leitores dão sentido às notícias como registro do cotidiano e do presente?; 2) como os jornalistas dão sentido ao acontecimento?; 3) como os leitores extrapolam, a partir de um tema específico, uma constituição do cotidiano? A socióloga parte do pressuposto de que os relatos dos acontecimentos estão inseridos na mesma realidade que os caracterizam e que os atores sociais, ao relatá-los, podem atribuir-lhes sentidos, independentemente do contexto no qual os relatos foram produzidos.

Na abordagem das notícias na perspectiva da sociologia interpretativa, a atividade jornalística e das organizações é enfatizada, pois os jornalistas invocam e aplicam normas e

também as definem. Por exemplo, o conceito de noticiabilidade – critério que determina o que é digno ou não de se tornar notícia – é definido e redefinido constantemente na composição de uma primeira página de jornal, devido às prioridades do que deve entrar ou não na hora do fechamento.

Para Tuchman (2002, p. 92), as notícias ajudam a constituir a realidade “como fenómeno social partilhado no processo de descrição de um acontecimento”, ou seja, os aspectos da mudança social retratados nas notícias definem de certa maneira o que é desviante e normativo. E o jornalismo ajuda a estabelecer o que é normal e o que é anormal, socialmente falando. Quando o jornalismo publica uma notícia sobre a grande quantidade de lixo gerado na Rio+20³¹ e a falta de reciclagem desses resíduos, ele, de certa forma, está produzindo um sentido sobre esse acontecimento. As formas como determinados acontecimentos são retratados geram sentidos sociais sobre ele. Para Tuchman (2002, p. 93), “ao impor significações, as notícias estão permanentemente a definir e a redefinir, a construir e a reconstruir fenómenos sociais”.

França e Oliveira (2012) alertam que uma visão construtivista dos acontecimentos, centrada em uma construção midiática, pode incorrer em alguns problemas analíticos. As autoras recorrem a Quèré (1997 *apud* FRANÇA, OLIVEIRA, 2012, p. 41), que explica no que consiste essa perspectiva sobre os acontecimentos:

A abordagem construtivista funda-se na ideia de que os acontecimentos que nos são apresentados pela mídia não são imagens puras e simples daquilo que se passa no mundo, mas o resultado de um processo socialmente organizado e socialmente regulado, de formatação, encenação e atribuição de sentido às informações.

Essa visão traz, segundo França e Oliveira (2012, p. 41), uma ideia radical de que os acontecimentos são as construções discursivas que conferem às mídias “um poder criador e onipotente [...], para além e qualquer referente no plano da realidade” e que não levariam em conta os diversos fatores que podem intervir na configuração de um processo comunicativo. Também, conforme as autoras, não levam em consideração as “outras contingências na sua capacidade de afetar a vida pública” e “a capacidade agenciadora dos sujeitos sociais, que interagem, e não apenas reagem à intervenção midiática”. Elas apontam a insuficiência dessa visão, pois entende que

³¹ Esse tema ocupou três páginas do caderno especial Planeta Rio+20, do jornal *Estado de S. Paulo* (24/6/2012), e em diversas outras edições do mesmo caderno.

[...] um acontecimento acontece, e acontece com pessoas, e na organização da vida de uma sociedade ou de um grupo. Ele se passa no domínio da experiência e se realiza – ou não – a partir de seu poder de afetação na ação dos sujeitos, de sua capacidade de interferência no quadro da normalidade e das expectativas previstas no desenrolar do cotidiano de um povo. (FRANÇA, OLIVEIRA, 2012, p. 45)

Nesse momento, as pesquisadoras apontam o lugar da comunicação no mundo como parte integrante do tecido social e de suas dinâmicas complexas. A comunicação não pode, portanto, estar acima das esferas da sociedade e, para França e Oliveira (2012, p. 46), “o acontecimento não passa a existir apenas quando e porque o percebemos; ele o é exatamente porque se faz perceber, e nos faz falar”. É importante ressaltar que as discussões acima colocam a mídia como elemento central, e não como determinante e acima dos acontecimentos, sendo que vemos o jornalismo como elemento constituinte dos acontecimentos que narram este mundo social.

As autoras inserem-se em uma corrente que vê o acontecimento como narração do fato, o que implica dizer que o acontecimento é tomado como forma discursiva e resultado da transformação a que foi submetido pelas ocorrências, quando traduzidas discursivamente. O objetivo foi o de ver mais que discursos e se permitir “perceber os discursos dando forma, configurando, organizando sentidos dispersos, contraditórios, anárquicos suscitados por ocorrências, ações, intervenções” (FRANÇA, OLIVEIRA, 2012, p. 46). Isso nos leva à importância de cogitarmos sobre uma análise não só discursiva, mas também com elementos não discursivos na implementação das práticas. Tendo em conta essa concepção mais ampla, mais adiante, no Capítulo 4, faremos a análise da categoria foucaultiana de dispositivo, que irá nos ajudar a compreender o nosso objeto de pesquisa.

Mas como entender as formas pelas quais o jornalismo se relaciona com os acontecimentos? Na tentativa de trazer elementos para a apreensão da constituição do jornalismo e da sua capacidade interpretativa dos acontecimentos, tomaremos como ponto de partida a noção de comunidade interpretativa, a ser discutida no próximo tópico.

3.3 Jornalismo e acontecimento: uma comunidade interpretativa

Em uma sociedade midiaticizada, o jornalismo, no plano da compreensão dos acontecimentos, tem um papel importante, pois é ele que, nos processos de descrição dos acontecimentos, constrói uma interpretação. Tendo em vista essa característica, faz-se necessário perceber como o jornalismo se configura na atualidade como esse espaço de

interpretação. Dessa forma, lançamos mão da noção de jornalismo como comunidade interpretativa para buscar elementos para a composição da reflexão a ser feita a partir de autores como Ponte (2005), Traquina (2004a, 2004b, 2005a, 2005b), Tuchman (1978, 2002) e Zelizer (1993), entre outros.

A compreensão do jornalismo como uma “comunidade interpretativa” surge com a pesquisadora norte-americana Barbie Zelizer (1993). A partir das concepções dessa noção, trazidas da Antropologia e dos estudos literários, a autora explica que os jornalistas são uma comunidade interpretativa por se manterem coesos, com base em práticas sustentadas em um repertório de acontecimentos do passado, de uma memória e de uma cultura profissional que geram modelos de práticas e ações no presente. Já Ponte (2005) ressalta que a noção de comunidade interpretativa é próxima da concepção de “comunidade hermenêutica”, compreendida por pontos comuns de interpretação e de valorização, mesmo que seus membros não estejam no mesmo espaço e tempo.

Zelizer (1993) vê a noção de comunidade interpretativa como alternativa explicativa do jornalismo para além da sua atividade profissional, possibilitando descrever os jornalistas e suas práticas pelos processos intersubjetivos resultantes das percepções desses profissionais e do seu ofício, assim como das compreensões partilhadas acerca da realidade social da qual fazem parte e constroem nas narrativas do mundo.

A explicação do jornalismo como profissão foi, segundo Zelizer (1993), importante para descrever a funcionalidade dessa atividade profissional e para que os jornalistas se identificassem com os demais colegas de ofício no desempenho de uma atividade comum, criando um sentimento de partilha e de autoridade sobre uma especificidade de atuação. Esse sentimento de partilha e de autoridade, de acordo com o autor, gerou condições para a circulação de um grupo de valores relacionados a um tipo de tratamento que um profissional do jornalismo desempenha na composição de textos, tais como ser objetivo, neutro ou até mesmo independente.

Zelizer (1993) questiona, no entanto, a perspectiva meramente profissional, pois entende que ela não dá conta de explicar os elaborados mecanismos de construção da realidade por meio das dinâmicas textuais. No seu entender, a noção de “comunidade interpretativa” aponta para a necessidade de compreender que existe uma rede informal elaborada entre os jornalistas, na qual assimilam e compartilham regras, demarcam fronteiras e permitem estabelecer as atitudes apropriadas e inapropriadas para o exercício da atividade profissional. Essa visão aponta para a ideia de que os jornalistas não atuam sozinhos, e sim em uma rede coletiva que vai além dos limites organizacionais das empresas jornalísticas, e

que isso pode ser percebido nas práticas jornalísticas de realizar trocas interpessoais não formais, que estabelecem um discurso sobre essa prática e sobre os acontecimentos retratados por ela.

Vale ressaltar que as regras deontológicas ou educacionais são menos importantes do que uma circulação difusa que possibilite percepções interpretativas comuns, levando a uma leitura e narrativa da realidade. A identidade e o modo de ser do jornalista são consolidados a partir do discurso que ele tem sobre si mesmo e de como estabelece padrões de autoridade e de uma memória acumulada sobre o que é jornalismo e como ele deve ser feito. Essa perspectiva leva-nos à compreensão de como os jornalistas se autoimputam o poder da interpretação dos acontecimentos e como isso se materializa nos procedimentos de elaboração do texto (ZELIZER, 1993).

A prática jornalística é norteada pela memória acumulada das consideradas “boas práticas” ou “boas coberturas” jornalísticas realizadas anteriormente e confirmadas pelas várias premiações concedidas aos jornalistas por esses trabalhos. Quando se concede um Prêmio Pulitzer³² (Estados Unidos) ou um Prêmio Esso³³ (Brasil) a um jornalista, por exemplo, o trabalho realizado, materializado no texto, está sendo apontando como um “bom trabalho” do profissional, e passa a ser motivo de prestígio e de credibilidade jornalística. Essas práticas jornalísticas são uma forma de os jornalistas atenuarem os aspectos instrumentais do discurso jornalístico e, ainda, de conservarem as fronteiras dessa comunidade interpretativa. Assim, a visão de Zelizer (1993) possibilita a compreensão da prática jornalística a partir da concepção de um espaço comum de partilha simbólica, e não apenas baseada nos contornos profissionais.

Apesar da importância que o termo “comunidade” tem na reflexão de Zelizer (1993), a autora deixa claro que não é possível precisar os fundamentos, os processos e os contornos de uma rede de interações informais que fornece os parâmetros avaliativos. Desse modo,

³² O Prêmio Pulitzer, concedido pela Universidade de Colúmbia, Nova York, às pessoas que realizaram trabalhos de excelência nas áreas de jornalismo, literatura e composição musical, foi criado em 1917 por desejo de Joseph Pulitzer, que em 1912, já à altura de sua morte, havia legado recursos à Universidade para que criasse o Curso de Jornalismo. O Pulitzer é subdividido em 21 categorias, e em 20 delas os vencedores recebem um prêmio de dez mil dólares em dinheiro e um certificado. O vencedor da categoria Serviço Público de Jornalismo ganha uma medalha de ouro, e o prêmio é sempre atribuído a um jornal, e não a um indivíduo, mesmo que este seja citado. No âmbito do jornalismo, apenas matérias e fotografias publicadas por jornais nos Estados Unidos podem concorrer ao Pulitzer.

³³ O Prêmio Esso de Jornalismo, anteriormente denominado Prêmio Esso de Reportagem, é a mais importante distinção conferida a profissionais de imprensa no Brasil. O prêmio, patrocinado pela Esso Brasileira de Petróleo Ltda., é concedido anualmente a jornalistas e veículos de comunicação que se destaquem com reportagens e outros trabalhos de mídia ao longo do ano. A premiação vem ocorrendo ininterruptamente desde 1955 e possui 13 categorias, além de uma premiação especial dedicada à contribuição à imprensa. O prêmio tem alta reputação e credibilidade, e os profissionais que o recebem gozam de grande prestígio na imprensa brasileira.

conforme a autora, é preciso atentar para o risco de se conceber uma identidade única jornalística, homogeneizando os jornalistas e os jornalismo, sem levar em conta a diversidade de formas, realidades, valores e práticas, nas diversas partes do mundo.

Com base no olhar de Bauman (2003) sobre comunidade, Leal e Jácome (2013) esclarecem que os jornalistas não formam um grupo social estável e definido, e sim um grupo de caráter performático, constituído a partir de trocas e interações que permitem diferentes modos de pertencimento e de permanência nele. Talvez seja esse o motivo de Traquina (2004b, 2005b) não utilizar o termo comunidade para referir-se ao conjunto dos jornalistas, e sim o de “tribo” jornalística, em vários dos seus estudos sobre o jornalismo. No entanto, Ponte (2005, p. 123-124) ressalta que apesar de as comunidades interpretativas serem atravessadas por variáveis locais, temporais e políticas, podem ser identificados traços comuns na prática profissional do jornalismo em sociedades abertas e se o espaço e o tempo são seus elementos estruturadores. Pontua também a autora que não se pode falar de uma comunidade supra-histórica que ignore

[...] a diversidade de trajetórias que marcaram o jornalismo (por exemplo entre um modelo anglo-americano, de crença na separação entre factos e opiniões e um modelo mais interpretativo e opinativo, na imprensa latina, ou um prolongado constrangimento à liberdade de imprensa, como na sociedade portuguesa). (PONTE, 2005, p. 123-124)

A concepção de “comunidade jornalística” defendida por Traquina (2004b, 2005b) está sustentada em duas perspectivas complementares: a de que os jornalistas possuem critérios para estabelecer o que é noticiável (os valores-notícia) e a de que possuem um modo específico de agir, de falar e de ver, além de competência profissional e imediatismo e estão imersos em uma cultura profissional. Essa comunidade está, de acordo com o autor, fortemente enraizada em valores surgidos no século XIX, tais como as notícias, a procura pela verdade, a independência dos jornalistas, a exatidão e a noção de jornalismo como serviço público.

Em vista disso, Naymam (1973 *apud* TRAQUINA, 2005b, p. 36) considera que os jornalistas formam uma “comunidade mais ou menos homogênea, cujos membros partilham identidade, valores, definição de papéis e interesses” e fazem parte de uma cultura composta de uma série de crenças, mitos, valores, símbolos e representações que marca a produção das notícias. Essa identidade profissional, para Traquina (2005b), é um ethos, pois define a forma de ser jornalista e estar no jornalismo, e para compreendê-lo desenvolve seis categorias

essenciais: o imediatismo, a competência profissional específica, a maneira de ver, a maneira de falar, a maneira de agir e a cultura profissional.

Os elementos que caracterizam essa comunidade interpretativa, a partir da perspectiva de Traquina (2004b, 2005b), Tuchman (1978, 2002) e outros autores, serão discutidos nos itens a seguir. É importante compreendermos que as notícias e a produção noticiosa estão inseridas em um contexto específico na organização do trabalho informativo, a saber: nas redes noticiosas em constante negociação; no ritmo do trabalho jornalístico; na relação entre fatos e fontes, baseadas na rede noticiosa em instituições legitimadas; e nas negociações entre jornalistas e concorrência.

3.3.1 Ordem no tempo e no espaço

Para compreender a complexidade e a variabilidade dos tempos jornalísticos, Ponte (2005) aponta ser necessário lançar um olhar mais apurado sobre o que significa isso no jornalismo, mediante a diferenciação entre um tempo natural e um tempo social. O primeiro é um tempo cósmico e de grandes ciclos que se repetem, enquanto o segundo é a nossa percepção do tempo a partir de uma perspectiva social e que possui diversas modalidades (ecológicas, técnicas, econômicas, míticas, históricas e ritualísticas), resultante de tempos diferentes. Assim, o jornalismo, na concepção da autora (2005), é uma das modalidades mais complexas desse tempo social, pois, para perceber o tempo jornalístico, faz-se necessário “entender a dimensão sincrónica com que um conjunto de acontecimentos se apresenta e situar essa sincronia numa dimensão diacrónica, que aponta para processos de identificação, de memória e de reconhecimento pelas partes envolvidas” (p. 126).

Um dos elementos desse tempo jornalístico é a noção polissêmica de atualidade, que não significa necessariamente um presente histórico. Ponte (2005) reconhece que a atualidade no jornalismo contém “acto, enunciação performativa que afecta a nossa percepção dos acontecimentos”, pois aceitamos, como público, que o “passado recente ou a prospecção futura de acontecimentos nos sejam apresentados como sendo o presente” (p. 125). A autora reforça esse ponto de vista afirmando que o manejo do tempo presente, e em “particular nos títulos, evoca um presente narrativo, não histórico, não-cronológico, destinado a uma dramatização da acção relatada” (PONTE, 2005, p. 125).

Para Traquina (2005a), o imediatismo é essencial para se compreender como essa “tribo” se articula em torno de um deus Kronos, posto que a organização jornalística funciona dentro de um ciclo temporal (“o dia noticioso”), que impõe limites à natureza das notícias, e

segundo uma lógica na qual a urgência é um valor dominante, e o planejamento torna-se essencial para lidar com as horas de fechamento. Parte dos trabalhos é planejada no início do dia de trabalho – a agenda, como se diz no jornalismo –, na tentativa de dar ordem ao caos e à imprevisibilidade.

O imediatismo é um fator determinante para definir a competência profissional específica de um jornalista, que é determinada pela capacidade de domínio de tempo desse profissional. A capacidade performativa do jornalista está centrada em um conjunto de saberes profissionais, que são baseados na sua capacidade de reconhecer quais são os acontecimentos que possuem valor como notícia; nos passos que deve seguir para a coleta de dados para a elaboração da notícia; na identificação e verificação dos fatos envolvidos no acontecimento; e, ainda, na capacidade de lidar com a linguagem jornalística, a partir de regras estilísticas, a saber: escrita direta e concisa, palavras concretas, voz ativa, descrição detalhada e precisão pormenorizada (TRAQUINA, 2005b, p. 42-43). A maneira de agir dos jornalistas está profundamente arraigada em suas capacidades performativas, ou seja, no seu saber de procedimento.

A “tirania do tempo” na produção noticiosa obriga as empresas jornalísticas a lançarem mão de estratégias para dar conta do desafio diário de lidar com uma matéria-prima (os acontecimentos), que surge em qualquer lugar e a qualquer momento. As estratégias para lidar com essa imprevisibilidade é impor uma ordem no tempo e no espaço, tecendo uma rede noticiosa para “capturar” os acontecimentos (MOLOTCH; LESTER, 1974; TUCHMAN, 1978, 2002 *apud* TRAQUINA, 2004a, p.187-188).

Para tentar impor uma ordem no “espaço acontecimental”, Tuchman (1978 *apud* TRAQUINA, 2005a, p. 181) descreve três estratégias utilizadas pelas empresas jornalísticas: 1) divisão do mundo em áreas de cobertura (territorialidade geográfica); 2) escalação de jornalistas para estarem em determinadas organizações que possam produzir acontecimentos noticiáveis; 3) divisão interna dos produtos jornalísticos em seções e/ou editorias sobre determinados assuntos (especialização temática).

Essas estratégias partem do pressuposto de que os acontecimentos dignos de se tornarem notícias ocorrem em determinados locais e em outros não, o que pode levar a “buracos” na rede noticiosa, concentrando a cobertura das empresas jornalísticas nos grandes centros urbanos, em detrimento do interior do país ou de países em desenvolvimento. O que estiver fora dessa área de cobertura só se tornará notícia em situações de desordens naturais

(catástrofes ambientais)³⁴, sociais (manifestações, conflitos e guerras) e morais (crime, corrupção), ou quando grandes autoridades se deslocarem para essas localidades, o que gera a cobertura mais pela notoriedade das autoridades do que pela localidade em si.

A mesma lacuna ocorre com a especialização organizacional, cuja cobertura estará centralizada em determinadas organizações, principalmente as públicas, em detrimento de outras pouco noticiadas. Por exemplo, instituições políticas como a Presidência da República, o Senado e a Câmara de Deputados recebem dezenas de jornalistas cotidianamente para cobrir os acontecimentos que ali ocorrem, enquanto outros órgãos recebem menos cobertura, pelo fato de os jornalistas acreditarem serem eles menos relevantes, portanto, menos noticiáveis.

E, por fim, a especialização temática leva a uma homogeneização dos produtos jornalísticos. As seções temáticas são praticamente as mesmas na maioria dos jornais (editorias de política, economia, cultura, esporte, internacional, cidades e ciências), alterando um item ou outro da sua oferta temática e diversificando sua cobertura com os suplementos e cadernos especiais. A especialização temática intensificou-se nas últimas décadas nas empresas jornalísticas, em decorrência da segmentação no jornalismo, o que levou à implementação e publicação de suplementos e cadernos diários e/ou especiais com o claro objetivo de alcançar determinadas fatias de público. A temática ambiental vem ganhando espaço nos grandes jornais, com editorias específicas e seções, tanto nas edições impressas como nas plataformas digitais desses veículos, demonstrando a importância que esse tema vem recebendo na cobertura jornalística. Recorrendo a Deleuze (1996), podemos afirmar que enquanto alguns temas e assuntos ganham visibilidade na mídia, outros são silenciados. Luzes são projetadas em alguns objetos, enquanto outros ficam nas sombras da invisibilidade. Temos, aqui, os temas ambientais ganhando cada vez mais visibilidade midiática.

As empresas jornalísticas também procuram impor, a partir do seu próprio biorritmo, uma série de estratégias para a realização de seu processo diário de produção noticiosa: 1) estabelecimento de uma rede temporal; 2) busca de planejamento do futuro pelos acontecimentos previstos (agenda). Essa teia temporal também gera alguns problemas que precisam ser destacados. Para Traquina (2005a), a rede noticiosa gera “lapsos temporais”, pois parte da premissa de que os acontecimentos com noticiabilidade ocorrem em determinadas horas do dia, concentrando a maioria das suas equipes nesses períodos. Fora desse horário, um acontecimento tem de provar que concentra valores-notícia importantes para que os veículos jornalísticos lhe deem atenção.

³⁴ Por exemplo, a ampla cobertura do desmoronamento dos morros nas cidades serranas do Rio de Janeiro em 2011, entre outras coberturas de desastres e catástrofes naturais.

A grande consequência a que se expõem os veículos de comunicação, a partir dessa dinâmica do trabalho jornalístico com um ritmo próprio, baseado no imediatismo e em relatos atuais dos acontecimentos do presente, é a de dar ênfase aos acontecimentos, e não às problemáticas, por exemplo, na cobertura de temáticas socioambientais, quando muitas vezes as notícias ficam centradas na abordagem das catástrofes naturais, não apresentando suas causas. Para Tuchman (2002, p. 98), os “acontecimentos estão concretamente enterrados na teia da facticidade” e as perguntas do lide tradicional (quem, o quê, quando, onde, como e por quê) refletem essa lógica.

É preciso destacar o processo interativo da produção das notícias, tendo em vista que os diversos agentes sociais têm um papel ativo e constante no processo de negociação. Molotch e Lester (1974 *apud* TRAQUINA, 2005a, p. 185-187) estabeleceram três categorias de pessoas organizadas em torno do trabalho jornalístico: os promotores de notícias³⁵; os *news assemblers*³⁶ e os consumidores de notícias³⁷. Na primeira categoria, temos aquele que fez parte do acontecimento (executor) ou que não participou do acontecimento e assume o papel de informar aos jornalistas sobre o acontecimento (informador).

Os diversos agentes sociais têm posições diferentes quanto aos acontecimentos, pois alguns deles têm interesses em que se tornem públicos e outros, não. Desse modo, os jornalistas são o alvo prioritário da ação estratégica dos agentes sociais, em particular do campo político, que buscam visibilidade. Mas esses profissionais da notícia têm suas próprias necessidades de acontecimentos, o que nem sempre coaduna com a dos agentes sociais interessados em publicizar determinadas ocorrências.

3.3.2 A “tribo jornalística”: valores e narrativa

A “tribo jornalística”, como denomina Traquina (2005b), possui uma cultura profissional sustentada no seu imediatismo, na sua maneira de agir, de falar e de ver o mundo. Essa cultura é rica de mitos³⁸, símbolos e representações que estabelecem uma liturgia entre o bem e o mal. Ao formar uma comunidade que encara a profissão não como simples trabalho, e sim como a própria vida, o jornalista casa-se com a profissão.

³⁵ Os *news promoters* são aqueles indivíduos que identificam uma ocorrência especial para ser tornar notícia.

³⁶ Os *news assemblers* são todos os profissionais que transformam as ocorrências em acontecimentos públicos para publicações ou radiodifusão.

³⁷ Os *news consumers* são aqueles que assistem a determinadas ocorrências disponibilizadas pela mídia.

³⁸ Traquina (2005b) explica que a mitologia jornalística coloca os jornalistas no papel de servidores públicos, os “cães de guarda” na proteção dos cidadãos contra os abusos de poder, na função de “Quarto Poder”.

A discussão de Traquina (2005b) está centrada na compreensão do processo de transformação dos acontecimentos em notícias, e a que ordens e estratégias elas estão submetidas. Saber como as notícias se formam – mediante as rotinas produtivas de acesso ao campo jornalístico, na relação estabelecida pelo repórter com as fontes e suas redes de interação com outras instituições sociais – é um ponto importante para as reflexões do autor e sobre as quais nos deteremos a seguir.

Na busca por responder “o que as notícias são”, Traquina (2005a) parte da perspectiva da teoria construcionista para elaborar outra teoria, a interacionista, reunindo uma grande gama de descobertas de diversas pesquisas antecedentes. Para essa explicação teórica, as notícias são o resultado de uma interação social que ajuda na construção da realidade, que por sua vez é uma das condições de formação das notícias.

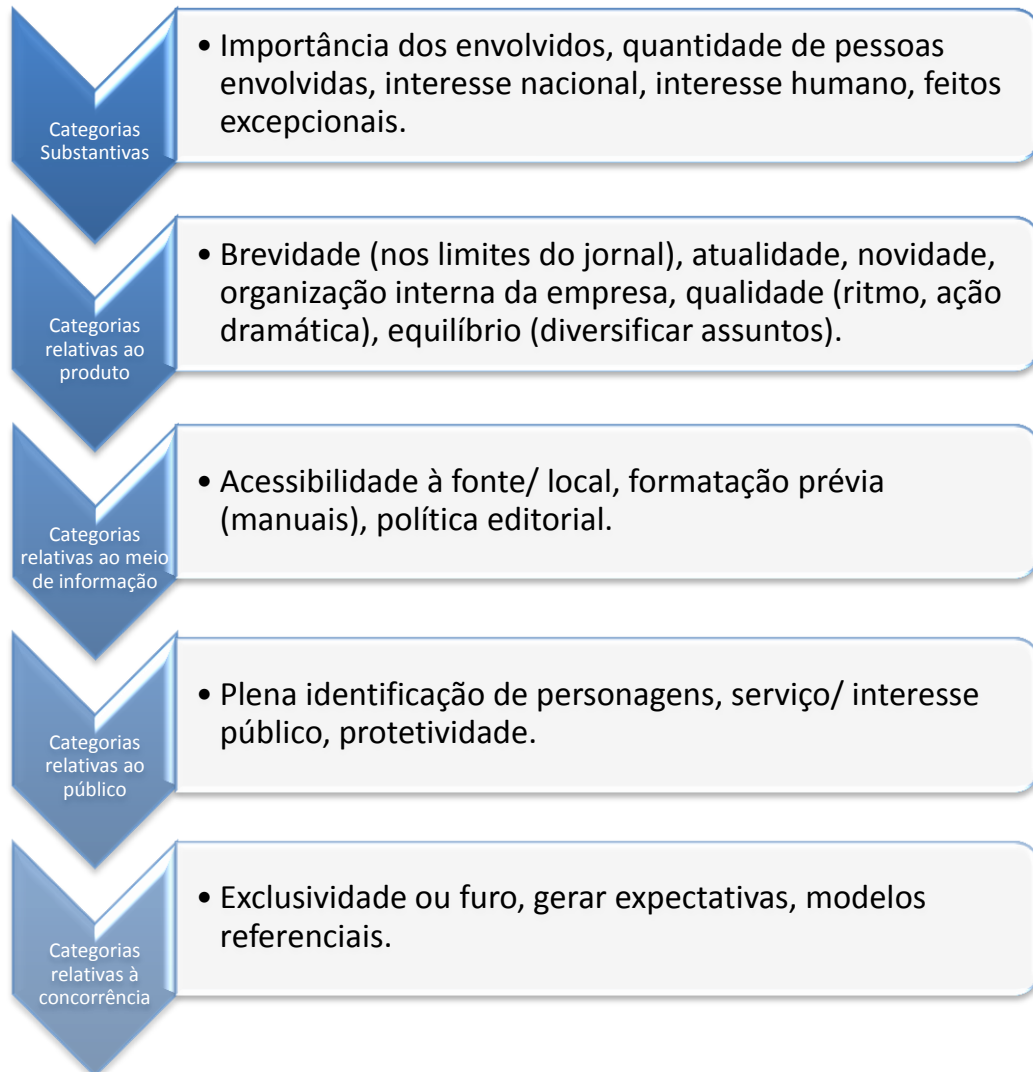
As notícias também refletem: 1) os acontecimentos cotidianos; 2) os constrangimentos organizacionais impostos pelos proprietários das mídias e/ou por fatores econômicos; 3) o condicionamento da atividade jornalística pelas rotinas produtivas; 4) as narrativas que direcionam a escrita jornalística; 5) os valores de noticiabilidade dos jornalistas; 6) as identidades das fontes que fornecem informações aos jornalistas. São todos esses elementos que, mediante um processo de interação social, constituirão o resultado final: as notícias. Traquina (2005a, p. 180) tem as notícias como um produto resultante “de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (acontecimentos)”.

Os acontecimentos são um mar de matérias-primas que podem e são selecionadas entre o que é digno de se tornar público ou não. Esse julgamento, realizado pela noticiabilidade, são os valores de saliência que a comunidade jornalística fornece a alguns acontecimentos, em detrimento de outros. Na busca por preencher as páginas e os espaços diários com notícias, os jornalistas vivem o que Traquina (2005a, p. 181) chama de “tirania do tempo”, que estabelece o trabalho jornalístico como “atividade prática e cotidiana, orientada para cumprir as horas de fechamento”.

A “tribo” jornalística tem uma maneira de ver que se deve, em grande parte, aos valores-notícia partilhados por essa “comunidade interpretativa”. Traquina (2005b) explica que os valores-notícia são um conjunto de critérios que estabelecem se um determinado acontecimento deve ou não se tornar notícia. Para Wolf (1995, p. 203), a adoção de valores-notícia pelo jornalismo corresponde a uma necessidade econômica de organização da comunicação, pois, na rotina produtiva, os jornalistas não podem parar a todo momento para decidir como selecionarão esses acontecimentos, o que “tornaria o trabalho impraticável”.

Aos modos de dizer de Foucault (2008), é como se a empresa e os jornalistas fossem um corpo que precisa ser disciplinado para se tornar produtivo.

Quadro 1 — Valores-notícia



Fonte: Adaptado de Wolf (1995)

A partir da categorização de Wolf, Traquina (2005b) subdivide os valores-notícia em seleção (critérios substantivos e contextuais) e construção. O primeiro grupo está relacionado com a escolha de um acontecimento para ser transformado em notícia, e o segundo diz respeito às qualidades da construção dos acontecimentos em notícias, estabelecendo o que, na apresentação do material, pode ser realçado, omitido e/ou priorizado.

Podemos resumir em dez os critérios substantivos de Traquina: *morte* (assassinatos, bombardeamentos, funerais); *notoriedade* do ator principal da notícia (celebridades);

proximidade (sobretudo geográfica); relevância (impacto sobre a vida das pessoas); *novidade* (o interesse pela “primeira vez”); *tempo* (atualidade); *notabilidade* (a qualidade de ser visível e tangível); *inesperado* (que surpreende); *conflito ou controvérsia* (disputas, violência física ou verbal); e *infração* (transgressão de regras, escândalos).

Os critérios contextuais estão relacionados com o processo de produção das notícias e podem ser resumidos em: *disponibilidade* (facilidade com que é possível fazer a cobertura do acontecimento); *visualidade* (se geram imagens, o que é particularmente importante para a TV); *concorrência* (busca pelo “furo” ou exclusividade); e *equilíbrio* (quantidade de notícias sobre o mesmo acontecimento). E, por fim, os valores-notícia de construção são a *simplificação* (quanto mais a notícia é desprovida de ambiguidade e de complexidade, mais possibilidades tem de ser notada); *amplificação* (destaques por meio de manchetes, títulos e posicionamento na página); *relevância* (quanto mais sentido a notícia dá ao acontecimento, mais ela poderá ser notada); *personalização* (valorização de pessoas envolvidas no acontecimento); e *dramatização* (reforço do lado emocional).

Wolf (1995) reforça que um critério não exclui outro e que quanto mais o acontecimento reunir elementos de noticiabilidade, maior será a possibilidade de se tornar notícia. Para entender os materiais jornalísticos sobre a Conferência Rio+20, que compõem a análise jornalística desta pesquisa e foram divulgados pelos veículos escolhidos – *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* –, partimos do pressuposto de que seu valor noticioso se deve: à apresentação da importância dos envolvidos no processo de negociação do tema; ao fato de ser uma temática de interesse nacional e internacional; e ser próxima, relevante, notória, controversa e também dramática, pois traz para o imaginário elementos do risco, da insegurança ante a possibilidade de catástrofes ambientais.

O jornalismo possui uma prática discursiva, uma linguagem específica e uma técnica (“o jornalês”). A linguagem jornalística tem de ser compreensível ao grande público, que é heterogêneo, e ao mesmo tempo provocar o desejo de ser lida/ouvida/vista. Essa forma jornalística de dizer impõe uma estrutura aos acontecimentos, narrados a partir de uma ordem que parte do que é considerado mais importante para o menos importante na visão do jornalista. Traquina (2005b) ressalta que a maneira de falar dos jornalistas está relacionada com o saber de narração.

Os critérios que levam os jornalistas a definir o que deve ou não ser noticiável desenvolvem seus “hábitos mentais” e sua maneira específica de ver o mundo. Como bem definiu Pierre Bourdieu (1997) na “metáfora dos óculos”, os jornalistas veem através de óculos determinadas coisas e de determinadas maneiras. O olhar do jornalista está voltado

para o acontecimento, pois está preso na lógica do “imediatismo” e na busca do novo. Nesse sentido, os jornalistas vivenciam uma dupla contemporaneidade: o presente é assunto e também é o tempo descrito nas notícias.

Essa “tribo” também tem a tendência de estruturar os acontecimentos em torno de indivíduos e/ou personagens. A sua forma de narrar gira ao redor de personagem(s) em situações paradoxais e salienta a violação do esperado. Outra maneira de ver dessa comunidade está centrada, segundo explica Traquina (2005b), no gosto pelo drama, pelos detalhes, pela polêmica e pelo conflito. Podemos perceber claramente a composição desses elementos na Conferência do Rio de Janeiro, pois a questão ambiental traz no seu cerne os diversos embates e lutas dos diferentes países, cientistas e grupos de estudos dessa problemática, que envolve polêmicas e conflitos.

3.3.3 O acesso ao campo jornalístico

Além da concorrência entre os diversos promotores sobre a definição do que deve se tornar notícia, o acesso ao campo jornalístico é um elemento importante para compreendermos o processo da produção jornalística. Molotch e Lester (1974 *apud* TRAQUINA, 2005a, p. 185-187) ressaltam que há três tipos de acesso ao campo jornalístico. O primeiro é quando um agente social ou grupo está dentro das necessidades de acontecimento coincidentes com as atividades de produção jornalística (acesso habitual). Por exemplo, parte-se do princípio de que o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, diz coisas “importantes” e que o jornalista que pensar o contrário e não der a devida atenção na cobertura de uma entrevista com ele não irá durar muito tempo em uma redação. Já o acesso disruptivo é comum quando agentes que querem ganhar visibilidade lançam mão de ações que perturbam o mundo social e quebram a rotina, por exemplo, quando um grupo de manifestantes coloca fogo em pneus e impede a circulação do trânsito. O acesso direto ao campo é reservado aos próprios jornalistas, que determinam que reportagens ou notícias irão escrever.

O acesso habitual ao campo jornalístico, no entanto, é um importante elemento de sustentação das relações de poder, por coadunar com a tese dos “definidores primários”, ou seja, por admitir a possibilidade de determinados agentes sociais conseguirem mobilizar o campo jornalístico para os seus objetivos, em um reconhecimento do poder do jornalista na definição do que é notícia. Desse modo, segundo Traquina (2005a), é estabelecido um espaço de lutas e batalhas discursivas em torno da transformação de um acontecimento e/ou

ocorrência em notícia. Na perspectiva da abordagem interacionista, diz o autor que, em uma quebra de braço, esse jogo pode pender para um agente social que tenha mais recursos econômicos e/ou socioculturais.

3.3.4 A rede noticiosa e a relação com as fontes

A forma como os jornalistas são distribuídos em uma rede noticiosa é a chave para compreendermos a construção da notícia. A fixação dos jornalistas em determinados lugares e em determinado período de tempo de trabalho faz com que alguns acontecimentos não sejam noticiados, passando pelos buracos da rede. Traquina (2005a) mostra que a distribuição da rede noticiosa está diretamente ligada aos critérios de “noticiabilidade” e que isso explica por que o acesso ao campo jornalístico está diretamente ligado às fontes e qual a natureza de sua ligação com setores decisivos da atividade política, econômica, social e cultural. Para o autor, a partir da posição da rede noticiosa é fácil identificar por quais critérios de noticiabilidade os meios de comunicação são regidos. E, mais, essa rede leva à concentração dos recursos das empresas jornalísticas em um pequeno número de jornalistas e em determinadas organizações, o que irá valorizar ao máximo as informações que recebem.

Wolf (1995, p. 200) esclarece que nem todas as fontes são iguais e relevantes no processo de recolhimento de informação dos jornalistas, assim como o “acesso não está uniformemente distribuído” entre elas. Em estudos realizados sobre os jornalistas, o autor ressalta que a rede de fontes estabelecida pelas empresas jornalísticas na rotina produtiva reflete, por um lado, “a estrutura social e de poder existente” e, de outro, “organiza-se a partir de exigências dos procedimentos produtivos” (p. 200). No entanto, vale ressaltar que a rede noticiosa, na sua relação com as fontes, possui uma lógica baseada na seriedade. Há um investimento no cultivo das fontes, e os jornalistas utilizam critérios de avaliação³⁹ próprios na interação com os diversos agentes sociais (TRAQUINA, 2005a). A relação entre fonte e o jornalista é considerada sagrada na “comunidade jornalística”, e sua importância pode ser percebida no princípio do sigilo profissional, presente nas legislações de grande parte dos países democráticos.

³⁹ Entre os critérios para se conferir confiança à fonte estão a autoridade (fontes oficiais ou que ocupem posições institucionais de autoridade), a produtividade (fontes que fornecem os materiais suficientes para a produção da notícia, evitando que o jornalista recorra a diversas fontes para a obtenção de dados) e a credibilidade (relacionada com a informação fornecida pela fonte que exija o mínimo de controle) (WOLF, 1995).

3.3.5 A rotinização do trabalho jornalístico

A forma de organizar a recolha dos materiais noticiáveis está diretamente ligada à necessidade de rotinizar o trabalho, o que permite aos jornalistas trabalhar de forma mais eficiente, em virtude do conhecimento de formas rotineiras de produção (TRAQUINA, 2005a; WOLF, 1995). Conhecimentos e domínio das técnicas de escrita e do saber, de como questionar adequadamente as fontes são identificados na comunidade jornalística como profissionalismo.

A escassez de tempo, a “supra-abundância” dos acontecimentos e a necessidade de uma ordem no espaço e tempo levam os jornalistas a valorizar ainda mais os “valores-notícia”. Assim, nas três fases do processo de produção, a recolha, a seleção e a apresentação da informação requerem rotinas produtivas específicas nos três momentos do trabalho jornalístico. A primeira fase está baseada em um fluxo constante e seguro de notícias para a execução de um produto informativo, enquanto na segunda, o processo de trabalho de seleção de notícias é complexo e não está baseado apenas na escolha subjetiva do jornalista, pois se desenvolve ao longo de todo o ciclo do trabalho jornalístico nas suas diversas etapas, da fonte ao redator. Por fim, o terceiro momento é o resultado de todo esse processo, em forma de notícias.

3.4 Acontecimento, jornalismo e discurso

Para compreender o papel do jornalismo na sua relação com o acontecimento e com o discurso, estabeleceremos um diálogo com alguns dos autores que nos possibilitam demarcar fronteiras conceituais claras para este trabalho. Esclarecemos, no entanto, que a discussão que propomos não é exaustiva e muito menos abrangente a todos os estudos que tratam dessa relação. O objetivo é lançar um primeiro olhar sobre jornalismo, acontecimento e discurso, a partir dos trabalhos de Benetti (2010), Gregolin (2007), Moraes (2012, 2013), Moura, M. (2008), Ringoot (2006), Zamin e Schwaab (2007), Sousa e Inácio (2005), Sousa e Lima (2013) e Tuchman (1983, 2002), não necessariamente nessa ordem.

Primeiro, iremos nos debruçar sobre a relação da memória discursiva e o acontecimento jornalístico. É com esse propósito que nos apoiaremos na pesquisa de Moura, M. (2008), que vê a construção do acontecimento jornalístico emergindo de uma cadeia narrativa, “marcada fortemente pelos acontecimentos discursivos antecedentes em relação aos

quais se situa, no campo da memória, e com os quais se relaciona, de forma a reordená-los e a redistribuí-los por meio de relações outras” (p. 11).

Assim, para a autora, o jornalismo é narrativa tecida por diversos discursos-origem e constituído por enunciados ligados a outros tantos enunciados atualizados nesse campo. Essas atualizações compartilham o mesmo espaço enunciativo na estrutura narrativa dos textos jornalísticos sobre o fato gerador da notícia, desvelando novo(s) enunciado(s), a notícia. Na perspectiva de Moura, M. (2008), a notícia, constituída por diversos discursos circulantes na sociedade, emerge como enunciado e/ou enunciados,

[...] quando no entrecruzamento dos planos de expressão e de conteúdo, na materialização discursiva, ocorre a ocupação de um lugar de fala, ou de um espaço discursivo que direciona o sentido rumo a um campo específico de significação, que se filia, por sua vez, as ordens de discursos já sedimentadas. (p. 5)

Isso significa dizer que, para a identificação do que é enunciado na notícia, é necessário primeiro reconhecer os jogos de relações que ocorrem nesse campo de saber e para além dele. Os discursos são atravessados por outros discursos não inerentes a esse campo.

Nessa mesma linha de pensamento que considera o jornalismo como um lugar atravessado e produtor de sentidos, Ringoot (2006) destaca a complexidade desse lugar discursivo, por nele interagirem diversos enunciados: o dos jornalistas, o das fontes e o dos públicos. Para a pesquisadora francesa, o jornalismo é uma Formação Discursiva (FD), na perspectiva foucaultiana. A FD jornalística ultrapassa o discurso do jornal e apresenta dois lados: um deles considera que o jornalismo “produz um discurso e um saber específico, destacáveis particularmente pelas formas enunciativas recorrentes”, enquanto para o outro, “o jornalismo é o produto de vários discursos que o elaboram e o estruturam” (RINGOOT, 2006, p. 137).

Assim, se o jornalista instaura um objeto de saber, enunciados e estratégias que lhe são próprios, ele está regulando as múltiplas dispersões, tanto no plano das fontes como no dos públicos. Essas dispersões são perceptíveis na relação dos jornalistas com as fontes de informação que fazem parte do processo de construção dos objetos de saber do jornalismo e também com os seus diversos públicos. “Imaginados, quantificados, sondados, os públicos se exprimem também, seja sob o controle dos jornalistas (carta dos leitores, coluna de ombudsman), seja fora do controle, especialmente nos blogs” (RINGOOT; RUELAN, 2006 *apud* RINGOOT, 2006, p. 137). Por isso, as fontes de informação e os públicos agem sobre o

jornalismo, para a definição da informação; sobre os modos de produção da notícia; e até sobre os valores que lhe são atribuídos.

Na arqueologia produzida sobre o jornalismo, Moraes (2012) identifica no seu processo de construção e de transformação as seguintes características: 1) os diferentes sujeitos que protagonizaram a produção dos discursos; 2) os objetos desse discurso e suas materialidades, que variaram no decorrer da história; 3) o conceito de notícia, que se transformou do século XVIII ao século XX. Essas modificações, que marcaram a sua história ao longo desses séculos, caracterizam o jornalismo como uma FD, uma vez que um saber foi construído em torno de determinados objetos, conceitos, modalidades enunciativas e até mesmo em organizações estratégicas. E podemos perceber a construção desse saber a partir dos estudos sobre a notícia realizados por diferentes disciplinas e mais especificamente na área de Comunicação.

Nessa linha de raciocínio, que vê o jornalismo como lugar discursivo e como prática discursiva, Zamin e Schwaab (2007, p. 38) percebem esse lugar não como posição, visto que dentro dele podem ser abrigadas “diferentes e até contraditórias posições-sujeito”, e sim como modos de relacionamento entre a “forma-sujeito de um discurso” e das diferentes posições-sujeito em uma dada formação discursiva. Nessa perspectiva, o lugar social e o lugar discursivo são complementares. Zamin e Schwaab (2007, p. 38) explicam que o lugar social do jornalismo “só se legitima pela prática discursiva e pela inscrição do sujeito num lugar discursivo” e que o lugar discursivo “só existe porque há uma determinação do lugar social, que impõe a sua inscrição em determinado discurso”.

Para Benetti (2010), o jornalismo torna-se acontecimento quando podemos perceber, no seu discurso, a repetição reiterada de determinados conceitos. A permanência discursiva não é definida pelas temáticas tratadas pelo e no jornalismo, e sim pelos sentidos construídos reiteradamente. Diante disso, a nossa época pode ser compreendida em situações diversas, tais como a espetacularização de celebridades “insignificantes”; o discurso que gera o distanciamento do cidadão e os centros de decisão política; a instigação ao consumo, para a manutenção de posição social; e a “especialização, pelo crescimento da preocupação ambiental e pelos avanços da ciência” (BENETTI, 2010, p. 161). Daí a importância de tecermos os sentidos construídos reiteradamente sobre o desenvolvimento sustentável no jornalismo. Esses sentidos, a partir da sua emergência histórica, vêm sendo modificados, atravessados, transformados nessa formação discursiva.

É importante ressaltarmos que a noção de acontecimento no jornalismo assume, conforme Benetti (2010, p. 153), dois estatutos: um deles é o “ambiente da produção de

sentidos sobre o mundo exterior”, e o outro, “o ambiente dos procedimentos que identificam os fenômenos capazes de ocupar o lugar de acontecimento jornalístico”. A autora privilegia o jornalismo como acontecimento nas seguintes situações: 1) “ao tratar de fenômenos capazes de gerar a sensação de experiência compartilhada”; 2) “ao organizar a experiência temporal do homem contemporâneo”; 3) “ao produzir supostos consensos” (BENETTI, 2010, p. 153). O jornalismo como acontecimento discursivo tem como matéria-prima as ocorrências sociais, e sua “prática articula a percepção de fenômenos e a construção discursiva de acontecimentos” (p. 153).

Essa abordagem do jornalismo como percepção e construção discursiva dos acontecimentos é discutida por Gregolin (2007), que também o vê como produto de linguagem e processo histórico, e aponta a mídia como uma das responsáveis por criar uma “ilusão de unidade” de sentido. A mídia, de acordo com a autora, propõe-se a desempenhar um papel de mediação entre os leitores e a realidade, no entanto, o que oferece não é a própria realidade, e sim “uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (GREGOLIN, 2007, p. 16).

Ao se juntar aos demais autores mencionados anteriormente, Gregolin (2007) ressalta que a mídia é o principal dispositivo discursivo na construção de uma “história do presente” como acontecimento, tencionando a memória e o esquecimento. Em grande medida, afirma a analista do discurso, é a mídia que “formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente” (GREGOLIN, 2007, p. 16). Para ela, efeitos de historicidade criados pela “história ao vivo”, produzidos pela instantaneidade midiática, composta por um movimento da história do presente, ressignificam imagens e palavras enraizadas no passado.

A materialidade discursiva dos produtos midiáticos coloca-nos, na perspectiva de Sousa e Inácio (2005, p. 5), “diante de enunciados que se ligam à memória coletiva, que desencadeiam ou não um movimento para a memória de arquivo da imprensa, e se repetem, mesmo sendo únicos, trazendo o passado e o futuro”. Nesse sentido, para esses autores, “o saber jornalístico constituído de discursos, se presta à construção de um saber histórico, mesmo não sendo considerados científicos e autorizados pelas instituições de ciência” (p. 5). O estudo dos veículos de mídia, conforme Sousa e Inácio (2005), permite a análise dos “discursos materializados” e a compreensão das práticas discursivas e não discursivas, para que se chegue ao acontecimento. A mídia, conforme os autores, aborda determinados temas por um determinado tempo e espaço, de forma destacada, reiterada e silenciosamente, com os seus esquecimentos. Essa perspectiva é fundamental para o nosso tema de pesquisa, pois

compreender como o saber-poder histórico e as práticas sustentáveis se relacionam com o jornalismo é o objetivo deste trabalho.

Gregolin (2007) pontua que o sujeito não é a origem dos sentidos, além de não conseguir enxergar a totalidade significativa e, muito menos, compreender todos os percursos de sentidos produzidos socialmente, pois consegue apenas perceber a “coerência visível em cada discurso particular” (p. 15). Efeitos de coerência e de unidade textual, para a autora, são “construídos por agenciamentos discursivos que controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão” (p. 15). Esse processo permite, segundo ela, que o texto estabeleça uma relação com um “domínio de objetos”, prescreva uma posição-sujeito e esteja dotado de uma materialidade repetível (p. 16).

Para apreender o funcionamento da mídia, Gregolin (2007) propõe a análise da circulação dos enunciados, das posições sujeito presentes, das materialidades que formam os sentidos e das articulações que os enunciados da mídia estabelecem com a história e a memória. Dessa maneira, para compreendermos os efeitos de sentido materializados nos textos que circulam em nossa sociedade, é preciso perceber alguns dos fios dessa “teia de sentidos” presentes no campo social. Para tanto, a análise das condições da emergência histórica da sustentabilidade, dos diversos sentidos materializados nos enunciados são importantes para esta pesquisa. Assim, propomo-nos a buscar nos arquivos a memória discursiva sobre o acontecimento discursivo sustentável e suas práticas, para ajudar a compor a teia de sentidos que nos possibilitarão perceber no presente como isso se apresenta como acontecimento discursivo.

Após esse movimento histórico de busca de uma constituição dos enunciados presentes na memória discursiva sobre a sustentabilidade, pretendemos levantar as práticas discursivas ou não identificáveis nos textos jornalísticos selecionados nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre o acontecimento – a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em 2012, no Rio de Janeiro/Brasil. Partimos da hipótese de que os enunciados materializados nos jornais em análise são o resultado de um conjunto de forças de diferentes naturezas, que se apresentaram e se transformaram no processo jornalístico, materializando-se no presente.

4 PENSAR COM FOUCAULT

Da obra do filósofo, este trabalho não pretende deter nenhuma verdade e nem ser depositário de nenhuma herança. Ao reportar-se à obra de Foucault, ele não reivindica autoridade alguma, simplesmente uma familiaridade com certos aspectos do pensamento foucaultiano. [...] Ele é, portanto, mais sensível a certos aspectos do pensamento de Michel Foucault, que privilegiará, em relação a outros, que negligenciará, ou sobre os quais silenciará. (COURTINE, 2013, p. 7)

Esta investigação busca ser um trabalho com Foucault, e não sobre Foucault. O mais apropriado seria mesmo uma pesquisa que procurasse “pensar com Foucault”, como bem sugere Jean Jacques Courtine (2013, p. 7) na epígrafe que abre este capítulo, extraída de sua última obra, *Decifrar o corpo*. E “pensar com Foucault”, aos modos de ver do antropólogo francês, significa “reencontrar em seu ensinamento uma incitação que jamais me parece ter sido nele desmentida: aquela da liberdade de pensar, que deve se aplicar àquilo que pode ser feito hoje com a massa considerável dos escritos que ele nos legou” (COURTINE, 2013, p. 7). É com essa liberdade de pensar para compreender o nosso presente que nos lançamos na escrita deste capítulo.

A opção pelo aporte teórico-metodológico de Michel Foucault dá-se por sua contribuição aos estudos da Análise do Discurso (AD) e pela discussão que empreende sobre a relação saber-poder na constituição do sujeito, elementos que podem ajudar a pensar o desenvolvimento sustentável na sua relação com o jornalismo do presente. De saída, é importante esclarecermos que Foucault nunca se intitulou um analista do discurso e não é considerado por muitos como filiado a essa corrente de pensamento. Entretanto, suas diversas pesquisas carregam uma definição inovadora de discurso, em sua relação de legitimação dos saberes para se constituir o sujeito. Do seu trabalho, os conceitos de formação discursiva, acontecimento discursivo, interdiscurso, memória discursiva e práticas discursivas foram incorporados à AD, a partir de uma releitura baseada nas matrizes teóricas de pesquisadores como Courtine (2013) e Maldidier (2003). O que nos interessa nesta pesquisa são essas categorias, entre outras a serem discutidas ao longo deste trabalho.

É nesta tarefa reflexiva que nos debruçaremos sobre as obras de Foucault (1988, 2000, 2002, 2006, 2007a, 2007b, 2008, 2010a, 2010b, 2010c, 2012, 2014), para a composição das categorias analíticas; de seus comentadores, tais como Araújo (2004, 2006-2007), Castro

(2009), Dreyfus e Rabinow (2010), Gregolin (2004), Machado, R. (2007) e Revel (2011); dos pesquisadores brasileiros que também trabalham a mídia como materialização dos enunciados, em uma abordagem mais foucaultiana, por exemplo, Baronas (2007), a já citada Gregolin (2004), Moraes (2012), Sargentini (2005), Sargentini, Sá e Ribeiro (2011) e Sousa e Lima (2013); e, ainda, dos elementos dos diálogos de Pêcheux e de seus discípulos da AD francesa, Courtine (2013) Maingueneau (1997, 2012) e Malidier (2003).

A AD oferece um dispositivo teórico e analítico para os que se propõem a entender a relação entre língua e sociedade e suas práticas discursivas para a compreensão do presente. Trata-se de um amplo campo de pesquisa já consolidado no Brasil e que se interessa mais, a cada dia, pela mídia como objeto de investigação, buscando compreender as produções sociais de sentidos. Para as pesquisas realizadas no Brasil na vertente conhecida como AD Francesa, Michel Pêcheux é fundamental para se compreender a configuração desse campo. Gregolin (2007) explica que, na análise discursiva de Pêcheux, quatro pensadores e suas concepções foram fundamentais na formulação do seu pensamento: 1) as releituras marxistas de Althusser; 2) a leitura das teses de Freud sobre inconsciente realizada por Lacan; 3) o conceito dialógico da linguagem de Bakhtin, que insere na AD a heterogeneidade inerente ao discurso; 4) a noção de formação discursiva de Foucault, que levou à derivação de outras noções importantes para a AD, a saber, o interdiscurso, a memória discursiva e as práticas discursivas. Gregolin (2007, p. 14) entende que a “natureza complexa do objeto discurso – no qual confluem a língua, o sujeito e a história – exigiu que Michel Pêcheux propusesse a constituição de um campo em que se cruzam várias teorias, um campo transdisciplinar”.

Malidier (2003, p. 75) ressalta que Pêcheux, nos seus últimos escritos, reorienta as suas análises para a singularidade do acontecimento discursivo, produzindo uma reviravolta nos objetos de análise do discurso. Essas mudanças, na última fase das pesquisas de Pêcheux e de seu grupo, levaram Gregolin (2004) a acreditar que ele se aproximou do pensamento de Foucault e que essa aproximação teria sido influenciada por Courtine. Esse pesquisador fazia parte do grupo de pesquisa de Pêcheux e teria proposto aos estudos da AD, em desenvolvimento à época, os conceitos de “heterogeneidade discursiva” e “memória discursiva”, e uma noção de “formação discursiva” próxima da perspectiva foucaultiana.

Gregolin (2004) esclarece que Pêcheux apresentou em 1981 uma síntese de novas perspectivas para a AD, estabelecendo as bases epistemológicas desse projeto, e “deixa claro seu afastamento das posições althusserianas e sua aproximação com a ‘nova história’, com Bakhtin e com Foucault” (p. 156). Isso vai levar, segundo essa analista do discurso, à incorporação de novos temas, tais como “heterogeneidade”, “alteridade” e relações entre o

“intradiscurso” e o “interdiscurso”, na busca por traçar os fios de uma “memória discursiva” e uma nova operação de leitura baseada no “arquivo”, proposta na arqueologia de Foucault.

4.1 As contribuições de Foucault para a análise discursiva

Neste item, faremos uma reflexão sobre os princípios teórico-metodológicos de Foucault e como eles se relacionam com o nosso objeto de estudo. Este está centrado nas análises arqueogenealógicas desenvolvidas a partir das suas pesquisas e dos seus diálogos com as diversas tradições e disciplinas, para estabelecer os aspectos de uma teoria e de um método de análise a ser desenvolvido neste trabalho.

Uma análise de um acontecimento discursivo propõe uma diversidade de estudos sobre uma visão social construtivista de mundo, e essas concepções variam de acordo com os elementos abordados e enfocados pelos pesquisadores já citados. Isso significa dizer que a AD não se organiza em um campo homogêneo de estudos e concepções, seja ele de cunho teórico, seja de caráter metodológico. Pelo contrário, ao observarmos a história da AD, percebemos diferentes abordagens, que surgiram com a “virada linguística”⁴⁰, tais como o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Porém, não é objetivo deste trabalho realizar um levantamento histórico e conceitual da AD, demonstrando a sua heterogeneidade e as diferentes contribuições que a constituíram como campo de conhecimento. O que nos interessa é a discussão teórico-metodológica de Foucault relacionada com as categorias analíticas da AD, para dar sustentação à pesquisa a ser realizada.

Nos anos 1960, o filósofo Michel Foucault inicia seu trabalho divulgando abordagens inovadoras para sua época, expressas nas obras *História da loucura* ([1961]1972), *Nascimento da clínica* ([1963]1977) e *As palavras e as coisas* ([1966]2007a). Buscava compreender diversas instituições sociais e os sistemas de pensamento centrados na questão dos saberes sobre o homem na modernidade, por meio da análise histórica, realizada a partir de um recorte temporal para os saberes ocidentais do século XVI até o século XIX (Renascimento, Época Clássica e Modernidade). Machado, R. (2007) esclarece que Foucault tinha dois objetivos intrinsecamente relacionados na realização das pesquisas publicadas

⁴⁰ A “virada linguística” foi um movimento filosófico dos estudos da linguagem nos anos 1960 de inspiração atribuída a Ludwig Wittgenstein. Para o filósofo alemão, a língua deixa de ser um veículo transparente do pensamento, como defendiam os gramáticos de Port Royal, que viam a linguagem como mera intermediação entre o pensamento e a realização captada pelas ideias, como etiquetas. Wittgenstein opunha-se a essa visão, pois, para ele, a mente não consegue apontar para o real e explorar o real sem a linguagem. Esta é mais do que a expressão dos pensamentos, é a sua própria força de funcionamento, sendo a única forma de acessar o nosso próprio pensamento e o do outro (PERUZZO JÚNIOR, 2009).

nesse período: o primeiro era procurar “destruir o mito da existência de um saber sobre o homem em outras épocas que não a moderna” e o segundo, evidenciar “o papel privilegiado que o homem ocupa nos saberes da modernidade” (p. 158).

O pensamento de Foucault sofreu influências, entre outras, do filósofo alemão Ludwig Wittgenstein. Conforme Powers (2007 *apud* MORAES, 2012, p. 32), na visão wittgensteiniana, as questões filosóficas deveriam ser entendidas como tensões entre práticas discursivas, sem demandas por definições ou essências, e analisadas na forma de descrições em situações concretas e situadas. Por outro lado, Williams (2012) aponta que o trabalho de Foucault é nietzschiano em seu interesse pela genealogia e pelo poder, pois agrega do pensamento de Nietzsche os elementos históricos e de poder. Nietzsche, segundo Williams (2012), entendia que o ato de (re)definir alguma coisa implica em um movimento de poder, kantiano em seu interesse pela crítica transcendental. Essa concepção será apresentada na análise foucaultiana da relação saber-poder que se desenvolveu ao longo das suas pesquisas. Contudo, Williams (2012) afirma que Foucault não é totalmente nietzschiano nem kantiano, pois acredita que “sua mescla de crítica e genealogia suscita novas questões críticas e exacerbam problemas de ambas as filosofias” (p. 161).

A obra foucaultiana não pode ser compreendida de forma homogênea, sem que se percebam as suas modificações e o seu crescimento ao longo da sua produção, desde seus primeiros estudos até os trabalhos publicados antes da sua morte, em 1984. Gregolin (2004, p. 55) divide os trabalhos de Foucault em “três épocas”, mas todas elas centradas em uma preocupação única que percorrerá todo o trabalho: 1) os diferentes modos de investigação que ascenderam ao estatuto de ciência e produziram a objetivação do sujeito; 2) o estudo da objetivação do sujeito nas práticas divergentes; 3) a investigação da subjetivação nas técnicas de si, no governo de si e dos outros. As preocupações de pesquisa são assim sintetizadas por Foucault (2010c, p. 273): “Procurei acima de tudo produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura”. Ou seja, centra-se no sujeito e nos seus modos de objetivação, em três modos de produção histórica das subjetividades.

É importante ressaltar que as três fases de investigação não são rupturas no trabalho de Foucault, e sim abordagens metodológicas diferentes, a arqueologia e a genealogia, que discutiremos no fim deste capítulo. As três fases são as seguintes: 1) investigação da história da emergência dos saberes da cultura ocidental e a sua objetivação do sujeito (*a priori* histórico); 2) compreensão das relações dos sujeitos com os saberes e os poderes fazendo agir uns sobre os outros (genealogia do poder); 3) análise dos processos de subjetivação pelos

quais se obtém a constituição de um sujeito, nas técnicas do governo de si e dos outros (governamentalidade).

Na primeira fase, Foucault pesquisa a história da loucura, da medicina e dos saberes relacionados com a temática da vida, da linguagem e do trabalho, e sua preocupação foi compreender como diferentes modos de investigação buscam ascender ao estatuto de ciência, produzindo efeitos e a objetivação do sujeito. O objetivo, segundo Gregolin (2004, p. 55), foi o de “investigar os saberes que embasam a cultura ocidental, de buscar o método arqueológico para entender a história destes saberes”.

Essa etapa de pesquisa vai até sua obra *A arqueologia do saber* ([1969]2007b), editada em 1968, e alguns trabalhos que se sucederam. Nessa primeira dimensão da análise arqueológica, Foucault está mais preocupado em conhecer os saberes da cultura ocidental, e, como explica Revel (2011), o seu método nesse período, que vai até os anos 1970, está baseado em dimensões filosóficas, econômicas, científicas, políticas etc., para obter as condições de emergência dos discursos de saber de uma dada época, o *a priori* histórico. Este é definido por Foucault (2007a) como o modo de ser dos objetos que aparecem em determinado período histórico, municiando o olhar cotidiano de poderes teóricos e definindo as condições sob as quais pode-se ter sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro. Esse conceito será retomado na discussão sobre o arquivo (item 4.1.2).

Na segunda dimensão, os estudos de Foucault estão centrados nas genealogias e na compreensão do sujeito constituído a partir de práticas divergentes. Esse enfoque, segundo Revel (2011, p. 52), “está em ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderiam depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro”. Esse método busca “desassujeitar” os saberes históricos, tornando-os capazes de se opor e lutar contra a “a ordem do discurso”. Nessa fase, a análise de Foucault está voltada para a compreensão das relações entre os saberes e os poderes, dentro de uma genealogia do poder descrita na sua obra *Vigiar e punir*, publicada em 1975. Consolidando suas análises sobre o poder nas sociedades modernas, o filósofo parte da ideia de que as relações sociais estão permeadas por poderes, ou seja, o poder está pulverizado em “micropoderes”, conforme consta na obra *Microfísica do poder*, lançada em 1979.

Assim, a genealogia está interessada no passado e nas marcas de acontecimentos singulares, com o propósito de compreender a possibilidade de ocorrerem acontecimentos no presente, ou seja, perceber nas pesquisas as contingências que nos fizeram ser o que somos,

fazer o que fazemos e pensar o que pensamos. A preocupação de Foucault é conhecer as relações dos sujeitos com um campo de poder que seja capaz de fazê-los agir sobre os outros.

Um terceiro momento da pesquisa foucaultiana é caracterizado pela investigação dos processos de subjetivação pelos quais se obtém a constituição de um sujeito, nas técnicas do governo de si e dos outros, em uma governamentalidade. Para Revel (2011), esses processos correspondem a dois tipos de análises: 1) “os modos de objetivação”, que transformam os seres humanos em sujeitos, mas sujeitos objetivados; 2) a maneira pela qual a relação do indivíduo consigo mesmo, por meio de um certo número de técnicas, permite-lhe constituir-se como sujeito da sua própria existência. Nesse segundo tipo de análise, Foucault (*apud* REVEL, 2011, p. 82) levanta a seguinte questão: “Se é verdade que os modos de subjetivação produzem, ao objetivá-los, algo como sujeitos, como esses sujeitos se relacionam consigo mesmos? Quais procedimentos o indivíduo mobiliza a fim de se apropriar ou de reapropriar-se de sua própria relação consigo?” Desse modo, a investigação se dedicou à sexualidade e à constituição histórica de uma ética e de uma estética de si, presentes nas obras sobre a história da sexualidade, constituída de três volumes publicados de 1976 a 1984, e nos seus livros desse período.

Da primeira à fase final da obra de Foucault temos, portanto, não só 20 anos a separá-las, mas também uma mudança de pensamento construída por anos de pesquisas e reflexões incessantes sobre problemáticas, métodos e noções conceituais. O autor parte de uma concepção de sujeito preso ao exterior pelo controle e dependência (década de 1960), acrescida de um sujeito preso à própria consciência, que reage e confronta os controles (década de 1980). Para Foucault, o poder não é mais onisciente e onipotente; todavia, mantém sua concepção contrária ao sujeito metafísico, absolutamente livre. Para o filósofo, o sujeito continua sendo constituído pelas relações com o exterior, mas também cuida de si mesmo.

Colocados esses elementos sobre as fases das pesquisas de Foucault, a seguir vamos nos ater aos conceitos e às categorias a serem trabalhados na pesquisa. Para tanto, lançamos mão de obras do filósofo e dos estudiosos e comentadores mencionados anteriormente, que irão nos auxiliar na compreensão do seu aparato conceitual-metodológico. Do amplo pensamento arqueogenalógico e das diversas categorias analíticas de Foucault, o que nos interessa, para a compreensão do objeto da pesquisa, são os conceitos de enunciado, arquivo, formação discursiva, heterogeneidade discursiva, discurso e sua relação com a história, ordem do discurso e dispositivo. O acontecimento discursivo já foi discutido no capítulo anterior.

Vale ressaltar que essas categorias fazem parte das abordagens teórico-metodológicas de Foucault, que compõem tanto a fase arqueológica como a genealógica, e que em todos os

trabalhos desse filósofo temos as análises dos saberes e das relações de poder e do sujeito. Sua metodologia parece constituir-se na descrição e na análise dos enunciados, compondo discursos. Esses conceitos estão ancorados no olhar histórico, que torna possíveis os enunciados, possibilitando a visualização de padrões discursivos e das contradições neles presentes.

4.1.1 Enunciados e heterogeneidade discursiva

Para Foucault (2007b), o enunciado é a unidade elementar do discurso, e não pode ser confundido com a frase (análise gramatical), com a proposição (análise lógica) ou com o ato da fala (análise pragmática). O enunciado, segundo o autor, tem uma função pertencente aos signos, que são constituídos por quatro elementos: 1) um referente, como princípio de diferenciação; 2) um sujeito, como uma posição a ser ocupada; 3) um campo associativo, que coexiste com outros enunciados; 4) uma materialidade específica, tratando-se de coisas efetivamente ditas, escritas, gravadas, passíveis de repetição ou reprodução, ativadas por meio de técnicas, práticas e relações sociais.

O referente, conforme Foucault (2007b), não é o referente de uma sentença, e sim o princípio de diferenciação, ou seja, é configurado por uma ordem do discurso, um feixe de relações entre temas, objetos e conceitos, articulado em um discurso. Isso implica dizer que uma palavra pode ter sentidos diferentes, dependendo da formação discursiva na qual esteja inserida. Por exemplo, nas notícias, os enunciados sobre sustentabilidade têm sentidos diferentes para especialistas ou para a população em geral, pois o saber difere entre eles.

A posição-sujeito leva-nos à descrição de quem são os enunciadorez autorizados institucionalmente a produzir determinado discurso. Nas notícias sobre o meio ambiente, jornalistas, cientistas e gestores públicos dessa área são os sujeitos autorizados, enquanto os ativistas de ONGs ambientais, povos tradicionais e a população em geral desempenham outras funções nas discussões sobre as questões socioambientais. Esses sujeitos desempenham diferentes funções no processo discursivo, e os enunciados produzidos têm relação com a formação discursiva à qual se filiam.

Para que os enunciados sejam efetivos, é preciso localizá-los em um campo associado, relacionado a outros enunciados que condicionam o seu sentido. Os sujeitos mobilizam determinado enunciado a partir de sua relação com outros, formando um conjunto de sentidos próprios de um campo de saber, mas que pode tangenciar mais de uma formação discursiva. Dessa maneira, quando um biólogo defende a necessidade da preservação ambiental, está

considerando uma série de outros saberes que circulam não só no campo científico da sua disciplina, mas também em outras, tais como a Ecologia, a Geografia Humana e a Estatística, e nas práticas sociais, para lhe dar certa coerência argumentativa.

Da mesma forma os agentes políticos, nas conferências internacionais organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), levam em conta não só as decisões baseadas em posicionamentos econômicos e políticos, mas também os saberes que circulam no campo científico. Mais recentemente, as posições de alguns “povos tradicionais” também têm encontrado eco nos embates e lutas travadas em torno da questão ambiental. Desse modo, os enunciados “podem se articular com acontecimentos que não são de natureza discursiva, mas que podem ser de ordem técnica, prática, econômica, social, política” (FOUCAULT, 2000a, p. 94).

A materialidade é aquilo que dá substância ao enunciado, sua possibilidade de existência. É ela que imprime uma forma material e histórica para que os sentidos se expressem. A condição histórica diz respeito à *episteme*, ou seja, o princípio de ordenação dos saberes anteriores a qualquer enunciado é o solo que confere legitimidade e positividade ao saber numa determinada época (FOUCAULT, 2007a). A materialidade, por meio da qual o discurso jornalístico impresso se manifesta, assenta-se na técnica narrativa, na diagramação dos textos, no suporte midiático e na distância entre jornalistas e leitores. Ela também pode ser percebida em outros elementos heterogêneos dentro do arquivo, na busca dos enunciados sobre o desenvolvimento sustentável (DS), da mesma forma que documentos históricos, jurídicos e até jornalísticos podem ser analisados na busca dos efeitos de sentido que pode produzir.

Para descrever os enunciados é preciso dar conta dessas especificidades. Assim, a análise dos enunciados e da formação discursiva (FD) é estabelecida relacionalmente. As quatro possibilidades de análise propostas pela FD (formação de objetos e conceitos, modalidades enunciativas e estratégias) correspondem aos quatro domínios exercidos pela função enunciativa.

O analista do discurso tem como esforço, conforme Foucault (2007b), interrogar a linguagem do que foi dito, sem a intenção de interpretações de verdades e sentidos ocultos. Ele ressalta que o enunciado não é imediatamente visível nem é tão claro como a manifestação de uma estrutura gramatical ou lógica: “O enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto” (p. 124). E completa:

A análise enunciativa só pode se referir a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados – e, mais precisamente, a essa singularidade que as faz existirem, as oferece à observação, à leitura, a uma reativação eventual, a mil usos ou transformações possíveis, entre outras coisas, mas não como as outras coisas. (FOUCAULT, 2007b, p. 124)

A análise, portanto, ocorre no nível da existência, ou seja, na “descrição das coisas ditas”, exatamente porque foram ditas. Desse modo, a análise enunciativa é uma análise histórica, fora de uma interpretação e de um enunciado considerado “latente”, pois está na evidência da linguagem efetiva:

[...] às coisas ditas, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o não-dito que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e nenhuma outra em seu lugar. (FOUCAULT, 2007b, p. 124)

A descrição dos enunciados, segundo Fischer (2001 *apud* MORAES, 2012, p. 35) é uma forma de investigar, mapear os ditos nas diferentes cenas enunciativas, multiplicando as relações; investigar as posições do falante como sujeito do enunciado; levantar a memória do enunciado, tratando-o na sua dispersão e na sua pobreza, já que poucas coisas são ditas.

Deleuze (1996) aponta para a importância que o conceito de enunciado tem na análise do dispositivo foucaultiano. Ele comenta que os “enunciados formuláveis” são vetores ou tensores de um conjunto multilinear de linhas que compõem um dispositivo e que esses regimes de enunciados remetem às linhas de enunciação de um objeto visível. Para analisar esses enunciados, é necessário considerar a sua regularidade, o que significa encontrar “a linha da curva que passa por pontos singulares, ou valores diferenciais, do conjunto enunciativo” (DELEUZE, 1996, p. 3). O enunciado não pretende ser a descrição total e exhaustiva da “linguagem” ou de “o que foi dito”, no entanto, buscamos analisá-lo não como algo passageiro, e sim na sua materialidade repetível, fazendo parte de um arquivo.

Para Foucault (2007b), os enunciados são permeados, em suas margens, por outros enunciados diversos, e cada FD entra simultaneamente em diversos campos de relações, ocupando posições diferentes em cada lugar que aparece. Desse modo, os enunciados podem reaparecer, dissociar-se, recompor-se, aumentar de extensão, ganhar novos conteúdos semânticos característicos de uma época determinada. Essa heterogeneidade é trabalhada na AD Francesa como interdiscurso, que se refere à memória discursiva. Orlandi (1999, p. 31),

baseando-se em Pêcheux, afirma que é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito”. Para que as interdiscursividades sejam percebidas, é necessário que aflorem as contradições, as diferenças, os apagamentos, os esquecimentos.

Em Foucault (2007b), a heterogeneidade é basicamente a dispersão dos enunciados. E o trabalho do analista é mostrar como determinados enunciados aparecem e como se distribuem no interior de um conjunto. Antes de tudo, é compreender que eles são acontecimentos e, a partir dessa perspectiva, a análise deve tratá-los na sua irrupção histórica, na sua singularidade, na sua especificidade de emergência, e não de outra forma.

Então torna-se importante percebermos como os acontecimentos ambientais que emergem como objetos na segunda metade do século XX produzem enunciados, compondo um conjunto discursivo, atravessados em suas margens por outros enunciados de outras formações discursivas. Igualmente, se os enunciados e as práticas produzidas por esses acontecimentos no passado seriam os mesmos do presente. O que precisamos perceber na análise é até que ponto os enunciados sobre o DS que reaparecem na Conferência Rio+20 foram dissociados, recompostos, aumentados na sua extensão e acrescidos de novos conteúdos semânticos característicos do presente.

4.1.2 Arquivo e o *a priori* histórico

Para entender o que Foucault concebe como arquivo, é preciso compreendermos, primeiramente, a dimensão que a noção de “positividade” tem em sua obra. Essa seria uma unidade através do tempo e do espaço que só pode ser enxergada na análise, na dispersão dos enunciados e nas regularidades de acontecimentos discursivos (FOUCAULT, 2007b). E se, para o filósofo, a positividade não pode mostrar quem estava com a verdade, ela “pode mostrar como os enunciados ‘falavam a mesma coisa’, colocando-se no ‘mesmo nível’ ou ‘a mesma distância’, o ‘mesmo campo conceitual’, no ‘mesmo campo de batalha’” (p. 144). Nessa perspectiva, podemos perceber que

[...] as diferentes obras, os livros dispersos, toda a massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva [...] comunica-se pela forma de positividade de seus discursos, [...] define um campo em que, eventualmente, podem ser desenvolvidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. (FOUCAULT, 2007b, p. 144)

Essa “positividade”, para o autor, “desempenha o papel do que se poderia chamar de um *a priori* histórico” (p. 144), compreendido aqui como um conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva em um determinado espaço e tempo, um elo que possibilita apreender “as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem” (p. 144). Vale esclarecermos que Foucault (2007b) não se refere aqui ao *a priori* formal, no sentido de validar os juízos, e sim às condições de realidade de um enunciado. O propósito metodológico do uso dessa categoria é “dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (p. 144). Enfim, o *a priori* histórico, nessa visão, pode ser considerado como o conjunto de regras que evidenciam uma prática discursiva.

Em suas análises sobre os dispositivos, essa parte da história relativa ao arquivo será considerada por Foucault, segundo Deleuze (1996), como o desenho do que somos e deixamos de ser, ou seja, aquilo que vamos deixando pouco a pouco de ser para o que iremos nos tornar. Dessa forma, analisar o arquivo é importante por ser uma região próxima a nós, mas ao mesmo tempo diferente do atual e que, de certa forma, nos delimita:

A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o domínio de suas possibilidades) a partir dos discursos que acabam de deixar de ser os nossos; o seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa daquilo que já não podemos dizer, e daquilo que fica fora da nossa prática discursiva; essa descrição começa com o que está do lado de fora da nossa própria linguagem; é onde as práticas discursivas se separam que é o seu lugar. É neste sentido que serve para os diagnósticos. Não porque nos permita fazer o quadro traços distintivos e delinear antecipadamente a figura que teremos do futuro. (DELEUZE, 1996, p. 4)

Assim, a descrição do arquivo é importante para a análise do dispositivo, pois, segundo Deleuze (1996), nos liberta das continuidades e nos faz ver as rupturas históricas, quebrando essa identidade temporal que nos conferimos. Desse modo, analisar um arquivo para perceber o dispositivo “demonstra que nós somos diferença, que a nossa razão é a diferença dos discursos, a nossa história a diferença dos tempos, o nosso eu a diferença das máscaras” (DELEUZE, 1996, p. 5).

Nas práticas discursivas é que se instauram sistemas que, segundo Foucault (2007b, p. 146), são ao mesmo tempo “os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização)”. A esses acontecimentos e a essas coisas, ele irá chamar de arquivo, entendido

pelo filósofo como “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” e, também, o que faz com que todas as “coisas ditas” não se acumulem em algo sem forma, “mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas” (p. 146). O arquivo define um nível específico no qual as práticas possibilitam a emergência de múltiplos enunciados como acontecimentos.

Não é possível descrever um arquivo na sua totalidade, mas podemos apreendê-lo por fragmentos, regiões e até níveis próximos a nós, mas diferentes de nossa atualidade. Essa região privilegiada é a “orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita” (FOUCAULT, 2007b, p. 148). A partir dessa noção, ele define o seu método arqueológico:

Esse termo não incita a busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo. (FOUCAULT, 2007b, p. 148)

Para Gregolin (2004), o conceito de arquivo surge como uma proposta de análise que permite unir todos os conceitos, enunciados, formações discursivas, conjuntos de enunciados (discurso); as práticas discursivas; o *a priori histórico*; a positividade. Desse modo, o arquivo apresenta-se como um elemento essencial na análise foucaultiana do discurso. Revel (2011, p. 19) esclarece que, a partir dessa noção, Foucault distingue-se dos estruturalistas, “pois se trata de trabalhar sobre os discursos considerados como acontecimentos e não sobre o sistema da língua em geral”, e se diferencia dos historiadores, já que esses acontecimentos não fazem parte do nosso presente, “eles subsistem e exercem, nessa mesma substância no interior da história, certo número de funções manifestas ou secretas”.

Isso implica uma ruptura com a ideia do *corpus* dado *a priori*, construído a partir dos saberes do analista. Cabe a ele descrever as configurações de arquivo, partindo de um tema, de um conceito, e se questionar sobre qual o lugar ocupado pelo acontecimento discursivo em um determinado arquivo (FOUCAULT, 2007b). Desse modo, o *corpus* da pesquisa constitui-se de textos representativos dos diversos gêneros, que tratam de um mesmo tema e circulam em diferentes suportes. Essa dispersão deve ser, segundo Foucault (2007b), descrita pelo analista, que deve pesquisar elementos que constituem a sua regularidade, a ordem de

aparecimento, as correções em sua simultaneidade, as posições em um espaço comum, as transformações, estabelecendo, assim, as “regras de formação” que regem os discursos.

Como o arquivo nunca pode ser apreendido e descrito em sua totalidade, para a constituição de um *corpus* de análise é preciso proceder ao recorte dos enunciados, a partir de uma dada especificidade, em seu interior. Esse recorte, segundo Sargentini, Sá e Ribeiro (2011, p. 34-36), “deve centrar na leitura do arquivo com o objetivo de analisar a irrupção de um acontecimento”. Nesse ato de escavação do arquivo, na busca pela descrição e análises das práticas discursivas em determinada época, o analista deve preocupar-se com uma questão: como surgiu determinado enunciado?

Uma leitura desse arquivo também é proposta por Courtine (1981 *apud* SARGENTINI, 2007), que introduz a noção de forma de *corpus* como princípio de estruturação de um *corpus* discursivo:

Uma tal concepção não considerará um *corpus* discursivo como um conjunto fechado de dados que emergem de uma certa organização; ela fará do *corpus* discursivo, ao contrário, um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada já no estado inicial do procedimento de análise: conceber-se-á aqui um procedimento de análise do discurso como um procedimento de interrogação regulado de dados discursivos que prevê as etapas sucessivas de um trabalho sobre *a corpora* ao longo de todo o procedimento. Isso implica que a construção de um *corpus* discursivo possa perfeitamente ser concluída apenas no final do procedimento. (p. 3-4)

Procede-se, assim, na AD, a uma ruptura com o *corpus* dado *a priori*, e passa-se, então, a descrever as configurações de arquivo, de acordo com Foucault (2007b), centradas a partir de um tema, de um conceito, enfim, de um acontecimento. A pergunta que, então, o analista deve fazer é: “Qual lugar ocupa dado acontecimento discursivo num determinado arquivo?” Dessa forma, a noção de arquivo torna-se muito produtiva nos estudos da análise do discurso. Não se trata de considerar tal noção como enunciados conservados por uma via arquivista, e sim como um modo de acompanhar as práticas discursivas de uma sociedade. Portanto, para Sargentini (2005), o *corpus* de análise passa a ser composto por

[...] textos variados, de diversos gêneros, que circulam em diferentes suportes, sobre um mesmo tema, conceito ou acontecimento. A noção de formação discursiva é, enfim, considerada em sua heterogeneidade e tende a ser deixada de lado em função de uma operação de “leitura do arquivo”. (p. 4)

Com base nos trabalhos do historiador Guilhaumou e da analista do discurso Denise Maldidier, Sargentini (2005) propõe ancorar a noção de arquivo no interior da análise do discurso, em uma leitura por meio de conceitos de trajeto temático, em momentos de *corpus* distintos, revelados na materialidade dos textos. Portanto, o analista pode, no seu trajeto de leitura, trabalhar com um tema a ser descoberto na própria análise. Outro elemento importante para o arquivo sobre um determinado tema são as abordagens sincrônica (dizer atual e simultâneo) e diacrônica (o já dito em momentos diferentes).

Um nível de abordagem metodológico do objeto de pesquisa é a realização simultânea de um recorte sincrônico e diacrônico na construção do *corpus* da análise de um discurso jornalístico. Moura, D. (2009) aponta que esse recorte, como instaurador do espaço do acontecimento, deve, na análise, considerar outros elementos além do texto jornalístico na definição do *corpus*. A pesquisadora entende o sincrônico como “o dizer atual e simultâneo” que deve se encontrar com o diacrônico, “o dizer já dito em momentos diferentes”, instaurando o espaço do acontecimento. Esse espaço acontecimental deve ser compreendido como fatos que pedem sentido, sentido esse que, para Moura, D. (2001, p. 166), “é histórico, exprime-se perante a proximidade ou distância de séries discursivas distintas e que é uma enunciação que marca o exercício do poder simbólico”.

Na constituição do *corpus* de objetos discursivos, Moura, D. (2009, p. 65) propõe que o analista considere não somente os textos jornalísticos, mas inclua também “uma série de outros discursos que se imbriquem, esteja ciente ou não o analista, no contexto, mais próximo ou mais distante, no qual se apresenta o discurso jornalístico”. Esses outros objetos discursivos podem ser tanto textos impressos como de outros formatos e que podem informar sobre um tema, tais como gêneros literários⁴¹, produtos culturais,⁴² iconografia⁴³, textos jurídicos⁴⁴ e mídia digital⁴⁵.

Dessa forma, diversos materiais que remetam ao tema, tanto textos jornalísticos (nos seus diversos formatos) como tratados internacionais, documentos relacionados ao meio ambiente, gêneros literários, entre outros, poderão ser inseridos nesta pesquisa. Esses diversos

⁴¹ Gêneros literários incluem romances, contos, crônicas, fábulas, poemas, literatura alternativa (cordel, fanzines etc.), entre outros.

⁴² Moura, D. (2009, p. 66) descreve esses elementos como músicas, cantigas tradicionais, folclore, cinema, cultura popular, teatro, publicidade e propaganda, revistas em quadrinhos e outros.

⁴³ A iconografia inclui elementos como fotografia, grafite, artes plásticas, design etc.

⁴⁴ Consideram-se textos jurídicos as legislações, normas, acordos, tratados e outras peças jurídicas.

⁴⁵ A mídia digital é definida como as páginas web, blogs, chats, fóruns, twitters, jogos eletrônicos, espaços de interatividade no ciberespaço, realidade virtual, textos em mídia digital, produção imagética em arte eletrônica, filmes e outros produtos em formato digital (MOURA, D., 2009, p. 66).

elementos constituirão essa malha discursiva a ser descrita e analisada, relacionada com os enunciados presentes no material jornalístico, com uma teia diacrônica dos ditos em outros lugares e em outros momentos.

A análise de textos de outros gêneros e de outros domínios estabelece a análise diacrônica, de “perceber os enunciados em momentos diferentes”, estabelecendo uma rede discursiva do tema selecionado. Isso, segundo Moura, D. (2009), leva à identificação do interdiscurso, dos ditos anteriores esquecidos. Esses ditos podem ser resgatados na memória discursiva pelo analista ao construir um *corpus* determinado, em um período de tempo e de escopo de objetos discursivos apontados anteriormente. No entanto, conforme Moura, D. (2009), essa coleta não é infinita e pode ser pinçada “por meio de identificação de regularidades discursivas, as formações discursivas presentes” (p. 66). É papel do analista estabelecer o que a pesquisadora chama de “fio condutor, em determinado período histórico e numa lista de anteparos físicos [...], o analista passará à leitura destes materiais perseguindo o ‘novo no interior da repetição’” (p. 66). Para Guilhaumou e Maldidier (2010, p. 165), a análise de um trajeto temático remete

[...] ao conhecimento de tradições retóricas, de forma de escrita, de usos da linguagem, mas, sobretudo, interessa-se pelo novo no interior da repetição. Esse tipo de análise não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento da linguagem.

Para Moura, D. (2009, p. 72), o analista do discurso deve estar ciente da dispersão e da errância dos sentidos, isto é, dos desvios de sentidos que os ditos podem ganhar no presente, o dito feito novo. Portanto, as notícias podem estabelecer uma rede de sentidos, pois “toda notícia é um acontecimento discursivo que reclama sentidos”. Portanto, o analista do discurso jornalístico deve ter alguns cuidados:

Nós analistas de discursos devemos nos privar de concluir procedimentos de análise de discurso e de apontar para uma leitura que seja estática. Ao contrário, devemos admitir a presença inquietante e histórica do desvio de sentidos, ou seja, da errância de sentidos [...]. O final de cada processo analítico, aqui propomos, deve ser considerado como um final-provisório, pleno de sentidos localizados neste circuito diacronia-sincronia, mas, também, pleno de sentidos latentes e não explicitados – o não-dito que preenche e torna pujante a incompletude mergulhada na espessura semântica do discurso. (MOURA, D., 2009, p. 72)

O nosso desafio neste trabalho é compor o *corpus* da análise a partir de um arquivo sobre as questões ambientais. Percebemos também ser mais produtivo investigar o tema que

percorreu as discussões políticas desde a primeira conferência internacional da ONU de 1972: a questão do desenvolvimento e do meio ambiente. Pretendemos apreender a irrupção desse novo acontecimento discursivo e suas condições de emergência em um dado período histórico, para investigar, mapear os ditos nas diferentes cenas enunciativas, multiplicando as relações, levantando a memória dos enunciados sobre esta temática e os seus múltiplos sentidos. De forma alguma pretendemos fazer neste trabalho a descrição total desse arquivo, uma tarefa impossível e inviável; buscamos analisar este tema na sua materialidade repetível em um determinado período histórico.

4.1.3 Formação discursiva

A noção de formação discursiva (FD) tem sido questionada e revisitada com frequência por diversos pesquisadores. Essa noção-conceito teria sido abandonada pela AD na França, nos anos 1980, e as razões para a renúncia, de acordo com Baronas (2007, p. 169), “vão desde a alegação de que a formação discursiva possui um caráter eminentemente taxionômico até a existência de uma relação conflituosa entre marxismo e Michel Foucault”. No entanto, apesar de a FD ter sido rejeitada por alguns membros do grupo de Michel Pêcheux na França e por se apresentar com uma conceituação atualmente indefinida na pesquisa, Baronas (2007) esclarece que seu conceito “permanece ainda bastante operativo nas pesquisas sobre o discurso, tanto no Brasil, quanto na França” (p. 169).

Na história da Análise do Discurso francófona, a noção de FD, inicialmente fundamental, começou a declinar a partir da década de 1980, sem, contudo, desaparecer. Segundo Maingueneau (2007), ela continua sendo utilizada, mas de uma forma não tão evidente como a definida pela arqueologia foucaultiana em 1969 nem pela AD com Pêcheux até os anos de 1970. Conforme o autor, o que há na atual Análise do Discurso praticada na França é uma confusão com relação ao uso da noção de FD, pois os seus pesquisadores não deixam claro as fronteiras e os significados que a compõem.

Jacques Guilhaumou (2007) pontua que essa noção-conceito de FD, que esteve presente nas suas primeiras pesquisas, desapareceu logo no início dos anos 1980 e de forma definitiva em 1983. A preocupação do pesquisador está centrada em uma “descrição empírica da materialidade da língua no interior mesmo da discursividade do arquivo” (GUILHAUMOU, 2007, p. 112-113). Hoje, suas pesquisas trabalham

[...] na articulação entre a descrição dos enunciados de arquivo, que configuram um trajeto temático, na colocação em evidência dos efeitos de sentidos recuperáveis na análise de um momento de corpus e da valorização de uma série de categorias explicativas da Revolução Francesa no interior mesmo da tradição marxista. (GUILHAUMOU, 2007, p. 113)

Courtine (2007, p. 119) ressalta que Foucault foi pouco compreendido pela AD, pois, quando se referia ao discurso, o conceituava de outra maneira. O autor ressalta, todavia, que foi da *Arqueologia do Saber* que Pêcheux tomou a noção de FD, da qual a AD se apropriou, submetendo certos elementos à pesquisa. Mesmo os objetivos da AD e da *Arqueologia* sendo divergentes, Courtine (2007) relê Foucault não para aplicá-lo à AD, mas para trabalhar a perspectiva do filósofo no interior dela e estabelecer aproximações com as concepções de Pêcheux.

O conceito de formação discursiva é essencial para compreender o que Foucault entende por arqueologia, mas também se apresenta como um “conceito original, pois transforma a noção de linguagem, de sujeito, de verdade e de ciência” (ARAÚJO, 2006-2007, p. 89). A autora explica que, nessa abordagem, o conceito de discurso não é empregado como “um produto de retórica e nem como estrutura significativa de um texto” (p. 89). O discurso, para Foucault (2007b), é um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Isso significa que o discurso é um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva e que os enunciados mudam de sentido quando passam de uma formação discursiva para outra.

Foucault não trabalha com elementos tradicionais, tais como teoria, ideologia ou ciência, na abordagem arqueológica. O discurso que lhe interessa são os atos discursivos que levam à constituição de um campo autônomo, que ganham autonomia após ser aprovados por testes institucionais, como regras de argumento dialético, interrogatório inquisitório ou confirmação empírica.

Para se chegar a uma formação discursiva, de acordo com Foucault (2007b), faz-se necessária a descrição de certo número de enunciados que remeta a um mesmo objeto, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. A formação de um objeto está condicionada a determinados critérios, a saber: em que condições históricas surgiram o objeto (demarcação das superfícies de sua emergência)? Quais os mecanismos formais e informais de delimitação do objeto (instâncias de delimitação)? Quais os sistemas empregados para a separação dos objetos entre si (grades de especificação)?

A formação discursiva, para Foucault (2007b), pode ser considerada como um conjunto de enunciados que são ao mesmo tempo singulares e repetitivos, e que podem ser apreendidos na sua dispersão e na sua regularidade de sentidos. A descrição desses enunciados deve levar em conta a sua singularidade, mas também a “dispersão desses sentidos, detectando uma regularidade, uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações, posições, funcionamentos, transformações” (p. 43). Dessa maneira, o conceito de FD em Foucault (2007b) é derivado da concepção dos enunciados como forma de repartição e sistemas de dispersão:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva. (p. 43)

A preocupação teórico-metodológica de Foucault (2007b) parte do problema da descontinuidade no discurso e da singularidade do enunciado, e tem a história como o campo das formações discursivas, por isso, os métodos históricos ganharam importância nas análises do autor, pois, conforme afirma Gregolin (2004, p. 90), é “nelas que se encontram o discurso, o sujeito e o sentido”.

As modalidades enunciativas do discurso compreendem o estilo e as formas de expressão que o definem, o que significa dizer que é necessário saber os lugares institucionais dos quais emergem os enunciados e as circunstâncias. Quanto à formação de conceitos, ela ocorre pela descrição do jogo de compatibilidades e incompatibilidades conceituais, das coações e regularidades que tornam possível a diversidade dos conceitos na prática discursiva (FOUCAULT, 2007b).

A FD pode ajudar-nos a compor um conjunto de enunciados sobre um objeto (o DS) e identificar os seus tipos de enunciação e escolhas temáticas, a partir das condições históricas que possibilitaram o seu surgimento. Isso contribui para identificarmos, na singularidade da sua emergência em um dado determinado período histórico, a sua repetição, ou seja, perceber a sua dispersão e a sua regularidade de sentidos, correções, funcionamento e suas transformações no presente. Dessa maneira, a história torna-se um campo privilegiado para que se percebam as formações discursivas que compõem o discurso da sustentabilidade e suas práticas.

4.1.4 O discurso, o sujeito e a história

O método arqueológico foucaultiano, delineado pela rede de conceitos discutidos até o momento, aponta-nos a necessidade de esclarecer em que consiste o sujeito do enunciado nas suas relações com o discurso e a história. Essa abordagem mostra um sujeito que não pode ser reduzido aos elementos gramaticais, pois ele é, como lembra Gregolin (2004, p. 92), historicamente determinado e exerce diferentes funções enunciativas. Ou, nas palavras de Foucault (2007a, p. 105): “Um único e mesmo indivíduo pode ocupar alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos”. Ou seja, os sujeitos exercem múltiplas posições, determinadas pelas formações discursivas a que estão submetidos, e, portanto, a depender delas, podem produzir diferentes enunciados. A posição sujeito é considerada neutra, pois são os enunciados que irão determiná-la e ela pode ser exercida por qualquer enunciatador.

Essa noção de “posição sujeito” é importante para compreendermos a relação entre discurso e sujeito, pois “o que torna uma frase em um enunciado é o fato de podermos assinalar-lhe uma posição sujeito” (GREGOLIN, 2004, p. 92). Essa noção leva a outra relação: a dos enunciados com a historicidade. Foucault (2007b) esclarece, ao propor que todo enunciado tem sempre margens compostas por outros enunciados, que a produção de sentidos do enunciado está relacionada com as múltiplas formulações, coexistindo em um espaço delimitado historicamente. Isso significa dizer que o campo associativo possui margens, como redes verbais que formam uma “trama complexa”, constituída

[...] pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve” e também pelo “conjunto de formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modifica-las ou adapta-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que [...] não atualize outros enunciados. (FOUCAULT, 2007a, p. 111)

Gregolin (2004) ressalta que, a partir do conceito de “campo associativo” de Foucault, Courtine (1981) desenvolve a noção de “memória discursiva”, que posteriormente será central nos trabalhos de Pêcheux e para a análise do discurso, após os anos 1980. Essa noção de campo associativo possibilita-nos perceber o enunciado em uma trama tecida em um campo que estabelece lugar e *status* determinados ao enunciado, apontando possíveis relações com o passado e para um eventual futuro, ou seja, o enunciado está inserido na rede da História, e ao

mesmo tempo é constituído e determinado por ela. Nessa perspectiva de campo associativo, Foucault (2007b, p. 112) explica a posição do enunciado:

Não há enunciado em geral, livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série e de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se insere num jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja.

Na análise do enunciado deve ser considerada a sua materialidade, ou seja, não é possível falar de enunciado se ele não tiver sido pronunciado, escrito, se não tiver deixado sua marca, seja em um corpo sensível, seja na memória ou no espaço. Essa materialidade do enunciado também o constitui, pois ele “precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2007b, p. 114). Com a mudança desses requisitos, o enunciado muda de identidade, ou se apaga:

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva, [...] o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (FOUCAULT, 2007b, p. 118-119)

Foucault (2007b) salienta que a História é constituída por jogos enunciativos e por batalhas discursivas e que, por isso, sua materialidade é expressa na existência material dos enunciados. Reforçamos que o enunciado, na perspectiva foucaultiana, não é entendido apenas como verbal, e sim segundo uma semiologia, um campo de estudos enraizado nas exigências e possibilidades do saber de nossa época. Dessa maneira, o discurso é compreendido como um conjunto de enunciados apoiados em uma mesma formação discursiva, e, por ser histórico, seus limites ou margens, descontinuidades ou transformações são colocados pela própria História.

Esse conceito de discurso pressupõe a ideia de “prática” como “regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística as condições de exercícios da função enunciativa” (FOUCAULT, 2007b, p. 133). Essa noção traz a ideia de batalhas e lutas, na movimentação dos enunciados nos atos praticados por sujeitos historicamente situados. E pelo fato de o discurso ter regras de aparecimento e também

condições de apropriação e utilização, Foucault (2007b, p. 136-137) explica que o enunciado coloca, “desde a sua existência a questão do poder, objeto de uma luta e de uma política”. E por ser objeto de lutas, as práticas discursivas determinam que nem sempre tudo pode ser dito, que aquilo que pode ser dito é regulado por condições de controle em uma ordem do discurso, questões a serem discutidas no próximo tópico.

4.1.5 A ordem do discurso

Para a aula inaugural do Collège de France em 1970, quando assume a cátedra com a morte de Jean Hyppolite⁴⁶, Foucault escreveu o texto a *Ordem do Discurso* (2002), considerado a ponte de ligação entre as suas obras da década de 1960 e as posteriores. Nesse trabalho, a sua preocupação estava centrada nas práticas discursivas e no poder que as permeia. Sobre a busca de controle dos discursos na sociedade, ele parte da seguinte hipótese:

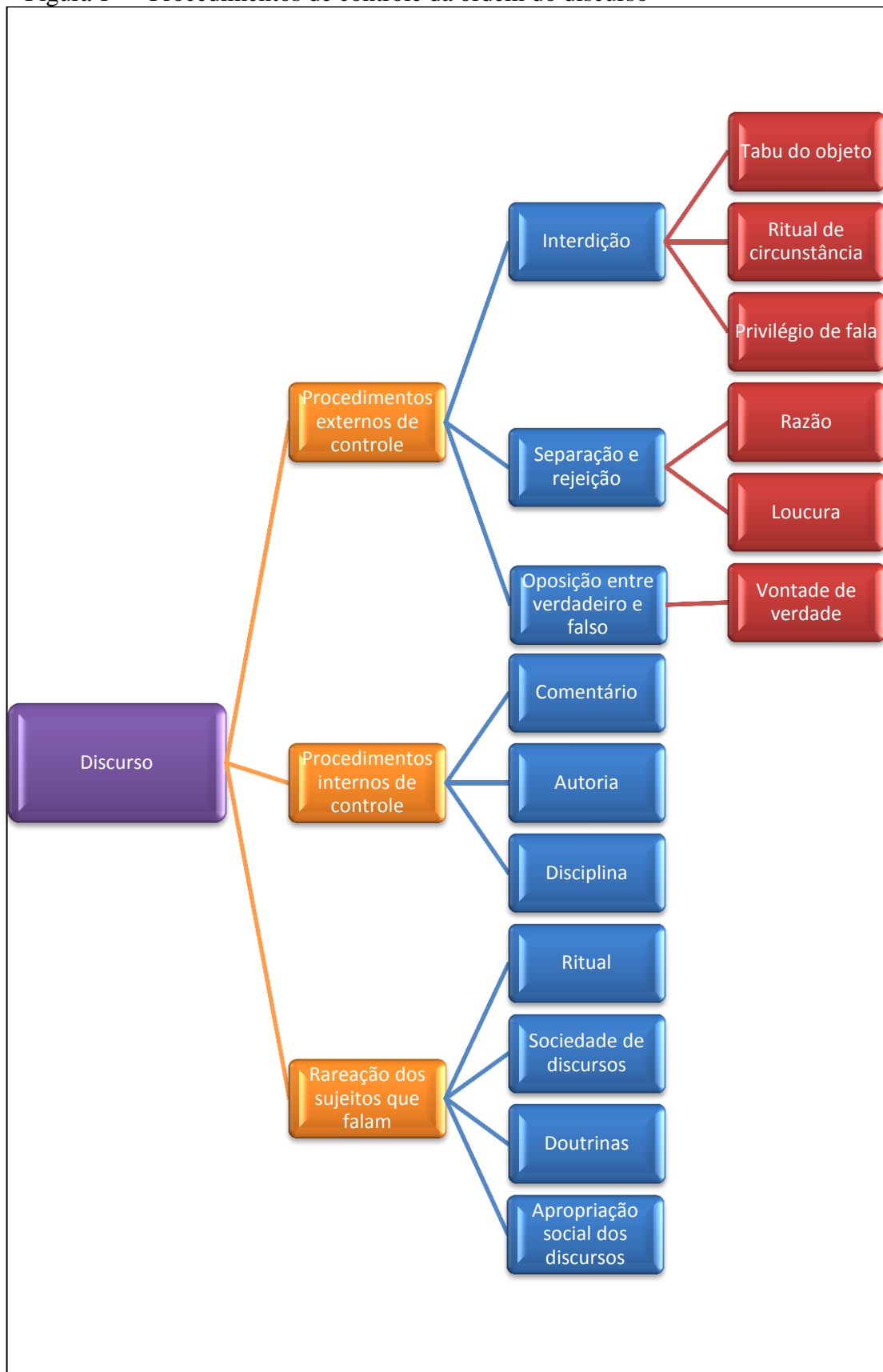
Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm a função de conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2002, p. 8-9)

Sua abordagem objetiva percebe uma ordem, tais como normas que selecionam, organizam, regulam e redistribuem os discursos. Esses sistemas foram criados para controlar os discursos temidos na nossa sociedade. Os procedimentos de controle são divididos por Foucault (2002) em três grandes grupos, que têm como objetivo a “exclusão”, a “sujeição” e a “rarefação”: 1) procedimentos externos; 2) procedimentos internos; 3) procedimentos da rarefação dos sujeitos. O analista precisa descobrir o processo de institucionalização dos discursos, reatualizados constantemente de regras que estabelecem um sistema⁴⁷ à disposição de quem quer ou pode fazer uso dele (FOUCAULT, 2002).

⁴⁶ Jean Hyppolite (1907-1968) foi um filósofo francês que se notabilizou por seus trabalhos sobre Hegel e outros filósofos alemães, além de ter sido mestre de alguns dos mais proeminentes pensadores franceses do pós-guerra. Foi professor de Gilles Deleuze e de Michel Foucault no Liceu Henri-IV, no curso preparatório para o ingresso na École Normale Supérieure. Em 1963, Hyppolite foi eleito para o Collège de France, ocupando a cadeira de História dos Sistemas até sua morte, quando foi substituído por Michel Foucault. Enquanto outros filósofos franceses seus contemporâneos, tal como Sartre, ficaram conhecidos por produzir novos trabalhos influenciados pela filosofia alemã, Hyppolite é lembrado como conferencista, professor e tradutor, tendo influenciado vários pensadores de seu país, como Michel Foucault, Jacques Derrida, Gérard Granel, Lacan, Étienne Balibar e Gilles Deleuze (FLEIG, 2007).

⁴⁷ Sistema é entendido como objetos, métodos, corpos de proposições e jogo de regras, definições, técnicas e instrumentos (FOUCAULT, 2002).

Figura 1 — Procedimentos de controle da ordem do discurso



Fonte: Elaboração da autora, com base em Foucault (2002).

Os procedimentos externos têm como objetivo a exclusão, e entre eles podemos citar a “interdição”, a “segregação” e a “vontade de verdade” (Figura 1). O discurso sofre interdições, que revelam que não se tem o direito de dizer tudo (tabu do objeto), não se pode falar de tudo em qualquer circunstância (ritual da circunstância) e qualquer um não pode falar qualquer coisa (exclusivo do sujeito que fala). Esses três tipos de interdição cruzam-se formando uma grade complexa e que exerce, de certo modo do exterior, a função de organizar e redistribuir a produção dos discursos. Esses rituais da palavra e da interdição podem ser percebidos no jornalismo, principalmente no que diz respeito à exclusividade do sujeito que fala e quando se delimita quais são as fontes que devem falar ou não sobre determinado assunto de determinada pauta.

Foucault (2002) aponta a separação (ou rejeição) do discurso do louco a partir da oposição entre razão e loucura que se inicia na Idade Média, mas que se perpetua até os nossos dias, já que o discurso do louco continua segregado. A preocupação do autor, nesse caso, era mostrar o que é racional e o que não é.

A vontade de verdade, para Foucault (2002, p. 14), pode ser percebida como as “grandes mutações científicas [que] podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade de verdade”. Para ele, “a verdade” não é deste mundo, pois é produzida a partir de diversas coerções, que produzem efeitos organizados de poder.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2002, p. 52)

Por verdade, Foucault (2012, p. 54) entende ser “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”. Dessa maneira, a verdade faria parte dos sistemas de poder que a produzem e a apoiam, e dos efeitos de poder induzidos e reproduzidos por ela. Esse último elemento de interdição atravessa os dois outros anteriores, pois a vontade de verdade “não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontrolável. E, contudo, é dela, sem dúvida, que menos se fala” (FOUCAULT, 2002, p. 19).

O jornalismo, assim como a ciência, baseia-se no processo da demonstração da prova do que está sendo narrado. Mas a sua preocupação, ao contrário da ciência, é construir argumentos que possam ser compreendidos por um público leitor e fazer a descrição da prova o mais verossímil possível. Dessa maneira, os dois tipos de saberes apontados por Charaudeau (2010), “saber de conhecimento” e o “saber de crença”, já discutidos no Capítulo 2 (item 2.2.3), apontam para a “vontade de verdade” do jornalismo na busca pela adesão do público aos seus sistemas de pensamentos e crenças e como estratégia de legitimação perante outros discursos sociais. Na narração verossímil, o jornalismo busca revelar em que consiste o mundo, mas a revelação não é mais o mundo, e sim a apreciação e as crenças sobre ele. Essa revelação gera cumplicidade do leitor no processo de trocas de julgamentos sobre este mundo, e esse compartilhamento de “mapas de significado”, como explica Charaudeau (2010), produz os seus “efeitos de verdade”.

O jornalismo adota como pressuposto uma ideia de verdade do real que pode ser apreendida e transformada em um relato; no entanto, não leva em conta as contradições da abordagem, na qual o relato está sujeito a condicionantes econômicos, políticos, organizacionais, ideológicos, como também a fatores tempo-espácio que colocam em risco esse ideal, conforme já discutido no Capítulo 3. “Em algumas situações, portanto, a verdade do jornalismo surge como efeito, agindo a favor de uma vontade de verdade já estabelecida socialmente” (FRANZONI; RIBEIRO; LISBOA, 2011, p. 49).

Os procedimentos internos do controle são os próprios discursos exercendo seu próprio controle. Os procedimentos de controle interno funcionam como princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, submetendo outra dimensão do discurso: a do acontecimento e a do acaso (FOUCAULT, 2002, p. 21). O primeiro elemento desse grupo é o “procedimento do comentário” (Figura 1), que permite tanto construir novos discursos como dizer o que estava silenciosamente no texto primeiro. Os textos podem se confundir e desaparecer, e os comentários podem tomar o seu lugar. Como define Foucault (2002, p. 25-26), “o comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado”. Gregolin (2004, p. 99), por seu turno, pontua que o comentário exerce o controle sobre o acaso do aparecimento do discurso, separando os textos que retornarão dos que serão preservados em uma cultura, ou que serão esquecidos.

No jornalismo, esse procedimento é comum, pois, ao elaborar a notícia no texto jornalístico, as falas das fontes, sejam elas quais forem, recebem do jornalista comentários que contextualizam ou opinam sobre elas, sobre as situações e sobre as informações

levantadas. Assim, o texto primeiro (discurso da fonte) muitas vezes torna-se uma outra coisa, a partir da reorganização do texto jornalístico. Os comentários podem tomar o lugar da fala primeira. Na estruturação do texto da notícia, o jornalismo assume como sendo suas as informações, os dados e até as conclusões das fontes entrevistadas. Ao contrário do texto científico, o texto jornalístico vai apagando da notícia as pessoas que falam ao incorporar a sua narrativa.

“Que importa quem fala?” Essa é a questão central de Foucault (2009, p. 264) por trás da questão do autor. Este, segundo o procedimento de controle interno do discurso, está relacionado com o desaparecimento do sujeito que escreve. E quando o filósofo se refere ao autor e à função que ele exerce, está se referindo à posição sujeito: “O autor ou o que eu tentei descrever como a função-autor é, sem dúvida, apenas uma das especificações possíveis da função-sujeito” (FOUCAULT, 2009, p. 287).

O autor não é entendido por Foucault (2002) como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, e sim como “o princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (p. 26). Essa noção é analisada por Foucault (2002) a partir da sua relação com os discursos institucionalizados. Existem ao nosso redor diversos discursos circulantes sem que o seu sentido ou a sua eficácia esteja em poder de um autor para lhe ser atribuído. Isso implica em estabelecer um tratamento tipológico dos discursos a partir de alguns procedimentos: a) ultrapassar as características gramaticais/textuais, supondo a exploração de propriedades e as relações propriamente discursivas; b) compreender, a partir das modalidades da existência dos discursos, como eles se formulam e circulam, como se valorizam, como se distribuem e se modificam; c) examinar como o sujeito aparece na ordem dos discursos e que posições ocupa em cada tipo, já que está desalojado de sua posição de origem. Desse modo, a análise do autor, para Foucault (2009, p. 287),

[...] trata-se, em suma, de retirar do sujeito (ou do seu substituto) seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso. [...]. Pode-se imaginar uma cultura em que os discursos circulassem e fossem aceitos sem que a função autor jamais aparecesse.

Em síntese, o filósofo aponta a necessidade de que sejam compreendidos o lugar vazio do autor e os modos de exercício da sua função em uma determinada ordem discursiva. E aponta quatro princípios sobre o autor: 1) é impossível tratá-lo como uma descrição definida e como um nome próprio comum (o nome do autor); 2) não é “exatamente nem o proprietário

nem o responsável por seus textos; não é nem o produtor nem o inventor deles” (a relação de apropriação); 3) é “aquele a quem se pode atribuir o que foi dito ou escrito” (a relação de atribuição); 4) está em uma posição que “pode significar o momento decisivo na transformação do campo discursivo” (FOUCAULT, 2009, p. 264-265).

Foucault (2009) concebe o nome de autor como algo mais do que apenas um elemento linguístico em um discurso (sujeito, complemento ou pronome), pois acredita que ele exerce um papel em relação ao discurso, que é o de assegurar “uma função classificatória”. E prossegue: “Tal nome permite reagrupar certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. Por outro lado, ele relaciona os textos entre si” (p. 273). No jornalismo, percebemos que determinados discursos são organizados no texto a partir das posições do autor no processo de construção de sua matéria. Além disso, muitas vezes a pluralidade das vozes do jornalismo são monólogos, repetições do mesmo, ainda que sejam diferentes as fontes entrevistadas.

Esse recurso da construção da narrativa jornalística a partir de apenas um ponto de vista, ou mediante a defesa de uma ideia central, é muito frequentemente percebido nas análises da revista *Veja*, em que a diversidade de fontes é, na verdade, uma só voz dizendo a mesma coisa. A análise do discurso deve estabelecer um conjunto crítico que cerceie os discursos nas suas diversas formas: de exclusão, de limitação e de apropriação. Deve perceber como os discursos jornalísticos se formaram respondendo a determinadas necessidades, como se modificaram e se deslocaram, quais forças exerceram efetivamente e em que medida elas foram contornadas.

O terceiro procedimento de controle interno do discurso é a disciplina, concebida como um princípio de limitação relativo e móvel que permite construir conforme um jogo restrito.

Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor. (FOUCAULT, 2002, p. 30)

A disciplina não está na busca de um sentido a ser redescoberto nem na identidade reiterada, mas é necessária para a construção de novos enunciados, pois ela está na oportunidade de formular, até mesmo indefinidamente, proposições novas. Uma proposição, por sua vez, está inscrita em um determinado corpo teórico, ou seja, está determinada pelos limites deste, preenchendo determinados requisitos complexos para pertencer ao conjunto de

uma disciplina. E é a disciplina que diz se a proposição é falsa ou “verdadeira”. Por fim, a disciplina é um “princípio de controle de produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2002, p. 36). Quando o jornalismo lança mão de determinadas proposições sobre o meio ambiente e/ou a sustentabilidade, se baseia em proposições consideradas falsas ou verdadeiras, mas que foram assim consideradas por outras disciplinas que o atravessam.

Por fim, trataremos da rarefação dos sujeitos que falam, que são as condições de funcionamento dos discursos. Sua função é estabelecer regras, para que nem todos tenham acesso ao discurso e não façam parte de uma ordem do discurso se não satisfizerem as seguintes normas: “o ritual”, “as sociedades do discurso”, “as doutrinas” e “a apropriação social do discurso” (FOUCAULT, 2002).

No ritual, são definidas as qualificações que um falante deve possuir para ocupar determinada posição e fazer certos tipos de enunciados, tais como os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo um conjunto de signos que devem acompanhar o discurso. Esse elemento de ritual fica muito claro na escolha das fontes para as entrevistas televisivas, pois o entrevistado deve corresponder a um certo número de exigências: ser objetivo, rápido, curto e eficiente nas respostas, não ser evasivo, vestir-se adequadamente, falar corretamente, entre outros.

A sociedade de discurso tem a missão de produzi-los ou conservá-los, encurralando-os em espaços fechados, distribuídos sob certas regras restritas, em um jogo de divulgar e manter o segredo. Temos, como exemplo dessas sociedades, os segredos técnico-científicos ou a apropriação dos discursos econômicos e políticos. A divulgação jornalística dos discursos econômicos, por exemplo, é feita por comentaristas e especialistas econômicos que falam e fazem previsões como se o mercado fosse uma entidade viva, com vontades próprias, além de apresentarem uma diversidade de análises como “verdades” irrefutáveis.

Ao contrário das sociedades do discurso, temos as doutrinas (religiosas, políticas, filosóficas) que têm como objetivo partilhar um só e mesmo conjunto de discursos, possibilitando a sensação de pertencimento desses indivíduos a determinados grupos (FOUCAULT, 2002). A sociedade possui instituições responsáveis pela distribuição, gerenciamento e apropriação dos discursos, tais como a educação, os sistemas jurídicos, dentre outros. Na busca de compreender um certo temor que existe contra os discursos, é preciso analisar a sua ordem nas suas condições, no seu jogo e nos seus efeitos, e, para tanto, recorreremos a Foucault (2002), que entende ser necessário analisar as funções exercidas pela

vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento e suspender, enfim, a soberania do significante.

Para finalizar esta abordagem sobre o que Foucault entende por uma ordem do discurso, ou seja, os seus procedimentos de controle, recorreremos aos quatro princípios que o autor considera essenciais para a sua análise: 1) o princípio da inversão; 2) o princípio da descontinuidade; 3) o princípio da especificidade; 4) o princípio da exterioridade.

O princípio de inversão visa a rarefação do discurso, em vez da busca pela continuidade em elementos tais como o autor, a disciplina, a vontade de verdade. O princípio de descontinuidade busca tratar os discursos como práticas descontínuas. O princípio de especificidade evita o jogo de significações prévias e concebe “o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio da regularidade” (FOUCAULT, 2002, p. 53). E, por fim, o princípio da exterioridade busca partir do “próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, [para] passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (p. 51-53).

Para balizar a análise, Foucault (2002) propõe colocar em jogo quatro princípios reguladores: a noção de acontecimento, a de série, a de regularidade e a de possibilidade.

As noções fundamentais que se impõem agora não são mais as da consciência e da continuidade [...] não são também as do signo e da estrutura. São as do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhes são ligadas; regularidade, causalidade, descontinuidade, dependência, transformação; é por esse conjunto que essa análise dos discursos sobre a qual estou pensando se articula, não certamente com a temática tradicional que os filósofos de ontem tomam ainda como história “viva”, mas com o trabalho efetivo dos historiadores. (FOUCAULT, 2002, p. 57)

Desse modo, cabe à análise enunciativa buscar restituir aos enunciados a sua dispersão, considerá-los na sua descontinuidade e apreendê-los na sua irrupção para encontrar o acontecimento (FOUCAULT, 2007b). O autor deixa clara a necessidade de acolher o discurso no momento da sua irrupção de acontecimento: “Na pontualidade em que ele aparece e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até em seus menores traços, enterrado, bem longe de qualquer olhar, na poeira dos livros” (FOUCAULT, 2000b, p. 91).

Ele finaliza a sua aula inaugural apresentando o seu projeto analítico arqueogenealógico, composto por dois conjuntos de análises: o crítico e o genealógico. O

primeiro, o crítico, deve pôr em prática o princípio da inversão, isto é, “procurar cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação; mostrar como se formam, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas” (FOUCAULT, 2002, p. 60). Ou seja, analisar os procedimentos de limitação dos discursos, entre os quais, o princípio do autor, o do comentário e o da disciplina. Assim, analisam-se os processos de rarefação, mas também os de reagrupamento e unificação dos discursos.

No segundo conjunto, o genealógico, a análise deve articular os três princípios anteriores: “Como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (FOUCAULT, 2002, p. 60). A genealogia estuda a formação, ao mesmo tempo, dispersa, descontínua e regular dos discursos.

Para Foucault (2002), esses dois tipos de análise não são nunca inteiramente separáveis e devem ser articulados, buscando, de um lado, as formas de sujeição, exclusão, reagrupamento ou da atribuição, e de outro, o surgimento espontâneo dos discursos que, logo antes ou depois de sua manifestação, são submetidos à seleção e ao controle. A diferença entre essas duas etapas analíticas não está nem no objeto nem no seu domínio, e sim em como abordar e delimitar o objeto. Dessa forma, a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido, mas “mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante” (FOUCAULT, 2002, p. 70).

Assim, pretendemos compreender a emergência do dispositivo desenvolvimento sustentável no arquivo da história, a partir das condições para o seu surgimento, de modo a identificar a que seleções, controle e transformações foi submetido nos diversos campos discursivos, especificamente no jornalismo. Neste ponto, faz-se necessário discutirmos o dispositivo e a sua importância na análise desta pesquisa.

4.2 O dispositivo no pensamento foucaultiano

Este trabalho não pretende retomar uma infinidade de elementos relativos ao desenvolvimento e ao meio ambiente, e muito menos quanto ao desenvolvimento sustentável, ou mesmo formular julgamentos morais sobre esse fenômeno moderno, pois uma pesquisa não se presta a isso. O que buscamos é fazer escolhas, experimentar e descobrir elementos que

possam nos auxiliar na compreensão desse fenômeno e formular apostas intelectuais, uma vez que, conforme diz Courtine (2103, p. 7), “não se pode ler Foucault sem fazer em seus confrontos aquilo que ele mesmo fez com uma constância impressionante: apostas intelectuais”. A nossa aposta intelectual é a de que o desenvolvimento sustentável é um dispositivo que, desde as condições de sua emergência nos anos 1960, vem estabelecendo uma rede de forças e de visibilidades no presente, produzindo efeitos, práticas, positivities e sujeitos. Nessa rede, gostaríamos de situar a atuação do jornalismo, de como ele é entrecortado por esse dispositivo e o que o jornalismo faz falar sobre ele no presente.

É importante compreender como regimes de verdades e práticas formaram esse dispositivo e como o jornalismo se relaciona com essa rede. A ideia é discutir como o dispositivo, conforme pontua Veyne (2011, p. 166), “inscreve no real o que não existe, submetendo-o ainda à divisão do verdadeiro e do falso”, pois o que é tido como verdadeiro se faz obedecer. O autor ressalta que mesmo sem violência e de ser reputado como verdadeiro, o dispositivo gera uma conformação das pessoas às regras e levam-nas a seguir costumes que consideram como evidentes. Assim, as relações de poder, na perspectiva foucaultiana, configuram-se como

[...] a capacidade de conduzir não fisicamente os comportamentos alheios, de fazer as pessoas andarem sem colocar os pés e pernas delas na posição adequada. É a coisa mais cotidiana e mais partilhada; há poder na família, entre dois amantes, no escritório, no ateliê e nas ruas de mão única. Milhões de pequenos poderes formam a trama da sociedade, cujo liço é formado pelos indivíduos. Daí resulta que há liberdade em toda parte, uma vez que há poder em toda parte: constata-se que alguns se insurgem enquanto outros se deixam levar. (VEYNE, 2011, p. 167)

O conceito de dispositivo torna-se central neste trabalho, pois o discurso, na visão foucaultiana, deve ser compreendido a partir dele. Veyne (2011) destaca que muitas vezes o discurso foi mal compreendido na obra de Foucault, pois, ao longo dela, quando se lia o termo discurso, ele estava na verdade referindo-se às “práticas discursivas”, aos “pressupostos”, à “episteme”, ao “dispositivo”. Agamben (2005) também coaduna com essa ideia, e defende que, a partir da segunda metade dos anos de 1970 – quando Foucault se debruça sobre o “governo dos homens” (a governabilidade) –, a noção de dispositivo tornou-se um termo técnico decisivo no seu pensamento.

Dreyfus e Rabinow (2010) esclarecem que a noção de dispositivo é muito complexa, e em suas análises reúnem as instâncias de poder e de saber em uma mesma grade analítica, elementos que serão discutidos mais adiante neste capítulo. No momento, vale ressaltar que o

termo dispositivo foi sendo delineado ao longo dos trabalhos de Foucault e vai se apresentar de forma mais clara a partir dos estudos realizados depois de *Arqueologia do saber* ([1969] 2007b), quando ele inicia uma nova problemática de pesquisa, focada na preocupação do saber em suas relações com o poder, o que marca a passagem de sua fase arqueológica para a genealógica. É nessa fase que Foucault introduz as análises do poder e tem como objeto o dispositivo, já que antes disso o filósofo estava centrado no estudo do objeto *episteme*. A *episteme* e o dispositivo são práticas, sendo que a primeira é exclusivamente discursiva e o segundo inclui também as práticas não discursivas. Foucault (2012, p. 367) ressalta a diferenciação que faz entre dispositivo e *episteme*:

O que chamo de dispositivo é algo muito mais geral, que compreende a *épistémè*. Ou melhor, que a *épistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos.

O conceito de prática acompanha toda a obra de Foucault, e, apesar de não ser detalhado em um trabalho específico, ele pode ser reconstruído ao longo de suas obras (CASTRO, 2009). Foucault percebeu a modernidade como um ethos, uma atitude. E essas atitudes devem ser identificadas por meio de análises arqueogenealógicas sobre as práticas que nos constituem historicamente. Ou seja, deve-se analisar a homogeneidade (o que organiza o que e como os homens fazem), o saber (das relações de domínios sobre as coisas), o poder (de ação com os outros) e a ética (das relações consigo mesmo), para compreender como isso tudo se torna uma generalidade, uma recorrência.

Então, podemos afirmar que o dispositivo é considerado uma prática mais geral do que a *episteme* e é compreendido como arranjos de poder presentes em relações dispersas no cotidiano, possibilitando afirmações, negações, teorias e todo um jogo de verdades que podem ser identificados nas práticas discursivas. Para Fernandes (2012), o interesse de Foucault volta-se para o exame da produção de verdades, por meio dos discursos e dos dispositivos de poder, e seu objetivo foi o de verificar em que medida um dispositivo de poder incita a produção de enunciados, de discursos e, conseqüentemente, de práticas.

Essa noção é tão importante no pensamento foucaultiano, que Veyne (2011, p. 54) chega a dizer que “o próprio discurso é imanente ao dispositivo que se modela a partir dele [...] e que o encarna na sociedade; o discurso faz a singularidade, a estranheza de uma época, a cor local do dispositivo”. O historiador acrescenta que o confronto entre os discursos pode levar, pela sua contestação, a desarticular, a modificar e até mesmo a derrocar um dispositivo e produzir outros. Foucault (2012) mostra que o funcionamento do dispositivo integra as

relações de força e visam conduzi-las em uma certa direção, ou até mesmo bloqueá-las e estabilizá-las.

O dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder e ligado a uma configuração de saber que dele nasce. Para Foucault (2012, p. 246), o dispositivo são “estratégias e relações de força sustentando tipos de saber”. O interessante é que o próprio discurso, dependendo do seu funcionamento, pode atingir o *status* de dispositivo e agir como efeito de dispositivo. Para Veyne (2011), o dispositivo implica o poder e o saber na constituição de um espaço variável, e o saber “justifica um poder e esse poder põe em ação o saber e todo um dispositivo de leis, direitos, regulamentos, práticas e institucionaliza o todo como sendo a própria verdade” (p. 55). Assim, para compreender o que Foucault entende por dispositivo, as noções de poder, de saber e de verdade são as chaves, e iremos realizar essa discussão nos próprios itens.

Primeiramente, vale evidenciar que a noção de dispositivo se apresenta como método, como um caminho de análise a ser percorrido. No entanto, falar em método aplicável a objetos diferentes dos domínios foucaultianos requer alguns cuidados, uma vez que não há um método fechado que se aplique a uma infinidade de objetos. Ao longo dos seus escritos, Foucault deixa claro que suas metodologias foram construídas para compreender objetos específicos e delimitados, a saber: a loucura, a prisão, a sexualidade. Agamben (2005), Dreyfus e Rabinow (2010) e Veyne (2011) estão convictos ao apontar o dispositivo como um elemento central no pensamento foucaultiano. Assim, esse conceito torna-se importante para a pesquisa, no sentido de nos ajudar a compreender a emergência do Dispositivo do Desenvolvimento Sustentável (DDS) e como o jornalismo se relaciona com essa rede formada por ele.

Com base no dispositivo como uma categoria central e um método no pensamento, foucaultiano, Stassum e Assmann (2010) o têm como um caminho a ser percorrido para alcançar um objeto e acreditam ser ele “o mapa desse caminho, mas também, o próprio ponto de chegada” (p. 75). Evidenciamos que a noção de dispositivo se apresenta como método e como objeto neste trabalho, e como caminho de análise a ser percorrido iremos utilizar as discussões foucaultianas e as de seus comentadores. No entanto, só isso não é suficiente e não configura o ponto de chegada. O objetivo, portanto, é analisar se houve a formação de um DDS e como ele atravessa o jornalismo no nosso presente.

O importante para esta pesquisa, porém, é que o dispositivo aponta um método investigativo sobre o DDS na sua relação com o jornalismo, permitindo que vejamos no presente os seus efeitos. Como o dispositivo atravessa todas as coisas e estabelece uma rede de conexão com diferentes formações discursivas, entender em que ele consiste e como se

relaciona com o discurso jornalístico é importante. Na busca de estabelecer o mapa do caminho a ser percorrido, faremos uma reflexão sobre o dispositivo, a partir das obras de Foucault, Agamben, Deleuze e outros, nos próximos itens deste capítulo.

O dispositivo é uma noção importante para pensarmos as sociedades contemporâneas. Para demonstrar como Foucault o concebe e a importância dos seus elementos constitutivos, discutiremos a seguir as relações de poder, como analisá-las, como se exerce o poder e as relações de poder com as relações estratégicas, a partir de algumas de suas obras, buscando perceber como se estabelecem na formação de um dispositivo, no caso, o do DS.

4.2.1 Dispositivo e relações de poder

No livro *História da sexualidade: a vontade de saber*, lançado em 1976, Foucault narra parte da sua genealogia do sujeito (a sexualidade). O filósofo publicou esse tema em três volumes, sendo esse o primeiro deles e os outros dois, *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*, foram lançados oito anos depois, em 1984. A ideia inicial de Foucault era elaborar e publicar essa genealogia em seis volumes, mas, por questões de saúde, o projeto foi modificado.

No primeiro volume da *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault (1988) nos convida a analisar a sexualidade como objeto histórico, imbricado nas relações de poder que o permeiam e o entrecortam, possibilitando a constituição de um saber sobre o sexo. Essa é um marco na transição do pensamento do filósofo, pois reúne elementos da perspectiva arqueológica, adotada nos primeiros escritos até a *Arqueologia do Saber* ([1969]2007b), e da genealógica, a partir desse trabalho. Em síntese, o autor está interessado em determinar o funcionamento e as razões de ser, o regime de poder-saber que sustenta entre nós o discurso da sexualidade. Dessa maneira, as questões levantadas por Foucault levam-nos a pensar sobre o que se fala sobre o desenvolvimento sustentável na atualidade e de quais efeitos de poder ele está investido. E, ainda, identificar que tipo de saber se forma a partir desse dispositivo e se esses elementos nos permitiriam um olhar sobre em que ele consiste no presente. Essas questões não são os objetivos desta tese, e sim elementos que podem, ao longo da discussão e das análises, nos orientar nas reflexões sobre a constituição desse dispositivo.

As questões de análises desenvolvidas por Foucault para compor o dispositivo da sexualidade trazem elementos reflexivos para pensarmos o DS, compreender o que se fala sobre ele, os seus efeitos de poder e o saber que o forma. Na atualidade, chama a atenção o fato de se falar tanto sobre desenvolvimento sustentável. As questões socioambientais e de sustentabilidade aparecem em todos os lugares, na mídia, na propaganda, nas escolas, na

moda, na rua, entre tantos outros espaços. Nos mais diversos lugares, o desenvolvimento sustentável é visto e falado. Mas o que tanto se fala sobre o DS, quais são os lugares, os pontos de vista de quem fala sobre ele, as instituições que incitam a fazê-lo e que armazenam e difundem o que dele se diz? Essas questões reflexivas são interessantes para pensar o DS em seus efeitos de poder-saber.

Retomando a discussão sobre o que é dispositivo para Foucault, usaremos uma definição apresentada pelo filósofo em uma entrevista concedida a Alain Grosrichard em 1977, publicada na França e traduzida para o português no texto *Sobre a história da sexualidade*, que consta do livro *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2012). Nessa entrevista, Foucault (2012) faz uma síntese do conceito de dispositivo, que, segundo ele, é constituído por elementos diversos:

[É] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. (p. 364)

Foucault amplia a concepção de dispositivo, que passa a englobar também os não ditos. Dessa maneira, diversos elementos o caracterizam, para além dos discursivos discutidos pelo autor até *Arqueologia do Saber* ([1969]2007b). Foucault (2012, p. 363) aponta o dispositivo como um “tipo de formação” que, em um momento histórico específico, teve como função responder a uma urgência. Trazendo isso para pensar o nosso objeto, fazemos uma aposta intelectual de que o DS vem responder a uma urgência surgida a partir dos anos 1970⁴⁸.

No processo de constituição de um dispositivo, Foucault (2012) o estabelece como um objetivo estratégico, que se constitui e se perpetua por um duplo processo: pela “sobredeterminação funcional” e pelo seu perpétuo “preenchimento estratégico”. No primeiro caso, o dispositivo produz efeitos que tanto podem ser negativos como positivos e desejados ou não. No entanto, Foucault (2012, p. 365) elucida que o dispositivo “estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente”.

No processo de análise do dispositivo, Foucault (1988) quer saber sob que formas, através de que canais, fluindo por meio de que discurso, o poder consegue chegar às mais

⁴⁸ Essa questão será aprofundada no Capítulo 5.

tênuas e mais individuais condutas. O objetivo do autor é compreender como o poder se manifesta nas relações locais e individuais do cotidiano. Trazendo essa perspectiva para olhar a questão do desenvolvimento sustentável, seria pensar de que maneira a sustentabilidade penetra o cotidiano, identificando os efeitos de sua recusa, negação, bloqueio e desqualificação, mas também de incitação, intensificação, mediante a visibilidade e a atuação possibilitada pela mídia (jornalismo).

Pensando com Foucault, o que nos interessa não é determinar se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam à formulação de uma verdade sobre a sustentabilidade, ou até mesmo, ao contrário, a mentiras destinadas a ocultá-la. O que nos interessa é revelar a “vontade de saber” que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e de instrumento, e, ainda, buscar nas instâncias de produção discursiva também os seus silêncios, a produção de poder (que também interdita) e de saber, fazendo circular erros ou desconhecimentos sistemáticos. A essa forma de analisar, Foucault (1988, p. 31) denomina “história das instâncias” e da “transformação” da sustentabilidade. A questão do silêncio é importante porque, como bem ressalta o filósofo, “não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégicas que apoiam e atravessam os discursos” (p. 34).

Foucault (1988) propõe uma análise de poder, e não uma teoria, para com ela definir o domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo. Entre os traços desta análise, destacamos alguns elementos para reflexão: a “instância da regra”, o “ciclo da interdição” e a “unidade do dispositivo”. O autor entende como poder essencialmente aquele que dita, à lei, o que é lícito ou ilícito, o que é permitido ou proibido. Dessa forma, o poder estabelece as práticas permitidas e as não permitidas e o que se pode fazer ou não com relação à determinada regra.

Apesar de o autor de *Vontade de Saber* (1988, p. 98) explicar que “desde a Idade Média, nas sociedades Ocidentais, o exercício do poder sempre se formulou no direito”, uma análise do direito não dá conta do objeto empírico em questão, pois, aos seus modos de ver, as formas jurídicas foram penetradas por outros mecanismos de poder, a partir do século XVIII.

Após essa época, no entender de Foucault (1988), o que vai funcionar cada vez mais no poder é a técnica, e não o direito. O autor ressalta que os mecanismos de poder irão funcionar “não mais pela lei e, sim, pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle. Mecanismos de poder estes que se exercem para além do Estado e dos seus aparelhos” (p. 99). Essa constatação dele é a formulação de outra forma de analisar o dispositivo, que não mediante uma reflexão sobre as legislações a respeito de determinado fenômeno. Então, a

análise do poder, segundo o Foucault (1988, p. 100), não pode estar centrada no direito como modelo e código, e sim passar por outros caminhos, a serem discutidos a seguir.

Assim, Foucault (1988) propõe assumir outra perspectiva para pensar o poder e criar outra forma de analisá-lo, examinando o material histórico que possibilita avançar na direção de outra concepção de poder. Analisando o dispositivo da sexualidade, o filósofo levanta a hipótese de pesquisa de que “a análise histórica tenha revelado a presença de uma verdadeira ‘tecnologia’ do sexo muito mais complexa e, sobretudo, mais positiva do que o efeito excludente de uma ‘proibição’” (FOUCAULT, 1988, p. 101). Isso nos aponta para a importância de se olhar para o DS segundo uma perspectiva histórica, em um primeiro momento, e não para os aspectos legais que o constituíram, para em um segundo momento ver como esse dispositivo atravessa a mídia.

4.2.1.1 As relações de poder em Foucault

Como pudemos ver, em Foucault (1988), o dispositivo é entrecortado por relações de poder-saber, e a discussão sobre elas é importante para a compreensão do que é o dispositivo. Desse modo, discutiremos como Foucault (1988, 2010a) interpreta essas relações e como elas constituem os sujeitos. Dreyfus e Rabinow (2010) defendem que Foucault desenvolveu pouco suas discussões sobre poder e apontam o conceito que ele utiliza como de difícil compreensão na sua obra. No entanto, os autores consideram o conceito de poder como central para o diagnóstico do nosso presente e publicam um texto em que Foucault retoma e aprofunda a sua discussão, a partir das questões e lacunas colocadas por eles. É sobre esse texto, que amplia e fundamenta a concepção de poder, que nos deteremos a seguir.

O texto “O sujeito e o poder”, de Michel Foucault (2010a) – escrito em 1982, em inglês, especialmente para o livro *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*, dos filósofos norte-americanos Dreyfus e Rabinow (2010) –, será o ponto de partida para a discussão neste item. Nessa discussão, Foucault (2010a) procura clarear o conceito de poder e seus desdobramentos no sujeito, além de outros aspectos levantados por Dreyfus e Rabinow, tais como as problemáticas nas relações de poder suscitadas no debate dos autores com a obra foucaultiana.

Logo de partida, Foucault (2010a) demarca seu lugar, esclarecendo que não pretendeu fazer uma teoria ou uma metodologia sobre o poder, muito menos analisar esse fenômeno ou elaborar os fundamentos de uma análise. Seu objetivo, conforme esclarece, foi o de “criar

uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (p. 273), pois, segundo ele, não é o poder, e sim os sujeitos o tema principal da sua pesquisa. A sua compreensão do sujeito está baseada nos três modos de objetivação: de investigação do sujeito, de práticas divisórias do sujeito e das formas pelas quais um ser humano torna-se sujeito. Por isso, a questão central de seus estudos é o sujeito e seus modos de objetivação.

O interesse de Foucault (2010a) pela questão do poder ocorre à medida que o “sujeito humano é colocado em relação de produção e de significação e é igualmente colocado em relações de poder muito complexas” (p. 274). Ele aponta como insuficientes as duas ferramentas mais usuais para investigar as relações de poder, por estarem centradas na fase terminal: 1) as que envolvem as relações legais e sua forma de legitimação; 2) as que exigem como base de análise o modelo institucional (o Estado). De partida, Foucault (1988) evidencia que não se interessa em analisar o poder baseado na soberania do Estado nem na forma da lei ou em uma unidade global de dominação, pois julga que essas são formas terminais do poder.

A análise de poder que lhe interessa é a das múltiplas facetas dessa relação: 1) a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio no espaço do seu exercício e na constituição da sua organização; 2) o jogo das lutas e afrontamentos ininterruptos que as transforma, reforça, inverte; 3) os apoios que as correlações de força realizam umas nas outras, formando uma rede ou um sistema, ou ao contrário, criando descompassos e contradições que isolam essas correlações de força; 4) as estratégias que surgem e se cristalizam nas instituições e ganham corpo nos aparelhos estatais, formulando leis e hegemonias sociais.

Na abordagem da análise, deve-se evitar procurar um ponto central ou um foco único de soberania desse poder de onde tudo derivaria, e analisar as relações de forças móveis, que levam aos constantes estados de poder e à

[...] onipresença do poder, não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, entretanto porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo, porém, porque provém de todos os lugares. (FOUCAULT, 1988, p. 103)

Foucault (1988) evidencia, ainda, que “o Poder”, com inicial maiúscula, é apenas efeito de conjunto, resultado das relações de forças móveis e está imbricado na base e na fixação de cada uma delas. O poder não pode ser confundido com a instituição e muito menos com a estrutura e com a potência, nas quais alguns são dotados e outros, não. Então, para o autor, o

poder é “o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (p. 103). As estratégias não são externas a outros tipos de relações, tais como os processos econômicos, as relações de conhecimento e as relações sexuais. Pelo contrário, Foucault (1988) acredita que são

[...] imanescentes a eles, são efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas “mesmas” [...] e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações; as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente de produtor. (p. 104)

Foucault sempre se negou a elaborar uma teoria de poder, pois entendia que essa assumiria uma objetivação prévia, que, na sua perspectiva, não serviria para a realização de uma análise sobre as relações de poder. Não obstante, ressalta que uma investigação não poderia prescindir de uma “conceituação em andamento”, implicando em um pensamento crítico, a ser verificado incessantemente. A primeira coisa a verificar é, segundo o autor, o que ele chama de “necessidades conceituais”, mas essa conceituação não deveria estar fundamentada em uma teoria do objeto, já que existem outras formas para tanto: “Temos de conhecer as condições históricas que motivam nossa conceituação. Precisamos de uma consciência história da situação presente” (FOUCAULT, 2010a, p. 274).

O segundo movimento investigativo de Foucault (2010a) é verificar, na realidade do presente, por que e como se discutem as relações de poder, e para tanto propõe fazer o que chama de uma “nova economia das relações de poder”. Por isso, levanta a problemática da relação entre a racionalização e os excessos de poder político resultantes do desenvolvimento do Estado Moderno e da gestão política da sociedade, com o objetivo de descobrir que problemas específicos e originais estão envolvidos nessa relação. Essa busca levou-o a investigar racionalidades e campos específicos (loucura, doença, morte, sexualidade), procurando ver neles essas relações de poder-saber.

Foucault (2010a) aponta, como ponto de saída, as maneiras de investigar as formas de resistências contra as diferentes formas de poder. A resistência é, para ele, um elemento catalisador para “esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos empregados” (p. 276) nesse processo, e possibilita perceber essas relações pelo antagonismo das estratégias a elas relacionadas.

Se “onde há poder há resistência”, como afirma Foucault (1988), o caráter estritamente relacional das correlações de poder existe “em função de uma multiplicidade de pontos de

resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão” (p. 105-106). Esses pontos de resistências estão presentes em toda a rede de poder, pois, para o filósofo, não há um ponto central da revolta, foco ou uma revolução, “o que há são resistências (no plural), como casos únicos que existem no campo estratégico das relações de poder” (p. 106).

Resistências, para Foucault (1988), não são um subproduto das relações de poder, uma marca em negativo dessas mesmas relações, formadas em oposição à dominação essencial, ou um reverso passivo destinado à infinita derrota. Elas são concebidas pelo autor como “o outro termo nas relações de poder, como um interlocutor inflexível” (p. 106) e são distribuídas de forma irregular. As relações de força do poder são

[...] os pontos, os nós, os focos de resistência [que] disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento. (FOUCAULT, 1988, p. 106)

As resistências podem às vezes provocar grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças. No entanto, é mais comum, segundo Foucault (1988, p. 107),

[...] serem pontos de resistências móveis e transitórios que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis.

O autor relaciona as relações de poder com um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, “sem se localizar especificamente neles, ao mesmo tempo há uma pulverização dos pontos de resistência que atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais” (FOUCAULT, 1988, p. 107). Ele acredita que é exatamente a “codificação estratégica desses pontos de resistências que torna possível uma revolução” (p. 107). Em síntese, isso leva-nos a pensar sobre os mecanismos de poder que atuam no campo das correlações de força do desenvolvimento sustentável e as estratégias que lhes são relacionadas, e sobre como as relações de poder geradas pelo desenvolvimento sustentável atravessam instituições e aparelhos, pulverizando pontos de resistência nos diversos estratos sociais e nos indivíduos.

Foucault (2010a) menciona uma série de oposições que se desenvolveram no século XX e que são mais do que apenas lutas autoritárias. E perceber o que elas têm em comum é o que as caracteriza: “Oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os

filhos, da psiquiatria sobre o doente mental, da medicina sobre a população, da administração sobre o modo de vida das pessoas” (p. 276). Essas lutas são descritas da seguinte maneira pelo autor: a) são transversais e extrapolam as fronteiras de um país; b) objetivam o efeito de poder; c) são imediatas e combatem os “inimigos imediatos”, não o “inimigo-mor”; d) não têm pretensões futuras; e) questionam o estatuto do indivíduo, pois são batalhas contra o que o impede de ser diferente e reafirma tudo o que o torna indivíduo; f) são contra os privilégios do conhecimento, isto é, contra aos efeitos de poder-saber, à competência e à qualificação; g) giram em torno da questão: quem somos nós? Em síntese, para Foucault (2010a, p. 278), “o objetivo dessas lutas é atacar, não tanto ‘tal ou tal’ instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder”. E vai ainda mais longe, ao afirmar:

Essa forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata, que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. (FOUCAULT, 2010a, p. 278)

Mas é importante retomarmos, aqui, o que o filósofo entende como sujeito na sua relação com o poder. Dois sentidos para essa categoria são apontados: 1) o de “sujeito ao outro através do controle e da dependência”; 2) o de sujeito “ligado à sua identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento” (FOUCAULT, 2010a, p. 278). Porém, as duas noções apontam para uma forma de poder que subjuga e sujeita. É contra isso, no entender dele, que se estabelecem as lutas contra as formas de dominação do sujeito (lutas étnicas, sociais e religiosas); contra as formas de exploração do sujeito, que são aquelas que separam o indivíduo do que ele produz; e, por fim, a luta contra o que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros, ou seja, “as lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão” (p. 278). Mesmo entendendo que, ao longo da nossa história, esses tipos de lutas podem ser identificados com facilidade no presente, ele explica que as lutas contra as formas de sujeição se tornaram as mais importantes, mesmo existindo no presente outras formas de lutas, por exemplo, contra a dominação e a exploração.

É importante ressaltar que, para Foucault (2010a), os processos de sujeição não podem deixar de ser analisados fora de sua relação com os mecanismos de exploração e dominação, derivados de processos econômicos e sociais (forças de produção, luta de classes e estruturas ideológicas que determinam a forma de subjetividade). Entretanto, elas não são o ponto terminal e muito menos o mais fundamental desses mecanismos. No seu entender, os mecanismos de sujeição “mantêm relações complexas e circulares com outras formas” de

lutas (p. 279) e as relações de poder não são uma oposição binária entre dominados e dominadores. Na sua concepção, as correlações de forças são múltiplas, formam-se e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e nas instituições, e servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social.

O prevailecimento desse tipo de luta na sociedade atual ocorre mediante o desenvolvimento de uma nova estrutura política: o Estado. Essa instituição, na maneira de perceber de Foucault (2010a), deve ser vista não só por “ignorar os indivíduos, ocupando-se apenas com os interesses da totalidade ou, eu diria, de uma classe ou um grupo dentre os cidadãos” (p. 279), mas, acima de tudo, porque o poder e a força do Estado estão na sua capacidade de individualizar e totalizar os indivíduos, ao mesmo tempo. Para o autor, “nunca na história das sociedades humanas – mesmo na antiga sociedade chinesa –, houve, no interior das mesmas estruturas políticas, uma combinação tão astuciosa de duas técnicas, de individualização e dos procedimentos de totalização” (p. 279). Isso foi possível, esclarece, porque o Estado Moderno Ocidental integrou uma antiga tecnologia de poder proveniente das instituições cristãs: “a tecnologia do poder pastoral”.

Sem entrar em detalhes sobre como se constituiu esse poder pastoral, vamos aqui apenas mostrar, com base na análise foucaultiana, como as características de um código de ética cristão se ampliaram e se multiplicaram fora da instituição eclesiástica. O Estado não tem como objetivo “conduzir o povo à salvação no outro mundo”, como era o da igreja cristã, e sim assegurar a salvação neste mundo mesmo, e podemos designar essa salvação de diversas formas: “saúde, bem-estar (padrão de vida e riqueza), segurança, proteção contra acidentes” (FOUCAULT, 2010a, p. 281). Nesse momento, os objetivos religiosos da pastoral tradicional, ao serem apropriados pelo Estado, transformaram-se em objetivos mundanos.

Junto a isso, há também um reforço da administração do poder pastoral exercido pelo aparelho do Estado e por suas instituições, o que em outros momentos cabia a “empreendimentos privados, sociedades para o bem-estar, de benfeitores e, de um modo geral, de filantropos” (FOUCAULT, 2010a, p. 281), assim como às famílias e à medicina. Em consequência disso, o autor percebe uma multiplicação dos objetivos e dos agentes do poder pastoral e evidencia o “desenvolvimento do conhecimento sobre o homem em torno de dois polos: um globalizador e quantitativo concernente à população; o outro, analítico, concernente ao indivíduo” (p. 282).

Por mais de um milênio, o poder do tipo pastoral foi exclusivo e associado a uma instituição religiosa, não obstante, se amplia para todo o corpo social, sustentado por uma multiplicidade de instituições. Foucault (2010a, p. 282) elucida que, “em vez de um poder

pastoral e de um poder político, mais ou menos ligados um ao outro, mais ou menos rivais, havia uma ‘tática’ individualizante que caracterizava uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria, da educação e dos empregadores”.

Apoiado em um diálogo com o filósofo alemão Immanuel Kant sobre a compreensão do presente, Foucault (2010a) recoloca o que chama de “tarefa filosófica do nosso tempo”, que não é a de descobrir o que somos, e sim empreender uma análise crítica do nosso mundo – é o que temos, segundo o autor, de mais importante a fazer. Ele enfatiza que “talvez, o objetivo, hoje em dia, não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos” (p. 283), e aponta como caminho a imaginação e a construção do que poderíamos ser para nos livrarmos do que denomina “duplo constrangimento” político: a individualização e a totalização típicas das estruturas modernas do poder. Como alternativa a esse duplo constrangimento, levanta a necessidade do surgimento de um novo processo de subjetividade fundamentado em novas formas de poder:

A conclusão seria que o poder político, ético, social e filosófico de nossos dias não é tentar libertar o indivíduo do Estado, nem das instituições do Estado, porém nos libertarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos de promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (FOUCAULT, 2010a, p. 283)

Analisando as relações de poder, o filósofo entendeu que elas são, concomitantemente, intencionais, inteligíveis e não subjetivas. Inteligíveis, no sentido de que as relações são perpassadas de fora por um “cálculo”, isto é, por uma “série de miras e objetivos” pelos quais o poder se exerce (FOUCAULT, 1988, p. 105). Mas isso não é o resultado de uma escolha ou de uma decisão individual de um sujeito, e por isso não devemos buscar

[...] a equipe que preside sua racionalidade; nem a casta que governa, nem os grupos que controlam os aparelhos do Estado, nem aqueles que tomam as decisões econômicas mais importantes, gerem o conjunto da rede de poderes que funciona em uma sociedade (e a faz funcionar). (FOUCAULT, 1988, p. 105)

A racionalidade do poder inscreve-se no nível das táticas, a seu ver, bem explícitas e limitadas a ele (“cinismo local do poder”), mas pontua que no processo do seu encadeamento e de propagação encontram apoio e condições para esboçar dispositivos de conjunto. No processo de propagação das relações de poder que se materializam em táticas, Foucault (1988, p. 105) concebe que

[...] a lógica ainda é perfeitamente clara, as miras decifráveis e, contudo, acontece não haver mais ninguém para tê-las concebido e poucos para formulá-las: caráter implícito das grandes estratégias anônimas, quase mudas, que coordenam táticas loquazes, cujos “inventores” ou responsáveis quase nunca são hipócritas.

Isto significa dizer que não dá para identificar as relações de poder na escolha clara de um sujeito ou de um grupo, e sim nas táticas que são operadas no processo de encadeamento e de propagação das relações de poder no tecido social, em uma situação específica e nas práticas. Dessa forma, buscamos, na análise, identificar essas relações de poder e as táticas desencadeadas nas lutas e nos embates na composição de respostas às emergências ambientais dadas pelas conferências da ONU de 1972 e 2012.

Quando se discute a questão ambiental e os elementos que a envolvem, estão presentes os mecanismos de exploração e dominação, resultado dos processos econômicos e sociais. No entanto, não é nosso ponto de chegada a análise sobre as questões ambientais; ele está na investigação da percepção das relações complexas e circulares que essas questões mantêm com outras formas de lutas, também presentes em outras múltiplas relações de força e que atuam nas famílias, nos grupos, nas instituições e nos aparelhos de produção. Buscamos perceber como esse tipo de poder penetra a vida cotidiana e categoriza o indivíduo, liga-o à sua identidade e lhe impõe uma lei de verdade, transformando-o em sujeito que subjuga e se sujeita.

4.2.1.2 Como se exerce o poder

O poder é exercido e não é algo que possa ser adquirido, arrebatado, compartilhado, guardado ou que se deixe escapar. O seu exercício se dá a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis. O interesse de Foucault (1988, 2010a) é por uma análise crítica do poder e, com esse intento, lança-se na busca de elucidar como ele é exercido. A sua preocupação pelo “como” não é uma fuga da abordagem da questão “do que” e “do por que” do poder, e sim uma tentativa de recolocá-lo de outro modo, para, na sequência, verificar se é genuíno um poder que reúna “um que”, “um por que” e “um como”. Isso o leva à seguinte questão:

[...] começar a análise pelo “como” é introduzir a suspeita de que o “poder” não existe; é perguntar-se, em todo caso, a que conteúdos significativos podemos visar quando usamos esse termo majestoso, globalizante e substantificador; é desconfiar que, deixamos escapar um conjunto de realidades bastante complexo, quando claudicamos, indefinidas, diante da dupla interrogação: “O que é o poder? De onde vem o poder?” (FOUCAULT, 2010a, p. 283-284)

Em suma, a inquietação do filósofo está centrada em como o poder ocorre, para tentar uma investigação crítica sobre a temática. Dito de outro modo, como o poder ocorre quando os indivíduos o exercem sobre os outros. Dessa maneira, Foucault (2010a) distingue diversas maneiras de poder: a primeira delas é a “capacidade objetiva” do poder, considerada como “aquela que exercemos sobre as coisas e que nos capacita para modificá-las, utilizá-las, consumi-las e destruí-las – um poder que remete às aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais” (p. 284). A segunda característica do poder é ser um jogo de relações entre indivíduos (ou entre grupos), e aqui o autor se refere a um “poder” que designa relações entre “parceiros”, em um “conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (p. 284), e não a um sistema de jogo.

Uma distinção entre relações de poder, relações de comunicação e capacidades objetivas é apresentada por Foucault (2010a) como três domínios separados e ao mesmo tempo imbricados, apoiando-se e servindo-se mutuamente. Comunicar, para ele, é “sempre certa forma de agir sobre o outro ou os outros” (p. 284), apesar de não entender que o processo de produção e circulação da informação sejam resultados de efeitos de poder. Por isso, Foucault (2010a) explica que as “relações de poder”, as “relações de comunicação” e as “capacidades objetivas” não podem ser misturadas, e as primeiras têm sua especificidade em relação às outras. Dessa forma, ele se posiciona ao abordar a temática do poder sustentado na análise do “como”, e isso significa fazer deslocamentos críticos com relação à suposição de um “Poder” fundamental e tomar por objeto de análise as relações de poder a partir da clara distinção entre elas e as capacidades objetivas e as relações de comunicação, nos seus entrelaçamentos.

Partindo do raciocínio que o exercício do poder é um modo de ação de uns sobre os outros, o autor entende que “só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva em um campo de possibilidades esparso que se apóia em estruturas permanentes” (FOUCAULT, 2010a, p. 287). Explica, ainda, que uma relação de poder só pode ser definida se se considerar que ela “não age direta e imediatamente sobre os outros”, e sim sobre a ação: “Uma ação sobre a ação, sobre ações e eventuais ou atuais, futuras ou presentes” (p. 287).

Ao fazer uma distinção entre uma e outra, Foucault (2010a, p. 287) explica que “uma relação de violência age sobre o corpo, sobre as coisas: ela força, dobra, quebra, destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto a si, outro pólo senão o da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la”. Já uma relação de poder, segundo ele, desenvolve-se, diferentemente da relação de violência, sob dois princípios indispensáveis na sua configuração: “[...] que ‘o outro’ (aquele sobre o qual ela se exerce) seja reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis” (p. 287-288). Desse modo, esse conjunto de ações sobre possíveis outras ações pode processar-se no espaço da possibilidade que se nota no comportamento dos “sujeitos ativos”, pois o poder

[...] incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, coage ou impede absolutamente, mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. (FOUCAULT, 2010a, p. 287-288)

O exercício do poder consiste, portanto, em “conduzir condutas” e em ordenar a probabilidade, pois, no fundo, “é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’”. O sentido da palavra governo, para Foucault (2010a), é o mesmo que possuía no século XVI, não se referindo, portanto, apenas às estruturas políticas e à gestão do Estado, e sim à “maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes” (p. 288).

O governo, nessa acepção, é uma estrutura do campo de ação dos outros, e os modos da relação de poder não podem ser compreendidos apenas na violência, na luta e no contrato da aliança voluntária, mas também em um modo de ação singular. Para Foucault (2010a, p. 289), “quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando o caracterizamos como ‘governo’ dos homens, uns pelos outros, no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade”. Ou seja, o poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, entendidos como “sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades em que diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (p. 289).

A partir dessa concepção, a escravidão não é considerada uma relação de poder, pois os homens não são livres, estão acorrentados, submetidos a uma relação física de coação. Desse modo, percebemos que a liberdade ganha um papel fundamental na análise de poder

foucaultiana, pois é uma condição para a existência do próprio poder, um pré-requisito, visto ser “necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, além de ser seu suporte permanente”, por isso, a “relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas” (FOUCAULT, 2010a, p. 289).

É interessante pensar sobre como as questões ambientais, centradas em uma lógica de desenvolvimento sustentável, estrutura o campo de ação dos outros de um modo específico de governar os indivíduos. Ou melhor, como um poder-saber sobre essas questões é exercido sobre os sujeitos individuais e coletivos, possibilitando condutas, reações e diferentes modos de comportamento e ação.

4.2.1.3 Como analisar as relações de poder

Diante de tudo o que foi colocado, um desafio se desenha: como analisar então as relações de poder? E, mais ainda, como compreender as relações de poder que são exercidas pela constituição do desenvolvimento sustentável? É à busca de desenhar um método analítico para esta pesquisa que nos dedicaremos a seguir.

Foucault (2010a) não descarta que as instituições sejam o espaço para se observarem as relações de poder, no entanto, vê as seguintes fragilidades nesse tipo de investigação: 1) observar apenas as relações de poder “institucionais”, em vez de perceber as relações de poder, tendo em vista que muitos dos mecanismos de uma instituição objetivam assegurar a sua própria conservação; 2) restringir-se à explicação do poder pelo poder, que é a origem das instituições; 3ª) colocar em jogo dois princípios: regras (explícitas ou silenciosas) e aparelho, correndo o risco de privilegiar, acentuadamente, um em detrimento do outro na relação de poder, e, dessa maneira, olhar só as modulações da lei e da coerção. Desse modo, o autor propõe que se evite analisar as relações de poder por meio das instituições, e que, mesmo se elas tomarem “corpo e se cristalizarem” em qualquer uma delas, deve-se olhar além delas.

O exercício de poder, para Foucault (2010a), é uma maneira de estruturar o campo da ação possível dos outros, uma “ação sobre ações”. Em suma, as relações de poder são uma forma de agir sobre as ações dos outros, situação essa intrínseca à nossa sociedade e enraizada no nexos social, pois “uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração” (p. 291). Ele entende que, em uma perspectiva política, analisar as ações na sociedade, a formação histórica dessas ações, as tornam sólidas ou frágeis e que saber quais as condições necessárias para aboli-las ou transformá-las é essencial no nosso presente. Mas deixa claro

que, apesar de existirem relações de poder na sociedade, analisá-las é uma ferramenta política necessária e que deve ser contínua no nosso tempo.

Para analisar as relações de poder, Foucault (2010a) aponta alguns pontos necessários: o sistema de diferenciações, o tipo de objetivos, as modalidades instrumentais, as formas de institucionalização e os graus de racionalização. O sistema de diferenciações permite agir sobre a ação dos outros, uma vez que existem “diferenças jurídicas ou tradicionais de estatuto e de privilégio; diferenças econômicas na apropriação das riquezas e dos bens diferença de lugar nos processos de produção; diferenças linguísticas ou culturais; diferenças na habilidade e nas competências” (p. 291). No seu entendimento, toda relação de poder opera diferenciações, que, concomitantemente, são condições e efeitos.

Com relação ao tipo de objetivos, segundo Foucault (2010a) é possível identificar, nas relações de poder, qual deles está sendo perseguido por aqueles que agem sobre a ação dos outros, tais como manutenção de privilégios, acúmulo de lucros, operacionalidade da autoridade estatutária e exercício de uma função ou de uma profissão. Essas diversas modalidades de instrumentos no exercício do poder podem ocorrer pela

[...] ameaça de armas, pelos efeitos da palavra, através das disparidades econômicas, por mecanismos mais ou menos complexos de controle, por sistemas de vigilância, com ou sem arquivos, segundo regras explícitas ou não, permanentes ou modificáveis, com ou sem dispositivos materiais etc. (FOUCAULT, 2010a, p. 291)

Já as formas de institucionalização são criadas pelo poder para

[...] misturar dispositivos tradicionais, estruturas jurídicas, fenômenos de hábito ou de moda (como vemos nas relações de poder que atravessam as instituições familiares); podem também ter a aparência de um dispositivo fechado sobre si mesmo com seus lugares específicos, seus regulamentos próprios, suas estruturas hierárquicas cuidadosamente traçadas, e uma relativa autonomia funcional (como nas instituições escolares ou militares); podem também formar sistemas muito complexos, dotados de aparelhos múltiplos, como no caso do Estado, que tem por função constituir o invólucro geral, a instância de controle global, o princípio da regulação e, até certo ponto também, de distribuição de todas as relações de poder em um conjunto social dado. (FOUCAULT, 2010a, p. 291)

E, por fim, um ponto que não poderia faltar na análise das relações de poder é que elas operaram segundo graus de racionalização, que funcionam como ação em um campo de possibilidades. Isso significa dizer que as relações de poder podem ser elaboradas com o objetivo de atingir a eficácia dos instrumentos, na certeza de um resultado ou em função do “custo eventual”, seja ele um custo econômico dos meios utilizados, seja uma reação

constituída pelas resistências encontradas. Dessa maneira, o exercício do poder, para Foucault (2010a, p. 291), “não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados”. E são ajustáveis a partir das resistências que encontram na sua atuação e se enraízam no conjunto da rede social:

Isso não significa, contudo, que haja um princípio de poder, primeiro e fundamental, que domina até o menor elemento da sociedade; mas que, a partir dessa possibilidade de ação sobre a ação dos outros (que é co-extensiva a toda relação social), múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos refletida definem formas diferentes de poder. (FOUCAULT, 2010a, p. 292)

Tanto as formas como os lugares do “governo” dos homens nas sociedades contemporâneas são, conforme Foucault (2010a, p. 293), múltiplos e “superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reformam-se, em outros”. A partir dessa lógica, o Estado não é o único lugar e a única forma do exercício do poder, apesar de ser o mais importante, e ainda que de certa maneira todos os outros tipos a ele se refiram, não derivam dele.

A partir desta discussão, podemos pensar se e como questões ambientais exercem relações de poder em nossa sociedade, estruturando o campo de ação possível dos outros, por meio de diferenciações econômicas na apropriação dos recursos naturais do planeta, nas questões jurídicas e nos privilégios que se estruturaram com base nessas relações e no estabelecimento de acordos e tratados internacionais. Os tipos de objetivos que aqueles que agem sobre as ações dos outros estão procurando alcançar, tais como a manutenção de privilégios e o acúmulo de lucros, fazem-nos pensar em como são constituídas as relações de poder intrínsecas ao desenvolvimento sustentável, exercidas pelos efeitos da palavra, pelas disparidades econômicas geradas pelos acordos ambientais e pelas sanções ocasionadas pelo não cumprimento desses mesmos acordos e por outras determinações internacionais.

E, por último, necessário se faz indagarmos: de que tipo de racionalidade essas relações de poder estão imbuídas, no sentido da eficácia do objetivo estabelecido como uma estratégia clara da ação sobre os outros, seja ele o custo econômico, seja uma reação às resistências encontradas nos problemas levantados sobre a questão ambiental? Sob uma perspectiva política, analisar as ações de poder relacionadas às questões ambientais na sociedade atual, à formação histórica dessas ações, ao que as tornam sólidas ou frágeis e às

condições necessárias para aboli-las ou transformá-las é essencial ao nosso presente para podermos compreender em que estamos nos tornando.

4.2.1.4 Relações estratégicas

Na perspectiva foucaultiana, as estratégias de confronto das relações de poder são essenciais, pois toda estratégia deseja tornar-se relação de poder, e toda relação de poder almeja tornar-se estratégia vencedora. Segundo essa lógica analítica, as resistências possuem um papel importante, visto que, para Foucault (2010a, p. 293-294), “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem volta eventual, e toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade e, finalmente, a se confundir”.

Três significados para o termo estratégia são diferenciados, mas todos eles juntam situações de confronto (guerra ou jogo), no qual o “objetivo é agir sobre um adversário de tal modo que a luta lhe seja impossível” (FOUCAULT, 2010a, p. 294). O primeiro significado “designa a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um objetivo”, e o segundo indica a forma que um parceiro, em uma dada situação, “age em função daquilo que ele pensa deva ser a ação dos outros e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a sua; em suma, a maneira pela qual tentamos ter uma vantagem sobre o outro” (p. 294). O terceiro significado diz respeito à estratégia e também significa um conjunto de procedimentos usados em um confronto, com o objetivo de impossibilitar ao adversário o acesso às formas de combate e levá-lo à renúncia da luta, configurando-se nos meios destinados a se obter a vitória. Por último, Foucault (2010a, p. 293) define estratégia como a escolha das soluções ‘vencedoras’, mas ressalta ser “necessário ter em mente que se trata de um tipo bem particular de situação; e que há outros tipos em que se deve manter a distinção entre os diferentes sentidos da palavra estratégia”.

Desse modo, as relações de confronto encontram o seu momento fim com a vitória de um dos adversários, e, ao término do jogo entre essas relações antagônicas, um dos adversários estabelece mecanismos estáveis de como conduzir de forma constante a conduta do(s) outro(s). Nessa abordagem foucaultiana, uma relação de confronto pode vir a se tornar uma relação de poder, que é o seu objetivo e sua realização, a não ser que se trate de uma luta de morte. Consequentemente, a estratégia de luta constitui-se também como fronteira, mas que pode levar a uma nova estratégia de confronto entre adversários, abrindo espaços para o

emprego de mecanismos de poder. Esses conflitos podem gerar instabilidades que, de acordo com Foucault (2010a, p. 294), “fazem com que os mesmos processos, os mesmos acontecimentos, as mesmas transformações possam ser decifrados tanto no interior de uma história das lutas quanto na história das relações e dos dispositivos de poder”. No entanto, ele deixa claro qual o papel da dominação no processo das relações de poder:

A dominação é uma estrutura global de poder, cujas ramificações e consequências podemos, às vezes, encontrar até na trama mais tênue da sociedade; porém, e ao mesmo tempo, é uma situação estratégica mais ou menos adquirida e solidificada em um conjunto histórico de longa data entre adversários. E o que torna a dominação de um grupo, de uma casta ou de uma classe, e as resistências ou as revoltas às quais ela se opõe, um fenômeno central da história das sociedades é o fato de manifestarem, em uma forma global e maciça, na escala do corpo social inteiro, o entrelaçamento das relações de poder com as relações estratégicas e seus efeitos de interação recíproca. (FOUCAULT, 2010a, p. 295)

A discussão realizada até aqui coloca-nos uma série de reflexões a respeito do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS). Uma delas consiste em entender o que esse dispositivo almeja na condução dos indivíduos e se há elementos de vantagens sobre os cidadãos. Ainda, de que forma podemos perceber, no processo de formação desse dispositivo, os confrontos e as resistências travadas a respeito da questão ambiental. Esses elementos serão discutidos no próximo capítulo desta tese.

Na análise do objeto, Foucault (1988) aponta prescrições que podem nos auxiliar a pensar o desenvolvimento sustentável e suas relações de poder. O autor, que evita estabelecer imperativos metodológicos de análise, descreve quatro “prescrições de prudência”: “regra da imanência”, “regra das variações contínuas”, “regra do duplo condicionamento” e “regra da polivalência tática dos discursos”. A primeira regra está relacionada com a característica do poder de ser imanente, analisado nos limites dos princípios e dos domínios da experiência possível que o formaram. Isso leva-nos a pensar com Foucault (1988, p. 108), no sentido de refletir sobre o domínio da sustentabilidade como campo de conhecimento, e se esse pode ser pensando como exigências de poder, sejam elas de cunho econômico, sejam de cunho ideológico, entre outros, e possam ter feito pesar sobre ele mecanismos de proibição.

O autor aponta que um dispositivo, como um domínio a conhecer, pode ser pensado “a partir de relações de poder que o instituíram como objeto possível; em troca, se o poder pôde tomá-lo como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ele através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos” (FOUCAULT, 1988, p. 108). Com base nessa visão,

podemos pensar se o DDS instituído a partir de relações de poder torna-se um objeto passível de investimentos de uma tecnologia de saber e de mecanismos discursivos.

Na segunda regra, a das variações contínuas, o autor alerta, como prudência analítica, para que se evite buscar quem tem o poder na ordem da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável (os cientistas, os gestores públicos, os fiscais, as ONGs) e muito menos procurar quem é privado desse poder. Não interessa aqui compreender as “distribuições de poder” e menos ainda as “apropriações de saber”, pois elas não representam mais que cortes instantâneos em processos, ou fotografias, do reforço acumulado do elemento mais forte, da inversão da relação ou do aumento simultâneo dos dois termos. “As relações de poder-saber não são formas dadas de repartição, são matrizes de transformação” (FOUCAULT, 1988, p. 110).

Torna-se interessante, portanto, procurar o esquema das modificações que as correlações de força implicam por meio de seu próprio jogo, identificando, no conjunto constituído das relações, as modificações, os deslocamentos contínuos e os seus resultados. Olhar os focos-locais de poder nas suas relações e em como se modificaram, se transformaram e se deslocaram, e também para os resultados dessas modificações. Isso significa analisar a terceira regra, o duplo condicionamento da relação das estratégias globais, apoiadas nas relações dos focos locais, uma vez que são elas que dão suporte e fixam as estratégias locais. Dois níveis diferentes do mesmo processo – o micro e o macro, em um movimento constante de retroalimentação –, mesmo que um não seja a projeção ampliada ou miniaturizada do outro, e sim o seu oposto.

E, por fim, a quarta e última regra, a da polivalência tática dos discursos, que, como o nome indica, é exatamente no discurso que se articulam poder e saber. Para Foucault (1988, p. 111), o discurso deve ser concebido como uma “série de segmentos descontínuos” e sua função tática não é uniforme nem muito menos estável. Conforme o autor, alguns aspectos importantes sobre o discurso devem ser levados em conta em uma análise: 1) o discurso não pode ser dividido entre “discurso admitido versus discurso excluído” e “discurso dominante versus discurso dominado”, uma vez que ele é, na verdade, “uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes” (p. 111). Os discursos têm uma grande importância na compreensão das relações de poder, tanto no que é dito como no que é silenciado.

Quanto aos silêncios discursivos, Foucault (1988, p. 111-112) explica que eles

[...] nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarda ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras.

Para recompor essa distribuição discursiva, o filósofo propõe analisar determinados elementos que acredita serem importantes: o que é dito e ocultado no discurso (as enunciações exigidas e interditas); a posição de poder de quem fala e a diversidade de efeitos produzidos; o contexto institucional em que se encontram; e, por último, o discurso que comporta deslocamentos e reutilizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos.

Diante do que foi colocado, se formos focar a questão ambiental, perceberemos outro olhar sobre a natureza, a sua existência e o desrespeito que sofre, e sobre comportamentos que condenam e criam proibições no cotidiano. Isso nos leva a observar as relações de poder com relação ao desenvolvimento sustentável de outra maneira, tomando em conta que

[...] não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas. (FOUCAULT, 1988, p. 113)

Pensando em uma perspectiva foucaultiana, podemos olhar para o desenvolvimento sustentável em dois níveis diferentes: o dos efeitos de poder-saber produzidos e o de sua integração estratégica, conjugando a correlação de forças necessária com a sua utilização em determinados episódios e diversos confrontos produzidos. Não nos interessa neste trabalho discutir de quais teorias deriva o desenvolvimento sustentável, pois são meros enunciados ou ditos sobre ele; levantar quais divisões morais o introduzem; e, muito menos, identificar que ideologia dominante/dominada representa. Mas nos moldes da análise foucaultiana, é necessário analisar uma concepção de poder que privilegie o ponto de vista do objetivo e da eficácia da tática sobre o DDS e um campo múltiplo e móvel de correlações de força, no qual se produzem efeitos globais, mas nunca estáveis, de dominação. Em suma: deve-se analisar o modelo estratégico, por ser “um dos traços fundamentais das sociedades ocidentais o fato de as correlações de força, que por muito tempo tinham encontrado sua principal forma de expressão na guerra, em todas as formas de guerra, terem-se investido, pouco a pouco, na ordem do poder político” (FOUCAULT, 1988, p. 113).

4.3 Agamben: o dispositivo está em todo lugar

O dispositivo foucaultiano é uma categoria que vem sendo estudada por diversos autores e áreas de saber. Interessam-nos, neste item, autores que o discutem a partir da obra de Foucault, tais como Deleuze (1996) e Agamben (2005, 2014), que travaram um diálogo com o filósofo e percorreram a sua obra a respeito desse conceito. Esses autores nos possibilitarão ampliar a compreensão dessa categoria analítica, trazendo elementos complementares de análise ao nosso objeto de pesquisa.

Agamben (2005, 2014) faz um trabalho filológico, com o objetivo de descrever como, na Alta Idade Média, os padres traduziram, para o latim, o procedimento da *oikonomia* (termo grego para a gestão do *oikos*, casa) como dispositivo. A partir das leituras de Foucault, o autor procura ampliar o termo e elevá-lo à uma noção essencial para entender os mecanismos da política contemporânea e o nosso presente.

O filósofo italiano ressalta que, a partir da segunda metade dos anos 1970, a noção de dispositivo tornou-se um termo técnico decisivo no pensamento de Foucault, quando ele se debruçou sobre o “governo dos homens” (a governabilidade). Após a leitura de Foucault (2012), Agamben (2014) estabelece três pontos que acredita serem fundamentais para a análise: o primeiro deles é ser o dispositivo composto por um conjunto heterogêneo, linguístico e não linguístico, e incluir diversos elementos, tais como discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de política, proposições filosóficas, dentre outros, tecidos em uma rede de relações. O segundo ponto destacado é ter o dispositivo uma função estratégica e concreta, associada a uma relação de poder. E, por fim, o terceiro ponto é o resultado do entrelaçamento das relações de poder e de saber.

Agamben (2014) explica que o termo dispositivo, em Foucault, vem da noção de positividade de Hegel, entendida por “religião positiva”, em contraposição a uma “religião natural”. A noção de “religião positiva”, ou “religião histórica”, compreende, nessa abordagem, “o conjunto de crenças, das regras e dos ritos que numa determinada sociedade e num determinado momento histórico são impostos aos indivíduos pelo exterior” (AGAMBEN, 2014, p. 27).

O objetivo de Foucault, na interpretação de Agamben (2014, p. 29), era o de “investigar os modos concretos em que as positividades (ou os dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos jogos de poder”. O autor pontua que o termo dispositivo é tão importante na obra de Foucault que poderia “ocupar o lugar daqueles que ele define criticamente como os universais” (p. 29), mas ressalta que não se aplica a qualquer tecnologia

de poder, apesar de aceitar a recusa de Foucault de se ocupar dos “universais” (o Estado, a Lei, a Soberania, o Poder). No entanto, Agamben (2014) afirma que isso não significa que não existam no pensamento foucaultiano “conceitos operativos de caráter geral” (p. 31).

Os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana toma o lugar dos universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia de poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: [...] “a rede” (*le réseau*) que se estabelece entre estes elementos. (AGAMBEN, 2014, p. 31)

O termo dispositivo na obra foucaultiana, conforme Agamben (2014, p. 32), remete “a um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato”. Por isso, os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito. Desse modo, para Agamben (2005, p. 37), o dispositivo está relacionado a “um conjunto de práxis, de saberes, de medida, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens”.

Na busca de ampliar o conceito de dispositivo, o filósofo italiano o define como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2014, p. 39). Ele alerta que “ao ilimitado crescimento dos dispositivos no nosso tempo corresponde uma igualmente disseminada proliferação de processos de subjetivação” e que não seria errado então definir a etapa do atual desenvolvimento capitalista “como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos” (p. 41).

4.4 Dispositivo em Deleuze: um conceito multilinear

O dispositivo é, para Deleuze (1996), um conjunto multilinear composto por linhas de natureza diferente, se comparadas aos “vetores” ou “tensores”, que seguem direções variadas e imprevisíveis, traçando “processos sempre em desequilíbrio”. Essas mesmas linhas podem ser quebradas e sujeitas a direções diferentes e diversas, bifurcadas, forquilhadas e submetidas às derivações.

Essa grade multilinear do dispositivo é composta por três dimensões (saber-poder-subjetividade) e estruturada por vetores compostos por objetos visíveis, enunciados

formuláveis, forças em exercício (ou em ação) e sujeitos. Deleuze (1996) descreve que as linhas não têm formas definidas e são “cadeias de variáveis que se destacam uma das outras”, são resultados de crises, de “fissuras”, de “fracturas”, como também de “sedimentação”. Só a partir das crises podemos ver uma nova linha e uma nova dimensão surgindo. Ele ressalta que, para compreender as linhas de um dispositivo, faz-se necessário construir um mapa e realizar uma cartografia da sua estruturação. Já para compor um dispositivo, Deleuze (1996) entende que é preciso mapear as linhas que o compõem: “É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de Leste a Oeste, em diagonal” (p. 1).

O autor identifica quatro dimensões do dispositivo: curvas de visibilidade, curvas de enunciação, linhas de força (poder-saber) e linhas de subjetivação. A visibilidade é composta por uma linha de luz que leva às formas variáveis, ou seja, cada dispositivo tem um regime de luz específico que define o que é visível ou invisível. Desse modo, só a luz possibilita a visibilidade, e por isso, são as máquinas de fazer ver.

A segunda dimensão, a dos enunciados, remete às linhas de enunciação que distribuem os elementos que as compõem em posições diferenciadas.

Se as curvas são elas próprias enunciadas e porque as enunciações são curvas que distribuem variáveis, e, assim, uma ciência, num dado momento, ou um género literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem. (DELEUZE, 1996, p. 1)

Esses regimes não são sujeitos e muito menos objetos. Eles são, segundo Deleuze (1996), o que define o que é visível e o que pode ser anunciado “com derivações, as suas transformações, as suas mutações” (p. 1). São as máquinas de fazer falar.

A terceira dimensão, as linhas de força, está em exercício no dispositivo. São linhas em movimento que atravessam as linhas de enunciação e de visibilidade, e tangenciam as coisas e as palavras. “A linha de forças produz-se ‘em toda a relação de um ponto a outro’ e passa por todos os lugares de um dispositivo” (DELEUZE, 1996, p. 1). Essa é a dimensão do poder articulada com o saber.

As linhas de subjetivação, que formam a quarta dimensão, são um sistema de individuação relacionado aos grupos ou às pessoas que escapam às forças estabelecidas e aos saberes constituídos, “uma espécie de mais-valia”. “Não é certo que todo dispositivo disponha de um processo semelhante” (DELEUZE, 1996, p. 2). Essas linhas são um processo em construção em um dispositivo.

Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de brecha, de fissura, de fracturas, que se entrecruzam e se misturam, acabando por dar rumo às outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento. (DELEUZE, 1996, p. 3)

Essa perspectiva leva às duas consequências referenciadas por Deleuze na obra de Foucault. A primeira delas é o repúdio de Foucault aos universais, por entender que o Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto e o sujeito não são universais, e sim processos singulares, de unificação, totalização, verificação, objetivação e de subjetivação imanentes a dado dispositivo. Cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, diferentemente daqueles que operam em outros dispositivos.

A segunda consequência dessa abordagem do dispositivo é uma postura que busca apreender o novo, levando em conta a questão: como é possível, no mundo, a produção de qualquer coisa nova? Deleuze (1996) explana, como visto anteriormente, que a regularidade dos enunciados, para Foucault, é a linha da curva que passa pelos pontos singulares ou os valores diferenciais do conjunto enunciativo, mesmo que existam enunciados contraditórios, uma vez que o que é levado em conta não é a contradição, e sim a novidade do regime de enunciação, que pode conter enunciados contraditórios. Nesse sentido, o importante é a novidade do regime, e não a originalidade do enunciado.

Todo o dispositivo se define pelo que detém em novidade e criatividade, e que, ao mesmo tempo, marca a sua capacidade de se transformar, ou de desde logo se fender em proveito de um dispositivo futuro, a menos que se dê um enfraquecimento da força nas linhas mais duras, mais rígidas, ou sólidas. (DELEUZE, 1996, p. 4)

Conforme Deleuze (1996), pertencemos a dispositivos e agimos neles. A novidade de um dispositivo está relacionada aos outros dispositivos que o precedem, isto é, à sua atualidade. O novo é atual e, para o autor, “o actual não é o que somos, mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro” (p. 4). É preciso, portanto, diferenciar no dispositivo o que somos (o que não seremos mais) e aquilo que seremos em devir, ou seja, a parte da história e a parte do atual. A história é o arquivo, é o desenho do que somos e deixamos de ser, enquanto o atual é o esboço daquilo em que vamos nos tornando. Diz Deleuze (1996, p. 4): “A história e o arquivo são o que nos separa, ainda, de nós próprios, e o actual é esse Outro com o qual coincidimos desde já”.

Deleuze (1996) anuncia a necessidade de separar, em cada dispositivo, as linhas do passado recente e as do futuro próximo; a parte do arquivo e a do atual; a parte da história e a

do devir; a parte da analítica e a do diagnóstico. Ele lembra que a questão das subjetividades levantadas por Foucault tinha como objetivo pensar a resistência aos novos modos de controle, em uma atitude política de agir contra o tempo e sobre o tempo.

O autor destaca a oportunidade de estar atento ao desconhecido que bate à porta e aponta a atualização como o método que engloba toda a obra foucaultiana, principalmente nas entrevistas dadas por ele, ocasiões em que atualiza seus trabalhos: “As entrevistas são diagnósticos” (p. 6). Em resumo, a questão que nos coloca um dispositivo não é procurar saber de forma maniqueísta se ele é bom ou mal, e sim compreender o que ele produz, os seus efeitos, a sua produtividade e a sua positividade. Então, a historicidade dos dispositivos são suas curvas de visibilidade e de enunciação. Essas dimensões apontadas por Deleuze podem ser agrupadas como aspectos multilineares do conceito de dispositivo.

Marcello (2004, 2009) realizou uma pesquisa a respeito das características do dispositivo, demonstrando as linhas de força que operam nele. A partir da discussão de Deleuze, a pesquisadora demonstra que a multilinearidade pode ser percebida a partir de eixos ou de dimensões, como define o próprio Foucault. A primeira dimensão está relacionada à produção do saber e à constituição de uma rede de discursos; a segunda refere-se ao poder e indica as formas pelas quais, dentro do dispositivo, é possível determinar as disposições estratégicas entre os seus vários elementos constituintes – enfim, ele está relacionado à produção dos sujeitos. Para Marcello (2009, p. 231), “o dispositivo é composto por conjunto de linhas, curvas e regimes de diferentes naturezas que se mostram transitórias e efêmeras, predispostas a variações de direção e de intensidade”.

Castro (2009) relaciona cinco características que aproximam o dispositivo foucaultiano do deleuziano: 1) cria uma rede de relações estabelecidas entre elementos heterogêneos; 2) estabelece a natureza de nexos que pode existir entre esses elementos; 3) possui uma formação que responde a uma urgência histórica; 4) define-se por uma gênese; 5) cria uma permanência. Para ele, um dispositivo é: 1) produto de uma urgência histórica; 2) conceito multilinear; 3) se articula como condição para sua permanência. A caracterização do dispositivo como um conceito multilinear de Deleuze (1996) é o que Castro (2009) chama de rede de relações e a interconexão entre esses elementos heterogêneos.

Deleuze (2005) chama Foucault de “um novo arquivista” e “um novo cartógrafo” em seu livro *Foucault*, no qual, a partir de obras⁴⁹ do filósofo, estabelece elementos da sua

⁴⁹ Deleuze analisou as seguintes obras de Foucault: *História da loucura*, *Nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas*, *A arqueologia do saber*, *Nietzsche, a genealogia e a história*, *Eu*, *Pierre Rivière*, *Vigiar e Punir*, *A*

arqueogenealogia. São exatamente esses elementos que podem nos ajudar na efetuação da análise do dispositivo, tais como percepções sobre o arquivo, o visível e o enunciável (saber), as estratégias (o pensamento do lado de fora), as dobras ou o lado de dentro do pensamento (a subjetivação). Essa análise será desenvolvida ao longo do Capítulo 5.

4.5 Categorias da composição de um dispositivo

Como discutimos nos itens anteriores, Foucault (2012) pensava o dispositivo como um conjunto heterogêneo que engloba uma variedade de elementos (discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições filosóficas, morais e filantrópicas), em suma, uma rede trançada com o dito e o não dito. Esse conjunto responderia a uma função estratégica que se apresenta diante de uma urgência, com o objetivo de obter um efeito, gerir e governar os homens, produzir um sujeito. Isso nos leva a pensar sobre quais foram as urgências históricas que possibilitaram a emergência das problemáticas ambientais. Na Figura 2 a seguir, sintetizamos os elementos constitutivos de um dispositivo a partir das discussões realizadas Foucault (1988, 2010a, 2012), Deleuze (1996, 2005), Agamben (2005, 2014) e Castro (2009).

Figura 2 — Elementos constitutivos de um dispositivo



Fonte: Elaboração da autora, a partir de Agamben (2005, 2014), Castro (2009), Deleuze (1996, 2005) e Foucault (1988, 2010a, 2012).

O desafio é mapear, no arquivo sobre as questões ambientais, esse conjunto multilinear de linhas que entram na composição de uma rede a ser tecida na análise. Aos modos de dizer de Deleuze (1996, 2005), trata-se de cartografar um mapa compondo as linhas

de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação, que se entrecruzam e se misturam na composição do dispositivo desenvolvimento sustentável.

Trata-se de tecer uma grade de análise sobre o meio ambiente que possibilite identificar as três dimensões (saber-poder-subjetividade), estruturada na busca da compreensão dos objetos visíveis, dos enunciados formuláveis, das forças em exercício (ou em ação) e dos sujeitos. Enfim, buscar compreender a questão ambiental como um produto de uma urgência histórica, um conceito multilinear fruto de articulações, como condição para sua permanência.

4.6 A população e a governamentalidade

Partimos da discussão acerca da formação do dispositivo de segurança de Foucault para identificar indícios da emergência, na atualidade, do desenvolvimento sustentável e dos fatores que possibilitaram o seu surgimento. Com base nas pesquisas de Foucault, compreender a passagem de uma Teoria Clássica de Soberania para a assunção da vida como poder fornece-nos elementos importantes para formar um pano de fundo para a compreensão dos mecanismos de poder nessa nova forma de governo, a governamentalidade.

Nas suas aulas no Collège de France (1975-1976), publicadas, como vimos anteriormente, com o título *Em defesa da sociedade*, Foucault começa a delinear as suas discussões sobre uma biopolítica e os novos modos de governar a todos. Na aula de encerramento desse curso, em 17 de março de 1976, Foucault (2010b) descreve um dos fenômenos fundamentais do século XIX, a estatização do biológico, ou seja, o homem considerado como um ser vivo dentro de uma lógica de poder.

Antes desse processo, vale lembrarmos que, na lógica da soberania clássica, o soberano tinha direito de vida e de morte sobre os seus súditos. O soberano podia fazer morrer e deixar viver. Foucault (2010b, p. 202) explica que “a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana”. E vai além, ao dizer que esse paradoxo teórico é exercido de forma desequilibrada e negativa, já que este direito de vida e de morte se volta mais para o lado da morte, o “direito de espada”.

O efeito do poder do soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar. Em última análise, o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida. (FOUCAULT, 2010b, p. 202)

Assim, fica clara a assimetria entre o direito de vida e de morte, que se configura pelo direito de fazer morrer ou de deixar viver. No século XIX, Foucault (2010b) aponta uma mudança significativa nesse direito de soberania e chama a atenção para o advento de um complemento que não o apaga, mas que irá “penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo” (p. 202). É um poder inverso: poder de “fazer viver” e de “deixar viver”. Historicamente, Foucault elucida que, do século XVI ao século XVIII, no processo de formulação de um contrato social entre os indivíduos e um soberano, o objetivo dos súditos era o de constituir esse soberano. Esse contrato social baseava-se na relação de perigo e de necessidade. Os súditos buscavam a proteção da vida, portanto, queriam poder viver.

Com um olhar investigativo voltado para os mecanismos, as técnicas e as tecnologias de poder, Foucault (2010b) mostra que nos séculos XVII e XVIII aparecem técnicas de poder substancialmente centradas no corpo individual, na sua vigilância e na sua visibilidade. Essa tecnologia disciplinar do trabalho, que se instala no período citado, tinha como objetivo aumentar a força útil desses corpos por meio de treinamentos e exercícios, fazendo a distribuição espacial dos corpos e organizando-os no campo de vigilância. Essa “disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos” (FOUCAULT, 2010b, p. 204).

Já na segunda metade do século XVIII, Foucault (2010b) percebeu que algo de novo havia surgido, uma nova tecnologia de poder que não excluía a tecnologia disciplinar, ao contrário, se integrava a ela e de certa forma a modificava parcialmente. Mas essa nova tecnologia só foi possível por causa da existência prévia da técnica disciplinar já instaurada no período anterior. Essa nova técnica de poder aplica-se em outro nível, não no corpo, como a disciplina, e sim na vida dos homens, dos seres vivos, do homem ser vivo, do homem espécie. O filósofo escreve que essa nova tecnologia se dirige à multiplicidade dos homens, na medida em que ela forma “uma massa global, afetada por processos e conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença” (FOUCAULT, 2010b, p. 204), dentre outros.

O autor esclarece que a primeira tomada de poder ocorreu sobre o corpo, individualizando-o, enquanto a segunda recaiu sobre o “homem-espécie”, massificando-o. A instauração desse segundo nível de poder sobre os corpos coletivos, sobre os seres vivos, é denominada por Foucault (2010b) “biopolítica” da espécie humana. Em um primeiro momento, na segunda metade do século XVIII, ela irá se constituir com a aferição estatística dos fenômenos demográficos, tais como a natalidade, a mortalidade, as taxas reprodutivas, a

fecundidade e a longevidade da população. A observação desses fenômenos naturais leva à implementação de políticas de intervenções globais. O que está em jogo nas políticas de natalidade, por exemplo, não é a fecundidade, e sim a morbidade dos seres viventes. Ou seja, o que está em questão é a morte como fator permanente que causa “subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que podem custar” (FOUCAULT, 2010b, p. 204).

Essa técnica de poder está centrada na vida, agrupando fenômenos típicos de uma população, com o intuito de controlar uma série de eventos fortuitos que podem ocorrer em um corpo múltiplo e vivo. A biopolítica, como uma tecnologia de poder, segundo Foucault (2010b), procura controlar e até mesmo modificar a probabilidade de ocorrência desses eventos e compensar seus efeitos, visando o equilíbrio global, um tipo de homeostase. Essa política está centrada no ser vivo, no homem-espécie e nas suas preocupações, e volta-se para o controle de fenômenos como a natalidade, a morbidade, as incapacidades biológicas dos seres e os efeitos do meio. Com relação a este último, podemos incluir as questões ambientais, que impactam na vida e na sobrevivência da espécie humana. Esses fenômenos são áreas de intervenção, de saber-poder, e são neles que a biopolítica irá definir o seu campo de intervenção.

Os fenômenos dos efeitos sobre os meios, surgidos no fim do século XVIII e início do século XIX, estão relacionados com os efeitos brutos do meio geográfico, climático e hidrográfico. Foucault (2008) trabalha a concepção de meio como aquilo que faz a circulação: “O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc.” (p. 28).

O que nos interessa na exposição das noções de biopoder e de suas relações com a população, no entanto, é entender a questão ambiental e, mais especificamente, as condições de surgimento do desenvolvimento sustentável e das suas produções de práticas no cotidiano do presente. E Foucault (2008) aponta como um dos elementos fundamentais na implantação dos mecanismos de segurança não o aparecimento de um meio, mas o de um projeto de uma técnica política que se dirija ao meio, tornando-se fator de ordenamento da natureza da população humana.

A partir do desenvolvimento e das transformações das estruturas urbanas ocorridas no século XVIII, as grandes cidades possibilitaram o surgimento de uma medicina urbana e também de uma preocupação com a higiene pública, com procedimentos de vigilância e de controle da população. Segundo Foucault (2010b), essa medicina tem como objetivos

principais: a) a preocupação com a dispersão dos resíduos no espaço urbano, como o foco de enfermidades e epidemias; b) o controle da circulação, do ar, da água, dos alimentos e das mercadorias; c) o estudo da distribuição e organização dos elementos indispensáveis à vida no espaço da cidade, tais como fontes, esgotos, entre outros.

Para Martins (2007), esses objetivos estão articulados a saberes emergentes relacionados ao meio e às condições de vida da população. Com a medicina urbana surge também outra noção, a de salubridade, que remete aos elementos que constituem o meio ambiente e a tudo que pode afetar a saúde humana. A medicalização da sociedade e o governo da vida foram, para Foucault (1982 *apud* DREYFUS; RABINOW, 2010, p. 302-303), as condições de emergência de um biopoder, uma forma de poder que se exerce sobre a vida e que categoriza os indivíduos, ligando as suas próprias individualidades e identidades, impondo-lhes uma lei de verdade.

[Biopoder é] o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui seus traços biológicos fundamentais vai poder entrar no interior de uma política, de uma estratégia política, de uma estratégia geral de poder, dito de outra forma, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, passaram a considerar o fator biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie. (FOUCAULT, 2008, p. 4)

O biopoder é uma forma de poder que rastreia, interpreta, assimila, reformula e, assim, rege e regula a vida social no seu próprio interior. Para Hardt e Negri (2004, p. 43), o poder passa a se encarregar da vida na sua totalidade, em todo o seu desenrolar. É perceptível a expansão do conceito de poder na obra foucaultiana e como essa noção surge junto de outra, a de população, como um corpo social e coletivo a ser controlado. A partir do momento que o poder intervém no aumento da vida, controlando os acidentes eventuais naturais da população, o direito vigente até então de fazer morrer torna-se cada vez mais um direito de intervir para fazer viver e sobre as maneiras de viver (FOUCAULT, 2010b).

Com a explosão demográfica e a industrialização do século XVIII, Foucault (2010b) acredita que a disciplina deixou de ser eficiente para reger o corpo econômico e político da sociedade. No fim do século XVIII, o poder passa por uma segunda acomodação, quando se torna um poder sobre os fenômenos globais e sobre os fenômenos da população, logo, mais difícil de acompanhar, implicando em órgãos complexos de coordenação e de centralização.

Foucault (2010b) ressalta que os governos se povoam em reação das suas indústrias, das suas produções e das diferentes instituições e que esse é um problema econômico e político da população. Desse modo, podemos pensar a sustentabilidade como também

relacionada ao problema econômico e político da população. Seria a busca da sustentabilidade um ponto de equilíbrio entre o crescimento da população e as suas fontes de subsistência? E, mais, como o desenvolvimento sustentável se encaixa na questão do *habitat* e dos seus recursos para a manutenção da vida e das condições de saúde e de esperança de vida futura? E seria o DDS uma derivação do dispositivo o da segurança? É na busca de refletir sobre essa última questão que vamos nos ater um pouco mais sobre os dispositivos de segurança, para investigar como eles podem nos ajudar a compreender o surgimento de outros dispositivos de biopoder na atualidade, e se o desenvolvimento sustentável seria um deles.

4.6.1 Dispositivos de segurança

A genealogia de poder na perspectiva foucaultiana busca compreender o porquê do surgimento de determinados discursos na contemporaneidade e como irromperam processos regulamentadores como dispositivos, que atuam para formar e transformar o indivíduo pela utilização de instrumentos de controle do tempo, do espaço e das atividades. Esses instrumentos de poder regulam as populações por meio de um biopoder e agem sobre a espécie humana com o objetivo de assegurar a sua existência. Segundo essa ótica, questões relacionadas à população, tais como nascimento, mortalidade, nível e duração de vida, e à perpetuação da vida dos indivíduos no planeta, tais como meio ambiente, saúde, qualidade de vida e tantos outros, estão ligadas a um tipo de poder, o biopoder. Esse poder vai além do disciplinamento e objetiva gerir a vida dos corpos vivos múltiplos e multifacetados, a população.

Foucault (2008) esclarece que a partir da formação da população ligada às técnicas de poder é que se abriu “uma série de domínios de objetos de saberes possíveis”, e que, em contrapartida, esses saberes recortaram novos objetos, possibilitando que a população se constituísse, continuasse e se mantivesse como “correlativo privilegiado dos modernos mecanismos de poder” (p. 103). Com o surgimento da população como modelo e objetivo do governo, a família torna-se instrumento privilegiado para governar as populações. Na metade do século XVIII, a família encontra-se localizada em uma nova configuração de instrumentalidade, e são para ela as campanhas educativas públicas (vacinação, mortalidade, entre outras). Dessa forma, Foucault (2008, p. 139) acredita que “o que faz que a população possibilite o desbloqueio da arte de governar é que ela elimina o modelo de família”.

Em suas aulas no Collège de France (1977-1978), sobre Segurança, Território, População, Foucault (2008) defende que a população é a meta final do governo, com o

objetivo não de governar, “mas [de] melhorar a sorte das populações, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde” (p. 140). O governo irá agir diretamente sobre as populações, mediante campanhas públicas, e também de forma indireta, por meio de técnicas que permitirão “estimular, sem que as pessoas percebam muito, a taxa da natalidade, ou dirigindo nesta ou naquela região, para determinada atividade, os fluxos da população” (2008, p. 140).

Para o autor, a transformação da arte de governar em uma ciência política e de um regime dominado pelas estruturas de soberania em um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII, ao redor da população e, por consequência, em derredor do nascimento da economia política. No entanto, Foucault (2008) deixa claro que a soberania não é substituída por uma nova arte de governar e não pode ser compreendida como

[...] a substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade de disciplina, e mais tarde de uma sociedade de disciplina por uma sociedade, digamos, de governo. Temos, de fato, um triângulo – soberania, disciplina e gestão governamental –, uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança. (p. 143)

As três formas de governar são exercidas de formas diferentes. A soberania é, conforme Foucault (2008), exercida nos limites de um território; a disciplina, nos corpos dos indivíduos; e a segurança, no conjunto da população. Na busca de compreender os três movimentos (governo, população e economia política), o autor explica que, a partir do século XVIII, esses elementos se constituíram como uma série sólida e indissociável, que perdura até o presente. Esses estudos apontaram para Foucault uma nova perspectiva de pesquisa e o levaram a questionar o título do curso ministrado no Collège de France (1977-1978) – Segurança, Território, População – e mudá-lo para o que chamou de “História da governamentalidade”. Aqui é importante explicitar o que o filósofo denomina governamentalidade:

[É] o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumentos técnico essencial os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008, p. 143)

A governamentalidade no Ocidente, para Foucault (2008), é uma linha de força que vem conduzindo, há muito tempo, para um novo tipo de poder, o “governo” sobre todos os outros (soberania, disciplina), e que trouxe, “por um lado, o desenvolvimento de toda uma

série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes” (p. 144). E ainda que a razão de Estado esteja presente, o autor aponta diversas mudanças nessa forma de governar que surgiu com a governamentalidade. O primeiro ponto que ele destaca é a naturalidade dos mecanismos que regem a população, mas não se refere à naturalidade da natureza, e sim à relação dos homens entre si. Segundo ele, é para isso que os economistas estão buscando uma

[...] sociedade como uma naturalidade específica à existência em comum dos homens, é isso que os economistas, no fundo, estão fazendo emergir como domínio, como campo de objetos, como domínio possível de análise, como domínio de saber e de intervenção. A sociedade como campo específico da naturalidade própria do homem: é isso que vai fazer surgir como vis-à-vis do Estado o que se chamará de sociedade civil. (FOUCAULT, 2008, p. 470)

As novas formas de governamentalidade, para Foucault (2008), possibilitaram o surgimento da sociedade civil como correlato necessário do Estado, ou seja, o Estado deve se encarregar da sociedade civil, geri-la e assegurá-la.

A segunda mudança destacada pelo filósofo é a de que o conhecimento científico se tornou essencial nessa nova forma de governar, pois a ciência se tornou indispensável para um “bom governo”, e “um governo que não levasse em conta este tipo de análise, o conhecimento desses processos, que não respeitasse o resultado desse gênero de conhecimento, esse governo estaria fadado ao fracasso” (FOUCAULT, 2008, p. 471). Esse conhecimento a que se refere é a economia, que irá reivindicar sua pureza teórica e, ao mesmo tempo, o direito de ser levada em conta pelo governo, que deverá modelar as suas decisões a essa cientificidade.

Na governamentalidade irá surgir outro ponto importante para Foucault (2008): os problemas da população. O que está em jogo agora, para o pesquisador, é uma população que surge com suas relatividades (que dizem respeito aos salários, às possibilidades de trabalho, aos preços), mas também com suas especificidades, estas em dois sentidos: “A população tem suas próprias leis de transformação, de deslocamento, e é submetida a processos naturais tanto quanto a própria riqueza. A riqueza se desloca, a riqueza se transforma, a riqueza aumenta e diminui” (p. 472-473). Essa população que produz processos naturais, tais como se transformar, crescer, decrescer e deslocar, também tem a especificidade de produzir, entre os indivíduos que a compõem, interações de efeitos tanto circulares como de difusão, que estabelecerão um vínculo espontâneo. O surgimento da população em sua naturalidade, a partir de meados do século XVIII, irá possibilitar o desenvolvimento das ciências, de práticas e tipos de intervenções, como a medicina social, já discutida no início deste item.

Três elementos são apontados por Foucault (2010b) para caracterizar essa “sociedade regulamentar”. O primeiro deles é o surgimento da população como corpo múltiplo e com inúmeras cabeças, o que constitui um problema político e científico e, ao mesmo tempo, um problema biológico e de poder. O segundo é a natureza dos fenômenos que são levados em consideração nesse novo contexto e que ganham importância como fenômenos coletivos que apareceram em decorrência de efeitos econômicos e políticos e que só são pertinentes no nível de massa. Esses são fenômenos que, se tomados em sua individualidade, parecem aleatórios e imprevisíveis, mas que no plano do coletivo se tornam constantes e percebidos na longa duração e podem ser tomados como fenômenos em série. Para Foucault (2010b, p. 207), “a biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem na população considerada em sua duração”.

E, por fim, a tecnologia da biopolítica irá implantar mecanismos com funções, previsões, estimativas estatísticas e de medições globais, interferindo nos fenômenos gerais, como a natalidade, por exemplo. O importante é que se trata “de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global em seu campo aleatório, vai poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegura compensações” (FOUCAULT, 2010b, p. 208).

Como os processos econômicos obedecem a processos naturais da população, Foucault (2008, p. 474) entende que não será possível impor sistemas regulamentadores de imperativos e muito menos de proibições. O papel do Estado, nessa nova governamentalidade, terá como princípio fundamental respeitar esses processos naturais, levando-os em conta no momento de fazê-los agir e agir com eles. A governamentalidade estatal será delimitada em um campo de ação, mas nele aparecerá uma série de intervenções (as possíveis e as necessárias) que não terão a forma de intervenção regulamentar. Nessa nova lógica de governo dos outros, como se dá então a relação entre Estado e população? Foucault (2008, p. 474) esclarece que “vai ser preciso manipular, vai ser preciso suscitar, vai ser preciso facilitar, vai ser preciso deixar fazer, vai ser preciso, em outras palavras, gerir e não mais regulamentar”. A gestão terá como objetivo permitir que atuem as regulações naturais e necessárias, o que significa dizer que “será preciso instituir mecanismos de segurança”. O Estado tem como meta maior garantir a segurança desses fenômenos naturais intrínsecos à população e aos processos econômicos.

E como última característica da governamentalidade, surge uma nova liberdade, e não apenas como um direito legítimo dos indivíduos de se oporem ao poder, aos abusos do

soberano e do governo e às usurpações do soberano. É, sim, segundo Foucault (2008), uma liberdade que surge como elemento indispensável à própria governamentalidade:

Agora só se pode governar bem se, efetivamente, a liberdade ou certo número de formas de liberdades forem respeitados. Não respeitar a liberdade é não apenas exercer abusos de direito em relação à lei, mas é principalmente não saber governar como se deve. A integração das liberdades e dos limites próprios a essa liberdade no interior do campo da prática governamental tornou-se agora um imperativo. (p. 475)

Assim, um novo sistema que se articula duplamente se apresenta. De um lado, temos uma série de mecanismos de domínio da economia e da gestão da população, com o objetivo de fazer crescer as forças do Estado, e de outro, certo número de instrumentos que impedirão ou reprimirão as desordens, as irregularidades, os ilegalismos, as delinquências (FOUCAULT, 2008). Então, o que antes era um projeto unitário da polícia, se desarticula e se recompõe agora como “prática econômica, gestão da população, direito público articulado no respeito às liberdades, na polícia com função repressiva” (p. 475), somados aos aparelhos militar e diplomático. Esses elementos são uma forma de fazer a genealogia do Estado moderno e de seus aparelhos, e sua composição é realizada a partir da razão governamental, da sociedade, da economia, da população, da segurança e da liberdade, que compõem assim essa nova governamentalidade.

Foucault (2008, p. 94) considera essa técnica de governo totalmente diferente da anterior, que requeria a obediência dos súditos ao soberano. Na nova arte de governar, o objetivo é atuar sobre aspectos teoricamente distantes da população – tais como os fluxos de moeda dos países e os sistemas de exportação e de importação que atingem o processo de riqueza da população – mas que, já se sabe por cálculo, análise e reflexão, irão influenciar diretamente a população. Para o autor, “é essa naturalidade penetrável da população que, a meu ver, faz que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder” (p. 94).

Essa população está formada por indivíduos diferentes, cujo comportamento não pode ser previsto. No entanto, esses indivíduos possuem um “motor de ação”: o desejo. Para Foucault (2008, p. 95), “o desejo é aquilo por que todos os indivíduos vão agir. Desejo contra o qual não se pode fazer nada”, pois ele é a busca do interesse dos indivíduos. E é nesse ponto que entra em ação os mecanismos de poder jogando com os desejos da população, na possibilidade de geri-la. Surge então um novo problema, na visão de Foucault (2008, p. 96): “O problema dos que governam não deve ser absolutamente o de saber como eles podem

dizer não, até onde podem dizer não, com que legitimidade eles poder dizer não; o problema é o de saber como dizer sim, como dizer sim a esse desejo”.

Os fenômenos que se esperam variáveis com relação à população, pois dependem de cidades, de acasos, de condutas individuais, de causas conjunturais, passam a ser observados, contabilizados. Os que aparentemente eram séries irregulares tornam-se regulares e quantificáveis. Foucault (2008) cita, por exemplo, as taxas de mortalidade e de suicídios, entre outros fenômenos “irregulares” que, acompanhados por estatísticas em séries anuais, fornecem uma taxa anual e as suas causas. A população não é um conjunto de sujeitos jurídicos, na relação individual ou coletiva e a partir da vontade soberana, e sim

[...] um conjunto de elementos, no interior do qual podem-se notar constantes e regularidades até nos acidentes, no interior do qual pode-se identificar o universo do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual pode-se identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo. (FOUCAULT, 2008, p. 97)

Essa população está inserida no regime geral dos seres vivos e ao mesmo tempo apresenta a possibilidade para transformações autoritárias, refletidas e calculadas. Foucault (2008, p. 98) pontua que a “dimensão pela qual a população se insere entre os outros seres vivos é a que vai aparecer e que será sancionada quando, pela primeira vez, se deixará de chamar os homens de ‘gênero humano’ e se começará a chamá-los de ‘espécie humana’”. É a população caracterizada, por um lado, por sua inserção biológica, como espécie humana, e, por outro lado, como público. Foucault (2008) considera como público as opiniões da população, “das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação das campanhas, dos convencimentos” (p. 98). Neste ponto, vale ressaltar a importância da mídia no processo de poder, como “dispositivo educativo” da população na difusão das campanhas educativas sobre diversos assuntos que incidem sobre os modos de vida da população, e, mais especificamente, sobre a questão ambiental, educando-a sobre como se tornar sustentável.

Esta discussão leva-nos à reflexão sobre como, no século XXI, o meio ambiente e a população estão diretamente imbricados e como essa última tem agido diretamente sobre o primeiro, além de observarmos o modo como a questão ambiental ganhou visibilidade em uma sociedade governada por uma biopolítica voltada para manter viva a espécie. Assim, poderíamos considerar o desenvolvimento sustentável como um dispositivo derivado dos dispositivos de segurança? Essas inquietações são advindas da crescente visibilidade e

dispersão da sustentabilidade nos discursos em espaços tão distintos como moda, carros, bancos e tantos outros, mesmo naqueles considerados “antiecológicos”, mas principalmente quando a questão da vida no planeta é ameaçada, no século XXI, com as possibilidades de uma guerra nuclear e com a poluição cada vez mais crescente advinda do processo de industrialização. A relação da questão do risco com a emergência histórica do desenvolvimento sustentável será delineada no Capítulo 5.

PARTE II: O DISPOSITIVO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

5 A TESSITURA DA REDE DO DISPOSITIVO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sociedade, longe de ser o princípio ou o termo de toda explicação, precisa ela própria ser explicada; longe de ser última, ela é o que dela fazem a cada época todos os discursos e dispositivos de que ela é o receptáculo. (VEYNE, 2011, p. 45)

Tendo em vista que adotamos o conceito de dispositivo como central neste estudo sobre os problemas do meio ambiente humano na Era Moderna, faz-se necessário neste capítulo apresentarmos uma síntese que retome o que foi discutido anteriormente para darmos prosseguimento à análise. O dispositivo foi descrito por Foucault (2012) como um conjunto heterogêneo que engloba uma variedade de elementos (discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas), em suma, o dito e o não dito. Isso significa dizer que dispositivo é um conjunto que responde a uma função estratégica que se apresenta diante de uma urgência, com o objetivo de obter um efeito, gerir, governar os homens e/ou produzir um sujeito (FOUCAULT, 2012). Isso nos leva à análise dos elementos que compõem o dispositivo, das urgências históricas que possibilitaram a emergência das problemáticas ambientais e dos elementos que permitiram que essas questões fossem vistas, ditas e fazer parte da cena e da discussão pública.

Deleuze (1996) aponta uma grade analítica para constituir o dispositivo, tido como um conjunto multilinear de linhas que entram na composição de uma rede a ser tecida ao longo da análise. Ao serem cartografadas, essas linhas compõem um mapa, composto pelas curvas de visibilidade, curvas de enunciação, linhas de força e linhas de subjetivação. Dessa maneira, procuraremos compor a pesquisa sobre o meio ambiente de maneira a identificar a existência das dimensões do saber-poder-subjetividade estruturadas na compreensão dos objetos visíveis, dos enunciados formuláveis, das forças em exercício (ou em ação) e sujeitos. Acreditamos que a emergência dos problemas ambientais e os diversos elementos que se juntaram a essa situação possibilitaram o surgimento do que Foucault (2012) chamou de “urgência histórica”. Por sua vez, as articulações que se processaram a partir dessa “urgência” criaram também as condições de sua permanência. O objetivo específico da tese é tecer a rede do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS), a partir da identificação das *curvas de visibilidade, curvas de enunciação, linhas de força e linhas de subjetivação* (DELEUZE, 1996, 2005). Procuraremos ver se tais elementos surgem das relações de poder-saber sobre as

questões ambientais, nos debates travados desde antes da Conferência de Estocolmo até a década 1980.

O segundo objetivo específico da tese é mapear a manifestação do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS) historicamente e na cobertura da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2012.

Para tanto, no trajeto analítico investigamos o tema meio ambiente e desenvolvimento, descoberto na própria análise, a partir da leitura do arquivo sobre o meio ambiente, considerado como acontecimento discursivo que irrompe no presente (GUILHAUMOU, 2007; MALDIDIER, 2007; SARGENTINI, 2007). E, como sugere Foucault (2007b), cabe ao analista descrever as configurações do arquivo, partindo de um tema, de um conceito, para o questionamento do lugar ocupado por esse acontecimento discursivo em um determinado arquivo.

5.1 Etapas e composição da *corpora* da pesquisa

A composição da *corpora* de pesquisa a partir dos três *corpus* apresentados neste capítulo nas três etapas da pesquisa segue as indicações Courtine (1981 *apud* SARGENTINI, 2007, p. 3-4) e a considera como um “conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada já no estado inicial do procedimento de análise”, e sim organizada ao longo dos procedimentos analíticos, promovendo a “interrogação das regularidades discursivas” do tema em etapas sucessivas de uma leitura sobre o arquivo. É por isso, conforme a autora, que a construção de um *corpus* discursivo só pode ser concluída no fim do procedimento. Como já discutido no capítulo anterior, o *corpus* não é dado *a priori*, pois é construído ao longo da pesquisa e é a esse desafio que nos lançamos.

Tendo em vista que um arquivo nunca pode ser apreendido e descrito na sua totalidade, estabelecemos o *corpus* a partir do recorte dos enunciados, considerando uma dada especificidade apresentada na leitura do arquivo e com o objetivo de perceber a irrupção de um acontecimento, ou seja, de como surgiu determinado enunciado (SARGENTINI; SÁ; RIBEIRO, 2011). Dessa maneira, levamos em conta dois aspectos importantes para o recorte do arquivo: primeiro, uma abordagem diacrônica, na busca pelo dito em momentos diferentes, nos elementos históricos que compõem esse arquivo (MOURA, D., 2001). O discurso como “práticas” sustentadas em regras anônimas e históricas, em um espaço e tempo determinado, definido em uma dada época e área, seja ela, social, econômica, geográfica ou linguística, e

em uma batalha discursiva, na dinâmica dos enunciados nos atos dos sujeitos situados historicamente (FOUCAULT, 2007b).

O segundo aspecto considera a abordagem sincrônica como um olhar analítico sobre o dizer atual e simultâneo. Foucault (2010) defendia ser essencial, na análise das práticas sociais, a compreensão do presente a partir de sua formação histórica, como condição de aboli-las ou transformá-las. Para a compreensão dos acontecimentos atuais em uma sociedade midiaticizada, o jornalismo tem um papel importante, pois constrói, no seu processo de descrição dos acontecimentos, uma interpretação do mundo, uma comunidade interpretativa. A mídia noticiosa ajuda na fabricação do próprio acontecimento, na indeterminação da sua natureza e na sua construção progressiva (DOSSE, 2013). No jornalismo, temos o passado sendo retomado no presente, mediante sua relação com a composição da memória desse mesmo presente, pois, como define Bergson (1938 *apud* DOSSE, 2013, p. 91), “não há ruptura entre passado e presente”, os dois estão imbricados pelos interesses pragmáticos do presente e este só “cai no passado quando cessamos de atribuir-lhe um interesse atual”.

Desse modo, analisaremos a emergência histórica do Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo a rede de relações e a interconexão entre os elementos heterogêneos relacionados ao desenvolvimento sustentável, por meio dos objetos visíveis e dos enunciados formuláveis. A análise será feita em três movimentos de apreensão do objeto, conforme a Figura 3: o surgimento da urgência histórica das questões ambientais na Era Moderna (Análise Diacrônica), o nascimento do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (Análise Diacrônica) e a manifestação do DDS por meio da cobertura jornalística da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 2012 (Análise Sincrônica). Com base nestas três etapas de pesquisa se perseguirá a composição das *curvas de visibilidade*, *curvas de enunciação*, *linhas de força* e *linhas de subjetivação* em um movimento analítico transversal de ir e vir nas etapas de pesquisa para conseguir identificá-las e denominá-las no trabalho.

Figura 3 – Etapas da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora.

Na Etapa 1 da abordagem diacrônica, iremos nos deter na compreensão histórica da rede de enunciados, para compreendermos a emergência histórica de uma urgência relacionada às problemáticas ambientais do tempo atual e identificarmos as relações de forças e de saber que foram submetidas e transformadas pelo poder (ver Figura 3 acima).

A compreensão da composição da rede do DDS constitui a segunda fase, ainda do recorte diacrônico, e buscaremos perceber os nós da rede de sua formação a partir das suas linhas de visibilidade, linhas de enunciação e linhas de força, resultantes das relações de poder e de saber sobre as questões ambientais colocadas nas décadas de 1940 e 1960, antes, portanto, da realização da Conferência de Estocolmo em 1972, ocasião em que, em meio às grandes crises e mudanças socioeconômicas, culturais, políticas e ambientais ocorridas no mundo, foi elaborado o documento “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1991), que

configurou espaços de “visibilidades” e “enunciações”, mas principalmente de “atualização” dos problemas ambientais produzindo a noção de desenvolvimento sustentável.

E, por fim, a ampla cobertura da questão ambiental em todos os veículos de imprensa (*on-line*, impressos, televisivos, radiofônicos) sobre a Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Rio+20, ocorrida em 2012, no Rio de Janeiro, Brasil, leva-nos à terceira fase da pesquisa, na qual analisaremos as notícias sobre o DDS nos jornais impressos brasileiros de grande circulação.

Na análise disposta a seguir, nos itens 5.2, 5.3 e 5.4, está o resultado de nossas escolhas metodológicas e das nossas experimentações dos elementos que nos auxiliarão a compreender o fenômeno do desenvolvimento sustentável na constituição de uma rede de dispositivo. Também irão contribuir para a busca da liberdade de pensar aplicada à leitura dos enunciados formulados nos ditos e nas práticas e do que eles nos legaram para a compreensão do nosso presente.

5.2.1 Recorte diacrônico: o *corpus* 1 da Etapa 1 de pesquisa

O primeiro *corpus* da Etapa 1 do Recorte Diacrônico foi composto por análises de livros que tratam da questão ambiental; que trazem levantamentos históricos, econômicos, políticos e sociais da sociedade contemporânea; e alguns que se tornaram *best-sellers* por popularizar questões relativas ao meio ambiente. Entre os primeiros, citamos o livro do historiador ambiental Jonh McCormick (1992), *Rumos ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*, que traz um amplo levantamento histórico sobre as questões ambientais e do ambientalismo mundial até o fim da década de 1980. Entre os que realizaram levantamentos dos aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais que compuseram a Era Moderna, estão o do historiador Eric J. Hobsbawm (1995), *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*, e o do sociólogo português Boaventura Santos (2001), *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Já entre os livros que se tornaram *best-sellers* nos anos de 1960 e 1970, traduzidos para diversas línguas e que ampliaram e popularizaram as problemáticas ambientais na opinião pública, antes restritas aos meios acadêmicos, foram analisados: *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), da bióloga norte-americana, Rachel Carson ([1962]2013), *The population bomb* (A população bomba), do biólogo norte-americano Paul Ehrlich (1968); *Tragedy of the Commons* (Tragédia das áreas comuns), do biólogo norte-americano Garret Hardin (1968); e *The Limits to Growth* (*Os limites do crescimento*), de Meadows *et al.* (1978), autores responsáveis por organizar o relatório do Instituto

Tecnológico de Massachussetts (Massachussetts Technology Institute, MIT). E, por fim, consideramos as análises dos sociólogos que vêm pensando o ambientalismo e os problemas ambientais do presente: Beck (1995, 2010), Castells (2008), Giddens (1991, 1997), Goldblatt (1996) e Hannigan (2009).

E para apresentar os enunciados discursivos dos documentos analisados, utilizaremos o recurso de Quadros de Enunciados. A função desse modo de apresentação é destacar os enunciados e distingui-los das citações diretas que têm o caráter explicativo e complementar à pesquisa. Vale ressaltamos que enunciados não são necessariamente citações, frases ou proposições. O enunciado é a unidade elementar do discurso e tem a função pertencente aos signos, caracterizado por um princípio de diferenciação, uma posição-sujeito, um campo associativo composto por outros enunciados e por uma materialidade que possibilita ser apreendido nas coisas ditas, escritas, passíveis de reprodução de repetição (FOUCAULT, 2007b).

5.2 Emerge uma urgência histórica: as problemáticas ambientais

Apresentaremos a seguir as análises da Etapa 1 do Recorte Diacrônico e a elaboração histórica da relação entre meio ambiente e desenvolvimento, recorrendo a um *corpus* formado por textos científicos, históricos, documentos, livros, discursos, princípios filosóficos, declarações, relatos de reuniões e seminários. A aproximação ao arquivo sobre o tema foi composta por elementos considerados importantes para a compreensão e a reconstituição histórica da rede de enunciados, do conjunto multilinear de linhas, dos embates e das lutas políticas que se desenvolveram a partir da Era de Ouro, passando pela Conferência das Nações Unidas, realizada em 1972 em Estocolmo, e chegando até a década de 1980 (MACHADO, V., 2005; McCORMICK, 1992; LAGO, 2006, 2013).

Buscamos, com a discussão proposta nesta primeira etapa da análise, a compreensão do surgimento das problemáticas ambientais e do ambientalismo na Era Moderna e as transformações que imprimiram no mundo contemporâneo. Acreditamos que esse acontecimento, a emergência da questão ambiental, pode ter sido o resultado da visibilidade dessas problemáticas na agenda pública, provocada pelos diversos atores sociais (cientistas, ativistas ambientais, mídia, políticos, cidadãos comuns, entre outros) preocupados com as ameaças à vida e ao planeta, em decorrência da corrida armamentista nuclear, das catástrofes ecológicas e da poluição produzidas a partir da Era de Ouro.

Os primeiros movimentos em prol da natureza surgiram ainda no século XIX, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos⁵⁰, voltados à conservação e à preservação da natureza⁵¹ e ao combate da poluição⁵² (McCORMICK, 1992). Todavia, será no século XX, a partir da década de 1960, que a questão ambiental entrará na cena pública como um problema a ser enfrentado de forma global. O sociólogo ambiental canadense John Hannigan (2009) defende que as problemáticas ambientais passaram a existir na esfera pública política a partir desse período, como produto de uma série de fatores que possibilitaram que os discursos sobre a natureza fizessem parte da agenda pública.

Assim como Hannigan (2009), os pesquisadores Beck (1995, 2010), Campos (2006), Giddens (1991, 1997), Machado, V. (2005), McCormick (1992) e Moura, D. (2003, 2005) enumeram diversos fatores que possibilitaram o surgimento da questão ambiental como um problema a ser debatido e enfrentado de forma internacional: 1) o terror causado pelo uso das armas nucleares nas décadas de 1940, 1950 e 1960; 2) a politização decorrente da publicação para o grande público de estudos técnicos sobre problemas relacionados ao meio ambiente, até então restritos aos meios acadêmicos e científicos, e que se tornaram *best-sellers*; 3) a ocorrência de desastres ecológicos divulgados amplamente pela mídia; 4) o avanço da Biologia; 5) o surgimento de uma nova disciplina científica, a Ecologia; 6) a emergência de novos movimentos sociais em defesa das causas ambientais.

Esses fatores serão discutidos ao longo deste capítulo, pois é neste primeiro momento que lançaremos um olhar histórico sobre as condições sociais, políticas e econômicas do surgimento dos elementos apontados acima, na tentativa de compreendê-los. A partir dessa perspectiva histórica, podemos situar a origem dos problemas ambientais na então era das descobertas científicas do fim do século XIX na Europa, mais especificamente na Inglaterra, como resposta aos problemas locais da expansão da indústria e da agricultura, e nos Estados Unidos, durante o processo de expansão urbana e industrialização.

Para entendermos melhor esse período, iremos nos deter na discussão de suas configurações históricas e consequências ao meio ambiente, a partir de autores que pensaram as novas configurações e questões da Modernidade, tais como Hobsbawm (1995) e Santos, B. (2001). Iremos também analisar os fatores que contribuíram para o surgimento da questão

⁵⁰ Os Estados Unidos criaram o primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional Yellowstone, em 1872, a partir da crença de George Catlin (1830) e Wodsworth (1862) de que se deveria criar uma propriedade nacional a ser desfrutada por todos (McCORMICK, 1992).

⁵¹ McCormick (1992) relata que surgiram em 1865, na Grã-Bretanha, os primeiros grupos ambientais do mundo voltados para a preservação de áreas ambientais.

⁵² Em 1863, é aprovada uma lei contra a poluição do ar na Grã-Bretanha, que cria o primeiro órgão de controle de poluição do mundo (McCORMICK, 1992).

ambiental e do ambientalismo na cena pública, discutidos por Giddens (1991, 1997), McCormick (1992), Beck (1995, 2010), Moura, D. (2003, 2005), Machado (2005) e Campos (2006).

5.2.2 A Era de Ouro e seus subprodutos indesejáveis: a poluição e a deterioração ecológica

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo vivenciou a explosão da economia, da expansão global da industrialização e da consolidação do Estado de bem-estar social, caracterizando a “Era de Ouro”, principalmente, para os “países capitalistas desenvolvidos” ou de “economias avançadas”, conforme pontua Hobsbawm (1995). O historiador descreve um cenário de prosperidade entre o início das décadas de 1950 e 1970, quando os índices de crescimento da economia mundial chegaram a taxas nunca vistas antes: a produção mundial de manufaturas quadruplicou; o comércio mundial para esses mesmos produtos aumentou dez vezes; e a produção agrícola mundial disparou com o cultivo de novas terras e o aumento da produtividade.

Os ditos “anos dourados”, contudo, produziram subprodutos indesejáveis e ameaçadores: a poluição e a deterioração ecológica (HOBSBAWM, 1995). O autor explica, no entanto, que essas ameaças chamaram pouca atenção⁵³ na época, devido à crença em um progresso dominante, baseado no crescente domínio da natureza pelo homem, como natural progresso da humanidade. “Na verdade, longe de se preocupar com o meio ambiente, parecia haver motivos de auto-satisfação, pois os resultados da poluição do século XIX davam lugar à tecnologia e consciência ecológica no século XX” (HOBSBAWM, 1995, p. 257). O autor também aponta a degradação ambiental como resultado dos impactos da ação do homem sobre a natureza, com o desenvolvimento das atividades industriais e urbanas e o crescimento da produção agrícola, aliados a um crescente uso de energias fósseis do planeta, movidos ainda por uma revolução tecnológica e científica. Nesse período, a ciência e a tecnologia ganham grande importância para o mundo, diz Hobsbawm (1995, p. 260):

Mais que qualquer período anterior, a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos. A indústria e mesmo a agricultura, pela primeira vez, ultrapassavam decididamente a tecnologia do século XIX.

⁵³ Hobsbawm (1995) expõe que apenas os entusiastas da vida silvestres e os protecionistas da natureza se manifestaram sobre a crescente destruição dos espaços naturais. Os movimentos naturalistas da Inglaterra e dos EUA serão retomados mais adiante neste capítulo.

Um período que parecia ser uma era de extraordinário crescimento e bem-estar deu lugar, no período seguinte, a problemas econômicos e perturbações sociais e ambientais (HOBBSAWM, 1995). Durante a década de 1960, todo esse sistema já dava sinal de desgaste e apontava para o enfraquecimento da hegemonia norte-americana, que dava sustentação política e econômica à economia mundial, levando ao declínio do sistema monetário e à diminuição da produtividade da mão de obra em diversos países.

O sociólogo português Boaventura Santos (2001) interpreta esse processo como resultado do projeto de Modernidade e da passagem para uma nova etapa do capitalismo. Esse período corresponderia, portanto, ao terceiro momento do capitalismo, considerado pelo autor como complexo e de difícil análise, mas que gerou uma série de mudanças no campo regulatório, econômico, social, dentre outros. No âmbito da regulação surgiram, nesse período, diversas mudanças e transformações profundas a partir de uma lógica neoliberal, tal como o crescimento exagerado do mercado, que ultrapassou as fronteiras do econômico e colonizou o Estado e a comunidade.

Santos, B. (2001, p. 88) destaca quatro elementos que caracterizaram as mudanças na esfera econômica: 1) o crescimento explosivo do mercado mundial, possibilitado pelas multinacionais, que contornaram e/ou neutralizaram as regulações das economias nacionais; 2) o enfraquecimento dos mecanismos corporativos nacionais na regulação dos conflitos da relação capital-trabalho, o que levou à precarização da situação salarial; 3) a industrialização do “Terceiro Mundo”, que permitiu a flexibilização, a automação dos sistemas de produção e o acesso aos transportes por esses países, destruindo “a configuração espacial do aparelho produtivo nos países centrais com a descaracterização das regiões, a emergência de novos dinamismos locais, a ruralização da indústria, a desindustrialização, a subcontratação internacional”, a particularização do consumo e o aumento das escolhas em detrimento do consumo de massa; 4) “a mercadorização e a digitalização da informação abrem perspectivas quase infinitas à reprodução alargada do capital”.

Ao mesmo tempo em que essas mudanças ocorrem nas áreas regulatórias e econômicas, Santos, B. (2001, p. 88) elucida que a comunidade passa por modificações, tais como a desarticulação dos movimentos de classe, a emergência de “novas práticas de mobilização social, os novos movimentos sociais orientados para reivindicações não materialistas”, por exemplo, a ecologia e o pacifismo contra armas nucleares. Conforme o autor,

[...] a descoberta feita nos dois períodos anteriores de que o capitalismo produz classe é agora complementada pela descoberta de que também produz diferença sexual e diferença racial (daí o sexismo e os movimentos feministas, daí também o racismo e os movimentos anti-racistas). Como diz Habermas, as políticas de distribuição cedem lugar às políticas sobre as gramáticas das formas de vida. (SANTOS, B., 2001, p. 88)

Outro aspecto importante ressaltado pelo autor é a perda da capacidade e da vontade política do Estado Nacional de regular as esferas de produção e reprodução social. A transnacionalização da economia e o capital político gerado por elas irão, segundo Santos, B. (2001), tornar o Estado obsoleto, tanto nos países centrais como nos periféricos. O Estado, para compensar essa “fraqueza externa”, passa a ter ações autoritárias, produzidas pela burocracia e pelas políticas estatais, que irão transferir suas competências e funções à sociedade civil, por ser sentir incapaz de desempenhá-las.

O crescimento das manifestações sociais, também conforme Santos, B. (2001), pode ser explicado pelo “aumento do autoritarismo, na forma de micro despotismos burocráticos da mais variada ordem, [que,] combinado com a ineficiência do Estado, tem uma consequência política ainda mais global”: a lealdade devida ao Estado na teoria do contrato social cai por terra, pois o Estado “parece tanto mais classista quanto mais autônomo em relação às classes” (p. 89). Essa quebra do contrato social produziu como sintoma o surgimento de novos movimentos sociais, o que explicaria os processos de emancipação que surgiram contra os excessos e o não cumprimento das promessas do projeto da modernidade, e contra os déficits de promessas não cumpridas. Tais fatos levaram ao surgimento de novos movimentos sociais, como o estudantil francês de maio de 1968, símbolo do processo de que “a riqueza das sociedades capitalistas avançadas constitui uma base frágil de legitimação”, e cuja contenção simbolizou o início de um processo de esgotamento histórico dos princípios da emancipação (SANTOS, B., 2001, p. 90).

Outros sintomas do cumprimento excessivo e “irracional da racionalidade instrumental da modernidade”, conforme Santos, B. (2001, p. 90), são: o compromisso industrial-militar do desenvolvimento científico-tecnológico e os perigos da ameaça nuclear e das catástrofes ecológicas, temas a serem abordados nos próximos itens deste capítulo.

5.2.2.1 A questão nuclear e as catástrofes ambientais ganham visibilidade

A primeira questão ambiental global importante no pós-Segunda Guerra talvez tenha sido as ameaças de uma guerra nuclear que aterrorizou o mundo entre meados das décadas de

1940 até 1960, quando se assinou o primeiro importante tratado de desarmamento nuclear, o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), firmado em 1968 por uma série de nações. Em vigor desde março de 1970, seu objetivo é impedir a proliferação da tecnologia utilizada na produção de armas nucleares, bem como realizar a promoção do desarmamento nuclear, encorajando apenas a utilização da energia nuclear para fins pacíficos. O advento da bomba atômica e suas consequências alarmaram o mundo inteiro, que se viu sob a ameaça de um apocalipse. A primeira detonação de um artefato nuclear ocorreu em 1949, pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e após esse período o mundo entrou em uma corrida armamentista baseada em programas nucleares e testes constantes ao redor do planeta.

Os Estados Unidos da América (EUA) lançaram seu programa de testes em 1951, sucedidos pela Grã-Bretanha e a então URSS em 1953 e pela França em 1960. Os testes não eram realizados nesses países, e sim naqueles sobre os quais detinham de alguma forma domínio político e/ou econômico, e geralmente localizados no hemisfério Sul do planeta. Os testes nucleares da Grã-Bretanha foram realizados na costa da Austrália e nas ilhas de Christmas, em 1952, 1956 e 1958, enquanto a França os realizou na Argélia e, posteriormente, na Polinésia francesa. Para se ter uma ideia da dimensão da situação, entre os anos de 1945 e 1962 foram realizadas mais de 423 detonações nucleares, das quais 271 pelos Estados Unidos, 124 pela União Soviética, 23 pela Grã-Bretanha e cinco pela França (McCORMICK, 1992).

Apesar de se buscarem acordos de desarmamento após a explosão da bomba de Hiroshima em 1945, um acordo efetivo só foi ocorrer em 1963, com a assinatura do Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares, que colocou fim aos testes realizados na atmosfera, mantendo, entretanto, os que eram feitos no subsolo. A França continuou os testes atmosféricos até 1974, enquanto a República Popular da China continuou até 1980. O último teste subterrâneo feito pelos Estados Unidos ocorreu em 1992; o da União Soviética, em 1990; o do Reino Unido, em 1991; e o da França e da China até 1996. Após adotarem o Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares em 1996, esses Estados comprometeram-se a descontinuar todos os ensaios nucleares. A Índia e o Paquistão, ambos não signatários do acordo, realizaram os últimos testes nucleares em maio de 1998. No atual século, quatro testes nucleares foram executados, nos anos de 2006, 2009, 2013 e 2016, todos pela Coreia do Norte, frutos de seu polêmico programa nuclear.

É importante destacar as consequências dessas detonações nucleares para o meio ambiente e para o surgimento dos movimentos antinucleares. Em 1952, uma chuva de granizo radioativa caiu sobre 2.820 quilômetros da região onde a Grã-Bretanha havia realizado seus

primeiros testes, ou seja, na costa da Austrália. No ano seguinte, outra chuva radioativa caiu sobre o estado de Nova York, gerada pelos testes norte-americanos em Nevada (McCORMICK, 1992). Esses eventos geraram debates no meio científico, que buscava compreender as causas dessas detonações e suas consequências para o ambiente e a saúde humana.

Para McCormick (1992), até aquele momento, as pessoas viam como garantidos o ar, a água, o solo e o meio natural, entretanto, as chuvas ácidas colocaram em cheque essa certeza, pois, por onde caía, contaminava tudo: os rios, os animais, o solo, as plantas, as florestas. A detonação da primeira bomba de hidrogênio⁵⁴ de 15 megatons em 1954 pelos Estados Unidos levou à apreensão pública da população norte-americana, uma vez que gerou uma quantidade enorme de partículas no ar, com duas vezes mais poeira do que o esperado, além das cinzas radioativas carregadas na direção dos habitantes das ilhas Marshall, devido à mudança na direção dos ventos na hora da detonação.

Também conforme McCormick (1992), o teste dessa bomba (Figura 4 abaixo) gerou uma série de consequências por conta da contaminação dos 18 mil quilômetros quadrados do oceano onde foi detonada: 1) a população das ilhas foi evacuada emergencialmente; 2) os moradores das ilhas da região tiveram queimaduras por radiação e, posteriormente, apresentaram doenças congênitas em decorrência da contaminação; 3) os peixes da região foram contaminados atingindo a cadeia alimentar humana; 4) um barco de pescadores⁵⁵ japoneses, que estava na direção do vento na hora da explosão, foi atingido, e a tripulação, ao chegar ao Japão, apresentava sintomas e doenças ocasionadas pela radioatividade (p. 67). Esse incidente trouxe à tona, conforme o autor, o que era para ser segredo do governo norte-americano e provocou as primeiras preocupações da comunidade internacional quanto aos testes nucleares e as manifestações antiamericanistas na Ásia.

⁵⁴ O “Castle Bravo” foi o primeiro teste norte-americano de uma bomba de hidrogênio com combustível seco, e uma das maiores bombas termonucleares já construídas pelos Estados Unidos. Ela foi detonada em 1º de março de 1954, no atol de Bikini, Oceano Pacífico, na região da República da Micronésia, Ilhas Marshall (COMPREHENSIVE NUCLEAR-TEST-BAN TREATY – CTBT).

⁵⁵ Duas semanas após o teste, o barco Daigo Fukuryu (Lucky Dragon nº 5) retorna ao porto com 23 tripulantes visivelmente contaminados, por ter estado na direção do vento quando da detonação da Bravo (McCORMICK, 1992).

Figura 4 – Imagem da explosão da bomba de hidrogênio “Castle Bravo”, cujo poder de destruição era maior do que as bombas detonadas até então.



Fonte: HypeScience (2014)⁵⁶.

Esse evento motivou uma onda de comoção e protestos em toda Ásia⁵⁷. McCormick (1992) relata que personalidades importantes, tais como Albert Einstein, Albert Schweitzer e até o Papa Pio XII, juntaram-se aos protestos contra novos testes nucleares. A Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos mantinha tudo em segredo o que, conforme o pesquisador explica, provocou um clima de desconfiança de que algo assustador estava sendo ocultado. Com isso, cresceram os temores com relação à presença de estrôncio 90 e outros elementos tóxicos gerados pelos testes nucleares na atmosfera. McCormick (1992) conta que em audiência sobre desarmamento no Senado norte-americano, realizada no final dos anos de 1950, os perigos da contaminação de seres humanos por esses elementos químicos eram a grande preocupação pública. Além disso, muito pouco se sabia na época sobre os impactos da dispersão desses elementos no meio ambiente e o que poderia ocasionar à saúde humana. De acordo com McCormick (1992), os testes revelaram “quão pouco se sabia sobre o meio ambiente, pois supunha-se enganosamente que uma parte importante da precipitação poderia permanecer durante anos na estratosfera, em segurança; na realidade, a mesma retornava à terra num período de meses” (p. 68).

Essas preocupações só tiveram respostas efetivas a partir do momento que a mídia e o presidente norte-americano John Kennedy mostraram-se predispostos a apoiar o tratado que

⁵⁶ Disponível em: <<http://hypescience.com/testes-nucleares>>_Acesso em: 8 maio 2015.

⁵⁷ Idem.

proibia os testes nucleares. Em 1963, o apoio popular cresceu e aumentou também a importância e a visibilidade da precipitação ácida como um problema ambiental (McCORMICK, 1992). Nesse mesmo ano o tratado é finalmente assinado em Moscou, pelos EUA, Grã-Bretanha e URSS, mas de forma parcial, pois, como visto anteriormente, os testes no subsolo poderiam continuar sendo realizados. Commoner (1971 *apud* McCORMICK, 1992) e outros pesquisadores da Universidade de Washington formaram em 1958, em St. Louis, o Comitê de Informações Nucleares, para investigar as implicações das precipitações nucleares. Após a assinatura do contrato parcial, ele argumenta que

[...] um dos benefícios do tratado foi ter estabelecido que as armas nucleares eram um fracasso científico, na medida em que, a despeito do resultado da guerra nuclear, nenhuma das duas potências principais sobreviveriam ao holocausto – o fracasso da “defesa” nuclear reside, assim, nos desastres ecológicos que a mesma desencadearia. (COMMONER, 1971 *apud* McCORMICK, 1992, p. 69)

Em um balanço sobre a importância da questão ambiental no tratado de proibição dos testes, McCormick (1992) defende que não é um exagero, à primeira vista, dizer que é o primeiro acordo ambiental internacional, pois entende que, apesar de a questão da segurança global ser razão suficiente para a sua assinatura, os problemas ambientais, tais como as precipitações, foram nele elementos-chave, apesar de terem sido tratados como secundários no documento. E o mais importante, enfatiza o autor, foi que essas discussões sobre as precipitações lançaram o alerta de que a “tecnologia poderia causar contaminação ambiental irrestrita e que todos poderiam ser afetados; houve a primeira alusão ao conceito de um meio ambiente global e a problemas ambientais universais” (McCORMICK, 1992, p. 70).

Aos debates públicos sobre as precipitações ocasionadas pela energia nuclear, juntou-se uma série de desastres ambientais nos anos de 1966 a 1972, que obteve uma ampla cobertura da mídia, gerando uma onda de temor na população. Não que essas catástrofes ecológicas não tivessem ocorrido antes, mas os recentes debates e uma população temerosa de um holocausto nuclear haviam colocado esses novos incidentes ambientais sob uma nova perspectiva.

Em 1952, Londres sofreu com um *smog* (Figura 5), uma mistura de fumaça e nevoeiro, responsável pela morte imediata de 445 pessoas e de mais 4 mil mortes posteriores, decorrentes de complicações respiratórias e circulatórias causadas pelo nevoeiro⁵⁸. Em 1966, outra catástrofe ambiental levou à morte centenas de pessoas e chamou a atenção da mídia

⁵⁸ Essa catástrofe levou à criação da Lei do Ar Limpo em 1956, na Grã-Bretanha (McCORMICK, 1992).

para o desmoronamento de uma pilha de resíduos de uma mina em Aberfan, no sul do País de Gales, que matou 144 pessoas, entre as quais 116 crianças de uma escola local, levando a população à comoção social (McCORMICK, 1992).

Figura 5 – Imagem do grande *smog* ocorrido em Londres em 1952, que paralisou o tráfego terrestre e aéreo



Fonte: Escalofrio⁵⁹

Os gigantescos e numerosos navios petrolíferos cresceram substancialmente após a Segunda Guerra Mundial, aumentando também o número de acidentes ambientais e a gravidade dessas catástrofes. Nos anos de 1960, McCormick (1992) relata que havia mais de 602 petroleiros, com capacidade de transportar mais de 50 mil toneladas de petróleo. Com o aumento dos petroleiros e da sua capacidade de carga vieram junto os acidentes de proporções gigantescas. O primeiro dele foi o naufrágio do petroleiro Torrey Canyon em 1967, quando 117 mil toneladas de petróleo cru foram despejadas na costa sudoeste da Inglaterra, contaminando centenas de quilômetros da Cornualha (Figuras 6 e 7 abaixo). Esse foi um dos primeiros acidentes de megaproporções e demonstrou, segundo o autor, as ameaças sofridas pelos ecossistemas marinhos com o transporte marítimo do petróleo. Esse desastre ambiental deixou claro também “o despreparo do governo para as eventualidades e lacunas na organização de pesquisas científicas e no assessoramento científico do governo britânico” (McCORMICK, 1992, p. 72).

⁵⁹ Disponível em: <http://www.escalofrio.com/n/Catastrofes/La_niebla_asesina_en_Londres/La_niebla_asesina_en_Londres.php>. Acesso em: 8 maio 2015.

Figura 6 – Imagem do naufrágio do petroleiro Torrey Canyon (1967), que despejou milhares de barris de petróleo no mar



Fonte: BBC News⁶⁰

Dois anos após o desastre na Grã-Bretanha, um segundo derramamento em proporção ainda maior ocorreu na costa de Santa Bárbara, na Califórnia, jogando no mar algo em torno de 80 mil a 100 mil barris de petróleo durante dias e contaminando por meses as praias locais.

Figura 7 – Imagem do derramamento de petróleo em Santa Bárbara (EUA), causado por um problema na torre de extração do produto



Fonte: Dick Smith's Photography (1969)⁶¹

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.bbc.com/news>>. Acesso em: 8 maio 2015.

⁶¹ Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/march/18/newsid_4242000/4242709.stm>. Acesso em: 8 maio 2015.

Os acidentes do Torrey Canyon e o que ocorreu em Santa Bárbara foram os primeiros nessa proporção de dano ambiental e causaram um grande impacto no público, conforme pontua McCormick (1992). O autor também afirma que esses dois acontecimentos foram os mais divulgados, apesar de não terem sido os únicos, pois estima-se que 714 derramamentos de petróleo de mais de cem barris ocorreram nas águas americanas no fim da década de 1960. McCormick (1992) ressalta que o acidente de Santa Bárbara não foi o maior nem o mais assustador desastre ambiental ocorrido nos Estados Unidos, apesar de ter dramatizado “o que muitas pessoas viam como insensibilidade imprevidente e falta de interesse da parte do governo e empresários a respeito de uma questão que se havia tornado profundamente importante para elas” (p. 72). Isso levou os norte-americanos ao sentimento de que, se não tomassem atitude a respeito, muito pouco aconteceria para que fossem evitados eventos como esses.

No início deste milênio, ocorreu um dos piores vazamentos de petróleo em alto mar da história. No ano de 2000, durante 87 dias, quase 5 milhões de barris de petróleo foram derramados no mar do Golfo do México, em decorrência de um acidente na Plataforma Deepwater Horizon, da British Petroleum (Figura 8 a seguir). O óleo se espalhou por mais de 1.500 km no litoral norte-americano, contaminou e matou milhares de animais, e os efeitos do vazamento estão presentes até hoje, pois compostos químicos do petróleo são encontrados em animais, inclusive, em ovos de pássaros que se alimentam na região.

Figura 8 – Imagem do incêndio em plataforma da British Petroleum, em decorrência do derramamento de petróleo no Golfo do México (2010)



Fonte: *Folha de S. Paulo* (2010)⁶²

Outro acidente ecológico que ganhou visibilidade e gerou preocupação foi a poluição do lago Erie, em 1964, uma região pesqueira que recebia os rejeitos orgânicos das cidades industriais de Detroit e Toledo, nos Estados Unidos, levando à atrofia da população de peixe.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Japão também teve diversos desastres ambientais cujos custos humanos da poluição ambiental foram altos. McCormick (1992) relata o despejo de mercúrio em Minamata, que gerou o “Mal de Minamata”, uma doença que atingia o sistema nervoso central, rins e outros órgãos, e que afetou 1.742 pessoas, além de animais como gatos e ratos que se alimentavam de peixes e mariscos contaminados com o mercúrio (Figura 9 a seguir). Em outra cidade japonesa, Nügata, uma fábrica foi condenada a pagar indenizações a todas as famílias que tiveram sua saúde afetada por metais pesados existentes em rejeitos lançados na baía de Minamata. Em decorrência de uma ação civil pública, as fábricas de Minamata e Nügata foram condenadas, em 1971 e 1973, respectivamente, a se responsabilizarem pelos danos causados aos seres humanos. Outra contaminação, dessa feita no rio Jinzu, por cádmio, zinco e chumbo sem tratamento, levou à doença conhecida como

⁶² Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/367-vazamento-de-oleo-no-golfo-do-mexico>>. Acesso em: 8 maio 2015.

Itai-itai⁶³ e, em 1972, a Companhia de Mineração e Fundição Mistsui foi obrigada a pagar indenizações para as vítimas.

Figura 9 – Fotos de crianças de Minamata, no Japão, vítimas de deformações causadas por mercúrio



Children with Congenital Minamata Disease due to intrauterine methylmercury poisoning (Harada 1986).

Fonte: Disease (1986)

Em outra parte do país, o Japão central (Yokkaichi), o que afligia a população era a poluição do ar, gerada por uma refinaria de petróleo, e que provocou o aumento de doenças respiratórias. Estimuladas pelos incidentes de Minamata, Nügata e Yokkaichi, mais de 450 campanhas antipoluição foram lançadas no Japão até 1971, contestando, inclusive, os rumos do crescimento que o país estava tomando no pós-Segunda Guerra. Conforme McCormick (1992), no fim da década de 1960, “a poluição tornou-se um problema crítico no Japão”. “O *smog* fotoquímico afligia as conturbações e se havia espalhado em direção ao campo à baía de Tóquio estava seriamente poluída e a produção e o consumo de massa criaram uma sociedade do desperdício” (p. 73-74).

A visibilidade dada aos efeitos desses desastres ambientais pela grande mídia chamou a atenção do público para as ameaças que recaíam sobre o meio ambiente e os seres humanos:

⁶³ Essa doença é provocada, mais precisamente, pelo cádmio concentrado nos grãos de arroz cultivados por inundação, causando dor intensa nos ossos (DISEASE, 1986).

As pessoas estavam sensibilizadas para os custos potenciais de um desenvolvimento econômico descuidado e passaram a emprestar um apoio crescente a uma série de campanhas ambientais locais e nacionais, as quais recebiam ampla cobertura dos meios de comunicação de massa. (McCORMICK, 1992, p. 74)

O autor aponta diversos debates ocorridos nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e no Japão sobre os incidentes ambientais nesse período e entende que o “novo ambientalismo substituiu as velhas preocupações por novas”. A pesquisa realizada pela National Wildlife Federation em 1969 nos Estados Unidos mostrou que a poluição da água e do ar estava no mesmo patamar de interesse da opinião pública entre outras questões abordadas anteriormente, como a do uso de pesticidas na agricultura, citada por Carson ([1962]2013) a ser enfocada no item 5.2.

A questão nuclear e o seu potencial devastador tornam-se ainda mais visíveis para a população quando ocorre o maior acidente de uma usina nuclear no mundo, a de Chernobyl, em 1986 (Figura 10 a seguir). A usina ficava na Ucrânia, próxima a Belarus, países que faziam parte da ex-URSS. Um erro provocou um incêndio no núcleo do reator e levou à liberação de grande quantidade de material radioativo na atmosfera. A nuvem radioativa espalhou-se pela Europa e contaminou plantações, animais e seres humanos. Os países ocidentais só tomaram ciência do acidente quando a radiação liberada acionou os alarmes de uma usina nuclear sueca, situada a 2 mil km de distância. Com o intuito de poupar seu prestígio tecnológico, o governo soviético só admitiu o acidente 48 horas após o ocorrido, fato que acabou por retardar a ajuda internacional (STONE, 2001).

Figura 10 – Imagens da usina de Chernobyl (1986) pós-acidente nuclear, com equipamentos destruídos e crianças afetadas



Fonte: BBC News (1986)⁶⁴

Em decorrência do lançamento de isótopos radioativos de iodo na atmosfera na década de 1990, verificou-se um aumento substancial na incidência de câncer de tireoide em crianças nas regiões próximas ao local do acidente, na Ucrânia e em Belarus (STONE, 2001). As pessoas que habitavam as imediações da usina foram as maiores vítimas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (2005), cerca de 4 mil pessoas morreram em consequência do acidente, número que poderia ser chegar a 9 mil, mas o Greenpeace acredita que foram mais de 100 mil. Essa polêmica sobre o número real de mortes causadas pelo acidente perdura até hoje⁶⁵.

Em função de mobilizações populares ocorridas após esse acidente nuclear, muitos países começaram a desativar seus programas nucleares. Nos Estados Unidos, depois do acidente de Three-Mile Island, 21 dos 125 reatores foram desligados. Na Europa, após Chernobyl, apenas três reatores foram inaugurados. Mesmo com todos esses esforços, chegou-se ao fim do século XX com 130 mil toneladas de lixo nuclear. Por conta da contínua emissão de radiação, esse material deve ser isolado até que a radiação atinja níveis toleráveis, o que pode levar alguns milênios. Dessa forma, os atuais locais de armazenamento (minas, montanhas e subterrâneos) demonstraram ser inseguros, dadas as incertezas quanto às condições geológicas em longo prazo (HELENE, 1996).

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.bbc.com/news>>. Acesso em: 8 maio 2015.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2006/04/060418_chernobylomsfn.shtml>. Acesso em: 8 maio 2015.

A partir do temor gerado pelas consequências da corrida armamentista durante o período da Guerra Fria e do acidente de Chernobyl, Moura, D. (2003) ressalta que as consequências do uso da energia nuclear e os incidentes ambientais trouxeram novas perspectivas sobre os riscos e perigos enfrentados pelos seres humanos com o advento das tecnologias. A autora ressalta que as mudanças ambientais de níveis globais, tais como efeito estufa, buraco na camada de ozônio, desmatamentos florestais nos trópicos, assim como os acidentes nucleares e o acúmulo de lixo tóxico, colocam em destaque a questão do risco.

O acidente na usina nuclear soviética, segundo Moura, D. (2003), teria gerado a publicação do livro *Sociedade de Risco*, do sociólogo alemão Ulrich Beck (2010), publicado originalmente em 1986. Nele, é evidenciado que, para a população e os opositores da energia nuclear, o que estava no centro da questão não era a dimensão calculada dos riscos, e sim o seu potencial catastrófico, que poderia levar a humanidade ao extermínio. Essa é uma das cinco teses elaboradas por Beck (2010) para explicar a atual “sociedade de risco”, caracterizada pelos efeitos de ameaças e perigos causados pelos processos da modernização e industrialização, evidenciados pela alteração do sistema e da constituição de uma sociedade industrial. Conforme o autor, esses riscos e efeitos da modernização são compartilhados internacionalmente, lançados como ameaças à vida de animais, plantas e seres humanos, configurando-se como ameaças globais para toda a humanidade.

Para Beck (2010), a Modernidade está transformando-se em uma sociedade de risco, movida pela emergência de níveis profundos e historicamente incomparáveis de perigos para o meio ambiente e que atingem uma dimensão e forma tais que os modelos convencionais da sociedade moderna não conseguem apreender suas origens e consequências. E defende que há uma transposição de uma “sociedade industrial”, ou de “classe”, para uma nova configuração social e política que emerge a partir dos anos 1960, carregando consigo um novo tipo de riscos e ameaças à própria civilização. No primeiro modelo social, a questão central é saber como a riqueza socialmente produzida é distribuída de maneira socialmente desigual, enquanto minimiza os efeitos negativos (pobreza e fome). Já no segundo, os riscos e os perigos produzidos como parte da modernização (poluição e outros) devem ser prevenidos, minimizados, dramatizados e canalizados. Ambos os modelos contêm desigualdades e estendem-se, principalmente, aos centros industriais do Terceiro Mundo. Para Beck (2010), a fome é hierárquica e a poluição é democrática. O Quadro 2 a seguir traz as características dessa sociedade.

Quadro 2 — Características da Sociedade de Risco

Os riscos produzidos pelo estágio avançado do desenvolvimento das forças produtivas, radioatividade e toxinas e poluentes no ar, na água, nos alimentos, nas plantas e nos animais escapam à percepção humana imediata e causam danos permanentes e até irreversíveis, que só são possíveis de serem identificados pelo conhecimento científico, além de dependerem dos “processos sociais de definição” do meio acadêmico, que podem tanto atenuar como dramatizar a sua existência.
A nova distribuição de riscos leva às situações sociais de ameaças.
A expansão e a mercantilização dos riscos não rompem com a lógica capitalista de desenvolvimento; ao contrário, eleva-a a novo estágio, transformando os riscos em negócios, pois se configuram como um “barril de necessidades sem fundo”.
Se as riquezas podem ser possuídas, os riscos podem afetar a todos.
Riscos socialmente reconhecidos podem tornar-se elementos políticos na busca de seus efeitos colaterais sociais, econômicos e políticos.

Fonte: Beck (2010)

A partir dessa lógica, Beck (2010) coloca o discurso e a prática científica no cerne da política da sociedade de risco, pois entende que: 1) a ciência aplicada à tecnologia é uma das causadoras dos riscos modernos; 2) as descobertas e as consequências dos riscos são explicitados em termos científicos; 3) a ciência pode possibilitar soluções para alguns riscos. Ele acredita que as relações de poder político e cultural contemporâneo servem para ocultar as origens da degradação do ambiente e proteger seus perpetradores.

Nessa perspectiva, os riscos causados por catástrofes ambientais não são meros acidentes infortunados, e sim um testemunho do insucesso das instituições sociais, especialmente da ciência, em controlar as tecnologias e os seus efeitos. Esses riscos transcendem espaço e tempo, vão além das áreas geográficas em que ocorrem os eventos e trazem consequências para as gerações futuras. Ao mesmo tempo, segundo Beck (2010), a ciência tornou-se cada vez mais necessária para a identificação dos riscos, embora menos suficiente para a unidade social da definição de verdade.

Giddens (1991, 1997) atribui a degradação ambiental à interação entre capitalismo e industrialismo e presta uma atenção particular à dimensão espacial dos processos sociais e dos métodos da geografia, que, segundo ele, permitem investigar a natureza sociológica do urbanismo e da globalização e o modo como esta contribui para os problemas ambientais. A abordagem interpretativa de Giddens inclui, na teoria social, uma explicação sobre as origens

dos movimentos sociais ambientalistas, o que permite percebermos como o poder político e o cultural podem ajudar a controlar o processo de degradação ambiental.

O conceito-chave de Giddens (1997) de “modernização reflexiva” – que é compartilhado por Beck (1997) –, aponta para uma vida social moderna que “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente o seu caráter” (p. 45). Para Giddens (1991), o risco não diz respeito apenas à ação individual, pois existem aqueles que afetam a coletividade e até todos na Terra, tais como os desastres ecológicos ou a guerra nuclear.

Nos anos 1960 e 1980, segundo Moura, D. (2005), o discurso da prevenção de riscos advindos do progresso científico-tecnológico foi incorporado à agenda pública, principalmente no jornalismo, e especialmente nas editoriais dedicadas à ciência. Para a autora, existem quatro ciclos evolutivos da percepção pública dos riscos presentes na dimensão científica-tecnológica e ambiental, associadas à comunicação dos riscos e à entrada na agenda da imprensa internacional. O primeiro período desse ciclo vai do início do século XX até a primeira parte da década de 1940 e está sustentado por uma lógica social baseada na natureza a serviço de um processo civilizatório implementado no século XVIII, quando se torna dominante a supremacia do homem sobre o mundo natural e quando os recursos da natureza são tratados como mercadoria. Com a Revolução Industrial no século XIX, “la tecnología y la ciencia se asocian a la industria como forma de extraer el máximo de energía de la naturaleza, lo que dispara un modo de extracción de recursos naturales, considerados entonces como inagotables e disponibles a la promoción del progreso económico” (MOURA, D., 2005, p. 2).

Moura, D. (2003, 2005) entende que o segundo momento do ciclo ocorreu no período entre a Segunda Guerra Mundial e o fim da década de 1960, quando a população começou a perceber que a segurança tecnológica tinha limites, a partir da visibilidade dos riscos relacionados às armas químicas, ao lixo nuclear e à poluição, como resultados dos progressos científicos e tecnológicos. Nesse momento, o mito da ciência e tecnologia (C&T) como grandes aliadas do bem-estar e melhoria social começa a ser questionado.

Essa crítica à C&T, conforme Moura, D. (2003, 2005), irá intensificar-se na década seguinte, marcando o terceiro ciclo da percepção pública sobre a evidência internacional do processo de deterioração ambiental ocasionado pela poluição em várias partes do globo, conforme já discutidos acima. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1972, conhecida como Conferência de Estocolmo, apresenta-se como

um grande alerta de repercussão internacional sobre os impactos da C&T na busca de um padrão de riqueza a ser implementado por todos os países do planeta. Trata-se de uma promessa regida por um modelo de desenvolvimento concentrador de recursos nos países desenvolvidos, esgotando os recursos naturais e, em contrapartida, produzindo poluição e resíduos do processo industrial e do consumo.

A percepção dos riscos incontroláveis e de alto impacto negativo gerados pela C&T tornou-se ainda mais evidente com a divulgação internacional do acidente de Chernobyl e das suas consequências à vida humana e ao meio ambiente, conforme visto anteriormente. Schramm (1971 *apud* MOURA, D., 2005, p. 3) ressalta que a década de 1970 foi um momento importante, que trouxe para a agenda pública a visibilidade da ecologia como tema público, ganhando a cobertura da imprensa. Segundo o autor, isso explicaria a atenção dada à imprensa pelos movimentos ambientalistas e pelas instituições internacionais, que entenderem ser ela um espaço privilegiado de discussão e debate dos riscos e de visibilidade das questões ambientais emergentes.

Moura, D. (2005) aponta como o quarto ciclo da visibilidade pública dos riscos e das questões ambientais o período iniciado na década de 1990⁶⁶, que deu continuidade às grandes conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, realizadas até hoje. Esses eventos são um espaço internacional para o debate, a discussão e a proposição de soluções, na tentativa de encontrar meios que possibilitem a continuidade do desenvolvimento sem que se esgotem definitivamente os recursos naturais do planeta e se destrua o meio ambiente.

A sucessão de acordos internacionais iniciados nos anos de 1970, a atuação dos movimentos ambientalistas, o engajamento da comunidade científica na investigação dos problemas ambientais, a busca de uma mudança de hábitos dos consumidores, a criação de organizações e agências governamentais e não governamentais para cuidar dos problemas ecológicos, o início da estruturação de um mercado consumidor verde⁶⁷, a criação dos selos verdes e o ISO 14000⁶⁸ para as empresas irão criar uma agenda pública internacional sobre “o que observar” quanto aos riscos científico-tecnológicos e ambientais (MOURA, D., 2005).

⁶⁶ O marco inicial desse ciclo é a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992.

⁶⁷ O mercado consumidor verde foi implementado com base na agricultura orgânica, na produção de veículos e eletrodomésticos de alta eficiência energética, na reciclagem de papel e outros materiais reutilizáveis, na produção de produtos resultantes de tecnologias limpas e na utilização de matérias-primas produzidas de modo sustentável (MOURA, D., 2005).

⁶⁸ A norma ISO 14000 especifica os requisitos de um sistema de gestão ambiental e permite a uma organização desenvolver e praticar políticas e metas ambientalmente sustentáveis. A norma leva em conta aspectos ambientais influenciados pela organização e outros passíveis de serem controlados por ela.

Essa agenda “do que observar” remete-nos a características da composição de um dispositivo descrita por Deleuze (1996) como a máquina de fazer ver, as curvas de visibilidade compostas por uma linha de luz que gera formas variáveis do que deve ser visível ou invisível.

O meio ambiente é visto por Moura, D. (2005, p. 7) como o centro de uma disputa de poder pelos diversos atores que compõem o cenário relacionado às questões ecológicas e o empresariado, que descobriu uma forma de ganhar dinheiro com a sustentabilidade, seja evitando desperdício, seja mediante a implantação de tecnologias limpas, utilizando para tanto as palavras de ordem “custo ambiental” e “associação”. No entanto, destaca a autora que o mais importante é que a discussão sobre os riscos científico-ambientais formou uma ética da prevenção, e essa perspectiva – diferentemente da visão anterior, baseada no domínio da natureza sem restrições ou limites –, entrou na agenda da imprensa. Para Moura, D. (2005, p. 8), essa “nueva perspectiva es pautada por la agenda internacional que propone ‘lo que debe ser observado’ en términos de temas que causan grande impacto socio-ambiental o riesgo científico-tecnológico”. Ela acredita que esses temas não são modismos, apesar de o sistema produtivo os incorporar como marcas de produtos.

A questão da comunicação do risco a partir dessa lógica da prevenção passou a fazer parte do jornalismo e da mídia, que se mostram como uma “máquina de fazer falar”, aos modos de dizer de Deleuze (1996, p. 1). Isso porque as linhas de enunciação do jornalismo estabelecem um regime de enunciados, definindo o que é visível e o que pode ser anunciado, “com derivações, [...] transformações, [...] mutações”.

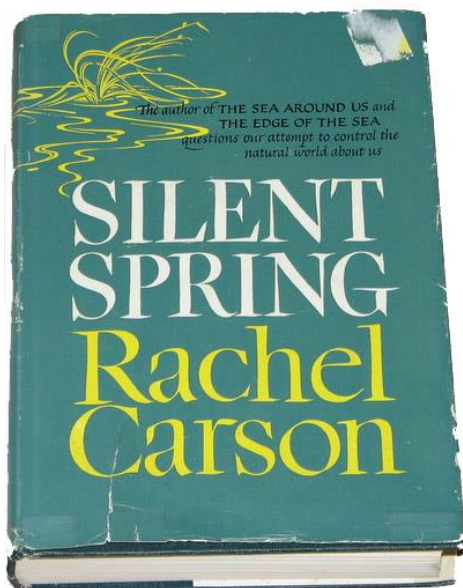
A popularização dos relatos científicos é um dos fatores que impulsionaram a questão ambiental e o ambientalismo, a partir de uma divulgação de assuntos restritos aos meios científicos e mediante a utilização de uma linguagem simples. Diversos relatos foram produzidos a partir dos anos de 1960 e é sobre eles que nos deteremos a seguir.

5.2.3 Da primavera silenciosa às trombetas dos “Cavaleiros do Apocalipse”

A politização causada pela publicação de livros com estudos sobre problemas relacionados ao meio ambiente, até então restritos aos meios acadêmicos e científicos, é um dos fatores que impulsionaram a discussão da questão ambiental. Nesse período, esses livros tiveram uma ampla divulgação na mídia televisiva e impressa, e tornaram-se *best-sellers* sobre a temática ambiental. Os cientistas que os escreveram contribuíram para que o público leigo compreendesse um pouco dos problemas ambientais (CORAZZA, 2005).

Um desses livros é *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), da bióloga norte-americana Rachel Carson ([1962]2013) pesquisadora reconhecida no meio científico por sua reputação, adquirida em trabalhos anteriores de sucesso de audiência, tal como *The Sea Around Us* (1951) (O mar que nos cerca). Este último, traduzido para 33 línguas, é um marco nos estudos e pesquisas oceanográficas, e ficou na lista dos mais vendidos durante 96 semanas (Figura 11 a seguir). Carson trabalhava no Instituto de Oceanografia do Estado de Nova York e dedicava muito da sua atenção a vários outros setores das Ciências Biológicas.

Figura 11 – Fac-símile da capa da primeira edição do livro *Silent Spring*, de Rachel Carson (1962)



Fonte: The pop history dig⁶⁹

O interesse de Carson pelos agrotóxicos, sobretudo pelo DDT⁷⁰, surgiu em 1945, e após anos de pesquisas sobre o assunto publicou em 1962 o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), que se tornou um dos maiores *best-sellers*⁷¹ de todos os tempos nos Estados Unidos, pelas graves denúncias feitas sobre intoxicações em humanos e agressões ao meio

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.pophistorydig.com/topics/rachel-carson-silent-spring/>>. Acesso em: 8 maio 2015.

⁷⁰ O diclorodifeniltricloroetano (DDT) é considerado o primeiro pesticida moderno, tendo sido largamente utilizado após a Segunda Guerra Mundial para o combate dos mosquitos vetores da malária e do tifo. O pesticida é sintetizado pela reação entre o cloral e o cloro benzeno, usando-se o ácido sulfúrico como catalisador. O estado químico do DDT é sólido em condições de temperatura entre 0° a 40 °C e insolúvel em água, mas solúvel em compostos orgânicos como a gordura e o óleo, e tem um odor suave. Trata-se de um inseticida altamente eficiente em curto prazo, mas em longo prazo tem efeitos prejudiciais à saúde humana. Por ser barato, era considerado o pesticida universal e o mais utilizado nesse período (D'AMATO; TORRES; MALM, 2002).

⁷¹ O livro foi impulsionado pela publicação prévia no *New Yorker* e assim que foi publicado se tornou um best-seller, com meio milhão de cópias vendidas. Foi publicado em 15 países, inclusive no Brasil.

ambiente causadas pelos agrotóxicos (*apud* MOURA, R., 2009). O livro traz dados que indicam a gravidade de crimes e agressões ecológicas⁷² registrados oficialmente, mas não divulgados. É creditado a Carson ter sido a primeira cientista a expor ao grande público leigo a questão dos resíduos de agrotóxicos no meio ambiente, com destruição e ameaça de extinção de seres da vida silvestre (*apud* MOURA, R., 2009).

Carson (1962 *apud* McCORMICK, 1992)⁷³ denuncia, com bastante propriedade, a questão das intoxicações em humanos decorrentes do acúmulo de resíduos de inseticidas organoclorados nos tecidos adiposos (ver Quadro 3 abaixo). Nessa época, o produto químico já estava presente em alta porcentagem em quase todos os tipos de alimentos e no corpo humano, tendo sido encontrado até mesmo no leite materno. A autora mostrou a correlação entre resíduos de agrotóxicos em alimentos e muitas doenças crônicas que afetavam a população, inclusive, o câncer. Denunciou também a grande mortandade de pássaros e a destruição dos seus ovos, de peixes e animais silvestres, causados por agrotóxicos e inseticidas.

Rememorando o que foi dito no início deste capítulo, os enunciados identificados no *corpus* analisado serão apresentados em forma de Quadros de enunciados. Esse tipo de apresentação tem a função de destacar os enunciados discursivos e a diferenciá-los das citações diretas em recuos, pois enunciados não são necessariamente citações literais dos textos, como já dito anteriormente.

Quadro 3 — Enunciado sobre o uso de agrotóxicos de Carson

- | |
|---|
| <p>1. A intoxicação de seres humanos e a grande mortandade de animais silvestres são causadas pelo uso de agrotóxicos e inseticidas na produção agrícola.</p> |
|---|

Fonte: Elaboração da autora com base em Carson (1962 *apud* McCORMICK, 1992).

Além das denúncias, Carson (1962 *apud* MOURA, R., 2009) aponta alternativas técnicas ao uso desses químicos. No último capítulo de seu livro *The other road* (A outra estrada), a autora aponta métodos alternativos de controle de insetos, que passaram a compor o Integrated Pest Management – IMP (Programa de Controle Integrado de Pragas), criado nos Estados Unidos, com uma forte participação da Universidade da Carolina do Norte, nas

⁷² Carson ([1962]2013) denuncia principalmente a morte de pássaros, daí o título de uma de suas obras, *Silent Spring* (Primavera Silenciosa).

⁷³ A escritora foi bombardeada pela indústria de agrotóxicos dos Estados Unidos, que fizeram de tudo para desacreditá-la, acusando-a de falta de base científica para as denúncias, o que foi refutado pelo relatório final do comitê criado por Kennedy. Para desacreditá-la, a indústria até levantou boatos sobre a homossexualidade da pesquisadora (McCORMICK, 1992).

décadas de 1960 e 1970 (*apud* MOURA, R., 2009). Entre as técnicas alternativas para o combate dos insetos, a bióloga descreveu a inserção de insetos machos estéreis⁷⁴, único método que foi capaz de erradicar a mosca das frutas do Mediterrâneo na Califórnia nos anos 1970, o uso de substâncias atraentes e repelentes, e de inimigos naturais e microrganismos.

O livro impressionou o então presidente dos Estados Unidos John Kennedy, que solicitou que as denúncias fossem investigadas, criando um grupo especial do Comitê de Consultoria Científica da Presidência. Esse grupo produziu em 1963 um relatório em que corrobora as teses de Carson contra as indústrias de pesticidas norte-americanas (McCORMICK, 1992), e diante disso o governo norte-americano começou a supervisionar o uso do DDT⁷⁵, até bani-lo definitivamente em 1970⁷⁶.

Os pesticidas transformaram-se em questão de interesse público e seu uso foi questionado não só nos EUA, mas também em outras partes do mundo⁷⁷. Os estados norte-americanos proibiram a pulverização aérea do pesticida e aprimoraram os procedimentos de registro desses produtos químicos. Mas por que a discussão iniciada por Carson sobre os agrotóxicos teve tanto impacto e influência nos EUA e no mundo? McCormick (1992) acredita que a causa foi a combinação da moral com uma questão controversa, publicada de forma simples e direta ao público. O debate prosseguiu ainda nos anos 1960, quando 12 das substâncias mais tóxicas listadas no livro foram proibidas ou sofreram restrições nos Estados Unidos (McCORMICK, 1992). Nos anos seguintes, diversos países europeus baniram o DDT da agricultura.

Outros livros converteram-se em êxitos editoriais e tornaram-se *best-sellers*, com traduções para vários idiomas, e serviram para a ampliação do debate entre a opinião pública sobre a influência da ação humana sobre o meio ambiente. Essas obras fizeram mais do que apenas denunciar os problemas ambientais, pois possibilitaram a popularização de temas e conceitos das ciências naturais, com uma linguagem mais acessível à população, ultrapassando as fronteiras do discurso científico. Os autores desses livros foram chamados de

⁷⁴ A disseminação de machos e estéreis é uma das técnicas utilizadas no combate ao mosquito *Aedes aegypti* no Brasil.

⁷⁵ É claro que até o banimento do DDT, várias lutas políticas foram travadas dentro e fora do governo norte-americano, mas não nos deteremos aqui nessas discussões, para não nos alongarmos demais.

⁷⁶ O DDT tem seu uso controlado pela Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes desde 1972. No Brasil, só em 2009 ele teve sua fabricação, importação, exportação, manutenção em estoque, comercialização e uso proibidos pela Lei nº. 11.936, de 14 de maio.

⁷⁷ O uso de organoclorados é hoje rigidamente controlado, e a indústria desenvolveu novas classes de produtos de menor persistência e toxicidade. Entretanto, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Internacional do Trabalho estimaram a ocorrência de 70 mil óbitos em 2005 provocados por agrotóxicos no mundo, a grande maioria em países em desenvolvimento, como o Brasil (CIÊNCIA HOJE, 2010).

“Cavaleiros do Apocalipse”⁷⁸, ou novos “Jeremias”. Eles eram acadêmicos, em sua maioria, e deram um foco intelectual aos livros, chamando a atenção para três problemáticas importantes nesse período: 1) o crescimento populacional; 2) a poluição; 3) a tecnologia. Eles surgem no seguinte contexto vivido nos Estados Unidos:

Por volta de 1970, a crise ambiental não era mais uma crise silenciosa. Um novo movimento de massas tinha surgido e uma nova questão estava começando a encontrar seu caminho para a agenda das políticas públicas. Evidências científicas crescentes confirmaram muitos dos temores de ativistas e ecologistas amadores; a raça humana estava usando rapidamente seu estoque de recursos naturais e empesando seu ninho durante o processo. O interesse aumentou e nasceu um debate controverso sobre os limites do crescimento, centrado no postulado malthusiano de que crise e colapso eram inevitáveis, a menos que o crescimento da população e a exploração de recursos fossem controlados. Os profetas do apocalipse tinham chegado. (McCORMICK, 1992, p. 81)

As primeiras dessas problemáticas foram colocadas pelos biólogos Paul Ehrlich (1968) e Barry Commoner (1971) e trouxeram para a discussão temas já bem surrados⁷⁹: o crescimento populacional e a qualidade do crescimento econômico como causas dos problemas ambientais vivenciados nesse período. A questão do aumento da população no pós-Segunda Guerra foi retomado, como explica McCormick (1992), no fim dos anos 1940 e início de 1950, pelos membros do Sierra Club⁸⁰, organização não governamental que defendia a tese de que não poderia haver uma política de conservação sem uma política de controle populacional. Essa ONG contratou, em 1967, o professor de Biologia da Universidade de Stanford, Paul Ehrlich, para escrever um livro curto sobre a população. Esse convite resultou no famoso *The population bomb* (A população bomba), um dos livros sobre o meio ambiente mais vendidos de todos os tempos, com 3 milhões de exemplares só em meados da década de 1970.

⁷⁸ Os autores Erlich (1968), Commoner (1971 *apud* MCCORMICK, 1992). Hardin (1978) e outros foram chamados dessa maneira porque apresentaram visões muito pessimistas sobre os problemas ambientais e suas soluções.

⁷⁹ O tema sobre o crescimento populacional remonta a 1650, com o médico britânico sir William Petty (1623-1687), que especulava que a multiplicação da população não passaria dos dois mil anos sem esgotar a capacidade de sustentação da terra (McCORMICK, 1992). E 150 anos depois, essa discussão é retomada pelo economista britânico Thomas Malthus (1776-1834), considerado o pai da demografia e um dos primeiros pesquisadores a analisar dados demográficos e econômicos para justificar a previsão de incompatibilidade entre o crescimento demográfico e a disponibilidade de recursos. Ele defendeu essa ideia no livro *Ensaio sobre a população* (1803), no qual mostra que as populações humanas crescem em progressão geométrica, enquanto a produção alimentar cresce em progressão aritmética, levando à escassez de recursos, em longo prazo. O economista era a favor da necessidade de se restringir o crescimento populacional das nações e não acreditava nos benefícios da industrialização ou do progresso tecnológico para solucionar essa problemática (ALVES, 2002).

⁸⁰ O Sierra Club é uma das associações ecologistas mais importantes dos Estados Unidos, fundada em São Francisco, na Califórnia, por John Muir, em 1892. Foi a primeira organização não governamental (ONG) a dedicar-se à proteção do ambiente naquele país.

Neo-malthusiano⁸¹ assumido, Erlich (1968) acreditava que o mundo estava à beira do abismo por causa das pressões populacionais e defendia abertamente o controle da natalidade. Para ele, “nenhuma mudança de comportamento ou tecnologia pode nos salvar, a não ser que possamos realizar um controle das dimensões da população humana” (p. 12). Abaixo, o Quadro 4 traz os enunciados de Ehrlich (1968):

Quadro 4 — Enunciados sobre o crescimento populacional de Ehrlich

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. O câncer é uma multiplicação incontrolável de células, a explosão populacional é um crescimento incontrolável de pessoas. 2. O grande crescimento populacional é a causa dos problemas ambientais e é preciso conter esse crescimento. 3. Centenas de milhões de pessoas encarariam a fome nos anos 1970/1980. 4. A capacidade humana de produzir alimentos pelos meios tradicionais estava no seu limite. 5. O aumento na produção de alimentos prejudicaria, cada vez mais, o meio ambiente. 6. O crescimento populacional poderia gerar epidemias e uma guerra nuclear. 7. O controle da natalidade deveria ser feito com medidas compulsórias (colocar contraceptivos nos alimentos para todos os norte-americanos; diminuir a bonificação do salário por criança; cobrar impostos em fraldas, berços e brinquedos; e premiar homens que fizessem vasectomia e casais que ficassem mais de cinco anos sem procriar). 8. Suspender a ajuda financeira aos países não desenvolvidos, para sua população morrer de fome. |
|---|

Fonte: Elaboração da autora, com base em Ehrlich (1968)

O biólogo Barry Commoner⁸², da Universidade de Washington, de St. Louis, Estados Unidos, sugeriu um diagnóstico diferente para a problemática ambiental desse período. Para ele, o crescimento populacional e a era de prosperidade intensificada no pós-Segunda Guerra

⁸¹ Corazza e Araújo (2010) relatam que, com exceção das migrações, a população cresce quando os nascimentos excedem às mortes e diminui quando as mortes excedem os nascimentos. Desse modo, de acordo com a hipótese do “Equilíbrio Malthusiano”, uma população crescente tem como reflexo uma redução dos padrões de vida (pelo efeito do comportamento da função de produção). Isso, por sua vez, contribui para o aumento da mortalidade e para a redução da fertilidade, levando a população finalmente a uma estagnação ou equilíbrio. Esse ponto de “equilíbrio” representa o modelo de “crescimento zero”, pois a renda e as taxas de nascimento e mortalidade não se alteram. Para tanto era necessária a restrição da fertilidade ou do aumento da taxa de mortalidade. Os autores defendiam a adoção de medidas drásticas para se evitar uma “catástrofe populacional”, tais como a restrição ou abolição de sistemas de apoio aos pobres e a abstinência sexual. Esta última sugestão levou o governo inglês à implementação da Lei dos Pobres de 1834 (Poor Law Amendment Act), pela qual os sistemas de assistência aos pobres foram abolidos.

⁸² Commoner foi responsável por criar, na década de 1950, um comitê para investigar os efeitos dos testes nucleares, já citados anteriormente no item 5.2.2.1.

não eram suficientes para explicar o aumento da poluição, que passou de 200% para 2000% a partir de 1946, pois suas causas eram, na verdade, uma “tecnologia defeituosa”, resultando no crescimento do uso de sintéticos, produtos descartáveis, pesticidas e detergentes. Para ele, essas consequências da tecnologia concorriam para tornar a poluição o grande inimigo público, junto com a exaustão dos recursos minerais, e que o desafio seria o controle desse processo, independentemente das formas de inibição de crescimento populacional (COMMONER, 1971 *apud* McCORMICK, 1992, p. 83). O biólogo defendia que os riscos ambientais mais perigosos eram aqueles que não poderiam ser vistos no ar, nos alimentos e na água contaminada por elementos químicos gerados pelo processo de produção e pelas “novas tecnologias” produtivas a partir de 1946, principalmente as detonações nucleares. Assim, para Commoner (1971 *apud* MCCORMICK,1992), o problema não estava no crescimento econômico em si, mas na forma como ele estava sendo alcançado, ou seja, no alto custo da deterioração do meio ambiente e da saúde humana (Ver Quadro 5 a seguir).

Quadro 5 — Enunciados de Commoner sobre crescimento populacional

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. A causa dos problemas ambientais está em uma tecnologia defeituosa, resultado tanto do grande uso de sintéticos, produtos descartáveis, pesticidas e detergentes como pelas detonações nucleares, responsáveis pela poluição do ar, dos alimentos, da água. 2. E não se restringiam ao crescimento populacional. |
|--|

Fonte: Elaboração da autora com base em Commoner (1971 *apud* MCCORMICK, 1992).

Sem entrar no amplo debate que Ehrlich e Commoner empreenderam um contra o outro nos anos seguintes às suas respectivas publicações, o importante é ressaltar que os eventos posteriores e as evidências científicas mostraram que os dois estavam parcialmente corretos em suas teses centrais. A tese de Ehrlich (1968) de que a terra estava produzindo alimentos na sua capacidade limite mostrou-se errônea com os anos, pois o futuro apontou que o problema não era a carência de alimentos que gerava a fome, e sim a disparidade entre oferta e procura e a ineficiência dos processos produtivos. Já o reducionismo dos problemas ambientais à poluição, feito por Commoner, foi uma forma restrita de explicar um problema muito mais complexo, que é o problema ambiental.

Outra tese polêmica surgiu em 1967, do biólogo Garret Hardin, da Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara. Em sua tese apocalíptica, Hardin (*apud* McCORMICK, 1992) defendia “a tragédia das áreas comuns” e afirmava que não havia soluções científicas para a superpopulação e que a tragédia era inevitável, pois o homem deveria ser coagido a tomar uma posição comunitária, já que não o fazia de forma voluntária (Ver Quadro 6 a seguir).

Assim, a tragédia era a inevitabilidade da destruição dos recursos das propriedades comuns do planeta (HARDIN *apud* McCORMICK, 1992, p. 85).

Quadro 6 — Enunciados de Hardin sobre o crescimento populacional

1. A superpopulação levará a humanidade à tragédia inevitável do esgotamento dos recursos das áreas comuns do planeta e nem a C&T poderá evitar a destruição dos recursos naturais.
2. A poluição é considerada uma consequência do crescimento acelerado da população, saturando os processos naturais de reciclagem dos resíduos orgânicos e químicos.
3. O controle da natalidade é necessário, principalmente nos países com menos recursos.
4. A apropriação privada dos recursos é a solução para o problema.
5. A imigração deve ser combatida para impedir a movimentação e que os mais pobres adentrem as fronteiras dos países ricos, pressionando o uso de seus recursos naturais.

Fonte: Elaboração da autora com base em Hardin (1967 *apud* McCORMICK, 1992, p. 85-86).

Entre as principais propostas de Hardin (*apud* McCORMICK, 1992), o controle da natalidade a todo custo era a principal. Para o biólogo, a resposta aos problemas ambientais era alcançar um crescimento populacional igual a zero, pois só desse modo o futuro seria garantido sem problemas, equalizando as variáveis entre crescimento populacional e quantidade de recursos existente na natureza, e, em não havendo soluções técnicas, as medidas coercitivas deveriam ser usadas (HARDIN, 1967 *apud* McCORMICK, 1992).

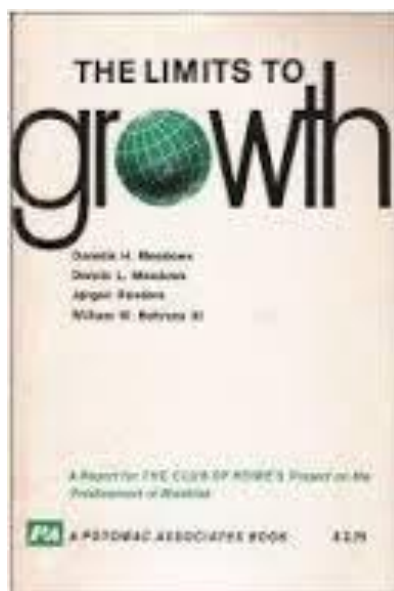
Para além das teses sobre a superpopulação e os seus impactos no planeta, outro tema emergiu: os limites do crescimento exponencial⁸³, novamente como explicação da deterioração ecológica. Um relatório encomendado pelo Clube de Roma⁸⁴ culminou na publicação, em 1972, da primeira edição do livro *The Limits to Growth* (Os limites do

⁸³ A questão dos limites do crescimento exponencial já havia sido abordada por Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, Stanley Jevons, Karl Max e Friedrich Engels em momentos históricos diferentes (McCORMICK, 1992).

⁸⁴ O executivo italiano Aurelio Peccei (1908-1985) reuniu um grupo informal de trinta economistas, cientistas, educadores e industriais em Roma e fundou o Clube de Roma em 1968. Em 1970, essa associação livre de cientistas, tecnocratas, empresários e políticos possuía 75 membros, de 25 países diferentes. Seus trabalhos sempre contaram com o financiamento da Fundação Volkswagen, da Fiat, da Fundação Ford, da Royal Dutch Shell e da Fundação Rockefeller. Entre os seus integrantes figurava Maurice Strong, um homem de negócios canadense e milionário, com inúmeros empreendimentos (como a Petro-Canadá), e que mais tarde assumiria o cargo de secretário-geral da ONU para assuntos sobre meio ambiente, e coordenaria a Conferência da ONU para o meio ambiente em 1972 (McCORMICK, 1992). Entre os membros efetivos, destacam-se personalidades como Mikhail Gorbachev, último presidente da extinta União Soviética, o rei Juan Carlos I, da Espanha, e Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, além de, especificamente, Jay W. Forrester, engenheiro de computação que foi o precursor do modelo da Dinâmica de Sistemas, que fundamentaria a obra *Limites do Crescimento* (OLIVEIRA, 2012).

crescimento), de Meadows *et al.* (1978), pouco meses antes da Conferência de Estocolmo (Figura 12).

Figura 12 – Fac-símile da capa do livro *The Limits to Growth*, de Meadows *et al.*, cuja primeira edição foi publicada em 1972



Fonte: <http://bibliotikus.net/>⁸⁵

Esse trabalho é o resultado de um relatório realizado pelo Massachusetts Technology Institute - MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts), sob a liderança de Dennis Meadows, sob encomenda do Clube de Roma⁸⁶. Tratava-se, segundo McCormick (1992), de um resumo não técnico das descobertas do MIT, e sua publicação pretendeu realmente chocar as pessoas a ponto de fazê-las abandonar a complacência em relação à questão ambiental (Ver Quadro 7 a seguir).

Quadro 7 — Enunciado de Meadows sobre o crescimento populacional e a economia

1. Para resolver os problemas ambientais causados pelo crescimento exponencial é preciso parar o crescimento econômico do mundo: o crescimento zero. (MEADOWS *et al.*, 1978)

Fonte: Elaboração da autora com base em *O limite do Crescimento* (MEADOWS *et al.*, 1978)

O relatório produzido pelo MIT (1972) foi alicerçado em modelos informáticos (com base no World 1, 2 e 3, baseados no método da dinâmica de sistemas de Forrester), em uma

⁸⁵ Disponível em: < http://bibliotikus.net/post_1360296605.html>. Acesso em: 8 maio 2015.

⁸⁶ A proposta do Clube de Roma era repensar a conjuntura mundial a partir da ótica industrial dominante, já que os seus integrantes eram, em grande parte, importantes líderes empresariais (OLIVEIRA, 2012).

tentativa de prever as tendências ambientais do mundo. Nele eram apontados três pontos fundamentais:

1) se fossem mantidos o ritmo de crescimento populacional, a poluição, a industrialização, a produção de alimentos e o uso dos recursos naturais, os limites do planeta seriam atingidos em 100 anos;

2) essa situação poderia ser alterada mediante uma “estabilização econômico-ecológica”;

3) essa “estabilização” deveria ser adotada pelas pessoas o mais rápido possível.

O documento apontava para um futuro sombrio de fome, poluição, crescimento demográfico e afirmava que a única saída era a política de “crescimento zero” para todos os países. O “Relatório Meadows” gerou muita polêmica em diversos países e setores. A primeira questão colocada contra suas conclusões foi a de que os países subdesenvolvidos estariam condenados a uma situação permanente de pobreza com o “crescimento zero”, portanto, só teria sentido para os países desenvolvidos, pois, como eram desenvolvidos, talvez pudessem não mais crescer. François Perroux (1981 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 8) concluiu que a proposta de “crescimento zero” era uma farsa, uma vez que contrariava os próprios fundamentos do capitalismo.

Corazza e Araújo (2010) pontuam que a década de 1960 foi marcada pela retomada das ideias pessimistas de Malthus quanto a um futuro incerto da humanidade diante do crescimento populacional acelerado e descontrolado. No entanto, os autores ressaltam que algumas contribuições ao debate, tais como as de Rachel Carson e Barry Commoner, apontaram outras causas para a crise ambiental.

Uma crítica severa foi feita a partir de uma pesquisa realizada pela Unidade de Pesquisa de Ciência Política da Universidade de Sussex, na Grã-Bretanha. E como descreve os resultados desse estudo inglês, segundo McCormick (1992), o maior erro do “Relatório Meadows” foi a crença no “fetichismo do computador”, assim como a utilização de uma metodologia fraca e de valor técnico e ideológico duvidoso. Os ingleses ressaltaram três aspectos fundamentais: 1) os limites do crescimento são mais políticos e sociais que econômicos; 2) o progresso técnico é subestimado; 3) a abordagem da dinâmica de sistemas possui um limite.

McCormick (1992) afirma que, ao contrário do trabalho de Hardin, o do Clube de Roma acreditava que era necessário melhorar as condições do Terceiro Mundo para se chegar a um equilíbrio planetário, tanto que recomendou que houvesse uma transferência maciça de

riqueza dos países ricos para os países pobres. Mas coadunava com a mesma perspectiva de Hardin, ou seja, de que não existia uma solução tecnológica para o crescimento exponencial e que isso deveria ser enfrentado imediatamente, e não ser deixado para as futuras gerações. O maior mérito do trabalho do Clube de Roma, segundo McCormick (1992), foi gerar um debate público sobre as questões ambientais, pois no fim da década do seu lançamento, cerca de 4 milhões de cópias foram vendidas, com traduções para 30 línguas diferentes.

Ainda conforme McCormick (1992), o cenário da década de 1970 era de alarme, pois as perspectivas eram desoladoras para o mundo, e não havia dados científicos completos sobre a questão ambiental, o que acarretava um grande número de especulações. Os “Cavaleiros do Apocalipse”, como salienta McCormick (1992), ressuscitaram o conceito de “superpopulação” e também a proposição de “limites do crescimento exponencial” como solução para crise ambiental, e grande parte desse alarmismo foi alimentada por eles. Mas o ponto alto de todos esses trabalhos e a sua maior contribuição, segundo McCormick (1992), foi o de instigar o debate público sobre a problemática ambiental e a busca de possíveis soluções, assim como apontar a ciência como o lugar privilegiado para se pensar alternativas para essa nova emergência planetária. Essa é também a opinião de Beck (2010), que entende que a ciência é hoje responsável pelas descobertas das consequências dos riscos, mas também é ela que pode apresentar soluções, bem como produzir um saber sobre o meio ambiente, o que iremos abordar em seguida.

5.2.4 A ecologia científica: a construção de um saber sobre o meio ambiente

A ecologia ocupa um lugar central no surgimento das primeiras ações sobre o ambiente no século XIX e no ambientalismo no século XX. Hannigan (2009) defende que a ecologia forneceu elementos importantes para a formação desses movimentos, pois a consolidação da Biologia e a formação de uma nova disciplina científica (a Ecologia) foram os principais fatores responsáveis por inserir a questão ambiental na discussão pública. Hannigan (2009, p. 141) ressalta que é raro “um problema ambiental que não tenha suas origens num corpo de pesquisa científica” e cita, por exemplo, a chuva ácida, a perda da biodiversidade, o aquecimento global, a redução da camada de ozônio, a desertificação e o dióxido de carbono, todos eles resultados de observações científicas. Para o autor, os cientistas são como “porteiros” testando a credibilidade dos argumentos científicos em potencial, ao mesmo tempo que também são alvos de críticas “por interferir com a ordem natural, ao invés de serem laureados por emprestar sua autoridade a um argumento” (p. 141).

O termo ecologia foi oficialmente usado, segundo Hannigan (2009, p. 70), em 1866, por Ernst Haeckel, discípulo de Darwin, para expressar a ciência das relações entre os organismos e seus ambientes. Em 1895, o dinamarquês Eugenius Warming publicou um trabalho sobre a ecologia das plantas. Esse geógrafo de plantas defendia a ideia de que as florestas e os bosques formam uma comunidade interligada, de tal modo que, afetando um desses membros, todos os outros serão impactados e/ou influenciados. Assim, Warming (*apud* HANNING, 2009, p. 70) descreveu um aspecto essencial para a elaboração da mensagem central da ideia ecológica contemporânea: a relação entre os sistemas ecológicos. Esse termo comunidade também será usado por outro cientista norte-americano, Frederic Clements.

Entre os anos de 1920 e 1930, desenvolveu-se um novo braço da Biologia, denominado “ecologia de ecossistemas”, com os cientistas Frederic Clements e Arthur Tansley. O primeiro desenvolveu pesquisas em Nebraska, Estados Unidos, sobre “sucessão ecológica”:

Ele visualizou o processo de sucessão indo de uma comunidade ecológica embrionária para uma “comunidade clímax”, mais ou menos permanentes, que estava em equilíbrio com seu ambiente físico. Uma vez formada, era difícil para uma planta invasora em potencial competir com sucesso com espécies estabelecidas dentro da comunidade clímax. (HANNIGAN, 2009, p. 71)

No cerne desses mesmos estudos, procurando compreender a relação entre as espécies e o meio ambiente, Hannigan (2009) aponta a importância do ecologista de planta britânico Tansley, conhecido por ter criado o termo “ecossistema” em contraposição ao termo “comunidade” de Clements. Ele explica que Tansley entendia que o termo “comunidade” pressupunha uma ordem social entre as plantas, o que, a seu modo de ver, não era verdadeiro. Na concepção de Tansley (*apud* HANNIGAN, 2009, p. 71), ecossistema é o “intercâmbio de energias e nutrientes dentro de um sistema natural”, conceito considerado como central e decisivo na fundação da ecologia moderna (Ver Quadro 8 a seguir).

Quadro 8 — Enunciado sobre os ecossistemas ecológicos

1. A natureza é organizada em ecossistemas, ou seja, em um conjunto formado pelas interações entre componentes bióticos, como os organismos vivos, como plantas, animais e micróbios, e os componentes abióticos, elementos químicos e físicos, como o ar, a água, o solo e minerais.

Fonte: Elaboração da autora com base Tansley (*apud* HANNIGAN, 2009, p. 71)

No fim da década de 1960 e início dos anos 1970, a ecologia torna-se um marco teórico essencial nas emergentes preocupações com o meio ambiente, que contribuirão de forma importante para o debate ambiental. O nascimento da ecologia foi possível, conforme Campos (2006), por conta de uma tripla ruptura produzida no início do século XX: 1) a transformação espacial, decorrente das expedições científicas dos europeus pelo planeta; 2) a revolução da concepção do tempo; 3) o progresso da biologia.

A ecologia moderna teria surgido, conforme Hannigan (2009), a partir da combinação de duas vertentes ecológicas do fim do século XIX e início do século XX, a compreensão da biologia de Haeckel e a de geógrafos de plantas, com um novo enfoque na economia de energia centrada na escassez de recursos não renováveis. O sociólogo aponta diversos fatores que explicam a centralidade da ecologia do ecossistema no surgimento do ambientalismo nesse período, e, entre eles, a elaboração de uma linguagem, de uma lógica compreensível e coerente dos problemas ambientais⁸⁷ (discutidos no item 5.1.2) e a fusão da ciência com princípios éticos⁸⁸. Foram esses movimentos, conforme Hannigan (2009), que elegerem a ecologia científica para o fortalecimento de seus embates e lutas.

Ao eleger a ecologia para legitimar suas posições políticas, Hannigan (2009) também explica que o movimento ambiental se fortaleceu por dois motivos: primeiro, por ter usado sua autoridade científica para suas campanhas e, segundo, por haver a perspectiva holística da ecologia atraído um grande número de adeptos de outras perspectivas ideológicas, tais como os zen budistas, os adeptos da alimentação sem agrotóxicos (alimentos orgânicos) e os pacifistas. Assim, Hannigan (2009) acredita que, juntos, cientistas, ecologistas e os novos adeptos forjaram uma “política mista e potente”, com base em uma ecologia usada como “arma organizacional” para “sistematizar, expandir e revigorar moralmente a mensagem ambiental. Durante o processo, ela (a ecologia) adquiriu uma nova textura: mais política, mais universal e mais ‘subversiva’” (p. 74). É importante ressaltarmos ainda que, na ecologia contemporânea, existem duas visões competidoras: a da pureza e a da utilidade. A primeira advoga que a ciência é objetiva, sem juízo de valor e de legitimação científica, enquanto a segunda a considera útil no campo de disputa da formulação de políticas públicas.

⁸⁷ Hannigan (2009) relata a importância de trabalhos de linguagem e lógica ecológicas discutindo a poluição nuclear, a contaminação por pesticida, a superpopulação e a poluição urbana, a partir de trabalhos campeões de vendagem, como os de Rachel Carson ([1962]2013), Paul Ehrlich (1968), Barry Commoner (1971) e Garret Hardin (1978), popularizando temas até então restritos aos meios acadêmicos.

⁸⁸ Essa posição estaria presente no trabalho de Aldo Leopold, que propõe uma “Ética da Terra”, estendendo os direitos de ética ao mundo natural, que seria considerado não mais como *commodity*, e sim como comunidade. Aqui a visão de ecossistema ganha aspectos morais, e influenciou substancialmente a Ecologia Profunda, surgida posteriormente.

As questões ambientais levantadas por ambientalistas e pelo ambientalismo eram amplamente criticadas por diferentes campos científicos e acusadas de falta de precisão científica, sob o argumento de que “não havia dúvida de que uma maior precisão científica era necessária e o ambientalismo não poderia se alimentar indefinidamente do instinto e da suposição” (McCORMICK, 1992, p. 74). Tal convicção só foi abalada quando novos cientistas começaram a trabalhar em pesquisas mediante cooperação internacional. A primeira dessas iniciativas foi realizada pelo Ano Geofísico Internacional⁸⁹ (1957-1958) e apontou novos caminhos para a pesquisa biológica, a partir da lógica de cooperação internacional em um esforço coordenado de pesquisa. Como a ecologia estava saindo de um processo descritivo para uma etapa mais experimental, McCormick (1992, p. 74) destaca que “ecologistas proeminentes se comunicavam entre si, e isso tornou o período maduro para um esforço internacional coordenado”, e, a exemplo dos geofísicos, lançaram o Programa Biológico Internacional (International Biological Programme – IBP) em 1964⁹⁰, com o tema “A base biológica da produtividade e do bem-estar humano”. O objetivo era produzir pesquisas internacionais sobre a produção orgânica, seus potenciais e usos de recursos naturais e a adaptação humana às novas condições de transformações do planeta, e, conforme resume McCormick (1992, p. 74), “era uma resposta direta às ameaças sofridas pelos ecossistemas naturais”. O IBP gerou um processo de interação de pesquisas de diferentes países, o que encorajou a pesquisa ecológica em muitos deles, com a produção de métodos de investigação mais confiáveis, o que gerou uma gama de conhecimentos importantes para a discussão ambiental. “Os pesquisadores acreditam que esse processo produziu um notável impacto, ao sensibilizar o mundo para as ameaças contra a biosfera global e, como tal, foi um importante aporte para a conferência de Estocolmo” (McCORMICK, 1992, p. 74).

Campos (2006) ressalta que o movimento ecologista se alimentou dos conceitos e das ideias dessa disciplina e que é inegável a relação estreita entre movimento e disciplina científica. Aqui podemos perceber a relação clara entre poder e saber. Vamos ver também a presença forte dos argumentos científicos na Conferência de Estocolmo, com o Relatório Fournex (1971), que deu sustentação às discussões realizadas nesse encontro internacional, o que será analisado mais adiante neste capítulo.

⁸⁹ O Ano Geofísico Internacional (AGI) foram conferências científicas, correspondentes ao período de 18 meses, de 1º julho de 1957 a 31 de dezembro 1958. Durante esse período, foi realizado um extenso programa de pesquisa geofísica, programado para coincidir com o máximo de atividade solares e com as quatro conferências realizadas em anos anteriores (Bruxelas 1953, Roma 1954, Barcelona 1955 e de Bruxelas 1956) e 66 nações participaram (UNESCO, 1957).

⁹⁰ Como o tempo estabelecido inicialmente para o desenvolvimento do programa foi de um ano, considerado insuficiente para a coleta dos dados necessários, ele foi estendido até 1974 (McCORMICK, 1992).

5.2.5 Reivindicações ecológicas: a importância do ambientalismo

Existe na atualidade a crença equivocada de que os temas e os problemas ambientais enfrentados recentemente são novos. Entretanto, McCormick (1992) lembra que a suspeita da ocorrência de chuva ácida, que mereceu a atenção dos pesquisadores nos anos 1980, remonta ao século XVII, e foi confirmada nos anos 1850. A polêmica sobre a relação entre o crescimento populacional e a escassez de alimentos travada na década de 1960 também já havia sido abordada pelo economista Thomas Malthus no século anterior. O mesmo ocorreu com a questão ambiental, que muitos acreditam ter emergido apenas na década de 1960, mas suas raízes também podem ser encontradas no século XIX, como mostramos no início deste capítulo.

McCormick (1992) localiza as origens do ambientalismo britânico nas descobertas científicas da História Natural, que mostraram a relação entre a exploração da natureza pelo homem e suas consequências. Essas descobertas, conforme o cientista político norte-americano, levaram aos primeiros movimentos de proteção da vida selvagem e à reivindicação de espaços rurais contra a vida urbanizada (Ver Quadro 9 a seguir).

Quadro 9 – Enunciados protecionistas sobre a natureza

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. A natureza é selvagem e perigosa e deve ser controlada. 2. A natureza é sagrada e deve ser preservada, e não utilizada como <i>commodities</i>. 3. A natureza como recurso precioso a ser preservado como refúgio da vida urbana conturbada. |
|---|

Fonte: Elaboração da autora, com base em Hannigan (2009).

Essa visão de mundo natural e selvagem é abordada por Hannigan (2009) como o discurso arcádico que estaria nos primórdios do tratamento das questões levantadas sobre o meio ambiente e que estaria baseado em uma visão bucólica da natureza, na sua externalidade, iconicidade e complementaridade. Essa percepção, construída como algo externo à sociedade humana e ao seu cotidiano, e modelada a partir de imagens visuais estereotipadas e estranhas à memória cultural, aponta os males sociais e doenças de uma sociedade urbana industrializada. Nessa perspectiva, surgem duas visões de natureza: uma sublime e contemplativa e outra selvagem, e ambas podem ser percebidas no movimento “*Back to nature*”, do fim do século XIX e início do século XX (HANNIGAN, 2009).

No fim do século XIX, a intensa industrialização e a urbanização da Europa e da América do Norte levaram, segundo Hannigan (2009), a uma nova visão da natureza⁹¹, que, de ameaçadora e adestrável, passa a ser vista como um recurso precioso. Essa perspectiva foi muito forte, principalmente, como destaca o autor, nos Estados Unidos, que chegaram ao termo das suas fronteiras territoriais após ampla expansão urbana, que trouxe consigo poluição, aglomerações, problemas sociais e muito ruído. Diante do estresse vivido nas aglomerações urbanas, cria-se uma nostalgia das classes médias urbanas pelos prazeres do campo e da vida ao ar livre das áreas rurais.

Hannigan (2009) relata que, após a Primeira Guerra Mundial, o movimento de “volta à natureza” (“*Back to nature*”) emergiu, difundindo uma série de atividades voltadas para o campo, tais como: acampamentos, romances sobre o selvagem, clubes de campo, fotografias da vida selvagem, hotéis-fazenda, parques públicos, escoteirismo, entre outros programas, com o objetivo de levar as pessoas a experimentar uma vida em meio à natureza. Esse sentimento levou à criação dos primeiros parques nacionais, como o Parque Nacional de Yellowstone⁹², nos Estados Unidos, localizado nos estados de Wyoming, Montana e Idaho, com 8.983 km², e considerado uma iniciativa pioneira à época (McCORMICK, 1992).

Essa visão tem a natureza como valor sagrado, e não mais como um estorvo ou algo ameaçador a ser domado. Hannigan (2009) afirma que o movimento de “retorno à natureza” e o “mito arcádico” foram socialmente construídos, sustentados na crença de uma natureza mais íntegra em valores, em contradição com uma cidade corrompida. Ele pontua que essa ideia foi levada para lideranças na educação e para diversas instituições norte-americanas, tanto que é prática naquele país, até hoje, a ida dos jovens e crianças para acampamentos de verão escolares e a prática do escoteirismo.

Esse olhar sobre a natureza influenciou, por exemplo, a criação do Sierra Clube⁹³ (1892) e de uma verdadeira cruzada de observadores de pássaros naquele país e na Grã-

⁹¹ Hannigan (2009) explica que essa nova visão da natureza pode ser constatada na ampla bibliografia e literatura do passado e do presente sobre o tema, personificada, por exemplo, na personagem do lobo nos livros infantis *Chapeuzinho Vermelho* e *Pedro e o Lobo*, e em filmes da Disney, como “A Bela e a Fera”. Em contraste com essa visão, temos os gentis e civilizados *hobbits*, personagens do escritor inglês J. R. R. Tolkien no livro *O Senhor dos Anéis*, com assentamentos humanos de paisagens bucólicas, arredondadas e românticas, e os selvagens *orcs*, advindos de um mundo selvagem, das profundezas da floresta e das montanhas assustadoras de criaturas ameaçadoras, trazendo as armas, a tecnologia e a destruição da natureza.

⁹² O Parque Nacional de Yellowstone e a vida na natureza são retratados no desenho infantil conhecido no Brasil como “Zé Colméia e Catatau”, personagens que enlouqueciam o guarda-florestal Belo, roubando as cestas de piqueniques dos visitantes do parque e aprontando confusões. Esse desenho animado, cujo título nos Estados Unidos era *Yogi Bear*, foi criado por William Hanna e Joseph Barbera, em 1958. Em 2010, o estúdio Warner Bros. Pictures lançou o personagem em filme nos cinemas.

⁹³ Atualmente, o Sierra Clube tem mais de um milhão e quatrocentos mil membros. Entre os seus objetivos relacionados ao meio ambiente estão: 1) explorar e proteger os espaços selvagens do planeta; 2) colocar em

Bretanha. Esse movimento ganhou um número notável de patrocinadores de instituições políticas⁹⁴, que financiaram ações e emprestaram prestígio às causas conservacionistas (HANNIGAN, 2009). E foram dessas instituições que saíram os diversos popularizadores da proteção da natureza dessa época, que fundaram instituições importantes, tais como: Museu Americano de História Natural, Sociedade do Zoológico de Nova York, National Geographic Society, dentre outras. Além de levantar recursos para a fundação de instituições públicas e de defesa de questões ambientais, essas instituições tinham grande capacidade, como ressalta Hannigan (2009), para chamar a atenção da mídia e influenciar outros formadores de opinião. Assim, o autor descreve que “o movimento de volta à natureza usou uma fonte profunda de sentimentos de existência cultural e por sua vez criou um número de símbolos e ícones identificáveis prontamente” (p. 69).

A despeito dos movimentos conservacionistas e preservacionistas já existentes até então, é só no fim da década de 1960 que surgiu um movimento ambientalista de massa e mais voltado para as classes populares, sustentado na opinião pública. Os motivos do alastramento desse ambientalismo são apontados por Castells (2008) como decorrentes de uma relação direta entre os temas defendidos pelo ambientalismo e uma nova estrutura social que se formava nesse período, tais como: 1) a ciência e a tecnologia como os meios e fins da economia e sociedade; 2) a transformação do espaço; 3) a transformação do tempo; 4) a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações construindo virtualidades reais pelas redes da mídia (p. 154).

A partir dos anos 1970, o ambientalismo irá centrar-se no saber da ecologia dos ecossistemas, um marco teórico fundamental que rapidamente irá difundir a preocupação com o meio ambiente (ver Quadro 10 abaixo). Alguns fatores explicam, segundo Hannigan (2009), essa centralidade: 1) a linguagem e as lógicas ecológicas ligadas a uma teoria científica na busca de respostas aos problemas ambientais da época (poeira radioativa, contaminação por pesticida, superpopulação, poluição urbana); a fusão da ecologia com a ética, propondo uma “ética da terra” e estendendo os direitos de ética ao mundo natural, visto como comunidade, e não como *commodity*; a eleição da ecologia científica como teoria explicativa para os problemas ambientais, pois irá dar autoridade aos embates e lutas políticas sobre o meio natural e sua visão holística irá atrair seguidores dos movimentos de expansão de consciência e qualidade de vida (zen budistas, agricultura orgânica).

prática e promover o uso responsável dos ecossistemas e dos recursos do planeta; 3) educar e convidar a humanidade a proteger e restaurar a qualidade do ambiente natural e humano; 4) utilizar todos os meios jurídicos para conseguir os seus objetivos. Disponível em: <http://www.sierraclub.org/>

⁹⁴ Até o então presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, foi um leal defensor da natureza (HANNIGAN, 2009).

Quadro 10 — Enunciado sobre a natureza a partir da ecologia dos ecossistemas

1. O mundo natural tem direito e não pode ser tratado apenas como recurso a ser explorado.

Fonte: Elaboração da autora, com base em Hannigan (2009).

Nos anos 1980, um novo momento surge no ambientalismo. Emergem nos Estados Unidos os movimentos da justiça ambiental centrados mais nos direitos civis do que nos direitos da natureza. Capek (1993 *apud* HANNIGAN, 2009, p. 75) identifica elementos que compõem a estrutura desse movimento: o direito de obter informações que influenciem a vida da população em uma determinada situação; o direito de compensação dos poluidores em uma localidade em particular; o direito de participação democrática na decisão sobre o futuro da comunidade contaminada. A preocupação desses movimentos estava voltada para a justiça ambiental, sem, no entanto, abandonar o legado das décadas anteriores, tal como a crítica contra o industrialismo poluidor.

O que também se reforça nesse período é a distribuição e o desenvolvimento desigual dos recursos naturais e a segurança dos trabalhadores. Essas reivindicações surgiram como resultado da crescente insatisfação dos negros urbanos nos Estados Unidos contra a instalação de aterros sanitários e de incineradores de lixo, o que gerou uma quantidade imensa de poluição e toxicidade nos bairros cuja população era predominantemente negra. A esse tipo de política que submetia essas comunidades a situações de riscos se denominou “racismo ambiental”, termo usado pelo reverendo Benjamin Chavis, dirigente da Comissão de Justiça Social da Igreja Unida do Cristo, que publicou em 1987 um relatório sobre resíduos tóxicos e raça nos Estados Unidos. Esse documento quantificava que três entre cinco negros norte-americanos moravam em áreas com depósitos de resíduos tóxicos sem nenhuma fiscalização ou controle adequado do Estado (HANNIGAN, 2009). Além de exigir equidade de procedimentos (regras de governar, critérios de regulação e avaliação para serem aplicados uniformemente), equidades geográficas (determinados bairros, comunidades e regiões estão desproporcionalmente cheios de resíduos perigosos) e equidade social (raça e classes devem ser levadas em conta no processo de formulação de políticas), esse movimento reivindicava o direito à limpeza do ar, da terra, da água e da alimentação e o direito de trabalhar em ambiente seguro e limpo. E, ainda, trouxe para a discussão ambiental uma série de princípios que provoca o avanço do movimento de justiça ambiental para um novo tipo de política ambiental de inclusão social.

O movimento por justiça ambiental, que é articulado com as lutas sociais, territoriais, ambientais e de direitos humanos, adotou várias estratégias importantes de recrutamento. Em vez de tentar construir redes de movimento do nada, os organizadores conseguiram linhas preexistentes de redes e relacionamentos sociais, obtidas de redes de pessoas com histórias passadas de conexão social e política (HANNIGAN, 2009, p. 81).

Na década de 1990, esse movimento expande-se e incorpora a luta contra a exploração dos povos do “Terceiro Mundo”, que tomou corpo na reunião das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro em 1992 e nos encontros preparatórios que a precederam (ver Quadro 11 a seguir). “Estes ativistas ambientais trazem de volta o caminho para a renovação da consciência ecológica” (HANNIGAN, 2009, p. 82).

Quadro 11 — Enunciados sobre justiça ambiental

1. A maioria dos resíduos e poluentes está instalada em bairros onde estão as populações pobres e negras. E que estes também têm direito a terem limpos o ar, a água, a terra e a alimentação, assim como trabalhar num ambiente seguro e limpo.
2. E na formulação de políticas ambientais é preciso levar em conta a equidade social e racial.

Fonte: Elaboração da autora, com base em Hannigan (2009).

Em abordagem divergente do paradigma da Sociedade de Risco proposto por Beck (2010) para o Movimento de Justiça Ambiental, Acselrad, Mello e Bezerra (2009) afirmam que os riscos e os perigos gerados pela degradação ambiental não alcançam todos indistintamente, tal como ocorreu no desastre nuclear de Chernobyl, base referencial do pesquisador. Os autores afirmam que as populações não estão igualmente expostas aos efeitos nocivos de uma crise ambiental; que os benefícios do desenvolvimento estão concentrados nas mãos de poucos; e que há uma exposição desproporcional dos riscos ambientais para os mais pobres e grupos étnicos despossuídos. O Movimento de Justiça Ambiental teve um papel importante para a discussão dos movimentos sociais ambientais, pois realizou um duplo deslocamento:

[...] por um lado, promoveu uma aproximação dos movimentos dos direitos civis com as questões ambientais a partir da explicitação de que também nesse campo os não-brancos eram penalizados; por outro, despertou as entidades ambientalistas tradicionais para as lutas contra a desigualdade. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 24)

As reivindicações do Movimento de Justiça Ambiental sobre a equidade do tratamento das questões ambientais para grupos sociais, independentemente de raça e renda, e a participação nas decisões sobre ocupação e uso dos recursos naturais em seus territórios alterará, de acordo com Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 25), “a configuração de forças envolvidas nas lutas ambientais ao considerar o caráter indissociável de ambiente e sociedade politizando a questão do racismo e das desigualdades ambientais”. E traz um importante aspecto a ser considerado pelo desenvolvimento para que haja uma política ambiental justa: a junção de atividades no espaço ambiental que gerem a prosperidade de uns sem expropriar os outros. Ou seja, o enriquecimento dos ricos, quando sustentado na expropriação dos mais pobres, não pode ser considerado desenvolvimento e muito menos progresso.

[...] pois a exploração ambiental das populações mais desprotegidas faz da concentração dos males sobre os mais pobres um meio de extração de uma espécie de “mais-valia ambiental” pela qual os capitais se acumulam pela apropriação dos benefícios do ambiente e pela imposição do consumo forçado de seus efluentes indesejáveis aos mais pobres. Configura-se assim uma relação lógica entre a acumulação de riqueza e a contaminação do ambiente: certos capitais lucram com a transferência dos males ambientais para os mais desprotegidos. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 77)

Desse modo, a exploração ambiental coloca a desigualdade social nos países e entre os países na raiz da degradação do meio ambiental e a condição primária para o enfrentamento da crise do setor. E essa desigualdade ambiental manifesta-se tanto sob a forma desigual de proteção ambiental como no acesso diferenciado aos recursos naturais.

Falar do movimento ecologista é, conforme Castells (2008), levar em consideração um movimento tão diverso na sua composição como na sua forma de manifestação, mas o importante, conforme o autor, é a sua contribuição à discussão ambiental. Goldblatt (1996) afirma que, ao estudar os novos movimentos sociais no Ocidente do pós-Guerra, Habermas classificou-os como a representação do declínio secular das políticas de classes e a emergência de movimentos sociais diferentes dos trabalhadores, tanto na sua composição como nas suas formas de organização. Os novos movimentos sociais são classificados pelo filósofo alemão, segundo Goldblatt (1996), em duas categorias: os de emancipação e os de

resistência e de retirada. Como exemplo dos primeiros, ele cita os movimentos feministas, e dos segundos, o movimento ecologista. Nesse sentido, Goldblatt (1996, p. 187) entende que, “para os movimentos sociais modernos, as exigências políticas, a organização e os alvos de protestos encontram-se à volta da qualidade de vida, realização pessoal individual, participação e direitos humanos”.

A definição do movimento ambientalista, para Goldblatt (1996, p. 197), pode ter como ponto de partida a concepção de que são “formas de acção coletiva, com um grau de continuidade organizativa, emprenhados em alguma forma de transformação social de base”. Quanto ao movimento ambiental, essa transformação pode ser a limitação da degradação do meio ambiente e da criação de formas e estruturas sociais, econômicas e culturais que as mantenham em limites aceitáveis. Assim, entende que tanto os movimentos conservacionistas ingleses e os norte-americanos do século XIX como os partidos verdes e outras organizações do ambientalismo podem ser considerados como fases históricas diferentes do movimento ambientalista. No entanto, abre uma diferença importante para se compreender o novo ambientalismo:

A “novidade” dos movimentos alternativos, ambientalistas e de paz baseia-se habitualmente num contraste com o movimento dos trabalhadores. [...] que pode ser definido não só em termos das diferenças óbvias nos objectivos e aspirações, mas também em termos do seu local de actuação política (sociedade civil e cultura em vez do Estado e política), estrutura organizativa (aberta, fluida e participativa), composição social (de ordem moral e de ideia em oposição a políticas baseadas em interesses), formas não convencionais de actividade política (acção directa, protesto simbólico, mobilização da opinião pública) e aspectos essenciais das suas posições ideológicas. (GOLDBLATT, 1996, p. 198)

Dessa forma, a condição necessária para o desenvolvimento e a mobilização do ambientalismo foi a existência de um corpo grande de intelectuais com liberdade de acção, motivação e recursos para analisar a problemática ambiental emergente e apresentar diagnósticos e soluções que vão ao encontro dos interesses políticos e econômicos.

Goldblatt (1996) destaca que a política de ambiente tem sido mobilizada pela criação de espaços de valores de ordem moral, que emergiram parcialmente em reação aos problemas ambientais e também nas origens históricas do conjunto de transformações culturais do pós-Iluminismo. Esses argumentos de ordem moral podem ser encontrados também na “crítica cultural” posterior a 1960, em movimentos alternativos, de contracultura, feminista e de crítica ao consumismo, pois “permitiram que as ideias fossem articuladas com o domínio

público e que se apresentassem acordos sociais alternativos. Só então foi possível transformar os valores difundidos em programas e medidas políticas” (GOLDBLATT, 1996, p. 218).

A proposta de uma nova forma de entender o mundo e a realização de uma forte crítica à concepção dominante é uma das características dos movimentos dos anos de 1960/1970⁹⁵, e neles podemos incluir os movimentos ambientais (CAMPOS, 2006). O ambientalismo também deu expressão à contracultura,

[...] com sua rejeição da ética do trabalho, sua condenação do consumismo e dos valores materiais, e seu questionamento da racionalidade de uma sociedade que utilizou a ciência para produzir o que era visto como as atrocidades desumanas da guerra do Vietnam e o dano ecológico causado pelos inseticidas e refugos industriais. (McCORMICK, 1992, p. 74)

Castells (2008) ressalta que os movimentos ecológicos se destacam entre os movimentos sociais no último quartel do século XX por sua produtividade histórica e pelo impacto que tiveram sobre os valores culturais e as instituições sociais. Ele acredita que os movimentos ecológicos multifacetados que surgiram nos Estados Unidos, no norte da Europa e em grande parte do mundo nos anos 1960, encontram-se “no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura” (CASTELLS, 2008, p. 142).

Há um reconhecimento unânime, segundo Campos (2006), de que o movimento ecologista é o protagonista e o grande difusor da consciência sobre o meio ambiente; de que o papel dos seus organizadores tem sido chave na difusão de novos valores ecológicos; e de que a mídia foi o espaço escolhido por esse movimento para a difusão desses novos valores. “La capacidad seductora del movimiento ecologista para atraer la atención del público viene, en gran medida, por su habilidad a la hora de utilizar los nuevos medios de comunicación para la difusión de sus ideas” (CAMPOS, 2006, p. 80).

Castells (2008) compartilha dessa visão de que o êxito do movimento ambiental se deve, em grande parte, à sua capacidade de adaptação aos processos da mídia e de mobilização em torno de um novo paradigma tecnológico. Apesar da sua organização nas estruturas de base, a maioria de suas ações gira em torno de eventos voltados para a cobertura midiática, que se tornou cada vez mais frequente, dotando essa temática de uma legitimidade muito maior do que a atribuída a outras causas sociais. Como exemplo dessas ações, Crispim

⁹⁵ Podemos citar aqui os movimentos contra o racismo e a pobreza e o pacifismo nos Estados Unidos.

(2003) cita o Greenpeace⁹⁶, com as suas táticas de guerrilhas midiáticas, com ações e eventos voltados para a cobertura da mídia.

A discussão realizada nesta parte da análise coloca os fatores que possibilitaram a emergência histórica da temática ambiental na contemporaneidade como um problema global. A importância das catástrofes ambientais causadas pela poluição, pelo temor das armas nucleares e pelo nascimento da ecologia e de um saber sobre a relação entre os ecossistemas levaram a uma popularização desses problemas por cientistas e outros atores envolvidos nessa discussão, ou seja, a produção do saber atualizando as relações de poder e produzindo enunciados sobre a crise ambiental. Todas essas questões ganharam grande visibilidade pela ampla cobertura da imprensa, o que levou a uma melhor informação do cidadão comum e a uma maior percepção de um novo problema que envolve toda a espécie humana, interferindo na formação de uma opinião pública a pressionar governos e empresas.

5.2.4.1 Linhas de forças identificadas nas análises

A partir dos enunciados discursivos extraídos na realização dos movimentos analíticos diacrônico (Etapas 1 e 2 da pesquisa apresentada nos subitens 5.2 e 5.3) e sincrônico (Etapa 3 da pesquisa apresentada no subitem 5.4), pudemos perceber quatro linhas de força em disputa no Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS), a saber:

- *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista;*
- *Linha de Força Conservacionista;*
- *Linha de Força Científica Ecológica;*
- *Linha de Força Equidade Social e Ambiental.*

A *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista*, em nossa análise, está caracterizada pela busca constante de um desenvolvimento sustentado no crescimento econômico, baseado apenas no aumento da renda per capita, que tem como infinitos os recursos naturais, para sustentar um alto padrão de consumo, baseado no uso de energias fósseis, o que faz com que as questões ambientais sejam tratadas como variáveis a serem solucionadas pela C&T.

⁹⁶ O Greenpeace é uma organização global cuja missão é proteger o meio ambiente, promover a paz e inspirar mudanças de atitudes que garantam um futuro mais verde e limpo para esta e para as futuras gerações. Disponível em: < <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>>. Acesso em: 17 maio 2016.

A *Linha de Força Conservacionista*, para nós, é identificada como uma derivação da visão preservacionista de uma natureza sagrada e bela, tendo como fundamental a sua proteção como independente de seu valor econômico e/ou utilitário. E a ação humana, por sua vez, é tida como responsável pelos desequilíbrios do meio ambiente natural. Essa vertente evoluiu para uma visão mais conservacionista, caracterizada pela manutenção dos recursos naturais finitos para as necessidades atuais e das futuras gerações, mas com finalidade de uso para o ser humano de modo racional e eficiente.

Percebemos na análise a presença de uma terceira linha de força, a *Científica Ecológica*, que emergiu com o surgimento da Ecologia. Ela é baseada na ecologia dos ecossistemas, considerados como unidades autorreguladas com uma trajetória linear de desenvolvimento em direção a uma particular diversidade biológica e a um estado de estabilidade denominado clímax. Essa visão da natureza enfatiza o relacionamento entre a humanidade e seus ambientes, mediante o comprometimento responsável, respeitável e harmonioso com os ecossistemas. Estes últimos são vistos como possuidores de valores intrínsecos de comunidade, e não como *commodity*, fundindo ecologia e ética, estendendo os direitos de ética ao mundo natural. Essa relação harmoniosa é a resposta aos problemas ambientais.

A quarta e última linha de força que identificamos em nossa análise é caracterizada por um avanço dos pressupostos da justiça ambiental: a *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*. Ela é caracterizada pela busca da equidade política, geográfica e social no enfrentamento da crise ambiental, pois entende que o enriquecimento de poucos não pode ser baseado na expropriação dos mais pobres. Considera que não há desenvolvimento nem crescimento na acumulação do capital oriundo da apropriação dos benefícios do ambiente e pela imposição do consumo, que submete os mais pobres aos efluentes indesejáveis desse consumo. Essa linha é antagônica à *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista*, ao questionar os pressupostos do desenvolvimento, indagando sobre o que, como e para quem se produz, apontando para a busca de um novo desenvolvimento e de uma nova lógica econômica que gere equidade nas e entre as gerações presentes e futuras.

5.3 A composição do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável

Os dados a serem analisados na Etapa 2 do Recorte Diacrônico nos possibilitarão compor, conforme princípios discutidos no Capítulo 4, as linhas de visibilidade e de enunciação nos enunciados dispersos na composição da heterogeneidade discursiva, inscritas

em um jogo de poder-saber baseado em estratégias, nas relações de forças e na emergência dos focos de resistências no campo de lutas que se formaram desde as prévias da Conferência de Estocolmo até a década de 1980. Nos elementos que compõem o arquivo histórico, buscamos delinear o mapa a partir dos embates e das lutas das correlações de forças que se formaram no processo das negociações de acordos internacionais, como curvas de visibilidade e de enunciação que esses possibilitaram. Segundo Deleuze (2005), no método cartográfico de Foucault, as palavras, as frases e as proposições são escolhidas segundo a função que exercem no conjunto, e essa escolha deve ter como critério os focos difusos de poder e de resistências acionados por um problema.

5.3.1 Recorte diacrônico: o *corpus* 2 da Etapa 2 da pesquisa

O *corpus* da Etapa 2 do Recorte Diacrônico foi composto pela análise dos seguintes documentos: Relatório do Seminário Regional Latinoamericano sobre los Problemas del Medio Ambiente Humano y el Desarrollo (CEPAL, 1971a), Relatório Founex (CEPAL, 1971b), Relatório Uma Terra Somente (CEPAL, 1971c), Declaração de Estocolmo (NAÇÕES UNIDAS, 1972a), Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972a), Plano de Ação de Estocolmo (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972b), Relatório da América Latina (CEPAL, 1973), Geo 3 (PNUMA, 2004), “A Estratégia Mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos para alcançar o desenvolvimento sustentável” (UICN; PNUMA; WWF, 1980), Relatório Brundtland (CMMAD, 1991). Também compuseram o *corpus* dessa etapa os livros *Rumos ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*, de McCormick (1992) e *Uma Terra Somente*, de Ward e Dubos (1973).

Não temos a pretensão de obter da análise todas as respostas e muito menos a de construir certezas, pois o que pretendemos é tecer a trama com o que acreditamos ser um dispositivo formado pela visibilidade, pelas linhas de força, pelos enunciados que emergiram em um determinado momento histórico e a partir de uma urgência em torno de uma problemática que se apresentou naquele momento. E como apontamos anteriormente, não propomos aqui cartografar o desenvolvimento sustentável na busca infinita do seu arquivo, muito menos fazer julgamentos morais e previsões do que pode vir a ser. O que propomos é fazer escolhas e apostas intelectuais e experimentar, na tentativa de compreender esse fenômeno moderno que vem estabelecendo práticas, efeitos, visibilidades, enunciados,

positividades e sujeitos. É a esse desafio que nos lançamos neste trabalho, “pensando com Foucault”, com Deleuze e tantos outros nesta jornada de pesquisa.

Foucault (2010) aponta que, para analisar as relações de poder, o analista deve levar em consideração as estratégias que compõem as relações de poder e os elementos essenciais que as constituem: as diferenciações, os objetivos, as modalidades instrumentais, as formas de institucionalização e os graus de racionalização. Esses itens foram discutidos no Capítulo 4 e iremos retomá-los novamente nesta análise.

5.3.2 A constituição das relações de forças sobre a questão ambiental: a realização da 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente

As preocupações sobre os danos causados ao meio ambiente pelo desenvolvimento científico e tecnológico ganharam força com a corrida armamentista no período da Guerra Fria, mostrando ao mundo a grande capacidade de autoextermínio do homem. Os riscos e os perigos à vida e a percepção deles pela opinião pública vão se intensificando à medida que os enunciados sobre o meio ambiente vêm a público e ganham mais visibilidade. O sentimento de ameaça à vida foi importante para que o meio ambiente fosse visto não somente como riqueza, mas também como essencial às condições de vida no planeta.

No início da década de 1970, as inquietações em torno da degradação ambiental e das condições de sustentação da vida no planeta acentuaram-se e generalizaram-se nos países desenvolvidos do Ocidente. Junto com essas impressões, fortaleceu-se uma consciência ambiental, em grande parte devido à atuação dos movimentos sociais, que nesse período reforçaram a luta por mudanças, pela garantia dos direitos civis e de gênero, e pela paz nos Estados Unidos e em parte da Europa, colocando em jogo outras questões que não estavam diretamente vinculadas à satisfação material ou econômica, tal como a necessidade da preservação da vida e dos sistemas ecológicos planetários como condição de existência da atual e das futuras gerações.

Dessa maneira, o crescimento das manifestações sociais acelerou a ampliação dos espaços institucionais de discussão da problemática ambiental. Na época, o nível de poluição do ar nas proximidades das áreas de complexos industriais gerou um problema de saúde pública nos Estados Unidos; em países europeus, principalmente na Alemanha e na Inglaterra; e no Japão. Junto com a poluição causada pelos veículos nas grandes cidades, surgiu o fenômeno das chuvas ácidas, que afetou principalmente os países escandinavos, tornando mais evidente a complexidade das cadeias destrutivas geradas pela degradação ambiental e o

alcance transnacional de muitos dos seus efeitos. As tentativas de resolução exigiram, portanto, não só um tratamento mais amplo da questão, como também a formação de uma cooperação internacional articulada mundialmente (MACHADO, V., 2005).

Preocupados com os efeitos da precipitação das chuvas ácidas sobre seu território, em 1969 o governo da Suécia⁹⁷ abriu uma representação no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) solicitando uma conferência para discutir as possibilidades de negociação de mecanismos de controle e redução das emissões de gases poluentes por parte dos países responsáveis pela poluição geradora das precipitações ácidas sobre seu território. A partir dessa representação, teve início o processo de preparação de uma Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, cuja sugestão foi encaminhada pelo Conselho à Assembleia Geral das Nações Unidas (McCORMICK, 1992).

A demanda por um espaço intergovernamental para a discussão dos problemas ambientais foi encaminhada rapidamente no interior das Nações Unidas. Para McCormick (1992), o motivo da rapidez não teve como causa apenas as inquietações dos governos diretamente afetados, pois na verdade estava relacionado à pressão imposta pelo “novo ambientalismo” no interior dos países desenvolvidos, mobilizando a opinião pública e a mídia para os problemas ambientais enfrentados nesses países e no resto do mundo. Os movimentos faziam pressão por soluções para as consequências decorrentes da degradação ambiental e para a elaboração de uma ampla política de proteção ao meio ambiente. Todo esse movimento contribuiu para que se constituísse um espaço de “visibilidades” e “enunciações”, ou seja, um espaço de “fazer ver” e “fazer falar” sobre a questão ambiental, projetando luz sobre determinadas questões relativas ao meio ambiente e sobre as possíveis causas dos problemas que surgiam. Temos, aqui, as forças iniciais que incitaram a discussão sobre a necessidade de uma solução dos problemas colocados.

Ao mesmo tempo que a proposta de uma conferência intergovernamental apontava para a vitória de grupos organizados da sociedade civil para a composição de uma agenda ambiental que discutisse os problemas vivenciados na época, os setores produtivos da indústria, da agricultura e de energia opunham-se fortemente ao fortalecimento das legislações ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O setor produtivo teve de lidar rapidamente com o novo desafio colocado pela discussão ambiental: “Em certos casos, incorporou valores pelos quais lutava o movimento ambientalista. Em outros,

⁹⁷ A Suécia vinha realizando pesquisas desde a década de 1960 e percebeu um aumento na acidez da chuva no país, o que fez com o que os cientistas reivindicassem ações preventivas (McCORMICK, 1992).

encontrou maneiras de enfraquecer ou contornar a legislação ambiental e a atenção da mídia” (LAGO, 2013).

As relações de força podem ser entendidas como uma ação relacionada com outra ação, que por sua vez geram outras ações correlatas e baseadas em estratégias que objetivam, em uma situação de confronto, tornarem-se vencedoras. Esse “conjunto de ações sobre ações possíveis” possuem variáveis que expressam as relações de força e de poder contidas nelas, tais como incitar, induzir, desviar, tornar fácil ou difícil, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável, ordenar no tempo e no espaço (DELEUZE, 2005, p. 78-79). É sobre as forças exercidas no poder de afetar outras forças que nos deteremos, na busca pelos pontos singulares estabelecidos nessas relações.

Para além dos diversos livros já lançados sobre a questão ambiental, que geraram uma multiplicidade discursiva e uma grande visibilidade pública (Ver item 5.1.2), surgiu a necessidade de se construir conhecimentos sobre essa urgência emergente, mobilizando cientistas, principalmente dos países desenvolvidos, para a compreensão desse fenômeno, suas causas e possíveis soluções. Alguns temas ambientais foram tratados cientificamente em dois eventos que precederam a Conferência de Estocolmo, trazendo para esta princípios importantes para a discussão: a Conferência de Conservação e Utilização de Recursos e a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera realizadas em 1949 e 1968, e é sobre elas e suas contribuições que trataremos a seguir.

5.3.2.1 Um saber ambiental em construção

A primeira Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCUR) é considerada o primeiro marco importante na ascensão do movimento ambientalista internacional. Realizada em setembro de 1949, em Nova York (EUA), foi organizada conjuntamente pela Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO), Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). O evento foi o resultado de uma solicitação do representante norte-americano nas Nações Unidas ao ECOSOC, propondo a formação de uma conferência para discutir a conservação e a utilização eficiente dos recursos naturais. A preocupação por trás dessa solicitação era a necessidade de examinar a conservação do meio ambiente a partir das novas

demandas por recursos no processo de reconstrução das nações envolvidas no conflito do pós-Segunda Guerra (McCORMICK, 1992).

Participaram desse evento mais de 530 delegados de 49 nove países, em 54 reuniões divididas em seções para a discussão de temas como minerais, combustíveis e energia, água, florestas, terra, vida selvagem e sobre os recursos globais (o aumento da pressão e a interdependência dos recursos), as carências de alimentos, o desenvolvimento de novos recursos por meio da tecnologia aplicada, os recursos educacionais para países em desenvolvimento e o desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas, entre outros.

Essa conferência teve como foco central um fórum de debate científico, e, apesar de também terem sido mencionados aspectos políticos e de ser uma reunião intergovernamental, como ressalta McCormick (1992), ela não tinha poder para estabelecer imposições, fazer recomendações e muito menos celebrar acordos internacionais com os governos participantes. A meta principal era a realização de discussões sobre como o conhecimento científico poderia contribuir para uma melhor utilização dos recursos existentes e na descoberta e criação de novos recursos. Os temas discutidos na agenda da UNSCCUR vieram à tona novamente quase 20 anos depois na Conferência da Biosfera, realizada em 1968, em Paris, na França, tendo como propósito “a persuasão das nações emergentes quanto às virtudes da conservação” (McCORMICK, 1992, p. 97).

A Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera⁹⁸, proposta para buscar soluções científicas para a conservação, foi em parte o resultado da crescente coordenação dos estudos ecológicos iniciados com o Programa Biológico Internacional (Ver item 5.1.3), retomados em cooperação internacional da UNSCCUR em 1949. As discussões giraram em torno do impacto humano na biosfera, tais como os efeitos da poluição do ar e da água, o excesso de espaço destinado às pastagens e o desmatamento. A partir dos relatórios nacionais que circularam na Conferência da Biosfera, McCormick (1992, p. 98) enumera os temas dos debates propostos da seguinte maneira:

- 1) As mudanças no meio ambiente parecem ter atingido um estágio crítico.
- 2) As transformações geraram preocupações nos países desenvolvidos, e a exigência, por parte da população, de correções e mudanças.

⁹⁸ A biosfera é compreendida aqui no sentido que lhe é atribuído por McCormick (1992), ou seja, como os locais do mundo nos quais a vida pode existir, como certas partes da litosfera, da hidrosfera e da atmosfera.

- 3) Os caminhos tradicionais de desenvolvimento e do uso dos recursos naturais alteraram-se com a prática de um desenvolvimento descuidado e com a conscientização de que esse tipo de desenvolvimento deveria ser substituído por um modelo que levasse em conta a biosfera como um sistema que pode ser afetado globalmente devido às atividades realizadas em quaisquer de suas partes.
- 4) Um novo enfoque interdisciplinar para o uso planejado dos recursos naturais deve ser elaborado, bem como a convocação das ciências sociais para fazer parte na busca de soluções, pois as ciências naturais e a tecnologia não podem resolver sozinhas os problemas de como gerir os recursos.
- 5) Novas pesquisas devem ser realizadas, tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento, para encontrar soluções para os problemas da biosfera, adaptando técnicas às diferentes áreas no interior e em regiões de mais de dois países, pois se entende que não há solução universal para os problemas ambientais.

Ao final da Conferência, foi elaborado um documento com 20 recomendações, que enfatizavam a necessidade da realização de pesquisas internacionais e a educação das pessoas sobre a questão ambiental. Esses enunciados apontam para a busca do domínio de objeto pela comunidade científica internacional, baseada nos princípios em desenvolvimento pela Biologia e a Ecologia (Ver item 5.1.3), e foram assim resumidas por McCormick (1992, p. 98):

- 1) Recomendações de 2 a 8: Da necessidade de mais pesquisas eficientes sobre os ecossistemas, ecologia humana, poluição e recursos genéticos e naturais, assim como do desenvolvimento de um inventário e do monitoramento dos recursos.
- 2) Recomendações de 9 a 13: Da necessidade de novas abordagens na educação ambiental.
- 3) Recomendação 1 e 20: Da defesa da criação de um novo programa de pesquisa internacional sobre o homem e a biosfera.
- 4) Recomendação 19: Da necessidade de avaliar os impactos ambientais dos projetos de desenvolvimento de grande escala.

A última recomendação manifestava o temor dos delegados de que a industrialização e a exploração intensiva dos recursos naturais causassem danos irreparáveis às áreas ainda

intocáveis do meio ambiente, inibindo assim o desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento (McCORMICK, 1992).

O enunciado do impacto do crescimento populacional nos recursos disponíveis no planeta é retomado, assim como a industrialização e a urbanização no meio ambiente, como causas da problemática ambiental vivenciada na época. Como vimos anteriormente (item 5.1.2), a visão neomalthusiana – que influenciou muitos estudos que buscavam encontrar as causas da deterioração das condições do ambiente, do crescimento populacional e da incompatibilidade dos recursos naturais – é novamente apontada como um dos motivos dos problemas ambientais enfrentados. Essa perspectiva, amplamente discutida na Conferência de Estocolmo, foi um dos pivôs dos receios dos países em desenvolvimento sobre a possibilidade da execução de uma política internacional que obstruísse suas condições de crescimento econômico e de desenvolvimento.

Um dos resultados mais importantes dessa Conferência foi a ênfase dada pelos pesquisadores à inter-relação dos impactos ambientais, pois as mudanças produzidas pelo homem em determinada parte alteravam a biosfera como um todo. Esse enunciado não era novo, tendo em vista que o conceito de ecossistema já havia sido desenvolvido no início do século XX pela Ecologia e nesse momento era retomado pelos cientistas de forma enfática. A constatação de que os problemas ambientais deveriam ser resolvidos em escala global tornou-se um argumento forte nas discussões na época e perdura até hoje.

A necessidade de um saber que desse conta do domínio científico de um novo objeto (a questão ambiental) estava sendo construído a partir de enunciados já existentes sobre a compreensão desse fenômeno e de outros novos a serem desenvolvidos por meio das pesquisas intergovernamentais em elaboração. O Programa Biológico Internacional (IBP), lançado em 1968 na Conferência da Biosfera, foi concluído em 1974 e pouco avançou por conta da insuficiência dos recursos e por ser uma iniciativa não governamental (McCORMICK, 1992), e para substituí-lo foi proposto o programa O Homem e a Biosfera (Man and the Biosphere – MAB), lançado em 1971. Esses saberes e outros que viriam a ser implementados estariam presentes tanto nos preparativos como na Conferência de Estocolmo, nos jogos de verdade que iriam embasar os argumentos nos embates e nas lutas sobre a composição dos diversos documentos, tratados, planos de ação e discursos sobre o encaminhamento da questão ambiental.

Vale ressaltar que na análise arqueológica de Foucault (2007b), os saberes não estão contidos somente em demonstrações científicas; eles podem atravessar textos literários e filosóficos, como também ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais e até

decisões políticas. Todos esses elementos podem compor a constituição de um saber sobre um determinado objeto. Portanto, a questão dos saberes sobre a questão ambiental está sendo iniciada aqui, mas irá percorrer toda a análise, pois as relações de poder estão imbricadas com as de saber, e este estará sempre atualizando aquele, como veremos ao longo da análise.

5.3.2.2 Preparativos para Estocolmo: diferenciações, objetivos e instrumentos das relações de poder

A realização da Conferência de Estocolmo foi aprovada em 1968 e nos quatro anos que se seguiram foram realizados os preparativos para sua concretização. Para tanto foi constituída pelas Nações Unidas uma Comissão Preparatória, cuja presidência coube ao empresário canadense Maurice Strong. Ele também foi designado secretário-geral das duas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizadas, respectivamente, em Estocolmo (1972) e no Rio de Janeiro (1992), e o primeiro diretor executivo do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP), criado após Estocolmo.

A Comissão Preparatória foi integrada por 27 governos, entre eles, cinco países da América Latina: Argentina, Brasil, Costa Rica, Jamaica e México. Na preparação da Conferência, foram envolvidos diversos departamentos das Nações Unidas, secretarias das comissões econômicas regionais, organismos especializados e organizações governamentais e não governamentais. Ao longo dos quatro anos, a Comissão Preparatória examinou a ampla documentação produzida pelos governos (68 documentos) e outros relacionados aos trabalhos em desenvolvimento nos encontros promovidos em Nova York (um) e Genebra (três), nas reuniões gerais da comissão, e em seminários regionais e reuniões científicas em diversos países (CEPAL, 1973).

Se os países desenvolvidos estavam preocupados com a degradação ambiental decorrente do progresso industrial e tecnológico, do crescimento populacional urbano e do aumento do consumo, não sucedia o mesmo com as nações em desenvolvimento, que tinham como prioridade o seu desenvolvimento regional. Essas tinham certo receio de que a Conferência pudesse desviar a atenção e os recursos do desenvolvimento dos seus países, em favor de uma nova lógica ambiental a ser adotada pelas nações investidoras (CEPAL, 1973). Já os países menos desenvolvidos temiam que as restrições ambientais impostas pelas nações industrializadas afetassem o seu desenvolvimento, com restrições comerciais a produtos e

alimentos contaminados por pesticidas. A insegurança na implementação de uma política de “crescimento zero”, defendida pelo Clube de Roma (Ver item 5.2.3), era um dos fatores que levaram a uma forte reação desses países em desvantagens econômicas, que se tornaram um foco de resistências às posições impostas pelos países desenvolvidos (Ver Quadro 12 a seguir).

Quadro 12 — Enunciado contra o crescimento zero

1. Embora de aplicação supostamente universal, as teses do “Clube de Roma” visam evidentemente o mundo em desenvolvimento, cujo progresso econômico passaria a ser interpretado como um retrocesso e um risco para a Humanidade. Uma nova filosofia política parece assim nascer e, da mesma maneira que o controle demográfico constitui hoje um perigoso dogma das grandes organizações internacionais de crédito, poderá um dia a filosofia antidesenvolvimentista ganhar terreno, com reflexos negativos nos poucos setores em que a cooperação econômica internacional tem-se revelado mais útil e promissora. [...]. Até que ponto é possível combater eficazmente a escalada antidesenvolvimentista sem uma mobilização dos meios intelectuais e da imprensa, inclusive nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental?

Fonte: Elaboração da autora, com base em documento do Ministério do Interior (1972a, p. 6)

Esse documento do Ministério do Interior do Brasil manifesta a repercussão das teses defendidas pelo Clube de Roma e o medo de que elas se tornassem uma prática política e econômica na relação entre os países que financiavam o desenvolvimento no Terceiro Mundo. No documento diplomático brasileiro, essas teses são refutadas, ante o temor da implementação de uma “política elitista”, que busque manter os países nas condições de subdesenvolvimento em que se encontravam (ver Quadro 13 a seguir). O documento parece também se constituir no jogo de construção de verdades sobre a questão ambiental que se formava nesse ambiente de discussão entre países ricos e pobres. Temos a composição em torno de pontos singulares de forças e contra forças se constituindo a partir dos debates prévios à Conferência de Estocolmo e que prosseguem até hoje, com as suas atualizações constantes. Deleuze (2005) aponta que há um primado do poder sobre o saber, argumentando que, se o poder faz ver e faz falar, é o saber que vê e que fala. O poder, diz o autor, na relação com o saber, produz verdades quando faz ver e faz falar, mas verdades como problema.

Quadro 13 — Enunciados contra o crescimento zero

1. Naturalmente, as concepções inspiradas pelo “Clube de Roma” – além de baseadas em uma metodologia discutível, na medida em que as previsões são feitas segundo modelos matemáticos que não refletem integralmente a realidade – apresentam algumas premissas de fácil impugnação: as taxas de crescimento demográfico exageram o fator exponencial; os recursos disponíveis são subestimados, não levando devidamente em conta tanto as reservas previsíveis como os efeitos das inovações

tecnológicas; a evolução tecnológica é projetada de forma limitada e quase estática, sem as perspectivas exponenciais atribuídas aos demais fatores da equação população/utilização de recursos.

2. Vale acrescentar, ademais, que o próprio conceito de uma sociedade estável é estruturalmente incompatível, em termos macroeconômicos ao menos, com a dinâmica tanto do sistema capitalista de produção, baseado na maximização dos lucros, como da organização socialista da economia, orientada para a maximização da produção. Finalmente, mesmo do ponto-de-vista político e ético, não se poderia admitir a paralisação do desenvolvimento econômico sem uma ampla redistribuição internacional da riqueza, dificilmente viável. Em última análise, o que parece existir é a ideia elitista de que, não sendo possível o nivelamento da sociedade “por cima”, a solução seria uma política rigorosa de controle justificada agora em termos ambientais.

Fonte: Elaboração da autora, com base em documento do Ministério do Interior (1972a, p. 6)

Toda relação de poder, para Foucault (2010a), opera diferenciações que são condições e efeitos. Os discursos do Clube de Roma, que apontam a superpopulação do Terceiro Mundo como uma das causas dos problemas ambientais, parecem ser um elemento diferenciador das diferenças econômicas postas pelo sistema de apropriação de riquezas e bens. Também indicam um tipo de objetivo a ser perseguido por aqueles que agem sobre a ação dos outros na busca do controle populacional desses países. O documento aponta ainda para o temor dos países em desenvolvimento quanto à institucionalização desse discurso por mecanismos mais ou menos complexos de controle, principalmente financeiros. O sistema de diferenciações entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento, mediante as diferenças econômicas na apropriação de bens e riquezas, possibilita o agir sobre a ação dos outros de formas diferenciadas. Já a desigualdade entre esses países será um ponto importante no jogo de poder e de resistências que irão se formar durante todo o processo de discussão sobre a questão ambiental até hoje.

Naquele momento, parecia ganhar força a questão sobre a quem caberia o ônus pelos custos ambientais e sobre as mudanças requeridas por planejamentos que considerassem a questão ambiental: “O que realmente importa saber é quem toma as decisões, a quem estas últimas devem beneficiar e a quem devem caber os ônus” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972a, p. 7).

Em discurso na Comissão da Assembleia Geral da ONU em 29 de novembro de 1971, o embaixador brasileiro Miguel Ozório chamou a atenção para a forma como a questão ambiental estava sendo usada para a criação de um novo código de comportamentos dos países em desenvolvimento e das instituições financeiras internacionais, alertando para o fato de que esses países “estão sendo chamados para compartilhar o fardo da preservação da

ecologia, enquanto a guerra contra a pobreza é ainda considerada uma ‘*petite guerre*’” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972a, p. 7).

Estavam postas as correlações de forças desiguais entre as nações industrializadas e aquelas em desenvolvimento, com o Clube de Roma atuando contra os interesses dessas últimas. É importante ressaltar que, como colocou Foucault (2010a), os processos de sujeição não podem deixar de ser analisados fora da relação dos mecanismos de exploração e dominação, derivados de processos econômicos e sociais. E é essa lógica de sujeição que parece se manifestar nessa relação à qual os países em desenvolvimento estavam submetidos e é contra ela que buscavam criar estratégias de resistências nesse novo cenário colocado internacionalmente. Temos então uma ação que afeta a ação dos países em desenvolvimento, configurando-se uma relação de forças em torno da busca da solução para as questões ambientais. O conflito se estabelece no processo de proposição de “soluções”, e a “contra ação” desses países foi a de reagir ao que lhes estava sendo colocado, criando assim pontos de resistências, portanto, pontos singulares, como resultado das relações de forças estabelecidas.

As resistências não são necessariamente o contraponto, e sim o interlocutor inflexível dos embates e lutas nas relações de poder (FOUCAULT, 2010a). Vemos elementos que apontam para a questão ambiental e que fazem emergir as resistências nos grupos de países não desenvolvidos, mas não aos problemas ambientais que estavam sendo colocados, e sim às propostas de como solucioná-los, aos custos advindos deles e a quem caberia esse ônus. Os grupos de países do Sul⁹⁹ pareciam resistir a uma possível imposição dos países do Norte e contra a possibilidade de serem penalizados mediante a obstrução do seu crescimento, do controle de natalidade e tantas outras medidas relacionadas ao enunciado do “crescimento zero” que circulava nos discursos. A ideia era resistir a eventuais e futuras ações, tais como os possíveis cortes nos financiamentos para o desenvolvimento de seus países e as possíveis imposições alfandegárias aos seus produtos no processo de troca comercial. Essa é uma das variáveis de poder e de resistência colocadas nas relações de poder (DELEUZE, 2005, p. 78-79).

Em vez de eximirem-se da discussão, esses países em desenvolvimento foram para o campo de luta, estabelecendo posições, conseguindo aliados e estabelecendo estratégias diplomáticas, refutando as “vontades de verdades” postas sobre a questão ambiental. Desse modo, podemos perceber também as modalidades de instrumentos dessas relações, os espaços diplomáticos dentro e fora da ONU. Foucault (2010a) ajuda-nos a compreender que o objetivo

⁹⁹ Os países do Sul não são apenas os que estão no lado Sul da linha do Equador, mas também os da Ásia e de outros continentes que sofrem as mesmas imposições dos países centrais do Norte.

das lutas travadas por esses países não era atacar as outras nações envolvidas, uma instituição de poder ou grupo, ou mesmo uma elite ou classe, e sim atacar a técnica, a estratégia de poder sobre a possibilidade de imposição da obstrução do crescimento econômico e populacional e contra as determinações sobre o patrimônio natural desses países. Temos a formação daquilo que Foucault (2010a) chama de pontos singulares, ou seja, as relações de poder são relações diferenciais que determinam singularidades, a partir de afetos ativos e reativos, de ações e reações, de linhas de força e contra força. Esses pontos formam-se em torno da relação de forças, a partir das estratégias de poder e das resistências. Ao conjunto da série de pontos singulares, Foucault (1988) denomina regularidade dos enunciados, e teremos muitos desses pontos singulares sobre a questão do meio ambiente antes, durante e depois da Conferência de Estocolmo.

Apesar dos temores de que os países em desenvolvimento não participassem da discussão, assim que a Comissão Preparatória para a Conferência de Estocolmo foi constituída, os representantes dos países em desenvolvimento manifestaram seu desejo de tomar parte da construção desse trabalho internacional, por entenderem que os problemas ambientais também os afetavam e acreditarem na possibilidade de aprender com os erros ambientais cometidos pelas nações industrializadas (McCORMICK, 1992). Temos aqui uma atividade não de evasão desses países das discussões e dos embates, pelo contrário, eles se colocaram no campo de batalha, resistindo às ações estratégicas colocadas no jogo de poder que se estabeleceu em torno da questão ambiental no espaço de discussão das prévias e da Conferência de Estocolmo. Ou seja, assumiram o papel de interlocutores inflexíveis das estratégias de poder.

Embora, os debates da Assembleia Geral e da Comissão Preparatória advertissem rapidamente que os países em desenvolvimento desejavam incorporar a tarefa coletiva, tanto porque os problemas estavam ocorrendo também nos seus territórios, ainda com características diferentes, como estimar que estes tipos de problemas pudessem ultrapassar as fronteiras e que as medidas a serem tomadas pelos países mais industrializados para defender seu ambiente poderia ter repercussões negativas para eles. (CEPAL, 1973, p. 3, tradução nossa)¹⁰⁰

¹⁰⁰ Sin embargo, en los debates de la Asamblea General y de la Comisión Preparatoria se advirtió muy pronto que los países en desarrollo deseaban incorporarse a la tarea colectiva, tanto porque estos problemas se estaban agudizando también en sus territorios, aunque con características diferentes, como por estimar que este tipo de problemas rebasa las fronteras y que las medidas que pudieran tomar los países más industrializados para defender su ambiente podrían tener repercusiones negativas para ellos. (CEPAL, 1973, p. 3)

Os embates e lutas de grande parte das reuniões preparatórias para a Conferência de Estocolmo giraram em torno de duas perspectivas diferentes sobre as causas dos problemas ambientais para os países industrializados e aqueles em desenvolvimento. Estes últimos firmaram posição no sentido de verem seus interesses atendidos (Ver Quadro 14 a seguir).

Quadro 14 — Enunciado sobre a inclusão do desenvolvimento na questão ambiental

1. Os países em desenvolvimento aceitariam o novo tema proposto pelos países ricos, mas queriam vê-lo incluído no contexto do desenvolvimento econômico e social, uma de suas prioridades tradicionais no âmbito das Nações Unidas, um dos famosos três “D” – Desarmamento, Descolonização e Desenvolvimento.

Fonte: Elaboração da autora, com base em Castro (1963 *apud* LAGO, 2013, p. 42).

Strong (2003 *apud* LAGO, 2013) temia que os países em desenvolvimento boicotassem a conferência: “Quando me tornei secretário-geral da Conferência [...] havia um forte movimento por parte dos países em desenvolvimento, liderados pelo Brasil, de boicotar a Conferência” (p. 42). Na busca para conseguir a aprovação dos países em desenvolvimento, Strong realizou diversas viagens para se encontrar com seus governantes. Mas a decisão determinante para conseguir o apoio da maioria deles veio da decisão de compor um grupo de peritos sobre desenvolvimento e meio ambiente, em Founex, Suíça, em junho de 1971, acatando as reivindicações desses países para que o desenvolvimento entrasse na pauta ambiental (STRONG, 2003 *apud* LAGO, 2013, p. 45).

Esse grupo de peritos, formado por 27 especialistas¹⁰¹ de diversas áreas e países, observadores das agências das Nações Unidas e observadores diretamente ligados aos temas discutidos (CEPAL, 1971b), elaborou no fim dos trabalhos um documento considerado um “marco conceitual” e que parece ter desempenhado um papel importante nas discussões travadas nas reuniões e seminários seguintes.

A mesa-redonda de Founex tentou assegurar aos países menos desenvolvidos que a proteção ambiental não entraria em conflito com seus interesses, não afetaria suas posições no comércio internacional e que eles poderiam manter seu desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo que evitavam as ciladas experimentadas pelo mundo mais desenvolvido (McCORMICK, 1992, p. 101).

¹⁰¹ Entre os pesquisadores que assinam o documento, temos Ignacy Sachs, um importante pesquisador brasileiro sobre a questão ambiental, e o embaixador do Brasil, o diplomata Miguel Ozório de Almeida, encarregado de preparar as posições brasileiras e bastante atuante nos embates e nas lutas na defesa das posições dos países em via de desenvolvimento. Ele foi um dos primeiros diplomatas brasileiros a se dedicar ao tema do desenvolvimento econômico e o único que fez parte da elaboração final do documento (LAGO, 2013).

Na introdução do documento, Strong afirma a importância dele e de como contribuiria para as discussões da Conferência a ser realizada:

O informe desta reunião representa uma valiosa contribuição fundamental para a compreensão destes temas. Além disso, um pré-requisito indispensável de um tipo de cooperação internacional que será necessária, si a humanidade deve preocupar-se com a nova forma de perceber o desafio do meio ambiente. O informe delinea claramente e coerentemente, muitos dos principais temas com os quais se haverão de enfrentar os governos dos países em desenvolvimento e os em vias de desenvolvimento, quando se reunirem em Estocolmo em junho de 1972 para a Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Humano. Considero este documento, como uma das maiores contribuições para a preparação da Conferência e um marco histórico do dialogo entre ‘desenvolvimento e meio humano’. (STRONG, 2003 *apud* CEPAL, 1971b, p. 4, tradução nossa)¹⁰²

O saber atualiza as relações de poder e é essa atualização que Deleuze (2005), ao esclarecer o método foucaultiano, afirma estabilizar as relações de poder, estratificando-as e gerando uma integração. Essa integração, conforme o autor, é uma “operação que consiste em traçar uma ‘linha de força geral’, em concatenar as singularidades, alinhá-las, homogeneizá-las, colocá-las em séries, fazê-las convergir” (DELEUZE, 2005, p. 83). Essa linha de força geral, explica o autor, não ocorre de forma global e imediata, e sim na multiplicidade de integrações locais, parciais, e a “cada uma em afinidades com tais relações, tais pontos singulares” (p. 83).

Em junho de 1971, as teses brasileiras sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente refletiram-se no “Relatório de Founex” (CEPAL, 1971c), submetido à Conferência de Estocolmo no âmbito do chamado Tema V da respectiva agenda, e endossado, em princípio, ao menos por um grande número de países tanto em desenvolvimento como desenvolvidos (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972a, p. 9-10).

A ação dos países em desenvolvimento para colocarem seus interesses na agenda política da Conferência parece ter alcançado êxito. O documento modificou o rumo das negociações sobre o meio ambiente, que teriam a partir de então de levar em conta a questão do desenvolvimento, ampliando a relevância do debate ambiental para os países em

¹⁰² El Informe de esta reunión representa una valiosa contribución a la cabal comprensión de estos temas. Es además, un pre requisito indispensable del tipo de cooperación internacional que será requerida, si la humanidad debe preocuparse con la nueva forma de percibir el desafío del medio ambiente. El Informe delinea claramente y coherentemente, muchos de los principales temas con los cual e habrán de enfrentarse los gobiernos de los países desarrollados y en vías de desarrollo, cuando se reúnan en Estocolmo en junio de 1972 para la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Humano. Considero este documento, como una de las mayores contribuciones a la preparación de la Conferencia y un hito histórico en el diálogo entre "desarrollo y medio humano". (STRONG, 2003 *apud* CEPAL, 1971b, p. 4)

desenvolvimento. Também foram contempladas na agenda as questões do desenvolvimento econômico e social. Parece que a estratégia de resistência foi vencedora, pelo menos até aquele momento.

O próprio Strong (2003 *apud* LAGO, 2013, p. 45) reconheceu, posteriormente, que o documento foi essencial para articular as relações entre meio ambiente e desenvolvimento, fornecendo suporte intelectual e bases políticas para a Conferência de Estocolmo. Parece que vemos em ação as relações de saber atualizando as relações de poder em jogo nesse ponto singular, parcial e local das discussões preparatórias para a Conferência de Estocolmo.

Desses embates políticos surgiu um acordo forjado sob as lideranças dos países em desenvolvimento e no qual o meio ambiente não deveria ser considerado uma barreira, e sim parte do processo de desenvolvimento. Assim, esses dois conceitos foram colocados lado a lado, e deveriam ser discutidos a partir de suas compatibilidades. Apresenta-se, aqui, a grande ideia de que a relação entre meio ambiente e desenvolvimento é importante e que este é intrínseco ao primeiro. Essa concepção irá nortear todos os eventos sobre a questão ambiental realizados posteriormente pelas Nações Unidas.

Na esteira da série de embates políticos, o Brasil conseguiu garantir nas discussões da Conferência de Estocolmo que o desenvolvimento fosse levado em conta, e em janeiro de 1972 conseguiu a aprovação, na XXVI Assembleia Geral da ONU, da Resolução nº 2.849, com 85 votos a favor e dois contra. Essa resolução estabeleceu os princípios e parâmetros que enfatizaram a necessidade de se compatibilizar planos de desenvolvimento e condições ecológicas, bem como indicava a promoção do desenvolvimento em nível nacional e internacional como a melhor forma de assegurar as condições adequadas de proteção ao Meio Ambiente (Ver Quadro 15 a seguir).

Quadro 15 – Enunciados sobre o desenvolvimento e sobre a criação e autonomia do programa da ONU para o meio ambiente

1. A crescente preocupação da comunidade internacional com os temas do meio ambiente tornou inevitável, e até mesmo desejável, que o sistema das Nações Unidas desse no futuro uma atenção adequada aos problemas ambientais. Não convém certamente ao Brasil nem a transformação do sistema em um instituto mundial para o equilíbrio ecológico, com prejuízo para os objetivos prioritários da cooperação internacional no campo da assistência ao desenvolvimento, nem a marginalização do sistema por um dispositivo de acordo com o qual os países desenvolvidos adotariam em foros especiais medidas ambientais que, fatalmente, teriam consequências para a comunidade internacional como um todo.

2. Era absolutamente essencial, entretanto, que as prioridades e a programação da ONU na área do meio ambiente fossem fixadas em última instância por um órgão intergovernamental de suficiente peso político, possivelmente um Comitê de cerca de 54 membros, diretamente

subordinado à Assembléia-Geral, e não por um Administrador relativamente autônomo, à semelhança do que ocorre em relação ao PNUD onde, entretanto, os riscos em matéria de orientação, são menores.

Fonte: Ministério do Interior (1972a, p. 9-10)

As relações de poder são racionalizações que funcionam como ação em um campo de possibilidade, ou seja, a ação é elaborada com o intuito de atingir um objetivo que pode ser uma reação constituída pelas resistências encontradas no caminho, pois o poder dota-se de procedimentos ajustáveis a partir das resistências que encontra (FOUCAULT, 2010a). Olhando para os ajustes ocorridos nas prévias da Conferência de Estocolmo, parece que eles apontam para a composição de um acordo intergovernamental entre grande parte dos países, buscando garantir não apenas a participação deles, mas também os seus interesses.

Como resultado, a abordagem da questão ambiental é ampliada, e a agenda da Conferência passou a incluir questões não colocadas até então, tais como a deterioração do solo, a desertificação, a administração do ecossistema tropical, os suprimentos de água e os assentamentos humanos. Conforme McCormick (1992, p. 101), “os países menos desenvolvidos haviam forçado um reconhecimento claro da ação entre meio ambiente e desenvolvimento”. Muitos dos princípios e ações contidas no “Relatório Founex” tornaram-se argumentos nas negociações que antecederam a realização da Conferência em Estocolmo (Ver Quadro 16 a seguir).

Quadro 16 — Enunciados sobre o temor dos países em desenvolvimento à criação de mais barreiras aos seus produtos

1. As preocupações dos países ricos com o meio ambiente poderiam se constituir em ameaças às exportações dos países em desenvolvimento.
2. Há necessidade de monitorar a criação de barreiras tarifárias baseadas em questões ambientais.
3. Há necessidade de se criar fundos adicionais para subsidiar pesquisas nos países em desenvolvimento sobre as questões ambientais em compensação da retirada das exportações, para cobrir os aumentos dos custos dos projetos de desenvolvimento por padrões ambientais mais elevados e para financiar a reestruturação dos investimentos em produção com o novo perfil de exportações a ser produzido levando em conta as questões ambientais.

Fonte: Elaboração da autora, com base em documento da Cepal (1971b)

O documento aponta que causas diferentes para a degradação ambiental nos países desenvolvidos estavam relacionadas com o modelo de desenvolvimento adotado, enquanto

nos países em desenvolvimento a causa era o subdesenvolvimento e a pobreza, e não o resultado do desenvolvimento que eles ainda não haviam alcançado (Ver Quadro 17 a seguir).

Quadro 17 — Enunciado sobre a diferenciação dos problemas ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento

1. Embora, os principais problemas ambientais dos países em desenvolvimento são basicamente diferentes dos percebidos nos países industrializados. São principalmente problemas que têm suas raízes na pobreza e na própria falta de desenvolvimento de suas sociedades. [...] É evidente que, em grande medida, o tipo de problemas ambientais que tem importância nos países em desenvolvimento são aqueles que podem ser superados no próprio processo de desenvolvimento.

Fonte: Elaboração e tradução da autora, com base em documento da Cepal (1971b, p. 2)

Nas disputas entre os países ricos e em desenvolvimento, os documentos parecem indicar que estes últimos conseguiram emplacar suas necessidades desenvolvimentistas¹⁰³ imediatas nos documentos a serem discutidos na Conferência (ver Quadro 18 abaixo), ou pelo menos nos documentos que dariam bases para as discussões. O foco de interesse dos países do Sul, em especial os da América Latina, estava voltado para as estratégias do desenvolvimento em andamento. Os enunciados constantes dos documentos apontam na direção do Brasil como um dos maiores defensores dessa política durante as discussões prévias. O campo de embates entre os países estava constituído, desde a convocação da Conferência, em torno de dois jogos de interesses: de um lado, a pressão por respostas e soluções para a questão ambiental e de outro, a necessidade de levar-se em conta, nas questões ambientais, o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Desse modo, os enunciados parecem apontar que o discurso de desenvolvimento passa a compor o discurso ambiental.

Quadro 18 — Enunciado sobre a diferenciação dos problemas ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento

1. A incorporação do conceito de desenvolvimento na questão ambiental, no sentido que se há definido, estabelece a igual inclusão de outras metas sociais, problemas importantes relacionados com o planejamento e com a formulação de políticas. Na medida em que os objetivos ambientais apoiam e reforçam o crescimento econômico poderia estabelecer com maior facilidade um lugar que correspondesse a uma ordem de prioridade.

Fonte: Elaboração e tradução da autora, com base em documento da Cepal (1971b, p. 4).

¹⁰³ Nesse período, o Brasil e outros países com regimes autoritários, tais como a África do Sul, a Espanha, o Irã e a Coreia do Sul, viviam altas taxas de crescimento econômico e temiam que esse movimento em torno do meio ambiente colocasse em risco os seus projetos desenvolvimentistas e a estabilidade política interna, pois os movimentos ambientalistas eram vistos como de esquerda (LAGO, 2013).

Ao inserir as demandas ambientais em uma disputa mais política, estabeleceu-se uma inversão do jogo, passando da prioridade da questão ambiental para outras reivindicações econômicas e sociais, tais como a erradicação da pobreza e o desenvolvimento, que passaram a compor os debates sobre as problemáticas ambientais. Aqui vemos linhas de força a compor as curvas da enunciação.

Assim analisa Machado, V. (2005, p. 156):

Apesar de a Conferência ter sido convocada sob a pressão das demandas ambientalistas, a movimentação de forças e interesses, durante os preparativos, conduziu o jogo de poder em favor dos desenvolvimentistas. O deslocamento da centralidade das demandas ambientalistas, como eixo das discussões a serem realizadas na Conferência para a centralidade dos problemas do subdesenvolvimento, pode ser evidenciado diante das estratégias utilizadas no encaminhamento da discussão que havia se tornado o eixo da Conferência, qual seja a relação desenvolvimento versus meio ambiente, bem como os resultados aí obtidos.

A partir do momento em que essas questões políticas foram encaminhadas e as condições da participação dos países em desenvolvimento na Conferência garantidas, foi dado prosseguimento às questões institucionais e administrativas para sua realização. Na segunda sessão do Comitê Preparatório, realizada no período de 8 a 19 de fevereiro de 1971, em Genebra, foram estabelecidas três comissões de trabalho para examinar as seis matérias temáticas:

Tema I - Planejamento e ordenação dos assentamentos humanos do ponto de vista da qualidade ambiental.

Tema II - Classificação dos recursos naturais e suas relações com o meio ambiente.

Tema III - Definição dos agentes de contaminação, as perturbações do meio ambiente de importância internacional e a luta contra os mesmos.

Tema IV - Aspectos educacionais, informacionais, sociais e culturais das questões relativas ao meio ambiente.

Tema V - Desenvolvimento e meio ambiente.

Tema VI - Consequências institucionais no plano internacional das propostas de ação. (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972a)

O Comitê 1 trataria dos temas I (núcleos humanos) e IV (aspectos educacionais, de informação, sociais e culturais); o Comitê 2 apreciaria as questões do Tema II (recursos naturais) e do Tema V (desenvolvimento e meio ambiente); e o Comitê 3 examinaria os

assuntos concernentes ao Tema III (poluentes de significado internacional) e ao Tema VI (implicações institucionais internacionais). Dada a complexidade dos assuntos abordados, o secretário-geral da Conferência definiu que as temáticas deveriam incluir três níveis de ação: 1) intelectual-conceitual; 2) plano de ação; 3) ação terminada (NAÇÕES UNIDAS, 1971, p. 1).

As três comissões de trabalhos constituídas para discutir os seis temas tiveram muitas dificuldades no encaminhamento dos conflitos, com dissensões de interesses e de opiniões em torno da elaboração dos planos de ação que deveriam ser levados para discussão e aprovação na Conferência de Estocolmo. Essas disputas indicam os processos de tensões entre os países sobre os temas abordados.

Para tentar dirimir essas divergências, os organizadores decidiram que seriam realizados seminários regionais¹⁰⁴, simpósios¹⁰⁵ e grupos de trabalhos intergovernamentais para abordar os temas previstos para o evento. O presidente do Comitê da Conferência propôs, e foi aceito pelos demais membros, a elaboração de informes sobre temas polêmicos e complexos, cuja responsabilidade coube a especialistas e peritos. Assim foram produzidos, como visto anteriormente, o Relatório Uma Terra Somente (CEPAL, 1971b) (Figura 12), publicado posteriormente em formato de livro com o mesmo título, *Uma Terra Somente* (WARD; DUBOS, 1973) e o “Relatório Founex” (CEPAL, 1971b).

Para ajudar nos debates e nas contendas surgidas nas comissões de trabalho, em maio de 1971 o secretário-geral da Conferência, Maurice Strong, solicitou a um grupo de especialistas que preparasse um relatório não oficial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Esse comitê de consultores foi composto por 152 membros, representantes de 58 países. Para a presidência desse comitê de especialistas e peritos, foi convidado o professor René Dubos¹⁰⁶, que ao seu turno convidou Barbara Ward¹⁰⁷ para fazer a relatoria do documento. Strong (*apud* WARD; DUBOS, 1973) relata na abertura do documento que o seu objetivo era criar uma “estrutura conceitual”, com fundamentos intelectuais e filosóficos para os delegados

¹⁰⁴ Foram realizados três seminários regionais: 1) do Cepalo, na Ásia, em Bangkok, de 17 a 23 de agosto de 1971; 2) da Cepa, na África, em Adis Abeba, de 23 a 28 de agosto de 1971; 3) e da Cepal, na América Latina, México, de 6 a 11 de setembro de 1971. Além desses, foi também realizado o Seminário Regional da ONU, em Beirute, de 27 de setembro a 2 de outubro de 1971 (CEPAL, 1971b, p. 14).

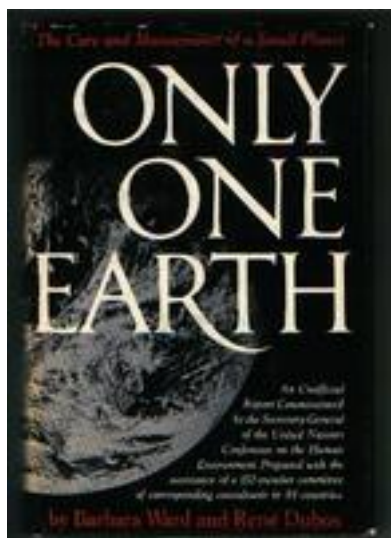
¹⁰⁵ Um simpósio foi organizado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para Europa (Cepe), em Praga, em maio de 1971.

¹⁰⁶ René Dubos, nascido na França e naturalizado norte-americano, era biólogo, filósofo e ganhador do Prêmio Pulitzer.

¹⁰⁷ Barbara Ward era jornalista e escritora, editora assistente do *Economist* e professora de Desenvolvimento Econômico Internacional de Columbia.

de Estocolmo, “fornecendo informações fundamentais, importantes para as decisões oficiais” (p. 15).

Figura 13 – Fac-símile da capa da primeira edição do livro *Uma Terra Somente* (WARD; DUBOS, 1973), baseado no Relatório *Uma Terra Somente*



Fonte: Avizora¹⁰⁸

Esse “marco conceitual” proposto por Strong com o “Relatório Founex” (CEPAL, 1971b) parece indicar uma tentativa de diminuir as tensões nas relações entre desenvolvimento e meio ambiente, e que perpassavam o debate em todas as matérias em discussão para a elaboração do plano de ação. Esse documento serviria como parâmetro para o direcionamento dos debates nas comissões, atendendo às preocupações dos países em desenvolvimento quanto ao exame da proteção e da melhoria do meio ambiente dentro do contexto da necessidade urgente desses países (Ver Quadro 19 a seguir).

Quadro 19 — Enunciado sobre a diferenciação dos problemas ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento

1. O informe do grupo expõe claramente as considerações ambientais que devem ser parte integrante do processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o grupo aponta as diferenças entre os problemas ambientais dos países industrializados e dos países em desenvolvimento, argumenta em prol de um interesse e de uma ação comum a outros países e vários setores importantes.

Fonte: Elaboração e tradução da autora, com base em documento da Cepal (1971b, p. 14)

¹⁰⁸ Disponível em: < http://www.avizora.com/atajo/colaboradores/textos_thierry_meyssan/0014_el_pretexto_climatico_1_3.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

No processo da organização dos trabalhos preparatórios, procurou-se encaminhar os debates sobre essa questão colocada pelos países em desenvolvimento nas comissões de trabalho, o que parece não ter logrado êxito, tendo em vista as dissensões produzidas nas discussões e nos embates em torno dela. Desse modo, o secretário-geral transferiu para um grupo de especialistas a elaboração de um documento que desse suporte às discussões e dirimisse as polêmicas (CEPAL, 1971b). Essa ação aponta para um jogo de verdades sobre desenvolvimento e meio ambiente que se forma para além das comissões de trabalhos e a outorga ao campo científico das possíveis soluções e respostas para esse impasse político. Parece apresentar-se, portanto, novamente a força do saber atualizando as relações de poder sobre as questões colocadas pelas diferentes forças em embates nas comissões. É o saber como elemento constituidor do poder, vendo e falando sobre a questão ambiental. A análise aponta para um momento importante no processo de produção de verdades nas preparatórias da Conferência de Estocolmo, no que diz respeito à configuração dos enunciados que a constituíram.

A verdade é, conforme Fernandes (2012), uma construção discursiva e sua produção pode ser tanto exclusivamente discursiva, como também revestida de comprovação científica. E se a verdade está sempre em produção, mostrando os lugares e os posicionamentos, como ressalta o autor, ela também “constitui objeto pelo qual se luta e também o poder do qual o sujeito deseja se revestir, e o discurso traduz essas lutas por meio de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos” (p. 71). No período dos processos preparatórios para a Conferência, vemos elementos da construção dessas verdades, a partir da busca de comprovação científica do discurso autorizado da ciência, por meio de documentos e relatórios de peritos, pesquisadores e especialistas sobre os temas em questão para nortear os debates. E percebemos que a “verdade” está centrada, conforme Foucault (2012, p. 52),

[...] na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para o poder econômico, quanto para o poder político); [...] é produzida e transmitida sob o controle [...] de grandes aparelhos políticos econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”).

No prefácio do livro *Uma Terra Somente* (WARD; DUBOS, 1973), Maurice Strong apresenta o “Relatório Founex” (CEPAL, 1971b) não como um “documento oficial” das Nações Unidas, e sim como um relatório para o posicionamento da própria Secretaria Geral que presidia, fornecendo “informações fundamentais, importantes para as decisões oficiais” e

como fruto do trabalho de um “grupo independente de especialistas”, exercendo suas “capacidades pessoais sem as restrições impostas aos representantes governamentais e organizações internacionais” (*apud* WARD; DUBOS, 1973, p. 15-16). Não entendemos o saber como uma área neutra e livre de jogo de interesses e de relações de poder, e sim conforme é definido por Foucault (2014, p. 31):

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.

Ao levar as questões polêmicas para que um grupo de “especialistas” desse seu parecer técnico fora das discussões nas comissões, temos indícios da construção de um jogo de poder na construção das verdades sobre as questões ambientais relacionadas ao desenvolvimento, colocadas nas disputas entre os países de economia avançadas e em desenvolvimento, na busca de respostas distintas para uns e outros (Ver Quadro 20 a seguir).

Quadro 20 — Enunciado sobre a diferenciação dos problemas ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento

1. A poluição, o desperdício e o mau uso do solo, o crescimento urbano, a sociedade de consumo e o alto consumo dos recursos naturais foram considerados como “problemas da alta tecnologia” nos países desenvolvidos e seriam estas as causas dos problemas ambientais.
2. Nos países em desenvolvimento as causas seriam outras: as pressões populacionais, os problemas da Revolução Verde, a industrialização e as poluições causadas por estas e o crescimento urbano desordenado.

Fonte: Elaboração da autora, com base em Ward e Dubos (1973).

Os últimos motivos citados por Ward e Dubos (1973) deveriam ser examinados separadamente das causas dos problemas ambientais dos países ricos e pobres, visto terem ocorrido, segundo os autores, pelos “contrastes marcantes entre as condições e oportunidades existentes entre o que, na falta de uma melhor definição, convencionou-se chamar de Estados desenvolvidos e Estados em desenvolvimento” (p. 84).

No livro *Uma Terra Somente* (WARD; DUBOS, 1973), são discutidos os problemas de alta tecnologia apontados como causa dos problemas ambientais nos países ricos (Ver Quadro 21 a seguir).

Quadro 21 — Enunciado sobre a C&T como causadora dos problemas ambientais

1. Os custos econômicos e sociais da poluição do ar, da água, do solo, dos alimentos; o problema dos dejetos produzidos e despejados no meio ambiente, assim como a sua relação com o crescimento urbano; o crescimento populacional e a pressão sobre os recursos, a questão da energia dos combustíveis fósseis.

Fonte: Elaboração da autora, com base em Ward e Dubos (1973).

O preço a pagar pelo alto consumo nesses países são os conflitos entre as necessidades sociais e ambientais básicas. Para Ward e Dubos (1973, p. 86), a conta a ser paga e “os custos não podem ser evitados. O cidadão paga, seja como consumidor, como contribuinte ou como vítima”. Pontuam ainda os autores que os cidadãos são afetados de modos diferentes pelos problemas políticos e econômicos gerados por “esse preço inexorável é inevitável”.

No saber construído sobre as “regiões em desenvolvimento”¹⁰⁹, os problemas decorrentes da industrialização são semelhantes aos dos países desenvolvidos, e, ainda que não sejam tão graves como nas economias avançadas, exigem a construção de um caminho alternativo. Um capítulo especial de *Uma Terra Somente* (WARD; DUBOS, 1973) foi reservado para a discussão da política de um crescimento baseado na revolução verde, na industrialização, no uso extensivo dos recursos naturais e em suas consequências ambientais, sociais e econômicas. Ao abordar os problemas gerados pela alta concentração do povoamento humano nas grandes cidades, são ressaltadas no livro a pobreza e a miséria como as principais mazelas vivenciadas por essas nações menos desenvolvidas.

Como causa dos diversos e complexos problemas vivenciados por esses países é apontado o fato de não terem alcançado o seu desenvolvimento por meio do processo de modernização tecnológica. Desse modo, o livro aponta a superação da pobreza e o equilíbrio populacional como uma necessidade que esbarra em diversos obstáculos para ser suprida, tais como o aumento da força de trabalho, os processos de imigração crescentes, a introdução de tecnologias pelas indústrias estrangeiras, com a conseqüente dispensa de mão de obra, o bloqueio dos mercados externos com produtos altamente qualificados e as tarifas alfandegárias, que impedem a entrada dos produtos do Terceiro Mundo, entre outros (WARD; DUBOS, 1973, p. 196-197). A solução para todos esses problemas apontados pelo livro resume-se à busca do desenvolvimento desses países.

Os obstáculos de cunho científico apontados pelo livro, conforme Machado, V. (2005), foram em sua maioria quase os mesmos identificados no fim da década de 1940 e

¹⁰⁹ Logo no início do livro, é explicado que a expressão “países em desenvolvimento” significa “simplesmente que uma sociedade ainda não cruzou o limiar para converter-se numa sociedade moderna, de alta tecnologia, com todas as vantagens e perigos que esta passagem implica” (WARD; DUBOS, 1973, p. 195).

giravam em torno dos mesmos tópicos que constituíram o centro da formação discursiva sobre o desenvolvimento. Desse modo, foram reposicionadas novamente as questões do desenvolvimento, somadas às questões sociais diante das questões ambientais. Segundo a autora, foram recolocadas

[...] as demandas desenvolvimentistas nos trilhos em que vinham caminhando e definindo sua trajetória desde o imediato pós-Segunda Guerra Mundial. [...]. Por ocasião da convocação da Conferência de Estocolmo, as discussões em torno das políticas desenvolvimentistas dirigidas ao Terceiro Mundo estavam centradas na configuração da chamada Questão Social¹¹⁰. [...]. Em torno dessa Questão Social, a urgência das políticas desenvolvimentistas foi reafirmada. (MACHADO, V., 2005, p. 163)

No livro *Uma Terra Somente* (WARD; DUBOS, 1973), o problema do crescimento populacional é considerado o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico e social dos países das economias periféricas. Por isso, cresceu a importância dada ao controle do crescimento populacional, para que se pudesse realizar o tão esperado desenvolvimento econômico, social e, agora, ambiental dessas nações (Ver Quadro 22 a seguir).

Quadro 22 — Enunciado sobre o controle populacional

- | |
|--|
| <p>1. [...] nenhum assessoramento racional ou bem-intencionado, nem oferecimento de ajuda de outros governos ou organizações, podem ser eficientes enquanto essa decisão interna essencial não for tomada.</p> |
|--|

Fonte: Elaboração da autora, com base em Ward e Dubos (1973, p. 202-203).

Nesse momento parece que vemos o retorno do enunciado de Malthus e de outros tratados científicos baseados no princípio retomado nos ditos desse livro científico, qual seja o enunciado que aparece neste livro não é a repetição de um enunciado de Malthus, pois as condições de sua formulação na década de 1970 é muito diferente do que foi formulado por Malthus no século XIX. A descrição do economista inglês Malthus enfatiza unidades de medidas, instituições e distribuição muito diferentes das que estão sendo enfrentadas nas décadas de 1960 e 1970 e colocadas no livro em análise. Eram muito diversos também o número populacional e o conhecimento da agricultura entre essas duas épocas, portanto, não é

¹¹⁰ Essa questão social estava relacionada, segundo Machado, V. (2005), com a preocupação cada vez maior com a insatisfação social diante dos resultados insuficientes do avanço da industrialização e das consequências do crescimento econômico, tais como a má distribuição de renda, o desemprego crescente, o superpovoamento das cidades e as péssimas condições de qualidade de vida da população.

o mesmo enunciado. Um enunciado, para Foucault (2007b), é em si mesmo uma repetição, embora o que ele repita seja “outra coisa” que pode, contudo, ser-lhe estranhamente semelhante e quase idêntica. A necessidade do controle populacional é colocada em questão, na medida em que condiciona a eficiência da ajuda internacional.

O livro aponta o crescimento demográfico como a “essência do problema” nos países em desenvolvimento, e o responsável, inclusive, pela perda do investimento feito nos processos de industrialização e modernização (Ver Quadro 23 a seguir).

Quadro 23 — Enunciado sobre o crescimento demográfico como causa dos problemas ambientais

1. [...] com taxas de 3% no crescimento geral da população e de 2% no aumento da força de trabalho, o equilíbrio entre a quantidade de capital necessário, de um lado, para educar, treinar e alojar os trabalhadores e, de outro, para investir na agricultura mais produtiva e na industrialização simplesmente se perde, como sucede na atualidade em grande parte da América Latina.

Fonte: Elaboração da autora, com base em Ward e Dubos (1973, p. 204).

As teses e as soluções defendidas nesse livro coadunavam com as ideias já defendidas pelos pesquisadores em *Os limites do crescimento* (MEADOWS *et al.*, 1978), publicado poucos meses antes da abertura da Conferência de Estocolmo, em 1972. O livro apresenta uma perspectiva quase apocalíptica das consequências do “progresso” nos modos que vinha se desenvolvendo até aquele momento, refletindo uma visão de que a sociedade moderna caminhava para a autodestruição. Esse cenário foi também desenvolvido por diversos autores, o que deu popularidade novamente ao enunciado de que a população mundial ultrapassaria a capacidade de produção de alimentos. Esse ponto de dissensão permeou e esteve presente nos conflitos e discussões durante todas as prévias e na Conferência, apontando para a divisão das responsabilidades sobre as causas e as soluções para a questão ambiental. Algumas das ações/reações estruturadas em estratégias de poder e de resistência que nortearam os embates e as lutas travadas nos diversos encontros para a preparação até a Conferência serão abordadas no próximo item.

5.3.2.3 A Conferência de Estocolmo: institucionalização e racionalização das relações de poder

A Conferência foi realizada em Estocolmo, na Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972, e contou com a presença de 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e mais de 400 organizações não governamentais. Essa que foi a primeira conferência temática da ONU sobre aspectos ambientais, gerou, entre os resultados imediatos do debate, a produção de dois documentos a serem analisados: 1) a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (NAÇÕES UNIDAS, 1972a); 2) o Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1972b).

A Declaração de Estocolmo possui 26 princípios sem caráter obrigatório, mas com o objetivo de oferecer critérios, um guia e “inspiração” aos “povos do mundo” para preservar e melhorar o meio ambiente humano. No início do documento temos a proclamação de princípios gerais que versam sobre a importância do meio natural e artificial construído pelos homens. Uma espécie de tratado filosófico sobre o direito do homem de desfrutar do meio ambiente de qualidade e da sua obrigação de protegê-lo e melhorá-lo para as futuras gerações. Logo no segundo item do preâmbulo (NAÇÕES UNIDAS, 1972a, p. 1), é considerado o valor do meio ambiente para a questão do desenvolvimento econômico humano (Ver Quadro 24 a seguir).

Quadro 24 — Enunciado sobre o valor do meio ambiente para o desenvolvimento econômico

1. A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos.
2. A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantêm as metas fundamentais já estabelecidas, da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, e em conformidade com elas.

Fonte: Elaboração da autora, com base em documentos das Nações Unidas (1972a).

Ainda no preâmbulo é apontada a diferença amplamente discutida sobre as causas da deterioração ambiental nos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos e os esforços a serem implementados em prol da solução diferenciada entre eles e da ajuda dos segundos aos primeiros (Ver Quadro 25 a seguir). Um sistema de diferenciação que assim pode ser percebido:

Quadro 25 — Enunciados sobre a diferenciação dos problemas ambientais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento

1. Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais está motivada pelo subdesenvolvimento. Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna, privada de alimentação e vestuário, de habitação e educação, de condições de saúde e de higiene adequadas.
2. Assim, os países em desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente.
3. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico.

Fonte: Elaboração da autora, com base em documento das Nações Unidas (1972a).

A questão sobre as diferentes causas dos problemas ambientais nos países em desenvolvimento e sobre a necessidade de financiamento, transferência de ciência e tecnologia para eles está presente em oito princípios da declaração (8, 9, 10, 11, 12, 16, 18 e 20). No documento final, são consolidadas as ações estratégicas desenvolvidas no âmbito dos embates realizados entre as ações e as reações dos antagonismos em torno das causas e soluções desses mesmos problemas para os diferentes países (Ver Quadro 26 a seguir). Desse modo, podemos perceber a importância que a questão do desenvolvimento ganhou na relação com a questão ambiental.

Quadro 26 – Enunciados sobre a importância do desenvolvimento para o combate à crise ambiental.

1. O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente favorável de vida e de trabalho, e criar na Terra as condições que são necessárias para que se melhore a qualidade da vida.
2. As políticas ambientais de todos os Estados devem ser orientadas no sentido de reforçar o potencial de desenvolvimento presente e futuro dos países em desenvolvimento, e não afetar adversamente esse potencial, nem impedir a conquista de melhores condições de vida para todos.
3. Deve-se prover recursos para proteger e melhorar o meio ambiente, levando-se em consideração as circunstâncias e as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e quaisquer despesas que possam acarretar a esses países a incorporação de medidas de proteção ambiental em seus planos de desenvolvimento, bem como a necessidade de que lhes seja prestada, quando o solicitarem, assistência internacional financeira e técnica, adicional, para tais fins.
4. Devem ser estimulados em todos os países, especialmente nos países em

desenvolvimento, a pesquisa e o desenvolvimento científicos no contexto dos problemas ambientais, tanto nacionais quanto multinacionais. A este respeito, deve-se promover e ajudar a circulação livre de informações e a transferência de experiências científicas atualizadas, de modo a facilitar a solução dos problemas ambientais; tecnologias ambientais devem ser postas à disposição dos países em desenvolvimento em condições tais que favoreçam sua ampla disseminação, sem constituir um fardo, econômico para esses países.

Fonte: Elaboração da autora, com base em documento das Nações Unidas (1972a).

Machado, V. (2005, p. 187) acredita que a Declaração de Estocolmo pode ser “considerada uma carta em defesa de uma mobilização global em favor da erradicação do subdesenvolvimento”. Conforme o autor, esse subdesenvolvimento deve ser entendido à luz das demandas ambientais, nas quais as questões sociais foram somadas às questões ambientalistas não resolvidas. Para ele, o crescimento populacional seria apenas uma variável da degradação, e não a principal delas, como insistiam alguns pesquisadores da causa ambiental no início dos primeiros estudos, embates e discussões.

Quando o foco dos problemas ambientais é localizado nas questões do subdesenvolvimento, temos uma ação de poder dos países desenvolvidos, que é a de desviar a atenção dos problemas e soluções para a periferia. Isso pode ter sido uma ação estratégica de não só tirar o foco do papel desses países nos problemas ambientais enfrentados mundialmente como também de suas responsabilidades de se comprometer com ações práticas no combate efetivo desses problemas. Ou seja, passa-se a ideia de que o problema não estava na deterioração da poluição dos países industrializados e tecnológicos, e sim nos países pobres do Terceiro Mundo e seus problemas de subdesenvolvimento, que geram pobreza, miséria e deterioração do meio ambiente.

No Quadro 27 a seguir, podemos ver que a questão tão polêmica sobre o controle populacional foi debatida amplamente e se materializou em dois princípios (15 e 16) da Declaração de Estocolmo (1972a).

Quadro 27 — Enunciado sobre a elaboração de políticas para o planejamento do crescimento demográfico nos países em desenvolvimento

1. No planejamento dos núcleos populacionais e da urbanização, deve-se evitar efeitos adversos sobre o meio ambiente e promover a obtenção dos máximos benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos. A este respeito, devem ser abandonados os projetos que visam a dominação colonialista e racista.
2. Políticas demográficas que respeitem plenamente os direitos humanos fundamentais e que sejam julgadas apropriadas pelos Governos interessados, devem ser aplicadas nas regiões em que a taxa de crescimento da população ou suas concentrações excessivas sejam de molde a produzir efeitos adversos sobre o meio ambiente ou o

desenvolvimento, ou naquelas em que a baixa densidade populacional possa criar obstáculos a proteção do meio ambiente e impedir o desenvolvimento.

Fonte: Elaboração da autora, com base em documento das Nações Unidas (1972a).

As categorias formais das relações de poder e de saber são diferentes, pois enquanto as primeiras procuram incitar e suscitar ações, as segundas atualizam as primeiras, a partir de categorias como educar, tratar e aprisionar (DELEUZE, 2005). No ato de ver e de falar, as relações de saber atualizam as relações de poder. Desse modo, nos princípios formalizados na Declaração de Estocolmo (1972a), temos a incitação à educação dos cidadãos por meio da educação e dos meios de comunicação de cada país, como no princípio 19 (Ver Quadro 28 a seguir).

Quadro 28 — Enunciado sobre a necessidade de se educar a população sobre a questão ambiental e o uso da mídia com caráter educativo

1. A educação em assuntos ambientais para as gerações jovens como para os adultos, com a devida atenção aos menos favorecidos, é essencial para ampliar as bases de uma opinião esclarecida e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades quanto a proteger e melhorar o meio ambiente, em sua plena dimensão humana.
2. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massa evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente, mas pelo contrário, disseminem informações de caráter educativo sobre a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente de modo a possibilitar o desenvolvimento do homem em todos os sentidos.

Fonte: Elaboração da autora, com base em documento das Nações Unidas (1972a).

Deleuze (2005) explica que uma das variáveis que expressam as relações de poder é ordenar uma ação no tempo e no espaço, e que um plano de ações, com metas e prazos a serem cumpridos, é um exemplo dessa expressão de poder. Junto com a Declaração de Estocolmo (1972a) foi elaborado um Plano de Ação (1972b) com 109 recomendações, com o propósito “genérico” de lançar um conjunto de atividades internacionalmente coordenadas, que objetivava, em primeiro lugar, o desenvolvimento do conhecimento sobre as tendências ambientais e seus efeitos sobre homens e recursos, e, secundariamente, a proteção e o aumento da qualidade do meio ambiente e da produtividade dos recursos mediante uma administração e um planejamento integrados (SANDBROOK, 1983 *apud* McCORMICK, 1992, p. 111). Elaborar metas e índices a serem alcançados por cada país participante da Conferência em um determinado tempo é uma expressão de poder sendo exercido. O plano de ação foi elaborado com os seguintes objetivos, conforme sintetizados por McCormick (1992, p. 111):

- a) avaliar o meio ambiente como base da identificação dos conhecimentos necessários e definição das providências;
- b) realizar pesquisas visando novos conhecimentos, indispensáveis à tomada de decisões;
- c) fazer monitoramento, mediante a coleta de dados sobre variáveis ambientais, e avaliação respectiva para determinação e previsão de condições e tendências do ambiente;
- d) trocar informações mediante a divulgação de conhecimentos na comunidade científica e tecnológica, dirigidas aos níveis da decisão na forma e época oportunas;
- e) administrar o meio ambiente, a partir de funções destinadas a facilitar o planejamento integrado, que leva em conta os efeitos colaterais da atividade humana, e assim proteger e valorizar o ambiente humano para as gerações presentes e futuras;
- f) elaborar medidas de apoio organizacionais e de assistência financeira;
- g) elaborar medidas de apoio educacionais, de treinamento e de informação ao público, visando preparar especialistas, profissionais interdisciplinares e pessoal técnico, e utilização facilitada do conhecimento nos vários níveis de decisão.

A Conferência de Estocolmo, conforme McCormick (1992), talvez tenha sido o acontecimento que, sozinho, mais influenciou a evolução do movimento ambientalista internacional e que deixou como seu legado um quadro de resultados considerados importantes (McCORMICK, 1992, p. 112):

- 1) Uma nova ênfase: a) de uma concepção limitada apenas na proteção e na conservação da natureza para a péssima utilização da biosfera pelos seres humanos; b) o ambientalismo torna-se mais racional e global na busca da compreensão melhor dos problemas ambientais, dos acordos legais com ação mais efetiva e incentivando os governos a terem o meio ambiente como políticas nacionais.
- 2) Forçou um compromisso entre as diferentes percepções sobre o meio ambiente defendidas pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento e a equilibrar as questões ambientais com o desenvolvimento econômico.
- 3) A presença de muitas organizações não governamentais na Conferência marcou uma nova forma de atuação destas sobre governos e organizações intergovernamentais, dadas as melhores articulação e organização que ganharam após esse evento.

- 4) A criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que institucionalizou, dentro da ONU, uma secretaria específica para cuidar das questões ambientais, antes dispersas em diversos outros programas.

A Conferência de Estocolmo recomendou a criação de um pequeno secretariado dentro da Organização das Nações Unidas como núcleo para ação e coordenação de questões ambientais. Esse órgão foi criado ainda no ano de 1972, com o nome de Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), comandado por um diretor executivo, e cujo objetivo era abranger e coordenar as políticas voltadas para a questão do meio ambiente. Isso significava que o tema meio ambiente entrara definitivamente na agenda da ONU, de modo a ser tratado de forma ampla e em âmbito internacional.

O programa tinha como diretriz básica a implementação do Plano de Ação acordado em Estocolmo (1972a). Apesar de a sede dos programas especializados da ONU ser na Europa ou na América e dos protestos dos países desenvolvidos, a sede do PNUMA foi instalada em Nairobi, no Quênia. Essa localização em um país africano foi pensada com o objetivo de apaziguar os representantes dos países em desenvolvimento, que estavam desconfiados dos “benefícios do planejamento ambiental”. O novo programa da ONU tinha como responsabilidades (McCORMICK, 1992, p. 114):

- a) dar apoio ao Conselho Administrativo do PNUMA;
- b) coordenar programas ambientais dentro do sistema da Organização das Nações Unidas;
- c) prestar assessoria na formulação e implementação de programas ambientais;
- d) garantir a cooperação da comunidade científica, assim como de outras comunidades profissionais de todas as regiões do mundo;
- e) prestar assessoria sobre cooperação internacional na área de meio ambiente;
- f) apresentar propostas relativas ao planejamento a médio e longo prazos para programas das Nações Unidas na área de meio ambiente.

Nesse contexto, o meio ambiente entrou na lista de prioridades de várias agendas nacionais e regionais no Brasil. E, se antes da Conferência de Estocolmo havia apenas dez ministérios do Meio Ambiente no mundo, em 1982 eles já haviam sido criados em aproximadamente 110 países, em alguns dos quais em nível de departamentos (CLARKE; TIMBERLAKE 1982 *apud* PNUMA, 2004, p. 6). Diversos acordos ambientais multilaterais

foram assinados logo após a Conferência, tais como: Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (Ramsar), em 1971; Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (Patrimônio Mundial), em 1972; Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), em 1973; Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS), 1979; Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em 1982; Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987, completando a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, em 1985; Convenção da Basiléia para o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação (Convenção da Basiléia), em 1989 (PNUMA, 2004).

As relações de força, conforme Deleuze (2005), podem vir a se estratificar e estabilizar, levando à institucionalização. Conforme o autor, as instituições são práticas e formações não discursivas e têm a função de reproduzir as relações de poder e fixá-las. Essas práticas, acentua, possuem aparelhos que organizam as grandes visibilidades e também as regras que são campos de grandes enunciabilidades dos regimes de enunciados. Desse modo, as instituições têm a capacidade de integrar as relações de poder, constituindo saberes que atualizam, remanejamos e redistribuem essas mesmas relações, que, de acordo com sua forma de operar (visibilidades e enunciados), podem ter alcance político, econômico, estético e outros (DELEUZE, 2005).

A Secretaria do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente parece ser desses espaços institucionais que ajudaram na integração e estabilização das relações de poder que foram postas, desde antes da realização da Conferência de Estocolmo, sobre as questões ambientais e que foi se atualizando a partir dos diversos elementos, embates, lutas, conflitos e pontos singulares dos encontros de forças e resistências. A Secretaria e o PNUMA foram criados com o objetivo de colocar em prática o Plano de Ação (1971b) elaborado a partir dos diversos seminários, reuniões, conferências, debates realizados nas prévias e na Conferência. Esse plano de ação parece apontar o momento em que o meio ambiente e o desenvolvimento entram para os programas das Nações Unidas nessa perspectiva de integração e institucionalização.

O enunciado da sustentabilidade parece ter sido forjado nas relações de forças que, desde antes de Estocolmo, foram sendo travadas, recompondo, desviando e ampliando a questão ambiental. Além da dimensão ambiental, a sustentabilidade ganha uma dimensão social nos embates e lutas no processo preparatório e na Conferência de Estocolmo, assim

como nos inúmeros jogos de forças que se desenvolveram posteriormente à sua realização, dentro e fora da ONU.

Os diversos seminários, reuniões, eventos, plenárias, discussões e espaços para o debate, além dos acordos ambientais multilaterais, podem ser considerados elementos singulares entre uma série deles, compondo uma linha de força resultante das relações de poder, em um jogo de objetivos estratégicos e de resistências em torno da questão ambiental.

Estivemos, até aqui, procurando cartografar essa linha de força não homogênea, mas de natureza diversa que compõe o Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS), por meio de alguns dos diversos elementos singulares que estruturaram as séries desse acontecimento. Mas de forma alguma nos lançamos ao desafio de trazer todos esses elementos singulares que a compuseram e, muito menos, de localizar no mapa todas as relações de forças que se apresentaram nesse arquivo, pois seria um exercício inviável de análise, dada a imensa dimensão da temática ambiental, mesmo nesse período localizado nas décadas de 1970 e 1980. Procuramos trazer os elementos mais significativos, como pontos de encontros de uma série na fronteira de outra série, pois entendemos que analisar cada elemento de série seria algo gigantesco demais para uma pesquisa de doutorado.

Desse modo, até este momento, no recorte diacrônico das Etapas 1 e 2 da pesquisa, procuramos compor séries resultantes da constituição das relações de forças que se processaram nas dissensões entre os países do Sul e do Norte sobre a questão ambiental, colocadas desde as prévias da Conferência de Estocolmo, com o enunciado defendido na tese do relatório “Os limites do crescimento”, do Clube de Roma, e de outros enunciados que compuseram as cenas de visibilidade e enunciação sobre o meio ambiente e suas problemáticas. Essas relações de poder foram compostas em um jogo de estratégias e de resistências que se formou em torno dos conflitos entre esses grupos de países na divisão de responsabilidades e na busca de soluções para essas mesmas questões.

Procuramos também identificar os elementos que possibilitaram a construção de um saber ambiental nas demonstrações científicas, como também em textos filosóficos, decisões políticas, declarações, planos de ações e relatórios. Ao longo da análise, procuramos mostrar como se constitui um saber sobre a questão ambiental e de que forma esse saber atualizou as relações de poder e como estas instituíram diferenciações, objetivos e instrumentos.

Importante analisar, ainda, como as relações de poder se estratificaram e estabilizaram, levando à institucionalização e à racionalização dessa emergência histórica do nosso tempo: a questão ambiental. Procuramos perceber como se deu a estratificação, nas instituições, do objeto ambiental, e como passou a compor as agendas nacionais e regionais, os órgãos e os

programas intergovernamentais, as entidades não governamentais e internacionais, e sua materialização em ministérios, departamentos, agências, tornando-se ainda o centro de dezenas de acordos multilaterais. Nessa trajetória, a questão do meio ambiente deu origem a espaços institucionais capazes de integrar as relações de poder e formar saberes, operando visibilidades e enunciados de alcance político, econômico, cultural e ético. Dito isso, passamos então a outros elementos singulares na fronteira da definição do desenvolvimento sustentável e que, de certa forma, trouxeram novos saberes e geraram uma nova atualização no poder sobre essa temática, impactando as discussões posteriores, tais como a Rio-92 e outros eventos da ONU.

5.3.3 O desenvolvimento sustentável: os elementos heterogêneos constitutivos de um dispositivo

A década de 1980 foi uma época de grandes mudanças socioambientais no planeta. Uma grave crise econômica, a crise do petróleo, o acidente de Chernobyl e outros grandes desastres ambientais levaram o mundo a pensar sobre os impactos do homem sobre os recursos naturais e o meio ambiente humano. Entre a série de catástrofes ambientais que marcaram esse período, tivemos: 1) em 1984, o vazamento de gases letais da fábrica da Union Carbide, que levou à morte 3 mil pessoas e feriu e cegou outras 20 mil, em Bhopal, na Índia; 2) no mesmo ano, a morte por fome de um milhão de pessoas na Etiópia, na África; 3) em 1986, o pior desastre nuclear da história humana, em Chernobyl, na Ucrânia; 4) em 1989, outra catástrofe ambiental, só que dessa vez em uma área remota e até então “intocada” pela poluição humana, o Canal Príncipe William, no Alasca, onde foram derramados 50 milhões de litros de petróleo pelo petroleiro norte-americano Exxon Valdez (PNUMA, 2004).

Esse período também foi marcado por crises em todo mundo, causadas pelo desaceleramento da economia global com o fim da “Era de Ouro”, entre 1973 e 1975, levando à redução da produção industrial nas “economias de mercado desenvolvidas” em 10% em um ano, e do comércio internacional em 13% (HOBSBAWM, 1995). Entre os elementos que impactaram as economias do mundo, mais especificamente as questões ambientais, estão as crises do petróleo, que trouxeram à tona a discussão do enunciado colocado pelo relatório “Os Limites do Crescimento” (MEADOWS *et al.*, 1978), sobre a finitude dos recursos naturais do planeta.

A primeira crise ocorreu em 1956, com a nacionalização do Canal de Suez pelo governo do Egito, impedindo a passagem de navios petrolíferos pelo canal. No entanto, a crise

que interessa à pesquisa foi a gerada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)¹¹¹ em protesto contra o apoio dos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do Yom Kippur. Na ocasião, os países árabes organizados na OPEP aumentaram o preço do petróleo em mais de 400%. Em março de 1974, os preços nominais do produto haviam subido de 3 para 12 dólares por barril, preços que, atualizados em 1995, significariam que teriam passado de 14 para 58 o barril (HOBSBAWM, 1995), ou seja, um aumento bem significativo.

De acordo com Seynes (1977), estadistas e políticos logo reconheceram nessa crise petrolífera que a mensagem profética dos “Cavaleiros do Apocalipse” (Ver item 5.1.2) estaria sendo confirmada. O enunciado do relatório “Os limites do crescimento” amplia-se em meio às controvérsias sobre os seus métodos analíticos utilizados, mas o que mais pesou foram as conclusões às quais chegaram com relação à incompatibilidade do crescimento populacional com a disponibilidade dos recursos naturais.

Dois sucessos simultâneos pareceram validar, ao mesmo tempo, a tese básica da obra *Os limites do crescimento*: durante vários anos consecutivos secas sem precedentes assolaram vastas regiões do mundo em torno de um grande arco geográfico, e no inverno de 1973 os países exportadores de petróleo adotaram uma nova estratégia de preços do produto que podia considerar-se como uma ‘descontinuidade’ das tendências econômicas mundiais. (SEYNES, 1977, p. 9, tradução nossa)¹¹²

Somado a tudo isso, o fim da década de 1980 foi marcado pela interrupção do crescimento da maioria dos países desenvolvidos, que começam a passar por períodos de várias e pequenas depressões. Os problemas colocados pela “Era de Ouro”, tais como pobreza, desemprego em massa, miséria e instabilidade, retornaram após 1973 com bastante força (HOBSBAWM, 1995). Para termos uma ideia da situação, Hobsbawm (1995) aponta que o desemprego na Europa Ocidental passou de 1,5% em média, na década de 1960, para 4,2% nos anos 1970. No auge da crise, no fim da década de 1980, esse índice chegou à média

¹¹¹ A criação da OPEP foi uma forma que os países árabes produtores de petróleo encontraram para fazer frente à política de achatamento de preços praticada pelo cartel das grandes empresas petroleiras ocidentais – as chamadas “sete irmãs” (Standard Oil, Royal Dutch Shell, Mobil, Gulf, BP, Standard Oil of California e Chevron). Os objetivos eram os de aumentar a receita dos países membros da OPEP, a fim de promover o desenvolvimento; assegurar um aumento gradativo do controle sobre a produção de petróleo, ocupando o espaço das multinacionais; e unificar as políticas de produção. A OPEP aumentou os royalties pagos pelas transnacionais, alterando a base de cálculo, e as onerou com um imposto. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/>. Acesso em: 1º nov. 2016.

¹¹² Dos sucesos simultâneos parecieron validar, al menos por un tiempo, la tesis básica de la obra *Los límites del crecimiento*: durante varios años consecutivos sequías sin precedentes asolaron vastas regiones del mundo en torno a un gran arco geográfico, y en el invierno de 1973 los países exportadores de petróleo adoptaron una nueva estrategia de precios del producto que podía considerarse como una ‘discontinuidad’ de las tendencias económicas mundiales. (SEYNES, 1977, p. 9)

de 9,2% na Comunidade Europeia, e em 1993, a 11% em média, sendo que metade desses desempregados estava sem trabalho por um período superior a um ano e outros 1/3, há mais de dois anos. No Reino Unido, em 1989, mais de 400 mil pessoas foram classificadas como “sem teto”, e milhares de miseráveis moravam nas ruas. O autor analisa que as “economias de mercado desenvolvidas” não era um exemplo de igualdade e justiça social. O número de miseráveis também crescia em outras economias consideradas ricas, mas igualmente desiguais, como os EUA. Hobsbawm (1995, p. 312) descreve o cenário de pobreza e miséria nos EUA:

Quanto à pobreza e miséria, na década de 1980 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia. Em qualquer noite de 1993 em Nova York, 23 mil homens e mulheres dormiam na rua ou em abrigos públicos, uma pequena parte dos 3% da população da cidade que não tinha tido, num ou noutro momento dos últimos cinco anos, um teto sobre a cabeça.

Nos países de economia periférica, ou Terceiro Mundo, a situação não era muito diferente, impulsionada pelo profundo endividamento em que estavam mergulhados nas décadas de 1970 e 1980. Na América Latina, entre os mais endividados estavam o Brasil, o México e a Argentina, com uma dívida internacional somando mais de 110 bilhões de dólares. Nos países africanos, a situação era ainda pior, e os mais pesadamente endividados, segundo Hobsbawm (1995), eram Moçambique, Tanzânia, Somália, Zâmbia, Congo e Costa do Marfim, “alguns perturbados pela guerra, outros pelo colapso do preço de suas exportações” (p. 323). Em alguns casos, as dívidas a serem pagas aos bancos internacionais equivaliam a um quarto ou mais das exportações desses países. Os montantes eram tão altos que, apesar da probabilidade de não serem pagos, o ganho dos bancos com os juros sobre eles girava em torno de 9,6% em 1982, o que compensava fazer esses empréstimos “arriscados”, mas altamente rentáveis (HOBBSAWM, 1995).

Sachs (1993) relata que somente em 1989, de acordo com o “Relatório sobre o Desenvolvimento Humano”, o serviço da dívida produziu um fluxo líquido de recursos dos países do Sul para o Norte de 51 bilhões de dólares, além de um montante impressionante de 239 bilhões de dólares entre 1984 e 1989. O principal efeito dessa crise foi ampliar o fosso entre as economias ricas e pobres, pois houve uma verdadeira sangria dos recursos desses países para as economias do Norte.

Esse período de crise e de incertezas fez com que organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), apoiados pelos países desenvolvidos, os chamados “Grupo dos Sete” (G-7), adquirissem maior autoridade e institucionalização. O endividamento dos países periféricos e o colapso das economias do bloco soviético geraram, de acordo com Hobsbawm (1995, p. 329-330), “um número cada vez maior de países dependentes da disposição dos países ricos de conceder-lhes empréstimos” ao preço de políticas locais “agradáveis às autoridades bancárias globais”, como arrochos fiscais, privatizações de empresas públicas, entre outras medidas. Nessa fase, houve o triunfo da “teologia neoliberal”, que, para Hobsbawm (1995, p. 330), se traduziu em “políticas de privatização sistemáticas e num capitalismo de livre mercado impostas aos governos demasiado falidos para resistir-lhes, fossem elas imediatamente relevantes para seus problemas econômicos ou não”.

Um acentuado crescimento de organizações internacionais também foi registrado nessa época, com o objetivo de uma coordenação global. Em meados da década de 1980, havia 365 organizações intergovernamentais e nada menos de 4.615 não governamentais, ou seja, acima de duas vezes o número existente no início da década de 1970 (HOBSBAWM, 1995). Entre os problemas que surgiram com a necessidade premente de uma ação global, os mais urgentes eram reconhecidamente aqueles relacionados à preservação e à conservação do meio ambiente.

É a partir desse contexto socioeconômico, cultural e político que iremos analisar a elaboração de um novo documento: “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1991). Também conhecido como “Relatório Brundtland”, foi publicado em 1987 e é considerado um dos elementos que possibilitaram, desde Estocolmo, a formulação de um novo espaço de “visibilidade”, de “enunciabilidade” e de “atualização” da questão ambiental, integrando de uma forma singular o desenvolvimento e a sustentabilidade.

Um segundo grande simpósio com especialistas foi realizado em 1974, em Cocoyoc, no México, presidido por Barbara Ward. Organizado pelo PNUMA e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o simpósio, considerado o II Founex, identificou fatores sociais e econômicos que levaram à deterioração ambiental. O documento resultante desse simpósio, a Declaração de Cocoyoc, influenciou diversos pensadores sobre a questão ambiental. O trecho que abre a Declaração de Cocoyoc foi utilizado como preâmbulo do documento “Estratégia de Conservação Mundial”, publicado em 1980 e reafirmado no GEO-2000, de 1999 (PNUMA, 2004, p. 7), e também deu sustentação para as teses do “Relatório Brundtland” (CMMAD, 1991). “Os impactos destrutivos

combinados de uma maioria carente lutando para sobreviver e uma minoria rica consumindo a maior parte dos recursos terrestres têm comprometido os próprios meios que permitem a todas as pessoas sobreviver e prosperar” (DECLARAÇÃO DE COCOYOC, 1974 *apud* PNUMA, 2004, p. 7).

A Declaração de Cocoyoc sinalizava para a conscientização sobre a dificuldade de se atender às necessidades humanas de forma sustentável em um meio ambiente sob pressão e onde alguns consomem mais do que outros. E apontava que o problema do mundo não era a escassez, e sim a má distribuição dos recursos naturais para todos os países, de modo a garantir as necessidades básicas humanas de todos. Apontava que, para isso, era preciso rever os modos de vida, principalmente, o alto consumo dos países ricos.

O problema básico de hoje em dia não é o de uma escassez material absoluta, mas sim de má distribuição e uso, do ponto de vista econômico e social; a tarefa dos estadistas é orientar os países em direção a um novo sistema mais capaz de satisfazer os limites internos das necessidades humanas básicas para todas as pessoas do mundo, e fazê-lo sem violar os limites externos dos recursos e do meio ambiente do planeta; os seres humanos têm necessidades básicas: alimentação, abrigo, vestimentas, saúde, educação; qualquer processo de crescimento que não leve à sua realização – ou pior, que a impeça – é uma paródia da ideia de desenvolvimento; e precisamos todos redefinir nossos objetivos, ou novas estratégias de desenvolvimento, ou novos modos de vida, incluindo um padrão mais modesto de consumo entre os ricos. (DECLARAÇÃO DE COCOYOC, 1974 *apud* PNUMA, 2004, p. 7)

Apesar de o termo “sustentável” já ter surgido na Declaração Cocoyoc e no documento “Estratégia mundial para a conservação”¹¹³ (1980), é no “Relatório Bruntland” que ele irá ganhar uma dimensão nunca adquirida antes, quando se soma a questão ambiental às dimensões sociais, econômicas, espaciais, culturais, políticas e éticas. No preâmbulo da “Estratégia mundial para a conservação” (1980), a noção de sustentabilidade está baseada em uma perspectiva ecológica e, segundo Nascimento (2012, p. 51), “refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunamis, fogo etc.)” (Ver Quadro 29 a seguir).

¹¹³ O documento “A Estratégia Mundial para a conservação: a conservação dos recursos vivos para alcançar o desenvolvimento sustentável” (1980) foi produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais (UICN), em conjunto com o PNUMA, o World Wide Fund for Nature (WWF), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Quadro 29 — Enunciados sobre a visão ecológica dos ecossistemas sobre a natureza e o desenvolvimento

1. Los seres humanos, en su búsqueda del desarrollo económico y del goce de las riquezas naturales, deberán hacer frente a la realidad de lo limitado que son los recursos y la capacidad de los ecosistemas, y deberán tener en cuenta las necesidades de las generaciones futuras.
2. Es éste el mensaje de la conservación. Puesto que, si bien la finalidad del desarrollo es proporcionar el bienestar social y económico, el objeto de la conservación es, en cambio, el de mantener la capacidad de la Tierra para sostener aquel desarrollo y respaldar la vida.

Fonte: Elaboração da autora, com base em UICN, PNUMA, WWF (1980, p. 7).

No documento, o termo conservação é definido como a gestão da utilização da biosfera pelo homem de um modo que possa garantir, de forma perene, os maiores benefícios que os recursos naturais proporcionam no presente, mantendo ao mesmo tempo o seu potencial para satisfazer as necessidades e as aspirações das próximas gerações (UICN; PNUMA; WWF, 1980). Nesse ponto parece que a visão de conservação baseada nas ideias de proteção e conservação de espécies animais e vegetais começa a ganhar novos contornos, mais voltados para perceber e garantir também os ecossistemas, além dos recursos naturais. Temos nesse documento um sentido para o desenvolvimento sustentável de base ecológica, figurando a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais como condições básicas para o desenvolvimento sustentável. Para a sua concretização, seriam necessárias condições fundamentais de caráter social, cultural e político. Ainda conforme o documento, o desenvolvimento sustentável deve: 1) prever a manutenção dos processos ecológicos fundamentais (fotossínteses, ciclos hidrológicos e reciclagem de nutrientes), dos quais depende a sobrevivência humana; 2) preservar a diversidade genética e biológica; 3) utilizar de forma sustentável as espécies e os ecossistemas (DIEGUES, 1992).

O objetivo da conservação presente na estratégia era o de manter a capacidade do planeta de sustentar o desenvolvimento, levando em consideração a capacidade dos ecossistemas e as necessidades das gerações futuras. Temos, nessa estratégia, a mudança de uma visão meramente conservacionista para outra voltada para a tentativa de conciliar a conservação com o desenvolvimento sustentável. No Quadro 30 abaixo, podemos perceber que a conservação dos recursos vivos é apenas uma das muitas condições apontadas no documento para a sobrevivência e o bem-estar dos homens, e a estratégia de conservação, apenas uma entre as diversas outras que deveriam ser implementadas.

Quadro 30 — Enunciado sobre criação de estratégias para o desenvolvimento sustentável

1. Uma estratégia para a paz, uma estratégia para uma nova ordem econômica, uma estratégia em prol dos direitos humanos; uma estratégia para superar a pobreza, uma estratégia de abastecimento mundial de alimentos; uma estratégia demográfica.

Fonte: UICN, PNUMA, WWF (1980, p. 15, tradução nossa).

Esse documento sugeriu que os governos dos diferentes países do mundo criassem suas próprias estratégias nacionais de conservação, de acordo com um dos objetivos preconizados pela Conferência de Estocolmo, o de incorporar o meio ambiente ao planejamento do desenvolvimento. Desde 1980, mais de 75 países iniciaram estratégias multissetoriais nos níveis nacional, estadual e local, destinadas a tratar de problemas ambientais como a degradação da terra, a conversão e a perda de habitat, o desmatamento, a poluição da água e a pobreza (PNUMA, 2004, p. 11).

Como analisa McCormick (1992), essas estratégias foram um passo útil, mas de certa forma eram incompletas, pois estavam muito arraigadas às concepções tradicionais da IUCN com relação ao mundo natural, não levando em conta de maneira mais avançada a necessidade de sair dos moldes da conservação da natureza e dos recursos naturais para uma esfera do meio ambiente humano, como já havia sido pactuado em Estocolmo.

Apesar de o termo “sustentável” ter surgido na “Estratégia de Conservação” (1980), será no relatório “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1991) que houve a ampliação do que se pode entender por desenvolvimento sustentável, ou sustentabilidade. Por decisão da Assembleia Geral da ONU, foi criada em 1983 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), conhecida como Comissão Brundtland, nome da ministra do Meio Ambiente da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que presidiu a comissão de 1983 a 1987.

A comissão foi criada para realizar audiências ao redor do mundo e produzir um relatório formal com suas conclusões. O relatório foi publicado após três anos de audiências com líderes de governo e o público em geral no mundo todo sobre questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Reuniões públicas foram realizadas tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento, e o processo possibilitou que diferentes grupos expressassem seus pontos de vista em questões como agricultura, silvicultura, água, energia, transferência de tecnologias e desenvolvimento sustentável em geral (PNUMA, 2004, p. 11). A comissão tinha os seguintes objetivos:

- a) propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante;
 - b) recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento;
 - c) considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental;
 - d) ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente.
- (CMMAD, 1991, p. XI)

A maioria dos membros da Comissão Brundtland era de países em desenvolvimento e com experiência no campo político, com formação não só em meio ambiente e desenvolvimento, mas também em todas as áreas que orientam as tomadas de decisões vitais que influenciam o progresso econômico e social nos níveis nacional e internacional. No Quadro 31 abaixo, podemos verificar o enunciado sobre a composição dos membros da comissão serem, sobretudo, ministros de Relações Exteriores, funcionários de finanças e planejamento, e administradores nas áreas de agricultura, ciência e tecnologia.

Quadro 31 — Enunciado sobre criação de estratégias para o desenvolvimento sustentável

1. Devido à abrangência de nosso trabalho e à necessidade de uma visão ampla, eu tinha consciência de que era preciso reunir uma equipe de cientistas e políticos influentes e altamente qualificados, a fim de formar uma Comissão verdadeiramente independente. Isto era essencial ao êxito do processo. Juntos, deveríamos esquadrihar o mundo e formular um método interdisciplinar e integrado para abordar as preocupações mundiais e nosso futuro comum.

Fonte: Gro Harlem Brundtland (*apud* CMMAD, 1991, p. XIV-XV).

A comissão realizou uma série de reuniões regionais com altos representantes governamentais, com as comunidades científica e empresarial, com organizações não governamentais e até com a imprensa, em todos os países onde se reuniram, com o objetivo de discutir o relatório e obter apoio público e governamental para suas recomendações e conclusões. Foram realizadas reuniões deliberativas, visitas e/ou audiências públicas em Jacarta (Indonésia), de 27 a 31 de março de 1985; em Oslo (Noruega), de 21 a 28 de junho de 1985; em São Paulo e Brasília (Brasil), de 2 de outubro a 4 de novembro de 1985; em Vancouver, Edmonton, Toronto, Ottawa, Halifax e Quebec (Canadá), de 21 a 31 de maio de

1986; em Harare (Zimbábue), de 15 a 19 de setembro de 1986; em Nairóbi (Quênia), de 20 a 23 de setembro de 1986; em Moscou (URSS), de 6 a 12 de dezembro de 1986; e em Tóquio (Japão), de 23 a 28 de fevereiro de 1987.

Também foram realizadas reuniões especiais do grupo de trabalho da Comissão em Genebra, Moscou e Berlim Ocidental (CMMAD, 1991, p. 403). Esse GT propôs fazer a elaboração do relatório, previsto para o fim dos trabalhos da Comissão Brundtland, de forma “transparente” e aberta à participação pública. Além das reuniões deliberativas, consideraram também incluir no documento o maior número de opiniões e pareceres sobre as questões abordadas. Nas reuniões regionais também foram realizadas audiências públicas, e muitas das opiniões levantadas nessas ocasiões encontram-se presentes no relatório final de forma destacada, quer seja como citação direta, quer seja no alto das páginas do documento e com a devida identificação.

Aproveitando as visitas, também foram realizadas audiências públicas com os principais representantes do governo, cientistas, especialistas e pesquisadores ligados a instituições industriais, representantes de organizações não governamentais e o público em geral, de forma que todos “pudessem expor abertamente suas preocupações à Comissão e apresentar seus pontos de vista acerca de questões de interesse comum” (CMMAD, 1991, p. 399). De acordo com o documento, centenas de organizações e indivíduos deram seus testemunhos nas audiências públicas e foram registrados mais de 500 depoimentos por escrito, somados a mais de 10 mil páginas de material recebido pela Comissão (Ver Quadro 32 a seguir).

Quadro 32 – Enunciado sobre a participação da população nas reuniões da comissão

1. Essas audiências públicas são uma característica técnica da Comissão – sua “marca registrada” – e demonstraram, tanto para seus membros quanto para os participantes, que os assuntos tratados por ela são realmente de interesse global e de fato ultrapassam fronteiras nacionais e diferentes culturas.

Fonte: CMMAD (1991, p. 399-400).

A realização dos trabalhos da Comissão Brundtland contou com verbas dos governos do Canadá, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Japão, Noruega, Suécia e Suíça. Esses governos patrocinadores tinham sido os principais responsáveis pela instalação da Comissão e, no decorrer de seus trabalhos, todos eles aumentaram sua contribuição para além do compromisso original. A Comissão também recebeu contribuições financeiras espontâneas dos governos da Arábia Saudita, Camarões, Chile, Hungria, Itália, Omã, Portugal e República

Federal da Alemanha. É interessante notar que os três países que mais emitiam gases de carbono na época, os maiores poluidores do planeta, não contribuíram financeiramente para os trabalhos da Comissão: Estados Unidos, China e Rússia. No caso dos Estados Unidos, apenas algumas fundações privadas contribuíram com doações para os trabalhos da Comissão: Fundação Ford, Carnegie Corporation de Nova York, Fundação John D. e Catherine MacArthur, e World City Foundation, de Norad e Sida (CMMAD, 1991).

No Quadro 33 abaixo, podemos ver a expressão da preocupação do grupo de trabalho com relação aos problemas ambientais como o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, conceitos novos para a época. Ainda, a preocupação com o fato de a velocidade das mudanças estar excedendo a capacidade das disciplinas científicas de avaliar e aconselhar a resolução desses problemas. Ao fim, concluíram que os arranjos institucionais e as estruturas de tomada de decisões, tanto em âmbito nacional quanto internacional, simplesmente não comportavam as demandas do desenvolvimento sustentável.

Quadro 33 — Enunciado sobre a crise ambiental e social

1. A década atual tem sido marcada por um retrocesso das preocupações sociais. Cientistas chamam a nossa atenção em relação aos problemas urgentes e complexos que dizem respeito à nossa sobrevivência: o aquecimento global, ameaças à camada de ozônio da Terra, desertos avançando sobre terras cultiváveis. Respondemos exigindo mais detalhes e passando os problemas às instituições mal preparadas para lidar com eles.

Fonte: CMMAD (1991, p. XIII).

Como pano de fundo da elaboração do relatório da Comissão Brundtland, existe um mundo em crise e de incertezas e estas foram apresentadas de forma a trazer a situação em que se encontrava o planeta e da necessidade de se criarem caminhos alternativos para transpor esses problemas (Ver Quadro 34 a seguir).

Quadro 34 – Enunciados sobre a crise social enfrentada pelos países em desenvolvimento

1. [...] nas audiências públicas que realizamos nos cinco continentes, também tomamos conhecimento de vítimas de catástrofes mais crônicas e generalizadas: a crise da dívida, a cessação da assistência aos países em desenvolvimento e do investimento neles, a queda dos preços dos produtos básicos e das rendas pessoais. Ficamos convencidos de que eram necessárias grandes mudanças tanto de atitude quanto na forma em que nossas sociedades são organizadas.
2. As questões referentes à população e pressão populacional, população e direitos humanos – e os vínculos entre estas e a pobreza, o meio ambiente e o desenvolvimento – revelaram-se das mais difíceis dentre as que tínhamos de enfrentar. As diferenças de ponto de vista pareceram a princípio intransponíveis, e foi preciso muita reflexão e

<p> muito empenho para superar distinções culturais, religiosas e regionais.</p>
--

Fonte: CMMAD (1991, p. XV).

Além dos elementos citados acima, o relatório apresenta as catástrofes ambientais, a crise econômica e outros problemas, já mencionados no início deste item, como de urgente enfrentamento. Retomamos ao que Deleuze (1993) aponta sobre a importância das crises para a formação de uma nova linha e de uma nova dimensão dentro de um saber. As crises enfrentadas pela maioria dos países, sejam industrializados, sejam em desenvolvimento, levaram à discussão de uma nova concepção de desenvolvimento e da sua relação com o meio ambiente. A preocupação com os retrocessos sociais que ocorreram nessa última década, assim como o agravamento dos problemas ambientais e a necessidade de enfrentá-los e a ineficiência em lidar com eles foram ressaltados da seguinte forma (Ver Quadro 35 a seguir):

Quadro 35 – Enunciados sobre a necessidade de se criar um novo desenvolvimento

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Na década atual, verificou-se um retrocesso quanto às preocupações sociais. Os cientistas chamaram atenção para problemas urgentes e complexos ligados à própria sobrevivência do homem: um planeta em processo de aquecimento, ameaças à camada de ozônio da Terra, desertos que devoram terras de cultivo. Nossa resposta foi exigir maiores esclarecimentos e transferir os problemas às instituições mal equipadas para lidar com eles. 2. A deterioração ambiental, vista a princípio como um problema, sobretudo dos países ricos e como um efeito colateral da riqueza industrial, tornou-se uma questão de sobrevivência para os países em desenvolvimento. 3. Ela faz parte da espiral descendente do declínio econômico e ecológico em que muitas das nações mais pobres se veem enredadas. Apesar de esperanças oficiais expressadas por todos, nenhuma das tendências hoje identificadas, nenhum programa ou política oferece qualquer esperança real de estreitar a lacuna cada vez maior entre nações ricas e pobres. 4. E, como parte de nosso "desenvolvimento", armazenamos arsenais capazes de alterar os rumos que a evolução vem seguindo há milhões de anos e de criar um planeta que nossos ancestrais não reconheceriam. |
|---|

Fonte: CMMAD (1991, p. XIII).

Além dos problemas enfrentados nesse período, o documento ressalta que tratar apenas dessas questões sem levar em conta outros aspectos, principalmente o desenvolvimento, seria um grande erro. Desse modo, aponta a relação inseparável entre o meio ambiente e o desenvolvimento, enfatizando a necessidade de a Comissão tratá-lo deste modo (Ver Quadro 36 a seguir).

Quadro 36 – Enunciados sobre a inseparabilidade do binômio desenvolvimento e meio ambiente

1. [...] houve quem desejasse que suas considerações se limitassem apenas a "questões ambientais". Isto teria sido um grave erro.
2. O meio ambiente não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas, e tentar defendê-lo sem levar em conta os problemas humanos deu à própria expressão "meio ambiente" uma conotação de ingenuidade em certos círculos políticos.
3. Também a palavra "desenvolvimento" foi empregada por alguns num sentido muito limitado, como "o que as nações pobres deviam fazer para se tornarem mais ricas", e por isso passou a ser posta automaticamente de lado por muitos, no plano internacional, como algo atinente a especialistas, àqueles ligados a questões de "assistência ao desenvolvimento".

Fonte: CMMAD (1991, p. XIII).

O objetivo era avançar do marco apontado em Estocolmo, aproximando meio ambiente e desenvolvimento, e elaborar propostas “inovadoras, concretas e realistas” para efetivar essa aproximação iniciada há uma década. Desse modo, podemos ver no Quadro 37 a seguir a demarcação de posição política no que tange à caracterização das questões ambientais como decorrentes dos processos de desenvolvimento adotados pelos países e da “insustentabilidade” do modelo de desenvolvimento alcançado pelas nações industrializadas.

Quadro 37 – Enunciados sobre o impacto do padrão insustentável de desenvolvimento dos países de economias avançadas

1. Muitas das estratégias de desenvolvimento adotadas pelas nações industrializadas são evidentemente insustentáveis.
2. E devido ao grande poder econômico e político desses países, suas decisões quanto ao desenvolvimento terão profundo impacto sobre as possibilidades de todos os povos manterem o progresso humano para as gerações futuras.

Fonte: CMMAD (1991, p. XIV).

Os objetivos das políticas ambientais e desenvolvimentistas que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável contidas no documento são os seguintes: a) retomar o crescimento; b) alterar a qualidade do desenvolvimento; c) atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; d) manter um nível populacional

sustentável; e) conservar e melhorar a base de recursos; f) reorientar a tecnologia e administrar o risco; g) incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões (CMMAD, 1991).

O relatório “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, 1991) apresenta várias dimensões sobre o desenvolvimento sustentável, ampliando ainda mais a sua abrangência de atuação. Lembramos aqui que, segundo Deleuze (1993), ampliar é uma das variáveis das expressões de poder nas relações de força empreendidas nas questões ambientais. Essas dimensões são classificadas por Sachs (1993) em ordens diversas: econômicas, sociais, espaciais, culturais e ecológicas. Podemos acrescentar a essas mais uma dimensão: a de ordem ética (BARBIERI, 2007; NASCIMENTO, 2012). Ao longo do documento, percebemos enunciados dessas ordens, que podem ser consideradas como curvas de enunciação do desenvolvimento sustentável que distribuem elementos em posições diferenciadas sobre o dispositivo (DELEUZE, 1996).

O saber, segundo Deleuze (1993), é estratificado, é amontoado em sedimentos uns sobre os outros e existe em função de “limiars” variados, como camadas que vão sendo sedimentadas como extratos, clivagens e orientações. Esses limiars podem ser de ordens diferentes, que vão desde um “limiar epistemologização”, orientado pela “cientificidade”, a um “limiar formalização”, relativo à ciência, como também a limiars diferentes como “limiars de etização”, de “estetização”, de “politização”. Todos esses limiars compõem o saber sobre um determinado objeto, lembrando que saber, na visão foucaultiana, não é a ciência, e sim “a unidade de estrato existindo apenas como empilhamento desses limiars sobre orientações diversas, das quais a ciência é apenas uma” (DELEUZE, 1993, p. 59). Desse modo, podemos inferir que as dimensões do dispositivo sustentável são camadas de saber que o compõe e o constitui, seja no limiar de uma ética, de uma cultura, de uma política, de uma “cientificidade”, seja de uma economicidade e uma espacialidade. É sobre esses extratos de saber do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável que nos deteremos a seguir.

O “Relatório Brundtland” (CMMAD, 1991) irá introduzir novas dimensões à questão ambiental, quando prescreve que a “sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas” (NASCIMENTO, 2012, p. 51). O compromisso com as gerações futuras introduz um novo aspecto na sustentabilidade, a dimensão ética, para além da variável ambiental, social e econômica. No Quadro 38 a seguir temos mais um elemento de atualização e de composição da questão ambiental que irá integrar o que entendemos sobre sustentabilidade, ou desenvolvimento sustentável. Esses valores éticos remetem à responsabilidade das atuais gerações com as futuras.

Quadro 38 – Enunciados sobre a responsabilidade com as atuais e futuras gerações

1. A humanidade é capaz de tomar o desenvolvimento sustentável, de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas.
2. Podem apresentar lucros nos balancetes da geração atual, mas nossos filhos herdarão os prejuízos.
3. Tomamos um capital ambiental emprestado às gerações futuras, sem qualquer intenção ou perspectiva de devolvê-lo.
4. Elas podem até nos maldizer por nossos atos perdulários, mas jamais poderão cobrar a dívida que temos para com elas.
5. Agimos desta forma porque podemos escapar impunes: as gerações futuras não votam, não possuem poder político ou financeiro, não têm como opor-se a nossas decisões.

Fonte: CMMAD (1991, p. 8-9).

A questão da ambição humana também é destacada no documento, mostrando como a retirada em excesso dos recursos naturais cria uma situação insustentável ao planeta (Ver Quadro 39 a seguir).

Quadro 39 – Enunciados sobre desenvolvimento insustentável

1. Muitos dos atuais esforços para manter o progresso humano, para atender às necessidades humanas e para realizar as ambições humanas são simplesmente insustentáveis tanto nas nações ricas quanto nas pobres.
2. Elas retiram demais, e a um ritmo acelerado demais, de uma conta de recursos ambientais já a descoberto, e no futuro não poderão esperar outra coisa que não a insolvência dessa conta.

Fonte: CMMAD (1991, p. 8).

Além de insustentável, a maneira como as nações industrializadas vinham conduzindo a retirada dos recursos da natureza também é abordada, assim como as suas práticas políticas, que estavam empobrecendo ainda mais os países em desenvolvimento pelo endividamento com o sistema financeiro comandado por eles. De forma que as dívidas levam à pobreza, que, por sua vez, leva esses países endividados a exportarem cada vez mais seus recursos naturais para as nações credoras, gerando problemas ambientais ainda mais graves (Ver Quadro 40 a seguir).

Quadro 40 – Enunciados sobre as desigualdades entre os países ricos e pobres, geradas por um sistema econômico predatório e pela superexploração dos recursos naturais pelos ricos

1. As raízes da crise estendem-se também a um sistema econômico mundial que retira de um continente pobre mais do que lhe dá.
2. Não podendo pagar suas dívidas, as nações africanas que dependem da venda de produtos primários veem-se obrigadas a superexplorarem seus solos frágeis, transformando assim terras boas em desertos.
3. Por causa das barreiras comerciais impostas pelos países ricos e por muitos países em desenvolvimento, os africanos têm dificuldade em vender seus produtos a preços razoáveis o que pressiona ainda mais os sistemas ecológicos.
4. A ajuda concedida pelas nações doadoras não só tem ficado aquém do desejável como frequentemente reflete mais as prioridades destas nações do que as necessidades dos países recebedores.
5. Devido à "crise da dívida" da América Latina, os recursos naturais dessa região estão sendo usados não para o desenvolvimento, mas para cumprir as obrigações financeiras contraídas com os credores estrangeiros.
6. Esse enfoque do problema da dívida é insensato sob vários aspectos: econômico, político e ambiental.
7. Exige que países relativamente pobres aceitem o aumento da pobreza, ao mesmo tempo em que exportam quantidades cada vez maiores de recursos escassos.

Fonte: CMMAD (1991, p. 6-7).

Dessa maneira, o relatório da Comissão Brundtland faz um apelo à ação, na busca pela redução das desigualdades sociais por meio da correção de um sistema econômico internacional que só aumenta o fosso entre ricos e pobres, gerando fome, pobreza e maior exploração dos recursos do meio ambiente. Essa dimensão social será um ponto importante e permeará todo o documento aqui analisado, sinalizando para um dos sedimentos a compor o saber sobre o Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS) (Ver Quadro 41 a seguir).

Quadro 41 – Enunciados contra o sistema econômico mundial

1. Compete a todas as nações fazer algo para alterar essas tendências e corrigir um sistema econômico internacional que aumenta em vez de reduzir a desigualdade, que aumenta em vez de reduzir o número de pobres e famintos.
2. A satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Onde já são atendidas, ele é compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não exploração dos outros. Mas o simples crescimento não basta.

Fonte: CMMAD (1991, p. 25, 47).

O extrato da sustentabilidade social apresenta-se como o processo que deve ocorrer de modo a reduzir substancialmente as diferenças sociais e que considere o desenvolvimento sustentável multidimensionalmente, ou seja, abarcando “todo o espectro de necessidades materiais e não-materiais” (SACHS, 1993, p. 25). Assim, no Quadro 42 abaixo, podemos perceber que o documento levanta a necessidade de o meio ambiente ser considerado nas suas múltiplas dimensões e sob um ponto de vista mais ético.

Quadro 42 — Enunciado sobre as multidimensões do meio ambiente

1. Por quanto tempo poderemos continuar fingindo com segurança que meio ambiente não é economia, não é saúde, não é requisito para o desenvolvimento, não é lazer?
2. Sendo realista, considerando-nos administradores de uma entidade chamada meio ambiente, alheia a nós, uma alternativa à economia, um valor caro demais para ser protegido em épocas de dificuldades econômicas?
3. Quando nos organizamos a partir desta premissa, estamos trazendo consequências perigosas para nossa economia, nossa saúde, nosso crescimento industrial.
4. Só agora começamos a perceber que é preciso encontrar uma alternativa para nossa tendência a onerar as gerações futuras devido à nossa crença errônea de que é possível escolher entre a economia e o meio ambiente.
5. Em longo prazo, essa escolha revela-se uma ilusão e tem consequências terríveis para a humanidade. Charles Cacei. Membro do Parlamento. Câmara dos Comuns, Audiência pública da CMMAD, Ottawa, 26-27 de maio de 1986.

Fonte: CMMAD (1991, p. 41).

Ainda na dimensão social, o documento ressalta a desigualdade como um grande problema social a ser enfrentado na busca de um novo crescimento que seja duradouro tanto social como ambientalmente, pois a desigualdade gera pobreza e impõe uma imensa pressão sobre os recursos do planeta, construindo um círculo vicioso entre pobreza e deterioração ambiental (Ver Quadro 43 a seguir).

Quadro 43 – Enunciados sobre a necessidade de ser construir um novo crescimento econômico que combata as desigualdades sociais

1. Muitas questões críticas de sobrevivência estão relacionadas com desenvolvimento desigual, pobreza e aumento populacional.

2. Todas elas impõem pressões sem precedentes sobre terras, águas, florestas e outros recursos naturais do planeta, e não apenas nos países em desenvolvimento.
3. A espiral descendente da pobreza e da deterioração ambiental é um desperdício de oportunidades e recursos.
4. De modo especial, é um desperdício de recursos humanos.
5. Esses vínculos entre pobreza, desigualdade e deterioração ambiental foram um dos principais temas em nossa análise e recomendações.
6. O necessário agora é nova era de crescimento econômico, um crescimento convincente e ao mesmo tempo duradouro do ponto de vista social e ambiental.

Fonte: CMMAD (1991, p. XIV).

No Quadro 44 a seguir, percebe-se que na noção mais estreita de sustentabilidade física está implícita uma preocupação com a equidade social entre gerações, e deve ser extensiva à equidade a cada uma delas. Nesse sentido existe uma preocupação social calcada tanto em uma preocupação ética quanto no comprometimento das atuais gerações com a equidade entre as nações.

Quadro 44 – Enunciados sobre as equidades sociais entre os países

1. Se os desertos estão se expandindo, as florestas desaparecendo e a desnutrição aumentando, e as condições de vida dos habitantes de áreas urbanas estão piorando, não é devido à falta de recursos, mas ao tipo de políticas adotadas por nossos dirigentes, pelos grupos de elite.
2. A negação dos direitos e dos interesses das pessoas está nos levando a uma situação na qual só a pobreza terá um futuro próspero na África.
3. Nossa esperança é que esta Comissão (a Comissão Mundial) não negligenciará os problemas dos direitos humanos na África e buscará enfatizá-los, pois se trata de pessoas livres, pessoas que têm direitos, que são cidadãos maduros e responsáveis, capazes de participar do desenvolvimento e da proteção ao meio ambiente. Depoimento de um participante na audiência pública da CMMAD, Nairóbi, 23 de setembro de 1986.

Fonte: CMMAD (1991, p. 51).

Com os problemas advindos da nova ordem econômica mundial, tais como o fosso criado entre as nações ricas e pobres e a deterioração cada vez maior do meio ambiente nesses países, o “Relatório Bruntland” coloca o modelo econômico dominante em questão, pois entende que o modelo de crescimento que estava sendo implementado pelas nações desenvolvidas era insustentável tanto econômica como ambientalmente para o planeta (Ver Quadro 45 abaixo). O documento, segundo Machado, V. (2005), teria sido gestado na

contramão das transformações da economia mundial, pois propunha “a reformulação do modelo de desenvolvimento que vinha sendo gestado até então, desigual e gerando ainda mais dependências dos países do terceiro mundo para os países desenvolvidos” (p. 249).

Quadro 45 – Enunciados sobre desenvolvimento sustentável

1. De que valia será tal desenvolvimento para o mundo do próximo século, quando haverá o dobro de pessoas a depender do mesmo meio ambiente?
2. Essa constatação ampliou nossa visão do desenvolvimento. Passamos a encará-lo não apenas em seu contexto restrito de crescimento econômico nos países em desenvolvimento.
3. Percebemos que era necessário um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo.
4. Assim, o "desenvolvimento sustentável" é um objetivo a ser alcançado não pelas nações "em desenvolvimento", mas também pelas industrializadas.

Fonte: CMMAD (1991, p. 4).

No Quadro 46 a seguir, podemos identificar no documento a crítica ao consumo excessivo de combustíveis fósseis nos países industrializados, que era de uma ordem muito maior do que nos países em desenvolvimento, gerando poluição e emissão de gases de carbono no ar. Destaca, ainda, a necessidade de se investir em tecnologias para a produção de fontes de energia alternativas não poluentes para a redução do uso do petróleo e de diminuir o consumo por habitante, considerado muito superior ao de outros países em processo de desenvolvimento.

Quadro 46 — Enunciados sobre mudanças nos padrões de consumo e no uso de energias fósseis pelos países desenvolvidos para uma equidade entre os países

1. Os países industrializados precisam reconhecer que seu consumo de energia está poluindo a biosfera e diminuindo as reservas já escassas de combustível fóssil.
2. Foi possível limitar um pouco o consumo devido a melhorias recentes na eficiência energética e ao estímulo a setores menos energia-intensivos. Mas é preciso acelerar o processo, a fim de reduzir o consumo *per capita* e estimular a busca de fontes e tecnologias não poluentes.
3. Não é viável, nem desejável, que o mundo em desenvolvimento simplesmente adote os mesmos padrões de consumo de energia dos países industrializados.
4. Serão necessárias amplas reformas de políticas para fazer face aos altos níveis de consumo que hoje se verificam no mundo industrializado, aos aumentos de consumo

indispensáveis ao atendimento de padrões mínimos nos países em desenvolvimento e à expectativa de crescimento populacional.

Fonte: CMMAD (1991, p. 61, 63, 64).

Também é enfatizada no documento a insustentabilidade do modelo econômico praticado por essas nações, inviável de ser copiado pelas nações em desenvolvimento, por não haver sustentabilidade econômica, esta entendida como a “alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado” (SACHS, 1993, p. 26), e medida, sobretudo, em critérios macrosociais.

No Quadro 47 a seguir, podemos ver como a sustentabilidade ecológica é então reforçada pela Comissão Bruntland no sentido da intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatíveis com sua mínima deterioração. Pretendia-se, assim, possibilitar que a natureza desenvolvesse novos equilíbrios a partir dos seus processos cíclicos de constituição e regeneração, como também o de preservar as fontes dos recursos naturais e energéticos do planeta. Também reforça o vínculo estreito identificado entre a economia e a ecologia, ambas em escala global. Dessa maneira, se anteriormente a preocupação era com os impactos do crescimento sobre o meio ambiente, agora ocorre uma inversão: a preocupação é saber como o “desgaste ecológico” irá comprometer as perspectivas econômicas dessas nações e como irão impactar as gerações futuras, reforçando a dimensão ética da sustentabilidade.

Quadro 47 – Enunciados sobre o entrelaçamento entre economia e ecologia

1. Essas alterações correlatas criaram novos vínculos entre a economia global e a ecologia global.
2. No passado, nos preocupamos com os impactos do crescimento econômico sobre o meio ambiente. Agora temos de nos preocupar com os impactos do desgaste ecológico – degradação de solos, regimes hídricos, atmosfera e florestas – sobre nossas perspectivas econômicas.
3. Mais recentemente tivemos de assistir ao aumento acentuado da interdependência econômica das nações. Agora temos de nos acostumar à sua crescente interdependência ecológica.
4. A ecologia e a economia estão cada vez mais entrelaçadas – em âmbito local, regional, nacional e mundial – numa rede inteiriça de causas e efeitos.
5. Mas a conservação da natureza não deve ser vista apenas como um dos objetivos do desenvolvimento. Ela é parte de nossa obrigação moral para com os demais seres vivos e as futuras gerações.

Fonte: CMMAD (1991, p. 5, 61).

Outra sedimentação sobre o Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS) que se constitui está relacionada com uma organização da espacialidade equilibrada entre a cidade e o campo. Nessa clivagem de cunho geográfico, o que está sendo colocado em questão é o crescimento populacional exagerado em determinadas regiões, em detrimento de outras pouco populosas. Por isso, a Comissão prescreve a necessidade de se buscar um equilíbrio para que se evite a concentração exagerada de populações, de atividades e também de poder, de modo que cada país levasse em consideração um crescimento populacional adequado e coerente com o seu nível e capacidade do ecossistema que o sustenta (Ver Quadro 48 a seguir).

Quadro 48 – Enunciados sobre a busca da equidade social nas e entre as nações

1. O planeta está atravessando um período de crescimento drástico e mudanças fundamentais.
2. Nosso mundo de 5 bilhões de seres humanos tem de encontrar espaço, num contexto finito, para outro mundo de seres humanos. Segundo projeções da ONU, em algum momento do próximo século a população poderá estabilizar-se entre 8 e 14 bilhões de pessoas. Em sua maior parte, esse aumento ocorrerá nos países mais pobres (mais de 90%) e em cidades já superpovoadas (90%).
3. [...] a questão não é simplesmente o tamanho da população do mundo. Uma criança nascida num país onde os níveis de uso de matérias-primas e energia são elevados representa um ônus maior para os recursos da Terra do que uma criança num país mais pobre. O mesmo argumento vale internamente para cada país. É mais fácil buscar o desenvolvimento sustentável quando o tamanho da população se estabiliza num nível coerente com a capacidade produtiva do ecossistema.

Fonte: CMMAD (1991, p. 5, 60).

De acordo com essa lógica espacial, o planejamento de assentamentos urbanos é uma questão de suma importância, de forma que essa distribuição geográfica deve considerar os recursos naturais de cada país e repensar políticas e estratégias de industrialização.

Quadro 49 – Enunciados sobre o planejamento dos assentos urbanos

1. Os governos terão de formular estratégias de assentamento bem definidas para orientar o processo de urbanização, desafogar os grandes centros urbanos e erguer cidades menores, integrando-as mais estreitamente às áreas interioranas.
2. Isto significa rever e alterar outras políticas de tributação, fixação de preços de alimentos, transporte, saúde, industrialização, que se opõem aos objetivos das estratégias de assentamento.

Fonte: CMMAD (1991, p. 19).

No Quadro 50 abaixo, temos outra clivagem que aparece no dispositivo do DDS, estruturando uma dimensão cultural deste e levando em conta a pluralidade de soluções

particulares, que “respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local” (SACHS, 1993, p. 27). Ou seja, respeitar as identidades culturais das comunidades, como também promover maior distribuição não só de riquezas, mas também de poder para esses povos.

Quadro 50 – Enunciados sobre equidades políticas e participação ativa da sociedade civil

1. Creio que essa Comissão deveria prestar atenção ao modo como considera a questão de uma participação maior dos povos que são objeto do desenvolvimento.
2. Entre suas necessidades básicas estão o direito de preservar sua identidade cultural e o direito de não ser apartado de sua própria sociedade e de sua própria comunidade.
3. O que desejo ressaltar é que não podemos discutir meio ambiente e desenvolvimento sem discutir o desenvolvimento político.
4. Não é possível erradicar a pobreza simplesmente redistribuindo a riqueza ou a renda, pois tem de haver uma redistribuição melhor do poder. Aristides Katoppo, Editor. Audiência pública da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Jacarta, 26 de março de 1985.
5. Vocês falaram muito pouco de vida e falam muito em sobrevivência. É muito importante lembrar que quando acabam as possibilidades de vida começam as possibilidades de sobrevivência.
6. E há povos aqui no Brasil, especialmente na região amazônica que ainda vivem, e esses povos que ainda vivem não querem decair ao nível da sobrevivência. Depoimento de um participante da Audiência Pública da CMMAD. São Paulo, 28-29 de outubro de 1985.

Fonte: CMMAD (1991, p. 33, 43).

A Comissão Brundtland recomendou à Assembleia Geral da ONU que convocasse a II Conferência Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento, marcada para 1992. O evento foi realizado no Rio de Janeiro – motivo de sua denominação Rio-92 –, com a missão de estabelecer uma agenda de cooperação internacional, a Agenda 21, para pôr em prática o desenvolvimento sustentável do planeta ao longo do século XXI (ALMEIDA, 2002).

A Rio-92 produziu uma série de enunciados e visibilidades sobre os elementos constitutivos do DDS, muitos deles elaborados durante as prévias dessa Conferência. Resultaram desse evento os seguintes documentos: a Carta da Terra; as três convenções assinadas por diferentes países – Convenção sobre Diversidade Biológica, que trata da proteção da biodiversidade; Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; e Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima –; a Agenda 21; a

Declaração de Princípios sobre Florestas; e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O evento e os desdobramentos do DDS na Rio-92 não serão analisados neste trabalho, pois extrapolam os elementos singulares da constituição do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável que nos propusemos neste trabalho. O que nos trouxe até esta parte da análise foi perceber o processo de formação do dispositivo; a emergência histórica que possibilitou sua constituição como tal; as relações de forças que o formaram a partir dos embates e jogos de lutas e de estratégias que compuseram as séries singulares; e a estabilização do DDS. Procuramos mostrar o mapa desse dispositivo, a rede que compôs a sua cartografia, a emergência de uma urgência histórica ambiental até a composição do que se propôs como desenvolvimento sustentável no “Relatório Brundtland”.

Essa urgência ambiental emergiu nos anos 1940, com a “Era de Ouro”, e se aprofundou no período da Guerra Fria, pelo terror causado por uma possível extinção da espécie humana e animal, e pela corrida armamentista nuclear. Outros fatores também contribuíram para esse temor: 1) a divulgação pela mídia das grandes catástrofes ambientais em todo mundo, consequência do processo industrial em expansão da “Era de Ouro” nos países industrializados; 2) a politização ocasionada pela divulgação dos estudos técnicos para o grande público em livros que se tornaram *best-sellers*, somada à construção de um novo saber gerado pelo avanço da Biologia e da Ecologia; 3) a emergência dos novos movimentos sociais contra os problemas ambientais, pressionando os governos por soluções para a melhoria das condições de vida e pela sobrevivência da população no planeta.

Os movimentos sociais foram fundamentais ao proporem uma nova forma de ver o mundo, a partir da crítica aos poderes constituídos e às consequências que suas ações causaram à população e à biosfera. Essas críticas eram sustentadas pelos novos conhecimentos sobre os ecossistemas e sobre a identificação dos problemas ambientais pela ciência. Neste ponto podemos perceber o que Deleuze (1996) apontou sobre como o saber faz ver e faz falar, atualizando as relações de força em jogo. Ao longo da análise, buscamos mostrar outros elementos que compuseram um saber ambiental, baseado não só em uma “cientificidade”, mas também nas propostas filosóficas, nas decisões políticas, no planejamento, nas declarações, nos acordos assinados, nos relatórios e em tantos outros elementos que apresentamos neste trabalho.

Rememorando os objetivos do desenvolvimento sustentável da última análise, temos a proposta de adoção das seguintes medidas: a) retomar o crescimento; b) alterar a qualidade do desenvolvimento; c) atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia,

água e saneamento; d) manter um nível populacional sustentável; e) conservar e melhorar a base de recursos; f) reorientar a tecnologia e administrar o risco; g) incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões. Nos objetivos elencados no “Relatório Bruntland”, estão presentes as quatro linhas de força identificadas nos movimentos analíticos diacrônico e sincrônico: *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista*, *Linha de Força Conservacionista*, *Linha de Força Científica Ecológica* e *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*. Isto nos leva a crer que essas linhas se juntam na composição do DDS, pelo menos na análise do “Relatório Bruntland”, responsável por atualizar o saber sobre as relações de força em formação sobre a questão ambiental e o desenvolvimento.

Temos a composição das linhas que caracterizam o DDS vinculando questões ambientais com o desenvolvimento, mas abordadas nas dimensões econômicas, sociais, espacial, cultural, ecológica e ética, com as multidimensionalidades que as caracterizam. Nessa perspectiva, tem-se como ponto de partida a tese que considera os recursos naturais como finitos e que ressalta que o crescimento deve ser realizado, desde que comprometido com a equidade social das atuais gerações e com a equidade entre as nações.

Desse modo, procuramos mostrar como um saber sobre a questão ambiental foi constantemente atualizando as relações de poder que se formaram desde a sua emergência. Essas relações de força formaram diferenciações entre países e povos, com objetivos claros e perceptíveis nas estratégias criadas por cada ação estratégica e nas resistências, nos instrumentos utilizados, assim como nos processos de racionalização e institucionalização do ambiental. E, por fim, buscamos mostrar a formulação e a ampliação do desenvolvimento sustentável nas múltiplas linhas de visibilidade, de enunciação e de força que o compuseram como uma rede de elementos heterogêneos, tais como discursos, instituições, decisões, regulamentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições filosóficas e morais. Sobre os elementos heterogêneos que constituem esta rede discursiva e não discursiva, ver a Figura 14 a seguir.

Figura 14 — Elementos heterogêneos constitutivos do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável, conforme mapeados na presente pesquisa



Fonte: Elaboração da autora.

Na Figura 14 acima, apresentamos os elementos heterogêneos do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável que começaram a se formar a partir da Conferência de Estocolmo e se expandiram até os dias de hoje, compondo uma rede formada pelas curvas de visibilidades, curvas de enunciabilidades, linhas de forças e linhas de subjetivação. Os diversos elementos acima mostram a articulação e a penetração desse tema no presente.

A partir de agora, iremos nos debruçar sobre os modos de subjetivação como efeito do DDS, para perceber essa dimensão do dispositivo nos enunciados do “Relatório Bruntland” (CMMAD, 1991). Por ser uma análise histórica e baseada em documentos, procuramos apurar no próprio relatório esses ditos relacionados ao DDS, na tentativa de conseguirmos perceber esses sujeitos falantes e “confessantes”.

Vale lembrarmos que durante os três anos de composição do “Relatório Bruntland”, a comissão viajou pelos cinco continentes e realizou reuniões públicas em diversos países, tanto de economias avançadas como em desenvolvimento. O objetivo foi, segundo a presidente da comissão, Gro Harlem Bruntland, o de conhecer os diversos pontos de vista sobre uma

diversidade de temas relacionados ao desenvolvimento sustentável: agricultura, silvicultura, água, energia, transferência de ciência e tecnologias, dentre outros (CMMAD, 1991).

Ao longo desses três anos, a Comissão Bruntland realizou dezenas de reuniões, dentre elas, algumas de caráter deliberativo com os altos representantes dos governos, mas também com a comunidade científica, empresários, ONGs e imprensa, com o objetivo de obter apoio e engajamento para as recomendações e considerações finais feitas pelo documento. Rememoramos que, como já apontado anteriormente nesta análise, nas reuniões deliberativas regionais eram oportunisticamente também realizadas audiências públicas com membros do governo, cientistas, especialistas, representantes de ONGs e com o cidadão comum. O objetivo da Comissão era ouvir os diferentes pontos de vistas, posições, expressões e preocupações da comunidade sobre os temas em questão. Ao todo foram registados mais de 500 depoimentos, que preencheram mais de 10 mil páginas. Parte dessas opiniões foi incorporada ao próprio “Relatório Bruntland” no alto das páginas, destacadamente, em forma de citação direta, identificada com o nome, cargo e local e data da audiência (CMMAD, 1991). É com base nesses fragmentos de depoimentos que buscaremos perceber esses sujeitos falantes e “confessantes” nos processos de subjetivação do DDS

Foucault (2010c) entende que os modos de subjetivação são os modos de objetivação do sujeito, ou seja, o sujeito como objeto determinado pela relação de poder e saber. Esses modos estão entrelaçados e são interdependentes, em um desenvolvimento mútuo. Podemos buscar perceber os modos de subjetivação em como o sujeito é dividido a respeito dos outros e de si mesmo, ou seja, em seu processo de individuação. E na relação do sujeito consigo mesmo, buscaremos perceber como ele se constitui como um sujeito moral nas formas de atividades sobre si na relação com o dispositivo. Se o dispositivo produz sujeitos, queremos perceber quais são os sujeitos produzidos por ele, isto é, os modos de subjetivação nas quais esse sujeito foi submetido por uma externalidade, as linhas de força.

A subjetivação é, para Deleuze (1996, 2005), a quarta dimensão constitutiva do dispositivo. O indivíduo interior acha-se codificado, o que, para o autor, significa dizer que ele está “recodificado num saber ‘moral’ e, acima de tudo, torna-se o que está em jogo no poder – é diagramatizado” (DELEUZE, 2005, p. 110). E a subjetivação do homem livre transforma-se em sujeição:

[...] por um lado é a “submissão ao outro pelo controle e pela dependência”, com todos os procedimentos de individualização e de modulação que o poder instaura, atingindo a vida quotidiana e a interioridade daqueles que ele chamara seus sujeitos; por outro lado, é o “apego (de cada um) à sua própria identidade mediante consciência e o conhecimento de si”, com todas as técnicas das ciências morais e das ciências do homem que vão formar um saber do sujeito. (DELEUZE, 2005, p. 110)

Poderíamos pensar então a partir do que afirma Deleuze (2005) sobre a concepção de Foucault de que o homem é totalmente passivo e “assujeitado”. No entanto, Deleuze ressalta que Foucault aponta uma rota de fuga quando afirma que é exatamente na relação consigo que o sujeito pode resistir aos códigos e aos poderes, criando pontos de resistências, escapes e rotas de fuga na relação com as linhas de força e de saber que instauram sobre ele.

Deleuze (2005) aponta que o poder-saber se instaura do exterior no interior os sujeitos, ou seja, é pelo lado de fora que as relações de forças estabelecem a subjetivação dos sujeitos transformando-os em indivíduos. As linhas de força, portanto, são a exterioridade sobre os sujeitos. Diante disso, propusemo-nos perceber como as linhas de força identificadas acima (item 5.2.4) se instauram nos sujeitos falantes criando individuação ou escapes ou até mesmo fugas. Percorrendo as falas manifestas no relatório “Nosso Futuro Comum” (CMMAD, (1991), percebemos a presença das quatro linhas de forças nos sujeitos-falantes: *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista, Linha de Força Conservacionista, Linha de Força Científica Ecológica e Linha de Força Equidade Social e Ambiental*.

Na análise notamos a manifestação nos enunciados a *Linha de Força Conservacionista* nos enunciados, conforme mostra o Quadro 51 a seguir, mostrando a necessidade de se preservar a Mata Atlântica brasileira, por conter espécies endêmicas¹¹⁴.

Quadro 51 – Enunciados sobre a *Linha de Força Conservacionista*

1. Nossa Mata Atlântica, essa massa de floresta tropical, que se estende numa faixa estreita de norte a sul, foi drasticamente reduzida. A floresta possui grande número de espécies endêmicas, espécies que só existem nessa área e apenas no Brasil. Por isso, compete a nós, brasileiros, a responsabilidade de manter vivas essas espécies. Ibsen de Gusmão Câmara – Presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Audiência pública da CMMAD. São Paulo, 28-29 de outubro de 1985.

2. Seria muito bom se pudéssemos instalar no coração das crianças o amor pela natureza. Esperamos dar de presente a floresta que estamos plantando às crianças que viverão no século XXI. Mika Sakakibara. Aluna da Universidade de Agricultura e Tecnologia de Tóquio. Audiência pública da CMMAD, Tóquio, 27 de fevereiro de 1987.

Fonte: CMMAD (1991, p. 165, 174).

¹¹⁴ Espécies nativas de uma determinada área e restrita a ela, tanto da fauna como da flora (DICIONÁRIO DE ECOLOGIA E CIÊNCIAS AMBIENTAIS, 2001).

No Quadro 51 vemos a visão preservacionista da natureza, considera sagrada e bela. Os enunciados conclamam todos à preservação, como um chamado aos “brasileiros” para preservar o pouco que sobrou da Mata Atlântica, um dos mais importantes ecossistemas brasileiros. A intenção é a de que, num esforço comum, se evite sua devastação completa, bem como a fauna e a flora desse ecossistema. A visão de que a natureza deve ser conservada para as próximas gerações como um bem natural faz parte da composição dessa linha de força presente nesses enunciados.

No enunciado no Quadro 52 a seguir, podemos constatar a presença da *Linha de Força Científica Ecológica*, quando aponta a necessidade da produção de novos conhecimentos sobre a terra, a partir de pesquisas. Vemos aqui a necessidade da criação de um saber sobre o meio ambiente, mas percebemos também no enunciado a busca de um novo ethos, de um novo acordo e de uma nova moral entre os povos na sua relação com a natureza, o que traz para a discussão elementos morais e éticos.

Quadro 52 – Enunciado sobre a *Linha de Força Científica Ecológica*

Hoje o que se faz necessário é moldar um novo ethos e um novo acordo para promover a compreensão entre povos, países e regiões. Como um primeiro passo, devemos produzir novos conhecimentos, concentrar nossos esforços de pesquisa na manutenção da vida sobre a Terra e criar um sistema de disseminação e difusão de informações, assim como novos critérios morais, de modo a que estes cheguem aos bilhões de pessoas que habitam o nosso planeta. Acadêmico N. N., Moíseev Academia de Ciências da URSS. Audiência pública da CMMAD, Moscou, 8 de dezembro de 1986.

Fonte: CMMAD (1991, p. 320).

No enunciado mostrado no Quadro 52 acima, quando o sujeito-falante aborda a criação de um sistema de disseminação e de informações para se alcançar todos os “bilhões de pessoas que habitam o nosso planeta”, percebemos a necessidade de “fazer ver” e de “fazer falar” sobre o meio ambiente, na busca de um novo ethos na relação entre humanos e meio ambiente.

A *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista* apresenta-se no documento, como podemos ver no Quadro 53 a seguir.

Quadro 53 – Enunciado sobre a *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista*

Para resolver os problemas da deterioração ambiental e da pobreza, sobretudo no Terceiro Mundo, é essencial um desenvolvimento econômico contínuo. Segundo, temos de conciliar a proteção ambiental com o crescimento econômico. Há um consenso cada vez mais forte de que isto é perfeitamente possível e conveniente. Terceiro, há também um forte consenso de que a

aplicação de padrões ambientais estritos favorece o crescimento econômico e também o meio ambiente, estimula a inovação, promove a criatividade e a eficiência, e, além disso, cria empregos. Quarto, atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável, boas condições ambientais e padrões de vida razoáveis para todos, requer mudanças muito acentuadas de atitudes. Stanley Clinton-Davis - Membro da Comissão para o Meio Ambiente da Comunidade Econômica Europeia. Audiência pública da CMMAD, Oslo, 24-25 de junho de 1985.

Fonte: CMMAD (1991, p. 374).

Percebemos também no enunciado no Quadro 53 acima, a presença de elementos da *Linha de Força de Equidade Social e Ambiental* quando o sujeito falante afirma que, para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável, são necessárias "boas condições ambientais e padrões de vida razoáveis para todos". Enunciados sobre essa linha de força estiveram mais presentes nos destaques do "Relatório Bruntland", talvez por se tratar de um documento que já trazia no seu bojo uma visão dimensional composta por todas as linhas de forças, ou seja, os ditos refletiam essa visão contida no próprio documento. No Quadro 54 a seguir, entre vários outros, foram destacados alguns enunciados que caracterizam essa linha de força.

Quadro 54 – Enunciados sobre a *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*

1. Consideramos a atual política de alimentos baratos uma forma de violência econômica que está contribuindo para a exploração do solo e para uma relação cada vez mais impessoal entre os agricultores e o solo, em função da sobrevivência econômica. Trata-se de uma política de industrialização que só pode levar ao desastre econômico – para nós, como agricultores, e, do ponto de vista ambiental, para nós todos como canadenses e cidadãos do mundo. Wayne Easter. Presidente da União Nacional dos Agricultores. Audiência pública da CMMAD, Ottawa, 26-27 de maio de 1986.

2. A tarefa da agricultura não se limita, portanto, à obtenção do produto biológico, mas inclui a manutenção permanente e o aumento da fertilidade do solo. Do contrário, logo consumiremos o que pertence a nossos filhos, netos e bisnetos, para não mencionar descendentes ainda mais distantes. Esse equívoco – que nossa geração viva até certo ponto à custa das futuras gerações, utilizando impensadamente as reservas básicas de fertilidade do solo, acumuladas durante os milênios do desenvolvimento da biosfera, em vez de viver do incremento anual de agora – preocupa cada vez mais os cientistas que lidam com o estado da cobertura do solo planetário. B.G. Rozanov. Universidade Estatal de Moscou. Audiência pública da CMMAD, Moscou, 11 de dezembro de 1986.

3. Que devemos fazer? É axiomático que nós, como indivíduos ou grupos de indivíduos, partilhemos dos mesmos recursos. Temos de definir normas de conduta comuns. Isto se aplica tanto às famílias, cidadezinhas, um estado ou um país, como à comunidade mundial. Mas a simples definição de normas de conduta comuns por si só não basta para criar um corpo de regras e regulamentações. Para um funcionamento eficaz são necessárias certas condições básicas: a existência de um empenho geral por parte dos membros da comunidade, no sentido de aceitar e acatar as regulamentações; a existência de uma estrutura política, não só para definir e quantificar o comportamento ou as normas comuns, mas também para adaptar as regras já existentes às mudanças no seio da comunidade; meios de determinar a conformidade

das regras e regulamentações internacionais; e, por fim, meios para fazer com que sejam cumpridas. Fergus W. T. Associação Mundial de Federalistas. Audiência pública da CMMAD, Ottawa, 26 de maio de 1986.

Fonte: CMMAD (1991, p. 145, 148, 370).

No enunciado 1, o representante dos agricultores canadenses levanta uma prática comum na relação entre os produtores e a indústria, que é a não contabilização do ônus ambiental que a produção acarreta. Por exemplo, o uso intensivo dos recursos naturais (água, solo, nutrientes) e outros impactos, tais como desmatamentos, perda da biodiversidade e da fertilidade do solo, erosões, escassez hídrica, contaminação com agrotóxicos e aditivos químicos, impacto climático e até êxodo rural. Todo esse custo ambiental não é levado em conta pela política de alimentos sob a lógica econômica à qual estamos submetidos. Tal fato é perceptível na lógica econômica de exportação e importação de países como o Brasil, que vende produtos agrícolas (*commodities*) baratos para os países desenvolvidos e importa tecnologias caras e produtos manufaturados. Tal lógica aumenta ainda mais o fosso entre nações ricas e pobres no mundo, e afeta diretamente a equidade entre elas. Além da crítica à política de alimentos, podemos perceber também a preocupação do pesquisador, manifesta no enunciado 2, sobre os impactos que esses processos produtivos possam gerar futuramente no meio ambiente e como isso irá afetar as futuras gerações. Observamos, portanto, de novo uma preocupação ética com relação ao uso dos recursos naturais.

No enunciado 3 temos a solicitação de regras e normas para impor uma nova ordem moral para uma conduta comum em relação ao meio ambiente. Mas o proponente vai além, apontando que a criação de regulamentações e regras não é suficiente para uma comunidade que partilha recursos comuns, fazendo-se necessário o engajamento de todos na comunidade familiar, urbana, regional e de todos os países, ou seja, a comunidade mundial. Mas enuncia também que instrumentos de punição devem ser criados para que essas regulamentações sejam respeitadas. Aqui se abre um ponto importante a se destacar: um dos elementos do saber é educar, tratar, punir (DELEUZE, 2005). Desse modo, vemos que nas relações de poder-saber, a educação surge como um dos elementos do saber, uma das instituições da apropriação social dos discursos (FOUCAULT, 2002).

No Quadro 55 a seguir, destacamos alguns enunciados dos sujeitos-falantes sobre o educar para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Quadro 55 – Enunciados sobre educar para o desenvolvimento sustentável

1. O meio ambiente diz respeito a todos, o desenvolvimento diz respeito a todos, a vida e o viver dizem respeito a todos. Creio que a solução será estimular a instrução ambiental em

massa, para que possam ser tomadas decisões democráticas e esclarecidas, pois se as decisões partirem de uns poucos, sem incluir a opinião das massas, especialmente as organizações não-governamentais, o mais provável é que não se chegue a soluções adequadas. Elas seriam impostas de cima, o povo não reagirá positivamente a elas e o projeto fracassará antes mesmo de começar. Joseph Ouma, Reitor da Escola de Estudos Ambientais, Universidade Moi. Audiência pública da CMMAD, Nairóbi, 23 de setembro de 1986.

2. A educação e a comunicação são de importância vital para que cada indivíduo se conscientize de sua responsabilidade para com o futuro sadio do mundo. O melhor meio de os estudantes reconhecerem que suas ações têm consequências é a escola ou a comunidade organizarem projetos dos quais eles participem. Uma vez convencidos de que podem colaborar, as pessoas tendem a mudar de atitude e de comportamento. As novas atitudes para com o meio ambiente se refletirão nas decisões tomadas em casa e nas salas de reunião em todo o mundo. Vanessa Allison. Estudante do North Toronto Collegiate-High School. Audiência pública da CMMAD. Ottawa, 26-27 de maio de 1986.

3. Nós, da indústria, achamos que toda empresa capaz de poluir a natureza mediante a emissão de gás liquefeito ou partículas deve ser obrigado a inscrever seu pessoal em cursos breves, mas instrutivos, de educação ambiental. Muitas vezes as empresas poluem não só por acidente ou falha técnica, mas também por total ignorância dos efeitos destrutivos sobre o meio ambiente. Donald Allbrey. Sociedade para Superar a Poluição. Audiência pública da CMMAD, Ottawa, 26-27 de maio de 1986.

Fonte: CMMAD (1991, p. 117, 122, 254).

Os três enunciados destacam a importância de se educar, seja nas escolas, seja por meio da mídia, sob o argumento de que o conhecimento é importante para a tomada de decisões políticas diferentes com relação aos recursos e ao meio ambiente, como também para a tomada de posições políticas “mais esclarecidas”. O envolvimento das ONGs como elemento importante no esclarecimento e na formação da “opinião das massas” é destacado, pois aponta essas entidades como as grandes intermediárias entre o “povo” e as decisões do governo. Assim, a educação das pessoas, nas escolas e nas empresas, é apontada como esse elemento para a “conscientização” da responsabilidade com o “futuro sadio do mundo”, com atitudes e comportamentos diferentes com relação ao meio ambiente.

Esses enunciados mostram a relação poder e saber em ação, enquanto a educação e a mídia são apontadas como instituições que distribuem, gerenciam e se apropriam dos discursos, e como o instrumento a ser utilizado para mudanças de atitudes, de comportamentos que levem à construção de um novo ethos. A educação educa e molda os corpos e disciplina sobre quais comportamentos as pessoas devem ter para um desenvolvimento sustentável.

Desse modo, percebemos a presença das quatro linhas de força mencionadas anteriormente, e que, imbricadas e intercaladas, atravessam os sujeitos na sua percepção dos problemas ambientais e das soluções para um futuro comum, sustentado em bens comuns.

Entra aqui também a responsabilidade ética de garantir que as atuais e futuras gerações possam ter acesso a esses recursos finitos, cuja superexploração é mostrada nos enunciados.

Como afirma Foucault (1988, p. 105-106), “onde há poder há resistências”, no plural, como pontos que representam, na relação de poder, o adversário, o alvo, o apoio, o “interlocutor inflexível”, e não como o seu contrário, o seu opositor. No Quadro 56 a seguir, temos enunciados que mostram essa interlocução inflexível com o poder.

Quadro 56 – Enunciados sobre resistências

1. Os pequenos agricultores são responsabilizados pela devastação do meio ambiente e como se pudessem escolher os recursos dos quais depender para a sua subsistência, quando de fato não podem. Quando se trata de sobrevivência básica, as necessidades de momento tendem a suplantar qualquer consideração quanto ao futuro ambiental. A responsável pela devastação dos recursos naturais é a pobreza, e não os pobres. Geoffrey Brute. Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional. Audiência pública da CMMAD. Ottawa, 26-27 de maio de 1986.

2. A ameaça ambiental mais cruel provém do próprio movimento ecológico, pois assistimos às leis sobre direitos dos animais destruírem sistematicamente nosso estilo de vida e violarem o direito que temos, como nações aborígenes, a nossas tradições e valores. Apesar disso, nosso povo, inclusive a população antártica, precisa se desenvolver. O desafio é encontrar estratégias de desenvolvimento que satisfaçam as necessidades do povo e do meio ambiente. Rboda I Nuksu - índio inuit. Audiência pública da CMMAD, Ottawa, 26-27 de maio de 1986.

Fonte: CMMAD (1991, p. 138, 317).

No enunciado 2 acima, o movimento ecológico é apontado como uma ameaça cruel aos povos indígenas, com leis que violam suas tradições e estilo de vida, como o direito dos animais. Os povos indígenas vivem nas e das florestas, e a caça de animais silvestres faz parte do seu modo de viver. Esse enunciado chama-nos a atenção para os diferentes modos de vida de determinados povos em sua relação com a natureza, para as tradições que fazem parte da subsistência dos povos indígenas, o que resulta na constatação de que uma estratégia que concilie meio ambiente e os povos tradicionais das florestas precisa ser encontrada.

O enunciado 1 é uma contraposição a um enunciado muito frequente nas discussões sobre as causas da crise ambiental, qual seja o uso da terra para a agricultura, e que responsabiliza os pequenos agricultores pela devastação do meio ambiente. Por outro lado, também levanta uma importante questão, que é a de que a subsistência básica não pode ser suplantada pela conservação do meio ambiente. Essa discussão esteve presente o tempo todo nos enunciados em disputa nas batalhas e lutas sobre a questão ambiental, por exemplo, quando os países em desenvolvimento reivindicavam o direito de continuar produzindo. O enunciado aponta “a pobreza” como o sistema responsável pela crise ambiental, e não os

pobres, tidos como vítimas de um processo que os antecede. Esse mesmo enunciado é produzido por esses países sobre a crise ambiental e a necessidade do desenvolvimento baseado no crescimento, para o combate à pobreza.

Conforme o exposto até este momento, pudemos perceber a presença das quatro linhas de força nos enunciados dos sujeitos-falantes e “confessantes” no “Relatório Bruntland”, mas também pudemos ver, pelos pequenos buracos do documento, as resistências. Mas mesmo nessas resistências vemos também o reconhecimento de que esses mesmos povos precisam se desenvolver. O documento, portanto, é composto de múltiplas linhas de força, operadas também por saberes e resistências.

As condições de permanência do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável podem ser percebidas nos espaços de visibilidade gerados pelos eventos, reuniões, seminários, pelas Conferências Mundiais de Desenvolvimento e Meio Ambiente promovidas pela ONU em Estocolmo, em 1972; no Rio de Janeiro, em 1992; em Johannesburgo, em 2002; e novamente no Rio de Janeiro, em 2012, e em tantos outros eventos paralelos sobre o tema ambiental, como também em convenções e tratados multilaterais assinados entre as nações, que recebem uma constante atenção dos movimentos sociais e da mídia. Mas também são perceptíveis nas curvas de enunciabilidade, nas linhas de força e de subjetivação que o compõe. A ação estratégica última de um dispositivo é subjugar e sujeitar, seja a partir de “sujeito ao outro através do controle e da dependência”, seja na ligação do sujeito “à sua identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento” (FOUCAULT, 2010, p. 278).

Na Análise Diacrônica, por meio da análise histórica, buscamos compreender a emergência do DDS na composição das curvas de visibilidade e enunciabilidade, nas linhas de força e de subjetivação. Na Análise Sincrônica (Etapa 3), buscaremos perceber como o DDS é atualizado no presente, construído e reconstruído. Para tanto, a imprensa ganha um papel privilegiado na análise, para poderemos perceber o presente. Desse modo, tentaremos ver como o passado é retomado no presente pelo jornalismo durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente de 2012, realizada 20 anos depois dos embates e lutas da Conferência de Estocolmo, na Noruega, em 1972. Assim, tentaremos ver no presente as práticas sociais calcadas na memória histórica do DDS e no que ele produziu, bem como nos seus efeitos e na sua positividade. Dado o exposto, na próxima parte da pesquisa, Recorte Sincrônico, Etapa 3, iremos analisar, a partir do arquivo composto no campo discursivo do jornalismo, como esse dispositivo se manifesta na cobertura noticiosa do último grande evento internacional sobre a questão ambiental organizado pelas Nações Unidas.

5.4 O Dispositivo Desenvolvimento Sustentável na cobertura jornalística da Rio+20

A Etapa 3 da pesquisa (Análise Sincrônica) procura fechar o ciclo da análise, iniciada nas Etapas 1 e 2 (Análise Diacrônica), e colocar em prática os elementos teórico-metodológicos da análise discursiva do material jornalístico. O objetivo específico desta etapa é analisar a cobertura jornalística da Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012, em busca de identificar a manifestação do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS). A base da análise é o conceito de dispositivo cunhado por Foucault (1988, 2002, 2008, 2010b) e trabalhado no Capítulo 4, ao qual somamos as contribuições de Deleuze (1996, 2005).

O DDS pode ser definido como um conjunto heterogêneo que engloba uma variedade de elementos de práticas discursivas e não discursivas (discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas). A essa definição, somamos a análise da grade analítica de Deleuze (1996, 2005), que tem o dispositivo como um conjunto multilinear de linhas que compõem um mapa a ser cartografado.

Desse modo, buscaremos cartografar as curvas de visibilidade e de enunciação, as linhas de força e as linhas de subjetivação do DDS manifestas na cobertura jornalística da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 2012, a Rio+20, já explicitadas nas análises anteriores a este capítulo. Ressaltamos, por oportuno, que as linhas a serem perseguidas na expressão da cobertura jornalística – *linhas de visibilidade*, *linhas de enunciabilidade*, *linhas de subjetivação* e as quatro *linhas de força* – são identificadas, na presente tese, como componentes do DDS:

- *Linha de força desenvolvimentista economicista.*
- *Linha de força conservacionista.*
- *Linha de força científica ecológica.*
- *Linha de força equidade social e ambiental.*

Iremos analisar como a imprensa manifesta esse dispositivo no atual, no sincrônico e no simultâneo, e como ele é atualizado, construído e reconstruindo na cobertura noticiosa dos veículos selecionados, ou seja, ver como o passado é retomado no presente pelo jornalismo no acontecimento da Rio+20, realizada 20 anos depois dos embates e lutas da Conferência de Estocolmo, na Noruega, em 1972. Assim, buscamos perceber no presente as práticas sociais

calçadas na memória histórica do DDS e no que ele produziu, nos seus efeitos e na sua positividade na cobertura noticiosa de um grande evento internacional sobre a questão ambiental organizado pelas Nações Unidas. Nossa análise tem em vista a importância do jornalismo não só ao retomar o passado no presente, como também no seu processo de descrição dos acontecimentos, construindo uma interpretação do mundo em uma comunidade interpretativa.

Partimos da concepção de que, como ressalta Fernandes (2008, p. 69), “o *corpus* não precisa ser extenso, mas pode ser compreendido como um conjunto aberto de articulação de discursos”, mesmo que não precise ser extenso na análise discursiva, dada a inviabilidade de análise de todo um arquivo de uma época ou de um tema. Entendemos que o arquivo precisa ser recortado, estabelecido na delimitação factível para uma análise de pesquisa. E, como aponta o autor, “a noção de recorte deve ser acionada para sua delimitação, pois um enunciado evoca outros, com os quais dialoga, e transcende a inscrição em uma formação discursiva determinada” (p. 69). Desse modo, passamos para o estabelecimento dos critérios do recorte de pesquisa e da composição do *corpus* da Etapa 3.

5.4.1 Procedimentos metodológicos para a composição do corpus da Etapa 3 da pesquisa

Os jornais, assim como outros veículos da mídia, possibilitaram a visibilidade do tema ambiental projetando luz sobre objetos como biodiversidade, economia verde, povos tradicionais, pobreza, agricultura, água, energia, cidades, oceanos, mudanças climáticas, dentre outros. Consideraremos para esta pesquisa os jornais que publicaram cadernos especiais¹¹⁵ diários sobre o evento Rio+20 e que formaram equipes jornalísticas para a sua cobertura. A confecção de um caderno especial gera investimentos na equipe que irá realizar o trabalho e gastos com impressão e outros recursos, demonstrando, assim, a importância que o evento tem para o veículo jornalístico. Dois jornais foram escolhidos por preencherem esses requisitos: *O Globo*¹¹⁶, cuja matriz está no Rio de Janeiro, e *O Estado de S. Paulo*¹¹⁷, em São

¹¹⁵ Caderno é a denominação de um tipo de segmentação por área de cobertura realizada na organização de um jornal, iniciada no Brasil nos anos de 1960, primeiramente pelo *Jornal do Brasil*, com o Caderno B, dedicado a eventos culturais, entretenimento e variedades. Essa segmentação foi aprofundada pela *Folha de S. Paulo* nos anos 1980 e 1990. Esse processo de industrialização no jornalismo impresso levou a diversas reformas gráficas e editoriais dos jornais. O objetivo dos lançamentos de cadernos segmentados foi o de estabelecer uma relação com públicos específicos interessados na temática do caderno (DINES, 1986).

¹¹⁶ Em 2012, o jornal *O Globo* ocupou a 3ª posição no ranking de circulação paga, conforme a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), com quase 280 mil exemplares anuais, ficando atrás do maior jornal em circulação, a *Folha de S. Paulo*, e do jornal popular de Minas Gerais, *Super Notícia* (ANJ, 2012).

Paulo, que realizaram a cobertura da Rio+20 durante o período de realização do evento, que foi de 13 a 22 de junho de 2012. No entanto, de 1º a 26 de junho, os jornais produziram reportagens sobre o selo da Rio+20, e alguns deles veicularam cadernos diários especiais nos dias das principais decisões da Conferência.

Apesar de não haver editado um caderno especial diário de cobertura do evento, também consideramos o jornal *Folha de S. Paulo*¹¹⁸, por ser o impresso de maior circulação no país à época e se tratar, portanto, de uma publicação de referência. Entendemos como jornal de referência aquele que, conforme Zanin (2014, p. 937-938), é entendido como um “objeto simbólico, espaço de significação complexo” que oferece elementos importantes para a análise do jornalismo. Esses elementos podem ser compreendidos, ao mesmo tempo, como “produtores de uma instância enunciativa no plano simbólico, instituições sociais que se relacionam com um sistema mais amplo de instituições civis, econômicas, políticas religiosas, educacionais, etc. e também empresas” (ZANIN, 2014, 934).

Em um primeiro olhar sobre esses cadernos, identificamos as matérias que trataram do tema desenvolvimento sustentável, e nelas buscamos compreender como esse dispositivo foi dito em um momento de grande divulgação da imprensa sobre as discussões relativas às questões socioambientais do mundo, durante uma importante conferência da ONU sobre o meio ambiente. A coleta dos materiais jornalísticos dos jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* foi realizada no durante todo o mês de junho de 2012. Aos assinantes, os jornais disponibilizam suas páginas em formato pdf¹¹⁹, com exceção da *Folha de S. Paulo*, cuja assinatura digital só permitiu a impressão das páginas do jornal, o que nos obrigou a digitalizá-las, recurso que diminui a qualidade das imagens. Apesar de o evento ter sido realizado no período entre 13 e 22 de junho de 2012, percebemos que os três jornais já publicavam textos sobre o assunto desde o dia 1º de junho, preparando o público para a Conferência, motivo pelo qual a coleta de dados foi estendida a todo esse mês.

¹¹⁷ O *Estado de S. Paulo*, ou simplesmente *Estadão*, ocupou a 4ª posição em circulação nacional no mesmo ranking de 2012 da ANJ, com pouco mais de 235 mil exemplares anuais (ANJ, 2012).

¹¹⁸ A *Folha de S. Paulo* ocupou o 1º lugar na relação dos maiores jornais brasileiros, com circulação média de mais de 298 mil entre os assinantes da publicação impressa e digital (ANJ, 2012).

¹¹⁹ O jornal nesse formato permite ao leitor ter acesso à página impressa em formato digital, tal qual foi publicada no dia, com fotos, legendas e todos os demais itens.

5.4.1.1 Jornal *O Globo*

No período de 1º a 27 de junho de 2012, o jornal *O Globo* publicou 166 textos, no formato de reportagens, notícias, entrevistas, infográficos, fotolegenda e artigos. Não foram considerados nessa contagem outros gêneros jornalísticos, tais como notas e serviços, e não jornalísticos, por exemplo, textos publicitários, propagandas, dentre outros. Mas o fato de não terem sido contabilizados não significou que, caso trouxessem elementos discursivos sobre o tema, também não seriam analisados.

Além dos cadernos especiais, o jornal *O Globo* também publicou, no dia 10 de junho de 2012, uma revista especial sobre a Rio+20, com 42 páginas, em um esforço de fazer, antes da Conferência, um balanço do que ocorreu no Rio, no Brasil e no mundo nessas duas décadas sobre a questão ambiental. O objetivo, segundo editorial do próprio jornal, foi o de explicar os desafios da sustentabilidade e apresentar a Conferência. A cidade do Rio de Janeiro ganhou um tratamento especial na edição, mediante o enfoque concedido à situação dos seus sistemas de transporte e de tratamento de lixo, bem como de suas praias, lagoas e parques. Assim, a edição procurou verificar se a cidade havia evoluído e se tornado um polo importante de tecnologia desde a última conferência, a Rio-92. A revista foi elaborada por uma equipe de jornalistas de diversas editorias do jornal.

No período entre os dias 12 e 16 de junho de 2012, para cobrir a chegada das delegações e as discussões paralelas à conferência, o jornal centralizou o noticiário nas páginas da editoria de Economia, e do dia 17 a 22 de junho, criou um caderno especial diário para tratar do tema: o Rio+20 (Figura 15).

Figura 15 – Foto da capa do caderno especial sobre a Rio+20, do jornal *O Globo*



Fonte: *O Globo*, caderno especial Rio+20, 18/6/2012, p. 1.

Também para o evento, foram criados dois sites (um em português e outro em inglês) e um serviço de envio *on-line* de notícias para celulares e *tablets* via redes, sobre a cobertura sistemática dos temas da conferência. A cobertura estendeu-se até o dia 26 de junho, dando repercussão aos desdobramentos da assinatura do documento “Futuro que queremos”, principalmente aos resultados “concretos” contidos na declaração e a posição de diversos atores sociais sobre ele.

5.4.1.2 Jornal *O Estado de S. Paulo*

O Estado de S. Paulo publicou matérias sobre o assunto do dia 1º ao dia 27 de junho de 2012, e na semana da realização da conferência circulou diariamente o caderno especial Planeta Rio+20, uma adaptação do caderno Vida, criado em 2008 para discutir temas ligados ao meio ambiente. As edições desse caderno no mês de junho de 2012 foram quase que totalmente dedicadas à questão ambiental, com o selo da Rio+20.

Do dia 1º ao dia 16 de junho, o jornal publicou textos sobre o evento no primeiro caderno, editoria Vida, com o selo “Planeta Estadão Rio+20” (Figura 16). Diariamente, a capa

do jornal trazia chamadas para as matérias do caderno especial, que tinha 8 páginas tamanho tabloide¹²⁰.

Figura 16 — Foto da capa do caderno especial Planeta Rio+20, do jornal *O Estado de S. Paulo* (17/06/2012)



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, caderno especial Planeta, 17/6/2012, p. H-1.

No período de 1º a 27 de junho de 2012, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou 132 textos jornalísticos, no formato de reportagens, notícias, entrevistas, infográficos, fotolegenda e artigos sobre a Rio+20. Não foram considerados nessa contagem outros gêneros jornalísticos, tais como notas e serviços, e não jornalísticos, tais como textos publicitários, propagandas, dentre outros.

5.4.1.3 Jornal *Folha de S. Paulo*

A *Folha de S. Paulo* não criou um caderno especial, com equipes estabelecidas para a cobertura da Rio+20, com o objetivo claro de preencher um espaço editorial predeterminado.

¹²⁰ Tabloide é um formato de jornal que surgiu em meados do século XX, no qual cada página mede aproximadamente 33 x 28 cm. As notícias são tratadas em um formato mais curto, e o número de ilustrações costuma ser maior do que o dos diários de formato tradicional.

Tampouco apresentou uma cobertura diária constante no início do mês de junho sobre o evento internacional, mas durante sua realização realizou uma cobertura diária. Foram publicados textos sobre a Conferência nos dias 1, 5, 7, 8 e 9, e de 12 a 23 de junho de 2012, dispersos nas editorias Cotidiano, Poder e Ciência e Saúde, mas em um montante muito menor do que o dos outros dois jornais. Na versão impressa, foram publicados apenas 32 textos jornalísticos, no formato de reportagens, notícias, entrevistas, durante todo o mês de junho. Assim como os dois outros jornais, a *Folha de S. Paulo* criou um site especial para a cobertura do evento e um aplicativo para smartphone para possibilitar ao leitor acompanhar as notícias e as galerias de fotos relacionadas ao evento¹²¹. Quanto aos outros formatos, tanto jornalísticos como não jornalísticos, utilizaremos o mesmo critério de análise mencionados nos jornais *O Globo* e *Estado de S. Paulo*.

5.4.1.4 Critérios para composição do *corpus* da Etapa 3

A composição do terceiro *corpus* da Etapa 3 da pesquisa levou em consideração as notícias publicadas por esses três veículos noticiosos, nas quais procuramos identificar os pontos singulares entre as relações de força e de resistências nas discussões da Rio+20. Para a seleção desses pontos, foi realizada uma pesquisa exploratória no material coletado do dia 1º a 27 de junho de 2012.

A Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada do dia 13 ao dia 22 de junho, foi dividida em três momentos importantes, além dos diversos eventos paralelos: 1) 3ª Sessão do Comitê Preparatório, de 13 a 15 de junho, com a participação de representantes governamentais para a negociação do documento final a ser adotado pelo evento; 2) eventos para a discussão da sustentabilidade com a sociedade civil, de 16 a 19 de junho; 3) “Reunião da Cúpula”, de 20 a 22 de junho, com a presença de chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas, para a adoção do documento final da Conferência.

Na pesquisa exploratória, percebemos que não se conseguiu chegar ao documento final durante a 3ª Sessão do Comitê Preparatório, em consequência das dissensões ocorridas durante os debates entre as delegações diplomáticas. Diante do impasse, a então presidenta da República Dilma Rousseff e a diplomacia brasileira comprometeram-se a tentar fechar o documento final nos dias 16 a 20 de junho. É exatamente as notícias desse período que

¹²¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/rio20/>. Acesso em: 10 out. 2016.

analisaremos, na busca de compor uma linha de forças resultante das relações de poder nos jogos de objetivos estratégicos e de resistências em torno dos pontos singulares de poder que foram travadas sobre “O Futuro que Queremos”¹²² (NAÇÕES UNIDAS, 2012). O *corpus* a ser analisado dos veículos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, portanto, irá se centrar no material jornalístico relacionado com as estratégias de composição de forças na elaboração do documento final da Rio+20.

5.4.1.5 Recorte sincrônico: o *corpus* da Etapa 3 de pesquisa

Uma nova pesquisa exploratória foi realizada nos 113 textos jornalísticos do dia 16 a 20 de junho de 2012, período da negociação final do documento. Foram identificados assuntos diversos sobre o evento, tais como problemas de trânsito, segurança e alimentação dos participantes, eventos e exposições artísticas, textos de serviço e orientações para os interessados em participar de parte da programação. Diante disso, procuramos nos focar nos textos que tratassem diretamente das relações de força da composição do documento final e afunilamos para 52 matérias jornalísticas nos três veículos: *O Globo* (24 textos), *O Estado de S. Paulo* (19 textos) e *Folha de S. Paulo* (nove textos). Procuramos localizar as cadeias discursivas nos textos jornalísticos que demonstram as linhas e inflexões do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS). Assim, o *corpus* da Etapa 3 (Recorte Sincrônico) foi composto de 52 textos jornalísticos dos três jornais.

Como já vem sendo realizado desde o início da análise, neste capítulo iremos destacar os enunciados extraídos do material analisado em Quadros de Enunciados. Essa forma de apresentação tem a função de destacar os enunciados discursivos para que fiquem visíveis na análise e separados das citações diretas, em recuos que têm caráter explicativo e complementar à pesquisa, relacionados com os temas destacados dos jornais analisados.

5.4.2 Curvas de visibilidade do DDS na cobertura jornalística da Rio+20

As *curvas de visibilidade* foram trazidas à discussão na perspectiva de Deleuze (1996, 2005), ou seja, como uma das dimensões do dispositivo, compostas por uma linha de luz que leva às formas variáveis, definindo o que é visível ou invisível, constituindo-se, portanto, em

¹²² Título do documento final a ser assinado pelos chefes de Estado e seus representantes, convocados pelas Nações Unidas.

máquinas de fazer ver. Daí a importância de compreendermos o que o DDS faz ver e como pode ser apreendido na cobertura dos jornais, objetos desta análise. Surge então a indagação: o que ganha visibilidade nas páginas dos jornais?

Deleuze (2005, p. 84) aponta que as instituições “organizam grandes visibilidades, campos de visibilidades e grandes enunciabilidades, regimes de enunciados”. Isto é, elas fazem ver e fazem falar. Discutimos anteriormente, na Análise Diacrônica, que a institucionalização do DDS, mediante a estratificação e estabilização do binômio Desenvolvimento Sustentável no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), criado em 1972, logo após a Conferência de Estocolmo, fez com que esse programa se tornasse um dos principais espaços institucionais internacionais. O PNUMA é responsável por conduzir as discussões sobre as questões ambientais com os Estados-nações membros da ONU, convocando reuniões, seminários e conferências, e atua nas áreas temáticas de mudanças climáticas, gestão de ecossistemas e biodiversidade, uso eficiente dos recursos naturais, consumo, produção sustentável e governança ambiental, contribuindo para o diálogo entre os gestores públicos e atores da sociedade civil, do setor privado e da academia¹²³.

Na análise já empreendida, mostramos que as relações de força em torno do DDS se institucionalizaram não apenas no PNUMA, mas também na constituição das agendas nacionais, regionais e internacionais, com a criação de agências e de ministérios do Meio Ambiente e mediante a assinatura de acordos ambientais multilaterais (Ver Figura 14 no item 5.3.3). Se as instituições são práticas não discursivas com a função de reproduzir as relações de poder e a fixá-las, essas práticas possuem aparelhos para organizar as grandes visibilidades e as regras para o campo das enunciabilidades. Desse modo, o programa é o grande organizador de eventos que tratam das questões ambientais e que produzem documentos e acordos multilaterais. Por exemplo, os encontros da Cúpula dos Estados-membros das Nações Unidas, que geram visibilidades na imprensa e no espaço público sobre os temas em foco (ver Quadro 57 a seguir).

Quadro 57 — Principais eventos e documentos sobre meio ambiente organizados pelas Nações Unidas

ANO	EVENTO E DOCUMENTOS	LOCAL
1972	Realização da I Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que produz a Declaração de Estocolmo e o Plano de Ação.	Estocolmo/Suécia

¹²³ Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/agencia/pnuma/>>. Acesso em: 15 out. 2016.

1987	Constituição da Comissão Brundtland, responsável pelo relatório sobre o desenvolvimento sustentável “O Futuro que Queremos”	Seminários e reuniões realizadas em diversos países.
1988	Criação da Organização Meteorológica Mundial (OMM)	Genebra/Suíça
1988	Criação do Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC)	Genebra/Suíça
1990	Edição do 1º Relatório de Mudanças Climáticas do IPCC	Genebra/Suíça
1992	Realização da II Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Cúpula da Terra), que produziu a Agenda 21, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Convenção de Combate à Desertificação e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).	Rio de Janeiro/Brasil
1995	Início da primeira Conferência das Partes (COP-1), que compõe os trabalhos do IPCC, com reuniões periódicas entre os 195 países-membros, chegando em 2016 à 22ª Conferência, a COP22.	Berlim/Alemanha
1997	Fórum Rio+5, para avaliar os resultados da Conferência Rio-92	Rio de Janeiro/Brasil
1997	Edição do 2º Relatório de Mudanças Climáticas do IPCC, que produziu o Protocolo de Kyoto (Japão), estabelecendo metas obrigatórias para 37 países industrializados e para a comunidade europeia para reduzirem as emissões de gases estufa.	Kyoto/Japão
1999	Realização da segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos.	Istambul/Turquia
1999	Realização da Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.	Nova York/EUA
2000	Realização da Cúpula do Milênio e elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre os quais o que procura garantir a sustentabilidade ambiental.	Nova York/EUA
2001	Divulgação do 3º Relatório de Mudanças Climáticas do IPCC.	Xangai/China
2002	Realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), que produziu a Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável e um plano de implementação detalhando as prioridades para a ação.	Johanesburgo, África do Sul
2005	Elaboração da Estratégia de Maurício, destinada a revisar e criar elementos para a implementação do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento de Barbados, delineado em 1994.	Ilhas Maurício
2009	Edição do 4º Relatório de Mudanças Climáticas do IPCC.	Copenhague/Dinamarca
2012	Realização da IV Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20.	Rio de Janeiro/Brasil
2014	Edição do 5º Relatório de Mudanças Climáticas do IPCC.	Yokohama/Japão
2014	Instituição da Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea), a mais	Nairóbi/Quênia

	importante plataforma da ONU para a tomada de decisões, com a presença de líderes de alto nível da maioria dos países-membros.	
2015	Elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um plano de ação contendo 17 objetivos e 169 a serem cumpridos até 2030.	Nova York/EUA
2016	Realização da II Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea).	Nairóbi/Quênia

Fonte: Nações Unidas (2016)¹²⁴.

Todos os eventos discriminados no Quadro 57 acima tiveram cobertura da imprensa internacional, que divulgou dados sobre a participação, as ações e os resultados aprovados em cada um deles. Assim, podemos ver como as instituições e os programas da ONU integram essas relações de poder, constituem saberes e operam visibilidades e enunciabilidades.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 foi um evento de grandes proporções e considerada a maior de todas as que haviam sido realizadas pela ONU até então. Segundo dados das Nações Unidas¹²⁵, a conferência contou com a participação de 188 dos 193 Estados-membros da ONU, entre os quais 57 chefes de Estado, oito vice-presidentes, 31 chefes de Governo e nove primeiros-ministros. Adicionalmente, 487 outros ministros compareceram.

O evento contou com mais de 45 mil participantes credenciados; delegações de 188 Estados-membros¹²⁶ e três observadores; cerca de 12 mil delegados; 9.856 organizações não governamentais e *major groups*¹²⁷. Aproximadamente 9.500 pessoas trabalharam diariamente no Riocentro, edifício sede do evento, além de outros 1.500 voluntários, inclusive, jovens selecionados em escolas técnicas, alunos de escolas públicas do Rio de Janeiro, estudantes universitários e profissionais de todo o Brasil. Mais de 4 mil jornalistas estiveram no Rio para cobrir a conferência e, mundialmente, mais de 160 mil matérias foram publicadas sobre a Rio+20¹²⁸.

Ainda segundo informações das Nações Unidas, ao longo dos dez dias de realização da Conferência, de 13 a 22 de junho, foram realizados mais de 500 eventos oficiais paralelos no Centro de Convenções Riocentro, além de diversos outros que a antecederam. A participação na Conferência estendeu-se muito além do Rio. A partir da avaliação de

¹²⁴ Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 1º nov. 2016.

¹²⁵ Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/tema/rio20/>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

¹²⁶ Nem todos os países membros da ONU enviam delegações diplomáticas para participar de todas as mesas temáticas da Conferência (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

¹²⁷ Não existe em português uma tradução para *major groups*, expressão cujo sentido se refere aos principais públicos-alvo das estratégias da ONU.

¹²⁸ Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/tema/rio20/>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

cobertura da organização do evento¹²⁹, mais de 50 milhões de pessoas compartilharam ou visualizaram virtualmente ideias e pensamentos sobre desenvolvimento sustentável e o “futuro” do meio ambiente, temas que estavam em discussão na conferência. Conforme a avaliação da ONU, mais de um bilhão de impressões foram geradas no Twitter com a hashtag #Rioplus20 e postagens em língua portuguesa foram amplamente vistas, como a campanha brasileira sobre a Rio+20, que alcançou mais de um milhão de pessoas pelo Facebook¹³⁰.

A conferência produziu um documento final de 53 páginas, “O Futuro que Queremos”, acordado por 188 países, na busca da cooperação internacional sobre desenvolvimento sustentável. Além desse documento e de acordo com dados da ONU¹³¹, 700 compromissos voluntários foram firmados entre grupos da sociedade civil, empresas, governos e universidades, mobilizando 513 bilhões de dólares, e cuja lista está disponibilizada no website oficial da Rio+20. Além desses, mais de 200 compromissos para o desenvolvimento sustentável foram firmados por empresas e anunciados na conclusão do Fórum de Sustentabilidade Corporativa do Pacto Global.

No evento também foi aprovada a Declaração para Instituições de Ensino Superior, na qual 260 universidades e grandes escolas econômicas de todo o mundo comprometeram-se a incorporar questões de sustentabilidade no ensino, pesquisa e em suas próprias gestões e atividades organizacionais. Também acordaram a criação de uma nova plataforma, a “Terra do Futuro”, para coordenar a pesquisa científica para sustentabilidade global nos dez anos seguintes a 2012. O objetivo da plataforma, de acordo com informações da ONU¹³², é oferecer alertas prévios sobre riscos ambientais e encontrar as melhores soluções científicas para os problemas transdisciplinares, de forma a satisfazer as necessidades humanas de comida, água, energia e saúde. O projeto é patrocinado pelo Conselho Internacional para a Ciência (ICSU, na sigla em inglês), uma organização não governamental baseada em Paris e que tem 121 organismos científicos nacionais e 30 sindicatos científicos internacionais como associados. O governo brasileiro também anunciou a criação do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+Centre), para trocas de conhecimento e debates internacionais sobre desenvolvimento sustentável, em parceria com agências da ONU, governos estaduais, instituições acadêmicas, empresas e grupos da sociedade civil¹³³.

¹²⁹ Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/tema/rio20/>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

¹³⁰ Idem.

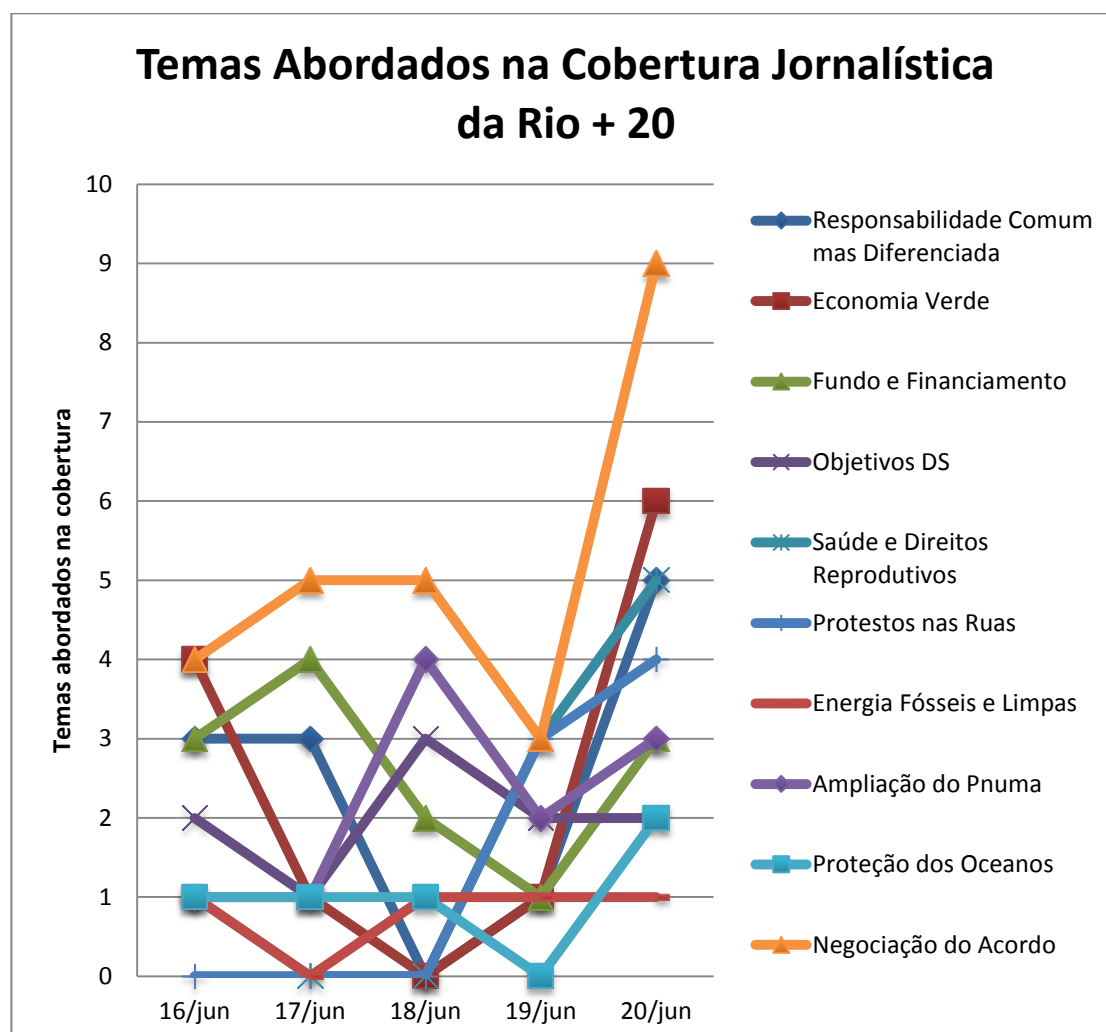
¹³¹ Idem.

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

Procuramos, dessa forma, identificar, na cobertura jornalística, quais os enunciados repetidos, bem como os assuntos e temas, ou seja, os enunciados regulares que compuseram as Formações Discursivas (FD) sobre a conferência. Para tanto realizamos uma análise de conteúdo dos 52 textos jornalísticos sobre a Rio+20 selecionados, relativos aos dias 16 a 20 de junho de 2012. Pudemos então perceber que o maior foco da cobertura foi dado às relações de forças empreendidas nas disputas para a elaboração do acordo e dos temas polêmicos que fizeram parte dele. Dos 52 textos selecionados, todos abordam a negociação do documento final, sendo que em 29 deles o enfoque das matérias foi só sobre a negociação, enquanto os outros 23 abordaram temas específicos da elaboração do documento: economia verde; princípio da responsabilidade comum, porém, diferenciada entre nações ricas e pobres; PNUMA; fundos e financiamentos; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; energia fóssil e limpa; saúde e direitos reprodutivos; proteção dos oceanos; e sujeitos e cidades sustentáveis. Percebemos que esses temas foram os mais visíveis, ou seja, foram objeto de uma maior cobertura dos jornais analisados (Apêndice A). O Gráfico 1 a seguir mostra a evolução da cobertura desses temas no período de 16 a 20 de junho de 2012.

Gráfico 1 – Principais temas abordados pela cobertura jornalística dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estado de S. Paulo*



Fonte: Elaboração da autora, mediante comparação dos textos jornalísticos (Apêndice A).

No período analisado, percebemos que o foco de luz incidu mais sobre o processo das negociações e seus problemas, os pontos em disputas, os prós e os contras de determinado aspecto do documento e os atores envolvidos no processo. Portanto, o jogo de luz foi dado às negociações para a elaboração do documento “Futuro que Queremos”.

Para ajudar na percepção da visibilidade do tema, procuramos, a partir do Gráfico 1, compor, mediante a técnica de “nuvem de palavras”, uma forma gráfica de visualização de dados linguísticos, com o conjunto dos subtemas que gravitaram em torno do tema central da Conferência: o desenvolvimento sustentável (Ver Figura 17 a seguir).

Figura 17 – Nuvem dos temas abordados pela cobertura jornalística dos três jornais analisados



Fonte: Elaboração da autora, a partir da relação dos textos jornalísticos (Apêndice A) e do Gráfico 1.

A nuvem de palavras (*tags clouds*) é um recurso gráfico usado principalmente na internet para descrever termos mais frequentes que aparecem em um texto. A técnica de construção dessas nuvens consiste em

[...] usar tamanhos e fontes de letras diferentes de acordo com as ocorrências das palavras no texto analisado, gerando uma imagem que apresenta um conjunto de palavras, coletadas do corpo do texto e agregadas de acordo com sua frequência, sendo que a que mais aparece é alocada no centro da imagem e as demais em seu entorno, de modo decrescente. (DIAS *et al.*, 2014, p. 4.373)

Nesta pesquisa, em vez da frequência das palavras, levamos em consideração a dos temas abordados no conjunto de textos analisados. A Figura 17, portanto, representa os textos da conferência gravitando sobre o tema central, desenvolvimento sustentável, por isso, essas são as duas palavras centrais da nuvem. O segundo tema mais abordado foi a elaboração do documento final, “O Futuro que Queremos”, seguido das próprias negociações. Todas essas palavras aparecem na nuvem em fontes e tamanhos diferentes das demais que circundam o desenvolvimento sustentável. O tamanho da fonte é diferenciado e apresentado de acordo com a função da frequência do tema no conjunto de textos jornalísticos, e não de palavras presentes nos textos.

Vemos na realização da Conferência Rio+20, portanto, um grande campo de produção de visibilidades, na qual tudo faz falar, e os jornais, como um dos espaços dessa visibilidade. O DDS ganha visibilidade por meio dos diversos eventos, documentos, coberturas e tantos outros instrumentos utilizados pelas instituições das Nações Unidas para o Meio Ambiente para a ampliação e discussão desses temas, como mostrado no Quadro 57, que traz os principais eventos e documentos produzidos sobre a questão ambiental pela ONU.

Enfim, temos uma profusão de espaços para falar sobre desenvolvimento sustentável: 1) a imprensa, que aborda os riscos e os perigos da destruição ambiental, assim como as práticas sustentáveis a serem adotadas por governos e pela população; 2) as escolas, que criam aulas de educação sustentável e projetos sustentáveis para ensinar comportamentos sustentáveis às crianças; 3) a publicidade, que faz campanhas públicas sobre o tema; 4) as empresas, que afirmam ter práticas sustentáveis e veiculam suas ações; 5) os filmes e documentários, que abordam o tema de diversas maneiras e visões. Diante disso, temos uma profusão de falares sobre esse fenômeno moderno, o DDS. Falam cientistas, políticos, professores, jornalistas, populações ribeirinhas, povos da floresta e muitos outros. As instituições do DDS levam à população práticas sustentáveis, disseminando conhecimentos científicos e formais, um saber sobre o que é ou não sustentável. Para Foucault (2002, p. 36), “tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso”. É sobre o que se fala sobre o DDS que iremos nos deter no próximo tópico da análise: os enunciados, ou, como define Deleuze (1996, 2005), as curvas de enunciabilidades, ou linhas de enunciação.

5.4.3 Curvas de enunciabilidades do DDS na cobertura jornalística da Rio+20

A segunda dimensão do dispositivo apontada por Deleuze (1996, 2005) é a curva da enunciabilidades, ou linhas de enunciação, como “máquina de fazer falar”, que distribuem os elementos que as compõem em posições diferenciadas. Isso corre porque “as curvas são elas próprias enunciadas e porque as enunciações são curvas que distribuem variáveis” definidas pelos regimes de enunciados a que deram origem (DELEUZE, 1996, p. 1).

Na composição das linhas de enunciação, buscaremos perceber as formas de sujeição, exclusão e reagrupamento, como também o surgimento espontâneo dos discursos, que, após serem manifestados, são selecionados e controlados. Em toda sociedade a produção dos discursos é, segundo Foucault (2002, p. 8-9), ao mesmo tempo “controlada, selecionada,

organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm a função de conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Esses controles compõem uma ordem discursiva, na qual procuraremos identificar os processos de controle e transformações discursivas do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS) presentes na cobertura da Rio+20, a partir dos pontos singulares das relações de força travadas em torno da elaboração do documento final da Conferência, “O Futuro que Queremos” (NAÇÕES UNIDAS, 2012), ratificado pelos chefes de Estados dos 193 países-membros das Nações Unidas. Para perceber o temor contra os discursos é preciso analisar a sua ordem, as suas condições, o seu jogo e os seus efeitos, e, conforme Foucault (2002), a partir das funções exercidas pela vontade de verdade, restituir ao discurso seu caráter de acontecimento, suspendendo, enfim, a soberania do significante.

O documento final da Conferência Rio+20 é o resultado de uma ordem discursiva operada por controles externos, internos e pela rarefação do sujeito. Na busca para perceber os controles do discurso, pudemos identificar, principalmente na análise dos textos jornalísticos relacionados à negociação do documento “O Futuro que Queremos” (Apêndice B), os elementos de interdição do discurso e da rarefação dos sujeitos que falam. Três textos jornalísticos são exemplares para percebermos esses elementos publicados nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* nos dias 17 e 19 de junho, conforme o Quadro 58 a seguir.

Quadro 58 — Textos jornalísticos sobre como se processam as reuniões de negociação, conforme matérias dos três jornais

AMPLIFICAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS				
DATA	VEÍCULO	TÍTULO	OLHO	IMAGENS
17/06/2012	<i>F. S. P.</i>	É ODA	O idioma praticado pela ONU é feito de siglas misteriosas, expressões gigantescas e palavras inventadas.	Infográfico: Diplomatiquês para turistas
17/06/2012	<i>Estadão</i>	Negociação é cuidadosa e exaustiva	Nas salas fechadas de negociação da Rio+20, diplomatas defendem posições firmes, mas sem perder a compostura.	Legenda da Fotografia Concentração. Sala de reunião no Riocentro.
19/06/2012	<i>O Globo</i>	Um teste de resistência	Negociações em busca de um mínimo denominador comum são	Infográfico O estado das

		diplomática	marcadas por uma maratona de discussões à porta fechada que muitas vezes degradingola para o bate-boca.	negociações
--	--	-------------	---	-------------

Fonte: Elaboração da autora, a partir de uma parcial dos textos jornalísticos sobre as negociações da Rio+20 (Apêndice B).

Em um primeiro movimento de análise sobre essas três matérias dos jornais mostradas no Quadro 58, analisamos os componentes gráficos de cada uma delas, ou seja, título, olho, retranca, janelas, imagens (infográficos, fotografias) e os elementos textuais, na busca de enunciados e da produção de sentidos sobre como se processaram as plenárias diplomáticas na composição do documento-chave da conferência. Percebemos a presença de elementos da interdição do discurso e da rarefação dos sujeitos nos textos jornalísticos analisados, que serão mostrados na análise de forma conjunta, e não em unidades individualizadas (Ver Quadro 59 a seguir).

Quadro 59 — Enunciados sobre como se processaram as plenárias de negociação, segundo matérias publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

<ol style="list-style-type: none"> 1. Salas geladas por causa do ar condicionado e que contrastam com o calor do Rio de Janeiro. 2. As salas são quadradas e sem decoração, desprovidas de glamour, montadas dentro de um pavilhão árido e mal iluminado. 3. Os negociadores sentam-se ao redor de uma grande mesa quadrada, cada um com um microfone à sua frente. Atrás deles, sentam-se auxiliares e observadores credenciados, e que por vezes levam e trazem mensagens do “mundo exterior”. 4. O acesso à sala é restrito, para proteger o sigilo das negociações e evitar constrangimentos aos países. 5. Não há assentos marcados nem plaquinhas com nomes. Todo mundo já se conhece de muitas e muitas negociações passadas. 6. O idioma praticado pela ONU é feito de siglas misteriosas, expressões gigantescas e palavras inventadas. 7. O futuro do planeta vem sendo negociado linha por linha, parágrafo por parágrafo. 8. Tudo procede lenta e metodicamente, apesar da urgência.
--

Fonte: Elaboração da autora, com base nos textos jornalísticos sobre as negociações da Rio+20 (Apêndice B).

A interdição pode ser compreendida pelo entrecruzamento dos três tipos que a compõe – tabu do objeto, ritual de circunstância, privilégio da fala –, que formam uma grade

complexa, cuja função é organizar e redistribuir a produção dos discursos, exercida do exterior. Os enunciados do Quadro 56 descrevem o cenário e as condições em que são realizadas as reuniões de negociações no Riocentro, e nele podemos perceber as interdições discursivas na narrativa jornalística que as descrevem – reuniões realizadas a portas fechadas, e durante as quais apenas os negociadores podem se manifestar, assessorados por auxiliares e observadores credenciados (privilégio da fala); discussões secretas; uso de um idioma diplomático próprio, com “siglas misteriosas, expressões gigantescas e palavras inventadas” (ritual de circunstância). A Figura 18 a seguir mostra que nesse ambiente não se pode dizer tudo (o tabu do objeto), pois existe uma forma específica de falar e de se referir a determinados termos, situações, conceitos.

Figura 18 – Fac-símile do lide e do sublide da reportagem “Negociação é cuidadosa e exaustiva”



Fonte: *Folha de S. Paulo*, editoria Poder, 17/6/201, p. A-16.

Na Figura 18, o texto mostra que o termo “economia verde” só poderia ser mencionado com seus condicionantes, ou seja, “no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza”. Esse modo de mencionar a economia verde foi o resultado de um acordo entre as delegações dos 193 países membros das Nações Unidas, que têm como norma que as negociações devem levar em conta que todas as decisões têm de ser adotadas por

consenso. Fica claro, portanto, que não se pode dizer qualquer coisa nas reuniões e que as decisões que são tomadas em consenso precisam ser respeitadas pelos participantes no processo das negociações.

Quadro 60 — Enunciados sobre como se processam as reuniões de negociação, conforme matérias dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

1. Debates acalorados são travados por meio de declarações frias e calculadas.
2. Diplomatas medem cuidadosamente cada palavra que falam.
3. Não há bate-boca com o microfone ligado.
4. Apenas algumas palavras mais duras, em linguagem corporal mais incisiva e com sinais que equivalem a uma bofetada.
5. Os negociadores precisam apresentar paciência e frieza.
6. Negociadores não podem deixar transparecer angústia ou irritação, por conta da etiqueta diplomática.
7. Passam fome, não bebem água, batem boca e muitos abusam de capacidades retóricas de teor duvidoso para conseguir seus objetivos finais.
8. Só há hora marcada para entrar e não há tempo estipulado para terminar as reuniões.
9. Perdem horas em um único parágrafo.
10. Alguns diplomatas têm uma resistência invejável, não se levantam da mesa de negociação de jeito nenhum e ganham pela exaustão.

Fonte: Elaboração da autora, a partir da relação dos textos jornalísticos sobre as negociações da Rio+20 (Apêndice B).

Os enunciados do Quadro 60 acima e da Figura 18 mostram os rituais da interdição do discurso nos comportamentos dos diplomatas negociadores, evidenciando que eles recorrem à frieza, à paciência e até mesmo à resistência física em reuniões lentas, exaustivas e demoradas. Reuniões com horário marcado para iniciar e nunca para terminar (Figura 19 a seguir). As plenárias entram noite adentro, muitas vezes sem pausas programadas para beber, comer, ou mesmo ir ao banheiro.

Figura 19 – Fac-símile do sublide da reportagem “É Oda”

Anteontem, por exemplo, o grupo que negociava o chamado quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (IFSD) abriu a sessão às 10h30 da manhã com sua presidente avisando que ninguém teria almoço naquele dia e que o texto precisava ser “limpo” de colchetes.

Fonte: *Folha de S. Paulo*, editoria Poder, 17/6/2012, p. A-16.

Os negociadores sentam-se ao redor de uma mesa quadrada e com um microfone à sua frente. Ninguém jamais fala sem lhe ser concedida a palavra. As negociações são divididas por temas e organizadas por um coordenador, que atua como facilitador e reconciliador. Atrás dos negociadores ficam seus auxiliares e observadores credenciados, que dão suporte às negociações e também fazem o papel de mensageiros, trazendo e levando mensagens do “mundo exterior”. Essa descrição mostra a rarefação dos sujeitos que falam, nas condições de funcionamento dos discursos, estabelecendo regras para evitar que nem todos tenham acesso ao discurso, caso não satisfaçam essas normas e regras preestabelecidas pelo ritual de uma sociedade do discurso (FOUCAULT, 2002).

Quadro 61 — Enunciado sobre como se processam as reuniões de negociação, conforme matérias dos jornais pesquisados

1. As declarações ao microfone funcionam mais como uma queda de braço em “praça pública”, em que os diplomatas oficializam verbalmente posições previamente negociadas e acordadas por suas respectivas delegações. Ao fazer isso, obrigam as outras partes a se posicionar oficialmente também. Em meio a tudo isso, o “facilitador” chama a atenção para pontos conflitantes, sugere soluções e pede flexibilidade aos negociadores. Um secretário edita o texto que está sendo negociado em tempo real, à medida que as alterações e questionamentos vão sendo apresentados. As modificações são projetadas em uma tela, para que todos na sala possam visualizá-las.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos textos jornalísticos (Apêndice B).

Podemos perceber no Quadro 61 acima que os enunciados apontam que o ritual obedecido durante a realização das reuniões é capturado pela narrativa jornalística, a partir da ênfase às qualificações que os falantes (os negociadores) devem possuir para ocupar determinadas posições e estar habilitados para a formulação dos enunciados. A narrativa jornalística mostra a diplomacia como uma sociedade de discursos, com a missão de produzir e até mesmo conservá-los e sob regras restritas. É um jogo, uma luta de nervos, de resistência física, de estratégias que almejam ser vencedoras, conforme pode ser observado no Quadro 62 a seguir.

Quadro 62 — Enunciados sobre como se processam as reuniões de negociação, conforme os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

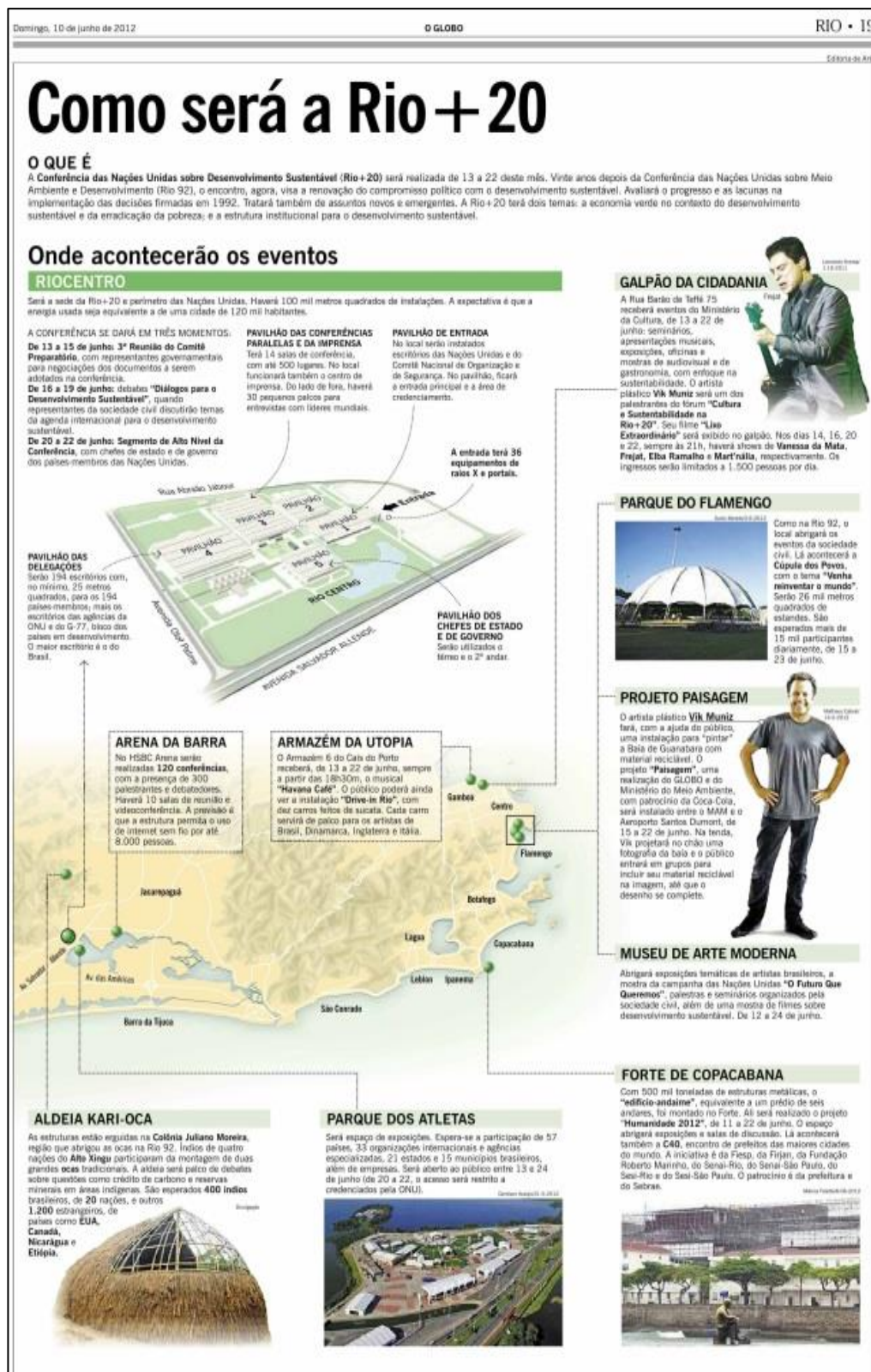
1. Os diplomatas canadenses e americanos, por exemplo, levaram à exaustão os representantes do G-77, bloco composto por 130 países em desenvolvimento, até que o Brasil retirasse do documento a proposta de criação de um fundo de US\$ 30 bilhões anuais para financiar iniciativas de desenvolvimento sustentável pelo mundo.
2. Os canadenses, principalmente, fingiam ignorar o assunto. Sempre que a questão vinha à tona, faziam, sem constrangimento, a pergunta mortal: – Do que é que vocês estão falando?
3. À medida que o cansaço aumenta, a *finesse* diminui. Quando uma pergunta foi feita pela enésima vez, delegados do G-77 se rebelaram. Aos berros, tentaram invadir a sala onde transcorria uma das reuniões. A confusão foi grande, com direito a corre-corre. As táticas para vencer a guerra de nervos envolvem atitudes quase camicases.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos textos jornalísticos sobre as negociações (Apêndice B).

A descrição jornalística do trabalho diplomático nas plenárias secretas, realizadas a portas fechadas e só para participantes credenciados, mostra uma sociedade de discurso que tem a missão de produzir ou conservar discursos sobre os temas ambientais e as negociações ali colocadas, a partir de regras restritivas, em um jogo estratégico de divulgação e segredo. É um ritual com um falante altamente qualificado, que pronuncia determinados enunciados com gestos, comportamentos, situações e signos que acompanham o discurso diplomático.

A rarefação dos sujeitos também pode ser percebida na exclusão de outros atores sociais das discussões realizadas pelas delegações diplomáticas no Riocentro, localizado na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. A sociedade civil e os cientistas não dividiram o mesmo espaço nas sessões plenárias e negociações oficiais da conferência. A Figura 20 a seguir mostra como ficou a espacialidade dos diversos eventos paralelos às plenárias oficiais e com outros atores.

Figura 20 – Infográfico sobre o que estava sendo debatido na Rio+20



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, Caderno Especial Planeta, 17/6/2012, p. H-2.

Os porta-vozes da sociedade civil de diversos países, mas principalmente dos países do Sul, reuniram-se na Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo (entre o Museu de Arte Moderna e o Palácio do Catete), para discutir justiça social e ambiental “contra a mercantilização da vida e em defesa dos bens comuns”. Esse evento, realizado entre os dias 15 e 23 de junho e paralelamente à Rio+20, foi organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais, com o patrocínio da organização da conferência, com o objetivo de discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer os movimentos sociais do Brasil e do mundo. Inscreverem-se nele quase 23 mil pessoas, entre as quais as Nações Unidas selecionaram 15 mil representantes da sociedade civil, oriundos de várias partes do mundo, em especial das Américas, da Europa e do norte da África.

A programação da Cúpula dos Povos foi dividida em vários eventos. O principal espaço político dos atores sociais da sociedade civil foi a Assembleia Permanente dos Povos, na qual foram realizadas atividades propostas por organizações ou movimentos sociais. Essas ações foram desde seminários, debates e oficinas até palestras, rodas de conversa e encontros. As ações da cúpula foram norteadas por três eixos: 1) discussão das causas estruturais das crises; 2) busca de soluções para os problemas sociais e ambientais; 3) atenção para o poder de interferência das corporações e da iniciativa privada nas negociações da Rio+20.

Atores também importantes no debate sobre a questão ambiental, os cientistas e especialistas foram alocados em outros espaços e realizaram eventos paralelos na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) e no Armazém 4, no cais do Porto do Rio de Janeiro. Além dos seminários e palestras, o Ministério da Ciência e Tecnologia montou exposições e atividades didáticas sobre os temas abordados na conferência, com o objetivo de popularizar e ampliar a divulgação das discussões.

Além das interdições, uma sociedade discursiva também exerce o controle interno, classificando, ordenando e distribuindo o discurso, pelo comentário, pela autoria e pela disciplina (FOUCAULT, 2002). A primeira versão do documento da Rio +20, referendada pelos chefes de Estado (Rascunho Zero), foi fechada em janeiro de 2012 e possuía 19 páginas, resultado da compilação, feita pelo secretariado da conferência, das contribuições nacionais de todos os Estados-membros. Essa foi a proposta inicial para o texto a ser adotado na conferência, desde a sua convocação pelas Nações Unidas em 2010 (NAÇÕES UNIDAS, 2010).

Ao longo do semestre e a partir das novas contribuições, o Rascunho Zero subiu de 19 para 278 páginas, para posteriormente ser reduzido para 80 páginas, que continham mais de 300 parágrafos. Cada parágrafo descreve um tipo de compromisso que deveria ser assumido

pelos países signatários, e podiam estar relacionados tanto a princípios gerais como a metas e ações específicas.

Qual então foi o motivo para tantos acréscimos ao documento? Do ponto de vista diplomático da ONU, todos os 193 países-membros da entidade precisavam concordar com cada vírgula que estivesse escrita no documento, sobretudo, no que diz respeito a expressões que parecem ter o mesmo significado para a maioria das pessoas, mas que têm pesos diferentes na linguagem diplomática. Por exemplo, as expressões “nos esforçaremos para”, “nós reconhecemos que” e “nos comprometemos a” demonstram o nível de comprometimento com aquela medida que estava sendo proposta no parágrafo. Portanto, usar uma determinada expressão ou outra faz toda diferença na composição do documento, e uma palavra pode também determinar a mudança, assim como a composição de toda uma política pública (Figura 21).

Figura 21 – Fac-símile de trecho da reportagem “Negociação é cuidadosa e exaustiva”, que descreve como é composto o documento

O “efeito sanfona” se deve à introdução de centenas de modificações e sugestões apresentadas por diversos países, identificadas no texto por meio de colchetes. As negociações consistem em editar cada um desses colchetes – aceitando, rejeitando ou modificando o texto que aparece dentro deles – até chegar a um texto consensual “limpo”, sem colchetes, que possa ser apresentado aos chefes de Estado na etapa final da conferência, do dia 20 ao 22.

Alguns colchetes contêm só uma palavra, como no segundo parágrafo do documento, em que os Estados Unidos inseriram a palavra “extrema” no final da frase que diz que os países se comprometem a “livrar a humanidade da fome e da pobreza”. O

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, Caderno Especial Planeta, 17/6/2012, p. H-5.

A cada parágrafo discutido pelas delegações eram incluídos colchetes, que podiam conter apenas uma palavra, ou até mesmo um novo parágrafo, indicativo de que o ponto em questão não é consenso e está em disputa. Na Figura 21 (acima) e nas Figuras 22 e 23 abaixo podemos ver como os comentários são acrescentados com referências ao novo texto que está sendo proposto, assim como o nome do país que propôs a modificação e até mesmo o veto, inclusões, reservas, mostrando as dissensões, os conflitos, os desacordos e todo o processo em disputa no documento.

Figura 22 – Infográfico da matéria “Negociação é cuidadosa e exaustiva”

CRIPTOGRAFIA DIPLOMÁTICA: exemplos do documento negociado até sexta-feira à noite			
	Texto original	Texto traduzido (tradução livre)	Explicação
Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)	<p>● [SDG 5 bis. We also recognize that the [goals / SDGs – EU] should address and be focused on priority areas for the achievement of sustainable development [including / which could include –Canada / such as –EU, Japan, Australia, Switzerland, Norway], inter alia –EU, Japan delete], energy, water, food security oceans [and sustainable consumption and production – US delete] as well as cross-cutting issues like [equity and –US delete] social inclusion, [decent work, –EU, ROK] rule of law and good governance, gender equality and women’s empowerment. –US reserves; G77 delete para; Norway retain]</p>	<p>● [ODS 5 bis. Nós também reconhecemos que os [objetivos / ODSs – UE] deveriam dirigir e ficar focados em áreas prioritárias para alcançar o desenvolvimento sustentável [incluindo / o que poderia incluir – Canadá / tais como – UE, Japão, Austrália, Suíça, Noruega] [, inter alia - UE, Japão deletar], energia, água, segurança alimentar oceanos [e consumo e produção sustentáveis – EUA deletar] assim como temas transversais como [equidade e - EUA deletar] inclusão social, [trabalho digno, - EUA, República da Coreia] o estado de direito e a boa governança, igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres. - EUA têm reservas; G-77 deleta o parágrafo; Noruega mantém].</p>	<p>● O parágrafo tenta listar os temas que serão tratados dentro dos ODS. O primeiro colchete apresenta diferentes redações para a estipulação dessa lista. O texto original dizia “incluindo”, mas o Canadá propõe que se diga “que poderiam incluir”, enquanto União Europeia, Japão, Austrália, Suíça e Noruega preferem a expressão “tais como”. No quinto colchete, os Estados Unidos pedem a exclusão do item “consumo e produção sustentáveis” da lista de temas. O parágrafo está inteiro entre colchetes, o que significa que não há consenso sobre a inclusão dele no documento. As referências finais indicam que os Estados Unidos tem reservas com relação ao texto; que o G-77 quer o parágrafo inteiro apagado; e a Noruega quer que o parágrafo seja mantido.</p>
Princípio da responsabilidade comum porém diferenciada (RCPD)	<p>● 14. We [also reaffirm that all the Principles contained in the Rio Declaration on Environment and Development / reaffirm the Rio Declaration on Environment and Development and all its principles - G77; US delete] [in particular the Principle of CBDR and equity – G77; US, Japan delete], will continue to guide the international community in the achievement of sustainable development and the future we want [and will serve as the basis for cooperation, coherence and implementation of agreed commitments, including in this outcome –US, Japan, Canada delete; G77 retain].</p>	<p>● Nós [também reafirmamos que todos os Princípios contidos na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento / reafirmamos a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e todos os seus princípios - G77; EUA deletar] [em particular o princípio de RCPD e equidade - G77; EUA, Japão deletar], continuarão a guiar a comunidade internacional no alcance do desenvolvimento sustentável e o futuro que queremos [e vão servir como base para a cooperação, coerência e implementação de compromissos acordados, incluindo os que estão neste resultado - EUA, Japão, Canadá deletam; G77 mantém].</p>	<p>● A proposta inicial do parágrafo é reafirmar a validade dos 27 princípios incluídos na Declaração do Rio, um dos acordos que resultaram da Rio-92 e que até hoje norteiam as negociações sobre desenvolvimento global da ONU. O primeiro colchete oferece duas propostas de redação, defendidas pelo G-77 e rejeitadas pelos Estados Unidos. No segundo colchete, o G-77 pede uma menção explícita ao princípio da equidade e das responsabilidades comuns porém diferenciadas, que os Estados Unidos e o Japão querem apagar. No último colchete, Estados Unidos, Japão e Canadá pedem a deleção do trecho final do parágrafo, enquanto o G-77 pede sua manutenção.</p>

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, Caderno Especial Planeta, 17/6/2012, p. H-5.

Figuras 23 — Ampliação de dois quadros do infográfico da matéria “Negociação é cuidadosa e exaustiva”

Texto traduzido (tradução livre)	Explicação
<p>● [ODS 5 bis. Nós também reconhecemos que os [objetivos / ODSs - UE] deveriam dirigir e ficar focados em áreas prioritárias para alcançar o desenvolvimento sustentável [incluindo / o que poderia incluir - Canadá / tais como - UE, Japão, Austrália, Suíça, Noruega] [, inter alia - UE, Japão deletar], energia, água, segurança alimentar oceanos [e consumo e produção sustentáveis - EUA deletar] assim como temas transversais como [equidade e - EUA deletar] inclusão social, [trabalho digno, - EUA, República da Coreia] o estado de direito e a boa governança, igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres. - EUA têm reservas; G-77 deleta o parágrafo; Noruega mantém].</p> <p>● Nós [também reafirmamos que todos os Princípios contidos na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento / reafirmamos a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e todos os seus princípios - G77; EUA deletar] [em particular o princípio de RCPD e equidade - G77; EUA, Japão deletar], continuarão a guiar a comunidade internacional no alcance do desenvolvimento sustentável e o futuro que queremos [e vão servir como base para a cooperação, coerência e implementação de compromissos acordados, incluindo os que estão neste resultado - EUA, Japão, Canadá deletam; G77 mantém].</p>	<p>● O parágrafo tenta listar os temas que serão tratados dentro dos ODS. O primeiro colchete apresenta diferentes redações para a estipulação dessa lista. O texto original dizia “incluindo”, mas o Canadá propõe que se diga “que poderiam incluir”, enquanto União Europeia, Japão, Austrália, Suíça e Noruega preferem a expressão “tais como”. No quinto colchete, os Estados Unidos pedem a exclusão do item “consumo e produção sustentáveis” da lista de temas. O parágrafo está inteiro entre colchetes, o que significa que não há consenso sobre a inclusão dele no documento. As referências finais indicam que os Estados Unidos tem reservas com relação ao texto; que o G-77 quer o parágrafo inteiro apagado; e a Noruega quer que o parágrafo seja mantido.</p> <p>● A proposta inicial do parágrafo é reafirmar a validade dos 27 princípios incluídos na Declaração do Rio, um dos acordos que resultaram da Rio-92 e que até hoje norteiam as negociações sobre desenvolvimento global da ONU. O primeiro colchete oferece duas propostas de redação, defendidas pelo G-77 e rejeitadas pelos Estados Unidos. No segundo colchete, o G-77 pede uma menção explícita ao princípio da equidade e das responsabilidades comuns porém diferenciadas, que os Estados Unidos e o Japão querem apagar. No último colchete, Estados Unidos, Japão e Canadá pedem a deleção do trecho final do parágrafo, enquanto o G-77 pede sua manutenção.</p>

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, Caderno Especial Planeta, 17/6/2012, p. H-5.

Na Figura 23 acima, podemos observar que os Estados Unidos querem acrescentar, no enunciado sobre a economia verde, o adjetivo extremo à palavra pobreza. O Banco Mundial define “pobreza extrema” como a condição de se viver com menos de 1 dólar norte-americano por dia, e estima-se que 1 bilhão e 100 milhões de pessoas, em nível mundial, vivem nesse estado, tanto em países de economias avançadas como em desenvolvimento. Quando se passa a estimar o número de pessoas que estão na pobreza moderada, ou seja, vivendo com mais de 2 dólares por dia, esse índice sobe para 2 bilhões e 700 milhões. Portanto, retirar pessoas da pobreza extrema é uma política, mas retirar as pessoas da pobreza é outra bem diferente.

O procedimento do comentário permite a construção de novos discursos e modos de dizer do texto primeiro, trazendo à tona o que estava em silêncio no Rascunho Zero. Desse modo, os textos confundem-se e até desaparecem em meio a tantos comentários, e estes, inclusive, podem tomar o lugar dos parágrafos originais, como no caso de vetos e solicitações de exclusões de parágrafos do documento. Assim, o comentário conjura o acaso do discurso e

permite dizer algo para além do texto primeiro, criando, portanto, condições para que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado (FOUCAULT, 2002, p. 25-26). Como exerce o controle sobre o acaso do aparecimento do discurso, o comentário restringe os textos que retornarão e os que serão preservados em uma cultura, além de outros que serão esquecidos (GREGOLIN, 2004).

A autoria do sujeito é outro procedimento de controle interno do discurso. Para Foucault (2009), pouco importa o sujeito falante, pois a importância é atribuída ao país ou ao discurso ao qual o negociador diplomático representa ou se alinha, como podemos ver nas marcas dos colchetes na Figura 23. Para Foucault (2009), o desaparecimento do sujeito falante é central para mostrar o apagamento do indivíduo no mar dos discursos institucionalizados que circulam na sociedade, e que são operacionalizados, no princípio de seus agrupamentos, em unidades, significações e coerências. Podemos identificar esse apagamento do sujeito no documento divulgado pela imprensa, o qual contém inclusões, exclusões, manutenções, modificações, ressalvas e tantos outros processos da interdição e de rarefação dos sujeitos na elaboração do documento, na disputa pelo que é dito e como é dito. Nesse processo, quem fala não é referenciado, apenas o país de onde partiu o comentário ao texto inicial. O que fica ou sai do documento é motivo de batalhas ao longo dos diversos dias de negociação, a ponto de, na primeira etapa para a composição do documento final, nada ser definido. Se as negociações prosseguirem para uma segunda rodada, faz-se a retirada de todos os colchetes para se tentar chegar a um acordo, como mostra a Figura 24 a seguir.

Figura 24 – Fac-símile do alto de página da reportagem “Texto mais enxuto para chegar a um acordo”



Fonte: *O Globo*, Caderno Especial Rio+20, 17/6/2012, p. 5.

Diante do impasse na elaboração de um documento final para os chefes de Estado, o Brasil assumiu a presidência das negociações e propôs um novo rascunho, uma versão mais curta e enxuta, sem colchetes, consolidada a partir dos pontos que não eram tão disputados. O objetivo foi, segundo o ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, chefe da diplomacia brasileira, deixar no “novo rascunho” apenas as principais reivindicações dos países que tivessem convergência de opinião. O novo documento foi muito criticado tanto pelos países envolvidos nas negociações como pela sociedade civil e especialistas, pois retirou grande parte dos pontos polêmicos em disputa e se concentrou em apenas quatro deles, na busca do consenso: 1) os objetivos do desenvolvimento sustentável, definindo metas claras para sua implementação; 2) a ampliação dos poderes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; 3) os meios de implementação das políticas e ações, tal como o financiamento; 4) a proteção dos oceanos. Um ponto importante que ficou em aberto nas negociações foi a reafirmação dos princípios acordados na Conferência Rio-92, por exemplo, o que diz respeito às responsabilidades comuns, porém, diferenciadas para países de economias avançadas e aqueles em desenvolvimento.

Desse modo, pontos singulares das relações de forças empreendidas nas negociações foram dirimidos, excluídos e silenciados no documento, em busca de um consenso. É sobre essas disputas que iremos nos dedicar no próximo item da análise. Afinal, como explica Foucault (2002, p. 10), “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. A luta era pela composição discursiva de um documento a ser referendado pelos países-membros da ONU, documento esse que irá balizar as novas políticas internacionais e nacionais sobre os temas em questão.

5.4.4 Linhas de Força do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável na cobertura jornalística da Rio+20

Ao todo analisamos 59 textos relativos à Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Rio+20, recortados dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, para o *corpus* sobre as notícias. A relação desses textos foi organizada da seguinte forma: além da tabela sobre a negociação (Apêndice B), outras tabelas foram criadas com textos sobre temas específicos publicados por esses três jornais, já listados no Gráfico 1 e apresentados na Nuvem Temática (Figura 17) (Ver item 5.4.3). Ressaltamos que, nas tabelas temáticas específicas, alguns textos jornalísticos aparecerão repetidos, pois tratam de um ou mais temas diferentes. A relação dos textos analisados em cada tema está disponível nos Apêndices da pesquisa e serão devidamente indicados a cada movimento analítico no corpo do texto. Essa foi a forma encontrada para evitarmos tabelas imensas no corpo do trabalho, sem prejuízo do acesso à relação dos textos jornalísticos em análise.

Identificamos na cobertura jornalística uma grande variedade de pontos singulares e a respeito dos quais foram travadas disputas e batalhas durante a elaboração do documento final da conferência. Trata-se de pontos singulares determinados pelas relações de força que compõem o Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS), e que geravam regularidades enunciativas. Deleuze (2005, p. 85) esclarece que a “curva une pontos singulares (a regra)”, e uma regularidade para Foucault (2007b) é uma propriedade do enunciado.

Grande parte da cobertura jornalística girou em torno dos processos de negociação, da realização das plenárias e das disputas sobre determinados pontos conflitantes na discussão e elaboração do documento. Por isso, a negociação ganhou bastante visibilidade nos veículos analisados e foi bastante enunciada pela imprensa, como já discutido nas linhas anteriores desta análise. Entendemos que temas polêmicos são pontos singulares das disputas

empreendidas pelos países envolvidos em torno da questão ambiental e do desenvolvimento, e podemos perceber neles os objetivos, os modos de operação e os pontos de resistência que fazem parte de uma ação estratégica de poder sobre outra ação, em uma relação de força.

Diante disso, na cobertura jornalística realizada pelos jornais, procuramos perceber os sistemas de diferenciações, a racionalização do poder e os objetivos, ou seja, pelo que se luta e quais são os objetivos estratégicos relacionados a determinado tema. As relações de poder foram empreendidas durante as discussões sobre a apresentação, o aparecimento e a exclusão de determinados trechos ou mesmo de expressões linguísticas, e a modificação ou o esvaziamento de determinado tema do documento final.

Desse modo, procuramos identificar, na expressão dos textos jornalísticos, os pontos que envolveram mais polêmicas entre os participantes das plenárias na composição do documento-texto até o último dia das negociações, e que tenha levado à retirada, modificação, exclusão, portanto, ao silenciamento do que estava em disputa: 1) economia verde; 2) reafirmação do princípio de responsabilidades comum, porém, desiguais entre países de economias avançadas e países em desenvolvimento; 3) mais poder de governança ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); 4) criação de formas de financiamento para a execução de metas e ações do desenvolvimento sustentável; 5) formulação de metas e prazos a partir da elaboração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; 6) proteção aos oceanos; 7) energia fóssil; 8) saúde e direito reprodutivo.

Procuramos também identificar os objetivos perseguidos nas relações de força, mediante estratégias tanto de retórica como de negociação, esvaziamento, veto, modificação e de acréscimo no documento. Essas ações respondem a uma estratégia que busca ser vencedora, e os instrumentos do exercício do poder ocorreram pelos efeitos da palavra, como também pelas diferenças econômicas entre os países e pelo peso que determinada nação tem nos processos de negociação. Apesar de serem 193 países-membros, nem todos eles enviaram uma delegação para as negociações, independentemente de as Nações Unidas contabilizar mais de 12 mil delegados, representantes de 188 nações¹³⁴. Algumas negociações eram feitas em blocos de países, por exemplo, o G-77 + China (grupo de mais de 130 países pobres e emergentes, incluindo o Brasil e Índia), que se uniu em muitas propostas em disputas com os países do Norte. A tática de se reunir com os países com objetivos semelhantes foi bastante utilizada ao longo das negociações.

¹³⁴ Disponível em: < <http://www.onu.org.br/rio20/tema/rio20/>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

Um dos pontos singulares que gerou muita polêmica foi a exigência norte-americana para a retirada do princípio da Responsabilidade Comum, Porém Diferenciada (RCPD). Esse princípio foi acordado na Declaração do Rio, em 1992, no Princípio 7, e nele os países desenvolvidos reconhecem que lhes cabe uma parcela maior de responsabilidade quanto ao desenvolvimento sustentável, pois tiveram uma contribuição maior sobre a degradação ambiental global, decorrente das pressões exercidas por suas sociedades no ambiente geofísico, e por terem disponibilidade de mais recursos financeiros e tecnologias (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 2). Ou seja, eles degradaram mais e usufruíram por mais tempo dos recursos do meio ambiente, portanto, devem arcar com os gastos desse desenvolvimento sustentável. O Quadro 63 traz alguns dos enunciados extraídos dos textos jornalísticos sobre a disputa desse princípio.

Quadro 63 — Enunciados sobre o tema do princípio da Responsabilidade Comum, Porém Diferenciada dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Negociador norte-americano tenta derrubar o princípio das responsabilidades acordado na Eco-92. 2. EUA afirmam que não faz mais sentido diferenciar ricos e pobres no atual contexto dinâmico da economia global. 3. Países emergentes também devem contribuir para as ações de sustentabilidade. 4. Chineses protestam contra o fato de os EUA quererem matar compromissos com o princípio acordado. 5. Pesquisador propõe que ricos cresçam menos para poupar recursos naturais e melhorar a qualidade de vida. 6. Norte-americanos tentam evitar compromissos com mudanças em padrões de consumo ou modelos sustentáveis de produção. |
|--|

Fonte: Elaboração da autora, com base nos textos jornalísticos analisados (Apêndice C).

Os EUA tentaram retirar o princípio da RCPD do item do documento que trata da renovação do compromisso político, no qual foram reafirmados os princípios do Rio e os planos de ações anteriores compromissadas desde 1972. Segundo descrição das reportagens analisadas, a tentativa de exclusão teria sido uma manobra norte-americana para excluí-lo do documento de 2012, sob o argumento de que o contexto atual das dinâmicas das economias globais precisa ser flexibilizado. Esse foi um ponto polêmico disputado até a última versão do documento entre os Estados Unidos e o G-77 + China. Os países emergentes que compõem o

bloco contestaram ter condições de dividir os custos com o desenvolvimento sustentável, apesar de a China ser a segunda maior economia do mundo e o Brasil, a sétima. Mas ambos os países alegaram estar ainda em fase de desenvolvimento e que suas rendas per capita ainda eram muito baixas.

Na “contra barganha” para manter esse parágrafo, o G-77 propôs a criação de um fundo de US\$ 30 bilhões para as ações de implementação do desenvolvimento sustentável. Após as discussões, esse parágrafo foi reafirmado e mantido no documento, onde é mencionado logo no segundo parágrafo da reafirmação do compromisso político, no parágrafo 15 (NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 5). Portanto, vemos uma ação vencedora com relação a esse ponto no documento.

Outro elemento polêmico nas negociações foi a proposta para a criação do referido fundo de US\$ 30 bilhões por ano para a implementação de políticas internacionais para o desenvolvimento de ações para o desenvolvimento sustentável. No Quadro 64 a seguir, vemos alguns dos enunciados sobre a disputa desse ponto no documento.

Quadro 64 — Enunciados sobre os meios de implementação das políticas ambientais dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Veto dos EUA enterra fundo de US\$ 30 bilhões. 2. Países de renda média devem contribuir. 3. Conferência adia definições sobre financiamento e metas para 2014 e 2015. 4. Conferência é sobre como mobilizar ações nos níveis da comunidade, dos estados e das nações, e não acreditamos que um só país ou um só fundo possa resolver esses problemas. 5. Rio+20 é sobre vender as parcerias que firmamos ao redor do mundo. |
|---|

Fonte: Elaboração da autora, a partir da relação dos textos jornalísticos analisados (Apêndice D).

Esse fundo foi vetado pelos Estados Unidos, o que levou o G-77 a retirar a proposta de sua criação, destinada a financiar as ações de transição dos países pobres para a economia verde. No entanto, a União Europeia (EU) manifestou-se satisfeita com a retirada da proposta de criação do fundo do documento, com o argumento de que a crise econômica vivida em 2012 não dava condições para a sua constituição e que os financiamentos previstos deveriam ser buscados na iniciativa privada. A exclusão de um fundo para a implementação de ações para o desenvolvimento sustentável também foi comemorada pelo Japão e pelo Canadá.

A economia verde foi um ponto de grandes dissensos para os países e, analisando os textos jornalísticos, ficamos com a impressão de que só a União Europeia (UE) defendeu veementemente a ideia da economia verde proposta pelo PNUMA. Percebemos uma forte resistência a ela pelos países em desenvolvimento, que viram com desconfiança a proposição do programa e da UE. A convocação da Conferência Rio+20 tinha como objetivo a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto, e o tratamento de temas novos e emergentes. Dois temas principais seriam tratados: a nova estruturação institucional para o desenvolvimento sustentável nas Nações Unidas e a economia verde¹³⁵. No Quadro 65 a seguir, temos alguns dos ditos sobre a economia verde, tanto daqueles que a defendiam como de seus opositores.

Quadro 65 — Enunciados sobre a economia verde nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

1. Os europeus querem uma adesão firme à economia verde.
2. A economia verde deve favorecer países em desenvolvimento, e não ser usada em benefício dos ricos.
3. A UE pede uma definição mais forte de economia verde no documento.
4. A economia verde é apontada como chance de transformar os desafios ambientais em oportunidades.
5. A economia verde é o caminho para se criarem novos empregos e diminuir a pobreza e a pressão sobre o meio ambiente.
6. Os bens da natureza são bens comuns, não de mercado.
7. Os países do G-77 vêm a economia verde com desconfiança, pois acreditam que ela demandará mais protecionismos e condicionantes aportes financeiros por parte dos ricos.

Fonte: Elaboração da autora, a partir da relação dos textos jornalísticos analisados (Apêndice E).

Esse foi um dos temas mais polêmicos da conferência, e desde o seu início foi acordado entre os países que a economia verde só seria abordada nas discussões e no documento final se houvesse o acréscimo de qualificativos, conforme apontado nas *curvas de enunciabilidades* (Figura 18), no item 5.4.3, “no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza”. Como mostram os enunciados do Quadro 65, temos uma forte

¹³⁵ Disponível em: < <http://www.onu.org.br/rio20/tema/rio20/>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

oposição dos países do G-77 + China à “economia verde”, por temor de que essa significasse mais imposições internacionais, tanto no que diz respeito à concessão de financiamentos quanto a ser ferramenta para o protecionismo dos produtos dos países desenvolvidos, em uma fase mais avançada de práticas ambientais, especialmente nos países da União Europeia. Nos parágrafos de 56 a 58 sobre o que é economia verde, o documento dispõe que:

[...] nós consideramos economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza como uma das importantes ferramentas disponíveis para alcançar o desenvolvimento sustentável e que ela pode dar opções para a elaboração de políticas, mas não deve ser uma série de regras rígidas. (NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 11)

Apesar de a expressão economia verde constar pela primeira vez em uma declaração, ela é um pouco confusa e pouco objetiva, pois não traz um conceito claro sobre em que consiste, deixando que seja definida por cada país.

Os jornais também trouxeram pontos de vista de cientistas sobre a economia verde. Em especial destacamos uma ampla entrevista de página inteira com o sociólogo português Boaventura Santos, na qual ele expôs sua posição sobre a economia verde (Figura 25).

Figura 25 – Fac-símile da entrevista de página inteira com o sociólogo Boaventura Santos, sobre a economia verde



Fonte: O Globo, Caderno Especial Rio+20, 16/6/2012, p. 2.

Santos faz uma importante discussão sobre a mercantilização dos bens naturais, e no Quadro 65 trazemos alguns dos enunciados desse cientista sobre a relação de mercado e bens naturais.

Quadro 66 — Enunciados sobre a economia verde de Boaventura Santos

1. Esse conceito de economia verde é um dos mais problemáticos da Rio+20.
2. A economia verde consiste basicamente na ideia de que os problemas gerados pelo capitalismo se resolvem apenas com mais capitalismo.
3. Não é à toa que a economia verde procura criar novos mercados, a partir de uma relação inovadora com a natureza e os bens ambientais.
4. O objetivo principal da economia verde é gerar ainda mais lucro.
5. Não acredito que os problemas ambientais possam ser resolvidos com a criação de novos mercados e muito menos em um mercado livre e não regulado, como previsto no documento das Nações Unidas discutido na Rio+20.
6. Estamos discutindo transformar bens da Natureza, como a água, a biodiversidade e os oceanos, em bens de mercado, quando eles deveriam ser considerados bens comuns.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da entrevista “Bens da Natureza são bens comuns, não de mercado”, publicada pelo *O Globo*, Caderno Especial Rio+20, 16/6/2012, p. 2.

Na entrevista em formato “pingue-pongue”¹³⁶, o cientista social aponta a economia verde como um conceito problemático, pois parte do princípio de que os bens da natureza são de mercados, e não bens comuns a toda população da biosfera. Contudo, ele não acha o conceito mais problemático do que os problemas gerados pelo sistema econômico dominante atual, na busca de solucionar os problemas gerados por ele.

O segundo tema principal estabelecido pelas Nações Unidas para a Rio+20 foi a ampliação de poder do atual Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para o de uma agência independente e que está no mesmo nível de autonomia de outros temas dentro da ONU, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Saúde, dentre outras. A proposta foi feita pelo próprio PNUMA e lançada nas negociações pelos países europeus. Veiga (2013) argumenta que o programa possuía sua

¹³⁶ A finalidade de caracterizar um texto jornalístico como entrevista é permitir que o leitor conheça opiniões, ideias, pensamentos e observações de personagem do entrevistado, que tem algo relevante a dizer. A entrevista é editada na forma de pergunta e resposta (pingue-pongue) quando o entrevistado está em evidência especial ou diz coisas de importância particular. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_e.htm>. Acesso em: 1º nov. 2016.

autoridade restrita até 2012, pois, como não era uma agência especializada dentro da ONU, a sua estrutura financeira dependia de doações voluntárias dos países-membros, e não de um orçamento fixo (Ver Quadro 67 a seguir).

Quadro 67 — Enunciados sobre a ampliação dos poderes do PNUMA nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

1. A ideia de transformar o PNUMA em agência foi lançada por países europeus e ganhou o apoio de nações africanas – sua sede fica em Nairóbi, no Quênia.
2. O Brasil afirma que a prioridade é fortalecer o PNUMA, com orçamento fixo, e não o transformar em agência.
3. O Brasil defende a criação de uma entidade com foco no desenvolvimento sustentável, e não só em meio ambiente.
4. O Brasil exclui a agência ambiental do texto.
5. O PNUMA será fortalecido em suas funções e nos meios para exercê-las.
6. Os EUA não querem a criação de uma agência, para não haver mais despesas.
7. O Brasil e outros países emergentes não querem a transformação do PNUMA em agência, por entenderem que isso levaria ao reforço do pilar ambiental do desenvolvimento sustentável, e não o social e o econômico.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da relação dos textos jornalísticos analisados sobre o PNUMA (Apêndice F).

No Quadro 66 temos alguns dos enunciados dos jornais sobre o desenvolvimento e as posições sobre a ampliação do poder do PNUMA sobre o meio ambiente nas negociações. Apesar de o Brasil ser o elemento neutro nas negociações, por sediar a conferência, foi um forte opositor, junto com os Estados Unidos, da ampliação do poder desse programa, por entender que, caso efetivada, se estaria reforçando a questão ambiental, em detrimento do desenvolvimento. Apesar disso, os jornais mostram que o programa cresceu, pois sua composição foi ampliada de 52 países para todos os países-membros da ONU. Esse fórum de alto nível levou à realização, em 2014, da I Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA), destinada à tomada de decisões por todos os países-membros sobre a questão ambiental. Em maio de 2016, em Nairóbi, no Quênia, foi realizada a II UNEA, oportunidade em que ministros do Meio Ambiente dos países-membros aprovaram 25 medidas para mitigar problemas ambientais e ajudar a implementar a Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris para o clima¹³⁷. O PNUMA também passou a ter um orçamento próprio, a ser definido pela ONU, e não mais mantido com doações voluntárias. Segundo Veiga (2013), o programa passou a ter novas funções, quase tão importantes como as de uma agência das Nações Unidas.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram outro ponto que obteve dissensões nas discussões plenárias. A meta era estabelecer um conjunto de objetivos sobre o DS coerente com uma agenda da ONU, incluindo, de forma equilibrada, a prosperidade econômica, a qualidade ambiental e a igualdade social. Nos textos jornalísticos analisados, não constatamos nenhum específico sobre os ODS, que eram citados no bolo dos pontos divergentes nas negociações (Ver Quadro 68 a seguir).

Quadro 68 — Enunciados sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Bloco pede objetivos e metas com prazos concretos e sistemas de monitoramento para medir progressos. 2. Discurso na cúpula pedirá definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 3. Conferência adia definições sobre financiamento e metas para 2014 e 2015. |
|---|

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da relação dos textos jornalísticos analisados (Apêndice G).

Apesar de não terem sido formulados durante as negociações, foi criado o Painel Intergovernamental, cujos 30 membros ficaram encarregados de desenvolver os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2015. Essa meta foi cumprida, e, em setembro de 2015, os ODS foram criados em Nova York/EUA. Os ODS têm como objetivo orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, ou seja, até 2030, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)¹³⁸ (Figura 26).

¹³⁷ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/assembleia-ambiental-da-onu-aprova-resolucoes-para-impulsionar-desenvolvimento-sustentavel-e-acordo-do-clima/>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

¹³⁸ Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/tema/desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 2 nov. 2016.

Figura 26 — Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável foram lançados pelas Nações Unidas em 2015, e devem ser cumpridos até 2030.



Fonte: Site das Nações Unidas¹³⁹.

A Agenda 2030, como os ODS são chamados, é um plano de ação composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas estabelecidos para os próximos 14 anos em áreas cruciais para a humanidade: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero e agricultura sustentável; 3) saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água potável e saneamento; 7) energia limpa e acessível; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsáveis; 13) ação contra a mudança global do clima; 14) vida na água; 15) vida terrestre; 16) paz, justiça e instituições eficazes; 17) parcerias e meios de implementação¹⁴⁰.

As energias fósseis foram um tema de certa forma pouco explorado pelos jornais, nos quais foi mencionado apenas no bojo dos pontos polêmicos em discussão na Rio+20. Ou seja, o assunto foi praticamente ignorado, apesar do importante papel da emissão de gases tóxicos pelos combustíveis fósseis na política das mudanças climáticas.

Quadro 69 - Enunciados sobre energias limpas e fósseis nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

1. Sucesso da cúpula depende da disposição dos países para investirem em energia renovável.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

2. Transferência de tecnologia limpa para os mais pobres enfrenta resistência.
3. Documento da conferência também deve deixar de fora o fim dos subsídios à produção de combustíveis fósseis.
4. O desenvolvimento sustentável não será possível sem um aporte pesado de recursos de energias renováveis.

Fonte: Elaboração da autora, a partir da relação dos textos jornalísticos analisados (Apêndice H).

Apesar de algum cientista ou outro ator falar sobre o tema, poucos textos jornalísticos abordaram o assunto. O fechamento do documento só mereceu uma foto na capa do Caderno Especial Rio +20 do jornal *O Globo* (18/06/2013), e mostra uma nota gigante de 1 trilhão representando o que os governos gastam com energias fósseis. Na parte interna do caderno, uma pequena nota descreve um pequeno protesto de 50 pessoas na Praia de Copacabana contra a retirada do documento sobre o fim dos subsídios para os combustíveis fósseis.

Figura 27 — Reportagem sobre a proteção dos oceanos e a fauna e flora marítimas nas negociações da Rio+20

Preservação de mais da metade dos oceanos fica de fora do documento oficial da conferência, que não prevê mecanismos para águas além das jurisdições nacionais



Proteção para o alto-mar morre na praia

Camila Nobrega
camila.nobrega@oglobo.com.br
Cláudio Motta
claudio.motta@oglobo.com.br

• O evento Diálogos Para o Desenvolvimento Sustentável, no

siderou um sucesso a participação de cerca de cinco mil pessoas nas discussões que ocorreram, desde o último sábado, no Pavilhão 5 do RioCentro. Além disso, 12 mil contribuíram com os debates por uma plataforma

com as recomendações, porque os governos têm limitações institucionais e de relações de poder. Há limite para mudanças. As discussões foram divididas em dez temas: desemprego, trabalho decente e migrações; desenvolvimento sustentável como resposta para a crise econômica e financeira; desenvolvimento sustentável no combate à pobreza; economia e desenvolvimento sustentável, incluindo caminhos para a produção e consumo sustentáveis; florestas; alimentação e segurança alimentar; energia sustentável para todos; água; cidades sustentáveis e inovação; e oceanos.

Ambientalistas criticam: "Não estamos fazendo nada"

Nos debates, o francês Jean-Michel Cousteau, presidente da

estão previstos mecanismos para a proteção das águas que ficam além das jurisdições nacionais e representam 64% do total. Ambientalistas da High Seas Alliance (HSA), que reúne ONGs, lamentaram o texto escrito pelos negociadores, dizendo que ele pode ser resumido em quatro palavras: "não estamos fazendo nada". Ainda há chances, consideradas muito remotas, de que os governantes voltem a colocar o assunto em negociação. — Os temas dos oceanos foram os últimos a ser negociados. O Brasil optou por excluir o assunto da pauta para poder fechar o documento sem pontos abertos — disse Matthew Gianni, consultor político da Deep Sea Conservation Coalition.

Há seis anos especialistas discutem a criação de mecanismos

Fonte: *O Globo*, Caderno Especial Rio+20, 20/6/2012, p. 6.

A proteção dos oceanos foi outro ponto que apresentou um certo avanço no início das negociações, mas depois “morreu na praia”, como afirma o título da reportagem representada na Figura 27. Os principais enunciados sobre as expectativas de compromisso sobre a proteção da biodiversidade marítima das águas oceânicas de alto-mar são mostrados no Quadro 70 a seguir.

Quadro 70 — Enunciados sobre proteção dos oceanos nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

1. Para salvar cúpula, Brasil transforma oceano em prioridade.
2. Proteção dos oceanos pode virar realidade.
3. Proteção para alto-mar morre na praia.
4. Para ONGs, texto põe oceanos em risco.

Fonte: Elaboração da autora, a partir da relação dos textos jornalísticos analisados (Apêndice I).

Um marco de preservação era esperado por conta da grande degradação sofrida pelas águas que ficam além das jurisdições nacionais. Elas representam 64% do total das áreas oceânicas e não estão sob responsabilidade de nenhum país, ou seja, são exploradas e degradadas livremente. Os Estados Unidos e o Japão foram os principais países que se opuseram à criação de metas e compromissos concretos para esse ponto nas negociações.

Figura 28 — Entrevista com a ex-comissária de Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson, na qual critica a interferência do Vaticano sobre direitos reprodutivos

Quarta-feira, 20 de junho de 2012

O GLOBO

ESPECIAL • 13

ENTREVISTA/Mary Robinson. Ex-comissária de Direitos Humanos da ONU, católica praticante e membro do *The Elders* acusa Vaticano de cercear saúde feminina no documento da Rio+20

*‘Que sabem
celibatários
sobre as
mulheres?’*



Rafael Arizade

“Saúde reprodutiva é um direito humano dos mais importantes. E essa conferência pode enfraquecer ou reforçar esse direito”

“É preciso haver lógica na abordagem dos temas. Temo que haja influências religiosas desinformadas da realidade da vida das mulheres”

“Me entristece que haja uma guerra política de poder e que a Igreja seja parte dela”

MARY ROBINSON, ex-presidente da Irlanda teme que documento represente retrocesso para as mulheres

Fonte: *O Globo*, Caderno Especial Rio+20, 20/6/2012, p. 13.

O Vaticano foi um dos observadores das ONU nas negociações e, segundo a entrevista concedida por Mary Robinson ao jornal *O Globo*, todas as referências a sexo, sexualidade ou planejamento familiar no documento era vetado pelos representantes da igreja católica. Alinharam-se ao Vaticano, o Chile e outros países católicos da América Latina, além de países muçulmanos que eram contra uma política de planejamento familiar e direitos reprodutivos (Ver Quadro 71 a seguir).

Quadro 71 — Enunciados sobre direitos reprodutivos nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

Vaticano cerceia saúde feminina no documento da Rio+20.

“Que sabem celibatários sobre as mulheres?”

Saúde reprodutiva é um direito humano dos mais importantes para as mulheres.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos textos jornalísticos sobre saúde e direitos reprodutivos (Apêndice I).

Na Figura 29 a seguir temos um título da capa do caderno especial de *O Globo* que define bem em que foi transformado o Rascunho Zero, documento que seria o ponto de partida da declaração final da Rio+20, com contribuições dos países e da sociedade civil. O documento toma um novo rumo, pois são retirados todos os pontos polêmicos sobre os quais os negociadores não chegaram a um consenso.

Figura 29 — Título da capa do caderno especial sobre o rumo das negociações do documento final da Rio+20



Fonte: *O Globo*, Caderno Especial Rio+20, 16/6/2012, p. 1.

Pudemos ver, ao longo desta parte da análise, como as relações de forças travadas em torno de pontos singulares e polêmicos da Rio+20 foram modificando-os ou até mesmo excluindo-os de determinados parágrafos no documento final. Na Figura 30 a seguir, temos alguns dos diversos cortes feitos ao longo das negociações e que se concretizaram de certa forma no final do documento. Entre os pontos importantes, foram retirados do documento a resolução sobre a questão ambiental, como o fundo e as ações concretas para a concretização de tudo o que estava sendo discutido sobre o desenvolvimento sustentável, e a ampliação de poderes para o PNUMA para uma governança mais independente sobre a questão ambiental em nível mundial.

Figura 30 – Fac-símile de trecho do infográfico que traz o que foi retirado do Rascunho Zero nas negociações

O ESTADO DAS NEGOCIAÇÕES	
O que deve ficar de fora do documento	
<p>DEFINIÇÃO DO QUE É ECONOMIA VERDE Tema da conferência, a economia verde não recebeu uma definição. O texto estabelece que economia verde não deve ser um conjunto rígido de regras e que há diferentes abordagens, visões e modelos para o tema de acordo com cada país. A economia verde sempre vai, ainda, acompanhada pela expressão “no contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação de pobreza”</p>	<p>TRANSFORMAÇÃO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE EM AGÊNCIA Havia uma expectativa de que a Rio+20 pudesse garantir a transformação do Pnuma em uma agência independente da ONU — como é o caso da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O texto, no entanto, deixa em aberto essa possibilidade, ao pedir que a Assembleia da ONU “adote uma resolução fortalecendo e ampliando (<i>upgrading</i>, em inglês) o Pnuma”</p>
<p>FUNDO PARA FINANCIAR AS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE Depois da discussão para a criação de um fundo de US\$ 30 bilhões para financiar ações de sustentabilidade nos países pobres, na semana passada, o texto não tem novidades quanto às fontes de financiamento, ou seja, sobre quem vai pagar pela conta da sustentabilidade. No capítulo sobre os chamados meios de implementação – que é o termo diplomático para as fontes de financiamento –, reafirma-se o compromisso de uma ajuda financeira de 0,7% do PIB dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento até 2015 e de 0,15% a 0,2% do PIB para os menos desenvolvidos. Compromissos esses que não vêm sendo respeitados pelos países</p>	<p>AGRICULTURA FAMILIAR A agricultura familiar, que é apontada como um dos instrumentos para garantir uma alimentação digna para grupos excluídos, não entrou no documento preparado pelo Brasil</p>
	<p>ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA O adjetivo extremo, que vinha sendo defendido por alguns países, ficou de fora do texto, como era o desejo dos Estados Unidos. A erradicação da pobreza é indicada como o grande desafio global de hoje e fundamental para se atingir o desenvolvimento sustentável</p>

Fonte: *O Globo*, Caderno Especial Rio+20, 19/6/2012, p. 4.

Desse modo, constatamos que houve um jogo complexo em que o discurso é ao mesmo tempo instrumento e efeito de poder, assim como obstáculo, escora e até ponto de resistências ou de partida de uma estratégia oposta àquela colocada na disputa. O discurso veicula e também produz o poder, reforçando-o, ao mesmo tempo que também o mina, o expõe, o debilita e até possibilita barrá-lo, silenciá-lo em interdições, ou soltando suas margens e possibilitando tolerâncias obscuras. Assim vemos o documento em construção ganhar novos contornos e conteúdos pelas interdições estabelecidas pelos controles discursivos que buscam conjurar os poderes e os perigos do discurso, esquivando-se da sua temerosa materialidade (FOUCAULT, 2002).

Com relação ao documento, podemos ver em seguida, no Quadro 72, os enunciados sobre as avaliações das negociações e os resultados consolidados no documento que seria assinado pelos chefes de Estado na Reunião de Cúpula, último momento da conferência. Após a concretização do documento e a partir das reuniões plenárias de negociação, os chefes de Estado e seus representantes de alto nível só o referendam, pois não costumam mexer no que já está contido nele.

Quadro 72 — Enunciados sobre os processos das negociações e o documento final da conferência, segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

1. Acordo está travado e as negociações parecem insuperáveis.
2. Brasil compõe um texto mais enxuto para conseguir acordo.
3. Negociação é cuidadosa e exaustiva.
4. Entre a busca por um acordo possível e a falta de ambição.
5. Dilma vai cobrar ação de líderes na Rio+20.
6. Negociadores do País insistiram em aprovar texto final.
7. Brasil é criticado por acelerar acordo.
8. Negociadores: acordo fechado era o 'possível'.
9. Decisões difíceis são jogadas para depois.
10. União Europeia diz que falta ambição à proposta brasileira.
11. Texto final do Brasil é considerado fraco pela UE.
12. Europeus querem uma adesão firme à economia verde.
13. Europeus cobram mais substância.
14. Europa preferia algo mais 'afirmativo'.
15. Brasil comemora acordo considerado sem ambição.

Fonte: Elaboração da autora, a partir da relação dos textos jornalísticos sobre as negociações (Apêndice A).

O Quadro 72 acima mostra nos enunciados as críticas feitas ao documento, principalmente pela União Europeia, que foi a grande defensora da economia verde e dos ODS com ações mais claras e metas para a implementação dos temas sobre o desenvolvimento sustentável contidas no documento “O Futuro que Queremos”. A contradição é que a mesma UE foi contra a criação de um fundo para bancar essas ações concretas, alegando dificuldades financeiras devido à crise europeia e que esse encargo deveria ser dividido com a iniciativa privada. Ou seja, ao mesmo tempo que cobra a definição de metas e prazos no documento, a UE se recusa a custear a implementação dessas ações.

Os enunciados apontam para as dissensões havidas em diversos pontos polêmicos e a dificuldade de ser chegar a um consenso, o que travou as negociações a ponto de questões importantes serem retiradas de pauta por não alcançar nenhuma concordância entre as delegações diplomáticas. Diante do impasse, a estratégia tomada pela delegação brasileira

que intermediou as negociações foi postergar essas decisões, o que levou o documento a ser considerado fraco, sem substância, sem ambição e pouco afirmativo, apesar das negociações exaustivas que se seguiram durante o período de 13 a 19 de junho de 2012. As reuniões do Comitê Preparatório estavam marcadas, inicialmente, para ser realizadas entre 13 e 15 de junho, mas foram estendidas até o dia 19 de junho justamente por falta de um documento que fosse consenso entre as delegações. Só um dia antes da Reunião de Cúpula com os chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas, realizada de 20 a 22 de junho de 2012, é que uma versão final foi apresentada, e da qual foram retirados, modificados e amenizados quase todos os pontos polêmicos, conforme mostrado na análise.

Ao término das negociações e com a elaboração do documento, a sociedade civil foi às ruas em protestos contra as decisões e encaminhamentos tomados para a solução da crise ambiental e para um desenvolvimento sustentável. No dia 18 de junho foram realizados protestos, no centro do Rio de Janeiro, de grupos indígenas que pediam a demarcação de suas terras; de ativistas contrários à revogação do Código Florestal Brasileiro; e do movimento de mulheres, contra a revogação, pelo Vaticano, da menção aos direitos reprodutivos no documento. E apesar do grande número de pessoas que foram às ruas, o foco das matérias foram os “transtornos” causados ao trânsito na cidade do Rio de Janeiro, tanto no local das manifestações como por seus reflexos em outras regiões cariocas.

Além de fazerem duras críticas ao documento, ao processo de negociação e à pouca participação da sociedade civil na sua elaboração, durante cinco dias as ONGs e diversos movimentos sociais organizados se manifestaram em todo o Rio de Janeiro, em eventos cobertos pela imprensa. Milhares de pessoas foram às ruas contra o documento final (Figura 31).

Figura 31 — Um mosaico de fotos dos protestos contra o documento final da Rio+20



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, Caderno Especial Planeta Rio+20, 19/6/2012, p. H8.

Na análise dos textos jornalísticos, as manifestações começam a ser mostradas desde o dia 18 de junho, em pequenas notas, fotolegendas e textos menores; vai intensificando-se nos dias 19 e 20; e chega ao seu ápice de cobertura no dia 21 de junho, quando são noticiadas por todos os três jornais analisados. No dia 19 de junho, o tom da cobertura foi o trânsito parado devido aos protestos ocorridos no dia anterior. Os três jornais deram títulos relacionados com o caos no trânsito e minimizaram os protestos em sua cobertura, conforme mostra o Quadro 72 a seguir.

Quadro 73 – Enunciados sobre os protestos nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

1. Protestos de movimentos sociais dão nó no trânsito.
2. Mulheres tiram o sutiã contra o preconceito.
3. Índios e manifestantes também vão para as ruas por causas ambientais, provocando retenções de até sete quilômetros.
4. Manifestações de ativistas param o Rio.
5. Ambientalistas se dividem sobre impacto de protestos.

6. Centro trava e sede do BNDES é sitiada por protestos de índios, ambientalistas e mulheres.

7. Estudante de Alagoas chamou a atenção ao mostrar peito durante marcha.

Fonte: Elaboração da autora, a partir da relação dos textos jornalísticos analisados (Apêndice L).

No dia 20 de junho, o caderno especial sobre a Rio+20 do jornal *O Globo* deu repercussão aos protestos de mulheres ocorridos no dia 18 de junho. A capa do jornal traz a foto de uma militante do movimento feminista fotografada com os seios nus durante o protesto e que havia sido capa dos vários jornais (Figura 32).

Figura 32 – Fac-símile de trecho da capa do jornal *O Globo*, com foto e chamada ampliada da manifestante fotografada com os seios nus nas manifestações do dia 18 de junho.



No peito e na raça

Musa de passeata reacende o debate sobre o uso do corpo na luta feminista

- O peito à mostra da estudante de História Brígida de Souza, à frente de passeata no Rio, provocou debate entre feministas sobre o uso da nudez como arma de protesto. Para a coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres, Nalu Faria, a nudez deve ser usada em casos específicos e corre o risco de passar mensagem ambígua: “É preciso um esforço grande para mostrar que se trata de uma crítica.” Para Brígida, o resultado foi positivo. Ela luta em prol das lésbicas e das mulheres negras.

Fonte: *O Globo*, Capa, 20/6/2012, p. 1.

Nos protestos, mais de 5 mil mulheres marcharam em prol dos direitos reprodutivos, contra a violência sexual, por um mundo mais igualitário entre homens e mulheres e contra a mercantilização da natureza. No entanto, como vimos na Figura 32 acima, a chamada de capa do jornal *O Globo* traz de volta a discussão sobre o uso da nudez por mulheres em

manifestações feministas. Vemos, aqui, uma clara interdição ao uso do corpo explorado pelo jornal, retomando um discurso anterior e bastante polêmico sobre a Marcha das Vadias, iniciada no Brasil ainda em 2012¹⁴¹. Em detrimento da importância das reivindicações que estavam sendo feitas, o jornal foca na polêmica sobre usar ou não a nudez nas manifestações. O título do caderno especial, “De parar o trânsito”, faz uma alusão a uma expressão popular brasileira usada para mulheres bonitas. No texto, a estudante é tratada como musa, eleita não se sabe bem por quem, já que nenhuma eleição foi realizada, mas talvez pelos fotógrafos que a fotografaram em diferentes ângulos, apesar de ela não ter sido a única com os seios nus (Figura 33).

Figura 33 – Fac-símile de trecho da capa do caderno especial e da reportagem sobre a manifestante fotografada com os seios nus nas manifestações do dia 18 de junho



Fonte: *O Globo*, Caderno Especial Rio+20, 20/6/2012, p. 1 e 12.

Os jornais do dia 21 de junho não faziam parte da análise, no entanto, tendo em vista a importância das matérias sobre os protestos e as resistências às decisões políticas da Rio+20, resolvemos ampliar o recorte do *corpus* para os textos desse dia, que registrou o ápice das

¹⁴¹ A Marcha das Vadias leva esse nome irreverente após protestos feministas ocorridos no Canadá. No Brasil, os protestos se iniciaram em 2012, como parte de eventos simultâneos em mais de 20 cidades do Brasil e do mundo, incluindo, além do Rio de Janeiro, também São Paulo, Salvador e Porto Alegre. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/05/marcha-das-vadias-tem-tumulto-em-frente-igreja-em-copacabana.html>>. Acesso em: 1º nov. 2016.

manifestações no Rio de Janeiro. Os jornais realizaram uma ampla cobertura sobre o documento assinado pelos chefes de Estado e principalmente sobre as manifestações realizadas no centro do Rio. A capa da edição do dia 21 de junho de 2012 do jornal *O Globo* (Figura 34) traz uma foto dos chefes de Estado e o título “ONGs rejeitam documento da Rio+20; ONU cobra ambição”, e o seguinte olho: “Milhares de manifestantes protestam no Centro contra resultados tímidos”.

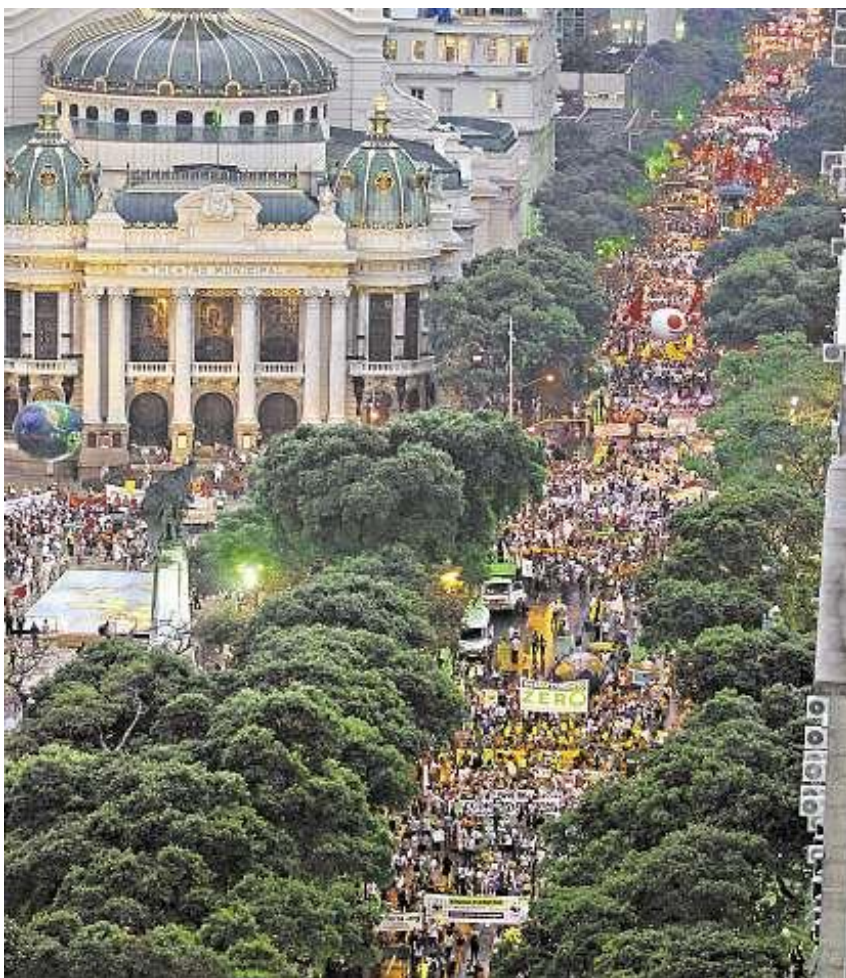
Figura 34 – Foto da capa do jornal *O Globo* sobre a Conferência Rio+20



Fonte: *O Globo*, 21/6/2012, p. 1.

Na capa podemos ver o destaque dado aos protestos logo no título e no tamanho da foto de milhares de manifestantes percorrendo as ruas do Rio, conforme pode também ser visto na Figura 35 a seguir. No título podemos ver também os motivos dos protestos: a rejeição ao documento “Futuro que Queremos”, da Rio+20, acrescida também de uma crítica das Nações Unidas a ele.

Figura 35 – Foto de milhares de manifestantes no centro do Rio de Janeiro em protesto contra os poucos avanços do documento “Futuro que Queremos”



Fonte: *O Globo*, 21/6/2012, p. 1.

O Rio foi palco de diversos protestos, no entanto, o que recebeu o maior número de manifestantes foi organizado pela Cúpula dos Povos e contou com mais de 40 mil pessoas contra o documento “Futuro que Queremos”. No Quadro 74 a seguir temos alguns dos enunciados contrários ao documento negociado.

Quadro 74 – Enunciados sobre os protestos nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

1. ONGs rejeitam documento da Rio+20.
2. Milhares de manifestantes protestam contra resultados tímidos.
3. Dia de levante da sociedade civil contra o documento.
4. O povo se levanta contra o documento.

5. Representantes da sociedade civil pedem a retirada de mil assinaturas do documento.
6. O documento está totalmente fora da realidade.
7. Nós não apoiamos este texto.
8. Esta é uma manifestação anticapitalista.
9. Protestos contra a economia verde e em defesa dos bens comuns.
10. Protestos contra a mercantilização da natureza.
11. Este documento é o “Futuro que não queremos”
12. O mundo gasta com armas US\$ 1,7 trilhão ao ano. Se gastasse menos 10% disso para combater a pobreza, já seria suficiente.

Fonte: Elaboração da autora, com base nos textos jornalísticos sobre os protestos (Apêndice L).

A frase que as organizações não governamentais pedem para ser retirada do documento está no primeiro parágrafo, e está relacionada com o primeiro item, cuja rubrica é Nossa visão comum:

Nós, Chefes de Estado e de Governo, e representantes de alto nível, reunidos no Rio de Janeiro, Brasil, de 20 a 22 de junho de 2012, com a plena participação da sociedade civil, renovamos o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o nosso planeta e para as atuais e futuras gerações. (NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 1)

A exigência das ONGs reflete a discordância com o documento final, que não refletiu os anseios e a vontade da sociedade civil. A solicitação das ONGs foi expressa em discurso aos chefes de Estado por um representante da Rede de Ação Climática, que falou em nome de mil entidades do terceiro setor e de grupos da sociedade civil que participaram das discussões de diplomatas com os *Major groups*¹⁴², para a retirada do trecho “com participação plena da sociedade civil” do texto. Entendem eles que o documento não reflete as propostas da sociedade civil, sobretudo por terem sido excluídos das últimas rodadas das negociações. Geralmente, os representantes da sociedade civil credenciados participam como observadores nas salas de negociação fechadas a todos, inclusive, à imprensa; no entanto, na etapa final de

¹⁴² Os *Major groups* foram instituídos pela ONU desde a Cúpula de 1992 para representar os mais diversos setores da sociedade envolvidos com a temática do desenvolvimento sustentável nas discussões da Organização para a sociedade civil. É composto por representantes de nove grupos preferenciais: indústrias e negócios, crianças e jovens, agricultores, povos indígenas, autoridades locais, organizações não governamentais, comunidade científica e tecnológica, mulheres e trabalhadores e sindicatos.

fechamento do documento, nos dias 16 a 19 de junho, foram impedidos de participar quando o Brasil assumiu as negociações. A retirada da menção à sociedade civil não foi feita, pois, após encerradas as negociações, o documento não mais foi aberto, por receio de que os países signatários também fizessem solicitações semelhantes em pontos conflitantes, inviabilizando a assinatura do documento final.

Percebemos nesse ponto a importância dos movimentos da sociedade civil na organização de resistências e pressão sobre os governos na questão ambiental. Como discutido no início deste capítulo (item 5.2.5), o movimento ecológico e os cientistas foram os protagonistas na difusão da consciência e dos valores ecológicos nas últimas décadas, e na cobertura da conferência utilizaram a mídia para mostrar as incongruências e deficiências do documento formulado pelos governos.

Na análise, pudemos perceber as linhas de força em disputas dentro e fora das salas de negociação e presentes na cobertura dos jornais. Vimos que a *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista* foi a mais forte nas negociações e está presente, desde a Conferência de Estocolmo, tanto nas posições dos países de economias avançadas como na dos países em desenvolvimento.

No entanto, essa linha também sofreu modificações. Apesar de a busca do crescimento econômico como meio para o desenvolvimento ser unânime entre os países, foi proposta uma forma diferente de sua mensuração, complementando a medição de riqueza baseada na renda per capita medida pelo Produto Interno Bruto (PIB). O Índice de Riqueza Inclusiva (IRI) é um tipo de “PIB Verde”, um novo índice mundial para medir a riqueza das nações, que soma o capital econômico, o natural e o humano. Desenvolvido por especialistas das Nações Unidas, o índice reúne informações referentes à educação, à expectativa de vida e aos recursos florestais, além da produção industrial.

Temos, desta forma, uma modificação na *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista*, percebida e caracterizada na análise diacrônica como baseada na renda per capita. Percebemos a criação desse índice como decorrente da influência de elementos da *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*, pois ele procura medir o crescimento econômico não apenas pela renda por pessoa, mas levando em conta a apropriação mais eficiente dos recursos pela aferição do uso dos recursos florestais e uma produção industrial mais eficiente e de índices para medir a equidade social com os indicadores de educação e expectativa de vida.

Como lembra Deleuze (1996), as linhas entrecruzam-se e misturam-se por meio de variações e até mesmo de acréscimos. No documento da Rio+20, nada é proposto

efetivamente sobre a mudança do padrão de consumo do mundo e muito menos sobre o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, levando-nos a perceber que outros atributos da *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista* ainda se faziam presentes. Por exemplo, a visão de que os recursos naturais não são totalmente finitos, pois ainda irão perdurar por muito tempo, ou que outra saída tecnológica será encontrada para substituí-lo no processo de produção, devido à grande resistência dos países em firmar compromissos claros e efetivos para reduzir o alto índice de consumo e para a redução dos subsídios para os combustíveis fósseis.

Na cobertura dos jornais, a *Linha Equidade Social e Ambiental* também pode ser percebida na análise, mas não nos textos jornalísticos sobre as negociações, nos quais percebemos que ela perdeu forças ao longo dos processos de negociações, a ponto de no documento final serem até transformadas, excluídas, modificadas a apenas enunciados fracos, demonstrados pela falta de compromissos concretos de sua realização. Mas percebemos essa linha nas reportagens e entrevistas de outros atores sociais fora das delegações diplomáticas, ao abordarem a crítica ao veto do Vaticano aos direitos reprodutivos, à economia verde como mercantilização da economia e à não criação da tão esperada convenção para a proteção dos mares.

Os protestos ao longo dos cinco dias do evento realizado na cidade do Rio de Janeiro, contra o documento fraco e sem propostas para questões importantes que levassem a uma maior equidade social e ambiental, mostram-nos a presença da *Linha Equidade Social e Ambiental*. As milhares de pessoas que se manifestaram nas ruas eram a favor de bens comuns, dos direitos reprodutivos femininos e do combate à pobreza; e pela defesa de propostas de equanimidade geográfica, de gênero, de apropriação recursos naturais e sociais; e contra o atual modelo de crescimento regulado pelo mercado, a mercantilização dos bens naturais, a economia verde, os combustíveis fósseis e outras ações que vão contra a perspectiva que leve a um mundo mais equitativo para as atuais gerações e entre os países. Desse modo, podemos perceber a presença da *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*. Por último, e não menos importante, a *Linha de Força Científica Ecológica* foi pouco abordada na cobertura jornalística no período analisado. Isso não significa, todavia, que ela não esteja presente nos jornais, mas do momento do recorte ao *corpus*, pouco pudemos perceber dessa linha de força.

Apesar das resistências impostas à *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*, percebemos o seu fortalecimento não só nas ruas, com os protestos e posições dos diversos atores sociais, como também no fortalecimento de sua institucionalização nas Nações Unidas.

A configuração institucional da ONU para o tema do desenvolvimento sustentável se ampliou, tanto no aumento das funções e em um orçamento próprio para o PNUMA como pela criação de um Fórum de Alto nível com a participação de todos os Estados-membros (UNEA).

5.4.5 Linhas de Subjetivação do DDS na cobertura jornalística da Rio+20

A *Linha de Subjetivação* é a quarta dimensão do dispositivo, e entendida como um processo em construção em cada dispositivo, pois as linhas de visibilidade, de enunciação, de brecha e de forças se entrecruzam e acabam por dar rumo às demais linhas, suscitando outras, por variações e por agenciamentos (DELEUZE, 1996). Dessa forma, segundo o autor, cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, e sua operação é diferente em dispositivos distintos. Relembramos, aqui, que as linhas de subjetivação são, conforme discutido no Capítulo 4, um sistema de individuação com relação aos grupos/pessoas ou um espaço de fuga das forças e dos saberes resultantes do poder. Por isso, pertencemos aos dispositivos e agimos neles.

Buscaremos perceber na cobertura jornalística como o Dispositivo Desenvolvimento Sustentável (DDS) promove subjetivações, e para tanto estendemos um pouco o *corpus* da análise para outros dias da cobertura, de forma a compor matérias nas quais os discursos dos sujeitos possam ser percebidos. Dessa maneira, temos outros textos que não só os identificados dos dias 16 a 20 de junho, período da composição do documento da Rio+20 (Ver Apêndice M), e o *corpus* foi construído com textos jornalísticos que mostrassem esses processos de subjetivação.

O DDS está relacionado às práticas, atuando como um aparelho na constituição dos sujeitos, e o seu poder está em incitar a produção de enunciados, de discursos, principalmente na intermediação entre o sujeito e o objeto. Na busca pela compreensão do modo como o DDS produz subjetivação, percebemos a importância dada à sociedade civil pelas Nações Unidas. Essa prática de envolvimento da sociedade civil já é realizada pela entidade desde 1950, quando foi aberta a participação das organizações não governamentais nas conferências internacionais, mesmo com algumas limitações. Mas foi na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, que houve a maior participação de ONGs em eventos da ONU, abrindo portas para sua intensificação nas conferências seguintes (LIMA, 2009, p. 67). Podemos ver essa concretização nas reuniões do *Major groups* da Conferência da Rio+20, quando grupos de diplomatas discutiram com mais de mil representantes de grupos estratégicos (indústrias e negócios, crianças e jovens, agricultores,

povos indígenas, autoridades locais, organizações não governamentais, comunidade científica e tecnológica, mulheres e trabalhadores e sindicatos). O envolvimento da sociedade civil é organizado não só para dar credibilidade e legitimar às decisões discutidas e implementadas pelas Nações Unidas, mas principalmente para contar com o engajamento desta na pressão interna aos seus governos e também na difusão das práticas sustentáveis.

Quadro 75 – Enunciados das Nações Unidas sobre o reforço da importância da participação da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável

1. Os países não podem ter êxito sem a participação da sociedade civil.
2. Precisamos absolutamente de sua parceria. Não podemos ter sucesso sem vocês.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, caderno especial Planeta Rio+20, 21/6/2012, p. H-3.

No Quadro 75 acima, o representante das Nações Unidas reforça a importância da cooperação e da participação da sociedade civil nos processos de decisão e na realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável. O pronunciamento do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, ocorreu logo após a decisão das ONGs de se posicionarem contra o documento-base “Futuro que Queremos” e pedirem a retirada do parágrafo introdutório do documento, que menciona a “plena participação da sociedade civil”. Percebemos nessa posição da ONU uma preocupação com a governança global sobre as questões ambientais, que tem como fundamental a participação da sociedade civil nesse processo. O que se busca é o governo dos homens e das populações agirem sobre a ação dos outros, nos comportamentos e nas ações. Afinal, aponta-se a construção dos sentidos de que é nas práticas dos sujeitos que o DDS se realiza, ou seja, para além das decisões políticas em âmbitos governamentais, no cotidiano, nas vidas das pessoas que se busca agir. Para tanto, na Conferência Rio+20 foram criados diversos eventos paralelos para a discussão e celebração de acordos e parcerias entre ONGs, universidades, empresas e governos. Todos imbuídos de educar as populações aos modos sustentáveis.

Em vários textos jornalísticos fomos notando um maior foco dado às ações da sociedade civil e do setor privado, apontando suas responsabilidades com relação à questão ambiental. No Quadro 76 a seguir, vemos certo deslocamento do enfoque nos textos jornalísticos para as ações e práticas da sociedade civil e do setor privado.

Quadro 76 – Enunciados sobre as ações da sociedade civil e do setor privado para a sustentabilidade

1. O que fica da Rio+20 é o deslocamento de arte da responsabilidade dos governos para a sociedade civil – não só a opinião pública, mas também o setor privado.
2. Cerca de 1.500 presidentes de empresas de 60 países participaram de eventos paralelos à conferência, e assumiram mais de 200 compromissos – 45 deles se comprometeram a investir no uso eficiente da água, e a pressionar seus respectivos governos a fazer o mesmo. Foram registrados no total 692 compromissos voluntários assumidos por governos, empresas, grupos da sociedade civil e universidades, que mobilizarão US\$ 513 bilhões.
3. Os oito maiores bancos regionais do mundo investirão US\$ 175 bilhões nos próximos cinco anos em projetos de transporte sustentável, como ônibus com energia eficiente e infraestrutura para bicicletas e para pedestres.
4. Em meio ao clima de frustração, no último dia foi anunciado que a Rio+20 rendeu cerca de 700 compromissos voluntários entre ONGs, empresas, governos e universidades. Isso significa um investimento de US\$ 513 bilhões para ações de desenvolvimento sustentável nos próximos dez anos. Para uma conferência de alto nível bombardeada por críticas de que trouxe um resultado final frustrante e sem metas numéricas, o volume de recursos empenhado foi, talvez, o melhor resultado da Rio+20.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, Caderno Especial Planeta Rio+20, 24/6/2012, p. H-2.

Nos enunciados acima, a narrativa jornalística mostra que o resultado mais positivo da Rio+20 não foi o documento final assinado pelos chefes de Estado, e sim os compromissos firmados entre empresas, ONGs, administrações locais e universidades. Podemos ver nesses enunciados o DDS nas práticas dos sujeitos a partir de ações voltadas para o uso adequado da água e para mudanças no transporte e nos sistemas energéticos, tornando-os mais eficientes.

No Quadro 77 a seguir, temos enunciados que reforçam os “modos de fazer” dos sujeitos, indicando quais práticas devem ser realizadas e questionando aquelas consideradas insustentáveis. Isso mostra o papel importante a ser desempenhado pelo sujeito-consumidor na construção da sustentabilidade. O sentido do enunciado aponta-nos que o consumidor deve ser educado em práticas sustentáveis para que deixe de ser um obstáculo às mudanças necessárias para um mundo sustentável.

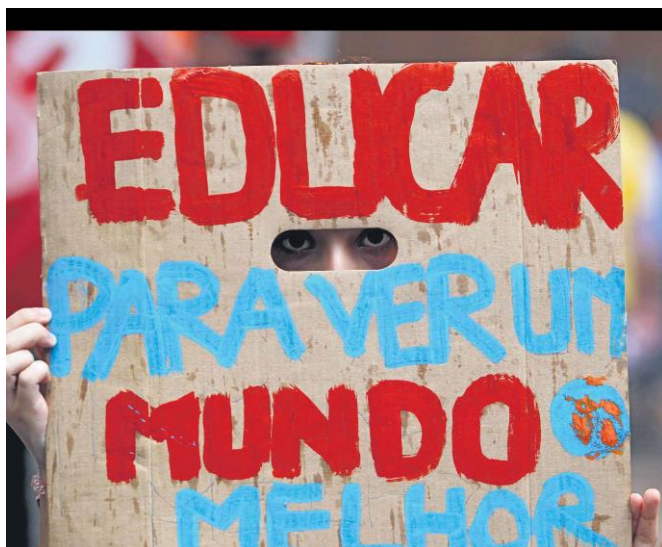
Quadro 77 — Enunciados sobre os comportamentos insustentáveis do consumidor

1. O primeiro obstáculo é o próprio consumidor não saber lidar com o esgotamento dos recursos naturais do planeta, o consumo sustentável.
2. Na declaração final da conferência, os chefes de Estado e de governo comprometeram-se a adotar planos locais para estímulos a padrões sustentáveis de produção e consumo.
3. Vai depender de uma mudança de comportamento, tem a ver com o dia a dia das pessoas e pouca gente sabe do que se trata.
4. O consumidor é o principal obstáculo na tarefa de reduzir o desperdício e mudar os padrões de consumo do planeta.
5. O consumidor precisa entender o que está acontecendo e precisa mudar o estilo de vida.
6. Os supermercados voltarem a distribuir sacolas plásticas.
7. O caso das sacolas é um ícone, as pessoas precisam sair da zona de conforto.
8. Na declaração final, chefes de Estado e de governo reconhecem como “fundamental” para o desenvolvimento sustentável a mudança nos padrões de produção e consumo.
9. Os países endossam o compromisso com iniciativas regionais para mudar padrões de consumo e produção.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, caderno especial Planeta Rio+20, publicada em 24/6/2012, p. H-2.

Nos enunciados do Quadro 77 acima, percebemos a produção de sentidos voltada para as responsabilidades do consumidor, que deve ajudar na solução da crise ambiental, e, por isso, a mudança do seu comportamento é a mais importante contribuição para práticas sustentáveis. O texto reforça a inaceitabilidade dos comportamentos insustentáveis dos sujeitos consumidores. Podemos perceber nesta análise que o DDS estabelece práticas e normas aos sujeitos de como devem ser e se comportar. Se os seus comportamentos não são condizentes com esse modo de fazer sustentável, eles devem ser modificados, alterados, transformados. Podemos perceber os discursos sobre a necessidade de educação dos sujeitos na Figura 34 a seguir, que traz o cartaz segurado por um manifestante como a foto principal da capa do jornal.

Figura 36 - Manifestante segura placa com frase sobre a importância da educação para mudar o mundo



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, caderno especial Planeta Rio+20, 24/6/2012, p. H-1.

A capa do caderno especial traz a fotografia acima (Figura 36) para ilustrar a matéria com a seguinte retranscrição: “Papel do consumidor”. Acima da foto, o olho da matéria diz: “O consumidor é o primeiro obstáculo para que a sociedade alcance um padrão de consumo sustentável. Na declaração final da Rio+20, países encampam iniciativas para mudar suas formas de produzir e de consumir”. Isso aponta para a identificação da educação como uma das instituições responsáveis pela distribuição, gerenciamento e apropriação dos discursos. Já no Quadro 77 a seguir, podemos ver enunciados na reportagem jornalística sobre ações voltadas para o objetivo de educar os sujeitos para um desenvolvimento sustentável formulados em eventos durante a conferência.

Quadro 78 — Enunciados sobre educar para ser sustentável

1. CNE quer aulas de sustentabilidade.
2. Entre os compromissos anunciados na Rio+20, está o incentivo para que a sustentabilidade seja abordada desde o ensino básico até a pós-graduação.
3. O Conselho Nacional de Educação apresenta proposta ao MEC e para a presidente da República para que o desenvolvimento sustentável seja ensinado em todos os níveis de educação e deve ser cobrado nas provas aplicadas pelo governo, no Enem e no Enade.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, caderno especial Planeta Rio+20, 23/6/2012, p. H-4.

Podemos perceber, portanto, a apropriação dos discursos sociais a partir da educação, que tem como objetivo educar os corpos e moldar comportamentos, neste caso,

“comportamentos sustentáveis”. Mas não são apenas as escolas as instituições responsáveis pela apropriação e gerenciamento dos discursos, pois a imprensa também desempenha esse papel institucional na sociedade. No caso em análise, destacamos uma campanha pública do jornal *O Globo*, desenvolvida em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) em escolas no Rio de Janeiro para a proteção de um espécime da fauna marítima. O jornal promoveu um concurso para designers para a elaboração de um cartaz sobre o tema “Mar sem lixo. Mar com Toninha”. O objetivo foi criar uma oportunidade de divulgação de uma campanha em prol da natureza e que envolvesse profissionais de arte e designers na divulgação de uma consciência ecológica (Figura 37).

Figura 37 – Campanha do jornal *O Globo* para jovens e crianças sobre proteção da fauna marítima



ALUNOS DO Colégio Sion participam de palestra sobre a preservação das toninhas em ciclo promovido pelo GLOBO

Jovens podem ajudar a preservar as toninhas

Ciclo de palestras em colégios do Rio ensina a diminuir poluição das praias

Alunos de diversos colégios da cidade, entre eles o Sion, no Cosme Velho, participaram nas duas últimas semanas do ciclo de palestras

“Quero ver toninha”, organizado pelo GLOBO em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). As palestras mostram a crianças e adolescentes como contribuir para preservar a toninha, espécie de cetáceo ameaçado de extinção. A ideia é estimular a mudança de hábitos, mostrando a importância de se reciclar mais e poluir menos, mantendo as praias saudáveis.

Entre os principais motivos do risco de extinção do golfinho estão a pesca indiscriminada com redes e a poluição dos mares. E o uso sustentável dos oceanos é um dos principais temas da Rio+20.

— É importante que, desde pequenos, os estudantes tenham noção do que representa a poluição no ecossistema marinho costeiro e ajudem a preservá-lo — explica o palestrante Cadu Eduardo Silva de Amorim, do Grupo de Estudos de Mamíferos Marinhos da Região dos Lagos (Gemm-Lagos). ■

Mar sem lixo. Mar com Toninha.

‘Quero ver toninha’ tem seu vencedor

Carlioca apaixonado e preocupado com o meio ambiente, o leitor Alexandre Esteves Neves, de 38 anos, é o vencedor do concurso de cartazes do GLOBO “Quero ver Toninha”. A seleção faz parte de uma campanha do jornal para preservar a espécie de golfinho mais ameaçada do Brasil, em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz e com apoio da ONG WWF-Brasil.

A ilustração de Esteves retrata uma toninha num mar com formas semelhantes ao desenho ondulado do calçado de Copacabana. Ela foi escolhida em meio a mais de 60 trabalhos que abordavam o tema “Mar sem lixo. Mar com Toninha”, inscritos entre os dias 29 de abril e 20 de maio. O júri reuniu designers renomados como a brasileira Lygia Santiago, o mexicano Alejandro Magalhães e o francês Alain Le Querrec, entre outros.

— A intenção do desenho é mostrar a integração do golfinho com o mar. É muito recompensador ter o meu trabalho entre os grandes do design mundial — comemora Esteves.

O vencedor, que é funcionário público formado em design, verá sua obra lado a lado com os cartazes sobre sustentabilidade de 30 designers do mundo, na exposição Global Mix, no Jardim Botânico.

— O concurso foi mais uma oportunidade de divulgação de uma campanha pró-Natureza. Uma possibilidade de envolver profissionais de arte e design na divulgação de uma consciência ecológica — completa Esteves.

Com curadoria do designer Felipe Taborda, a mostra acontece entre os dias 25 e 15 de julho, das 9h às 17h, no Galpão das Artes do Jardim Botânico.

— O público verá trabalhos com diferentes pontos de vista sobre um mundo sustentável. ■

CARTAZ de Alexandre Esteves, que será exposto no Jardim Botânico

Fonte: *O Globo*, Caderno Especial Rio+20, 16/6/2012, p. 7

Além do concurso, o jornal *O Globo* promoveu, junto com a Fiocruz, um ciclo de palestras sobre o tema “Quero ver Toninha”, para mostrar às crianças e aos adolescentes como contribuir para a preservação da Toninha, uma espécie de cetáceo (golfinho) ameaçado de extinção pela grande quantidade de lixo jogado no mar e pela pesca indiscriminada.

Quadro 79 — Enunciados sobre educar para a sustentabilidade na campanha de O Globo “Quero ver Toninha”

1. A ideia é estimular a mudança de hábitos, mostrando a importância de se reciclar mais, poluir menos, mantendo as praias saudáveis.
2. É importante que, desde pequenos, os estudantes tenham noção do que representa a poluição no ecossistema marinho costeiro e ajudem a preservá-lo.
3. Mar sem lixo, mar com Toninha.

Fonte: *O Globo*, caderno especial Rio+20, 16/6/2012, p. 7.

No Quadro 79 acima, vemos de forma clara o objetivo da educação para a sustentabilidade proposta a crianças e jovens envolvidos na campanha, e que o aprendizado de novos hábitos e comportamentos sustentáveis deve ser feito desde “pequenos”. Assim, a criança precisa ser educada desde os primeiros anos da escola, para moldar o seu corpo a partir das forças desse dispositivo. É preciso criar sujeitos sustentáveis que reaproveitem, que economizem, que reciclem.

A reportagem sobre os “consumidores verdes”, realizada pelo jornal *O Globo* e mostrada na Figura 36, retrata uma pesquisa realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Instituto Akatu, que teve como objetivo saber o que o brasileiro pensa da sustentabilidade. A pesquisa foi realizada de quatro em quatro anos, a partir de 1992, e foram ouvidas 2.300 pessoas em todo o país. Destas, apenas 5% se identificaram como maiores de 16 anos e alegaram desconhecer o significado do consumo sustentável. No entanto, o texto mostra que, apesar desse índice de jovens que não sabem o que significa o consumo sustentável, outros 5% podem ser classificados como “consumidores conscientes”, por observarem cinco dos 13 comportamentos cotidianos elencados pelo Instituto (Figura 37). Assim, o texto está mostrando o que é um consumidor sustentável a partir das práticas cotidianas que ele realiza, e não se ele sabe ou não o significado do conceito. Ou seja, pelo narrado no texto jornalístico, só é um consumidor sustentável quem separa o lixo para reciclagem, fecha a torneira quando não há consumo, apaga as luzes dos cômodos vazios, lê rótulos de produtos antes de decidir fazer a compra, sempre pede a nota fiscal, utiliza o verso das folhas de papel, espera os alimentos esfriarem antes de colocá-los na geladeira, desliga aparelhos que não estão em uso, compartilha ações sustentáveis com outras pessoas, compra produtos reciclados e orgânicos, planeja compra de alimentos e roupas. Podemos inferir, pela narrativa jornalística, que o “consumidor verde” só é consciente se praticar cinco desses 13 tipos de comportamentos.

Figura 38 – Fac-símile da abertura da página e infográfico da reportagem sobre comportamentos sustentáveis

OS 13 COMPORTAMENTOS SUSTENTÁVEIS

Para ser considerado um consumidor consciente é preciso cumprir **cinco deles**

- 1** Separar o lixo para reciclagem
- 2** A fechar a torneira quando não há consumo
- 3** Apagar a luz de cômodos vazios
- 4** Ler rótulos antes de decidir uma compra
- 5** Sempre pedir nota fiscal
- 6** Utilizar o verso das folhas de papel
- 7** Esperar que os alimentos esfriem antes de colocá-los na geladeira
- 8** Desligar aparelhos que não estejam em uso
- 9** Compartilhar informações sustentáveis com outras pessoas
- 10** Comprar produtos reciclados
- 11** Comprar produtos orgânicos
- 12** Planejar compras de alimentos
- 13** Planejar compra de roupas

FONTE: Instituto Akatu



JUNIONÁRIOS FAZEM reciclagem de materiais no Parque das Atletas: comprar produtos reciclados é um dos comportamentos sustentáveis

**OS 13
COMPORTAMENTOS
SUSTENTÁVEIS**

Para ser considerado um consumidor consciente é preciso cumprir cinco deles

1 Separar o lixo para reciclagem

Para dobrar o índice de 'consumidores verdes'

Fonte: *O Globo*, caderno especial Rio+20, 16/6/2012, p. 4

A partir dos sentidos suscitados nos enunciados acima, poderíamos conjecturar que o DDS precisa “esverdear” seus sujeitos ou criar “sujeitos sustentáveis”. Isso significa dizer que o dispositivo demanda a produção de um tipo de sujeito disposto a mudar seus hábitos de vida, além de ser sensível aos apelos ligados à promoção da sustentabilidade, pois ser “verde”, hoje, é estar ligado ao seu tempo. É estar fazendo parte do presente. Já aquele que não tem práticas sustentáveis não é permitido no nosso tempo. Mais do que a produção de uma subjetividade “verde”, “sustentável”, o que está também em jogo é a conexão indelével, arrebatadora desse humano às prerrogativas de um mercado que está se revitalizando, se renovando, se expandindo lucrativamente também com o “verde”.

A subjetivação da questão da sustentabilidade pode ser percebida em diversos enunciados analisados acima e na Figura 39 a seguir, na qual temos a fotolegenda de uma exposição artística realizada na praia de Botafogo durante a Rio+20.

Figura 39 - Fotolegenda de uma exposição sobre reciclagem na Praia de Botafogo, no Rio de Janeiro



Artista incita à reciclagem com obra de plástico

Obra de arte feita com garrafas de plástico foi montada ontem nas areias da Praia de Botafogo, na zona sul do Rio, tendo ao fundo o Pão de Açúcar. Além das escul-

turas feitas de material reciclável, foram instalados refletores para iluminar a obra, que traz também uma placa com os dizeres: 'recicle suas atitudes'. Outro artista, Beto

Richart, aguardava em frente ao hotel Fasano, em Ipanema, para dar ao ator e ex-governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, um retrato que fez do astro.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, caderno especial Planeta Rio+20, 20/6/2012, p. H-6.

A exposição de arte consistia em uma escultura de dois peixes gigantes feitos de materiais recicláveis e iluminados por uma luz especial. Dentro da escultura, o artista colocou uma placa com os seguintes dizeres: “Recicle suas atitudes”. A palavra reciclar, usada para medir comportamentos sustentáveis, é utilizada pelo artista para se referir às mudanças de comportamento dos sujeitos, que devem reciclar suas ações, suas práticas. Mostra que sujeitos sustentáveis reciclam os seus modos de agir para uma prática sustentável.

A reportagem “A voz da geração+20”, feita pelo jornal *Estado de S. Paulo* (Figura 40) com estudantes e convidados bem no início do mês de junho de 2012, já levava o selo da Rio+20. Uma antecipação clara do jornal, que buscava dar visibilidade e enunciar os eventos que se realizaria em duas semanas no Rio de Janeiro.

Figura 40 – Fac-símile da capa da matéria “O que pensam os nossos jovens”, com o selo da Rio+20



Fonte: O Estado de S. Paulo, caderno especial Planeta Rio+20, 3/6/2012, p. A-24.

A matéria de página inteira traz elementos interessantes para percebermos os modos de subjetivação do dispositivo ambiental.

Quadro 80 – Enunciados dos sujeitos sobre comportamentos sustentáveis

1. Lá em casa nossa alimentação é bem reaproveitada: usamos casca de banana para fazer brigadeiro, meu pai escova bem a cenoura para não desperdiçar a casca. Levo sacola para o supermercado, ando de bicicleta. Yasmin Neves, 19 anos.
2. A gente tem boiler e eu tomo banho frio para não desperdiçar a água até ela esquentar. Também separo o lixo. Na minha cidade tem um lixão em cima de um morro, e tenho medo de ser mais um Morro do Bumba (favela sobre um lixão onde um desmoronamento, em 2010, matou 267 pessoas). Caio Del Esporti, 19 anos.

- | |
|--|
| <p>3. Também tomo banho frio. Chuveiro elétrico gasta energia demais. Tem de fazer um sacrifício pessoal. O bom é que o banho fica mais rápido, gasta menos água. Em Porto Alegre, no Fórum Social, a gente só usou energia eólica e solar, e vi que é viável. O Brasil tem potencial para se abastecer só com energias limpas. Thomas Mendel, 19 anos.</p> |
| <p>4. Separo vidro e tentei fazer coleta de papel, mas na zona norte não dá. Lá em casa, somos dez, e nos esforçamos para baixar a conta de luz de R\$ 200. Não adianta ser hipócrita e dizer que é só pela ecologia, é uma economia também. Quando eu tinha 15 anos, fizemos – eu, minha mãe e umas vizinhas – coleta seletiva, de porta em porta, e com a venda do material conseguimos reformar o hall do prédio e o salão de festas. Mayara Rangel da Silva, 19 anos.</p> |
| <p>5. E muito hipócrita ver a Rio+20 acontecer, sabendo que o Rio tem os piores empreendimentos possíveis (em termos de impacto ambiental): (a siderúrgica) CSA, Comperj (Complexo Petroquímico do Estado do Rio). Julia Bustamante, de 19 anos.</p> |

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, caderno especial Planeta Rio+20, 3/6/2012, p. A-24.

Esse sujeito “sustentável” seria, então, aquele que é objetivado pelos modos de ver e de fazer, ou, aos modos de dizer de Deleuze (1999), pelas linhas de enunciação e de visibilidade, modulada pelas linhas de força do Dispositivo Desenvolvimento Sustentável. Esse sujeito é atravessado por uma profusão de imagens que conformam a necessidade de um mundo mais “verde”, mais sustentável – tanto aquelas imagens catastróficas (de florestas em chamas, de geleiras definhando) quanto aquelas “positivas” de experiências sustentáveis tidas como bem-sucedidas. Tal sujeito é também interpelado pelos mais diferentes discursos sobre sustentabilidade: os discursos legais, institucionais, governamentais, midiáticos, escolares e dos movimentos sociais.

Nos entrelaçamentos entre o visível e o enunciável, produzem-se os agenciamentos das subjetividades pelo dispositivo. Esses agenciamentos afetam a todos, sejam crianças, homens ou mulheres, sejam ricos ou pobres. Fischer (2002) acredita que podemos até falar de um dispositivo pedagógico da imprensa se considerarmos os modos pelos quais ela participa efetivamente da constituição dos sujeitos e das subjetividades, produzindo saberes que de alguma forma se voltam à educação das pessoas, ensinando-lhes a ser e estar na cultura em que vivem.

As linhas de subjetivação são responsáveis pela produção dos sujeitos por si mesmos, posicionando-os como sujeitos “falantes” e “confessantes”. Na subjetivação, o que está em jogo não é a relação da verdade sobre si mesmo, mas, pelo contrário, é a relação de verdade sobre si mesmo e o que ele mesmo deve produzir.

A partir dos enunciados analisados, percebemos que essa produção ativa é explicitada na posição do sujeito, no sentido de reproduzir os enunciados já dados sobre sustentabilidade e o seu comportamento em relação à questão ambiental nas práticas cotidianas. Essas práticas sociais são o resultado do entrecruzamento dos diversos discursos produzidos pelo dispositivo ambiental. Segundo essa lógica, é preciso “fazer sacrifícios”, economizar, reaproveitar, reciclar, e o sujeito é entrecruzado por essas práticas sustentáveis cotidianamente. Assim, a luta passa a ser a do sujeito consigo mesmo para a produção de si, mas é também nesses discursos que se cria o espaço no qual se torna possível a transgressão, a subversão e, nesse sentido, “o passar para o outro lado”, a produção de rotas de fuga e de escape (DELEUZE, 1996, 2005).

Para Marcello (2009), os modos de subjetivação envolvem necessariamente a produção de efeitos sobre si mesmo, mas não são meras atuações passivas do sujeito; pelo contrário, os processos de subjetivação indicam também possibilidades, (des)caminhos, fugas e subversão do próprio sujeito. Não estamos falando aqui de um sujeito livre, autônomo, soberano e criador de suas condições de existência, mas de um sujeito que pode criar as condições para escapar dos poderes e saberes do dispositivo ambiental para outro, possibilitando elementos de ruptura e de descontinuidade. Assim, a discussão sobre o Dispositivo Desenvolvimento Sustentável e dos modos de subjetivação foi fundamental para construir elementos caracterizadores desse dispositivo na atualidade e para perceber como essa estratégia de poder se perpetua e se manifesta nos discursos da imprensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As grandes mudanças ambientais globais têm ganhado cada vez mais visibilidade e enunciabilidade. Problemas como mudanças climáticas, camada de ozônio, redução da biodiversidade terrestre e marítima, poluição e catástrofes ambientais têm chamado a atenção para a crise ambiental como um fenômeno da Era Moderna. Neste trabalho buscamos compreender o Dispositivo de Desenvolvimento Sustentável (DDS) na sua emergência histórica, manifestação na cena pública e midiática e na contribuição da imprensa para a sua visibilidade, enunciabilidade, relações de forças e subjetivação no presente.

Como estratégia inicial, debruçamo-nos sobre o arquivo construído a partir das discussões a respeito das problemáticas ambientais, nas prévias e durante a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, para tentar perceber as regularidades discursivas por meio de processos de leitura. A definição de um recorte para as análises foi desafiadora, dado o tamanho do arquivo sobre a questão ambiental, que abrange desde antes da década de 1970 até os dias atuais. Na análise histórica, empreendida no Recorte Diacrônico (Etapa 1), percebemos que os problemas ambientais já estavam presentes na década de 1950, como resultado do grande crescimento econômico e da expansão global da industrialização da “Era de Ouro”, que trouxe consigo subprodutos indesejáveis e ameaçadores ao meio ambiente humano: a poluição e a deterioração ambiental.

O nevoeiro tóxico em Londres; o “Mal de Minamata” no Japão; os testes nucleares e o acidente de Chernobyl, somados aos constantes derramamentos de óleo nos oceanos, que exterminaram a fauna e a flora marítima, foram amplamente cobertos pela imprensa, possibilitando à população uma maior percepção de que estavam sendo expostas a riscos e perigos resultantes da modernização. Para Beck (2010), esse novo contexto social configura-se na Sociedade de Risco, caracterizada pelos efeitos de ameaças e perigos causados pelos processos da modernização e industrialização. Esses riscos e perigos, conforme o autor, passaram a compor o espaço de visibilidade pública desde os anos 1960 e nele ainda permanecem em decorrência das grandes conferências das Nações Unidas para o meio ambiente, iniciadas em 1972, em Estocolmo; seguida pela Rio-92, no Rio de Janeiro; e pela Rio+10, em Johannesburgo, na África; até chegar à quarta edição, a Rio+20, novamente no Rio de Janeiro. Esses eventos criaram visibilidades e enunciabilidades em nível mundial sobre os debates em torno de proposições e da busca de soluções conciliatórias sobre o desenvolvimento sustentável (MOURA, D., 2005).

A abordagem histórica foi guiada pelo constructo teórico-metodológico de Michel Foucault (1988, 2008, 2010b), principalmente na escolha de uma categoria que se tornou central no trabalho, o dispositivo. Partimos do conceito de dispositivo em Foucault, e das contribuições de Agamben (2005, 2014), Castro (2009), Deleuze (1996, 2005) e Veyne (2011), com o intuito de entender as relações poder-saber na constituição do sujeito, presentes na constituição dos elementos heterogêneos do que nos propusemos a designar como DDS. Como categoria, o dispositivo foi fundamental para esta pesquisa, pois, por meio dele, pudemos pensar o discurso com base nos estudos da obra de Foucault (1988, 2000, 2002, 2006, 2007a, 2007b, 2008, 2010a, 2010b, 2010c, 2012, 2014) e em autores que deram continuidade a essas pesquisas.

Veyne (2011) ressalta que muitas vezes as práticas discursivas foram mal compreendidas na obra foucaultiana, pois, a seu ver, quando diz discurso, na verdade Foucault está se referindo a “dispositivo”, que agrega tanto práticas discursivas como não discursivas. Para compor a compreensão do que procurávamos definir como DDS, lançamos mão também da grade analítica de Deleuze (1996, 2005), que possui uma visão multilinear da composição cartográfica do dispositivo, nas categorias de curvas de visibilidade e de enunciabilidade, assim como as linhas de força e de subjetivação, fundamentais para percebermos a constituição do poder-saber-sujeito desse dispositivo. Alertamos que nem Foucault nem Deleuze trabalharam com o conceito de DDS, pois esse é exatamente a proposta que fazemos nesta pesquisa, além de definir seu surgimento¹⁴³.

Podemos concluir neste momento que o DDS é fruto de uma emergência histórica suscitada pelos enunciados da ciência e pelos movimentos sociais ambientais, e ampliado pela mídia que lhe possibilitou uma grande visibilidade para a opinião pública. Foucault (2008) chegou a essa noção quando se dedicou ao escrutínio do “governo dos homens” (o governo dos outros) na década 1970, à operacionalização nas análises sobre os dispositivos de segurança (2008, 2010b) e aos dispositivos da sexualidade (1988), tornando o dispositivo uma categoria técnica importante em sua obra. Uma noção complexa, reunindo tanto as dimensões de poder como de saber para chegar à subjetivação (DREYFUS; RABINOW, 2010). A preocupação de Foucault, após a *Arqueologia do Saber* ([1969]2007b), era com as práticas na modernidade, as atitudes a constituírem um *ethos*, que poderia ser identificado para ver, no presente, no que os homens se tornaram, ou, aos modos de dizer de Deleuze (1996), perceber

¹⁴³ Uma primeira tentativa de aproximação do conceito do Dispositivo de Desenvolvimento Sustentável (DDS) foi realizada na busca dos modos de subjetivação perceptíveis em uma breve análise realizada em matérias do jornal *O Estado de S. Paulo*, mas desenvolvido plenamente com as linhas de força e as curvas de visibilidade e enunciabilidade nesta tese (SILVA; SOUSA, 2013).

no atual não o que somos, mas no que vamos nos tornando. Assim, o dispositivo ajuda-nos a ver como e o que os homens fazem (a homogeneidade), as relações de domínios sobre os objetos (o saber), a ação com os outros (o poder) e as relações consigo mesmo (a ética).

Esta pesquisa desenhou esse caminho metodológico para identificar a emergência histórica do dispositivo, as curvas de enunciabilidade e visibilidade, as linhas de forças e de subjetivação no processo de produção e circulação dos discursos presentes no arquivo, expressos nos elementos heterogêneos e no jornalismo. Desse modo, identificamos e denominamos, nesse ir e vir das Etapas 1 e 2 (Análise Diacrônica) e da Etapa 3 (Análise Sincrônica), as linhas de forças percebidas na composição do DDS, a partir das leituras dos jornais e dos documentos aqui analisados. A definição dessas linhas de força foi importante, pois elas são atualizadas pelo saber e fazem ver e falar sobre o dispositivo, além de influenciarem as práticas e comportamentos dos homens. Elas foram identificadas ao longo da análise a partir dos textos jornalísticos e dos documentos históricos.

Quatro linhas de forças foram identificadas nos enunciados produzidos nos pontos singulares, resultados dos embates, lutas e resistências em torno da questão ambiental, tanto na análise Diacrônica como na Sincrônica: *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista*, *Linha de Força Conservacionista*, *Linha de Força Científica Ecológica* e *Linha de Força Equidade Social e Ambiental*. Elas foram forjadas nas estratégias empreendidas na ação de uns sobre os outros e nas resistências nos diversos espaços de disputas políticas, sociais e econômicas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. Na análise, essas linhas foram percebidas como em constante competição e movimento, de modo a se entrecruzarem, se fissurarem e se bifurcarem na composição do DDS.

E como representam diferentes ações estratégicas que buscam se tornar vencedoras, essas linhas de força instauram um jogo de poder para alcançar, cada uma, o seu objetivo. Mas também encontram resistências, os denominados “interlocutores inflexíveis” do poder, e precisam se ajustar e criar novas estratégias de ação. Desse modo, a *Linha de Força Desenvolvimentista Economicista* alicerça-se na força motriz de um desenvolvimento apoiado na ideia de crescimento econômico contínuo, fundado na lógica do aumento da renda *per capita*, para possibilitar altos padrões de consumo de grandes reservas naturais e recursos. Essa linha também se ajusta quando insere, nos seus processos de aferição de riquezas, índices comparativos para classificar o grau de desenvolvimento humano entre os países e nos países. É o que expressa o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), relacionado à outra linha de força, a *Equidade social e ambiental*, diametralmente oposta e baseada na visão de que o crescimento econômico deve gerar desenvolvimento e também a diminuição das

grandes desigualdades entre e nas nações e as gerações que virão. O jogo de poder se ajusta quando agrega o “PIB verde”, medida de aferição do crescimento econômico que inclui as consequências e o impacto no meio ambiente e nos recursos naturais, inerente à *Linha de Força Científica Ecológica*. Isto posto, podemos perceber essas linhas em movimento, entrecruzando-se, fissurando-se e movendo-se em várias direções.

O meio ambiente e o desenvolvimento, desde a Conferência de Estocolmo, vêm sendo colocados juntos, e, no “Relatório Brundtland” (CMMAD, 1991), essas duas noções foram fundidas em um binômio multidimensional, ampliando a abrangência e o poder do DDS. Com esse documento, elaborado por uma comissão e mediante a contribuição de pesquisadores, políticos e também da comunidade de diversos países, a concepção de desenvolvimento sustentável ganha força e passa a agregar dimensões de ordem econômica, social, espacial, cultural, ecológica e também ética, nas suas multidimensionalidades. Essas dimensões podem ser vistas como estratos, sedimentos, como camadas de saber operando clivagens e orientações sobre um objeto (DELEUZE, 2005).

Desse modo, percebemos a construção do DDS nas quatro linhas de força em disputa, em convergência, que se bifurcam e derivam uma da outra. Assim, o DDS, nas suas variadas dimensões, leva-nos à identificação de um ethos, de um valor moral sobre a responsabilidade do homem com o meio ambiente humano: a busca de qualidade de vida e de equidade social entre as nações e para as gerações atuais e futuras. Um valor a ser perseguido, em atitudes e comportamentos, mas também em políticas para o desenvolvimento sustentável.

A análise da cobertura jornalística da Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente, a Rio+20, buscamos perceber a manifestação do DDS no presente, com base no olhar dos ditos do passado. Deste modo entendemos o importante papel do jornalismo em retomar o passado no presente por meio da memória. E como já sugeria Bergson (1938 *apud* DOSSE, 2013, p. 91) não há ruptura entre passado e presente, mas estes dois tempos estão imbricados. Desta forma, é importante esclarecer que os dois movimentos analíticos (Sincrônico e Diacrônico) foi um recurso didático para operacionalizar a análise, o que não implica numa dicotomia ou ruptura entre o que foi dito no passado e no presente e, portanto, o Sincrônico não é a-histórico. Deste modo, a análise realizada no presente está constituída do passado através das linhas de forças. As linhas de forças só foram identificadas na constante movimentação e leitura dos textos jornalísticos do presente e dos documentos do passado. Sem esse ir e vir na análise não seria possível a formulação destas linhas de forças. A análise dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* apontou-nos elementos de

saber-poder e subjetivação, como resultado de relações de forças empreendidas dentro e fora da conferência.

A Rio+20 foi um megaevento, que contou com a participação de milhares de pessoas, advindas de todas as partes do mundo, nas plenárias oficiais, nos eventos paralelos, formando um imenso campo produtor de curvas de visibilidade e de enunciabilidade. O evento foi um espaço do visível e do dizível criado pelas Nações Unidas com o objetivo de criar políticas e compromissos entre os países, como também engajá-los nas mudanças de práticas e comportamentos cotidianos da sociedade civil. Para tanto, a ONU criou os *Major groups*, responsáveis pelo direcionamento de políticas e compostos por grupos prioritários: industriários e negociantes, jovens e crianças, agricultores, povos indígenas, autoridades locais, organizações não governamentais, comunidade científica e tecnológica, mulheres, trabalhadores e organizações sindicais.

Essa arena permitiu que entrevíssemos a intensificação das relações de poder na multiplicação dos discursos, identificadas nas curvas de enunciabilidade e visibilidade da cobertura da negociação do documento Rio+20 e dos protestos de rua no Rio de Janeiro contra o documento “O Futuro que Queremos”, por não haver incluído ações políticas para o equacionamento da crise ambiental e social. Na cobertura, pudemos perceber a luta travada entre representantes de diferentes nações com o objetivo de se apoderar do discurso, pois, como afirma Foucault (2002, p. 10), “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. Um discurso que precisa ser controlado, selecionado, organizado e redistribuído em determinados procedimentos, que têm como objetivo conjurar seus poderes e perigos. O resultado do documento final da Rio+20 é um exemplo desse apoderamento que conjura os poderes e os perigos do discurso.

O jornalismo se apresentou no trabalho como um importante elemento que “faz falar e faz ver” o DDS, demonstrando a sua capacidade de amplificação através das notícias não só no sentido de informar sobre o acontecimento Rio+20 e o dispositivo DS, mas como parte integrante dele, o que pudemos perceber nas visibilidades e enunciabilidades sobre os textos jornalísticos nesta pesquisa. Esse atributo de amplificação do jornalismo (Nora 1974 *apud* DOSSE, 2013, p. 260) é intrínseco a natureza dos acontecimentos que o jornalismo transmite. As notícias analisadas nos apontam para a possibilidade de que sujeitos tiveram uma percepção sobre a Conferência Rio+20 e os temas abordados nela (Park *apud* BERGANZA ONDE, 2008) e esta percepção sobre a questão ambiental foi atravessada pelo DDS, levando

os sujeitos a uma interpretação sobre suas próprias condutas cotidianas, a partir do direcionando da atenção destes para determinados acontecimentos e temas, e outros não.

Deste modo, percebemos o jornalismo como um lugar discursivo (ZAMIN E SCHWAAB, 2007; RINGOOT, 2006), atravessado por outros lugares no seu processo de produção de sentidos. No lugar discursivo do jornalismo coexistem e interagem diversos enunciados (o dos jornalistas, o das fontes e o dos públicos). Estes enunciados submetidos a uma ordem discursiva jornalística se modificam, se expandem, se bifurcam e se atualizam no seu processo de produção. Nesta ordem discursiva, os jornalistas instauram um objeto de saber, enunciados e estratégias, na busca de regular as múltiplas dispersões, dos diversos enunciados sobre a questão ambiental que o atravessa, na sua constante relação com as fontes e com os públicos, sejam eles imaginados, sondados, quantificados, na definição da informação e, conseqüentemente, sobre os modos de produção da notícia e até sobre os valores que lhe são atribuídos. Os saberes “de conhecimento” e “de crenças” (CHARAUDEAU, 2010) constituintes do jornalismo, na sua busca por legitimação e na criação de um “efeito de verdade”, apontam para um jornalismo que contribui para a construção de sentidos e uma “verdade” sobre o problema ambiental.

Se dispositivos produzem sujeitos, buscamos compreender que sujeitos foram produzidos pelo DDS, ou seja, a que modos de subjetivação os sujeitos foram submetidos pelo “lado de fora”, pelas linhas de força que compõem o dispositivo. Percebemos esse sujeito sendo atravessado pelas quatro linhas de forças, que geraram sujeitos falantes e “confessantes”, recodificados em um saber moral, um novo ethos. Um “sujeito sustentável” interpelado pelos discursos que circulam nas instituições do DDS sobre o que é ou não sustentável.

Assim concluimos que o DDS, aqui identificado e mapeado historicamente na cobertura da Conferência Rio+20, emergiu da crise ambiental gerada pela industrialização global nos anos 1950, ganhou força, visibilidade e enunciabilidade, por conta do temor da população ante a destruição do ambiente humano pelas armas nucleares e pela deterioração do meio ambiente, da popularização dos enunciados científicos sobre os riscos e perigos gerados pela C&T, pela predominância de uma lógica econômica de superexploração dos recursos naturais e pela força dos movimentos sociais. No PNUMA e em diversos outros eventos, nos acordos multilaterais, assistimos o DDS se institucionalizar e criar as condições de sua permanência no âmbito da governança global, efetivada pelos órgãos das Nações Unidas para o meio ambiente e nas institucionais locais, regionais, nacionais e internacionais.

O DDS produz sujeitos sustentáveis entrecortados pelo dispositivo, gerando práticas, comportamentos, atitudes de um ethos na relação com o meio ambiente. O entrecruzamento do visível, do enunciável e das relações de poder do dispositivo produzem agenciamentos dos sujeitos, que geram práticas e “comportamentos sustentáveis”, tais como preservar, reaproveitar, reciclar, economizar e consumir produtos que não afetem o meio ambiente. Essas práticas estão no cotidiano, nos modos de fazer e de organizar a rotina, nos relacionamentos com o meio ambiente humano e nas relações do sujeito consigo mesmo.

Como não podemos pensar qualquer coisa em qualquer momento, esta análise está dentro das fronteiras do discurso sobre o DDS, do aquário do qual também fazemos parte, dentro das suas fronteiras pouco nítidas e imperceptíveis nos seus limites, pois estamos submersos nele. E como destaca Veyne (2011), o aquário, ou discurso, é o que poderíamos chamar de *a priori histórico*, entendido não como algo imóvel a tyrannizar o pensamento humano, mas sim como “passível de mudança”, da qual “nós mesmos terminamos por mudá-lo”. Contudo, ressalta o autor que esse aquário “é inconsciente” e os “contemporâneos sempre ignoraram onde estavam seus próprios limites e nós mesmos não podemos avistar os nossos” (p. 50).

O procedimento metodológico empreendido nos recortes Anacrônico e Sincrônico, por estar vinculado a determinado tempo histórico, não assegura certezas decisivas, tal como ocorre com o modelo cartesiano de compreensão do objeto da pesquisa. Por ser o discurso uma narrativa, um fluxo, ele não é fechado e muito menos completo (MOURA, D., 2005). Ao nos colocarmos na situação de transitar entre e sobre as linhas constitutivas do DDS, estamos cientes de que a análise realizada, nos sentidos apreendidos nos fluxos discursivos de períodos históricos distintos (diacronia, sincronia) e em condições de produção diversas, não nos possibilitam certezas contundentes. E por mais que tenhamos procurado uma maior precisão, reconhecemos sua incompletude inerente à linguagem, com seus silenciamentos. São enunciados que não irão compor a memória histórica por terem sido silenciados, não receberam luz suficiente para se tornarem perceptíveis, visíveis. A própria pesquisa carrega essa incompletude e apresenta-se como um final provisório, carregado de enunciados plenos de sentidos identificados nos movimentos analíticos diacrônico e sincrônico, mas também de enunciados que não foram evidenciados, pois silenciados. Essa incompletude inerente aos discursos mostra-nos que não é possível dizer tudo e que os sentidos podem mudar a depender da constituição histórica e das relações interdependentes entre os enunciados.

Esta pesquisa aponta novos horizontes que podem ser buscados para ampliar, ainda mais, a nossa compreensão sobre o DDS e seus processos de permanência e mudanças.

Acompanhando a cobertura da imprensa sobre os temas ambientais, podemos perceber como ela se configura como um dispositivo educativo.

Seria pertinente, ainda, fazermos uma comparação da cobertura sobre o DDS da imprensa tradicional com a da imprensa alternativa, para verificar as diferenças, os pontos convergentes ou divergentes, mas, principalmente, identificar quais linhas de forças estão presentes e como elas se configuram nesses dois tipos de imprensa. Isto poderia ajudar a entender como a imprensa, em um escopo maior de pesquisa e em veículos diversos, tais como revistas, telejornais, internet, entrecruzada pelo DDS, gera subjetivações e, o mais importante, se e como possibilita rotas de fugas e de escape aos sujeitos das relações estratégicas de poder. Tal investigação certamente nos traria elementos sobre os modos de subjetivação aos quais estão submetidos os sujeitos. Por fim, esta pesquisa é um ponto de partida para desdobramentos sobre a presença desse fenômeno moderno, o DDS, e para a compreensão de como ele se configura, cruza outros dispositivos e sujeitos, pois esses são dados que podem nos ajudar a entender o “homem” em que estamos nos tornando no presente e no qual viremos a ser.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.

AGAMBEM, Giorgio. **O amigo & o que é um dispositivo**. Chapecó/SC: Argos, 2014.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editora, 2004.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. **Revista Aula - Dossiê Foucault**. Campinas/SP, n. 7, p. 1-24, dez/2006-março/2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/14.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

BADARÓ, Celeste Cristina Machado. Os quarenta anos do Maio de 1968. **Conjuntura internacional**. Belo Horizonte, ano 5, n. 14, p. 1-3, 2008. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC2008>. Acesso em: 16 jul. 2015.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudança na agenda 21. 9 ed. Petropolis/RJ: Vozes, 2007.

BARONAS, Roberto Leiser; AGUIAR, Gisele Freitas. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1995, p. 11-71.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco** – rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BENETTI, Márcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virginia P. da S. (Orgs). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. v. 1. Florianópolis: Insular, 2010, p. 143-164.

BERGANZA CONDE, Maria. Hacia una recuperación del pensamiento de los pioneros: el concepto de comunicación en la teoría sociológica de Robert E. Park. **Comunicación y Sociedad**. v. 12, n. 1, Madrid, p. 49-76, 1999.

BERGANZA CONDE, Maria. **Comunicación, opinión pública y prensa en la sociología de Robert E. Park**. Madrid/Espanha: Centro de Investigaciones sociológicas, 2000. (Colección Monografías 177).

BERGANZA CONDE, Maria. A contribuição de Robert Ezra Park. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 15-32.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. Um diagnóstico precoce do poder dos jornais. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 7-13.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

CAMPOS, Beatriz Santamarina. **Ecologia y poder: el discurso meioambiental como mercancia**. Madri/Espanha: Catarata, 2006.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa** [1962]. 3ª reimp. São Paulo: Editora Gaia, 2013.

CASTELLS, Manuel. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista. In: CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 141-168.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CIENCIA HOJE. **Pesticidas: um mal necessário?** Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/terra-em-transe/pesticidas-um-mal-necessario>>. Acesso em: 4 dez. 2015.

CORAZZA, R. I. Contribuições selecionadas ao debate sobre os Limites do Crescimento à luz de idéias de Georgescu-Roegen. *Economia*, Brasília, v. 6, n.2, p. 435-461, 2005.

CORAZZA, Rosana Icassatti; ARAÚJO, Telma. A reinvenção de Malthus no renascimento do ambientalismo. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia/MG. v. 24, n. 1, 2010. Acesso em: 5 maio 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/2130>>.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

CRISPIM, Renata Borges. **Greenpeace: a guerrilha midiática como estratégia**. 2003. 105 f. dissertação de mestrado (Mestrado em Comunicação). Curso de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2003.

D'AMATO, Claudio; TORRES, João P. M.; MALM, Olaf. DDT (dicloro difenil tricloroetano): toxicidade e contaminação ambiental uma revisão. **Química Nova**. São Paulo, v. 25, n. 6a, p. 995-1002, nov. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=>

sci_arttext&pid=S0100-0422002000600017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 nov. 2016.

DIAS, Maria S. de A.; PARENTE, José R. F.; VASCONCELOS, Maristela I. O; DIAS, Fernando A. C. Intersetorialidade e Estratégia Saúde da Família: tudo ou quase nada a ver?. **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4371-4382, 2014.

DIAS, Paulo da Rocha. Preâmbulo do tradutor. In: PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos.. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 1, n. 2, 2004, p. 13-29.

DIEGUES, Antonio Carlos S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis – da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n. 6 (1-2), p. 22-29, jan./jun. 1992.

DINES, Alberto. **O papel do jornal** – uma releitura. 7. ed. São Paulo: Editora Summus, 1986.

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Veja – Passagens, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador entre Esfinge e Fênix. Tradução Constancia Morel. São Paulo: Unesp, 2013.

DREYFUS, Hubert, L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; RÜDIGER, Francisco. Pesquisa em comunicação no Rio Grande do Sul: notas para sua avaliação e ordenamento. **Revista Famecos**. Porto Alegre, p. 77-94, 1996.

ERLICH, Paul. **The population bomb**. New York: Rivercity Press, 1968.

FAUSTO NETO, Antônio. AIDS recepção: a contaminação da AIDS pelos discursos sociais. **Revista Famecos**. Porto Alegre, n.13, p. 94-102, dez. 2000.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Editora Intermeios, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na. **Educação e pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 151-162, 2002.

FLEIG, Mario. Resenha de: HYPPOLITE, J. 2003. Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel. São Paulo: Discurso Editorial, 645. **Revista de Filosofia**. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 202-205, maio/ago., 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura** [1961]. São Paulo: Editora Perspectiva: 1978.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia, a história. In: Foucault, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 260-281. (Coleção Ditos e Escritos II)

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O que é o autor? In: Foucault, M. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298. (Coleção Ditos e Escritos III)

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 273-295.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c. Coleção Ditos e Escritos IV.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana (Orgs). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FRANZONI, Sabrina; RIBEIRO, Daiane B.; LISBOA, Sílvia S. de M.. A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso. Revista Verso e reverso, São Leopoldo/RS, volume XXV, n. 58, janeiro-abril, 2011. Acesso em: 9 set 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/viewFile/789/145>.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. Risco, confiança e reflexividade. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1995, p.219-234.

GOLDBLATT, David. **Teoria social e meio ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos/SP: Claraluz, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

GUILHAUMOU, Jacques. Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente. In: BARONAS, Roberto Leiser; AGUIAR, Gisele Freitas. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 105-118.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3 ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 161-183.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons. **Science**. v. 162, p. 1244-1248, 1968.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 6 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

HELENE, Maria E.M. **A radioatividade e o lixo nuclear**. São Paulo: Scipione, 1996

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOHLFELDY, Antonio; VALLES, Rafael R. **Conceito e história do jornalismo brasileiro na “revista de comunicação”**. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 2008. Coleção Nupecc. v. 2. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/conceitoehistoria.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2016.

KUNSCH, Margarida M. Krohling; DENCKER, Ada de Freitas Maneti (Orgs.). **Produção científica brasileira em comunicação: década de 1980**. São Paulo: Intercom/ECA-USP, 1997.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Estocolmo, Rio, Johannesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco, 2006.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Conferências de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: FUNAG, 2013.

LEAL, Bruno Souza; JÁCOME, Phillip. Outros agentes na comunidade interpretativa do jornalismo. **Revista Rumores**. São Paulo, v. 7, n. 14, 2013, p. 45-61. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/69429-91911-1-SM%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/69429-91911-1-SM%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2013.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (Orgs). **Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos**. Florianópolis: Insular, 2011. V. 2

LIMA, Rodrigo Torres de Araujo. A participação da sociedade civil organizada na formulação da política externa brasileira: as conferências sociais da ONU da década de 1990. 2009. 116f. Dissertação Mestrado (Mestrado em Relações Internacionais). Curso de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2009.

LIPPMAN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Elias. O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em jornalismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 2, n. 1, 2005, p. 23-34. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2086/1826>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

MACHADO, Roberto. **Foucault: a ciência e o saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MACHADO, Vilma de F. **A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. Brasília, 2005. 328. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. p. 63-64.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas/SP: Pontes, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas/SP: Ponte/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 199-213, jan./jun. 2004.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. **Revista Currículo sem Fronteiras**. v. 9, p. 226-241, 2009.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo (Orgs). **Jornalismo e acontecimento: diante da morte**. v. 3. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, Luiz A. M. **Da disciplina ao controle: tecnologias de segurança, população e modos de subjetivação em Foucault**. 2007. 90f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Biblioteca on-line de Ciência da Comunicação**. BOCC, Portugal. 1997. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2012.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virginia P. da S. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-42.

MELO, José Marques de. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo: Paulus, 2003.

MELO, José Marques de. Pensamento jornalístico: a moderna tradição brasileira. v. 30. São Paulo: Intercom, 2007.

MELO, Isabelle Anchieta. A notícia como forma de conhecimento segundo Robert Park. **Biblioteca on-line de Ciência da Comunicação**. BOCC, Portugal. 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-noticia-como-forma-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

MELO, Isabelle Anchieta. O paradoxal estatuto do conhecimento jornalístico: entre a desconsideração e o protagonismo do saber produzido pelas notícias nas sociedades modernas. v. 34, n. 2, p. 157-174, jul./dez. 2011. São Paulo: Intercom – RBCC.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn [1974]. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Vega, 1999. p. 34-51.

MORAES, Ângela Teixeira. **Jornalismo e educação - (des) encontros discursivos**. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2013.

MORAES, Ângela Teixeira. **O discurso jornalístico sobre educação em Pensar**. 2012. 236f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012

MOREIRA, Sônia Virgínia. Trends and new challenges in journalism research in Brazil. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. 2, p. 9-24, 2005.

MOURA, Dione O. **Do campo científico ao jornalismo científico**. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação. 184f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

MOURA, Dione O. A popularização da informação científica na Sociedade de Risco: em busca do diálogo. *Comunicação e Espaço Público*, Brasília, v. vi, p. 52-64, 2003.

MOURA, Dione O. A institucionalização da Pesquisa em Jornalismo e a criação da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia** Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 211-215, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2082/1824>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

MOURA, Dione O. El Ingreso de la 'Comunicación de Riesgo' en los Media Globales: la Creación de una Agenda sobre Lo que Observar. **Razón y Palabra**, Cidade do México, v. 43, n. fev./mar. p. 1-10, 2005. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n43/doliveira.html#au>>. Acesso em: 1º ago. 2016.

MOURA, Dione O. O 'sincrônico', o 'diacrônico', o acontecimento e a errância de sentidos na análise do discurso jornalístico. **Revista Comunicação e Informação**. v.12, n. 2, p. 63-73, jul./dez., 2009.

MOURA, Dione O. A notícia na composição de *corpus* da pesquisa em jornalismo. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia Leal (Orgs.). **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 15-37.

MOURA, Maria Betânia do Socorro Moura. Memória discursiva em Foucault e acontecimento jornalístico. **Biblioteca on-line das ciências da Comunicação**. 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moura-maria-betania-memoria-discursiva-em-foucault.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

MOURA, R. M.; Rachel CARSON: os agrotóxicos, 45 anos após Primavera Silenciosa. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma**. Recife, v. 5, p. 44-42. 2009. Acesso em: 2 nov. 2015. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/19284/1/Moura.pdf>

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NEDER, Vinicius. **Jornalismo e exclusão social: análise comparativa nas coberturas sobre crianças e adolescentes**. 2009. 182f. Mestrado (Mestrado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Os "Limites do Crescimento" 40 anos Depois. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 1, n. 1, p. 72-96, 2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PARK, Robert E. A história natural do jornal (1929). In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 33-50.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento (1945). In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 51-70.

PARK, Robert E. A notícia e poder da imprensa (1947). In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71-82.

PEDROSO, Rosa Nívea O jornalismo como uma forma de narração da história do presente: uma interpretação da tese de doutoramento em periodística de Tobias Peucer. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 61-72, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2073/1815>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

PERUZZO JUNIOR, Léo. O conceito filosófico de Wittgenstein. **Kalagatos – Revista de filosofia**. Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 91-107, 2009.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. Tradução de Paulo da Rocha Dias. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 13-29, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2070/1812>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Revista Trajectos**, Lisboa, n.6, 2005, p. 59-75.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense/Gen, 2011.

RINGOOT, Roselyne. Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre Jornalismo? **Comunicação e Espaço público**. Ano IX, n. 1-2, p. 133-139, 2006.

Sachs, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 1993.

SANTOS, Boaventura S. **Pelas mãos de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 20. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011.

SARGENTINI, Vanice. A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser; AGUIAR, Gisele Freitas. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 215-222.

SARGENTINI, Vanice; SÁ, Israel de; RIBEIRO, Jocenilson. Da análise das sequências discursivas à leitura do arquivo: movimentos teóricos da Análise do discurso. In:

FERNANDES, Cleudemar Alves; NAVARRO, Pedro. **Discurso e Sujeito**: reflexões teóricas e dispositivos de análise. Curitiba: Appris, 2011. p. 233-245.

SEYNES, Philippe de. La Controversia de los “Futuros” en las Naciones Unidas. **Revista da CEPAL** n. 3, 1977.

SILVA, Luiz Martins. Jornalismo, espaço público e esfera pública, hoje. **Revista Comunicação e espaço público**. Brasília, n. 1-2, ano IX, p. 36-47, 2006.

SILVA, Noêmia F. A Contribuição e o Pioneirismo de Robert Ezra Park nos Estudos de Jornalismo e da Comunicação. **Estudos**. Goiânia. (Online), v. 38, p. 679-692, 2012. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/view/2333/1429>>. Acesso em: 4 maio 2015.

SILVA, Noêmia Félix; SOUSA, Kátia Menezes de. O conceito de dispositivo em Foucault: a emergência histórica do dispositivo do desenvolvimento sustentável e a construção das subjetividades. **Revista Scripta Uniandrade**. Curitiba, v. 11, n. 1, p. 85-107, jan/jun. 2013.

SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 18, p. 56-69, dez. 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media. 2. ed. Porto/Covilhã: Universidade da Beira Interior, **Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação**. BOCC, Portugal, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da teoria do jornalismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 31-47, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2071/1813>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

SOUSA, Kátia Menezes de; INÁCIO, Elissandro Martins. Os sentidos dos acontecimentos no jogo discursivo liderado pela mídia. Seminário de Estudos em Análise do Discurso. **Anais do II SEAD** – Seminário de Estudos em Análise do discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/Anaisdosead/sead2.html>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

SOUSA, Kátia Menezes; LIMA, Josiane dos Santos. O projeto arqueológico e a possibilidade de ver e dizer na mídia. **Revista Signum**: estudos da linguagem. Londrina, v. 16/1, p. 77-98, jun. 2013.

STASSUN, Cristian C. S.; ASSMANN, Selvino J. Dispositivo: fusão de objeto e método de pesquisa em Michel Foucault. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinares em Ciências Humanas**. v. 11, n. 99, p. 72-92, jul./dez. 2010.

STONE, R. Living in the shadow of Chernobyl. **Science**. v. 292, p. 420-426, 2001.

STRELOW, Aline. A pesquisa em história do jornalismo no Brasil - 2000 a 2010. **Revista Brasileira de História da Mídia**. v. 2, n. 1, 2015.

TAMBOSI, Orlando. Tobias Peucer e as origens do jornalismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 49-59, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2072/1814>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

TÖNIES, Ferdinand. Opinião pública e “a” opinião pública. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). v. 1. **A era glacial do jornalismo**. Porto Alegre/RS: Sulina, 2006. p. 94-154.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo** - porque as notícias são como são. v.1. Florianópolis: Insular, 2004a.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística: uma comunidade transnacional**. Portugal: Universidade da Beira Interior, 2004b.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. v.2. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2005b.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, J. P. (Org.). **Comunicação e sociedade**. Lisboa: Livros Horizontes, 2002. p. 94-104.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia** – estudio sobre la construcción de la realidade. Barcelona/Espanha: Ed. Gustavo Gili, 1983.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VEIGA, José Eli da. A desgovernança mundial da sustentabilidade. São Paulo: Editora 34, 2013.

VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; Silva, Gislene (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais**. v. 4. Florianópolis: Insular, 2013.

WARD, Barbara; DUBOS, Rene Jules. **Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta**. São Paulo: Edgard Blücher, Melhoramentos, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

WEBER, Max (1910). Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**. v. 1. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 34-44.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. O conceito de acontecimento na pesquisa em história da educação. **Educação & Realidade**. v. 28, n. 1, p. 49-63, jan./jul. 2003.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1995.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004.

ZAMIN, Ângela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos: Mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set./dez. 2014.

ZAMIN, Angela; SCHWAAB, Reges. As relações entre lugar discursivo e efeitos de sentido no discurso jornalístico. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC). Florianópolis, v. 4, p. 33-41, 2007.

ZELIZER, Barbie. Journalists as interpretive Communities. **Critical Studies in Mass Communication**. v. 10, n. 3, 1993, p. 219-237.

DOCUMENTOS

CASTRO, Araújo. **Discurso na XVIII**. Assembleia Geral das Nações Unidas em 1963.

CEPAL (1971a). ST/ECLA/CONF.40/L.2: **El medio ambiente humano y el desarrollo economico em América Latina**. Seminario regional latinoamericano sobre los problemas del médio ambiente humano y el desarrollo. Consejo Economico y Social. México.

CEPAL (1971b). ST/ECLA/CONF.40/L.3: **El desarrollo y el médio ambiente**: Seminario regional latinoamericano sobre los problemas del médio ambiente humano y el desarrollo. Consejo Economico y Social. México.

CEPAL (1971C). ST/ECLA/CONF. 40/L.4: **Informe del secretario general**. Consejo Economico y Social. México.

CEPAL (1972). Int/2299. Resultados de la conferencia de las naciones unidas sobre el medio humano.

CEPAL (1973). E/CN.12/957: **Actividades de la CEPAL respecto al programa de las Naciones Unidas sobre el médio ambiente**. Nota de la secretaría. Quito, Equador.

CMMAD (1991). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (1972a). **Relatório da delegação brasileira à conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente** (mimeo). Brasília, 1972. V. 1.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (1972b). Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano. In: **Relatório da delegação brasileira à conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente** (mimeo). Brasília, 1972. V. 2, p. 32-69.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2010). **Implementação da Agenda 21, do Programa para o Prosseguimento da Implementação da Agenda 21 e dos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas A/RES/64/236)**. Disponível em: <http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/Resolu%C3%A7%C3%A3o-64-236-da-Assembl%C3%A9ia-Geral-da-ONU-traduzida.pdf>, 31 março 2010. Acesso em: 18 out. 2016.

NAÇÕES UNIDAS (1968) **Resolução 2398**. Resolutions adopted by the General Assembly during its 23rd session, 24 September-21 December 1968. - A/7218. - 1969. - p. 2-3. - (GAOR, 23rd sess., Suppl. no. 18).

NAÇÕES UNIDAS (1972a) A/CONF. 48/14/Rev.1: **Informe de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Humano**. Estocolmo, 5 a 16 de junio de 1972. Nova York.

NAÇÕES UNIDAS (1972c). Int/2366. **Curso de planificación regional del desarrollo**. Consejo Economico y Social. 3 junio al 6 de octubre de 1972. Santiago

NAÇÕES UNIDAS (2012). **O futuro que queremos**. Rio de Janeiro: ONU, 2012. Disponível em: < <http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html>>. Acesso em: 11 out. 2016.

PNUMA. **Perspectivas do Medio Ambiente Mundial 2002, GEO 3**. Brasília/DF: Ibama, 2004.

UNESCO. El año geofísico internacional. Werner buedeler, 1957. Disponível: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001283/128396so.pdf>>. Acessado em: 1 nov. 2016.

UICN, PNUMA, WWF. **Estrategia mundial para a conservação**: a conservação dos recursos vivos para alcançar o desenvolvimento sustentável, 1980.

APÊNDICES

APÊNDICE A – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS DA COBERTURA DA RIO+20 DOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

RELAÇÃO DAS REPORTAGENS ANALISADAS DOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO SOBRE A RIO+20 (CORPUS 1)					
	DATA	TITULO	OLHO	JORNAL	GENERO
1	16 de Junho de 2012	Dilma vai usar reunião do G-20 para tentar destravar acordo	Para negociadores, impasse em discussões só tem saída política; ONU diz que hoje só há consenso sobre 28% do documento que será apresentado aos chefes de Estado	O GLOBO	Reportagem
2	16 de Junho de 2012	Bens da Natureza são bens comuns, não de mercado	A ausência dos presidentes dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra indica que problemas socioambientais estão fora de suas agendas	O GLOBO	Entrevista
3	16 de Junho de 2012	EUA afirma que não faz mais sentido diferenciar ricos e pobres	Brasil inicia pequenas reuniões para tentar contornar impasses sobre documento final	Folha	Reportagem
4	16 de Junho de 2012	Pnuma deve virar agencia, prevê Stein	Diretor de Progama da ONU para meio ambiente pressiona Brasil, para País, o órgão de desenvolvimento sustentável seria melhor	Estado	Reportagem
5	16 de Junho de 2012	Veto dos EUA enterra fundo de US\$ 30 bilhões	Diplomata afirma que acordo deverá servir somente para a troca de experiências	O GLOBO	Reportagem
6	16 de Junho de 2012	Uma distância que separa dois mundos	Artigo: Sucesso da cúpula depende da disposição dos países investirem em energia renovável. Transfêrencia de tecnologia limpa para os mais pobres enfrenra resistência	O Globo	Artigo de jornalista

7	16 de Junho de 2012	Para dobrar o índice de 'consumidores verdes'	Pesquisa feita desde 1992 pelo ministério mostrou que apenas 5% dos entrevistados, cerca de 2.300 pessoas em todo o país, desconhece o significado de consumo sustentável	O GLOBO	Reportagem
8	16 de Junho de 2012	Apesar de vetos dos EUA discussão sobre saúde avança	Partes do documento final da conferência que fala de acesso universal e quebra de patentes de remédios em caso de pandemias e emergências são rejeitadas por americanos	O GLOBO	Reportagem
9	16 de Junho de 2012	EUA afirmam que conferência é 'prioridade'		ESTADÃO	Reportagem
10	16 de Junho de 2012	EU diz que não fugirá de compromissos		ESTADÃO	Reportagem
11	16 de Junho de 2012	A maioria das negociações parece insuperável'	Apesar de reconhecer que há divergências entre os países-membros da ONU, embaixador diz crer que texto final será fechado	ESTADAO	Entrevista
12	16 de Junho de 2012	Cientistas alertam que oportunidade está sendo perdida	Para professor inglês Tim Jackson, economia verde deve favorecer países em desenvolvimento, e não ser usada em benefício dos ricos	ESTADAO	Entrevista
13	16 de Junho de 2012	Brasil assume negociações e Dilma vai aproveitar G-20 para buscar consenso	Ambiente. Divergências entre países desenvolvidos e pobres na Rio+20 adiam para reunião de cúpula, entre os dias 20 e 22, teor do documento final; enquanto isso, presidente espera convencer líderes reunidos no México nos dias 18 e 19 sobre necessidade de se obter consenso	ESTADAO	Reportagem
14	16 de Junho de 2012	O freio no crescimento como solução		O GLOBO	Reportagem
15	17 de Junho de 2012	É ODA	O idioma praticado pela ONU é feito de siglas misteriosas, expressões gigantescas e palavras inventadas	FOLHA	Reportagem

16	17 de Junho de 2012	Negociação é cuidadosa e exaustiva	Nas salas fechadas de negociação da Rio+20, diplomatas defendem posições firmes, mas sem perder a compostura	ESTADAO	Reportagem
17	17 de Junho de 2012	EUA não podem matar compromissos, afirma negociador chinês		Folha	Reportagem
18	17 de Junho de 2012	Países de renda média devem contribuir	Desconfiança entre países, segundo economista, dificulta a negociação. Para Sachs, o custo para a economia inteiramente sustentável não é tão alto	O Globo	Entrevista
19	17 de Junho de 2012	Para salvar cúpula, Brasil transforma oceano em prioridade	Proteção dos mares, único ponto até agora que pode render resultado visível, receberá atenção especial	FOLHA	Reportagem
20	17 de Junho de 2012	Texto mais enxuto para tentar chegar a um acordo	Brasil assume presidência das negociações e elabora novo documento, que, em vez das mais de 80 páginas da versão anterior, agora tem 56, visando facilitar o consenso	O Globo	Reportagem
21	17 de Junho de 2012	Brasil propõe novo rascunho da Rio+20	País coordena negociações para documento-base da conferência e suprime trechos que provocavam divergência entre os países	ESTADAO	Reportagem
22	18 de Junho de 2012	Brasil exclui agência ambiental de texto	Documento da conferência também deve deixar de fora o fim dos subsídios à produção de combustíveis fósseis	FOLHA	Reportagem
23	18 de Junho de 2012	Proteção dos oceanos pode virar realidade	Grupo de trabalho ainda está aberto, mas quase todos os pontos polêmicos foram superados, com exceção de tratado para conservação da biodiversidade em alto-mar	O Globo	Reportagem
24	18 de Junho de 2012	Dilma vai cobrar ação de líderes na Rio+20	Discurso na cúpula pedirá definição de objetivos do desenvolvimento sustentável	ESTADAO	Reportagem
25	18 de Junho de 2012	Se você deixa muita coisa em aberto, não conclui nunca'	O ministro das Relações Exteriores do Brasil não vê riscos de a crise financeira abalar a posição da União Europeia pelo desenvolvimento sustentável	O Globo	Entrevista

26	18 de Junho de 2012	Entre a busca por um acordo possível e a falta de ambição	Versão reduzida de documento pode evitar fracasso total da transferência, mas põe Brasil na mira de ambientalistas e especialistas por trazer pouco avanço e adiar decisões	O Globo	Reportagem
27	18 de Junho de 2012	Texto-base da conferência deve ser fechado hoje	Brasil diz que houve avanço no documento que será levado aos chefes de Estado; entre as medidas está o fortalecimento do Pnuma	ESTADAO	Reportagem
28	18 de Junho de 2012	União europeia diz que falta ambição à proposta brasileira	Bloco pede objetivos e metas com prazos concretos e sistemas de monitoramento para medir progressos	ESTADAO	Reportagem
29	19 de Junho de 2012	Um teste de resistência diplomática	Negociações em busca de um mínimo denominador comum são marcadas por uma maratona de discussões a porta fechada que muitas vezes degradingola para o bate-boca	O GLOBO	Reportagem
30	19 de Junho de 2012	Tirar princípio do texto é retrocesso', diz pioneira	Para ex-ministra da Noruega, documento tem de falar da responsabilidade comum, porém diferenciada	ESTADÃO	Reportagem
31	19 de Junho de 2012	ONU quer mais poder para as mulheres	Gro Brundtland e Michele Bachelet estão à frente da reivindicação	O Globo	Reportagem
32	19 de Junho de 2012	Protestos de movimentos sociais dão nó no trânsito	Mulheres tiram o sutiã contra o preconceito. Índios e manifestantes também vão para as ruas por causas ambientais, provocando retenções de até sete quilômetros	O Globo	Reportagem
33	19 de Junho de 2012	Manifestação prevista para a Barra faz prefeitura antecipar interdição de vias	No dia de maior movimento de chegada de delegações à cidade, reversível da orla é suspensa e faixa exclusiva para comboios na Linha Vermelha começa a vigorar às 5h	O Globo	Reportagem
34	19 de Junho de 2012	Manifestações de Ativistas param o Rio	Centro trava e sede do BNDES é sitiada por protestos de índios, ambientalistas e mulheres	Folha	Reportagem
35	19 de Junho de 2012	Texto final do Brasil é considerado fraco por EU	Para embaixador brasileiro, redação deve 'equilibrar descontentamentos'	FOLHA	Reportagem
36	19 de Junho de 2012	Brasil é criticado por acelerar acordo	Países europeus atacam pressão brasileira para fechar documento final antes de cúpula	ESTADAO	Reportagem

37	20 de Junho de 2012	Europeus cobram mais substância	Diplomatas do Brasil queriam por ponto final em documento da Rio+20 ainda ontem, mas negociantes da Europa insistem em tentar até último momento um texto mais concreto	O GLOBO	Reportagem
38	20 de Junho de 2012	Brasil comemora acordo considerado sem ambição	Concluído antes da reunião de cúpula, rascunho da declaração final da Rio+20 foi classificado por ONGs como fracasso quase total	ESTADAO	Reportagem
39	20 de Junho de 2012	Negociadores do País insistiram em aprovar texto final	Pressão por acordo rápido partiu de diplomatas, e não de Dilma; temor era repetir fiasco da conferência do clima de 2009	ESTADAO	Reportagem
40	20 de Junho de 2012	Negociadores: acordo fechado era o 'possível'	Na busca por consenso, foi preciso ceder até a exigência do Vaticano para retirar do texto menção a direitos reprodutivos; ambientalistas veem vitória da burocracia e derrota da Terra	O GLOBO	Reportagem
41	20 de Junho de 2012	Para Dilma, documento é uma vitória para o Brasil	No México, presidente destaca o ineditismo de uma conferência ambiental começar já com um acordo fechado e o esforço para conseguir contemplar visões de todos os países	O GLOBO	Reportagem
42	20 de Junho de 2012	Atuação de diplomacia brasileira gera controvérsias	Alguns, como o negociador americano, saúdam esforço do Itamaraty em busca de consenso; para outros, como o ministro alemão, pressa por acordo se sobrepôs a conteúdo	O GLOBO	Reportagem
43	20 de Junho de 2012	Europa preferia algo mais afirmativo'	Devemos tentar incluir o que podemos, mas os desafios são tão grandes que precisamos de alguns grandes passos', diz a comissária europeia	O GLOBO	Entrevista
44	20 de Junho de 2012	Crise mostra que atual modelo econômico é inviável'	Pesquisador propõe que ricos cresçam menos para poupar recursos naturais e melhorar a qualidade de vida	FOLHA	Entrevista
45	20 de Junho de 2012	Europeus querem uma adesão firme à economia verde	Americanos tentam evitar compromissos com mudanças em padrões de consumo ou modelos sustentáveis de produção	ESTADAO	Reportagem
46	20 de Junho de 2012	Decisões difíceis são jogadas para depois	Conferência adia definições sobre financiamento e metas para 2014 e 2015	FOLHA	Reportagem

47	20 de Junho de 2012	Que sabem celibatários sobre as mulheres?'	Ex-comissária de Direitos Humanos da ONU, católica praticante e membro do The Elders acusa Vaticano de cercear saúde feminina no documento do Rio+20	O Globo	Entrevista
48	20 de Junho de 2012	Proteção para alto-mar morre na praia	Preservação de mais da metade dos oceanos fica de fora do documento oficial da conferência, que não prevê mecanismos para águas além das jurisdições nacionais	O Globo	Reportagem
49	20 de Junho de 2012	Para ONGs, texto põe oceanos em risco	Entidades ambientalistas e científicas consideram o documento um retrocesso em relação à versão que o Brasil apresentou no sábado	ESTADAO	Reportagem
50	20 de Junho de 2012	Ambientalistas se dividem sobre impacto de protestos	Nova passeata da Cúpula dos Povos deve fechar avenida Rio Branco hoje à tarde	O Globo	Reportagem
51	20 de Junho de 2012	As militantes que despem a blusa ao vestirem a camisa do movimento feminista	Passeata pela liberdade feminina que parou o trânsito no Centro do Rio traz à tona debate sobre a validade do uso do corpo na luta pelos direitos iguais para as mulheres	O Globo	Reportagem
52	20 de Junho de 2012	Musa que luta em prol das lésbicas	Estudante de Alagoas chamou a atenção ao mostra peito durante marcha	O Globo	Reportagem
TEMA: SUBJETIVAÇÃO (CORPUS 2)					
	DATA	TITULO	OLHO	JORNAL	GENERO
53	03 de Junho de 2012	A voz da Geração+20	Em entrevista ao 'Estado', sete jovens que nasceram na época da Eco-92 mostram-se otimistas - e críticos - diante dos desafios verdes	ESTADAO	ENTREVISTA
54	16 de Junho de 2012	Jovens podem ajudar a preservar Toninha	Ciclo de palestras em colégios do Rio ensina diminuir poluição nas praias	O GLOBO	REPORTAGEM
55	20 de Junho de 2012	Artista incita à reciclagem com obra de plástico		ESTADAO	FOTOLEGENDA
56	16 de Junho de 2012	Para dobrar o índice de 'consumidores verdes'	Pesquisa feita desde 1992 pelo ministério mostrou que apenas 5% dos entrevistados, cerca de 2.300 pessoas em todo o país, desconhece o significado de	O GLOBO	REPORTAGEM

			onsumo sustentável		
57	21 de Junho de 2012	ONGs querem retirar do texto menção a sociedade civil	Exigência reflete discordância do documento-base, que, para as organizações, 'não tem contato com a realidade' da discussão	ESTADAO	REPORTAGEM
58	23 de Junho de 2012	CNE quer aulas de sustentabilidade		ESTADAO	REPORTAGEM
59	24 de Junho de 2012	País vê vitória na Rio+20, mas ações ficam para 2015	Apesar do adiamento de metas, emergentes preservam combate à pobreza e proteção ambiental no documento final	ESTADAO	REPORTAGEM
60	24 de Junho de 2012	Rio+20 consolida mudança nas relações Norte-Sul	Brasil, China e Índia vincula proteção ambiental e combate à pobreza e renovam compromisso de ajuda dos ricos aos mais pobres	ESTADAO	REPORTAGEM
61	24 de Junho de 2012	Consumidor é primeiro obstáculo para alterar padrão	Na declaração final da Rio+20, países encampam iniciativas para mudar padrões de produção e consumo	ESTADAO	REPORTAGEM

APÊNDICE B – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS SOBRE AS NEGOCIAÇÕES DO DOCUMENTO FINAL DA RIO+20 NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

TEMA: NEGOCIAÇÃO DO DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA					
DATA	TITULO	OLHO	JORNAL	GENERO	TEMAS
16 de Junho de 2012	Dilma vai usar reunião do G-20 para tentar destravar acordo	Para negociadores, impasse em discussões só tem saída política; ONU diz que hoje só há consenso sobre 28% do documento que será apresentado aos chefes de Estado	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ODS TRANSFERENCIA DE C&T FINANCIAMENTO PIB VERDE
16 de Junho de 2012	A maioria das negociações parece insuperável'	Apesar de reconhecer que há divergências entre os países-membros da ONU, embaixador diz crer que texto final será fechado	ESTADAO	Entrevista	NEGOCIAÇÃO PRINCÍPIO OCEANOS FINANCIAMENTO ECONOMIA VERDE ODS
16 de Junho de 2012	EUA afirmam que conferência é 'prioridade		ESTADÃO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO
16 de Junho de 2012	Brasil assume negociações e Dilma vai aproveitar G-20 para buscar consenso	Ambiente. Divergências entre países desenvolvidos e pobres na Rio+20 adiam para reunião de cúpula, entre os dias 20 e 22, teor do documento final; enquanto isso, presidente espera convencer líderes reunidos no México nos dias 18 e 19 sobre necessidade de se obter consenso	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO FINANCIAMENTO

17 de Junho de 2012	Brasil propõe novo rascunho da Rio+20	País coordena negociações para documento-base da conferência e suprime trechos que provocavam divergência entre os países	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO
17 de Junho de 2012	EU diz que não fugirá de compromissos		ESTADÃO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO FINANCIAMENTO ECONOMIA VERDE
17 de Junho de 2012	Texto mais enxuto para tentar chegar a um acordo	Brasil assume presidência das negociações e elabora novo documento, que, em vez das mais de 80 páginas da versão anterior, agora tem 56, visando facilitar o consenso	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ODS PNUMA FINANCIAMENTO OCEANOS
17 de Junho de 2012	É ODA	O idioma praticado pela ONU é feito de siglas misteriosas, expressões gigantescas e palavras inventadas	FOLHA	Reportagem	NEGOCIAÇÃO DIPLOMACIA
17 de Junho de 2012	Negociação é cuidadosa e exaustiva	Nas salas fechadas de negociação da Rio+20, diplomatas defendem posições firmes, mas sem perder a compostura	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO
18 de Junho de 2012	Se você deixa muita coisa em aberto, não conclui nunca'	O ministro das Relações Exteriores do Brasil não vê riscos de a crise financeira abalar a posição da União Europeia pelo desenvolvimento sustentável	O GLOBO	Entrevista	NEGOCIAÇÃO
18 de Junho de 2012	Entre a busca por um acordo possível e a falta de ambição	Versão reduzida de documento pode evitar fracasso total da transferência, mas põe Brasil na mira de ambientalistas e especialistas por trazer pouco avanço e adiar decisões	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO FUNDO SUBSÍDIO A FÓSSEIS PNUMA ECONOMIA VERDE ODS

18 de Junho de 2012	Dilma vai cobrar ação de líderes na Rio+20	Discurso na cúpula pedirá definição de objetivos do desenvolvimento sustentável	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ODS FINANCIAMENTO
18 de Junho de 2012	Texto-base da conferência deve ser fechado hoje	Brasil diz que houve avanço no documento que será levado aos chefes de Estado; entre as medidas está o fortalecimento do Pnuma	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PNUMA ODS
18 de Junho de 2012	União europeia diz que falta ambição à proposta brasileira	Bloco pede objetivos e metas com prazos concretos e sistemas de monitoramento para medir progressos	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ODS
19 de Junho de 2012	Brasil é criticado por acelerar acordo	Países europeus atacam pressão brasileira para fechar documento final antes de cúpula	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ODS ENERGIA ÁGUA
19 de Junho de 2012	Um teste de resistência diplomática	Negociações em busca de um mínimo denominador comum são marcadas por uma maratona de discussões a porta fechada que muitas vezes degradingola para o bate-boca	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO
19 de Junho de 2012	Texto final do Brasil é considerado fraco por EU	Para embaixador brasileiro, redação deve 'equilibrar descontentamentos'	FOLHA	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PNUMA ODS FUNDO FINACIAMENTO
20 de Junho de 2012	Brasil comemora acordo considerado sem ambição	Concluído antes da reunião de cúpula, rascunho da declaração final da Rio+20 foi classificado por ONGs como fracasso quase total	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ECONOMIA VERDE
20 de Junho de 2012	Europeus querem uma adesão firma à economia verde	Americanos tentam evitar compromissos com mudanças em padrões de consumo ou modelos sustentáveis de produção	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ECONOMIA VERDE

20 de Junho de 2012	Negociadores do País insistiram em aprovar texto final	Pressão por acordo rápido partiu de diplomatas, e não de Dilma; temor era repetir fiasco da conferência do clima de 2009	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PRINCÍPIO ECONOMIA VERDE ODS CONSUMO
20 de Junho de 2012	Negociadores: acordo fechado era o 'possível'	Na busca por consenso, foi preciso ceder até a exigência do Vaticano para retirar do texto menção a direitos reprodutivos; ambientalistas veem vitória da burocracia e derrota da Terra	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO DIREITOS REPRODUTIVOS
20 de Junho de 2012	Europeus cobram mais substância	Diplomatas do Brasil queriam por ponto final em documento da Rio+20 ainda ontem, mas negociantes da Europa insistem em tentar até último momento um texto mais concreto	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PNUMA ODS FUNDO PRINCÍPIO
20 de Junho de 2012	Para Dilma, documento é uma vitória para o Brasil	No México, presidente destaca o ineditismo de uma conferência ambiental começar já com um acordo fechado e o esforço para conseguir contemplar visões de todos os países	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO
20 de Junho de 2012	Atuação de diplomacia brasileira gera controvérsias	Alguns, como o negociador americano, saúdam esforço do Itamaraty em busca de consenso; para outros, como o ministro alemão, pressa por acordo se sobrepôs a conteúdo	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO
20 de Junho de 2012	Europa preferia algo mais afirmativo'	Devemos tentar incluir o que podemos, mas os desafios são tão grandes que precisamos de alguns grandes passos', diz a comissária europeia	O GLOBO	Entrevista	NEGOCIAÇÃO ENERGIA FUNDO ECONOMIA VERDE

20 de Junho de 2012	Decisões difíceis são jogadas para depois	Conferência adia definições sobre financiamento e metas para 2014 e 2015	FOLHA	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ECONOMIA VERDE FINANCIAMENTO
---------------------	---	--	-------	------------	--

APÊNDICE C – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE COMUM, PORÉM DIFERENCIADA ENTRE NAÇÕES DE ECONOMIAS AVANÇADAS E EM DESENVOLVIMENTO NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

TEMA: RESPONSABILIDADE COMUM, PORÉM DIFERENCIADA ENTRE NAÇÕES DE ECONOMIAS AVANÇADAS E EM DESENVOLVIMENTO.					
DATA	TITULO	OLHO	JORNAL	GENERO	TEMAS
16 de Junho de 2012	A maioria das negociações parece insuperável'.	Apesar de reconhecer que há divergências entre os países-membros da ONU, embaixador diz crer que texto final será fechado	ESTADAO	Entrevista	ODS NEGOCIAÇÃO PRINCÍPIO OCEANOS FINANCIAMENTO ECONOMIA VERDE
16 de Junho de 2012	Bens da Natureza são bens comuns, não de mercado.	A ausência dos presidentes dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra indica que problemas socioambientais estão fora de suas agendas.	O GLOBO	Entrevista	ECONOMIA VERDE CONSUMO ACORDO
16 de Junho de 2012	EUA afirma que não faz mais sentido diferenciar ricos e pobres	Brasil inicia pequenas reuniões para tentar contornar impasses sobre documento final	FOLHA	Reportagem	PRINCÍPIO
17 de Junho de 2012	EUA não podem matar compromissos, afirma negociador chinês.		FOLHA	Reportagem	PRINCÍPIO CONSUMO
17 de Junho de 2012	Brasil propõe novo rascunho da Rio+20.	País coordena negociações para documento-base da conferência e suprime trechos que provocavam divergência entre os países	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PRINCÍPIO ODS FUNDO FINANCIAMENTO

17 de Junho de 2012	Para salvar cúpula, Brasil transforma oceano em prioridade.	Proteção dos mares, único ponto até agora que pode render resultado visível, receberá atenção especial	FOLHA	Reportagem	OCEANO FUNDO PRINCÍPIO
19 de Junho de 2012	Tirar princípio do texto é retrocesso', diz pioneira	Para ex-ministra da Noruega, documento tem de falar da responsabilidade comum, porém diferenciada	ESTADÃO	Reportagem	PRINCÍPIO
20 de Junho de 2012	Brasil comemora acordo considerado sem ambição	Concluído antes da reunião de cúpula, rascunho da declaração final da Rio+20 foi classificado por ONGs como fracasso quase total	ESTADAO	Reportagem	ACORDO ECONOMIA VERDE
20 de Junho de 2012	Europeus cobram mais substância	Diplomatas do Brasil queriam por ponto final em documento da Rio+20 ainda ontem, mas negociantes da Europa insistem em tentar até último momento um texto mais concreto	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PNUMA ODS FUNDO PRINCÍPIO
20 de Junho de 2012	Negociadores do País insistiram em aprovar texto final	Pressão por acordo rápido partiu de diplomatas, e não de Dilma; temor era repetir fiasco da conferência do clima de 2009	ESTADAO	Reportagem	PRINCÍPIO ERRADICAÇÃO DE POBREZA ECONOMIA VERDE ODS CONSUMO
20 de Junho de 2012	Europa preferia algo mais afirmativo'	Devemos tentar incluir o que podemos, mas os desafios são tão grandes que precisamos de alguns grandes passos', diz a comissária europeia	O GLOBO	Entrevista	ENERGIA ACORDO FUNDO ECONOMIA VERDE
20 de Junho de 2012	Decisões difíceis são jogadas para depois	Conferência adia definições sobre financiamento e metas para 2014 e 2015	FOLHA	Reportagem	ECONOMIA VERDE FINANCIAMENTO

APÊNDICE D – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE O FUNDO E FINANCIAMENTOS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

TEMA: CRIAÇÃO DO FUNDO E INVESTIMENTOS EM AÇÕES E METAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.					
DATA	TÍTULO	OLHO	JORNAL	GENERO	TEMAS
16/06/2012	Veto dos EUA enterra fundo de US\$ 30 bilhões	Diplomata afirma que acordo deverá servir somente para a troca de experiências	O GLOBO	Reportagem	FUNDO
16 de Junho de 2012	A maioria das negociações parece insuperável'	Apesar de reconhecer que há divergências entre os países-membros da ONU, embaixador diz crer que texto final será fechado.	ESTADAO	Entrevista	ODS NEGOCIAÇÃO PRINCÍPIO OCEANOS FINANCIAMENTO ECONOMIA VERDE
16 de Junho de 2012	Brasil assume negociações e Dilma vai aproveitar G-20 para buscar consenso	Ambiente. Divergências entre países desenvolvidos e pobres na Rio+20 adiam para reunião de cúpula, entre os dias 20 e 22, teor do documento final; enquanto isso, presidente espera convencer líderes reunidos no México nos dias 18 e 19 sobre necessidade de se obter consenso	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO FINANCIAMENTOS
17 de Junho de 2012	Texto mais enxuto para tentar chegar a um acordo	Brasil assume presidência das negociações e elabora novo documento, que, em vez das mais de 80 páginas da versão anterior, agora tem 56, visando facilitar o consenso.	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ODS PNUMA FINANCIAMENTO OCEANOS
17 de Junho de 2012	EU diz que não fugirá de compromissos		ESTADÃO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO FINANCIAMENTO ECONOMIA VERDE
17 de Junho de 2012	Países de renda média devem contribuir	Desconfiança entre países, segundo economista, dificulta a negociação. Para Sachs, o custo para a economia inteiramente sustentável não é tão alto	O GLOBO	Entrevista	FINANCIAMENTO

17 de Junho de 2012	Brasil propõe novo rascunho da Rio+20	País coordena negociações para documento-base da conferência e suprime trechos que provocavam divergência entre os países	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PRINCÍPIO ODS FUNDO FINANCIAMENTO
18 de Junho de 2012	Dilma vai cobrar ação de líderes na Rio+20	Discurso na cúpula pedirá definição de objetivos do desenvolvimento sustentável	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ODS FINANCIAMENTO
18 de Junho de 2012	Entre a busca por um acordo possível e a falta de ambição	Versão reduzida de documento pode evitar fracasso total da transferência, mas põe Brasil na mira de ambientalistas e especialistas por trazer pouco avanço e adiar decisões.	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO FUNDO SUBSÍDIO A FÓSSEIS PNUMA ECONOMIA VERDE ODS
19 de Junho de 2012	Texto final do Brasil é considerado fraco por EU	Para embaixador brasileiro, redação deve 'equilibrar descontentamentos'	FOLHA	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PNUMA ODS FUNDO FINACIAMENTO
20 de Junho de 2012	Europa preferia algo mais afirmativo'	Devemos tentar incluir o que podemos, mas os desafios são tão grandes que precisamos de alguns grandes passos', diz a comissária europeia	O GLOBO	Entrevista	ENERGIA ACORDO FUNDO ECONOMIA VERDE
20 de Junho de 2012	Europeus cobram mais substância	Diplomatas do Brasil queriam por ponto final em documento da Rio+20 ainda ontem, mas negociantes da Europa insistem em tentar até último momento um texto mais concreto	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PNUMA ODS FUNDO PRINCÍPIO
20 de Junho de 2012	Decisões difíceis são jogadas para depois	Conferência adia definições sobre financiamento e metas para 2014 e 2015	FOLHA	Reportagem	ECONOMIA VERDE FINANCIAMENTO

APÊNDICE E – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS SOBRE ECONOMIA VERDE NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

TEMA: ECONOMIA VERDE E MUDANÇA DE MODELO ECONÔMICO					
DATA	TÍTULO	OLHO	JORNAL	GENERO	TEMAS
16 de Junho de 2012	Bens da Natureza são bens comuns, não de mercado	A ausência dos presidentes dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra indica que problemas socioambientais estão fora de suas agendas	O GLOBO	Entrevista	ECONOMIA VERDE CONSUMO NEGOCIAÇÃO
16 de Junho de 2012	A maioria das negociações parece insuperável'	Apesar de reconhecer que há divergências entre os países-membros da ONU, embaixador diz crer que texto final será fechado	ESTADAO	Entrevista	ODS NEGOCIAÇÃO PRINCÍPIO OCEANOS FINANCIAMENTO ECONOMIA VERDE
16 de Junho de 2012	Cientistas alertam que oportunidade está sendo perdida	Para professor inglês Tim Jackson, economia verde deve favorecer países em desenvolvimento, e não ser usada em benefício dos ricos	ESTADAO	Entrevista	ECONOMIA VERDE
16 de Junho de 2012	O freio no crescimento como solução		O GLOBO	Reportagem	CRESCIMENTO ECONÔMICO PADRÕES DE CONSUMO ECONOMIA VERDE
17 de Junho de 2012	EU diz que não fugirá de compromissos		ESTADÃO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO FINANCIAMENTO ECONOMIA VERDE

19 de Junho de 2012	Protestos de movimentos sociais dão nó no trânsito	Mulheres tiram o sutiã contra o preconceito. Índios e manifestantes também vão para as ruas por causas ambientais, provocando retenções de até sete quilômetros.	O GLOBO	Reportagem	PROTESTOS NEGOCIAÇÃO ECONOMIA VERDE DIREITOS REPRODUTIVOS
20 de Junho de 2012	Europeus querem uma adesão firme à economia verde	Americanos tentam evitar compromissos com mudanças em padrões de consumo ou modelos sustentáveis de produção	ESTADAO	Reportagem	ECONOMIA VERDE
20 de Junho de 2012	Brasil comemora acordo considerado sem ambição	Concluído antes da reunião de cúpula, rascunho da declaração final da Rio+20 foi classificado por ONGs como fracasso quase total	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ECONOMIA VERDE
20 de Junho de 2012	Negociadores do País insistiram em aprovar texto final	Pressão por acordo rápido partiu de diplomatas, e não de Dilma; temor era repetir fiasco da conferência do clima de 2009	ESTADAO	Reportagem	PRINCÍPIO ERRADICAÇÃO DE POBREZA ECONOMIA VERDE ODS CONSUMO
20 de Junho de 2012	Europa preferia algo mais afirmativo'	Devemos tentar incluir o que podemos, mas os desafios são tão grandes que precisamos de alguns grandes passos', diz a comissária europeia	O GLOBO	Entrevista	ENERGIA NEGOCIAÇÃO FUNDO ECONOMIA VERDE
20 de Junho de 2012	Crise mostra que atual modelo econômico é inviável'	Pesquisador propõe que ricos cresçam menos para poupar recursos naturais e melhorar a qualidade de vida	FOLHA	Entrevista	MODELO ECONÔMICO PADRÕES DE CONSUMO
20 de Junho de 2012	Decisões difíceis são jogadas para depois	Conferência adia definições sobre financiamento e metas para 2014 e 2015	FOLHA	Reportagem	ECONOMIA VERDE FINANCIAMENTO

APÊNDICE F – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE O PNUMA NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

TEMA: AMPLIAÇÃO DOS PODERES DO PNUMA					
DATA	TITULO	OLHO	JORNAL	GENERO	TEMAS
16 de Junho de 2012	Pnuma deve virar agencia, prevê Stein	Diretor de Programa da ONU para meio ambiente pressiona Brasil, para País, o órgão de desenvolvimento sustentável seria melhor	ESTADAO	Reportagem	PNUMA
18 de Junho de 2012	Entre a busca por um acordo possível e a falta de ambição	Versão reduzida de documento pode evitar fracasso total da transferência, mas põe Brasil na mira de ambientalistas e especialistas por trazer pouco avanço e adiar decisões	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO FUNDO SUBSÍDIO A FÓSSEIS PNUMA ECONOMIA VERDE ODS
18 de Junho de 2012	Brasil exclui agência ambiental de texto	Documento da conferência também deve deixar de fora o fim dos subsídios à produção de combustíveis fósseis	FOLHA	Reportagem	PNUMA COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS OCEANOS TRANSFERÊNCIA DE C&T FINANCIAMENTO FUNDO
20 de Junho de 2012	Europeus cobram mais substância	Diplomatas do Brasil queriam por ponto final em documento da Rio+20 ainda ontem, mas negociantes da Europa insistem em tentar até último momento um texto mais concreto	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PNUMA ODS FUNDO PRINCÍPIO

APÊNDICE G – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

TEMA: OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS					
DATA	TITULO	OLHO	JORNAL	GENERO	TEMAS
16 de Junho de 2012	Dilma vai usar reunião do G-20 para tentar destravar acordo	Para negociadores, impasse em discussões só tem saída política; ONU diz que hoje só há consenso sobre 28% do documento que será apresentado aos chefes de Estado	O GLOBO	Reportagem	ODS TRANSFERENCIA DE C&T FINANCIAMENTOS PIB VERDE
16 de Junho de 2012	A maioria das negociações parece insuperável!	Apesar de reconhecer que há divergências entre os países-membros da ONU, embaixador diz crer que texto final será fechado	ESTADAO	Entrevista	ODS NEGOCIAÇÃO PRINCÍPIO OCEANOS FINANCIAMENTO ECONOMIA VERDE
17 de Junho de 2012	Brasil propõe novo rascunho da Rio+20	País coordena negociações para documento-base da conferência e suprime trechos que provocavam divergência entre os países	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PRINCÍPIO ODS FUNDO FINANCIAMENTO
18 de Junho de 2012	Dilma vai cobrar ação de líderes na Rio+20	Discurso na cúpula pedirá definição de objetivos do desenvolvimento sustentável	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ODS FINANCIAMENTO

18 de Junho de 2012	Texto-base da conferência deve ser fechado hoje	Brasil diz que houve avanço no documento que será levado aos chefes de Estado; entre as medidas está o fortalecimento do Pnuma	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PNUMA ODS
18 de Junho de 2012	União europeia diz que falta ambição à proposta brasileira	Bloco pede objetivos e metas com prazos concretos e sistemas de monitoramento para medir progressos	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ODS
19 de Junho de 2012	Brasil é criticado por acelerar acordo	Países europeus atacam pressão brasileira para fechar documento final antes de cúpula	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ODS ENERGIA ÁGUA
19 de Junho de 2012	Texto final do Brasil é considerado fraco por EU	Para embaixador brasileiro, redação deve 'equilibrar descontentamentos'	FOLHA	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PNUMA ODS FUNDO FINACIAMENTO
20 de Junho de 2012	Europeus cobram mais substância	Diplomatas do Brasil queriam por ponto final em documento da Rio+20 ainda ontem, mas negociantes da Europa insistem em tentar até último momento um texto mais concreto	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO PNUMA ODS FUNDO PRINCÍPIOS
20 de Junho de 2012	Negociadores do País insistiram em aprovar texto final	Pressão por acordo rápido partiu de diplomatas, e não de Dilma; temor era repetir fiasco da conferência do clima de 2009	ESTADAO	Reportagem	PRINCÍPIO ERRADICAÇÃO DE POBREZA ECONOMIA VERDE ODS CONSUMO

APÊNDICE H – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE ENERGIAS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

TEMA: ENERGIAS					
DATA	TITULO	OLHO	JORNAL	GENERO	TEMAS
16 de Junho de 2012	Uma distância que separa dois mundos	Artigo: Sucesso da cúpula depende da disposição dos países investirem em energia renovável. Transferência de tecnologia limpa para os mais pobres enfrentam resistência.	O GLOBO	Artigo de jornalista	ENERGIA TRANSFERÊNCIA DE C&T
18 de Junho de 2012	Entre a busca por um acordo possível e a falta de ambição	Versão reduzida de documento pode evitar fracasso total da transferência, mas põe Brasil na mira de ambientalistas e especialistas por trazer pouco avanço e adiar decisões.	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO FUNDO SUBSÍDIO A FÓSSEIS PNUMA ECONOMIA VERDE ODS
19 de Junho de 2012	Brasil é criticado por acelerar acordo	Países europeus atacam pressão brasileira para fechar documento final antes de cúpula.	ESTADAO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO ODS ENERGIA ÁGUA
20 de Junho de 2012	Europa preferia algo mais afirmativo'	Devemos tentar incluir o que podemos, mas os desafios são tão grandes que precisamos de alguns grandes passos', diz a comissária europeia.	O GLOBO	Entrevista	ENERGIA NEGOCIAÇÃO FUNDO ECONOMIA VERDE

APÊNDICE I – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE PROTEÇÃO DOS OCEANOS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

TEMA: PROTEÇÃO DOS OCEANOS E DOS ECOSISTEMAS MARÍTIMOS					
DATA	TÍTULO	OLHO	JORNAL	GENERO	TEMAS
16 de Junho de 2012	A maioria das negociações parece insuperável'	Apesar de reconhecer que há divergências entre os países-membros da ONU, embaixador diz crer que texto final será fechado.	ESTADAO	Entrevista	ODS NEGOCIAÇÃO PRINCÍPIO PROTEÇÃO DOS OCEANOS FINANCIAMENTO ECONOMIA VERDE
17 de Junho de 2012	Para salvar cúpula, Brasil transforma oceano em prioridade	Proteção dos mares, único ponto até agora que pode render resultado visível, receberá atenção especial.	FOLHA	Reportagem	PROTEÇÃO DOS OCEANOS FUNDO PRINCÍPIO
18 de Junho de 2012	Proteção dos oceanos pode virar realidade	Grupo de trabalho ainda está aberto, mas quase todos os pontos polêmicos foram superados, com exceção de tratado para conservação da biodiversidade em alto-mar.	O GLOBO	Reportagem	PROTEÇÃO DOS OCEANOS NEGOCIAÇÃO
20 de Junho de 2012	Proteção para auto-mar morre na praia	Preservação de mais da metade dos oceanos fica de fora do documento oficial da conferência, que não prevê mecanismos para águas além das jurisdições nacionais.	O GLOBO	Reportagem	PROTEÇÃO DOS OCEANOS

20 de Junho de 2012	Para ONGs, texto põe oceanos em risco	Entidades ambientalistas e científicas consideram o documento um retrocesso em relação à versão que o Brasil apresentou no sábado	ESTADAO	Reportagem	PROTEÇÃO DOS OCEANOS
---------------------	---------------------------------------	---	---------	------------	-----------------------------

APÊNDICE J – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

TEMA: DIREITO A SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS					
DATA	TITULO	OLHO	JORNAL	GENERO	TEMAS
16 de Junho de 2012	Apesar de vetos dos EUA discussão sobre saúde avança	Partes do documento final da conferência que fala de acesso universal e quebra de patentes de remédios em caso de pandemias e emergências são rejeitadas por americanos	O GLOBO	Reportagem	SAÚDE DIREITO REPRODUTIVOS
19 de Junho de 2012	ONU quer mais poder para as mulheres	Gro Brundtland e Michele Bachelet estão à frente da reivindicação	O GLOBO	Reportagem	DIREITOS FEMININOS
19 de Junho de 2012	Protestos de movimentos sociais dão nó no trânsito	Mulheres tiram o sutiã contra o preconceito. Índios e manifestantes também vão para as ruas por causas ambientais, provocando retenções de até sete quilômetros	O GLOBO	Reportagem	PROTESTOS NEGOCIAÇÃO ECONOMIA VERDE DIREITOS REPRODUTIVOS
20 de Junho de 2012	Negociadores: acordo fechado era o 'possível'	Na busca por consenso, foi preciso ceder até a exigência do Vaticano para retirar do texto menção a direitos reprodutivos; ambientalistas veem vitória da burocracia e derrota da Terra	O GLOBO	Reportagem	NEGOCIAÇÃO DIREITOS REPRODUTIVOS
20 de Junho de 2012	Que sabem celibatários sobre as mulheres?'	Ex-comissária de Direitos Humanos da ONU, católica praticante e membro do The Elders acusa Vaticano de cercear saúde feminina no documento do Rio+20	O GLOBO	Entrevista	DIREITOS FEMININOS DIREITOS REPRODUTIVOS

20 de Junho de 2012	As militantes que despem a blusa ao vestirem a camisa do movimento feminista	Passeata pela liberdade feminina que parou o trânsito no Centro do Rio traz à tona debate sobre a validade do uso do corpo na luta pelos direitos iguais para as mulheres	O GLOBO	Reportagem	PROTESTOS DIREITOS FEMININOS DIREITOS REPRODUTIVOS
20 de Junho de 2012	Musa que luta em prol das lésbicas	Estudante de Alagoas chamou a atenção ao mostra peito durante marcha	O GLOBO	Reportagem	PROTESTOS DIREITOS FEMININOS DIREITOS REPRODUTIVOS

APÊNDICE L – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE OS PROTESTOS NAS RUAS NOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

TEMA: PROTESTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAI E SOCIEDADE CIVIL					
DATA	TITULO	OLHO	JORNAL	GENERO	TEMAS
19 de Junho de 2012	Protestos de movimentos sociais dão nó no trânsito	Mulheres tiram o sutiã contra o preconceito. Índios e manifestantes também vão para as ruas por causas ambientais, provocando retenções de até sete quilômetros	O GLOBO	Reportagem	PROTESTOS DOCUMENTO FINAL ECONOMIA VERDE DIREITOS REPRODUTIVOS
19 de Junho de 2012	Manifestação prevista para a Barra faz prefeitura antecipar interdição de vias	No dia de maior movimento de chegada de delegações à cidade, reversível da orla é suspensa e faixa exclusiva para comboios na Linha Vermelha começa a vigorar às 5h	O GLOBO	Reportagem	PROTESTOS
19 de Junho de 2012	Manifestações de Ativistas param o Rio		FOLHA	Reportagem	DOCUMENTO FINAL PROTESTOS
20 de Junho de 2012	Protesto reúne mais de mil indígenas diante do BNDES	Manifestantes querem fim de participação do banco em obras como a usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará	ESTADAO	Reportagem	PROTESTOS
20 de Junho de 2012	Ambientalistas se dividem sobre impacto de protestos	Nova passeata da Cúpula dos Povos deve fechar avenida Rio Branco hoje à tarde	O GLOBO	Reportagem	PROTESTOS

20 de Junho de 2012	As militantes que despem a blusa ao vestirem a camisa do movimento feminista	Passeata pela liberdade feminina que parou o trânsito no Centro do Rio traz à tona debate sobre a validade do uso do corpo na luta pelos direitos iguais para as mulheres	O GLOBO	Reportagem	PROTESTOS DIREITOS FEMININOS
20 de Junho de 2012	Musa que luta em prol das lésbicas	Estudante de Alagoas chamou a atenção ao mostra peito durante marcha	O GLOBO	Reportagem	PROTESTOS DIREITOS FEMININOS

APÊNDICE M – RELAÇÃO DOS TEXTOS JORNALÍSTICOS ANALISADOS SOBRE SUBJETIVAÇÃO DOS JORNAIS O GLOBO, ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO.

TEMA: SUBJETIVAÇÃO					
DATA	TÍTULO	OLHO	JORNAL	GENERO	TEMAS
03 de Junho de 2012	A voz da Geração+20	Em entrevista ao 'Estado', sete jovens que nasceram na época da Eco-92 mostram-se otimistas - e críticos - diante dos desafios verdes	ESTADAO	Entrevista	SUBJETIVAÇÃO
16 de Junho de 2012	Jovens podem ajudar a preservar Toninha	Ciclo de palestras em colégios do Rio ensina diminuir poluição nas praias	O GLOBO	Reportagem	SUBJETIVAÇÃO
16 de Junho de 2012	Para dobrar o índice de 'consumidores verdes'	Pesquisa feita desde 1992 pelo ministério mostrou que apenas 5% dos entrevistados, cerca de 2.300 pessoas em todo o país, desconhece o significado de consumo sustentável	O GLOBO	Reportagem	SUBJETIVAÇÃO
20 de Junho de 2012	Artista incita à reciclagem com obra de plástico		ESTADAO	Fotolegenda	SUBJETIVAÇÃO
21 de Junho de 2012	ONGs querem retirar do texto menção a sociedade civil	Exigência reflete discordância do documento-base, que, para as organizações, 'não tem contato com a realidade' da discussão	ESTADAO	Reportagem	SUBJETIVAÇÃO
23 de Junho de 2012	CNE quer aulas de sustentabilidade		ESTADAO	Reportagem	SUBJETIVAÇÃO
24 de Junho de 2012	País vê vitória na Rio+20, mas ações ficam para 2015	Apesar do adiamento de metas, emergentes preservam combate à pobreza e proteção ambiental no documento final	ESTADAO	Reportagem	SUBJETIVAÇÃO

24 de Junho de 2012	Rio+20 consolida mudança nas relações Norte-Sul	Brasil, China e Índia vincula proteção ambiental e combate à pobreza e renovam compromisso de ajuda dos ricos aos mais pobres	ESTADAO	Reportagem	SUBJETIVAÇÃO
24 de Junho de 2012	Consumidor é primeiro obstáculo para alterar padrão	Na declaração final da Rio+20, países encampam iniciativas para mudar padrões de produção e consumo	ESTADAO	Reportagem	SUBJETIVAÇÃO

ANEXOS

ANEXO A EM CD — REPORTAGENS DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO, O GLOBO E ESTADO DE S. PAULO ANALISADAS NO CAPITULO 5 (ETAPA 3)